

OFÍCIOS
DE *clio*

REVISTA DISCENTE DOS CURSOS
DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PELOTAS

Ditaduras e golpes do Cone Sul:
diferentes fontes e perspectivas históricas

Vol. 7, Nº 12 | janeiro - junho de 2022 | ISSN 2527-0524





Revista Discente dos
Cursos de História
da Universidade
Federal de Pelotas

Vol. 7, Nº12 | janeiro – junho 2022 | ISSN 2527-0524



Reitora:

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora:

Úrsula Rosa da Silva

Pró-Reitora de Ensino:

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor Administrativo:

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Paulo Roberto Ferreira Júnior (Reitor eleito)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sebastião Peres

Vice-Diretora:

Andréa Bachettini

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenadora:

Lisiane Sias Manke

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional Maria Inez Figueiredo Figas Machado – CRB 10/1612 Biblioteca Campus Porto - UFPel

O32 Ofícios de Clio [recurso eletrônico]: Revista Discente dos

Cursos de História da
Universidade Federal de Pelotas /
Universidade Federal de Pelotas.
Laboratório de Ensino de História
– v.7, n. 12, 2022/1 - Pelotas:
LEH, 2016 - .

Semestral
ISSN: 2527-0524.

História - Periódico. I. Universidade Federal
de Pelotas.
Laboratório de Ensino de História.

CDD: 091

EXPEDIENTE

Editora-Chefe

Profª Drª Márcia Janete Espig - *Universidade Federal de Pelotas*

Editor Assistente

Luiz André Gasparetto Pagoto - *Universidade Federal de Pelotas*

Equipe Editorial

Ariane Regina Bueno Cunha - *Universidade Federal de Pelotas*

Bethânia Luísa Lessa Werner - *Universidade Federal de Pelotas*

Douglas Reisdorfer – *Universidade Federal de Pelotas*

Fernando Antônio Brod - *Universidade Federal de Pelotas*

Isabelle Branco Chaves – *Universidade Federal de Pelotas*

Larissa Ceroni de Moraes – *Universidade Federal de Pelotas*

Vitor Borges da Cunha – *Universidade Federal de Pelotas*

Capa

Domínio Público

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - *Universidade do Estado da Bahia*

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - *Universidade Federal da Bahia*

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Profª Drª Carla Beatriz Meinerz - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Profª Drª Carla Rodrigues Gastaud - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Clarice Speranza - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª. Drª. Dalila Müller - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Profª Drª Eliane Teresinha Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Felipe Alves Pereira Avila - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Gilberto Calil - *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

Prof. Dr. Ginter Tlajja Leipnitz - *Universidade Federal do Pampa*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Profª Drª Luiza Horn Iotti - *Universidade de Caxias do Sul*

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - *Universidade Federal do Rio Grande*

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – *Universidade do Vale do Rio dos Sinos*

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – *Universidade Federal de Santa Catarina*

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Dra. Alessandra Gasparotto - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.ª Drª Ana Inez Klein - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Ana Maria Sosa González – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Carolina Kesser Barcelos - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª. Drª. Daniele Gallindo G. Silva - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Elisabete Leal - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira – *Universidade Federal de Pelotas*

Profª. Drª. Larissa Patron Chaves - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Lisiane Sias Manke - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Lorena Almeida Gill - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Patrícia Weiduschadt – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo César Possamai - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Rejane Jardim - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Sebastião Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Thiago Amorim – *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Viviane Saballa - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Wilian Bonete – *Universidade Federal de Pelotas*

PARECERISTAS AD HOC DESTA EDIÇÃO

Adhemar Lourenço da Silva Jr.
Alexandre Pinto de Sousa e Silva
Ana Marília Carneiro
André Luiz da Silva
Anndrea Caroliny da Costa Tavares
Carlos Artur Gallo
Caroline Alamino
Douglas de Souza Angeli
Jonas Moreira Vargas
João Batista Teófilo Silva
Jó Klanovitz
Julia Boor Nequete
Karla Simone Schütz
Liana Severo Ribeiro
Lívia Karolinny Gomes de Queiroz
Lucas Marques Vilhena Motta
Leonardo Fetter da Silva
Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro
Marco Túlio da Silva
Nathália Esgalha Fernandes
Paulo Cesar Possamai
Raiane Florentino
Raimundo Nonato Bitencourt Pereira
Sílvia Vitorassi
Valéria Rodrigues
Vinicius de Oliveira Masseroni
Viviani Poyer
Wiliam Bonete
Wilma Antunes Maciel

Sumário

Apresentação do Número 12

Equipe Editorial.....p. 9

Dossiê: Ditaduras e golpes no Cone Sul: diferentes fontes e perspectivas históricas

Camila de Almeida Silva e Leonardo Fetter da Silva.....p.

14

“Tavlez tenha havido injustiça, mas que tal serviu para demonstrar que felizmente em Jaguarão não existia expurgo a fazer”: A Operação Limpeza e a repressão a setores trabalhistas na “pacata” Jaguarão (1964)

Darlise Gonçalves de Gonçalves.....p.

19

Vivas e louvores à ditadura: a elite política e a construção das representações legitimadoras do regime militar em Campo Maior – PI (1964-1978)

Caio Vinícius Silva Teixeira.....p.

40

“Um homem pobre como eu não deve amar”: desigualdade social na canção romântica brasileira da década de 1970

Matheus Bonfim e Silva.....p.

62

Movimento e ação: uma visão comparada da esquerda armada Brasileira e Chilena

Laura do Nascimento Moraes.....p.

75

“Sim à Legalidade”: Perspectiva comparada dos processos de transição para a democracia e disputas pela memória das ditaduras entre Brasil e Argentina

Laura Bittencourt Alves.....p.

92

O método histórico-comparativo e o estudo das ditaduras e da Justiça de Transição no Cone-Sul

Tamara Cláudia Coimbra Pastro.....p.

107

Anticomunismo, antissemitismo e atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar

José Airton de Farias.....p.

123

As imagens da Ditadura Civil-Militar brasileira: um olhar sobre a propaganda oficial nos cinejornais da Agência Nacional (1964-1979)

Isadora Dutra de Freitas.....p.

142

A defesa dos direitos humanos nos tempos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985): a ineficácia dos mecanismos institucionais e a vigilância dos grupos e movimentos sociais de direitos humanos

Leonardo Fetter da Silva.....p.

162

Dossiê Educação

“Deus, Pátria e Família”: proposta de uma aula de História sobre o fascismo no Brasil

Caio Henrique Silva Fernandes e Joice Cristiane Machado.....p.

183

Artigos Livres

De Achegas a Reminiscências: vivido, memórias acionadas e reapropriadas de Mons. João Maria Balem (1920-1950)

Vanessa Gomes de Campos.....p.

199

O arquivo pessoal do professor Walter Fernando Piazza: honrarias de um educador catarinense

Vinícius Bosignari.....p.

213

A independência vai ao cinema: construções e reflexões acerca de Independência ou Morte (1972)

Danilo Mendonça.....p.
225

De propriedade a proprietária, ou, Duas africanas senhoras de escravizadas (Recife, Século XVIII)

Filipe Marinho de Melo.....p.
242

A propósito da ciência de Polícia ou da Polizeiwissenschaft

Pâmela Campos Ferreira.....p.
260

Escrever para fugir da morte: a trajetória literária de Evandro Affonso Ferreira e as sensibilidades do tempo presente

Juliano Lima Schualtz.....p.
276

“Todos os domingos eles se encontravam, toda a ‘portuguesada’”: práticas culturais e sociabilidades de imigrantes portugueses em Caxias do Sul/RS (1910-1950)

Luiza Ebert de Oliveira.....p.
291

História indígena no Brasil: balanço histórico do conflito pela terra a partir do final do século XIX e sua regionalização em Pinhalzinho (Tomazina/PR)

Giovana Eloá Mantovani Mulza.....p.
306

Gêneros não-binários etnohistóricos: O gênero Muxe e a colonialidade

Gabriel Ferreira Simionato.....p.
318

Brasília: a repercussão da construção do século na imprensa brasileira

Henrique Knebel Visnievski e Rafaela Silveira.....p.
338

Resenhas

Ensino de História e Internet: Aprendizagens conectadas

Larissa Azevedo da Silva.....**p.**

356

Bolsonaro e História do Tempo Presente

André Bialeski Vieira.....**p.**

360

Apresentação do Número 12

Caríssimos (as) autores, editores, parceiros em geral da Revista Discente Oficinas de Clio, é com grande alegria que podemos apresentar mais um número a ser publicado em nossos editais, deixando cada vez mais claro e conciso o nosso compromisso com a divulgação científica séria e de importância impar pelo tempo em que vivemos. Buscando manter a periodicidade, a Clio traz a nossos leitores diversos artigos enquadrados em dossiê temático, artigos livres, voltados à educação e resenhas de livros – atuais, mantendo o debate fresco, visto que nosso prazo para aceite de resenhas é de até três anos desde que o manuscrito fora publicado – que se encontram dentro do imenso guarda-chuva que é o campo historiográfico e seus derivados, bem como complementares temas de discussão.

Para compor nosso décimo segundo número, foram selecionados 22 trabalhos, sendo 9 sob o dossiê *Ditaduras e golpes do Cone-Sul: diferentes fontes e perspectivas históricas*, proposto pela doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Camila de Almeida Silva, e pelo doutorando do PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Leonardo Fetter da Silva, 1 em nosso dossiê voltado a experiências de ensino – como estágios e aplicação de projetos -, 10 na seção de artigos livres e, por fim, 2 resenhas.

Iniciando nossa apresentação pelo Dossiê Educação, que conta com o artigo intitulado “*Deus, Pátria e Família*”: proposta de uma aula de História sobre o fascismo no Brasil, fruto da experiência de estágio supervisionado realizada no modo remoto dos graduandos em história pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Caio Henrique Silva Fernandes e Joice Cristiane Machado. A prática docente foi elaborada pelos autores a partir da temática do fascismo em âmbito nacional e estadual (Santa Catarina), dando ênfase para os desdobramentos da Ação Integralista Brasileira em ambos os cenários. Dessa forma, ao longo do artigo são apresentadas tanto os desafios enfrentados pelos estudantes no ensino remoto quanto a importância das discussões sobre o fascismo na história do Brasil e a emergência da defesa da democracia.

Em seguida, partimos aos artigos livres, estes que seguem a liderança de Vanessa Gomes de Campos, mestranda da Universidade de Passo Fundo (UPF), que escreve: *De Achegas a Reminiscências: vivido, memórias acionadas e reapropriadas de Mons. João Maria Balem (1920-1950)*, e apresenta discussões sobre o conceito de memória a partir dos acervos pessoais. Em sua narrativa, a autora analisa os processos de rememoração e reapropriação da narrativa de Balem e a relação do mesmo enquanto produtor desse acervo

peçoal. Além disso, também são apontadas algumas das possibilidades de pesquisa que podem surgir a partir do olhar de historiadores e historiadoras para essas fontes que, segundo a autora, ainda são pouco exploradas.

No artigo intitulado *O arquivo pessoal do professor Walter Fernando Piazza: honrarias de um educador catarinense*, de autoria do graduando em história pela UFSC, Vinícius Bosignari, são apresentadas reflexões sobre o uso dos arquivos pessoais para pesquisas históricas que versem sobre o estudo de trajetórias. O artigo analisa o arquivo pessoal do professor Walter Fernando Piazza, as fontes materiais que o compõem e, por fim, apresenta alguns resultados iniciais sobre a importância dessas discussões para as investigações sobre a história da educação no estado de Santa Catarina.

Em seguida, uma análise da Independência do Brasil a partir do audiovisual nos é apresentada por Danilo Mendonça, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em artigo denominado *A independência vai ao cinema: construções e reflexões acerca de Independência ou Morte (1972)*. Seu trabalho se concentra no longa-metragem dirigido por Carlos Coimbra e procura refletir sobre as escolhas narrativas, a construção dos personagens e a influência da obra no mercado cultural. Com tal estudo, o artigo tece considerações sobre cinema e história e sobre um momento em que o Estado procurava suscitar um sentimento patriótico nos mais diversos âmbitos.

Diretamente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Filipe Marinho de Melo traz contribuição para a história social da escravidão. Denominado *De propriedade a proprietária, ou, Duas africanas senhoras de escravizadas (Recife, Século XVIII)*, seu texto se debruça sobre os significados culturais, políticos e sociais da posse de escravizadas de duas africanas libertas no Recife, segunda metade do século XVIII. O autor procura ir além dos apontamentos da historiografia, os quais enfatizam o caráter de assimilação. Sua proposta é analisar o fenômeno em uma dimensão Atlântica considerando que a posse de escravizados era adaptação tanto da prática africana quanto a da América portuguesa.

A seguir, no artigo intitulado *A propósito da ciência de Polícia ou da Polizeiwissenschaft*, Pâmela Campos Ferreira, doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), dedica-se à temática da polícia. A autora realiza alguns apontamentos sobre as linhagens do paradigma do Estado de Polícia, tal como este constituiu-se nas monarquias europeias entre os séculos XVI, XVII e XVIII. Ademais, apresenta reflexão sobre as origens do termo “police” e dos modelos que influíram na tratadística da ciência de polícia. Prestigia-nos, por fim, com análise da obra *Traità de la Police*, de Nicolas Delamare, um importante texto da polizeiwissenschaft.

O autor Juliano Lima Schualtz, graduando do curso de licenciatura em história da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), escreveu o artigo intitulado *Escrever para fugir da morte: a trajetória literária de Evandro Affonso Ferreira e as sensibilidades do tempo presente*, em que, a partir de uma abordagem interdisciplinar, analisa a trajetória do escritor brasileiro contemporâneo Evandro Affonso Ferreira (1945-) em seu momento inicial, chamado de vida palavra e o papel da escrita, e em sua segunda fase de produção literária, nominada de morte homem que compõe a trilogia do desespero. A partir do estudo das obras *Minha mãe se matou sem dizer adeus* (2010), *O mendigo que sabia de cor os adágios de Erasmo de Rotterdam* (2012) e *Os piores dias de minha vida foram todos* (2014), Schualtz busca apontar as sensibilidades do tempo presente, sobretudo a precariedade, o luto e a morte.

Logo após, Luiza Ebert de Oliveira, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), escreveu o artigo *“Todos os domingos eles se encontravam, toda a ‘portuguesada’”: práticas culturais e sociabilidades de imigrantes portugueses em Caxias do Sul/RS (1910-1950)*, identificando, a partir da análise de jornais e entrevistas, as camadas de memória, práticas culturais e sociabilidades deixadas pela imigração portuguesa em Caxias do Sul/RS entre as décadas de 1910 a 1950. A autora também problematiza uma narrativa existente na cidade em que se enaltece a perspectiva dos imigrantes italianos e seus descendentes sem se considerar a contribuição de outros grupos que participaram da formação da cidade. Dessa forma, discute a memória enquanto uma função decisiva na existência, com potencialidade de interferir nas representações do presente.

Giovana Eloá Mantovani Mulza, doutoranda em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), clama autoria de *História indígena no Brasil: balanço histórico do conflito pela terra a partir do final do século XIX e sua regionalização em Pinhalzinho (Tomazina/PR)*, apontando, primeiramente, as modificações sofridas na política indigenista brasileira mediante os diferentes contextos históricos do país. A autora também discorre sobre as disputas por terras indígenas, fenômeno presente até nos dias atuais, identificando a atuação do Estado nesses conflitos. Por fim, Mulza faz um estudo de caso, discutindo as expressões regionais dos confrontos na Terra Indígena de Pinhalzinho, localizada na cidade de Tomazina (PR).

Em *Gêneros não-binários etnohistóricos: O gênero Muxe e a colonialidade*, Gabriel Ferreira Simionato, mestrando pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), propõe que a binariedade de gênero é uma construção imposta pelo colonialismo. Para tanto, Gabriel Simionato faz um estudo de caso dos muxes entre os zapotecas, no México. Este

gênero não-binário e não-colonial performa tanto características femininas quanto masculinas, além de características próprias, rompendo com a binariedade imposta pela colonização à lógica zapoteca. Membras integrantes da sociedade, as muxes servem de exemplo para pensarmos para além da lógica binária de gênero.

Em *Brasília: a repercussão da construção do século na imprensa brasileira*, Henrique Knebel Visnievski, graduando de jornalismo pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Rafaela Silveira, graduanda de engenharia de controle e automação pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFSUL), analisam como o projeto ambicioso do então presidente Juscelino Kubitschek foi analisado e debatido pela mídia brasileira, tais como *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*, bem como o papel que perpassaram jornalistas e o sistema noticiário brasileiro na década de 1950.

Dando sequência, chegamos à nossa seção de resenhas, em que duas figuram como personagens principais e ocupam os holofotes. Larissa Azevedo da Silva, graduanda em história da UFPel, realiza uma análise da obra *Ensino de História e Internet: Aprendizagens conectadas*, organizada pelos doutores Osvaldo Rodrigues Junior e Marcelo Fronza, percorrendo sobre sete artigos que compõem a obra e os temas abordados por estes, até chegar ao impacto que a pandemia da covid-19 teve sobre a sala de aula, bem como a brusca mudança que exerceu sobre essa – vide plataformas online, o não contato e o ensino à distância.

Por fim, a resenha – intitulada *Bolsonaro e História do Tempo Presente* - que fecha nosso número é de autoria de André Bialeski Vieira, graduando da UDESC. Neste trabalho do livro *Do Fake ao Fato: des(atualizando) Bolsonaro (2020)*, organizado por Bruna Klem, Mateus Pereira e Valdeci Araujo, André Vieira aponta que a obra apresenta uma compreensão (1) da eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e (2) o “efeito Bolsonaro”. O autor também divide a obra em dois blocos temáticos: o primeiro, a respeito do negacionismo histórico vinculado à figura de Bolsonaro; e o segundo trata da ligação entre religiosos (especialmente evangélicos) e Bolsonaro. Ambos os temas são permeados pelas redes sociais e por fake news, instrumentos utilizados para eleger o atual presidente do Brasil em 2018.

Equipe Editorial:

Márcia Janete Espig

Ariane Regina Bueno Cunha

Bethânia Luísa Lessa Werner

Douglas Reisdorfer

Fernando Antônio Brod

Isabelle Brancão Chaves

Larissa Ceroni de Moraes

Luiz André Gasparetto Pagoto

Vitor Borges da Cunha

Apresentação do Dossiê:***Ditaduras e golpes do Cone Sul: diferentes fontes e perspectivas históricas***Camila de Almeida Silva,¹ UFSMLeonardo Fetter da Silva,² PUCRS

Quando falamos em ditaduras e golpes no Cone Sul estamos nos referindo a um conjunto de experiências vivenciadas, e em grande medida compartilhadas, por argentinos, brasileiros, chilenos, paraguaios e uruguaios na segunda metade do século XX. Experiências que transcendem a temporalidade do passado e estão vivas em diferentes formas no presente dessas sociedades. Portanto, falar delas é lidar constantemente com um passado aberto, um passado que influi diariamente no presente, um passado com demandas e disputas no presente. E aos historiadores e historiadoras dedicados a essas experiências cabe o desafio do equilíbrio das temporalidades.

Falar em ditaduras e golpes no Cone Sul também é, para uma historiografia mais recente, compreender as proximidades, especificidades e as nuances dessas experiências, com o objetivo de questionar e superar as narrativas uniformizadoras. Nesse sentido, ao mesmo tempo que há um esforço de compreender as conexões e aproximações entre as ditaduras militares no Cone Sul, também é rica a produção que visa analisar as especificidades nacionais e locais das vivências, existências e resistências sob arbítrio, repressão e controle ditatorial.

Numa mesma direção de esforço, os olhares das pesquisas históricas sobre essas ditaduras também estão direcionados para diferentes atores e personagens. As esquerdas e as resistências, que sempre estiveram em destaque na historiografia, ganham novos olhares e abordagens, ao mesmo tempo que, nas últimas décadas, as direitas têm sido um objeto de estudo crescente, bem como as diferentes formas como os diversos atores e setores sociais se relacionaram com as ditaduras e golpes no Cone Sul. A partir dessa renovação dos objetos de pesquisa, e estimulados pela abertura dos arquivos e acervos históricos ao final do século XX e início do século XXI, os historiadores e historiadoras também se voltaram para o estudo dos Estados ditatoriais, buscando, entre outras coisas, compreender as suas diversas esferas e os atores ali inseridos.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista CAPES/DS. Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: casilva2015@gmail.com

² Doutorando e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPq. E-mail: leonardofetter.if@gmail.com

Nesse emaranhado de atores e relações, as ditaduras no Cone Sul, os golpes e os grupos organizados em cada um desses países se constituíram como ricos objetos de análise para compreendermos o passado e a história do presente da região e suas sociedades. Mais do que isso, a intensificação das pesquisas com o intuito de avançar as análises para além das fronteiras nacionais também vem permitindo observar experiências e aspectos transnacionais correlacionados e compartilhados por essas sociedades sul-americanas, em um mesmo período histórico e um mesmo espaço geográfico.

O Brasil, o primeiro a romper com a democracia, em 1964, se configurou como um polo disseminador de diferentes estratégias repressivas, permitindo que se tornasse uma espécie de “laboratório” exportador de modelos e técnicas no intuito de “combater a subversão” (FERNANDES, 2009). Inserido nisso, a polarização ocidente *versus* oriente, com o fortalecimento e o crescimento das direitas, se apropriou de uma tradição anticomunista presente nas elites e classes médias da América Latina desde o início do século XX. E, nesse sentido, o anticomunismo foi o medo mobilizador e esteve presente na conceituação desse período. Um dos elementos utilizados no Brasil e demais países do Cone Sul para operacionalizar as preocupações do Estado em relação ao chamado “perigo vermelho” foi a Doutrina de Segurança Nacional, materializando conceitos flexíveis como subversão, desenvolvimento, fronteiras ideológicas e inimigos.

A Operação Condor, oficializada entre 1974 e 1975, segundo relatório do Departamento dos Estado Unidos, somente formalizou uma recorrente relação entre os sistemas repressivos dos países do Cone Sul (BRASIL, 2014). Nessa conjuntura, o Brasil já pressionava o Uruguai, em função de sua condição estratégica e por ter sido o principal destino escolhido para o exílio de brasileiros, a encontrar meios de vigiar esses exilados, tratados como “inimigos internos”. A ditadura Argentina se estabeleceu em 1976, enquanto no Uruguai em 1973, contudo, as conexões repressivas já estavam consolidadas antes disso, em função da pressão brasileira para o controle dos exilados, mas também, como destaca Jorge Fernandez (2011, p. 224), em função da “atuação da repressão na linha de fronteira, [que] tinha uma dinâmica peculiar”, que já faziam o controle do espaço em regime de colaboração.

Os artigos e pesquisas que compõem o Dossiê *Ditaduras e Golpes no Cone Sul: diferentes fontes e perspectivas históricas* apresentam, em grande medida, a inserção das pesquisas historiográficas no entrelace das temporalidades do passado e presente; nas relações entre diferentes experiências nacionais e, ao mesmo tempo, as especificidades locais; na diversidade de vivências, atores, personagens e posições; e, principalmente, na multiplicidade

de temas e abordagens que constroem a grande colcha de retalhos que constitui a(s) história(s) das ditaduras e os golpes na Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e, em especial, Brasil.

Começamos com o artigo de Darlise Gonçalves de Gonçalves - aluna do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) - que evidencia o esforço historiográfico de compreender a vivência de agentes sociais fora dos centros urbanos na ditadura civil-militar brasileira. A partir da análise da Operação Limpeza na cidade de Jaguarão (RS), no ano de 1964, a autora busca discutir e apresentar as particularidades da resistência em espaços transfronteiriços. Nessa mesma direção das vivências locais, Caio Vinicius Silva Teixeira, mestre pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) realiza em seu trabalho uma análise das representações sobre a ditadura civil-militar construídas pela elite política da cidade de Campo Maior (PI), buscando observar, no período entre 1964 e 1978, como seus membros influenciaram outras esferas e grupos locais e se tornaram agentes legitimadores do regime.

Por sua vez, o artigo de autoria de Matheus Bomfim e Silva, graduando da Universidade Federal do Ceará (UFC), propõe uma reflexão sobre o campo cultural e o meio artístico sob a ditadura brasileira, em específico, os artistas “cafonas”, ou do brega, Waldick Soriano, Fernando Mendes, Paulo Sérgio e Odair José. Em seu trabalho, podemos observar que esses artistas, embora considerados não engajados, são uma importante fonte para entendermos o Brasil na ditadura civil-militar e a expressão dos mais pobres que sofreram com a desigualdade da época.

Três artigos buscam construir análises transnacionais e comparativas: primeiramente, a pesquisa de Laura do Nascimento de Moraes, aluna da Universidade de Brasília (UnB), que realiza um estudo comparativo entre duas diferentes organizações da esquerda armada, a brasileira Ação Libertadora Nacional e o chileno Movimento de Izquierda Revolucionaria, buscando compreender como o projeto do socialismo foi posto nas duas diferentes sociedades e conjunturas; posteriormente, o trabalho de Laura Bittencourt Alves – graduanda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – que, a partir da perspectiva comparada, observou as similaridades e diferenças do processo de transição ao final das ditaduras do Brasil e Argentina, assim como as disputas de memória decorrentes; e, por fim, o artigo da doutoranda pela UnB, Tamara Claudia Coimbra Pastro, em que apresenta a potencialidade da análise histórica-comparativa sobre a Justiça de Transição e a redemocratização no Cone Sul, em especial, na Argentina, Brasil e Uruguai, a qual possibilita o estabelecimento de novos marcos teóricos para as especificidades das experiências na região.

O anticomunismo também compõe o dossiê, com a pesquisa do recém doutor da Universidade Federal Fluminense (UFF), José Airton de Farias, que destaca como esse sentimento foi tomado como fundamento da ruptura institucional e direcionado ao movimento de organizações judaicas em defesa da democracia e pela flexibilização da ditadura, alimentado pelo antissemitismo. Em um outro cenário, Isadora Dutra de Freitas, doutoranda pela PUC-RS, traz um olhar sobre a propaganda oficial nos cinejornais da Agência Nacional, explorando o processo das representações do Estado brasileiro na ditadura civil-militar, entre os anos de 1964 e 1979.

Ao final do dossiê, o artigo do aluno de doutorado da UFRGS, Leonardo Fetter da Silva, sob um olhar das políticas e a defesa dos direitos humanos no Brasil, analisa e relaciona duas instâncias: o controle e a ineficiência dos canais institucionais de denúncia de crimes e violações, bem como a vigilância dos movimentos sociais de direitos humanos na ditadura.

Esses artigos reunidos no dossiê demonstram uma multiplicidade de temas e enfoques sobre a ditadura civil-militar brasileira e as demais no Cone Sul. Também evidenciam, em sua diversidade, a qualidade de debates e pesquisas que estão sendo realizados por historiadores e historiadoras em diferentes níveis de formação. Tais estudos não só significam avanços historiográficos sobre o tema e suas especificidades, mas contribuem socialmente no preenchimento das lacunas ainda abertas, numa melhor compreensão das experiências vividas e na elucidação dos questionamentos do presente.

Por fim, para finalizar a apresentação do nosso dossiê, gostaríamos de registrar uma pequena homenagem ao professor e historiador Enrique Serra Padrós. Ele nos deixou diferentes legados, por suas produções acadêmicas em torno das experiências das ditaduras do Cone Sul e por sua trajetória militante, sempre em consonância com a defesa dos direitos humanos, da democracia e por justiça. Ele foi referência para gerações de historiadores e historiadoras e continuará sendo para as futuras. Seu legado está presente neste dossiê.

Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Departamento de Estado dos EUA. **Operação Condor e a ditadura no Brasil**. Disponível em: https://issuu.com/cnv_brasil/docs/19760300_summary_of_argentine_law_a. Acesso em: 20 set. 2022.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira**: as conexões repressivas entre a Ditadura Civil-Militar Brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17527> . Acesso em: 21 set. 2022.

FERNANDEZ, Jorge Christian. **Anclaos en Brasil:** a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, p. 224. Disponível em: [_https://lume.ufrgs.br/handle/10183/71934](https://lume.ufrgs.br/handle/10183/71934). Acesso em: 17 set. 2022.

“Talvez tenha havido injustiça, mas que tal serviu para demonstrar que felizmente em Jaguarão não existia expurgo a fazer”: A Operação Limpeza e a repressão a setores trabalhistas na “pacata” Jaguarão (1964)

"There may have been injustice, but that this served to demonstrate that fortunately in Jaguarão there was no purge to do": Operação Limpeza and repression of trabalhistas sectors in Jaguarão (1964)

Darlise Gonçalves de Gonçalves,¹ UFPel

Resumo

Durante muito tempo, a história da ditadura brasileira foi narrada a partir das vivências e experiências ocorridas nos grandes centros urbanos, sobretudo no Sudeste do país. Entretanto, este é um panorama que vem aos poucos sendo revertido. Destacam-se nesses novos estudos, as vivências de outros atores sociais, esmiuçando outras formas de resistência, para além da armada, e levando em conta as especificidades dos diferentes setores da sociedade brasileira a partir de um recorte regional, por exemplo, afinal o país possui um vasto território e as formas de resistência e repressão possuem suas particularidades de acordo com o espaço em que se desenvolvem. Ao encontro dessa perspectiva caminha esse artigo que, sendo parte de uma pesquisa mais ampla, pretende discutir a Operação Limpeza e sua consequente repressão a setores trabalhistas após o Golpe de 1964 na interiorana e fronteira cidade de Jaguarão - RS.

Palavras-chave: Operação Limpeza; Trabalhismo; Repressão; Jaguarão.

Abstract

For a long time the history of the Brazilian dictatorship was narrated from the experiences and experiences that occurred in large urban centers, especially in the Southeast of the country. However, this is a panorama that is gradually being reversed. In these new studies, the experiences of other social actors stand out, detailing other forms of resistance, besides the armada, and taking into account the specificities of the different sectors of Brazilian society from a regional section, for example, after all the country has a vast territory and the forms of resistance and repression have their particularities according to the space in which they develop. To meet this perspective walks this article that, being part of a broader research, intends to discuss Operação Limpeza and its consequent repression of trabalhistas sectors after the 1964 in Jaguarão- RS.

Keywords: Operação Limpeza; Trabalhismo; Repression; Jaguarão.

Introdução

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Suas pesquisas têm como foco de análise das relações de solidariedade estabelecidas entre agentes fronteiriços brasileiros e uruguaios durante o período ditatorial de ambos os países. Paralelamente, trabalha com questões voltadas para o ensino da temática da ditadura brasileira a partir de uma perspectiva local com o projeto, ainda em desenvolvimento, Caminhos da Resistência em Jaguarão. Escreve a coluna História da Ditadura: vivências e resistências para além dos grandes centros urbanos para o site História da Ditadura.

Esse estudo dedica-se especialmente a pensar os primeiros meses da ditadura na fronteira cidade de Jaguarão. Município gaúcho com cerca de treze mil habitantes, separado de sua vizinha oriental, Rio Branco, pela Ponte Internacional Barão de Mauá, que, assim como todas as fronteiras vivas, pautava suas relações cotidianas em uma forte integração de fato entre os dois povos (MAZEI, 2012). Fator esse que é fundamental para compreendermos os reflexos, preocupações e aspirações da ditadura para a referida região, bem como, as brechas e manobras de ação daqueles que nela residiam.

O elemento central de nossa análise será a repressão desferida contra setores trabalhistas locais após a Operação Limpeza, ocorrida durante a primeira quinzena de abril de 1964. Antes de tudo, devemos pontuar que o Golpe de 1964 não fora “parido” da noite para o dia, ele estava sendo gestado há alguns anos. Entretanto, esse processo se intensificou com a renúncia de Jânio Quadros (UDN) em 1961, pois a posse do seu vice João Goulart (PTB)² à presidência acenava para retomada de um projeto nacionalista que estava adormecido desde a morte de Vargas em 1954.

Também não deve ser desprezado o fato de que as eleições de 1960 foram a segunda vez consecutiva em Jango faz expressiva votação para o cargo de vice-presidente da República, o que é algo significativo em um contexto em que a eleição ocorria de forma separada para os cargos de presidente e vice. Pois, de certa forma, isso fazia com que o vice fosse eleito a partir do seu prestígio nominal, e não a reboque da simpatia popular pela qual gozava o candidato à presidência.

Nacionalmente as bases do trabalhismo surgiram em 1942, quando começavam a serem apagadas as luzes do Estado Novo (1937-1945). Portanto, “a ideologia trabalhista nasceu vinculada ao getulismo, ao nacionalismo e ao intervencionismo de um Estado protetivo que Vargas então encarnava” (GOMES, 2004, p.16). Em 1945 durante a

² O curto governo Jango foi marcado por grande efervescência de lutas sociais: Temos as ligas camponesas, numerosas no nordeste; a luta pela terra ganha força em diversos estados; as greves do setor assalariado urbano se proliferam; e o movimento estudantil, além de lutar por questões ligadas ao ensino, unia-se com os dois primeiros grupos em atos públicos. Visando acalmar os ânimos, o presidente encaminha ao congresso o programa das reformas de base, vagas na prática, porém suficientes para por em frenesi setores conservadores da sociedade, tendo início uma ampla movimentação de desmoralização do governo Jango. Especialmente no Rio Grande do Sul algumas questões devem ser colocadas: Nas eleições de 1962 Brizola não conseguiu fazer um sucessor ao governo do estado, que passou a ser governado por Ildo Meneghetti, representante da Ação Democrática Nacional, sob a qual se reuniam todos os partidos conservadores do estado. Apoiado pela maioria do Legislativo, que objetivava uma coalizão para lutar contra a influência da bancada petebista, seu governo contou também com o apoio da Brigada Militar, conivente e atuante com o Executivo durante a escalada repressiva desferida contra os movimentos sociais rurais e urbanos que eram estimulados durante o governo Brizola. Nesse cenário que em certa medida “antecipava” parte do modus repressivo que daria a tônica no pós 1964 estavam fixadas as bases de apoio e sustentação aos golpistas. Entretanto, no imediato pós Golpe Brizola ainda nutriu planos de reeditar o movimento Legalista de 1961, nesse interim Jango optou por evitar uma guerra civil e rumou para o exílio nos primeiros dias de abril. Brizola por sua vez ainda ficou mais trinta dias no estado buscando rearticular a resistência, mas em maio daquele anos acabou tomando o mesmo caminho do cunhado.

reorganização da vida partidária do país, a ideologia política trabalhista passou a ser encampada pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sendo este posto enquanto uma alternativa de setores varguistas ao Partido Comunista (PC) que vinha ganhando força entre a classe trabalhadora.

É interessante colocarmos desde já que, apoiados nos estudos de Angela de Castro Gomes, compreendemos o fenômeno trabalhista “tanto como uma ideologia política, quanto como uma tradição política, pertencente ao universo de fenômenos que integram o que se pode considerar uma cultura política bastante compartilhada no País” (GOMES, 2004, p.15). E é nesse sentido, enquanto um fenômeno ideológico ocorrido durante o período republicano pós Estado Novo, que o trabalhismo foi sofrendo as transformações e apropriações necessárias para o atendimento das demandas de sentido e unidade de diferentes grupos ao longo de sua existência.

Dentre esses “diversos trabalhismos”, destacaremos nesse estudo dois momentos que, de acordo com nossa percepção, são fundamentais para compreendermos os contornos e a aceitação dessa ideologia política junto às massas durante os anos de 1960. O primeiro deles ocorre após a morte de Vargas, momento em que o trabalhismo sofre uma significativa expansão e reconfiguração. Embora, ainda nesse período “a ideologia e a tradição trabalhistas [continuassem] marcadas pela defesa dos direitos do trabalhador, pelo nacionalismo e pela proposta de um Estado intervencionista e protetivo” (GOMES, 2004, p.18). Foram acrescentadas a essas pautas novos temas, dentre os quais teve grande significância as Reformas de Base³. Sendo que foi durante essa fase (1954-1964) que o PTB se expandiu e se interiorizou, contando com inúmeros diretórios pelos “interiores” do país. E se tratando do estado do Rio Grande do Sul, este poderia ser considerado “um reduto trabalhista de especial inserção política” (BRANDALISE; HARRES; 2017, p.7), fator este que fez com que a significativa presença e atuação do PTB regional pautasse a dinâmica política do Rio Grande do Sul de 1945 a 1964 (Ibidem. p.15).

Essa ampliação dos alcances da retórica petebista está, segundo nossa percepção, associada diretamente ao segundo momento que aqui nos interessa observar. Pois, após o Golpe de 1964, que interrompeu brutalmente esse movimento do partido “rumo a esquerda”, era evidente, a partir da percepção da ditadura, o perigo representado por tais ideias e ideais.

³ Conjunto de medidas propostas pelo governo Jango que objetivavam reestruturar as instituições políticas, jurídicas e econômicas do país. Visando, atenuar o quadro de desigualdade social da época.

Assim, a nova ordem vigente, apoiada nos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional⁴, associou o trabalhismo e seus representantes a ideia de um dos inimigos internos⁵ a ser duramente combatido e reprimido pelo “bem da nação”.

Diante desse panorama, para que possamos compreender minimamente os atores e as práticas de repressão e resistências presentes no espaço fronteiriço a que se dedica esse estudo, é igualmente fundamental termos em conta como se deram os dias que se seguiram ao Golpe de 1964 nessa fronteira, bem como, apreender a atuação da Operação Limpeza; os primeiros expurgos, prisões e cassações; os modos de atuação da repressão localmente; assim como, os modos como essa recaiu sobre os setores trabalhistas da cidade, que fora o principal grupo atingido. Pois essas características, e outras, condicionavam as relações sociais e o viver em fronteira naqueles anos, e, logo, são fundamentais para a compreensão das particularidades presentes nas múltiplas relações estabelecidas entre repressão e resistências naquele espaço, conforme pretendemos demonstrar nas páginas que se seguem.

A Jaguarão dos anos 1960: Da “calmaria” cotidiana ao alvoreço da “Revolução”⁶

Após o golpe uma das primeiras medidas da ditadura foi varrer da vida pública todo e qualquer resquício de oposição, apoiados no Ato Institucional nº1 (AI-1). De acordo com a pesquisadora Maria Elena Moreira Alves, este dispositivo assegurava à ditadura a institucionalização da “revolução”, garantindo ao novo governo “os meios indispensáveis a obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral no Brasil” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 9 e 11 de Abril de 1964, Apud. ALVES, 1984, p.53). Assim, com ele estava aberto o caminho para a “Operação Limpeza”, pois o mesmo dotava o Executivo de plenos poderes. Logo, em síntese, essa manobra “facilitou os expurgos na burocracia de Estado e manteve sob controle os setores militares que discordavam da nova política ou estavam ligados ao período anterior” (ALVES, 1984, p. 55).

Nessa conjuntura, após o Golpe foram expurgados, do Oiapoque ao Chuí, principalmente indivíduos ligados ao antigo governo que integravam quadros burocráticos e

⁴ Concebida pelos Estados Unidos da América e difundida pelo mundo, a DSN tinha como objetivo máximo a contenção da ameaça comunista, sendo que, em sua concepção teórica, o conceito de comunismo era extremamente flexível, aplicável a todo e qualquer movimento que ferisse os interesses norte-americanos (FERNANDES, 2009, p. 34). O órgão responsável por sua assimilação e adaptação para o Brasil foi a Escola Superior de Guerra (ESG), passando a formar não só militares de alta patente como também civis.

⁵ Conceito de definição maleável utilizado pela ditadura para caracterizar seus opositores.

⁶ Esse artigo é uma adaptação do capítulo 2.2 da dissertação da autora: GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

militares, porém estes não foram os únicos atingidos. Para tal finalidade as três forças militares foram mobilizadas “segundo técnicas predeterminadas de contra-ofensiva” (ALVES, 1984, p.59), não se limitando apenas a realização de um “pente-fino” somente em organismos políticos e burocráticos. Logo, além da cassação de mandatos políticos e exonerações em larga escala, a repressão passou a atingir diretamente a população a partir da elaboração, nos quartéis, de listas contendo os nomes dos indivíduos que deveriam ser expurgados e presos.

De acordo com Alves (1984), nos primeiros meses de ditadura, em todo o País, cerca de 50.000 pessoas teriam sido presas. Ainda segundo a autora, precisar tal número se torna impossível, pois:

As técnicas de busca e prisão – as operações “arrastão” e “pente-fino” – permitiam a detenção de qualquer pessoa que não pudesse provar a sua inocência ou apresentar documentos de identificação. Além disso, faziam parte da estratégia de intimidação as detenções temporárias – geralmente acompanhadas de espancamentos ou tratamento violento por algumas horas – e a pronta liberação, antes que pedidos de *habeas corpus*⁷ pudessem ser apresentados. Dessa maneira, os militares esquivavam-se à supervisão do sistema legal e podiam agir quase sem limitações (ALVES, 1984, p. 59).

A fronteira Jaguarão não ficou alheia a tal prática, e no dia 16 de abril de 1964, o jornal local noticiava a devassa realizada pela Operação Limpeza no município (A Folha. Ed. 16 de abril de 1964, p.2). Uma das primeiras entidades a ser atingida por esses expurgos foi a União Jaguarense dos Estudantes Secundaristas (UJES), todavia ela não foi a única. Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), esse “pente-fino” não foi operado de maneira indiscriminada na sociedade. Tal estratégia obedecia a uma lógica voltada para atingir áreas consideradas estrategicamente sensíveis à segurança nacional, e, por isso, compreendidas como focos de possíveis núcleos de oposição. Eram elas: política, econômica, psicossocial e militar. Nesse sentido, a autora destaca que os setores sociais especialmente visados foram “líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo” (ALVES, 1984, p.59). Como podemos perceber nas falas de nossos colaboradores⁸, especialmente na fala de Ricardo (2018), alguns desses núcleos apontados pela autora estão entre os setores atingidos em Jaguarão.

⁷ O direito a apresentação de um *habeas corpus* em casos enquadrados enquanto crimes contra a segurança nacional será proibido com o AI-5 em 1968.

⁸ Apoiados no método de história oral, realizamos entrevistas temáticas com diferentes personagens atuantes dentro das redes de mobilidade que auxiliaram na realização da Travessia para o Uruguai daqueles que em território brasileiro eram perseguidos políticos. Também foram ouvidos durante a pesquisa moradores que atuaram política e culturalmente na época, e, ainda, foi realizada uma entrevista de memória herdada, ou seja, o narrador não apresenta nela suas próprias vivências, mas sim o que lhe foi narrado. Contamos ainda com entrevistas que foram produzidas por outros pesquisadores.

No campo político, de acordo com Alves (1984), o objetivo era “varrer” da cena política todos os indivíduos que tivessem ligados ao governo anterior, bem como, aqueles pertencentes a partidos “comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e movimentos sociais do período anterior a 1964” (ALVES, 1984, p.59). Na cidade de Jaguarão foram especialmente atingidos os indivíduos ligados ao PTB, entretanto pela lógica de suspeição do período outros indivíduos sem vinculação partidária efetiva, mas com vinculação de amizade com os “suspeitos” acabaram sendo detidos também, conforme veremos. Diante desse cenário devemos destacar que a suspeita de subversão por associação foi algo recorrente na cidade, sendo uma das formas de disseminação do Terror mais eficientes. Essa taxação simbólica de “subversivo” ou “comunista” acabou por levar ao isolamento social indivíduos que em algum momento foram presos pela ditadura, afetando diretamente suas relações de trabalho e amizade na cidade.

Diante disso, é interessante notarmos que os três processos de pedido de indenização protocolados no âmbito da Comissão Especial de Indenizações do Estado do Rio Grande do Sul⁹ foram movidos por indivíduos que na década de 1990, quando teve início os trabalhos dessa Comissão, não mais residiam em Jaguarão. Embora, não dispomos de meios de precisar a data exata que deixaram a cidade, nos é possível levantar que devido a perseguição sofrida e a perda do emprego o senhor Dido Bezerra migrou com a família para Pelotas quando os filhos ainda eram pequenos, provavelmente em meados de 1960. Já o senhor Claudio Maria Ricardo deixou Jaguarão em 1967; em sua entrevista, ele levanta as dificuldades de continuar com uma vida normal em um espaço tão pequeno quanto Jaguarão após ser “fichado”:

eu sai de Jaguarão [inaudível] início de 1967, [...] se por um lado o pessoal do Exército não bateu na gente, no grupo lá, [...] eu e um outro eles liquidaram conosco. Porque eles nos colocaram, como se diz vulgarmente, fichados, nos colocaram no antigo DOPS com ficha, no Exército, no serviço secreto do Exército, e no SNI, como subversivos, comunista, entendessem? [...] era muito forte a repressão, mas não era a ponto de matar ninguém,

⁹ A Comissão Especial de Indenizações do Estado do Rio Grande do Sul é fruto da Lei Estadual nº 11.042/1998, que estabeleceu o reconhecimento e a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul em ter sido o causador de danos físicos e psicológicos a pessoas presas por motivações políticas no período de 1961 a 1979. Os processos decorrentes desta estão salvaguardados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERES), localizado em Porto Alegre, e a consulta a eles deve ser feita presencialmente mediante agendamento prévio. Para facilitar a localização dos indivíduos ligados a Jaguarão, utilizamos o catálogo “Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil”. Esse instrumento de busca, constituído por verbetes correspondentes aos 1704 processos movidos na Comissão, foi lançado no ano de 2014 durante a descomemoração dos 50 anos do Golpe de 1964. Nossa pesquisa se deu a partir do termo “Jaguarão”, diante do qual foram mostrados oito resultados. Destes, após um refinamento da pesquisa, foram descartados os nascidos na cidade, restando quatro processos de pessoas que haviam sido presas no município: Oribe Sergio Terra; Didio Bezerra; Claudio Maria Ricardo e Orlando Rodrigues dos Santos. Destes apenas Orlando não possuía vínculos com a cidade, tendo sido preso na fronteira e remanejado para outra localidade, por isso seu processo foi descartado. Os demais possuíam vinculação com o PTB, sendo este um dos elementos que motivou as detenções.

ninguém foi morto aí em Jaguarão, ninguém foi assassinado, o negócio era te vigiar. E o grande assassinato que nós tivemos foi da população, a maioria dos parentes, a maioria dos amigos, da sociedade em geral [...] aí onde é a Caixa Econômica Federal hoje, tinha o Café Comércio, era um café grande tinha umas sessenta mesas todo mundo sentava ali e conversava e tal..., depois da Revolução continuou, mas nós, por exemplo, que tínhamos um grupo de três ou quatro e alguns conhecidos assim, se nós chegássemos para conversar numa mesa alguma coisa em cinco minutos todo mundo saía. Os pais e as mães proibiram os outros estudantes, proibiram as moças de nos namorar, foi horrível isso daí, [...] muito mais que pelo Exército nos fomos expurgados pela sociedade de Jaguarão! [...] Tinha gente que gostava da gente e tal, mas não botavam a cabeça para fora porque na época os pais ainda eram determinantes para o posicionamento dos filhos, então não deixavam, nós começamos a ser pessoas nefastas à sociedade, à tudo (RICARDO, 2018).

A perseguição ao inimigo interno alastrou-se até mesmo pelos mais “pacatos” rincões do Brasil, fazendo-se sentir das mais distintas formas na vida cotidiana das pessoas. Gerando assim, diferentes posturas e atitudes sociais diante do estado de exceção que se apresentava. No caso de Oribe Terra, o mesmo teve que morar no Uruguai por três vezes, segundo relatou para a Comissão Especial de Indenizações após sua primeira detenção seus empregadores começaram a receber recados para o demitirem. As perseguições e ameaças a sua vida e a dos seus familiares diretos foram uma constante, chegando ele mesmo a sofrer um atentado.

Eu tive que me afastar de todas as pessoas que me procuravam por assuntos políticos, [...]. Depois desses fatos sofri uma agressão que não posso atribuir a ninguém [...]: Nos arredores da cidade, num local chamado “figueira” ou “Anjinho” por volta da meia noite ou mais, retornando de uma visita a uma namorada, fui abordado por três homens civis encapuzados, que me perguntaram: - Te es o Oribe, o comunista, o brizolista, o subversivo? E começaram a me bater com cassetetes [...] (APERES, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra).

É impossível precisarmos quem eram esses indivíduos, também não foram encontradas outras evidências da atuação de grupos paramilitares ou indivíduos de extrema direita na cidade. O que, à primeira vista, nos levaria a crer que este teria sido um caso a parte, uma ação isolada. Entretanto, a existência desses grupos, articulados ou não, é uma possibilidade que não pode ser descartada por completo, mesmo porque essa não foi a primeira armadilha em que Oribe caiu.

Na época dos bigurrilhos¹⁰ e pombos-correio¹¹ fui procurado por um cidadão uruguaio de apelido Tôto [...] propondo negócio com armas, que seriam

¹⁰ Figuras infiltradas na *Asociación de Ferrocarriles del Estado*, buscavam pombos-correios e fugitivos brasileiros para fazer denúncias às autoridades militares. A única informação que temos desses indivíduos provém do processo do senhor Oribe Terra, nossos demais colaboradores e documentação consultada não fazem menção a tal grupo.

trazidas do Uruguai com a participação do Brizola e do Jango para a “contra-revolução”, e me entregou um papel “guardanapo” [...] com um nome e um endereço para contato posterior. No dia seguinte eu fui preso (APERS, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra).

São recorrentes, também, os relatos de indivíduos que tiveram suas vidas diretamente afetadas por estarem vinculados a “elementos subversivos”. José Paulo Rodrigues Nobre, uma das testemunhas arroladas no processo do senhor Oribe relata que: “O visitei várias vezes no vizinho país, Uruguai, quando lá estive foragido; Que o mesmo só tomou essa decisão (fugir para o Uruguai) porque o ambiente instalado em Jaguarão era TERRIVEL; Que eu também temia por agressões” (APERS, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra). Clima semelhante de constante insegurança pode ser observado no relato do senhor José Cassiano Gomes do Santos, militar da reserva aposentado em 1962: “Em 1964 foi a Revolução... que prenderam os comunistas pra cá [Enfermaria]... eu tinha um amigo e colega [...] então ele falava [...] não leva o Cassiano pra... não ele é... ta sempre no PTB... mas eu morava ao lado e parava o carro ali e pensavam que eu tava no partido” (SANTOS, 2010).

Nesse período, o medo foi um dispositivo de controle eficiente, embora não fosse o único, que gerou respostas rápidas da população. Chegando a funcionar até mesmo como pedagógico, no sentido de garantir comportamentos exemplares e atitudes desejadas. Assim, em comum ambos depoimentos apresentam o temor de serem presos e sofrer as consequências decorrentes da detenção. Temor esse que possivelmente se apresentou para ambos com pesos e medidas distintas já que um deles estava diretamente vinculado a força militar. Entretanto, o interessante nisso tudo é o que ronda o âmbito da vida cotidiana dessas pessoas, pois nenhum dos dois estava envolvido organicamente com as disputas políticas daqueles anos, se fossem presos acusados de “subversão” essa acusação se daria por associação da pessoa deles a militância exercida por membros de seu círculo pessoal: amigos, parentes, vizinhos. Esse “temor por associação” é um dos múltiplos reflexos da cultura do medo no dia a dia das pessoas daquela época. Assim, a atmosfera de ansiedade na qual a sociedade estava mergulhada se potencializava diante da existência da probabilidade de ser associado a “subversão” a partir do envolvimento pessoal com um “comunista”, e logo acarretava, por muitas vezes, no cerceamento de gestos de solidariedade, o que, felizmente,

¹¹ Termo utilizado para indicar indivíduos ligados a figura do ex-governador gaúcho Leonel Brizola que passaram a transitar entre os dois países, durante o período em que Brizola esteve exilado no Uruguai, no intuito de levar e trazer informações, matérias, fundos para rearticular a resistência ao regime instaurado no Brasil. Índio Vargas logo nos primeiros capítulos do seu livro de memórias vai descrever alguns pormenores dessa atividade. Ver: VARGAS (1981).

não se apresentou no caso do senhor José Paulo Rodrigues Nobre, que mesmo temendo por si e pelos seus não deixou de prestar assistência ao seu amigo.

A pesquisadora Ludmila Catela destaca que “dependendo do contexto, a categorização como esquerdista pode ser extremamente estigmatizante” (CATELA, 2010, p. 316) vista como algo perigoso e que deve, por isso, ser extirpado da sociedade. Nesse sentido, o “comunista”, o “subversivo” se torna uma categoria ampla acolhida dentro da lógica do inimigo interno, que, nesse momento, em Jaguarão estava diretamente associada a quadros ligados ao PTB e ao Brizolismo. Conforme recorda o senhor Cassiano Santos “aqui era PTB... naquele tempo era PTB... tudo era comunista... [...] saia umas piadas... vamos prender os comunistas... mas como é que eu vou saber? Pergunta se é PTB, [então] prende que é comunista...” (SANTOS, 2010).

Estigma esse que marcou a ferro a geração que viveu o Golpe e deixou sequelas na vida cotidiana desses indivíduos e, também, nas gerações futuras que herdaram determinados padrões de comportamento de seus antecessores, sendo esses potencializados em algumas conjunturas sociais mais que em outras. De acordo com Jelin,

para muchos, los ‘restos’ o secuelas de un período autoritario no se superan fácilmente, y permanecen en las prácticas cotidianas como reacciones irreflexivas, incorporadas como hábito: no salir sin documentos de identidad a la calle, sentir amenazas, reaccionar con sobresalto a sirenas y uniformes. Junto a los silencios voluntarios, son ‘restos’ que quedan, huellas de un pasado ‘que no pasa’ en un sentido muy diferente al de Rousso: no se trata de la insistencia recordatoria y el reconocimiento permanente de los acontecimientos pasados promovidos por militantes de la memoria, sino todo lo contrario (JELIN, 2002, p. 132).¹²

Um exemplo disso que é colocado por Jelin, pode ser encontrado nessa pequena anedota familiar, a qual só fui capaz de entender quando passei a me dedicar ao estudo da temática das ditaduras: Meu avô, que viveu boa parte de sua vida na zona rural do município de Jaguarão e que não teve um envolvimento orgânico com o PTB de Brizola, evitava mencionar o nome do líder petebista mesmo em tempos de democracia. Não que ele não simpatizasse com o ex-governador, muito pelo contrário, mas era que segundo afirmava “lembrar do Brizola dá problema!”, frase essa verbalizada quando em 1995 uma das filhas

¹² Para muitos, as sequelas de um período autoritário não são superadas facilmente, e permanecem nas práticas cotidianas como reações involuntárias, incorporadas como hábito: não sair de casa sem documentos, sentir-se ameaçado, assustar-se com sirenes e fardas. Junto aos silêncios voluntários são permanências, marcas de um passado que “não passa” em um sentido muito diferente ao assinalado por Rousso: não se trata da insistência recordatória dos acontecimentos passados promovidos por militantes da memória, mas sim do contrário. Tradução livre feita pela autora.

(minha mãe) quis dar para o neto dele (na verdade neta, eu) o nome de Leonel.¹³

Como está sendo observado, o PTB foi o principal alvo da repressão a nível local, logo, o medo e o trauma gerados por esses episódios na população explicariam porque em 1995, já na democracia, intimamente meu avô ainda nutria o medo de “ter problemas” por estabelecer em sua família alguma espécie de associação a figura do Brizola. E meu avô não fora o único, seu Ladir, personagem apresentada por Carlos (2021) durante sua entrevista para esse estudo, pelos idos de 1990 guardava escondido atrás de uma das portas de seu escritório um pôster do ex-governador, objeto esse que só era mostrado para seus amigos mais próximos.

Mas voltando aquele abril de 1964, outro exemplo de detenção de indivíduos sem histórico de militância efetiva nas fileiras do PTB é levantado no processo do senhor Oribe Terra ao citar o companheiro de prisão Peri Garcia: “havia [entre os presos] um fazendeiro, já senil, de nome Peri Garcia que nunca se envolvia em nada, apenas simpatizava com o PTB” (APERS, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra). O mesmo também é mencionado na entrevista do senhor Claudio Maria Ricardo “Peri Garcia era um fazendeiro que era PTB, não tinha nenhum vínculo com nada, ele era PTB e foi preso na primeira. Depois saiu fora de tudo [...]” (RICARDO, 2018).

Com base no que foi colocado pelas fontes, acreditamos que o indivíduo mencionado não possuísse uma militância orgânica nas fileiras do partido, e, tampouco, tenha assumido uma postura combativa de enfrentamento aberto à nova ordem. Nesse sentido, vale lembrarmos que dada a força e carisma de muitas das lideranças petebistas junto as massas, não foram poucas as pessoas que se filiaram ao partido por respeito e admiração a esses líderes, sobretudo Vargas e Brizola. E talvez o senhor Peri tenha sido um desses tantos brasileiros.

Ainda se tratando dele, pelo relato do senhor Oribe à Comissão Especial de Indenizações, podemos perceber a mudança de conduta do mesmo após deixar a prisão: “o senhor Peri Garcia deixou de conversar com seus antigos amigos, também trabalhistas e que não tinham sido presos” (APERS, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra). Se afastar dos velhos companheiros pode ser interpretado enquanto um mecanismo de autodefesa, no sentido de evitar novas detenções por

¹³ Optamos por redigir esse trecho em primeira pessoa, da mesma forma com que tratamos os demais relatos apresentados nessa pesquisa. A anedota familiar foi contada várias vezes pela minha mãe que foi uma das protagonistas do episódio, assim ao narra-la aqui a partir da minha percepção estamos apresentando uma memória herdada. É interessante colocar também que eu não tive oportunidade de discutir essas questões com meu avô, o que poderia trazer novos elementos para essa memória.

conspiração, e, ao mesmo tempo, enquanto um meio de preservar os camaradas que poderiam ser detidos por vinculação a um elemento “fichado como comunista”. Logo tal atitude é um reflexo direto dos efeitos da cultura do medo e sua atmosfera de ansiedade constante.

“Pergunta se é PTB, [então] prende que é comunista”: Os “resultados” da Operação Limpeza em Jaguarão

É inegável a força do PTB no município, pois, se tratando das pessoas detidas nesse período, a quase totalidade eram membros ou simpatizantes do partido. Esse dado é de extrema importância para compreendermos a nível local qual foi o rosto do inimigo interno a ser combatido pela ditadura nesse primeiro momento. Essa afirmação é ilustrada na tabela a seguir. A mesma foi elaborada a partir de um cruzamento de informações contidas em entrevistas realizadas pela autora e relatos provenientes da Comissão Especial de Indenização do Estado do Rio Grande do Sul, indica alguns dos presos políticos detidos na Enfermaria Militar após a Operação Limpeza na cidade. Nela podemos observar que dentre os nomes relacionados, com exceção do estudante Verdi Faccini, todos os indivíduos pertenciam ou tinham alguma ligação com o PTB.

Tabela 1- Lista de detidos na Enfermaria Militar de Jaguarão abril/maio de 1964.

Nome	Filiação partidária	Data da prisão	Profissão
Oribe Sergio Terra	PTB	Detido por cinco vezes, as datas da prisão não foram precisadas. A primeira detenção ocorreu em 28/04/1964 até o dia 30 do mesmo mês.	Contador e estudante.
Carlos Leonardo Wienke	PTB	Abril de 1964	Professor e Vereador em Jaguarão pelo mesmo partido.
Claudio Maria Ricardo	Ala Moça PTB ¹⁴	Abril e Maio de 1964	Estudante
Oficial Martinez	Simpatizante do PTB	Abril de 1964	reformado do Exército

¹⁴ Surgida nos anos de 1950 como “ala acadêmica trabalhista” agregava os estudantes universitários, tendo sido o seu primeiro presidente, Leonel Brizola, que naquela época era ainda acadêmico de engenharia. Posteriormente passou a chamar-se “ala moça” ou “mocidade trabalhista” agregando a juventude, principalmente os estudantes, que militavam no partido. Maiores informações podem ser apuradas em: BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992,

Verdi Faccini	Partido Libertador ¹⁵	Abril de 1964	Estudante
Peri Garcia	PTB	Abril de 1964	Fazendeiro
Didio Bezerra	Tesoureiro do PTB	20/04/1964 até o final do corrente mês.	Funcionário do Ministério do Trabalho
Luçardo ¹⁶	PTB	Abril de 1964	

Tabela 1: Lista de detidos na Enfermaria Militar de Jaguarão abril/maio de 1964. Elaborada pela autora.

Devemos ressaltar que as datas das detenções que são indicadas nos processos não coincidem plenamente, pois alguns deles foram presos mais de uma vez, como é o caso do senhor Claudio Maria Ricardo e de Oribe Sergio Terra, que em uma das vezes estiveram juntos naquela unidade de saúde militar transformada em prisão.

Em seu depoimento para a Comissão Especial de Indenizações o senhor Claudio relatou estarem presos naquele momento, começo de abril de 1964, cerca de vinte indivíduos. A senhora Maria Carlota Garcia Bezerra, esposa¹⁷ do ex-tesoureiro do PTB em Jaguarão, Didio Bezerra, complementa a informação colocando que “todos os presos recolhidos à enfermaria [final de abril de 1964] pertenciam ao PTB” (APERS, Processo administrativo de indenização número 2724-1200/02-6 referente a Didio Bezerra).

Dos nomes referenciados no quadro a cima, gostaríamos de tecer um breve comentário a respeito da prisão do vereador petebista Carlos Leonardo Wienke, mesmo que os fatos ligados a ele sejam uma zona cinzenta a ser descoberta. Primeiramente, a imprensa local embora tenha noticiado a realização de uma Operação Limpeza na cidade em nenhum momento noticiou a prisão do mesmo; em segundo lugar o legislativo só vai comentar o ocorrido em reunião de 20 de maio de 1964, dias após o episódio. De acordo com Vieira

¹⁵ Partido Libertador (PL) existiu durante dois períodos, de 1928 a 1937 e depois entre 1945 e 1965. Defendia o sistema parlamentarista de governo e o federalismo, podendo ser definido também como adepto de um conservadorismo liberal.

¹⁶ Um cidadão de nome Luzardo Cesar Seron é indiciado em IPM e preso para averiguações em Jaguarão. Em fevereiro de 1967 “por terem cessado os motivos que determinam sua prisão” o referido indivíduo é posto em liberdade (Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional - BR_DFANBSB_N8, Boletim Reservado, Janeiro de 1967, p. 60). Em informe confidencial de 1981 o mesmo cidadão é descrito da seguinte forma: “Luzardo Cesar Seron, procedente do Rio Grande Do Sul e residente em Rio Verde/GO, para onde teria se mudado há cerca de 02 (dois) anos, é amigo pessoal do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Rizola, com quem, constantemente, mantém contatos” (Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR_DFANBSB_V8, INFORME N° 0150/1981, p. 11). Não há indícios que comprovem tratar-se do mesmo indivíduo que fora apontado no processo de indenização que se refere às prisões no âmbito da Operação Limpeza. Entretanto, dado a reincidência das detenções sofridas pelos atingidos essa é uma possibilidade que não deve ser descartada.

¹⁷ Didio faleceu em 1° de junho de 2000, seus direitos foram buscados junto a Comissão por sua viúva no ano de 2002.

(2018), que realizou um levantamento das atas da Câmara de Vereadores para o seu estudo, é nessa reunião que o tema da “Revolução” vai aparecer pela primeira vez:

Washington Izquierdo, tecendo comentários sobre os últimos acontecimentos que se desenrolaram no país, declarando-se ser plenamente favorável à revolução democrática e ao governo instalado. Comentou a prisão de diversas pessoas aqui residentes, e, muito principalmente a do vereador (Carlos Leonardo) Winkie. Julgou que talvez tenha havido injustiça, mas que tal serviu para demonstrar que felizmente em Jaguarão não existia expurgo a fazer. Tais atos embora injustos eram necessários para resguardar os motivos altamente justos da revolução de 1º de abril, que nada mais fez de que, pelas armas, a vontade da população. Falou longamente inclusive trechos de jornais, sobre a fabulosa fortuna do ex-presidente João Goulart, conseguida em apenas 10 anos (Câmara de Vereadores de Jaguarão: Ata n°. 260 de 20/05/64. SOCM f. 158. apud. VIEIRA, 2018, p. 62).

A fala de Washington Izquierdo demonstra uma postura alinhada com a nova ordem, pois o mesmo levanta que “talvez tenha havido injustiça, mas que tal serviu para demonstrar que felizmente em Jaguarão não existia expurgo a fazer” (Idem) demonstrando que na cidade não haveriam elementos nocivos a serem extirpados da sociedade, e nesse sentido, coloca que a população estaria do lado da “Revolução”, pois não existiriam expurgos a serem feitos.

Na mesma ata, o vereador Lauro Ribeiro, também levanta a ocorrência dos expurgos alegando que o PTB foi o partido mais atingido, porém não fora o único já que a Operação Limpeza foi realizada contra “a subversão, corrupção, e a desordem e não contra um único partido” (Câmara de Vereadores de Jaguarão: Ata n°. 260 de 20/05/64. SOCM f. 158. Apud. VIEIRA, 2018, p. 33). Entretanto, mesmo que ele tenha feito tal afirmação, não encontramos registros expressivos do ocorrido com outros partidos e agremiações políticas no âmbito da Operação Limpeza. De toda forma, com base nessa colocação, e nos últimos acontecimentos na cidade, acreditávamos em um primeiro momento que o vereador Lauro Ribeiro pertencia a algum partido de esquerda, e que ao se colocar de tal modo estaria fazendo uma mea-culpa, todavia ao termos contato com a apuração das urnas do ano 1959¹⁸, percebemos que o referido vereador fazia parte da bancada da Frente Democrática Jaguareense (FDJ), legenda que abarcava os partidos Partido Social Democrático (PSD), Partido Libertador (PL) e União Democrática Nacional (UDN).

Essa discrepância nas posições de indivíduos que em tese pertencem ao mesmo grupo nos demonstra quão problemática é pensar as categorias de consenso e apoio enquanto elementos de definição das atitudes sociais durante esse período. Uma vez que, distintos

¹⁸ Maiores informações podem ser apuradas no site do Tribunal Regional Eleitoral na sessão: Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha/ Acervo : Resultado das Eleições Municipais em Jaguarão.

elementos corroboram para a tomada de posição do indivíduo diante dos acontecimentos. Todavia, é inegável o peso que o Terror teve naqueles anos enquanto elemento capaz de moldar as atitudes sociais. No entanto, proteger a si e aos seus não foi o único fator que pesou para uma tomada de posição. Nesse sentido, “cuando se analizan los comportamientos y actitudes individuales y sociales en dictadura se ingresa en una zona oscura, difusa, compleja” (ÁGUILA, 2015, p.11)¹⁹ que devido a sua heterogeneidade foge a toda e qualquer definição dicotômica.

No que diz respeito ao vereador Winkie, as informações disponíveis a seu respeito são bem escassas. Segundo Vieira, o mesmo estava presente na sessão 20 de maio de 1964 e não se manifestou, ou sua manifestação não constou na referida ata. Ainda de acordo com essa autora, ele voltou “às atividades na Câmara em 13 de junho do mês seguinte” (VIEIRA, 2018, p.62), vindo a se manifestar dois dias depois, passando a assumir uma postura de retratação durante a sessão do dia 15 de junho. E, encerrando de vez o debate levantado no mês anterior: “(...) apresentou proposição no sentido de oficial-se ao Marechal Castelo Branco, dando um voto de confiança e apoio as mensagens enviadas ao Congresso por v. excia. e referentes reformas” (Câmara Municipal de Vereadores de Jaguarão: Ata nº 268 de 15/07/64 SOCM f. 177. Apud. VIEIRA, 2018, p. 63-64). Tal posicionamento vai ao encontro do que foi mencionado no processo do senhor Oribe Terra, quando este coloca que “o professor Carlos Leonardo Wienke [...] afastou-se aos poucos de todos nós, e nunca admitiu ter sido espancado; e, no entanto, nós escutávamos e os soldadinhos da guarda nos “segredavam”: - Está feio o caso de vocês” (APERS, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra).

Sabemos que cada um tem/teve sua forma de lidar com o trauma que esse tipo de experiência gerou, ao que tudo indica, para o senhor Wienke o silêncio e a negação foram as formas encontradas para ressignificar os dias que se seguiram após sua liberação. O que em certa medida explicaria o quase completo apagamento do ocorrido nas memórias daqueles que foram consultados para essa pesquisa. Outro elemento que deve ter pesado para tal decisão foi o temor pela sua segurança física e material, assim como, pela dos seus.

Nem todos os uniformados disseram “Sim, Senhor!”: A repressão aos “milicos vermelhos” na fronteira Jaguarão

¹⁹ Quando se analisam os comportamentos e atitudes individuais e sociais durante uma ditadura, se ingresa em uma zona cinzenta, difusa e complexa. Tradução livre feita pela autora.

É de conhecimento historiográfico que a “Revolução” não foi aceita unanimemente dentro dos quartéis. Logo, em diferentes momentos da ditadura houveram membros das forças de segurança que ousaram levantarem-se contra a nova ordem. São alguns dos exemplos emblemáticos disso o Capitão do Exército Carlos Lamarca²⁰, bem como, o Capitão Reformado do Exército José Wilsom da Silva (Tenente Vermelho)²¹ e o Sargento do Exército Manoel Raimundo Soares (O Caso das mãos amarradas)²². Citamos aqui esses três devido a importância atribuída a eles pelos órgãos de repressão gaúchos, entretanto, ao mesmo tempo, não podemos deixar de mencionar indivíduos que embora a historiografia especializada pouco ou nada tenha se dedicado a observar os pormenores de suas trajetórias merecem ser lembrados por seu protagonismo e resistência.

Assim, outro grupo social atingido pela Operação Limpeza na cidade de Jaguarão foram os militares. Dentre estes as simpatias para com o PTB também resultaram em exonerações, baixas e transferências. E embora esses expurgos sejam mais difíceis de precisar, podemos acessar sua ocorrência a partir dos relatos coletados para essa investigação. Em sua entrevista, o senhor Claudio mencionou alguns desses nomes, como o Major Lima, que é hoje o Coronel Lima figura muito conhecida na cidade, e o Major Alcinto. Ambos, segundo ele, além de expurgados estiveram também “presos em um navio, lá no lado da Baía de Guanabara no Rio” (RICARDO, 2018). Nosso colaborador também destacou a perseguição sofrida por alguns sargentos, “do Exército, foram pra rua muitos sargentos, o Exército mandou embora, muitos foram transferidos lá pro Amazonas, pro Acre, para o interior do Pará” (RICARDO, 2018). O descontentamento desse grupo de sargentos foi o mais expressivo dentro da Força, muito embora, nosso colaborador tenha definido toda e qualquer movimentação enquanto “incipiente”, em sua entrevista nos relatou que se houvessem tentativas de resistência haveriam elementos nas guarnições do lado da fronteira, inclusive na de Jaguarão, que estariam ao lado de Jango: “se saísse nos saíamos com o quartel ao nosso

²⁰ Desertou em 1969, tornando-se um dos comandantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), grupo guerrilheiro de oposição à ditadura. Em 1971 desligou-se da VPR passando a integrar o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), foi uma das figuras mais caçadas pela repressão sendo assassinado em setembro de 1971.

²¹ Vereador em Porto Alegre, teve o mandato cassado pelo AI-1. Por ser um expressiva liderança das esquerdas da época teve de se exilar no Uruguai onde passou a exercer significativa influência entre o grupo político do ex governador Leonel Brizola, sendo um dos seus homens de confiança. Wilson foi vitimado em um latrocínio ocorrido na madrugada do dia 10 de dezembro de 2021, Ele tinha 89 anos e era militar reformado, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e presidia a Associação dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Rio Grande do Sul.

²² Militar nacionalista que militava na Organização dos Suboficiais do Rio, acusado de subversão migrou do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul. Foi preso em março de 1966 em Porto Alegre e em 24 de agosto do mesmo anos o seu corpo foi encontrado boiando no Rio Jacuí, ele tinha os pés e mãos amarrados, bem como, diversas marcas das torturas sofridas após sua detenção pelos órgãos repressivos gaúchos.

favor, porque se houvesse a resistência os sargentos iriam tomar, com esses dois major Lima e major Alcindo” (RICARDO, 2018). Todavia, ao que tudo indica, tais movimentações de resistência nunca saíram do plano das ideias.

O Major Lima, citado por nosso colaborador, teve sua vida e atividades supervisionadas de perto pelos órgãos de informação da ditadura. Em documento expedido pela agência portoalegrense do Serviço Nacional de Informações (SNI)²³ de 1976²⁴, seu nome aparece em extenso relatório. Sendo apontado como um dos seis oficiais afastados e posteriormente transferidos para a reserva durante a Operação Limpeza por se negarem a aderir ao “Movimento de 31 de Março”. Devemos mencionar também a prisão de um oficial reformado do Exército de sobrenome Martinez, um senhor de aproximadamente setenta anos que já estava na reserva. Segundo nosso colaborador Claudio Maria Ricardo, este oficial teve sua casa revirada e seus livros expostos na vitrine da livraria A Micelania.²⁵ E pelo processo do senhor Oribe, podemos perceber que uma das motivações que pesavam contra o capitão era sua simpatia com o PTB, fator que, conforme estávamos discutindo anteriormente, já se configuraria em justificativa suficiente para que o indivíduo fosse enquadrado enquanto um “subversivo”. Ao contrário do Major Lima, o capitão Martinez foi recolhido juntamente com os demais “comunistas” ao prédio da Enfermaria Militar de Jaguarão, unidade de saúde do Exército local transformada em prisão política.

A partir das fontes às quais tivemos acesso, não conseguimos apurar a sequência dos fatos ocorridos com o Major. Entretanto para os demais detidos, que aqui já foram citados podemos reconstruir minimamente os dias que se seguiram a Operação Limpeza. E, dentre os aspectos que podemos elencar a partir do cruzamento dos depoimentos a Comissão de Indenizações e das entrevistas em história oral, gostaríamos de destacar a presença dos agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS)²⁶ na condução dos interrogatórios ocorridos na Enfermaria, elemento apontado em todos os

²³ Organismo criado durante a ditadura para ser o “centro nervoso” de toda informação e contra-informação que circulava em cadeia pelos órgãos repressivos.

²⁴ Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Índice: Walter Lima Escritório Tiarajú Jaguarão RS. - Dossiê - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_82004410_d0001de0001.

²⁵ Durante as diligências da Operação Limpeza todo material “subversivo” apreendido pelo Exército local foi exposto nas vitrines desse estabelecimento localizado no centro da cidade. Episódio que, a nosso ver, foi uma clara tentativa de intimidação da população e demonstração de força por parte da repressão.

²⁶ No Rio Grande do Sul o DOPS desempenhou um importante papel na repressão política do pós 1964. No entanto esse órgão não foi uma criação dessa ditadura, que apenas o aprimorou e o empregou enquanto um dos principais tentáculos de sua máquina repressiva. Para uma melhor compreensão do tema recomendamos a leitura de: BAUER, Caroline Silveira. Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Dissertação de Mestrado. 281 f. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

depoimentos. Logo, podemos inferir que a rapidez com que estes foram para cá deslocados seja um indicativo do quão importante estrategicamente era a cidade de Jaguarão dentro da lógica da segurança nacional. Fica evidente, também, ao acompanharmos os relatos que os agentes do DOPS para a fronteira enviados gozavam de plena autonomia para a execução de suas tarefas, embora utilizassem as forças militares e policiais locais enquanto suporte para suas ações.

Entretanto, é interessante percebermos, que mesmo com todos esses relatos apontando para a existência de prisões e torturas na cidade, bem como para o uso da Enfermaria Militar enquanto um centro de detenção política esse ainda é um tema tabu dentre os jaguarenses. Nas narrativas ditas oficiais a existência de uma prisão política é negada. De acordo com o biógrafo do Exército na fronteira, o prédio ainda funcionava como enfermaria na década de 1950, sendo destinados para lá apenas os militares acometidos de alguma enfermidade contagiosa ou com necessidade de um longo tratamento. Assim, segundo Cunha (2012), o prédio, construído em estilo neoclássico entre 1880 e 1883, era dividido em quatro pavilhões, genericamente destinados à: guarda e administração; refeitório; enfermarias; cozinha e depósitos. Entretanto, passou a ser dispendiosa a manutenção do prédio, que antes da década de 1960 era zelado apenas por um sargento. Assim, segundo esse autor: “O ano de 1966 marcou o fim do funcionamento da Enfermaria Militar. Antes do 13 seguir para Porto Alegre, o velho prédio já estava abandonado, sem telhas e aberturas, entrando em lento processo de deterioração” (CUNHA, 2012, p. 270-271).

A memorialística oficial também nega a existência no local de uma escola primária, que teria funcionado entre o fim da década de 1960 e início dos anos 1970 quando se deu o processo de desmanche do prédio por populares (CERQUEIRA; PEIXOTO, 2011). Quanto a prisão política, os moradores do Cerro da Pólvora, local onde se encontra a Enfermaria, recordam que:

Olha, a gente na época era menino, mas sempre se tem uma lembrança, lembro que em 1963²⁷ houve um grande movimento, uma grande movimentação em Jaguarão (helicóptero) e várias prisões de oficiais e sargentos do Exército [que] provavelmente eram contra movimento político das Forças Armadas, onde suas armas foram expostas na livraria, a Miscelânea, localizada na Avenida 27 de Janeiro, hoje em frente do Banrisul, onde está a farmácia Panvel. [...] a Enfermaria depois passou a ser um presídio de militares, que cumpriam pena disciplinar, então a gente acompanhava tudo, quando descíamos o Cerro e passávamos pela Enfermaria e víamos aquele movimento e também presenciamos as

²⁷ O entrevistado se equivocou na datação, o episódio ao qual se refere ocorreu em abril de 1964 no âmbito da Operação Limpeza.

transferências do pessoal que estava na Enfermaria. (NUNES, 2014, Apud. ROSA, 2015, p. 51).

[...] lembro que existia uma tabela no porão que dizia onde ficava os presos políticos na época da ditadura em 60 [...] Na Enfermaria, lá na frente tinha um porão que dava pro pátio. Eu lembro quando era pequena, que meu vizinho, Sr. Velasque, havia sido preso lá, mesmo não sendo militar. Ficávamos conversando com ele pelo arco do porão, pois os presos ficavam olhando para a rua [...] (GARCIA, 2014, Apud. ROSA, 2015, p. 31).

No período da ditadura militar foram para lá militares afastados por terem vinculação com o Brizola. Por exemplo, o sargento Neli Otero, que era de Bagé, mas veio do Rio de Janeiro para Jaguarão, de modo a não ser preso. Outros brizolistas vieram também. Ele [Sr. Pedro Albio Otero] fala dos “onze de Brizola”. Outro seria o Sargento Mário.²⁸

Percebemos, a partir do contato com nossas fontes, que esta foi uma realidade marcante para os que ali viveram, estando para além da existência de um hospital militar que posteriormente foi transformado em escola. Um dos moradores locais ouvidos pela arqueóloga Luciana Peixoto (2011), além de levantar a existência da prisão política, conforme apresentado no relato acima transcrito, ainda foi capaz de precisar a localização da mesma na planta do prédio. É sabido que a memória é uma seleção realizada a partir do presente, que sofre pressões orgânicas, psicológicas e sociais que acabam por explicar essas incompatibilidades nas datações das diferentes narrativas dos moradores da cidade. Entretanto, por mais que exista uma forte disputa de memória entorno dessa parcela do passado jaguareense, é irrefutável o fato de que o prédio da Enfermaria Militar de Jaguarão funcionou sim, ao menos nos primeiros momentos²⁹ após o Golpe, como uma prisão política e um espaço onde ocorreram torturas. Assim como, é inegável que ao menos nesse primeiro momento os principais atingidos pela ação repressiva na fronteira foram os partidários e simpatizantes do PTB.

Considerações finais

Nosso foco de análise foram os primeiros dias após o Golpe de 1964 na pacata Jaguarão, município fronteiro do interior do Rio Grande do Sul. A partir desse recorte

²⁸ Esse fragmento foi transcrito integralmente do caderno de campo utilizado por Luciana Peixoto e equipe durante os trabalhos de escavação da Enfermaria Militar, no âmbito do Projeto Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar de Jaguarão (2010-2011). O material foi gentilmente cedido pela mesma para essa pesquisa. CERQUEIRA, Fábio Vergara. PEIXOTO, Luciana da Silva. Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar, Jaguarão - RS. Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57. Pelotas, 2011. Notas do caderno de Campo referentes a o colaborador Pedro Albio Otero. Jaguarão, 07 de janeiro de 2010.

²⁹ É muito difícil precisar exatamente por quanto tempo o local teve essa finalidade, podem ter sido meses, todo o ano de 1964, parte de 1965 ou até pouco antes se converter em uma escola primária.

espaço temporal abordamos do clima de insegurança que se instaurou na fronteira durante e após a Operação Limpeza, levada a cabo nos primeiros dias de abril daquele ano. A partir daí, tomando por base os processos de Indenização do estado do Rio Grande do Sul, podemos observar a estruturação do aparato repressivo em nível local, e o clima de terror e medo que se instaurou a partir de então. Acompanhamos as cassações; os expurgos; as prisões; a conversão da unidade de saúde do Exército local em prisão política, elemento este que até hoje suscita disputas de narrativas na cidade; assim como, o posterior isolamento social que se abateu sob aqueles “fichados” como “comunistas”. Nesse momento, podemos perceber, também, que o inimigo interno da ditadura por essas bandas tinha um rosto. Assim, acompanhamos a perseguição a setores petebistas locais e buscamos demonstrar a força do Partido Trabalhista na região. Por fim, devemos destacar, que as histórias cruzadas desses senhores que foram aqui apresentadas não podem ser tomadas enquanto as únicas manifestações dos reflexos do terror naqueles dias; são essas as que chegaram até nós graças aos fragmentos contidos nos processos da Comissão Especial de Indenizações, entretanto após eles vieram outros e outros que foram soterrados por peças camadas de silêncio, uma vez que o passado ditatorial é uma das muitas “histórias silenciadas” dessa fronteira.

Fontes

Entrevistas

CARLOS. Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). Jaguarão, dezembro de 2021. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

RICARDO, Claudio Maria. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 21/09/ 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

SANTOS, José Cassiano dos. Entrevista à Luciana da Silva Peixoto e Marciana Zorzi, Jaguarão, 2010. Esse material pertence ao Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar, Jaguarão - RS. Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57. Pelotas, 2011.

Documentos e imprensa

Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional - BR_DFANBSB_N8, Boletim Reservado, Janeiro de 1967, p. 60.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Índice: Walter Lima Escritório Tiarajú Jaguarão RS. - Dossiê - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_82004410_d0001de0001.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR_DFANBSB_V8, INFORME N° 0150/1981, p. 11.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 7121-1200/98-0 referente a Claudio Maria Ricardo

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 2724-1200/02-6 referente a Didio Bezerra.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. PEIXOTO, Luciana da Silva. Caderno de Campo do Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar, Jaguarão - RS. Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57. Pelotas, 2011.

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964/ Ed. 16 de abril de 1964. p.2

Referências Bibliográficas

ÁGUILA, Gabriela. Violencia política, represión y actitudes sociales en la historia argentina reciente. IM: Pilar, Pereira, Juan Carlos y otros (eds.), **Pensar con la Historia desde el siglo XXI**. XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea, Universidad Autónoma de Madrid, 2015. p. 5569-5588.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992,

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (org.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: OIKOS, 2017.

CATELA, Ludmila da Silva. “The stigma of memory in Tumbaya-Jujuy”. **Laboratorium** v.3, nº2, p: 305-326. 2010.

CUNHA, James Bolfoni. **Jaguarão e os militares: Dois séculos na fronteira**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. 2009. 275f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

GOMES, Angela de Castro. Brizola e o trabalhismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.11-20, jan./dez. 2004

MAZZEI, Enrique. **Fronteras que nos unen, límites que nos separan**. Montevideo: Imprenta CBA, 2012.

ROSA, Alzemiro. **A Voz Popular: O Cerro da Polvora nas décadas de 1960-1970 em Jaguarão -RS**. 2014. 51f. Monografia ao Curso de História- Licenciatura Plena, Integral- Universidade Federal do Pampa.

VARGAS, Índio. **Guerra é guerra, dizia o torturador**. Rio de Janeiro: 3ª edição, Codecri, 1981.

VIEIRA, Elena Teixeira Porto. **O golpe de 64 silenciado: a memória e o esquecimento do período da ditadura no município de Jaguarão-RS**. 2018. 113 f. Dissertação de Mestrado

(Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas. UFPel.

Vivas e louvores à ditadura: a elite política e a construção de representações legitimadoras do regime militar em Campo Maior-PI (1964-1978)

Cheers and praises to the dictatorship: the political elite and the construction of legitimizing representations of the military regime in Campo Maior-PI (1964-1978)

Caio Vinicius Silva Teixeira,¹ UFPI

Resumo

O presente artigo objetiva analisar as representações construídas por membros da elite política campomaiorense acerca da ditadura civil-militar de modo a legitimar esse regime perante a sociedade local. Percebemos que houve uma rápida adesão da elite política de Campo Maior-PI logo após a deflagração do golpe de 1964 que derrubou o presidente João Goulart e o regime democrático então vivido no país. Consideramos que tal apoio se deu devido à cultura política campomaiorense e problematizaremos essa questão à luz das contribuições teóricas de Bernstein (1997) e Motta (2009). Neste estudo, utilizaremos principalmente fontes produzidas pelo governo campomaiorense (1964-1978), analisando-as a partir da historiografia existente acerca do período estudado.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Representações; Campo Maior-PI.

Abstract

This article aims to analyze the representations built by members of the Campo Maior political elite about the civil-military dictatorship in order to legitimize this regime before the local society. We noticed that there was a rapid adhesion of the Campo Maior-PI political elite soon after the outbreak of the 1964 coup that overthrew President João Goulart and the democratic regime then lived in the country. We consider that such support was given due to the political culture of Campo Maior and we will discuss this issue in the light of the theoretical contributions of Bernstein (1997) and Motta (2009). In this study, we will mainly use sources produced by the Campo Maior government (1964-1978), analyzing them from the existing historiography about the period studied.

Keywords: Civil-Military Dictatorship. Representations. Campo Maior-PI.

O golpe de 1964 e a cidade de Campo Maior: entre legitimações, contradições e conflitos

Campo Maior é uma cidade localizada no centro-norte do estado do Piauí, a 84km da capital, Teresina. Entre as décadas de 1930 e 1940, a cidade passou por um intenso processo de modernização urbana, proporcionado pelo alto preço da cera de carnaúba, palmeira abundante na região (JESUS, 2020). Esse processo de modernização de Campo Maior se estende até o fim da década de 1970², quando a cera de carnaúba perde, de vez, seu prestígio

¹ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: caiovsteixeira@gmail.com

² É importante ressaltarmos que esse processo de modernização em Campo Maior não é único, acontecendo, todavia, em diferentes momentos do período citado (1930-1970). Em 1930, a cidade começa a passar por uma intensa modernização, proporcionada pela cera de carnaúba. Entretanto, em 1947 data em que os preços da cera de carnaúba começaram a sofrer forte declínio, não podendo proporcionar o ritmo de crescimento urbano do momento anterior” (PEREIRA, 2015, p. 11). Posteriormente, Campo Maior voltará a receber intervenções com

no comércio, e quando se tornam escassos os recursos do governo militar que foram muito importantes para o desenvolvimento da cidade em anos anteriores. Nesse período, percebemos a continuidade de grandes famílias locais na política campomaiorense exercendo poder e influência na sociedade, que, com a ditadura civil-militar, terão que fazer novos arranjos políticos para manterem seu domínio e prestígio na cidade, adequando-se, assim, às exigências do novo governo.

Neste artigo, nossa proposta é analisar representações que foram construídas pela elite política campomaiorense, de modo a legitimar o golpe de 1964 e a ditadura subsequente perante a sociedade local, fazendo com que se entoassem louvores àquele regime na “Terra dos Carnaubais”³ e a população pudesse perceber aquele período positivamente para a história do Brasil. Por outro lado, compreendemos que tais representações não eram isentas de interesses por parte dos políticos locais, sendo que, com isso, era almejado não só apoiar os militares, mas também assegurar seu prestígio e poder políticos. Nesse sentido, devemos entender que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2000, p. 17).

Com isso pretendemos compreender como as representações construídas pela classe política campomaiorense tanto sobre os movimentos de esquerdas, como acerca da ditadura civil-militar contribuíram para que na cidade se silenciassem os movimentos opositores ao regime e se entoassem louvores aos militares sem, contudo, alterar a cultura política campomaiorense.

O processo de modernização iniciado na década de 1960 se estenderá até a década seguinte, proporcionando intensas transformações no viver cidadão, sendo que essas alterações no pensamento e no comportamento dos campomaiorenses produzirão efeitos também no novo regime político que passa a existir a partir de 1964. Além disso,

Na década de 1970, Campo Maior passará por transformações bem significativas com o crescimento populacional, a construção de obras de grande porte como o mercado municipal, a construção do Palácio das Carnaubas, nova sede da prefeitura, e a construção do terminal rodoviário Zezé Paz (JESUS, 2020, p. 69).

viés modernizador, impulsionado pelos ideários do governo militar, e tal processo será conduzido até o fim da década de 1970.

³ Expressão atribuída à Campo Maior devido à abundância da carnaúba no município.

E é nessa configuração histórica que a cidade de Campo Maior estará na ditadura civil-militar. Esse clima de desenvolvimento socioeconômico que Campo Maior se encontrará quando da deflagração do golpe de 1964 será fundamental para a legitimação da ditadura na cidade. A elite política municipal recebeu positivamente a notícia de que os militares haviam tomado o poder em 31 de março. Na Câmara Municipal, alguns dias após o golpe, os vereadores se manifestaram aplaudindo a ação dos militares. Na sessão realizada em 06 de abril de 1964, os principais articuladores do golpe foram louvados por todos os vereadores campomaiorenses:

Foi aprovado por *unanimidade* um requerimento de autoria do vereador Antonio Pedro Sobrinho solicitando constar na ata um voto de louvor aos eminentes brasileiros Ademar de Barros, Ildo Meneghet, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto e que se telegrafasse aos mesmos hipotecando inteira solidariedade pela atitude assumida pelos mesmos em face aos últimos acontecimentos verificados no Brasil. O vereador Antonio Wilson Andrade sugeriu que fossem também homenageados com voto de louvor os ilustres chefes militares que participaram do movimento. Referida solicitação foi também aprovada por unanimidade (CAMPO MAIOR, 1964, grifo nosso).

Esta é a primeira manifestação oficial ao golpe de 1964 registrada pelo poder político de Campo Maior (houve novas manifestações nas sessões seguintes, como veremos posteriormente). Menos de uma semana após o acontecimento, a Câmara Municipal demonstrou seu apoio àquela ação perpetrada pelos militares, o que nos permite observar que parte da sociedade campomaiorense já se configurava em um terreno fértil onde as ideias que justificaram aquele golpe dariam muitos frutos naquele sistema de governo que era implantado.

Essa atitude nos proporciona alguns questionamentos: o que fez com que todos os vereadores daquela legislatura apoiassem aquele golpe militar? Não houve margem para oposições àquela acontecimento em Campo Maior? E como a política local se organizou frente ao sistema político-partidário imposto pelo governo? Esses questionamentos podem ser entendidos analisando essa conjuntura por meio do conceito de “cultura política”.

O conceito de cultura política permite analisar como se dá o comportamento político de uma sociedade em uma determinada época, que fatores característicos dessa sociedade permitem tais comportamentos. Nesse sentido, a cultura política seria um:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece

inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p. 21).

Assim, um determinado grupo político expressa suas representações, ou seja, sua ideologia, sua memória, seus ícones, seus símbolos, suas tradições nessa cultura política que possibilita, desse modo, uma leitura das relações existentes entre os fenômenos políticos, diferentes ou não em sua articulação, que preservam suas características básicas ao longo do tempo, pois “O valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição” (MOTTA, 2009, p. 22).

Dessa maneira, sob a luz da cultura política podemos compreender o que faz com que determinados grupos de pessoas tenha certos comportamentos políticos e quais elementos estão por trás desses comportamentos, das práticas e das representações construídas por esses grupos. Isso nos leva a entender que a cultura política “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERSTEIN, 1997, p. 353).

Articulando essa concepção teórica com nosso objeto de estudo, compreendemos que a cultura política campomaiorense, cuja construção remonta a períodos anteriores à década de 1960, foi fundamental para que o golpe civil-militar fosse exaltado na cidade por políticos locais. Durante a experiência democrática (1945-1964), houve a predominância da UDN (União Democrática Nacional) e do PSD (Partido Social Democrático) – partidos com viés ideológico de direita – em Campo Maior que se revezavam no domínio do poder público municipal⁴, que se constituíam no canal de representação política dos latifundiários que dominavam a política na cidade, preservando as tradições da cultura política campomaiorense.

É válido conceituar, dessa forma, o que consideramos ser a “cultura política campomaiorense”, a partir do que já esboçamos a respeito deste conceito. Entendemos que ela expressa um conjunto de valores, normas, pensamentos e comportamentos políticos e sociais fortemente ligados à elite política local, concentrada nas grandes e tradicionais famílias políticas campomaiorenses, estruturadas em torno do comércio e de grandes latifúndios da cidade. Essa cultura política tem suas raízes, portanto, na histórica tradição política campomaiorense, em que poucas e ricas famílias exercem o poder na cidade.

⁴ Desde as eleições municipais de 1948, PSD e UDN dominaram a política campomaiorense. Durante o período democrático, a elite política local se organizou em torno desses partidos e, assim, dois grupos políticos se rivalizaram na cidade: um grupo que tinha como líder Sigefredo Pacheco, ligado ao PSD; e o outro liderado por Francisco Alves Cavalcante, ligado à UDN. Essas disputas ressoariam posteriormente na ditadura quando ambos os grupos se abrigariam na ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e manteriam suas rivalidades nas alas do partido.

Diante disso, podemos compreender os valores sociais e políticos daqueles que compunham o poder político campomaiorense quando da eclosão do golpe militar em 1964. Em sua grande maioria são herdeiros de uma tradição política que se faz presente na cidade ao longo de sua existência e que dita seus rumos na história, através de uma leitura comum do passado e de uma mesma perspectiva de futuro, os quais se relacionam com representações construídas sobre a sociedade. Campo Maior chega às vésperas do golpe militar sendo comandada por sua elite política que, a partir de seus valores e ideais forjados no seio da cultura política campomaiorense, apoiou aquele movimento político.

Os dados da última eleição municipal ocorrida na cidade antes do golpe (1962) demonstram a permanência dessa tradição política: a grande maioria dos vereadores eleitos,⁵ assim como o prefeito que venceu a disputa, João de Deus Torres,⁶ e o seu vice, Agenor Leite Melo,⁷ eram da UDN. Dessa forma, a representação política de Campo Maior nas vésperas do golpe militar de 1964 era homogeneamente composta por políticos historicamente ligados a partidos e grupos de direita que, trazendo consigo os valores e características de uma forte tradição política, exercida por famílias ligadas ao comércio e ao latifúndio de gado e de carnaúba, que detinham o poder local, manifestou seu apoio àquele movimento político, nos permitindo notar a influência da cultura política campomaiorense nesse momento de grande crise política e social brasileira. É este o cenário político de Campo Maior em 1964.

Uma vez consumado o golpe, os vereadores campomaiorenses manifestaram seu apoio ao movimento que derrubara o presidente João Goulart. Como vimos no início, no dia 06 de abril um dos parlamentares requereu um voto de louvor aos militares que articularam o golpe, e essa ação se repetiu na tribuna da Câmara Municipal também no dia seguinte, desta vez com o vereador Francisco Chagas Campos Pereira, que:

[...] referiu-se à recente crise política que abalou o país fazendo referências elogiosas aos governadores Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Magalhães Pinto e Ildo Meneghetti e aos chefes militares como Humberto de Alencar Castelo Branco, Justino Alves, Amaury Kruel, Mourão Filho e outros que tão bravamente souberam cumprir seu dever contra atitude criminosa de inimigos da Pátria. Terminando suas palavras solicitou constar de ata um voto do mais profundo louvor em homenagem àqueles que tão heroicamente souberam *defender a Pátria do jugo comunista*. Referida solicitação foi aprovada por unanimidade (CAMPO MAIOR, 1964, grifo nosso).

⁵ Os dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) referentes às eleições de 1962 não trazem informações precisas quanto aos vereadores eleitos e quais os seus partidos. Entretanto, os concorrentes eram todos da UDN e do PSD.

⁶ Foi prefeito de Campo Maior entre 31/01/1963 e 31/01/1967. Foi médico e político e em seu mandato construiu várias obras na cidade, dentre elas o posto do SAMDU (Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência) e a Maternidade Sigefredo Pacheco.

⁷ Foi vereador em Campo Maior pela UDN (1948-1959).

Essa fala demonstra o conhecimento dos vereadores da situação política do Brasil, fortemente marcada por uma polarização ideológica: comunismo x anticomunismo, sendo este “um dos principais argumentos, senão o principal, a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira” (MOTTA, 2000, p. 13). Isso mostra que os parlamentares campomaioreses não eram alheios à situação do país e que seu pensamento estava aliado ao das forças que tomaram o poder. Com isso, podemos ver que a política campomaioirese estava dialogava com a política nacional e como o discurso anticomunista, proferido nas cadeiras do parlamento de Campo Maior, foi instrumentalizado para fins políticos também nessa cidade.

Conforme observamos anteriormente, essa legislatura da Câmara Municipal era representante da forte tradição política de Campo Maior, que norteava seus interesses no âmbito de sua cultura política. Sendo assim, podemos compreender a natureza desse discurso do vereador a partir de valores dos quais ele era um dos porta-vozes e que intencionava projetar como um anseio para toda a cidade, uma vez que o discurso de um ator político tem como finalidade principal promover uma verdade em razão (CHARAUDEAU, 2006). Sua raiz está nos valores da sociedade campomaioirese, fortemente ligada à religião cristã, à moral e à família, que assim como as forças políticas e sociais que engendraram o golpe militar via no comunismo o inimigo a ser combatido e seus adeptos como criminosos dignos de punição.

Ao proferir aquele discurso na Câmara Municipal o vereador não demonstra somente seu apoio aos militares que tomaram o poder, mas também se liga ao pensamento ideológico dos novos governantes do país, manifestando a adesão da política campomaioirese ao novo regime. Observamos que o poder legislativo municipal se congratulou com o golpe de 1964 de maneira entusiasmada, produzindo discursos e representações que intencionavam legitimar na cidade o novo regime, pois “(...) a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma ‘imagem’ capaz de trazê-lo à memória e ‘pintá-lo’ tal como ele é” (CHARTIER, 2002, p. 74).

Contudo, é imprescindível salientar as tensões sociais e políticas existentes na cidade concernentes à crise política que culminou na derrubada do presidente João Goulart através de um golpe de Estado, as quais aqueles discursos enaltecedores do golpe pretendiam negligenciar, passando uma imagem de que toda a cidade de Campo Maior estava unida em apoio aos militares. Diferentes realidades políticas e sociais eram vividas e sentidas na cidade

e isso nos proporciona compreender as diferentes maneiras como grupos sociais distintos presenciaram e se relacionaram com o golpe de 1964.

No início da década de 1960, Campo Maior foi palco de intensas ações de movimentos de esquerda que ganharam força no Piauí e no Brasil. Essas ações têm origem no quadro sócio-político-econômico da cidade entre as décadas de 1940 e 1960, em que os trabalhadores rurais locais eram explorados pelos grandes latifundiários e não tinham nenhuma assistência do poder político que, pelo contrário, contribuía para a continuidade dessa situação. O historiador Ramsés Sousa, em sua dissertação de mestrado, aponta que:

As altas rendas cobradas pelo uso da terra, a venda antecipada dos produtos aos fazendeiros por necessidade, o trabalho gratuito ao proprietário da terra em certos dias da semana, bem como outras obrigações excessivas decorrentes da relação com o proprietário, são elementos que ajudam a compreender, a experiência de exploração dos camponeses piauienses do início dos anos 1960 (SOUSA, 2015, p. 38).

Os lucros da comercialização da cera de carnaúba ficavam nas mãos dos grandes fazendeiros da região. Campo Maior é uma cidade rodeada por grandes fazendas que, ao longo do tempo, foram palco de conflitos entre latifundiários e trabalhadores rurais. Estes, historicamente impedidos de acessar a terra como sua propriedade, encontravam nas fazendas uma forma de sobrevivência em que colocavam seu trabalho a serviço dos fazendeiros para cultivarem porções de terra, em que o pagamento era feito com parte do que se produzia.

Porém, muitas vezes os camponeses eram explorados pelos latifundiários, dando origem a conflitos violentos em que era comum a expulsão dos trabalhadores das terras, agredidos, perseguidos ou, até mesmo, assassinados. “Não raro estes conflitos eram resolvidos através da força, com a expulsão dos agregados das terras do proprietário sem nenhum prazo e tão pouco o recebimento de nenhuma indenização por benfeitorias ou plantações” (SOUSA, 2015, p. 196). A autoridade dos fazendeiros era imposta através da violência em que os camponeses eram submetidos a uma humilhante situação de vida, na qual

Havia uma determinada coerção e privação dos direitos civis, políticos e econômicos lançada aos camponeses, como: o monopólio de venda de produtos agrícolas (coco-babaçu, dentre outros), a imposição de preço dos produtos cultivados a serem comercializados, a ação política e arbitrária por parte dos proprietários de terra, a proibição dos lavradores exercerem uma atividade recíproca de trabalho em si (recuperar através de trabalhos coletivos cercas, cobertura de casas, etc.), a alta taxa cobrada pela ocupação da terra (renda) além de outras arbitrariedades (ATANÁSIO; ROCHA, 2013, p. 78).

Esse era o cenário de Campo Maior – e do Piauí – nesse período. Conflitos por terra entre latifundiários e camponeses marcavam as relações políticas e sociais na época. Essa disputa se dava também em muitos outros lugares do Brasil, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) aparece como um aliado nas lutas camponesas. E é nesse contexto que surgem as Ligas Camponesas, que:

[...] também podem ser tomadas como uma arena privilegiada para compreender a construção desta relação entre comunistas e camponeses no Piauí, sem reduzi-la a qualquer um dos polos em questão. Foi nestas terras áridas, durante os anos 1950/60 que os lavradores daquele Município, entre eles Luís Edwiges e seus irmãos, começaram a discutir as dificuldades cada vez maiores dos lavradores para manter as obrigações com os fazendeiros e, ao mesmo tempo, sobreviver (SOUSA, 2015, p. 229).

As péssimas condições de vida daqueles lavradores contribuiu para o surgimento de um sentimento de revolta contra seus patrões e o desejo de mudar aquela situação. Influenciados pelas notícias de movimentos de lavradores em alguns lugares no Piauí e no Brasil, um grupo de camponeses campomaiorenses, liderados pelo senhor Luís Edwiges, se reuniram em março de 1962, na localidade Matinhos, em Campo Maior, dando origem às Ligas Camponesas na cidade, sendo provavelmente “revestida de um significado especial para aqueles camponeses que se reuniram nos ‘Matinhos’, algo como um signo de esperança em meio às degradantes condições de vida em que viviam” (SOUSA, 2015, p. 227).

Esse acontecimento marca o início da organização dos movimentos de esquerda em Campo Maior, em que, impulsionados pelo contexto político brasileiro, dezenas de trabalhadores campomaiorenses passaram a reivindicar melhorias nas suas condições de vida e de trabalho. O objetivo do movimento era, sobretudo, fortalecer os camponeses na luta pelos seus direitos e por dignidade.

Luís Edwiges, ao lado de seu irmão, José de Ribamar Osório Lopes, se tornará um dos principais nomes dos movimentos sociais no Piauí em torno das Ligas Camponesas. Essa forma de organização dos trabalhadores rurais indica a presença de ideias contrárias às que balizaram o golpe de 1964 e que, posteriormente, seriam empregadas também na perseguição a esses movimentos, demonstrando a contraposição de ideias e forças existentes no campo social e político em Campo Maior no período.

Como uma das principais lideranças dos movimentos sociais na cidade, após o golpe militar Luís Edwiges foi perseguido, haja visto que era entendido como um perigo para o governo por defender ideias e levantar bandeiras em prol dos trabalhadores, contra os

latifundiários. Em entrevista concedida aos historiadores Ramsés Pinheiro e Phelipe Cunha, ele conta que:

[...] depois do golpe militar derrubaram o governo eu ainda queria resistir ao golpe militar mas *num* tive condição, porque *num* tinha como... mas eu *escapoli* aqui, eles vinham me prender e eu *escapoli*, eu tinha a forma de saber das coisa, as coisa que acontecia por lá tinha uma pessoa que via lá e dizia cá a outra cá, e a outra cá dizia aqui e eu aqui, e eu aqui *capava o gato* por um lado e por outro [...] (LOPES, 2010).

Luís Edwiges nos mostra que, não obstante seu interesse em resistir ao golpe não teve forças e meios de fazê-lo. A explicação podemos encontrar, entre outras coisas, na própria elite política campomaiorense que, sendo constituída em grande parte por latifundiários locais, viu no golpe de 1964 a manutenção de seu domínio na cidade e, assim, contribuiu para perseguição daqueles que ameaçavam seu poder. A partir disso, podemos perceber a força da cultura política campomaiorense atuando contra os trabalhadores rurais e silenciando grupos que poderiam enfrentar o regime que era instaurado.

Porém, não somente as Ligas Camponesas fizeram parte daquele cenário conflituoso de Campo Maior nas vésperas do golpe militar. Como fruto também daquela conturbada situação político-social das décadas de 1940-1960, será fundado em Campo Maior, no dia 12 de junho de 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, tendo Antonio Damião de Sousa como seu primeiro presidente. Era mais uma forma de organização dos lavradores campomaiorenses frente à condição de exploração em que aqueles grupos de pessoas foram, historicamente, submetidos. Assim como Luís Edwiges, Antonio Damião foi perseguido e preso pelos militares por conta de sua atuação em favor dos trabalhadores no município. Sobre esses momentos ele conta que:

Como uma das lideranças dos trabalhadores rurais, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Maior, no período do Golpe Militar fui preso e torturado. Isto aconteceu e foi provocado pelos latifundiários [...], a bem da verdade fui preso, torturado, caluniado, perseguido pela ditadura militar e pelos latifundiários. Passei trinta e três dias preso, incomunicável no quartel do 25º BC. Sofri todo tipo de tortura [...]. Psicológica: na porta da prisão eles ficavam comentando: “chegaram três presos aqui e como não tem lugar, vamos leva-los para Fernando de Noronha”. Físicas: [...] não me esquecerei nunca o dia 16 de abril de 1964, os militares, à meia-noite me retiraram da cela onde estava preso e me levaram até o rio Poti, me amarraram e com toda crueldade me jogaram dentro daquele rio que, por sinal, estava muito cheio. Mas, com a ajuda de Deus e de dois pescadores, fui salvo (SOUSA, 2015, p. 24).

A partir desse relato, podemos observar que no mesmo período em que na Câmara Municipal de Campo Maior eram entoados vivas e saudações enaltecendo o golpe de 31 de

março de 1964, o senhor Antonio Damião já se encontrava preso e torturado, sofrendo tentativas de assassinato. Temos, assim, duas realidades que se contrapõem, dois cenários que mostram as diferentes faces do regime militar em Campo Maior: de um lado, a euforia do poder público municipal exaltando os militares pelo golpe que tinham deflagrado; de outro, um líder dos movimentos sociais locais sendo torturado por militares que o tinham como uma ameaça. Isso revela as tensões existentes em Campo Maior naquele momento e nos indicam que diferentes representações daqueles golpe foram sentidas na cidade.

A prisão desses trabalhadores rurais após a instauração da ditadura denota a existência da perseguição dos militares aos seus opositores em terras campomaiorenses fazendo-se sentir nessa cidade o que foi feito em diversas partes do país. Com isso, podemos notar que, embora a elite política local demonstrasse apoio ao novo regime, havia em Campo Maior grupos que se colocavam contra a ditadura que passava a vigorar no Brasil, o que mostra a existência de conflitos políticos e ideológicos na cidade em contraposição à pretensa imagem de unidade em torno da legitimação do novo governo que o poder público local intencionava demonstrar.

Os períodos iniciais de institucionalização da ditadura foram conturbados em Campo Maior, sobretudo com as prisões desses líderes sociais, nos permitindo perceber que, no início, o regime militar não possuía larga legitimação na cidade. Tal legitimação seria construída posteriormente, com o silenciamento dos movimentos de esquerda e a articulação entre grupos políticos e sociais que, alicerçados na cultura política campomaiorense, produziram redes de consentimento e consenso ao novo regime, construindo representações que o legitimariam na cidade campomaiorense.

Com a emergência do golpe militar em 1964, e sem contar com nenhum apoio dos representantes políticos da cidade, esses movimentos foram perseguidos em Campo Maior. Luís Edwiges e Antonio Damião foram presos, torturados, tiveram suas vidas ameaçadas, fazendo com que as resistências ao golpe de 1964 fossem silenciadas na cidade, uma vez que a perseguição que sofreram serviu como exemplo do que aconteceria com quem se opusesse ao novo regime. Assim, Campo Maior teve as vozes das oposições ao regime militar silenciadas e a cidade, impulsionada por sua cultura política, passou a ser um palco de louvores ao governo militar onde seus discursos e ações foram fortemente empreendidos.

Representações legitimadoras da Ditadura Civil-Militar em Campo Maior-PI

Os louvores ao golpe de 1964 empreendidos por parlamentares campomaiorenses e as prisões de líderes de movimentos no mesmo período revelam as tensões locais existentes já no início da ditadura, em que discursos políticos municipais eram proferidos com a intenção de

exaltar o novo governo, mas também silenciando as ações dos grupos que faziam oposição aos militares. Aquele pretense apoio unânime que vimos ser evocado na Câmara Municipal não era refletido em outras esferas da sociedade campomaiorense, o que demonstra que o golpe foi recepcionado de diferentes maneiras na cidade.

Observamos anteriormente que o legislativo campomaiorense aderiu àquele golpe desferido e contra a democracia brasileira, atuando para legitimá-lo e exaltá-lo. A mesma euforia vista nos discursos pronunciados no calor dos acontecimentos ainda era percebida na Câmara de Vereadores de Campo Maior anos depois. Na comemoração do aniversário de cinco anos do golpe, um dos parlamentares campomaiorenses proferiu um discurso que é a mais completa manifestação de apoio à ditadura civil-militar vista em Campo Maior. Assim o vereador Joaquim Mamede Lima⁸ expressou seu apoio ao governo militar na Casa Legislativa campomaiorense em 1969:

Em verdade, acontecimento desta natureza não pode ficar no esquecimento, dada a importância para os destinos desta grande nação, que desde o dia 7 de setembro de 1822 tornou-se livre e independente para não ser mais colônia de ninguém. Todos nós ainda lembramos perfeitamente daquela situação caótica que se apoderou da vida nacional, com objetivo inconfessável de ocasionar um ambiente propício à instalação no Brasil de um regime incompatível, sob todos os aspectos, com a nossa tradição de povo democrático e cristão. Felizmente os inimigos da pátria não conseguiram concretizar seus funestos objetivos graças ao civismo mais uma vez comprovado das nossas forças armadas, que para tanto contaram com o apoio decidido da família e do povo brasileiro (CAMPO MAIOR, 1969).

Joaquim Mamede Lima era vereador pela ARENA, eleito em 1966, e foi eleito vice-prefeito de Campo Maior em 1976, assumindo o comando da cidade no ano seguinte com a morte do prefeito José Olímpio da Paz. Ele é uma das figuras mais protagonistas da política campomaiorense. “Era um parlamentar crítico dos movimentos sociais e dos sindicatos de esquerda de Campo Maior que lutavam contra o regime militar” (CHAVES, 2018, p. 149), o que pode inseri-lo na cultura política campomaiorense.

Nesse trecho de seu discurso, ele evoca a Independência do Brasil de 1822 para manifestar a noção de que os militares tinham, novamente, trazido a liberdade ao país. Mais uma vez vemos na fala de um político campomaiorense a presença do comunismo como um inimigo a ser combatido, que colocava em risco a tradição democrática e cristã do povo brasileiro. O anticomunismo, presente na fala do parlamentar, “foi um dos principais

⁸ Joaquim Mamede Lima foi um empresário e político, nascido em Graíras-CE (1934). Foi vereador de Campo Maior, pela ARENA, por duas legislaturas, e foi eleito Vice-prefeito da cidade em 1976, assumindo o executivo municipal no ano seguinte, quando da morte do prefeito José Olímpio da Paz (LIMA, 1995).

argumentos, senão o principal, a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira [...]” (MOTTA, 2009, p. 13), e aquele personagem político campomaiorense exalta os responsáveis por combater o *perigo vermelho* que rondava na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o parlamentar corrobora com a ideia defendida pelos militares de que o golpe militar de 1964 “[...] foi empreendido sob bandeiras defensivas. [...]. O que a maioria deseja era *salvar a democracia*, a família, o direito, a lei, a Constituição, enfim, os fundamentos do que se considerava uma civilização ocidental e cristã” (REIS, 2014, p. 41). Além disso, o vereador destaca o apoio da família e do povo brasileiros, contribuindo para mostrar o caráter civil daquela tomada de poder.

No suposto ideário de democracia propagado pelos militares encontrava-se a defesa dos valores sociais, sustentados na tradição da religião cristã, que seria um dos sustentáculos da preservação da ordem da sociedade brasileira. E o regime procurava se legitimar colocando-se como um defensor desses valores para com isso justificar suas ações contra os que se colocassem em lado oposto (REZENDE, 2013). O discurso do vereador continua:

Depois de cinco anos de Revolução, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, pode-se afirmar que por toda parte tem sido sensível o progresso, pois os dinheiros públicos não são malbaratados impunemente, à exemplo do que ocorria, em muitos casos, antes da Revolução. Em todos os setores administrativos está havendo eficiência, moralidade, ordem e trabalho bem planejados o que constitui esperança para um Brasil que marcha desassobradamente em busca dos seus verdadeiros destinos que são o progresso contínuo, de paz social e liberdade perene (CAMPO MAIOR, 1964).

Na visão do parlamentar, esses cinco primeiros anos de governo militar já tinham produzidos bons frutos para o país. Ele destaca um respeito ao dinheiro público que, segundo seu ponto de vista, não existia no Brasil antes da “revolução”. Para o vereador, o país estava caminhando rumo ao desenvolvimento até alcançar o progresso, a paz social e a liberdade. Contudo, é possível afirmar que essas palavras não eram expressavam somente o pensamento desse vereador, mas sim que da tribuna da Câmara Municipal de Campo Maior ele se colocava como um porta-voz dos setores conservadores da sociedade campomaiorense, como os latifundiários e os grandes comerciantes, que temiam que seu domínio pudesse ser atingido pela ideologia comunista (CHAVES, 2018).

Ao pronunciar aquele discurso, o vereador intenciona produzir uma verdade sobre um contexto histórico e fazer com que isso reverbere na população campomaiorense. Como temos observado, a Câmara Municipal de Campo Maior foi um importante local de fabricação de representações legitimadoras do regime militar, e através de seus discursos os parlamentares

projetavam imagens do governo para legitimá-lo na sociedade e assim fazer com os campomaiorenses comungassem dos valores que o sustentavam e também se sentissem seus participantes, pois um “discurso político é sempre um discurso dirigido e, ao mesmo tempo, os receptores desse discurso, os cidadãos são parte integrante dele” (CHAREADEAU, 2006, p. 268).

Joaquim Mamede Lima profere essas palavras pouco mais de quatro meses após a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que dotou o regime de poderes arbitrários, autorizando a tortura, a cassação de mandatos políticos e o fechamento do Congresso Nacional, por exemplo, se constituindo no endurecimento do regime militar. Com isso, é importante notar como o discurso do vereador estava atrelado aos ideais do governo. Como ele fala em um momento de celebração do aniversário do golpe civil-militar, negligencia as ações arbitrárias dos militares, preferindo enaltecer aquilo que, para ele, é motivo de exaltação para o Brasil. Na última parte de seu discurso, Mamede Lima ainda nos deixou importantes colocações:

Os autênticos brasileiros desejam que a Revolução cumpra até o fim as suas elevadas finalidades, pois somente assim o Brasil consolidará como forma de governo, a democracia.

Senhor presidente e senhores vereadores, estamos vendo vez por outra elementos que, até ontem revolucionários, vivem a falar constantemente da atuação benfazeja da Revolução, mesma demonstração incoerente de atitudes e de princípios ideológicos são inimigos ocultos deste atual estado de coisas pelos quais está passando o Brasil, para a felicidade de seu povo fingem ser adeptos do movimento revolucionário de 31 de março de 1964 para poderem salvar a pele e também inteirar-se de tudo aquilo que planeja o governo em benefício do povo e das instituições. Tenhamos cuidado com esses lobos em pele de cordeiro. (CAMPO MAIOR, 1969).

Em sua fala, Joaquim Mamede Lima faz referência ainda a um outro ponto que é muito presente nos discursos militares e que, na verdade, se constitui como um dos pilares de suas ações, qual seja a ideia de que o Brasil estaria sendo guiado pelos militares rumo à democracia plena. O parlamentar compartilha desse ideal, que se assentava em um suposto sistema de ideias e valores democráticos, mas que, por outro lado, escondia a natureza autocrática da legitimidade do regime (REZENDE, 2013).

Diante desses discursos, podemos entender as relações existentes na construção dessas falas. Esses homens, experientes políticos campomaiorenses, eram herdeiros de uma tradição política que se via ameaçada pelos ideais defendidos por grupos sociais vinculados – ou não – a partidos de esquerda e que lutavam por melhorias nas condições de vida das pessoas historicamente desprestigiadas social e economicamente. Portanto, expressavam discursos que

visavam combater esses interesses, se coadunando com os ideais do governo militar, reproduzindo-os em Campo Maior.

Como “o campo político é um domínio onde se movem relações de força simbólicas para a conquista e a gestão do poder” (CHARAUDEAU, 2006, p. 267), os discursos proferidos por parlamentares campomaiorenses revelam seus interesses em manter a tradição política local, forjada no âmbito dos grandes latifúndios e comércios locais, nos quais grande parte dos políticos campomaiorenses têm sua origem social, política e familiar, condenando os que se colocassem contra os seus objetivos.

Considerando o discurso como fruto de seu tempo, como resultado de uma rede de relações políticas, sociais e culturais na qual está inserido o sujeito que o produz, compreendemos que ele não é um elemento isolado em seu espaço e/ou em seu tempo. Este discurso resulta da cultura política campomaiorense, alicerçada em representações de grupos e sujeitos que fizeram de si e de outros, e que não são neutras, mas “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 2000, p. 17). Estabelece também uma relação com o discurso produzido pelos militares carregado de valores que os mesmos objetivavam inculcar na sociedade como o anticomunismo, a ordem, o progresso.

Além disso, encontraram nos ideais dos militares, e dos demais grupos que articularam o golpe militar de 1964, um respaldo para os seus interesses locais, sintonizando-se com o discurso proveniente do governo militar, revelando os desejos de poder presentes nas falas, e que constituem um aspecto intrínseco ao discurso (FOUCAULT, 1996). Ou seja, ao passo que se faziam apologias aos militares no poder, se lutava para manter o domínio político na cidade.

A emergência desses discursos em Campo Maior corrobora para afirmar a presença do regime militar na cidade, demonstrando como a política campomaiorense estava “[...] afinada com a ‘teoria da conspiração’ criada pelos setores conservadores da sociedade brasileira para combater qualquer tentativa do governo Jango de implantar as famosas reformas de base que trariam mudanças significativas para o Brasil [...]” (CHAVES, 2018, p. 74), confirmando como a classe política campomaiorense estava comprometida com o governo militar.

A construção de representações glorificadoras do regime militar em Campo Maior contou também com a colaboração da imprensa local da época. O jornal *A Luta*⁹ produziu

⁹ Semanário editado em Campo Maior entre 1967 e 1979, fundado por Raimundo Antunes Ribeiro, mais conhecido como Totó Ribeiro. Tinha limitada circulação na cidade e região, com tiragem de 200 exemplares em

matérias que contribuiriam para enaltecer a ditadura na cidade, fazendo com que parte da população local legitimasse aquele governo. O periódico contribuiu nessa rede de produções de sentidos do tempo da ditadura, congratulando-se enfaticamente com o regime, produzindo representações que o legitimavam. Desta maneira o semanário se posicionou em relação ao aniversário de cinco anos da “Revolução”:

O País inteiro comemora amanhã o quinto aniversário da Revolução de 1964, graças à qual o Brasil iniciou uma das mais importantes eras de sua História, renovando de maneira sensível suas instituições justamente numa época em que o mundo atravessava uma série de transformações tanto importantes para a Humanidade pelo grande avanço das ciências quanto significativas pelas mudanças que se operam no campo social (A LUTA, 30 mar. 1969).

É válido destacar que essa publicação foi feita meses depois da edição do Ato Institucional nº 5, que acirrou a censura, a tortura e a repressão no país. Isso demonstra a conivência do jornal com o sistema repressivo da ditadura, em que os crimes cometidos pelos militares eram deliberadamente esquecidos, em prol da celebração do regime. Dessa forma, é possível afirmarmos que o jornal *A Luta* opera um esquecimento comandado (RICOEUR, 2007) dos atos discriminatórios do regime para celebrar as supostas conquistas da “revolução”, pois:

Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão coletiva [...]. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela (RICOEUR, 2007, p. 455).

Diferentes discursos podem ser produzidos sobre os acontecimentos e fenômenos históricos e sua construção leva em conta as representações de quem os produz. Nessa articulação, determinados elementos são selecionados para serem lembrados em detrimento de outros, que são condenados ao esquecimento de modo a atender determinados fins. Assim, é operacionalizada uma *estratégia de esquecimento*, em que se oculta certos fatos, evitando narrá-los, “(...) e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um não-querer-saber” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Não obstante a aspiração de legitimidade para seu governo, para os militares era preciso, além de reprimir os subversivos, imprimir nos brasileiros crenças e valores do regime, provocando-lhes um sentimento de euforia, glorificando e exaltando o governo e dando vivas aos generais-presidentes. Em 1972, o jornal *A Luta* torna a expressar suas congratulações para com o regime autoritário, como podemos ver na matéria a seguir, acerca do 8º aniversário do golpe de 1964:

Oito anos de Brasil novo são passados. Quando a 31 de março de 1964, *a Pátria foi salva do caos*, abriram-se lhe as portas do desenvolvimento. Naquela data histórica, homens de nobreza espiritual e patriótica conduziram a Nação de vales sombrios, então presa que estava de homens mesquinhos, para os planaltos resplandcentes, onde pode ser vista, bela e rica, por todos os povos do mundo. Eis agora o Brasil transformado, saído há oito anos de tenebroso marasmo e do perigo da tirania esquerdista, da fatal desgraça, para o reinado da liberdade irrestrita, muito amada e salvaguardada, até, com a morte, por noventa milhões de almas verde e amarelas (*A LUTA*, 30 mar. 1972).

Podemos observar a constituição desse documento histórico como um ponto importante para entender os objetivos dessa matéria. As condições sociais e políticas do momento permitiram que esse texto fosse fabricado, destacando aos campomaiorenses os valores da “revolução de 1964”. Jacques Le Goff nos lembra que o documento “é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. (...). Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro (...) determinadas imagens de si próprias” (LE GOFF, 2013, p. 495-497).

Nesse sentido, podemos apreender que a elaboração desse documento é produto de relações políticas existentes no âmbito de uma ditadura e que se propõe a deixar registrado para o futuro uma imagem positiva do regime, no qual “O conjunto daqueles eventos [de março de 1964] se torna referência memorável que deveria servir para instruir o presente e ‘iluminar’ o futuro do país, fazendo de 1964 um monumento que difundia uma dada representação histórica para o país” (SILVA, 2011, p. 146).

Mais uma vez, o passado é evocado no discurso celebrativo do golpe no jornal para legitimar o presente. Assim, podemos perceber como o discurso da ditadura foi recebido pelo jornal e como esse meio de comunicação construiu representações que exaltavam aquele regime – se relacionando com o discurso político local –, através da fabricação e divulgação de seu próprio discurso sobre aquele contexto histórico, articulando fatos do passado e do presente na produção de um sistema de representações que desejava transmitir sobre o regime, visto que:

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência (CHAREADEAU, 2013, p. 47).

Dessa maneira, compreendemos a relação construída em Campo Maior com o momento vivido no país e como isso era refletido na cidade na produção de representações legitimadoras do regime na cidade, pois “A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social” (CAPELATO, 1986, p. 34). Campo Maior, e o jornal *A Luta*, estavam fortemente relacionados com a ditadura militar, atuando numa articulada rede de produção de sentidos sobre o regime em que:

As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade (MOTTA, 2009, p. 23).

Em 1974, observamos mais uma mensagem de louvor à “revolução” de 1964 propagada por um político campomaiorense. Desta vez, o chefe de Executivo Municipal, o prefeito Dácio Bona¹⁰, parabenizou os militares pelo feito realizado uma década antes, demonstrando a continuidade do apoio ao regime autoritário, não obstante os contínuos ataques que cometeram na sociedade ao longo desses anos:

No aniversário de mais um aniversário da Revolução de Março de 1964, nada mais justo do que levar a toda a população de nosso Município as melhores congratulações pelo clima de segurança, de ordem absoluta, de respeito ao direito, geradores do ambiente propício ao franco desenvolvimento por que passa a Nação brasileira. Tudo isso devemos ao elevado espírito de responsabilidade e de amor ao Brasil do soldado brasileiro que, não aceitando o desafio da demagogia, os acenos mirabolantes da subversão, souberam em boa hora salvar a Pátria da grande derrocada. Foram, sem dúvidas, as Forças Armadas, com o apoio maciço do povo que nos legaram tudo o que estamos vendo e participando ativamente: um Brasil progressista, uma Pátria unida pela ordem, pelo amor, pelo trabalho de seus filhos.

¹⁰ Foi prefeito de Campo Maior entre 01/02/1973 e 31/01/1977 e vice-prefeito entre 31/01/1955 e 31/01/1963. Em sua administração são destacadas, entre outras obras, a construção da nova sede da prefeitura – o Palácio das Carnaúbas –, a conclusão do terminal rodoviário Zezé Paz, e a implantação do sinal de TV da Rede Globo.

Campo Maior, 31 de março de 1974 – Dácio Bona – Prefeito Municipal (A LUTA, 31 mar. 1974).

Passados dez anos de vigência do estado autoritário, discursos enaltecendo o regime militar ainda podiam ser ouvidos em Campo Maior, desta vez, pronunciado pelo prefeito municipal em um aniversário de uma data simbólica da ditadura. Dácio Bona é oriundo de uma das mais tradicionais famílias políticas campomaiorenses que exerceram o poder na cidade durante muitos anos. Do seio daquela cultura política, na qual ele tem suas raízes, ele convida os campomaiorenses a louvar a “revolução” pelos dez anos de sua vigência, destacando supostas conquistas que ela teria conquistado para a população, e contribuindo para que fossem sendo fabricadas representações glorificadoras do regime na cidade e, ao mesmo tempo, inscrevendo-o na memória dos campomaiorenses.

Três anos depois, em 1977, da Câmara Municipal de Campo Maior nos chega novamente mais um registro no qual são construídos louvores ao golpe e aos seus articuladores. Desta vez, foi o vereador Carlos Augusto de Oliveira que, ao ser eleito líder da Arena na Câmara Municipal em 15 de fevereiro de 1977, usou a tribuna para prestar honras aos militares pelo seu feito de 1964 e o regime político em vigor. Em seu discurso, o parlamentar afirma:

[...] Conscientizado também estou que para aqui viemos pela vontade popular e como tal não podemos, em nenhum momento e sob a pena de perdermos a autoridade do mandato, deixar de sermos sensíveis aos anseios do povo [...] que também sabe ser valente, que sabe empenhar a bandeira da revolução e com ela se identifica, concorda e mesmo discorda em alguns de seus atos, mas nunca a contesta pois que no seu contexto está inserido já que este povo é a própria revolução que foi feita por ele e para ele. [...].
Como líder da Aliança Renovadora Nacional [...], tudo farei para dentro das minhas limitações tornar cada vez mais aceso o fogo da Revolução de 31 de março, coerente que sou não só com meus ideais de revolucionário de primeiríssima hora, mas principalmente coerente com o próprio cargo de líder na Câmara Municipal de Campo Maior do partido político que vem apoiando os governos revolucionários, partido esse que é a Aliança Renovadora Nacional (CAMPO MAIOR, 1977).

O vereador fala em nome de todos os parlamentares da ARENA e em seu discurso são cobertas todas as disputas internas que possam existir, mostrando como a Casa Legislativa campomaiorense estava em sintonia com os ideais da “revolução de 1964”. Carlos Augusto faz menção à população de Campo Maior dizendo que ela empenha e se identifica com a “bandeira da revolução”, numa demonstração de que a política e a sociedade campomaiorenses, em seu ponto de vista, caminhavam juntas nos caminhos desejados pelo governo militar.

O parlamentar profere essas palavras em um contexto em que as condições políticas já se encaminhavam para o fim do bipartidarismo, mas ainda são carregadas dos mesmos valores e objetivos de 1964, sendo que ainda se manifesta a noção de “revolução” que era a base das decisões políticas do regime. Podemos entender essa questão na perspectiva de Serge Bernstein, para quem os “[...] dirigentes políticos e eleitos, militantes e eleitores simpatizantes vivem num certo clima cultural que faz com que as próprias palavras que empregam sejam uma referência implícita à doutrina sem que seja necessário exprimi-la [...]” (BERSTEIN, 2003, p. 87-88).

No ano seguinte, mais uma vez a o poder público de Campo Maior demonstrou congratulações com a data festiva do dia 31 de março. Em 1978, a prefeitura municipal decretou ponto facultativo em todas as repartições públicas, considerando que naquela data se comemoraria o “14º aniversário da revolução brasileira, data em que se comemora em todo o território nacional solenidade cívica” e considerando ainda que o município apresentaria uma “programação festiva, alusiva à grande data” (CAMPO MAIOR, 1978).

A partir disso, podemos perceber que, passados 14 anos de governo autoritário, em cujo espaço de tempo intensas transformações foram implementadas na política e na sociedade brasileiras, no qual houve a institucionalização do regime ditatorial e supressão de direitos dos cidadãos, e mesmo o conteúdo dessa fonte ter sido produzido em um contexto em que se vislumbrava uma abertura democrática, o governo municipal campomaioirenses ainda expressava louvores àquele acontecimento político de 31 de março de 1964, procurando reunir a sociedade local nas comemorações à data cívica da chamada “revolução brasileira”.

Tal iniciativa pode ser analisada na perspectiva da legitimação da ditadura na cidade, por meio da qual se intencionava construir uma memória gloriosa do regime que seria reproduzida no futuro e, mais ainda, demonstrar a sintonia do poder público municipal com a fabricação de uma representação que legitimasse o regime, inserindo-o do lado daqueles que seriam responsáveis pelo progresso e desenvolvimento do Brasil.

Considerações Finais

Na análise dessa parte da história de Campo Maior, compreendemos que foi aquilo que identificamos como sendo uma *cultura política campomaioirenses* que, alicerçada sob valores, discursos e práticas de uma tradição política que remonta às origens da cidade, norteou o comportamento de diferentes esferas e grupos da sociedade local conduzindo-os a

se tornarem agentes legitimadores da ditadura civil-militar em Campo Maior, sobretudo da elite política local, cujas representações da ditadura aqui foram problematizadas.

Esse comportamento não é uma página isolada da história local, mas faz parte de uma complexa articulação existente entre a política, a cultura e a sociedade campomaiorenses. Herdeira de uma tradição que protagonizava há muito tempo a história política local, a elite política campomaiorense que comandava a cidade no período do início da ditadura, urgiu em demonstrar seu apoio àquele novo regime que se instaurava no país e, dessa forma, manter assegurados seus privilégios, colocando-se como um braço do governo naquela pequena cidade piauiense. Todavia, sem se desfazer dessa mesma tradição, reproduzindo as disputas, os conflitos e os arranjos que são uma marca da cultura política campomaiorense.

Fontes

8º ANIVERSÁRIO da Revolução. **A Luta**, ano 5, n. 208, s/p, 30 mar. 1972.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária**. 06 de abril de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária**. 07 de abril de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária**. 07 de abril de 1969.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária**. 15 de fevereiro de 1977.

CAMPO MAIOR. Decreto nº 6. 30 de março de 1978. **Prefeitura Municipal de Campo Maior-PI**. Decreta feriado no dia 31 de Março de 1978 em comemoração à Revolução de 1964.

LOPES, Luís de Ribamar Osório Lopes. **Entrevista concedida a Ramsés Eduardo Pinheiro e Phelipe Cunha**. 11 de abril de 2010 na Fazenda Matinhos, Campo Maior-PI.

CINCO anos de Revolução. **A Luta**, ano 2, n. 71, s/p. 30 mar. de 1969

MENSAGEM do prefeito pelos 10 anos de Revolução. **A Luta**, ano 8, n. 309, s/p., 31 de mar. de 1974.

SOUSA, Antonio Damião de. **O homem e a terra: a ditadura militar e latifundiários contra os camponeses**. Campo Maior: Edição do autor, 2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ (TRE-PI). Disponível em <https://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1945-a-1992>. Acessado em 17 de jun. de 2020.

Referências bibliográficas

ATANÁSIO, Francisco Chagas O.; ROCHA, Damião de Cosme de C. *Dentre lutas, lidas e labutas: Memórias e narrativas sobre o processo de formação das ligas camponesas no Piauí e*

suas experiências organizativas na “terra dos carnaubais” (Fazenda Matinhos/Campo Maior). **Vozes, Pretérito & Devir**. Teresina, vol. 1, n. 1, ano 1, dez. 2012-fev. 2013, p. 72-91.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

_____. Os Partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CHAREAUDEAU, Patrick. O discurso político. In: EMEDIATO, Wander, et. al. **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. 2. ed. Lisboa: Memória e sociedade, 2000.

_____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAVES, Celson. **Câmara Municipal de Campo Maior: 256 anos de história (1762-2018)**. Teresina: Gráfica SP LTDA, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: Aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JESUS, Pauliana Maria de. **A cidade dos desejos: Reflexões sobre a modernização em Campo Maior-PI (1930-1970)**. – Teresina: Cancioneiro, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LIMA, Reginaldo Gonçalves de. **Geração Campo Maior: anotações para uma enciclopédia**. Teresina: Júnior, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 18-37.

PEREIRA, Raimundo Nonato Bitencourt. **Modernização urbana de Campo Maior no período áureo da cera de carnaúba (1930-1947)**. 2015. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2015.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: _____ (coord.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. 1º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5).

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: Eduel, 2013.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Edunicamp. 2007.

SILVA, Sônia Maria de Meneses da. **A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de**

São Paulo e o Golpe de 1964. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de esperança:** camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Linguagens, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

“Um homem pobre como eu não deve amar”: desigualdade social na canção romântica brasileira da década de 1970

“A poor man should not love”: class issues in the brazilian romantic songs in the 1970’s

Matheus Bomfim e Silva,¹ UFC

Resumo

Nas discussões sobre música durante a ditadura militar apenas um grupo de artistas é priorizado: a famosa MPB. Isto ocorre em detrimento de outros artistas, como os chamados “cafonas”, destratados pela crítica musical da época e esquecidos ou lidos como alienados e/ou sem relevância pela historiografia sobre a ditadura militar. Contudo, com a análise de algumas canções gravadas por Waldick Soriano e Fernando Mendes, percebemos que questões envolvendo desigualdade social eram abordadas por esse segmento menos priorizado, fazendo sucesso entre a camada pauperizada do país, sendo seus artistas também oriundos dela. Tais artistas cantaram como as desigualdades sociais se entrelaçam com os sentimentos afetivos.

Palavras-chave: Canção; Ditadura Militar; Desigualdade social; Brega; Cafona;

Abstract

In discussions about music during the military dictatorship, only one group of artists is prioritized: the famous MPB. This occurs to the detriment of other artists, such as the so-called “tacky”, mistreated by the musical critics of the time and forgotten or read as alienated and/or without relevance by the historiography of the military dictatorship. However, with the analysis of some songs recorded by Waldick Soriano and Fernando Mendes, we realized that issues involving social inequality were addressed by this less prioritized segment, being successful among the impoverished layer of the country, with their artists also coming from it. Such artists sang how social inequalities intertwine with affective feelings.

Keywords: Song; Military Dictatorship; Class issues; Brega; Cheesy;

*“Um dia sonhei um porvir risonho
E coloquei o meu sonho num pedestal bem alto
Não devia e por isso me condeno
Sendo do morro e moreno
Amar a deusa do asfalto”
(Adelino Moreira)*

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Ceará, membro do Grupo de Estudos História e Documento: reflexões sobre fontes históricas, colunista no Instituto Memória Musical Brasileira, matheusbonfim@alu.ufc.br

Introdução

Quando se fala em música durante a ditadura civil-militar, esse termo será usado levando em consideração que parte considerável da historiografia demonstra o apoio que parcela dos civis deram ao Golpe de 1964 e a manutenção do regime (MELO, 2012, p.39), a chamada MPB sempre é lembrada, sendo representada por artistas como Chico Buarque, Gilberto Gil, Milton Nascimento, entre outros. Contudo, à época, esses artistas da chamada MPB eram consumidos, na maioria dos casos, entre o público de classe média (ARAÚJO, 2015, p.15-16) enquanto estavam nas listas de maiores vendas no mercado fonográfico e de execução nas rádios, entre 1968 e 1978 os chamados “cafonas” (ARAÚJO, 2015, p.16-18), como Waldick Soriano, Fernando Mendes, Paulo Sérgio e Odair José, além de outras vozes que foram enquadradas dentro desta categoria.

Na década de 1970 o termo cafona foi popularizado por Carlos Imperial e a partir da década seguinte o termo brega² começou a ser usado. As duas palavras são sinônimos e possuem uma carga de preconceito, já que significam algo de pouco refinamento ou de mau gosto, não deixando dúvida que esse segmento musical foi tratado com preconceito (BOMFIM, 2021, p.74).

Paulo Cesar de Araújo (ARAÚJO, 2015, p. 16) nos mostra que foi criada uma memória cristalizada sobre a música durante a ditadura militar, que privilegiou os artistas preferidos das elites, apagando assim o consumo musical das classes mais baixas.

Muitas das canções desses artistas chamados cafonas, termo que esse trabalho não endossa, narram o autoritarismo e a segregação social presente no cotidiano brasileiro. Além do mais, artistas como Waldick Soriano, Fernando Mendes, Paulo Sérgio, e etc, vieram de famílias pobres (ARAÚJO, 2015, p.16-17). Waldick Soriano trabalhou desde criança, na lavoura, garimpo, e como engraxate, dentre outros trabalhos, além de já ter afirmado ter tido uma vida muito sofrida e que sofria ainda mais quando relembrava (ARAÚJO, 2015, p.17).

A chamada música cafona/brega por muito tempo foi deixada de lado na historiografia sobre a Ditadura Civil-Militar, sendo o trabalho do historiador Paulo Cesar de Araújo o primeiro a quebrar essa memória excludente. Podemos citar como exemplo dessa segregação

² De acordo com Paulo Cesar de Araújo, em entrevista ao programa *Conversa com Bial*, a origem da palavra vem do sobrenome do general alemão Frederick Schomberg, que foi lutar na Guerra da Restauração em Portugal e com isso teve seu nome aportuguesado para Schumberga. Enquanto isso na capitania de Pernambuco um governador era bastante parecido com o alemão era chamado de Chumbrega, era conhecido como uma pessoa boemia. Na década de 1950 a zona de meretrício e boemia da cidade do Recife era chamada de brega e disso vem a música de brega, ou simplesmente brega.

o Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro, que teve em sua criação, entre outros objetivos, gravar depoimentos de diversos artistas para posterioridade. Entretanto, em todo esse vasto material, cerca de 2 mil horas de gravações, não existe um registro de artistas como Waldick Soriano (ARAÚJO, 2015, p.c23).

O ato de esquecimento resulta da manipulação exercida por grupos dominantes ou vencedores (ARAÚJO, 2015, p.23). Por conta disso, este trabalho visa mostrar com alguns exemplos, que artistas como Waldick Soriano e Fernando Mendes, os escolhidos para essa análise, discutiram sobre o amor e desigualdade social, em um período de exceção, a ditadura civil militar, com canções românticas, “O moço pobre” (1968), “Pobre de amor” (1972), de Waldick Soriano, e “Amor de um Pobre” (1976). Em diálogo com os problemas econômicos na ditadura militar, a desigualdade social e as letras dessas canções, será discutido que para esses artistas a desilusão amorosa se misturava com a desigualdade social.

“Eu fiz o quarto ano do primário, mas sou formado na Universidade da Vida”

Eurípedes Waldick Soriano, nasceu em Caetité, interior da Bahia, em 13 de maio de 1933. De acordo com o documentário *Waldick, sempre em meu coração* (WALDICK, 2008), só estudou até o quarto ano do primário, porque teve que trabalhar desde criança por ser de família pobre. A única caneta que conheceu foi a enxada, teve diversos empregos, como lavrador e garimpeiro, de acordo tanto com o documentário citado como em entrevista que deu para Paulo Cesar de Araújo para o livro *Eu não sou cachorro, não* (ARAÚJO, 2015, p.17):

[...]O cantor Waldick Soriano também ficou fora da escola, pois desde pequeno, de enxada em punho, foi batalhar na lavoura com seus irmãos, exercendo mais tarde os ofícios de garimpeiro, faxineiro, engraxate, servente de pedreiro e camelô. “Venho de uma vida muito sofrida e sofro duas vezes quando recordo o passado[...]” (ARAÚJO, 2015, p. 17).

Os principais sucessos de Waldick foram “Eu não sou cachorro, não” e “Tortura de amor” (ÍCONE DO BREGA, 2022), entre outros, mas além dessas duas canções esse trabalho discutirá outras de suas gravações. Devemos lembrar que a oficialização da censura no governo militar veio com instauração do Ato Institucional número 5, que vetou a concessão de Habeas Corpus, a liberdade de expressão e reunião, assim como toques de recolher em censura prévia aos diversos segmentos culturais e jornalísticos, como apresentado pelo historiador Filipe Figueiredo (50 ANOS DE AI-5... 2019). Podemos ler o AI-5 como uma forma do regime ter o controle sobre os diferentes ramos da sociedade, assim como

neutralizar os inimigos ou supostos inimigos, como também uma forma de legitimar seu governo oriundo de um golpe.

As ditaduras para se manterem recorrem na maioria das vezes a duas coisas, a violência e a cultura, na primeira criando um inimigo em comum, criando um estado de terror para se ter o controle sobre todos, se criando uma unidade em detrimento do indivíduo, e na parte da cultura se cria discursos para se combater os prováveis símbolos de desordem, assim pondo em prática seu projeto de Nação e Estado (LUCAS, 2017, p. 17).

Como dito anteriormente, foi com o AI-5 que a censura foi oficializada pelos militares mas antes disso ela já era praticada pelo regime, em 1966 a censura é centralizada na capital federal, exigindo formação universitária para o ingresso no cargo de censor. Além disso, a censura existia muito antes da ditadura aqui discutida, existindo desde o início da República, foi tratada como assunto de polícia e assim continuou nos anos seguintes, com as mudanças culturais decorrentes da urbanização, a criação de novos espaços e diversão, impor ordem no meio dessas alterações socioespaciais era ação prioritária do governo (LUCAS, 2017, p. 60).

Quando se fala em censura durante a ditadura civil militar na maioria das vezes são lembrados os casos de Chico Buarque e os demais artistas da chamada MPB, porém até mesmo os chamados “cafonas” foram calados pelo governo militar. Waldick Soriano foi um desses artistas que tiveram que passar por isso, com a canção *Tortura de Amor*, uma música que ele compôs no final da década de 1950, quando ainda trabalhava no garimpo e que foi lançada por ele, em 1962, mas na época não teve repercussão (ARAÚJO, 2015, p. 74). Essa composição de Waldick teve diversas regravações, como de Cauby Peixoto, Altamar Dutra, Nelson Gonçalves e Fagner (ARAÚJO, 2015, p. 74), isso demonstra o quanto essa música fez sucesso.

Tortura de Amor teve problemas com a censura, por conta da palavra ‘tortura’, quando foi regravada pelo próprio autor, em 1974 (ARAÚJO, 2015, p. 74). A letra não faz nenhuma referência aos porões da ditadura, o próprio Waldick afirmou que usa a palavra em sentido poético (ARAÚJO, 2015, p.74), uma explicação para a censura da canção será feita em breve. Ouvindo a música é possível perceber que a canção fala de uma pessoa sofrendo por amor e usa a palavra tortura para demonstrar toda sua dor e como está sendo maltratada pela pessoa amada:

Hoje que a noite está calma / E que minh'alma esperava por ti
Apareceste afinal / Torturando este ser que te adora
Volta, fica comigo / Só mais uma noite

Quero viver junto a ti / Volta, meu amor
Fica comigo não me desprezes / A noite é nossa
E o meu amor pertence a ti [...]
(SORIANO, 1974)

Contudo, é preciso lembrar que com a decretação do AI-5 em 1968 a tortura foi normalizada como arma do regime para combater os brasileiros considerados subversivos (ARAÚJO, 2015, p. 75). Com isso, pode-se inferir que o governo não queria essa palavra tocando nas rádios, nas casas dos brasileiros enquanto vários presos eram torturados por serem considerados inimigos do Estado, basta lembrar que na revista *Veja* saiu uma matéria intitulada “O presidente (Médici) não admite torturas” (ARAÚJO, 2015, p. 76).

Aproveitando o ano de 1968, além do AI-5, neste ano Waldick Soriano lançou o disco *Em ritmo de boleiro*, e uma canção desse disco é importante para esse artigo:

Um moço pobre como eu não deve amar / E nem tão pouco alimentar sonhos
de amor
O mundo é só de quem tem muito pra gastar / Um moço pobre como eu não
tem valor
Renunciar é solução que encontrei / Devo apagar do pensamento aquele
amor
Devo esquecer de quem de mim já se esqueceu / E conformar com a minha
dor [...]
(SORIANO, 1968)

O eu lírico da canção começa se lamentando por causa de sua condição social, a pobreza, e que por conta disso ele não deveria idealizar uma história de amor porque só quem tem condições financeiras consegue realizar esse desejo de amar e ser amado. E complementa que ele não possui nenhuma dignidade, mais uma vez por conta de sua classe social, podemos inferir que nosso personagem se apaixonou por uma moça de classe social superior, por conta do teor de seu lamento.

Em 1964, o 1% mais rico do país detinha 20% de toda a riqueza nacional, em 1967 apenas por volta de 7% do produto interno bruto (PIB) era destinado para a educação (O MILAGRE...2021). Essa disparidade na distribuição de renda e a falta de investimento na educação mostram que a desigualdade no Brasil não estava mais nas composições. Lembrando que Waldick Soriano teve uma origem pobre, a pobreza fez parte de sua formação, então, esse sentimento de abandono fazia parte de sua história de vida.

Em 1972, Waldick lança pela RCA Victor o LP “EU TAMBÉM SOU GENTE” e esse disco apresenta mais uma música sobre amor e a desigualdade social, outra composição do próprio Waldick, a faixa “Pobre de amor”:

Um homem pobre como eu não deve amar
 Eu nunca tive o direito a ser feliz
 Vivo a procura dessa tal felicidade
 Perdi meu tempo por amar quem não me quis
 Ah, quem me dera ter dinheiro pra comprar
 Um grande amor igual aquele que eu perdi
 Não vale a pena, não vale a pena
 Não há dinheiro que pague o que eu sofri[...]
 (SORIANO, 1972)

Assim como na primeira canção, vemos o eu lírico fazendo um lamento por causa de sua condição social, aliás, os versos são quase idênticos “Um moço pobre como eu não deve amar” / “Um homem pobre como eu não deve amar” (SORIANO, 1962). Mais uma vez destacando que a situação financeira impede a conquista de um amor, e trata a felicidade como algo ilusório, que só escuta sobre, mas nunca a conheceu de fato. “*Perdi meu tempo por amar quem não me quis*”, será que a pessoa não o quis em razão de sua classe social?

Em seguida ele clama que se tivesse dinheiro, uma boa condição financeira, talvez ele conseguisse um grande amor, mas logo em seguida desiste da ideia com o verso “Não vale a pena, não vale a pena/ Não há dinheiro que pague o que eu sofri” (SORIANO, 1972). A música termina sem nenhuma faísca de esperança, nosso eu lírico continua sofrendo por não ter conseguido sua felicidade/amor em decorrência de sua condição social.

Ainda em 1972 Waldick lançou aquela que seria sua música mais famosa, *Eu não sou cachorro, não*, lançada em outubro daquele ano, rapidamente ela chegou nos topos das paradas, o disco vendeu milhares de cópias e causou alvoroço (ARAÚJO, 2015, p. 236). Paulo Cesar de Araújo (ARAÚJO, 2015, p.236) mostrou que diversos críticos tentaram desmerecer a música e até justificaram o sucesso afirmando que o público do artista era analfabeto e por isso gostaram da música, aqui vemos outro exemplo do preconceito de classe, fora o preconceito direto com os artistas chamados de “cafonas”.

Eu não sou cachorro, não
 Pra viver tão humilhado
 Eu não sou cachorro, não
 Para ser tão desprezado [...]
 (SORIANO, 1972)

A canção é mais uma daquelas que retrata uma desilusão amorosa, isso é inegável, entretanto, o refrão pode servir como um grito de protesto, a denúncia de uma marca da sociedade brasileira, o autoritarismo. Como dito anteriormente, grande parte do público de Waldick Soriano era composto pelas classes mais baixas do país, como porteiros, empregadas domésticas, peões de obras, entre outras profissões. A força do refrão dessa música reside no fato que ele pode ser um protesto contra o patrão, o gerente, ao policial, ou os demais representantes da opressão vivida pelas classes mais baixas, que são constantemente humilhados e ofendidos (ARAÚJO, 2015, p. 236-237).

Ressaltando mais uma vez que o próprio Waldick Soriano veio dessa classe, então, aquele refrão reflete uma condição que ele próprio viveu, com o autoritarismo presente no cotidiano dos trabalhadores (ARAÚJO, 2015, p. 237).

Dizem que quem nasce pobre não pode ser nobre e nem pode amar

Nascido em Conselheiro Pena, Minas Gerais, em 1950. Luiz Fernando Mendes Pereira, conhecido como Fernando Mendes, lançou seu primeiro disco em 1973 (ARAÚJO, 2015, p.79). Ainda com 17 anos formou o grupo Blue Boys, que tocava em bailes e festas na sua cidade, depois foi morar com a família no Rio de Janeiro, na Cidade Maravilhosa se tornou crooner na Boate Plaza³. Seu primeiro LP foi lançado em 1973, conseguiu sucesso com a faixa “A desconhecida”:

Numa tarde tão linda de Sol
Ela me apareceu
Com um sorriso tão triste
Um olhar tão profundo, já sofreu [...]
Nunca teve amor
Não sentiu calor de alguém
Nem sequer ouviu a palavra carinho
Seu ninho não existiu[...]
(MENDES, BANANA, 1973)

Fernando Mendes também teve problemas com a Censura da Ditadura Militar, dois casos podem ser citados, as canções “Meu pequeno amigo” e “Sádico poeta”, de 1974 e 1978, respectivamente.

³ ALECE, 2021.

Meu pequeno amigo foi composta por Fernando Mendes como um tributo ao garoto Carlos Ramirez Costa, conhecido como Carlinhos, que tinha sido sequestrado em agosto de 1973 no Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2015, p.79).

[...] Na mesma rua que você brincou
Já não existe mais aquele Sol
A mesma paz
Não adianta procurar
Quem viu não vai falar
E o sonho terminou
Digam pra mim
Digam pra mim onde está
E o que foi que fizeram
Com o meu pequeno amigo[...]
(MENDES, MENDES, 1974).

Em um primeiro momento a composição foi liberada, no início de 1974, com a recomendação de ter o subtítulo de “Tributo a Carlinhos”, contudo, assim que a canção começou a ser executada nos programas, veio a ordem de veto (ARAÚJO, 2015, p.79-80). Fernando Mendes estava trabalhando na divulgação do disco quando soube que a canção foi vetada, e recorda que ficou sem entender, que naquela época não tinha consciência política e não tinha noção do que o país estava passando (ARAÚJO, 2015, p.80).

Existe uma explicação para a proibição do veto, a música em nenhum momento cita o caso Carlinhos, assim a letra ficou mais abrangente, isso incomodou os militares, porque nesse período muitas pessoas estavam “desaparecidas” ou “desaparecendo”, foi em 1973/1974 que foi registrado o maior número de desaparecidos políticos (ARAÚJO, 2015, p.80). Assim como no caso de “Tortura de amor”, o governo militar não queria a população ouvindo sobre pessoas sumindo.

Para exemplificar a preocupação dos militares sobre os “desaparecidos”, temos uma matéria do jornal O Estado de S. Paulo, dia 6 de fevereiro de 1973, em que o então ministro da Justiça Armando Falcão vai em público falar sobre o tema.

Figura 1 - Matéria da Folha de S. Paulo sobre os desaparecidos durante a ditadura militar



Fonte: Elaborada pelo autor

Sádico poeta foi uma canção lançada em 1978, que o próprio compositor em entrevista afirma que foi censurada por causa dessa estrofe “Eu quero te comer feito um antropófago”, nessa mesma entrevista ele também afirma que naquele período não entendia essas “coisas de política” (NETO, 2017).

Eu quero te comer feito antropófago
 Sugar teu sangue assim que nem vampiro
 Em ti vou me afundar que nem um naufrago
 Eu quero respirar o teu suspiro[...]
 Eu sei que pode parecer loucura
 Mas eu te amo com muita ternura
 Eu quero te falar que eu já não sou meu
 Agora eu sei que sou completamente teu[...]
 (MENDES, 1978)

A música a ser discutida nesse artigo não é uma composição de Fernando Mendes, mas foi gravada por ele, “*Amor de um pobre*”, lançada em 1976:

A minha vida é cheia de tristeza
 O Sol não tem mais brilho para mim
 Porque estou amando loucamente
 Alguém que não pode gostar de mim
 Ela tem tudo que sonhou na vida
 Pois já nasceu num mundo de riqueza
 E eu que levo a vida na pobreza
 Não tenho nada pra lhe oferecer
 Sei que são coisas da vida

Que não deveria sofrer nem chorar
Mas meu amor é mais forte
Essa minha sorte não posso mudar
Eu sei que ela me ama
Mas o seu mundo não quer me aceitar
Dizem que quem nasce pobre
Não pode ser nobre e nem pode amar
(LIVIA, TADEU, 1976)

A canção mostra o lamento, algo comum entre os cantores “cafonas”, de um homem que está perdidamente apaixonado por uma pessoa, mas não possui a reciprocidade, pois era pobre, nessa composição fica explícito que a pessoa amada é de uma condição social superior, “Ela tem tudo que sonhou na vida/ Pois já nasceu num mundo de riqueza/ E eu que levo a vida na pobreza/ Não tenho nada pra lhe oferecer”.

Nosso personagem continua contando que mesmo a pessoa amada o querendo, o mundo dela não o aceita por ser pobre, existe uma repulsa. Nessa composição fica exposto que a desigualdade de classe entre os dois apaixonados é um empecilho para o relacionamento. De acordo com William Ian Miller, o nojo para além do gosto se estende para os demais sentidos e também as relações sociais, como a presença de alguém (MENDONÇA, JORDÃO, 2014, p. 3). E esse sentimento de nojo, repulsa, aversão, envolve o julgamento moral e social, levando a classificações e hierarquias de coisas e pessoas (MENDONÇA, JORDÃO, 2014, p. 3).

Existe uma hierarquia nos espaços de socialização, as classes mais altas não querem se misturar com as camadas mais baixas, por esses grupos não terem condições materiais e culturais para conviver em espaços elitizados (MENDONÇA; JORDÃO, 2014). É possível citar um exemplo recente, como o dos *rolezinhos*, em decorrência desses encontros entre os jovens da periferia, o shopping JK Iguatemi, em São Paulo, fixou um aviso em sua entrada tentando coibir esse tipo de manifestação das camadas mais pobres (MENDONÇA; JORDÃO, 2014, p. 4).

Os versos destacados da canção podem ser interpretados como um episódio de humilhação social, algo que se caracteriza por uma experiência que transita entre o psicológico e o político, que causa sofrimento psíquico, um tipo de opressão, uma violência simbólica (JARDIM; ARON, 2016, p. 42).

Com o decreto do Ato Institucional número 5, AI-5, as práticas de repressão obtiveram um status de legalidade, e a violência que o governo militar cometia era direcionada aos inimigos do governo, as classes pobres, os grupos excluídos (JARDIM; ARON, 2016, p. 45).

A violência do Estado não se restringe àquela executada pelas forças armadas e policiais, foi além, ela fez parte do cotidiano da população, no trabalho e nas relações sociais (JARDIM; ARON, 2016, p. 46).

O Golpe de 1964 teve participação da elite civil, de setores empresariais, uma classe dominante que se via ameaçada, esses mesmos grupos foram favorecidos durante o governo militar, a classe trabalhadora sofreu, houve barateamento na mão de obra e acontece uma mercantilização da educação, agravando a desigualdade (JARDIM; ARON, 2016, p. 48).

O movimento sindical foi reprimido, as greves foram proibidas, a estabilidade de trabalho foi quebrada (JARDIM; ARON, 2016). Entre as décadas de 1960 e 1970, o Estado aumenta as privatizações, em especial dos serviços básicos, impedindo que grande parte da população não tivesse acesso às mercadorias, essa intervenção do governo na economia reforçou privilégios às classes dominantes, em detrimento da classe trabalhadora (JARDIM; ARON, 2016, p. 49).

Considerações finais

Com isso, percebemos que o sentimento de tristeza e exclusão presentes nas canções gravadas pelos chamados cafonas, não estavam distantes da realidade brasileira durante a ditadura civil militar. Os grupos mais baixos sofreram a opressão do regime, as desigualdades sociais foram alargadas, e as canções usavam o amor como forma de discutir essa realidade.

E apesar disso, esses artistas foram chamados de cafonas, tratados como artistas de qualidade menor, oriundos da classe mais pobre, alçaram sucesso, em grande parte, nessa mesma classe, o que pode representar, entre outras coisas, que essas pessoas se sentiam representadas por eles e suas canções, e mesmo assim, ainda são pouco discutidos na historiografia brasileira sobre música, em contraposição a MPB, sempre lembrada pelos pesquisadores do tema.

Com os exemplos citados, fica evidenciado que a produção desse segmento de artistas é uma fonte importante para o entendimento do Brasil durante a ditadura militar, a exclusão desses cantores/compositores representa também o apagamento da classe subalterna que os consumia. Apesar de suas composições não serem canções engajadas, suas letras falavam da opressão do cotidiano, das dificuldades que os mais pobres sofriam, mostram como a desilusão amorosa se mistura com o estigma social.

Fontes

50 ANOS do AI-5 no Brasil | Nerdologia. Realização de Jovem Nerd. Roteiro: Filipe Figueredo. 2019. (11 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ACBvMga6G4&t=391s>. Acesso em: 01 ago. 2022.

A DESCONHECIDA. Intérprete: Fernando Mendes. Compositores: Fernando Mendes e Banana. *In:* FERNANDO MENDES. Compositor: Vários. Intérprete: Fernando Mendes. Ledor: Vinil. Rio de Janeiro: Odeon, 1974. LP, Faixa 2.

AMOR de um pobre. Intérprete: Fernando Mendes. Compositores: Livi e Tadeu. *In:* FERNANDO MENDES. Compositor: Vários. Intérprete: Fernando Mendes. Ledor: Vinil. Rio de Janeiro: Odeon, 1976. LP, Faixa 4.

CONVERSA com Bial. Paulo Cesar de Araújo explica a origem da palavra brega. Rio de Janeiro: Rede Globo de Telecomunicações. 22 de maio de 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6755122/>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

EU não sou cachorro, não. Intérprete: Waldick Soriano. Compositor: Waldick Soriano. *In:* ELE TAMBÉM PRECISA DE CARINHO. Compositor: Vários. Intérprete: WALDICK SORIANO. Ledor: Vinil. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1974. LP, Faixa 1.

FERNANDO Mendes critica cantores: ‘Usaram a censura para fazer sucesso’. **Campo Maior em Foco**, Campo Maior, p. 1-3, 20 out. 2017. Disponível em: <https://www.campomaiorefoco.com.br/noticia/5958/Fernando-Mendes-critica-cantores>. Acesso em: 31 maio 2022.

FOLHA DE S. PAULO: Falcão falará hoje dos desaparecidos. São Paulo, 06 fev. 1973.

INFORMADO, Não (org.). **Biografia destaca o trabalho do cantor e compositor Fernando Mendes.** 2021. Elaborado pela Assembleia Legislativa do Ceará. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/96232-1308gs-biografia>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ÍCONE DO BREGA: Restos mortais de Waldick Soriano são transferidos para Bahia, 14 anos após sepultamento no Rio de Janeiro. Online, 06 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/05/06/restos-mortais-de-waldick-soriano-sao-transferidos-para-bahia-14-anos-apos-sepultamento-no-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MEU pequeno amigo: Tributo a Carlinhos. Intérprete: Fernando Mendes. Compositores: Fernando Mendes e Mara Mendes. *In:* FERNANDO MENDES. Compositor: Vários. Intérprete: Fernando Mendes. Ledor: Vinil. Rio de Janeiro: Odeon, 1974. LP, Faixa 4.

O MILAGRE ECONÔMICO FOI UMA MALDIÇÃO. Curitiba: Meteoro Brasil, 2021. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AyqSH3CUX3s>. Acesso em: 31 maio 2022.

O MOÇO pobre. Intérprete: Waldick Soriano. Compositor: Waldick Soriano. *In:* **EM RITMO DE BOLERO.** Compositor: Vários. Intérprete: Waldick Soriano. Ledor: Vinil. Rio de Janeiro: Continental, 1968. LP, faixa 4.

POBRE de amor. Intérprete: Waldick Soriano. Compositor: Waldick Soriano. *In:* **EU TAMBÉM SOU GENTE.** Compositor: Vários. Intérprete: Waldick Soriano. Ledor: Vinil. Rio de Janeiro: Continental, 1972. LP, Faixa 4.

TORTURA de amor. Intérprete: Waldick Soriano. Compositor: Waldick Soriano. *In:* WALDIK SORIANO. Compositor: Vários. Intérprete: Waldick Soriano. Ledor: Vinil. Não informado: Chantecler, 1962. LP, Faixa 2

WALDICK, sempre no meu coração. Direção de Patrícia Pillar. Produção de Patrícia Pillar. Rio de Janeiro: Ânima Produções, 2008. Color. Disponível em: patriciaciapillar.com.br/projeto/waldick-sempre-no-meu-coracao-2/. Acesso em: 31 maio 2022.

Referências

ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Eu não sou cachorro, não:** música popular cafona e ditadura militar. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. 460 p.

BOMFIM E SILVA, M. Imorais e Indecentes: Odair José e Agnaldo Timóteo e a Subversão da Moral e dos Bons Costumes Pela Música Cafona. **Revista Historiador**, [S. l.], v. 1, n. 14, 2022. Disponível em: <https://revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/251>. Acesso em: 20 jun. 2022..

DE MELO, Demian Bezerra. Ditadura “Civil-Militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço plural**, v. 13, n. 27, 2012.

DE MENDONÇA, Maria Luiza Martins; DE PAULA JORDÃO, Janaína Vieira. NOJO DE POBRE: REPRESENTAÇÕES DO POPULAR E PRECONCEITO DE CLASSE. **Contemporânea (Título não-corrente)**, v. 12, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/10094>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

JARDIM, L. E. F.; ARON, M. L. Ditadura brasileira e desdobramentos da violência e desigualdade social. **Revista Angelus Novus**, [S. l.], v. 12, n. 12, p. 41-60, 2018. DOI: 10.11606/ran.v7i12.99053. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/99053>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. USOS DO PASSADO: entre a censura e a representação no cinema brasileiro. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Dizer é poder:** escritos sobre censura e comportamento no Brasil autoritário (1964-1985). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. Cap. 3. p. 57-76.

Movimento e Ação: uma visão comparada da esquerda armada Brasileira e Chilena (1964-1990)

Movement and Action: a comparative look at the Brazilian and Chilean armed left (1964-1990)

Laura do Nascimento Morais,¹ UnB

Resumo

O presente artigo busca compreender o funcionamento da Ação Libertadora Nacional e do Movimiento de Izquierda Revolucionaria, duas instituições de esquerda armada que tiveram uma atuação ativa durante a ditadura civil-militar em seus respectivos países. Ao utilizar da metodologia da História Comparada, busca-se analisar as semelhanças e diferenças de duas das mais importantes organizações de luta armada dentro da América Latina como uma forma de entender suas particularidades.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Esquerda armada; Movimiento Izquierda Revolucionaria; Ação Libertadora Nacional.

Abstract

The following article seeks to understand the behavior of the Ação Libertadora Nacional and the Movimiento de Izquierda Revolucionaria, two armed left institutions that had an active performance during the civil-military dictatorship in their respective countries. By using Comparative History as a methodology, it is expected to analyze the similarities and differences between two of the most important armed left organizations in Latin America as a means to understand their singularities.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Armed left; Movimiento Izquierda Revolucionaria; Ação Libertadora Nacional.

Introdução

Levando em consideração a conjuntura atual da esquerda na América Latina e sua formação em uma região de intenso debate político, a ideia inicial para a produção deste artigo era analisar a atuação de diversos grupos de esquerda armada a fim de construir uma narrativa concisa sobre sua trajetória durante regimes de exceção. Essa ideia se mantém, mas por questões práticas irá tratar de apenas dois movimentos: a Ação Libertadora Nacional (ALN), no Brasil, e o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), no Chile.

O uso da metodologia comparada entra como uma maneira de entender em quais aspectos suas configurações e trajetórias coincidem e se opõem, para fazer uma análise destas particularidades e o que representam na história das organizações.

¹ Estudante de História – Licenciatura pelo Departamento de História da Universidade de Brasília. O presente trabalho foi produzido para a disciplina Prática de Pesquisa Histórica, ministrada pelo Prof. Dr. Sergio Ricardo Coutinho.

É notável o interesse em estudar dois grupos que alcançaram grande destaque durante tempos de agravante violência estatal em seus países, e enquanto um alastramento desta repressão ocorria na região latino-americana. Em parte, essa análise é importante para entender seus funcionamentos como esquerda armada em um contexto de repressão, mas também para ter um apanho das características destes órgãos a fim de entender melhor sua trajetória até o estabelecimento de uma justiça de transição.

Inicialmente essa pesquisa iria tratar exclusivamente de fontes governamentais por parte do Brasil e, para o Chile, dos folhetins produzidos pelo MIR durante a ditadura. Porém, durante o progresso da pesquisa e a leitura das fontes e bibliografia relevantes, notou-se que seria mais proveitoso utilizar uma maior variedade de documentos. Por esse motivo, nessa pesquisa também será feito o uso de periódicos em conjunto com os materiais produzidos pelos próprios militantes durante a clandestinidade e relatórios de serviços de inteligência e repressão.

A Metodologia Comparada

Há a necessidade de, ao utilizar a metodologia comparada, reconhecer alguns tópicos que podem ser considerados importantes para o progresso dessa pesquisa. O primeiro é a constatação que o uso da história comparada nesse trabalho se apoia em alguns fatores para legitimá-lo, sendo um deles o espaço em que se dá, ou seja, a América Latina.

A argumentação feita por Bloch em seu texto sobre o método comparado é um exemplo de metodologia que segue sendo de grande valia para quem quiser fazer seu uso (BLOCH, 1967, p. 44-81), mas é preciso estar atento aos perigos de aplicar a mesma fórmula em um espaço diferente, pois existe um risco de se fazer comparações indevidas de dois meios. A exposição do autor é feita em torno da sociedade europeia, e apesar de ser uma referência valiosa, não trata das particularidades que conduzir uma pesquisa em torno das Américas.

A pesquisa aqui proposta se ampara nas características únicas de se fazer uma pesquisa comparada sobre a América Latina, mais especificamente a respeito do Brasil e Chile, visto que irá tratar de realidades sócio-políticas semelhantes, mas em países cujo diferentes experiências coloniais e sociais podem trazer resultados de grande interesse (MORNER, 1982, p. 56).

É importante notar que o uso da metodologia comparada deve seguir algumas condições para alcançar o objetivo proposto de forma satisfatória. Esse uso deve ser atrelado

ao desvio de justaposições e classificações, justamente por se tratar de uma abordagem que busca o resultado entre as comparações, e não apenas afirmações dos lados estudados. Nesse sentido, é preciso ir atrás de algo a mais como apontar as diferenças e semelhanças dos casos estudados e o que é possível aferir dessa comparação.

Segundo Maria Lígia Coelho Prado, a história comparada também não deve estar em busca de generalizações. É argumentado pela autora que, durante as décadas de 1960 e 1970, cientistas sociais estudaram a América Latina por meio de uma visão totalizante com ênfase na macro-história. Ocorria então uma generalização dos aspectos sociais e econômicos dessa região, e a América Latina era vista com características históricas e problemas similares que tinham como razão a questão do subdesenvolvimento (PRADO, 2005, p. 23).

Fica claro então que há diversas variantes que devem ser consideradas quando se faz uma pesquisa desse porte, abrangendo desde as características sócio-políticas da região em foco até questões específicas da metodologia e seus precedentes na historiografia. Uma parte que deve ser ressaltada, porém, é o objetivo que se tem para condução da pesquisa. O que significa que as etapas dela devem considerar o que se busca obter da mesma, e o que se quer fazer com esses resultados.

Como já foi mencionado anteriormente, a motivação dessa pesquisa é assimilar a trajetória de duas organizações de esquerda armada para entender como elas se assemelham e diferem, mas através disso busca compreender com mais afinco a história da esquerda latino-americana como uma forma de obter um panorama dessas instituições e seu funcionamento durante a clandestinidade enfrentada. Para fazer isso, será utilizado diversas fontes cujo as origens devem ser abordadas apropriadamente.

O Serviço Nacional de Informações

A fim de compreender da melhor maneira possível a série de documentos que serão apresentados para elucidar os eventos desta pesquisa é preciso falar um pouco sobre as fontes a serem abordadas, o que remota ao início das atividades de informações do Brasil.

Durante o governo do presidente Washington Luís (1926-1930), foi criado o primeiro órgão dessa natureza, o Conselho de Defesa Nacional (CDN). Na época o Conselho tinha como objetivo acompanhar e avaliar as variadas ocorrências no decorrer da década de 1920, porém, houve uma mudança nesse sentido após o final da II Guerra Mundial.

Em meio a Guerra Fria, os serviços de inteligência das grandes potências cresceram exponencialmente e tornaram-se responsáveis pela detecção, apreensão, vigilância e

armazenamento das informações de membros da sociedade considerados subversivos. Foi nesse contexto que no Brasil foi criado o Serviço Federal de Informações e Contra informações (SFCI), no entanto ele só foi efetivado durante o governo de Juscelino Kubitschek, 12 anos depois (ANTUNES, 2008, p. 217).

Após o golpe de 1964 o SFCI deu lugar ao Serviço Nacional de Informações, o SNI, que tinha as funções de superintender e coordenar as atividades de informações e contra informações do país, especialmente aquelas que fossem interessantes para a segurança nacional. Em 1968, com o começo da luta armada e início dos “anos de chumbo”, foram criados dentro do Exército e da Aeronáutica serviços de informações especificamente para combater a subversão. Além disso, o órgão já existente na Marinha (CENIMAR) mudou o eixo de suas atividades para focar mais na área interna e, simultaneamente, o SNI crescia consideravelmente devido ao aumento de oposição ao regime militar (Ibidem, p. 219).

As fontes utilizadas para decorrer sobre a ALN partem dessa conjuntura visto que algumas são originárias de dossiês do Serviço Nacional de Informações, que estão disponíveis no Arquivo Nacional. É importante frisar que, dos diversos fatores em jogo quando se faz uma pesquisa historiográfica, a origem destes documentos é um que precisa ser ponderado adequadamente. A história da ALN sob a visão dos documentos advindos pode ser enriquecedora para construção da narrativa trabalhada, mas há a necessidade de reconhecer não ser a única forma de construí-la.

A Ação Libertadora Nacional (ALN)

Formada em 1967 após o rompimento de Carlos Marighella com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a ALN foi o principal grupo de esquerda armada no Brasil e justamente por este motivo será o foco dessa seção. Em um primeiro instante, porém, o tópico central será outro, pois quando se propõe a falar sobre a ALN é preciso falar sobre Marighella e sua trajetória como guerrilheiro visto que essa se entrelaça com a história da organização.

Aos dezoito anos, Marighella se tornou militante do PCB. Anos depois, aos trinta e quatro, foi o único deputado federal eleito pelo PCB baiano. Isso ocorreu na mesma eleição que elevou o general Dutra à presidência, e a qual o candidato do partido comunista, Yedo Fiúza, chegou em terceiro lugar com 9,7% dos votos (MAGALHÃES, 2012, p. 140).²

² Considerando a condição do PCB na época, esse número é expressivo. Isso porque grande parte dos militantes mais famosos encontravam-se na prisão meses antes, e também deve-se lembrar das limitações para participar do eleitorado brasileiro em 1946. A maioria dos moradores rurais no Nordeste, por exemplo, não votavam devido a lei que proibia a participação de eleitores analfabetos. Ver: Magalhães (2012).

Em abril de 1964, o golpe se constitui. Após o ocorrido, nas palavras do próprio Marighella: “Esse Jango é frouxo” (Ibidem, p. 14). Mas essa não era a única consideração sobre o caso, pois foi o gatilho de mudança em sua vida política. A queda de Jango deixou claro que a ideia de uma reforma sob os moldes legais seria impraticável, e deu início à uma série de descontamentos. Segundo Rollemberg:

Não passou a defender, neste momento, que a transformação para o socialismo só se daria através do embate violento. Mas também deixou de acreditar que o caminho era pacífico. O golpe. Entre a desilusão com um caminho e a ilusão com outro caminho, o intervalo. [...] Não adiantava se adequar às regras do jogo, que mudavam no meio da partida, toda vez que ameaçavam ganha-lo (ROLLEMBERG, 2008, p. 107).

A insatisfação de Marighella com o Partido Comunista surgiu em decorrência desse evento. O PCB partia de uma visão teórica e menos prática, ou seja, sustentava que o caminho pacífico seria a melhor escolha para atingir os objetivos do partido.

Um documento apreendido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) evidencia essas mudanças de pensamento. O órgão em questão especula que este deveria ser resultado de uma reunião realizada pelo Comitê Estadual do PCB em São Paulo, e é datado de janeiro de 1967:

A questão capital para nós é acabar este círculo vicioso, e isto não é possível através de uma saída pacífica. A luta armada do povo – segundo pensamos – tem que ser prevista, ela é imprescindível para derrubar a ditadura e instaurar o poder sem o qual não será possível libertar o povo brasileiro do imperialismo norte americano e realizar as reformas de estrutura necessárias ao nosso progresso. É ridículo falar em derrota pacífica da ditadura (DOPS, 1967).

As diferenças nesse sentido foi o que levou Marighella a abandonar o partido e criar a Ação Libertadora Nacional. A primeira fase da ALN pode ser caracterizada como estruturação da guerrilha, com a publicação de manifestos e panfletos para explicar ao público o propósito de suas ações armadas. O possível propósito da distribuição desses materiais seria para justificar que tais ações não serviam um objetivo comum, e sim eram essenciais para uma meta maior – subverter o regime militar. O panfleto “Ao povo brasileiro”, de 1968, serviu para essa finalidade.

Nesse manifesto a ALN exclamava alguns propósitos que abrangiam de derrotar a ditadura vigente, expulsar os norte-americanos, até implementar um governo popular com o

fim de melhorar a vida dos operários, camponeses e a classe média (CAMACHO, 2018, p. 204).³

Apesar desse aparente diálogo com quem não estava inserido no contexto da luta armada, o propósito deles nunca foi a conscientização das massas. Essa posição de distanciamento com a população é notável quando se observa o eventual fim da ALN, e pode ser considerada um dos seus maiores equívocos quanto a manter a longevidade da organização. A falta de adesão da sociedade para os fins revolucionários era sintoma da teoria do grupo e compactuava com a ideia de uma “luta para poucos”, onde a união da população viria em seguida, o que não chegou a acontecer.

Segundo Camacho, sequer existia debate interno na ALN sobre a necessidade do apoio das massas. As ideias da organização partiam do princípio que “a ação faz a vanguarda”, então essa relação com o povo não deveria ser feita pelo diálogo, e sim do exemplo da ação e da luta armada – sem necessidade de propaganda ou discussão, visto como algo relacionado a práticas partidárias. (Ibidem, p. 205) Essa perspectiva da ALN pode ser tida como vestígio da posição de negar o rótulo de partido veemente, opinião essa compartilhada com algumas outras organizações de luta armada de esquerda.

A promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968 significou uma ruptura para as organizações de esquerda armada, pois causou a impossibilidade da atuação dos movimentos sociais, restando apenas as ações armadas como instrumento utilizável. Nota-se, entretanto, que o uso do AI-5 como justificção para a luta armada ocorreu também por organizações que já a mantinham há décadas.

Mais uma consideração é necessária de se fazer, pois se o ato foi visto como motivador para a luta armada, não se pode apontá-lo como responsável pela falta adesão aos movimentos sociais na época. Apesar do aumento da força de repressão ajudar para esse isolamento, havia também o ponto da pouca identificação das massas com esses grupos, fator que em soma com as próprias crenças internas de organizações como a ALN dificultou a adesão do povo nesses movimentos (ROLLEMBERG, 2003, p. 71).

Sobre as ações armadas da ALN, as mais notáveis foram os sequestros de diplomatas. Os sequestros aconteciam com o objetivo de libertar presos políticos, mas tinha também a vantagem de dar às organizações de esquerda armada – e a existência de presos políticos, que era negada pelo governo – grande destaque na mídia nacional e internacional. Sobre o objetivo dos sequestros, Marighella discorreu que:

³ ALN finalizava sua mensagem no panfleto com “Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil.” (ALN, 1968)

O seqüestro é usado para trocar ou libertar camaradas revolucionários aprisionados, ou para forçar a suspensão da tortura nas cadeias de uma ditadura militar. [...] O seqüestro de residentes norte-americanos ou visitantes no Brasil constituem uma forma de protesto contra a penetração e a dominação do imperialismo dos Estados Unidos em nosso país (MARIGHELLA, 1969 p. 43).

Um destes teve maior destaque: o do embaixador americano Charles Burke Elbrick em setembro de 1969. O sequestro foi idealizado por Franklin Martins, dirigente da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB) e realizado pela ALN.

No dossiê feito pela SNI para o caso, há o apontamento que o ato ocorreu com o objetivo de conseguir a libertação de presos políticos, dentro destes José Dirceu, *Luis Gonzaga Travassos da Rosa* e Vladimir Palmeira, participantes do Movimento Estudantil (ME). O documento também nota que o apoio da ALN foi necessário pois o grupo não dispunha de armas e homens suficientes, e nem uma estrutura grande para o sucesso da missão (SNI, 1969).

Após o reconhecimento do local um dia antes da ação, o sequestro ocorreu com a utilização de quatro veículos. Um foi utilizado para “fechar” o carro em que se encontrava o Embaixador, um para “estreitar a passagem no local do sequestro e dar cobertura à “ação” propriamente dita.”, outro para cobertura do veículo principal da ação, e o último em que estava o Embaixador.

Além da libertação dos presos, havia outra exigência: a divulgação de um manifesto na mídia nacional. Este era visto como um desafio ao governo, algo de maior alcance do que a luta armada conseguiria alcançar:

Com o rapto do embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza de vitória para o meio dos explorados. O sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que, aliado aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais, mantêm o regime de opressão e exploração (ALN, 1969).

A morte de Marighella em novembro de 1969 deu-se no contexto de retaliação pelo sequestro do embaixador americano. O mesmo, entretanto, se opusera ao sequestro pois acreditava que desencadearia uma reação para qual a luta armada não estava preparada. Fiel aos princípios da organização – que foi fundada em discordâncias com o PCB, um partido de estrutura centralista – não impediu o ato de ser realizado. Mas existe a possibilidade de que

Marighella sequer sabia da ação, pois encontrava-se viajando pelo Brasil e não teria condições de impedi-la mesmo que esse fosse seu desejo (ROLLEMBERG, 2003, p. 69).

Dias após o assassinato de Marighella o jornal “A Classe Operária”, fundado em 1925 pelo Partido Comunista Brasileiro, publicou um artigo titulado “Crime monstruoso da Ditadura” que dava destaque à morte do dirigente da ALN:

Vítima de torpe cilada, vilmente fuzilado em plena rua pela polícia, morreu Carlos Marighella. O assassinato deste conhecido revolucionário é mais uma ação vergonhosa e covarde que se acrescenta a onda de inomináveis violências que a ditadura militar vem cometendo. A história do Brasil registra poucos crimes políticos tão infames, tão friamente planejados como o perpetrado na Alameda Casa Branca, em São Paulo (A CLASSE OPERÁRIA, 27/11/1969).

A morte dele desencadeou uma outra complicação. A ALN surgiu a partir da insatisfação de Marighella com o PCB, e foi confeccionada tendo como base as crenças de seu dirigente. Para ele, o sucesso da organização caía em parte a habilidade de criar uma ampla rede de contatos pelo Brasil, então foi isso que fez. Fazia contatos com comissários de bordo que circulavam pelo país com informações, militantes que residiam no interior – todos eram essenciais para construir uma rede que poderia auxiliar a ALN a atingir seu objetivo.

No sentido em que Marighella era ponto central para uma rede de contatos produzida por meio de um trabalho lento e laborioso, é necessário notar que a estrutura da ALN era horizontal, ou seja, o militante não precisava esperar orientações de um líder, ele era incentivado a agir. Foi nesse contexto em que os grupos de ação armada se multiplicaram dentro da ALN, mas havia um problema: a centralização dos contatos em Marighella. Após o assassinato deste, eles sumiram.

Os contatos mais valiosos foram perdidos, dentro deles grande parte dos que seriam necessários para a implementação de suas ações no campo (ROLLEMBERG, 2003, p. 70). A ALN encontrou-se em uma situação precária após a morte de seu dirigente, e grande parte de seu esforço foi desperdiçado, o que os obrigou a tentar reorganizar os cacos sob o comando de Joaquim Câmara Ferreira.

A questão do isolamento da esquerda armada torna-se gritante nesse contexto, e o aumento da repressão por parte do governo civil-militar também. Além disso, o militarismo presente no cerne da instituição agravou-se com o isolamento. O guerrilheiro tinha sua condição atrelada a capacidade de desempenho nas ações com base em sua coragem em se

arriscar, fazendo com que chegassem a posições privilegiadas na organização mesmo sem conhecimento teórico e político.

O exímio guerrilheiro-revolucionário-militar chegava à direção não porque os formuladores, os intelectuais estavam mortos, presos, exilados, fora da luta, mas pelo o que era: porque as organizações foram – em meio às circunstâncias, mas não exclusivamente por isto -, se fazendo e refazendo à imagem e semelhança do militarismo que este guerrilheiro personificava (Ibidem, p. 72).

O isolamento, a desorganização interna e o aumento da repressão por parte do Estado foram todos fatores que contribuíram para o fim da Ação Libertadora Nacional. Em 1971, após perdas significativas da organização, a ALN notou a necessidade de mudar sua abordagem e intensificar o diálogo com quem não participava da luta armada. Para isso, colocou em prática uma abordagem de “Frente de Massa”, dedicada ao trabalho em escolas, fábricas e fazendas. Uma ação que representa bem essa fase da organização é a publicação do jornal “Venceremos”, voltado ao público que não era de esquerda (CAMACHO, 2018, p. 209).

Isso, entretanto, não foi o suficiente para a organização se manter em pé. A ALN mudou consideravelmente desde seu início em 1967 até seu fim nos anos 1970, fruto das alterações internas e modificações ocorridas em resposta pela ação do governo civil-militar. A morte de seus principais atuantes também contribuiu para seu enfraquecimento, mas a opção de parar totalmente suas ações nunca foi uma opção – a aceitação da derrota era um preço caro demais para se pagar.

O Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)

Em 1964, um ano antes da criação do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), foi realizado em Concepción o *Congreso Ordinario del Partido Socialista*. Ocorrido nas vésperas da eleição em que concorria mais uma vez o senador Salvador Allende, um grupo liderado por Miguel Enriquez manifestou sua insatisfação com a via eleitoral e propôs a separação definitiva do partido.

O grupo apartado do Partido Socialista (PS) se tornou o *Vanguardia Revolucionaria Marxista* e, em conjunto com outros militantes como os saídos do *Juventudes Comunistas de Chile* liderado por Luciano Cruz Aguayo, o dirigente sindical Clotario Blest e Andres

Allende⁴, participou da criação do MIR durante *Congreso de la Unidad Revolucionaria*, em Santiago.

Nota-se aí uma diferença na nomenclatura utilizada em comparação com a ALN, pois ao contrário da organização brasileira - que negava o título de partido devido a estrutura horizontal adotada – para os militantes chilenos essa questão não era vista nesse viés. Sobre a estrutura das duas organizações, é possível perceber que apesar de serem semelhantes na noção de um quase militarismo (ROLLEMBERG, 2003, p. 66) presente no cerne das instituições, o MIR não era adepto da liberdade de comandos advindo de líderes e da independência dos militantes organizarem-se sozinhos a fim de produzir ações armadas – que era uma característica importante da ALN.

É importante notar que o motivo da aversão ao título de partido parte justamente devido a divergências de Marighella com o Partido Comunista brasileiro, divergência essa em relação ao uso da ação a favor da via pacífica. O mesmo embate acontece em relação ao MIR e o Partido Comunista do Chile, com o adendo de que não foi esse o motivo da criação da organização chilena – apesar de ter sido semelhante, pois foi sobre discordâncias com a postura do PS. O descontentamento com suas respectivas organizações e a inclinação em participar de um grupo com ideais teóricos semelhantes deu origem a uma das mais reconhecidas organizações de esquerda armada da América Latina.

A princípio o MIR se inspirou consideravelmente na Revolução Cubana e o foquismo, mas no final dos anos 1960 e com a vitória de Allende em 1970 essa conjuntura muda para promover “el poder político mismo el establecimiento de una sociedade socialista violentando la institucionalidade, creando el poder popular” (BENAVENTE, 1987, p. 125)⁵.

Segundo Andres Allende, a rejeição do foquismo se inicia em 1967 devido ao distanciamento de uma ideia de que:

Dadas todas las condiciones objetivas para la revolución bastaba encaramarse en una montaña con un grupo guerrillero, o realizar acciones armadas desde la clandestinidad urbana, para generar las condiciones subjetivas de apoyo popular (ALLENDE, 2000).⁶

Levando em consideração o refinamento de estratégias a favor da repressão, o MIR adota uma posição em que a guerra popular deveria ser “político-militar”, isto é, a

⁴ Andres é filho da ex-deputada do Partido Socialista Laura Allende Gossens e sobrinho de Salvador Allende.

⁵ “O próprio poder político o estabelecimento de uma sociedade socialista violando a institucionalidade, criando o poder popular.”

⁶ “Dadas todas as condições objetivas para a revolução bastava subir em uma montanha com um grupo guerrilheiro, ou realizar ações da clandestinidade urbana, para gerar as condições subjetivas de apoio popular.”

acumulação de estratégia de força e cada intervenção tática deveria ter como objetivo articular a mobilização social, a ação política e a expressão comunicacional pelo uso de armas. É relevante reparar que o método adotado pelo MIR se manifestava como uma oposição ao Partido Comunista, que na época optava pela via pacífica.

A questão teórica dentro do MIR é um objeto de estudo importante a fim de elucidar as ideias do partido nesse sentido. Desde sua gênese pode-se observar as diferentes visões que participaram da organização - o que não é uma surpresa considerando as diversas linhas de pensamento que existem dentro do marxismo – mas isso significa que, apesar de o MIR ter sido fundado por uma identificação de ideais entre grupos diferentes, tal fato não absteve a instituição de conflito interno. De acordo com a *Declaración de principios*, seus objetivos eram:

El MIR se organiza para ser la vanguardia marxista-leninista de la clase obrera y capas oprimidas de Chile, que buscan la emancipación nacional y social. El MIR se considera el auténtico heredero de las tradiciones revolucionarias chilenas y el continuador de la trayectoria socialista de Luis Emilio Recabarren⁷, el líder del proletariado chileno. La finalidad del MIR es el derrocamiento del sistema capitalista y su reemplazo por un gobierno de obreros y campesinos, dirigido por los órganos del poder proletario, cuya tarea será construir el socialismo y extinguir gradualmente el Estado hasta llegar a la sociedad sin clases. La destrucción del capitalismo implica un enfrentamiento revolucionario de las clases anatómicas (MIR, 1965).⁸

Próximo das eleições de 1970 a posição de Miguel Enriquez, o então Secretário Geral da organização, em relação a insatisfação com a via eleitoral manteve-se intacta com os ideais apresentados seis anos antes. Nota-se uma ruptura dentro do MIR em dois grupos: os que apoiavam a candidatura de Allende e os que apoiavam a abordagem de Enriquez. É criado então o MIR – *Fracción Revolucionaria*, que trabalhou a favor da eleição de Salvador Allende (JORQUERA, 2014, p. 84).

Em um livreto chamado “*Posición del MIR: elecciones, no; lucha armada único camino*”, a instituição reforça a posição encabeçada por Enriquez quanto as eleições:

⁷ Pensador marxista chileno e fundador do Partido Comunista do Chile.

⁸ “O MIR está organizado para ser a vanguarda marxista-leninista da classe trabalhadora e camadas oprimidas do Chile, que buscam a emancipação nacional e social. O MIR se considera o autêntico herdeiro das tradições revolucionárias chilenas e continuador da trajetória socialista de Luis Emilio Recabarren, o líder do proletariado chileno. O objetivo do MIR é a derrubada do sistema capitalista e sua substituição por um governo de trabalhadores e camponeses, liderados pelos órgãos de poder proletário, cuja tarefa será construir o socialismo e extinguir gradualmente o Estado até chegar a uma sociedade sem classes. A destruição do capitalismo implica em um enfrentamento revolucionário de classes antagônicas.”

Haremos oposición activa a las elecciones y no pasiva. No movilizaremos tras las agitación y la propaganda revolucionaria. Ofreceremos como única verdadera salida la lucha armada y la revolución socialista y – en este período – dedicaremos todos los esfuerzos a las tareas de su preparación y organización (MIR, 1969).⁹

As ações armadas dentro do partido continuam a ser desenvolvidas até março de 1970 quando é constatado que Salvador Allende adquiriu uma quantidade considerável de apoio da população chilena, assim a suspensão das ações é vista como necessária a fim de não prejudicar a campanha da Unidad Popular (UP), partido de Allende, mas também por receio de um isolamento político e social (LEIVA, 2000, p. 16).

A ascensão de Allende à presidência e a suspensão de atividades armadas proveu uma conjuntura em que o MIR e o *Partido Comunista de Chile* (PCCH) estavam de acordo, mas a diferença ideológica entre as duas organizações mantinha-se. O MIR estava confiante de que a vitória nas eleições significava uma fase revolucionária que antecedia o socialismo no Chile, enquanto o PCCH acreditava que a fase existente era democrática-burguesa.

A posição do PCCH reforça sua crença de que o socialismo viria por meio de reformas produzidas dentro do sistema, o que prova que a dicotomia na visão das duas instituições permanecia apesar de terem o mesmo objetivo em mente.

O golpe de 11 de setembro de 1973 e a morte de Salvador Allende representaram o início de uma nova era para o MIR e outras organizações de esquerda. A ilegalidade e a repressão do regime militar significavam o aumento do risco e, conseqüentemente, das exigências internas para integrar e manter-se dentro da instituição:

La moral revolucionaria consideraba modos de comportamiento claramente establecidos, y esos mandatos, escritos o no, se mantuvieron, y en muchos casos, se rigidizaron en el escenario posterior al golpe cívico-militar de 1973. La implementación del proyecto político revolucionario requería la formación moral y política de sujetos que debían poseer características particulares: decisión, valor, coraje, fortaleza, convicción y arrojo (RUIZ, 2015, p. 168).¹⁰

A criação da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) em 1974 agravou consideravelmente a repressão estatal vigente, no entretanto, a tornou seletiva. A estratégia

⁹ “Faremos oposição ativa às eleições e não passiva. Não nos mobilizaremos por trás da agitação e propaganda revolucionária. Oferecemos como única e verdadeira saída a luta armada e a revolução socialista e – neste período – dedicaremos todos os esforços às tarefas de sua preparação e organização.”

¹⁰ “A moral revolucionária considerava modos de comportamento claramente estabelecidos, e esses mandatos, escritos ou não, se mantiveram, e em muitos casos, foram fortalecidos no cenário posterior ao golpe civil-militar de 1973. A implementação do projeto político revolucionário exigia formação moral e política de sujeitos que deveriam ter características específicas: decisão, valor, coragem, força, convicção e ousadia.”

aplicada era em torno de evitar a recirculação da oposição e seus laços com os movimentos populares, o que foi prejudicial para as organizações clandestinas de esquerda como o MIR (JORQUERA, 2014 p. 119).

No contexto apresentado, a política vigente dentro do MIR sobre exílio e asilo político era de rejeição destes como uma opção viável. Na visão da organização, o exílio atrasaria a revolução por desarticular seus quadros e militantes. O exílio era visto como um abandono de seus papéis durante a revolução – seria a deserção de deveres em uma situação de crise.

A resistência ao exílio tão presente nos ideais do MIR pode ser observado também na postura de Carlos Lamarca, dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que morreu anos antes do início da ditadura chilena. É interessante notar que essa noção não se faz tão presente dentro da ALN, e é possível encontrar documentos do Serviço Nacional de Informações acerca do exílio de militantes no Chile, possivelmente inclinados a ir ao país devido a eleição de Allende (SNI, 1975).

Em outubro de 1974 Miguel Enriquez é assassinado em uma emboscada enquanto estava em casa com sua esposa, Carmen Castillo, grávida de seis meses. A morte de Miguel é abordada no periódico *El Rebelde*, de produção do MIR, como “um duro golpe y uma perdida irrecuperable para nuestro partido, para la izquierda, la resistencia, la revolución chilena y para todos los revolucionários”.¹¹ Mas também reitera que “el MIR es ya indestructible” (EL REBELDE, 12/1974).¹²

A morte de Enriquez pode ser diretamente comparada a morte de Marighella, em especial pelo impacto que as duas tiveram nas organizações aqui estudadas. A estratégia horizontal da ALN no fim não proveu ser favorável para a estabilização da organização. Apesar da resistência em ter um líder, a figura de Marighella era fundida com a da instituição e sua morte foi uma perda notável que precedeu o início de seu declínio. Para o MIR, a perda de Miguel Enriquez foi consequência de uma perseguição movida pelo Estado contra o partido e que se antecedeu com o desaparecimento de outros dirigentes.

A perseguição ao MIR que resultou na morte de Enriquez iniciou-se com a prisão dos dirigentes da estrutura regional de Santiago do MIR, Álvaro Vallejos Villagrán e Agustín Reyes González, e o ex dirigente e fundador do MIR, Jorge Arturo Grez Aburto.¹³ Das prisões citadas até a morte de Miguel passaram-se apenas cinco meses, o que demonstra a intensidade

¹¹ “Um duro golpe e uma perda irrecuperável para nosso partido, para a esquerda, a resistência, a revolução chilena e para todos os revolucionários.”

¹² “O MIR é indestrutível.”

¹³ Todos desaparecidos até hoje.

da campanha sistemática contra o partido. (FUENTES, 2016, p. 279) Apesar de a repressão da DINA não ser exclusiva com os militantes miristas, há de se reconhecer que foi o partido que mais teve vítimas dentro de seus membros.¹⁴

Visto que a ALN aumentou o uso de força armada após uma forte medida de repressão como o AI-5, é interessante notar que o MIR teve uma postura diferente quando a repressão da DINA apertou o cerco. O aumento da força estatal significou a morte e desaparecimento de diversos militantes dentro da organização, o que enfraqueceu significativamente o poder do grupo e o fez eventualmente abandonar em parte a luta armada. Ao contrário da ALN, que manteve sua série de ações armadas mesmo quando já era claro que o órgão estava fadado ao colapso.

Após a morte de Enriquez, o posto de Secretário Geral é ocupado por Andres Pascal Allende, um dos fundadores do partido. Em 1978, sob seu comando, o MIR muda de estratégia e adota o objetivo de se aproximar das massas. Inicia-se um processo de abandono da luta armada e preferência a marcar presença em eventos e mobilizações para realizar divulgações de propostas e praticar diálogo com a população.

É curioso notar que o problema de isolamento tão presente no declínio da ALN também pode ser visto aqui neste sentido. A concentração em outros tipos de luta para o estabelecimento do socialismo e a queda do governo militar, além de fundamentos teóricos para isso, fizeram com que as organizações se negassem a fazer essa articulação. No caso do MIR, foi discutido anteriormente neste artigo que até para ingressar na organização era necessário passar por uma série de aprovações entre seus dirigentes, fator que ficou mais intenso após o estabelecimento da ditadura.

Apesar disso, ambos fizeram uma tentativa infrutífera de apelar para esse público já no final da vida dos órgãos. A ALN por meio da publicação de um periódico e o MIR com a disseminação dos valores do partido para as massas, ideia de Andres que não foi aceita tão facilmente na organização interna do grupo, e, portanto, não foi aplicada efetivamente.

Embora o MIR tenha falhado nesse sentido, é preciso reconhecer que a disseminação do *El Rebelde* foi um instrumento valioso para sua manutenção durante os anos de ditadura. O foco total nas ações armadas ao invés de garantir o apoio das massas foi possivelmente um erro, visto que a estratégia sugerida por Andres em conjunto com o aumento na disseminação do *El Rebelde* poderia ter sido proveitosa para garantir um maior apoio do público.

¹⁴ Sobre as vítimas da DINA, ver: <https://www.londres38.cl/1937/w3-propertyname-2749.html>

Após oito anos, em 1986, o MIR se encontrava em situação precária. Os conflitos internos e externos enfraqueceram a organização consideravelmente e o contexto favorecia uma transição não violenta da ditadura, especialmente após a definição de 1988 e 1989 para as eleições parlamentares e presidenciais. Na década de 1990 a situação piorou e o partido começou a se fragmentar. Nota-se que dentro destes haviam os que acreditavam que a solução correta era dissolvê-lo por completo, pois o fim da ditadura significava que não havia mais sentido para o MIR manter-se em funcionamento (JORQUERA, 2014, p. 143).

O declínio do MIR foi uma ação progressiva que se tornou mais evidente após o início da ditadura e especialmente após a criação da DINA, visto que essa aumentou a perseguição dos membros do partido consideravelmente.

A repressão estatal aliada com as divergências internas contribuiu para sua decadência em duas décadas. A morte de Miguel Enriquez, que sucedeu uma série de prisões e desaparecimentos políticos de militantes do partido, foi uma derrota considerável e fruto de intenso abalo interno. Apesar das tentativas representadas por novas estratégias a fim de recuperar o engajamento dos anos interiores, a mudança no cenário mundial com o fim da URSS e das ditaduras latino-americanas também resultaram no enfraquecimento da organização.

Considerações finais

Por fim, nota-se que a trajetória das duas organizações teve em seu centro situações cuja comparação se torna um instrumento produtivo. Não é uma presunção absurda mencionar que a conclusão de ambas também seguiu uma linha parecida, apesar de por vezes ter caminhado em direções distintas. Tanto a ALN quanto o MIR acreditavam – inicialmente – no uso da ação armada como meio de aplicar o socialismo na sociedade, uma dicotomia com outras organizações de esquerda que argumentavam que este seria possível pelas vias democráticas.

Uma diferença notável é a forma em que ambas organizações lidaram com seu evidente enfraquecimento durante o período de transição. A ALN manteve suas ações armadas, apesar de estar em claro declínio, e o MIR gradualmente se distanciou destas. Apesar das divergências em relação a organização dentro dos órgãos – como em relação a resistência ao exílio, atitude prevalente no MIR, mas nem tanto na ALN –, ambas seguiram trajetórias similares dentro do contexto da América Latina sob um regime militar.

As duas organizações sofreram duros golpes durante a ditadura. A morte de Marighella e Miguel Enriquez, cada uma com suas particularidades, são evidências da desestabilização das organizações. A maneira que os grupos seguiram após a morte de dois líderes importantes diz muito sobre suas abordagens quanto à luta armada, seu funcionamento e a posição de seus membros. A questão do isolamento com a sociedade, por exemplo, mostrou-se presente tanto na ALN quanto no MIR após a morte de seus dirigentes e foi um tema de opiniões divergentes entre os militantes.

Assim, é imprescindível notar uma importante semelhança na gênese delas: ambas nascidas da discordância de um pequeno grupo, mas cresceram exponencialmente até tornarem-se membros formidáveis da esquerda armada em seus países. Assim sendo, é evidente a contribuição dos dois órgãos para a história da esquerda latino-americana.

Fontes

A Classe Operária, p. 5, 1969. **Projeto Brasil Nunca Mais**, nº 634. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br> Acessado: 29/04/22

Ao povo brasileiro, **Projeto Brasil Nunca Mais**, nº 12, 1968. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br> Acessado: 29/04/22

El Rebelde, nº 102, 1974. Disponível em: <https://www.archivochile.com/Publico/ICH/MIR/El%20Rebelde/Nr102.pdf> Acessado: 29/04/22

Manifesto da Ação Libertadora Nacional e o Movimento Reacionário 8 de outubro, 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org> Acessado: 29/04/22

MIR, **Declaración de Principios**, 1965. Disponível em: <http://www.archivochile.com> Acessado em: 29/04/2022

MIR, *Posición del MIR: elecciones, no; lucha armada único camino*, 1969. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-channel.html> Acessado em: 29/04/2022

Relatório do Departamento de Ordem e Política Social, **Projeto Brasil Nunca Mais**, nº 604, 1967. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br> Acessado: 29/04/22

Serviço Nacional de Informações. **Relatório Especial de Informações**, nº28, 1969. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/> Acessado: 29/04/22

Serviço Nacional de Informações. **Informe de atividades terroristas**, nº153, 1969. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/> Acessado: 29/04/22

Serviço Nacional de Informações. **Informe**, nº496, 1975. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/> Acessado: 29/04/22.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: ARAUJO, Maria Paula Nascimento et al. **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, p. 201-244, 2008.
- BENAVENTE, Andres. Movimiento de Izquierda Revolucionaria: trayectoria y presente. *Política*. **Revista de Ciencia Política**. Santiago, n. 12, p. 121-155, 1987.
- BLOCH, Marc; ANDERSON, J. E. Towards a comparative use of Medieval History. In: **Land and work in mediaeval Europe: Selected papers**. Routledge, 2015.
- CAMACHO, Carlos Eduardo Malaguti. Às armas! A trajetória da Ação Libertadora Nacional (1968-1974). **Perseu: História, Memória e Política**, n. 16, 2018, p. 203-227.
- DE MATTOS, Renata dos Santos. “El Rebelde en la clandestinidad”: A resistência mirista para além das armas. **Revista Discente Oficinas de Clio**. Pelotas, v. 5, n. 9, p. 360, 2020.
- DONOSO, Igor Goicovic. El desarrollo del movimiento popular y el surgimiento de la Izquierda Revolucionaria en Chile (1953-1978). **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 7, n. 16, p. 31-55, 2015.
- FUENTES, Magdalena del Pilar Garcés. **Terrorismo de Estado en Chile: la campaña de exterminio de la DINA en contra del MIR**. 2016. Tese de Doutorado. Universidad de Salamanca.
- JORQUERA, Álvaro Pérez. **El Debate de Estrategias al interior del MIR: Elementos para una reconstrucción histórica crítica sobre el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (1965-1990)**. 2014. Tese de Doutorado em História. Universidad de Chile, Santiago.
- LEIVA, Sebastián; NEGhme, Fahra. **La política del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) durante la Unidad Popular y su influencia sobre los obreros y pobladores de Santiago**. Santiago: USACH, 2000.
- MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- MARIGHELLA, Carlos. **Manual do guerrilheiro urbano**. Clube de Autores, 2014.
- MORNER, Magnus; DE VINUELA, Julia Fawaz; FRENCH, John D. Comparative approaches to Latin American history. **Latin American Research Review**. v. 17, n. 3, p. 55-89, 1982.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**. São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.
- PASCAL ALLENDE, Andrés. El MIR, 35 años. **Revista Punto Final**. Santiago, v. 11, 2000.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.) **O Brasil Republicano Livro 4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: Memórias de dois revolucionários. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 105-122, 2008.
- RUIZ, María Olga. Mandatos militantes, vida cotidiana y subjetividad revolucionaria en el Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Chile (1965-1975). **Revista Austral de Ciencias Sociales**. Valdivia, n. 28, p. 163-182, 2017.

Perspectiva comparada dos processos de transição para a democracia e disputas pela memória das ditaduras entre Brasil e Argentina

Comparative perspective of transition processes to democracy and disputes for the memory of dictatorships between Brazil and Argentina

Laura Bittencourt Alves,¹ UBA

Resumo

O presente artigo, através de uma revisão da bibliografia recente sobre o tema, revisita os processos de transição para a democracia no Brasil e na Argentina. Identifica-se, através de uma perspectiva comparada, as similaridades e diferenças em ambos os processos, especificamente às temáticas relacionadas às disputas de memória. Para compreender tais embates, utiliza-se a conceituação de Estrutura de Sentido da socióloga argentina Malena Silveyra, e as recentes produções do historiador brasileiro, Marcos Napolitano. Ao final entende-se que, apesar de inconcluso, o processo de transição argentino representou grandes avanços jurídicos, sociais e políticos ao ser comparado com o brasileiro.

Palavras-chave: Processos de Transição; Disputas de Memória; Ditaduras Cívico-Militares.

Abstract

This article, through a review of recent literature on the subject, revisits the transition processes to democracy in Brazil and Argentina. Identifies, through a comparative perspective, the similarities and differences in both processes, specifically on the themes related to memory disputes. To understand such clashes, is used the concept of Structure of Meaning by the Argentine sociologist Malena Silveyra, and the recent productions of the Brazilian historian, Marcos Napolitano. In the end, is understood that despite being unfinished, the Argentina transition process represented great legal, social and political advances when compared to the Brazilian one.

Keywords: Transition Processes; Memory Disputes; Civil-Military Dictatorships.

Introdução

A História Comparada, já abordada por Marc Bloch nos anos 1920, é uma importante ferramenta analítica, a fim de identificar a proximidade e sincronização de duas ou mais sociedades separadas geograficamente. Ainda que a escolha historiográfica de realizar estudos de casos únicos permita, ao historiador, um maior aprofundamento analítico em sua temática, a comparação entre as ações sócio-históricas é capaz de, não somente “perceber

¹ Graduada em Licenciatura (2021) e Bacharelado (2022) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, atualmente é Mestranda no programa de *Estudios Sociales Latinoamericanos* da *Facultad de Ciencias Sociales* da *Universidad de Buenos Aires* na Argentina, sendo bolsista do programa de *Becas de Integración Regional - 2022* do Ministério de Educação da Argentina. Contato: laura.bittencourt@acad.pucrs.br

similaridades” (LIMA, 2007, p. 28), mas também “estabelecer diferenciações entre os processos” (LIMA, 2007, p. 28).

Selecionar duas sociedades próximas e contemporâneas que partilham de traços estruturais similares, é uma das maneiras de realizar a História Comparada (LIMA, 2007). Logo, o presente artigo visa compreender as transições políticas para a democracia argentina e brasileira, através de marcos políticos, sociais e de disputas de memória.

A partir de uma revisão bibliográfica, o artigo se propõe analisar, por meio da perspectiva comparada, as similaridades e diferenças entre as transições para a democracia brasileira e argentina a fim de compreender a questão das disputas de memória. Pensa-se em como dois processos, marcados especialmente pela revogação ou não de suas respectivas “Leis da Anistia”, possuem suas ramificações e problemáticas no presente.

Para compreender a perduração das problemáticas impostas no final da década de 1980 em ambos os países, o artigo se divide em algumas partes. A primeira parte é destinada à revisitação bibliográfica sobre os distintos processos de transições para a democracia no Brasil e na Argentina. No caso brasileiro, utiliza-se os escritos de Maria Kinzo (2001) e Carlos Fico (2015), pois ambos conseguem demonstrar as particularidades da transição brasileira, permeada por avanços e recuos e divididas em distintas fases. Em relação à transição argentina, opta-se pelo estudo dos escritos de Claudia Feld (2015) e Marina Franco (2015), capazes de anunciar a complexidade transaccional argentina, marcada por alguns dissensos, às vezes não caracterizados por outros autores.² Compreende-se a importante diferença entre uma transição controlada que visava a conciliação e o *não-revanchismo*,³ como no caso brasileiro, e uma transição mais aberta às noções de justiça, representada pelo país vizinho.

A segunda parte é destinada ao debate sobre a memória e suas disputas em ambos os países. Recorre-se à produção recente e à conceituação de “Estrutura de Sentido”⁴ da

² Ainda que excelentes autores para a explicação do Processo de Reorganização Nacional e suas consequências, Novaro e Palermo (2007) tendem a simplificar a transição argentina. Ao destacarem os consensos pela justiça após os anos de terror, deixam de lado os dissensos que acarretaram os diversos conflitos e debates referentes à ditadura argentina, que até hoje permeiam a sociedade vizinha. Tais escritos serão expostos ao longo do presente texto.

³ Durante o processo de transição para a democracia brasileira nos anos 1980, visou-se conciliar os principais atores envolvidos na ditadura: aqueles que perpetuaram o terror e aqueles que sofreram com tal perpetuação. Ao analisar a transição para a democracia, que ocorria no país vizinho, gerou-se o medo pela *argentinizacão* da transição brasileira. Temia-se que houvesse em solos brasileiros, como na Argentina, a ampla divulgação das graves violações de Direitos Humanos, acarretando o sentimento de uma justiça punitiva e revanchista àqueles propagadores de violência, os militares (BAUER, 2014).

⁴ O conceito utilizado por Silveyra (2022) trata de dar conta das lutas travadas no presente para o alcance de um sentido comum, compartilhado pela sociedade, em relação ao passado. A conceituação de “Estrutura de

socióloga argentina, Malena Silveyra (2022), para compreender as especificidades da discussão da temática da Argentina. Ainda, pensa-se em como esta discussão caminhou em lentos passos no Brasil, a partir dos escritos de Marcos Napolitano (2015). Os dois autores conseguem dar conta das distintas fases que marcaram as disputas em seus respectivos países, servindo à perspectiva comparada.

Por fim, encaminhado para a conclusão, visa-se compreender, a partir da cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, como o debate sobre as memórias sensíveis da Ditadura Civil-Militar⁵ ainda deve possuir um longo caminho no Brasil, para que um dia, a memória baseada na reconciliação e no *não-revanchismo*, dê espaço à verdade e à justiça.⁶

Revisitando as diferentes Transições para a Democracia: Brasil e Argentina

O processo de transição para a democracia brasileira⁷ é iniciado em 1974 a partir do governo Geisel (1974-1979). No entanto, o projeto de tal modificação política não incluía a redemocratização do Brasil, mas a institucionalização do regime militar. Pensava-se, sobretudo, em “constitucionalizar atos excepcionais” (FICO, 2015, p. 94).

Logo, definida como a primeira fase do processo de transição (KINZO, 2001), as mudanças políticas e sociais ocorridas entre os anos de 1974 e 1982 foram completamente controladas pelos militares. Assim, tal fase é marcada por medidas liberalizantes e repressivas - sobretudo por conta dos conflitos militares internos (KINZO, 2001; SOARES; D’ ARAÚJO; CASTRO, 1995).

As ações liberalizantes previam a gradual supressão do aparato repressivo do Estado, representadas, especialmente, a partir da revogação do AI-5. No governo Figueiredo estas práticas políticas ganham continuidade com a aprovação pelo Congresso da Lei da Anistia, que absolvía todos os crimes de caráter político cometidos no Brasil, e com o fim do bipartidarismo (KINZO, 2001).

Sentido” remete ao conflito central destas lutas realizadas no presente, bem como suas consequências para a sociedade: representações, modelos explicativos sobre o passado e influência no presente.

⁵ Opta-se pela denominação da Ditadura como Civil-Militar a fim de destacar os apoios civis que ela possuiu. O historiador Daniel Aarão Reis, por exemplo, compreende que, tal denominação dá conta da dimensão legitimadora dada pela sociedade civil à ditadura, ainda que ela fosse levada a cabo pelos militares. É certo também que apenas a utilização do “civil” para a caracterização do conceito, não representa a amplitude de tal. O historiador René Dreifuss, por sua vez, permeia o conceito envolto ao debate de classes, uma vez que, a maioria dos civis que prestaram apoio ao golpe, eram empresários (FICO, 2017). A fim de simplificar discussão longa e complexa acerca da conceitualização da Ditadura, utiliza-se – neste artigo – o termo como Daniel Aarão Reis.

⁶ Cabe a compreensão de que a pesquisa está em um nível incipiente de desenvolvimento, pois recém se realizam as leituras básicas sobre o assunto. Tal trabalho visa ser expandido de maneira mais complexa no futuro.

⁷ Utiliza-se o termo *transição para a democracia* pois se compreende que, a partir do governo de Geisel, houve uma liberalização de um regime autoritário. Todavia, tal liberalização não era fundamentada nos preceitos democráticos, concretizados apenas com a eleição direta do presidente Collor em 1989.

Apesar do afrouxamento repressivo, deve-se entender as medidas anteriormente citadas, como decisões pensadas para evitar a possibilidade de revanchismos e punições contra os militares. A Lei da Anistia, por exemplo, possibilitou o perdão aos militares violadores de Direitos Humanos⁸, garantindo a não punição de seus crimes. O fim do bipartidarismo, por sua vez, permitia um enfraquecimento do partido de oposição, o MDB, assegurando maior estabilidade ao partido do regime (FICO, 2015).

As medidas restritivas, no entanto, perpassavam pelos limites impostos pela linha-dura militar, bem como pelo frágil projeto que previa a distensão lenta, gradual e segura (SOARES; D´ARAÚJO; CASTRO, 1995). Logo, até 1981 diversas ações promovidas pela linha-dura militar, como o assassinado de Vladimir Herzog e o Atentado Rio-Centro, demonstravam que a abertura poderia, a qualquer momento, retroceder (FICO, 2015).

A segunda fase do processo de transição, entre os anos 1982 e 1985, também é conduzida pelos militares, todavia com uma maior participação civil (KINZO, 2001). Esta é iniciada pelas eleições gerais de 1982 que garantem o avanço político dos partidos de oposição ao regime (FICO, 2015).

O maior destaque desta fase é a campanha das “Diretas Já!”. Em 1983 o político Dante de Oliveira envia para o Congresso a proposta de eleições por voto direto na próxima escolha presidencial, gerando apoio civil nas cidades do Brasil. Incipiente em 1983, o movimento toma as ruas do país em 1984 representando, a união de diversos setores ideologicamente diferentes da sociedade pela defesa e valorização dos ideais democráticos (FICO, 2015).

Todavia, a proposta não é aprovada no Congresso, demonstrando que, apesar da mobilização social, a transição ainda estava sob controle dos militares. Assim, “nem mesmo a maior manifestação em massa no Brasil foi capaz de alterar o projeto de transição controlada pelos militares” (FICO, 2015, p. 102).

Após a derrota oficial da campanha, elege-se indiretamente o primeiro presidente civil: Tancredo Neves. Figura moderada, não promoveria o revanchismo contra os militares na Nova República Brasileira (FICO, 2015). Portanto, percebe-se que, mesmo após a saída

⁸ De acordo com Bobbio (2004), os direitos naturais do homem nascem a partir da concepção de indivíduo na Era Moderna. Todavia, eles apenas são afirmados mundialmente a partir da Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948, após a II Guerra Mundial. Para a garantia desses direitos naturais e universais, a paz e a democracia são necessárias. Sendo assim, em períodos históricos onde a democracia não se faz presente, os direitos básicos do homem tendem a ser desrespeitados, como nas Ditaduras de Segurança Nacional. Segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), são direitos fundamentais a liberdade, a vida, a opinião, a expressão. Além disso ninguém deve ser submetido à tortura.

militar do poder, não se pode pensar em uma transição para a democracia, baseada na justiça contra os crimes cometidos ao longo do regime:

O processo final da transição, a partir de 1982, foi hegemonizado pelos liberais, em negociação com os militares. Ela foi vantajosa para ambos, pois se garantia uma retirada sem punição às violações aos direitos humanos e sem mudanças abruptas do modelo econômico fundamental, sancionado pelas elites, ao mesmo tempo em que se retomavam de maneira gradual as liberdades civis e o jogo eleitoral (NAPOLITANO, 2018, p. 235).

Antes mesmo de assumir a cadeira presidencial, o chefe de Estado falece em abril de 1985, sendo substituído por seu vice, José Sarney, historicamente ligado ao projeto da Ditadura Civil-Militar. Assim, a Nova República nasce fragilizada, permeada por conflitos sociais, políticos e econômicos, a serem resolvidos na terceira fase da transição, entre 1985 e 1990 (KINZO, 2001).

Se, a priori, a transição controlada para a democracia no Brasil objetivava prevenir os conflitos de interesses entre as vítimas e os principais responsáveis e entusiastas do Golpe de 1964, após a década de 1990, ela revela diversas problemáticas que até hoje atingem a realidade brasileira:

Justamente devido ao alto controle que os setores alinhados à ditadura tiveram sobre o processo transicional, observa-se que a capacidade de ruptura que se realiza entre práticas e instituições influenciadas pelo autoritarismo na construção da nova democracia foi bastante reduzida. Como consequência, uma série de legados autoritários se mantiveram no cenário político brasileiro, influenciando os rumos da política mesmo passadas décadas desde que o último dos ditadores-presidentes encerrou seu mandato (GALLO, 2021, p. 213).

Diferentemente do processo transição brasileira, a transição para a democracia argentina, iniciada a partir de meados de 1982, foi representada por um colapso, onde não houve negociações da sociedade civil e dos partidos políticos com as Forças Armadas do país (FRANCO, 2015). A Junta Militar começa a perder sua legitimidade após a humilhada rendição na Guerra das Malvinas contra a Inglaterra. Consequentemente, o poder militar se esgota, o nacionalismo é atingido e se entende a impossibilidade de continuação de um regime autoritário que não compreendia as possibilidades de mudança econômica, social e política em curso:

Na verdade, as Forças Armadas argentinas já estavam vencidas antes de abraçarem a causa das Malvinas. O fracasso de seus projetos era inapelável em todos os terrenos, salvo aquele que estava se convertendo num pesadelo cada vez mais difícil de conjurar, a “luta antissubversiva”. E isso havia levado os militares a mergulhar mais e mais em um mundo feito de sonhos,

entre os quais as Malvinas seriam o mais audaz e letal (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 612).

Logo, ao longo de 1982 e 1983 a Multipartidária, formada em 1981 pelos principais partidos do país com o intuito de pensar as possíveis transições democráticas, propõe o rompimento definitivo com o regime militar, descartando transições negociadas:

A transição de 1982/83 não era [...] uma transição arrancada por lutas e mobilizações populares contra a ditadura, mas essencialmente o resultado da crise interna do regime, crise gerada mais pela omissão do que pela ação dos grupos sociais e políticos frente ao autoritarismo (se pusermos de lado a contribuição importante, mas em nada decisiva do movimento dos direitos humanos) e pela derrota militar. Mais ainda era evidente que, se o fracasso militar era tão insuperável, isso se devia, em alguma medida ao menos, à ausência de limites e barreiras civis e institucionais que a imaginação militar encontrara para dar rédea solta a seus maiores irresponsáveis e cruentos projetos, mesmo àqueles completamente inviáveis (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 616).

Os militares por sua vez tentaram, até as eleições de 1983, silenciar as violações aos Direitos Humanos dos cidadãos argentinos cometidas, eximindo-se da culpa. Logo, em abril de 1983 emitem o “Documento Final da Junta Militar”, que identificava a violência cometida como meros excessos. E em setembro do mesmo ano editam a “Lei de Pacificação Nacional” com o claro objetivo da autoanistia (FRANCO, 2015).

A lei é condenada pela sociedade argentina. Além da autoanistia militar não ser aceitável pelos cidadãos, as implicações dela geraram incômodos: como era possível perdoar aqueles terroristas, presentes na sociedade argentina antes mesmo do Processo de Reorganização Nacional? (FRANCO, 2015).

Tal entendimento e condenação aos “terroristas de esquerda” remontam o período pré-1976. Desde a década de 1960 a Argentina presenciou momentos de conflito, com a promoção de guerrilhas armadas de esquerda, como os Montoneros, bem como pela ampla repressão militar a tais grupos, como a *Triple A*, formada na década de 1970 (CAPELATO, 2006).

A memória hegemônica dos primeiros anos da transição para a democracia, condenava ambas as violências. Entendia-se o período anterior ao golpe de Estado de 1976, atravessado por um caos político, social e econômico, solucionado pelo Processo de Reorganização Nacional. A partir, porém, da rendição militar na Guerra das Malvinas em 1982, o Processo demonstrava seus sinais de desgaste, sendo condenado socialmente (CAPELATO, 2006).

Logo, a eleição do primeiro presidente civil após a ditadura, em outubro de 1983, condena moralmente a violência dos Dois Demônios da Argentina. Baseando-se na

importância da democracia e dos Direitos Humanos, Raúl Alfonsín é eleito presidente do país, tendo como primeira medida a anulação da “Lei de Pacificação Nacional” (FRANCO, 2015).

O seu governo representaria, para o povo argentino, uma renovação, onde o valor máximo estava relacionado à exaltação da democracia. O passado recente era entendido como demoníaco, onde os Dois Demônios – a esquerda guerrilheira e terrorista e os militares violentos – assolavam a sociedade através da violência (FELD; FRANCO, 2015).

É certo que a violência da esquerda e dos militares não poderia ser equiparada, todavia não se tinha, neste momento, a dimensão da violência cometida pelo regime militar e nem o entendimento que esta se configurava como Terrorismo de Estado.⁹ Portanto, os movimentos pelos Direitos Humanos iniciam uma significativa mobilização social, no intuito de considerar estes “subversivos de esquerda” como vítimas de um esquema sistemático de repressão proporcionada pelo Estado (FRANCO, 2015).

Logo, para resolver as problemáticas apresentadas pelo passado, Alfonsín cria, no final de 1983, a “Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas” (CONADEP), transformada, em 1984, no *Informe Nunca Más*. É apenas com a extensa investigação do passado recente que se compreende a real dimensão da violência de Estado, entendida como um plano de governo, e não como meros excessos individuais (FRANCO, 2015).

Tal investigação, acarretará o Julgamento das Juntas militares, em 1985, onde começa a se pensar em uma transição baseada na condenação dos crimes cometidos pelo Processo de Reorganização Nacional. Segundo Capelato (2006), o Julgamento das Juntas, bem como a publicação do *Informe Nunca Más* representam a consolidação da transição para a democracia argentina, pois define o lugar das vítimas do terror e instala a lei contra as práticas de violações de direitos.

As temáticas da valorização dos Direitos Humanos, bem como a condenação do Terrorismo de Estado, perpassam por importantes discussões historiográficas. Novaro e Palermo (2007) compreendem que logo após a rendição nas ilhas Malvinas houve um rechaço público à Junta Militar. A guerra antissubversiva, utilizada pelos militares para a legitimação no poder, é substituída pelo repúdio ao Terrorismo de Estado e as violações de direitos, através da atuação intelectual dos autores defensores dos Direitos Humanos.

⁹ Emprega-se a conceitualização de Eduardo Duhalde (1999). Para o autor, o Estado de Exceção instaurado na Argentina, a partir de 1976, era marcado por duas fases distintas: a face baseada na legalidade que alcança e legitimidade para a realização de mudanças na ordem social do país; e a face clandestina, baseada na violência e na perseguição dos inimigos políticos.

Todavia, o processo de transição para a democracia Argentina deve ser entendido através de rupturas e continuidades. Os debates mais recentes, representados por Feld e Franco (2015), destacam que a condenação das violações cometidas pelo Processo de Reorganização Nacional estava restrita a uma pequena parcela da sociedade, especialmente àquela representada pelos familiares das vítimas do Terror de Estado.

Ao longo da transição, a sociedade argentina, em termos gerais, compreendia tais violações como meros excessos de um regime que lutava contra subversivos e guerrilheiros. Até 1983 o governo de Raúl Alfonsín, inclusive, prezava pela condenação daqueles Dois Demônios responsáveis pela desordem do país (CAPELATO, 2006).

Assim, pode-se pensar que a sociedade argentina apenas compreendeu o Terrorismo de Estado, como uma violência sistemática praticada pelo regime contra seus cidadãos, e o condenou moralmente através de um processo, em que seu ápice se deu entre 1984 e 1985:

[...] acreditamos que a condenação da repressão foi mais relativa, na medida em que esteve ligada aos seus métodos ou excessos, apenas algumas vezes ao seu caráter ilegal e sistemático, e não questionou o poder repressivo do Estado. Portanto, qualquer visão da amplitude e profundidade da condenação da violação dos direitos humanos e do terrorismo de Estado - tal como o entendemos hoje em termos de crime atroz, massivo, sistemático, contra toda a população e incomparável a qualquer outro cometimento de indivíduos – é posterior, e deve estar ligado, provavelmente, com a cena aberta de Nunca Mais e o trabalho da CONADEP, e não com o colapso da ditadura e o início do próprio processo democrático (FELD; FRANCO, 2015).¹⁰

Problemas e Disputas De Memória

Fazendo referência a Paul Ricoeur, Elizabeth Jelin (2002) compreende o passado como algo imutável e o futuro como indeterminado. Todavia, por mais que o passado possua essa característica estática, seu sentido pode ser repensado e reinterpretado no presente, a fim de que se construam perspectivas de futuro baseadas neste sentido. Portanto, entende-se que, os sentidos de passado e suas memórias¹¹ são frutos de constantes disputas entre os diversos atores sociais, que visam alcançar a legitimidade na sociedade presente.

¹⁰ No original: [...] creemos que la condena de la represión fue más relativa, en tanto se vinculaba a sus métodos o excesos, solo a veces a su naturaleza ilegal y sistemática, y no llegaba a poner en cuestión la potestad represiva del Estado. Por lo tanto, cualquier visión sobre la amplitud y la profundidad de la condena de la violación a los derechos humanos y del terrorismo de Estado – tal como hoy lo entendemos en cuanto a un crimen atroz, masivo, sistemático, sobre toda la población e incomparable a cualquier otro cometido por particulares – es más tardía, y debe vincularse, probablemente, con la escena abierta a partir del Nunca Más y el trabajo de la CONADEP, más que con el derrumbe de la dictadura y el inicio del proceso democrático en sí mismo.

¹¹ Em um debate sobre Memória e História, Motta (2013), entende a Memória como uma ferramenta de representação do passado através do testemunho. Em momentos traumáticos para as diferentes sociedades, a Memória serve como um meio de reivindicar direitos jurídicos, políticos, financeiros e até mesmo psicológicos. Seguramente, a representação sobre períodos históricos sensíveis não alcança consensos, logo se travam disputas

Tais disputas são visíveis e recorrentes na história recente da Argentina, imediatamente após a transição política. Silveyra (2022), ao revisitar as disputas de significado do passado recente argentino, cunha o conceito de Estrutura de Sentidos, que seria o

conjunto de representaciones que se encuentran en relación en un tiempo y territorio determinado y que, en el desarrollo de esas interacciones, construyen un modelo explicativo que da sentido al presente a través de las concepciones sobre el pasado (y viceversa) (SILVEYRA, 2022, p. 168).¹²

Entende, que de 1983 até os anos 2000, houve quatro principais Estruturas de Sentido que visavam se fazer hegemônicas na sociedade argentina: a) a Teoria dos Dois Demônios, b) a Pacificação Nacional, c) o Genocídio e d) o Terrorismo de Estado.

A já citada Teoria dos Dois Demônios surge imediatamente após o restabelecimento da democracia em 1983. Como fim de promover os valores democráticos, pensam-se culpados pela violência cotidiana do período imediatamente anterior da história do país. Entendia-se que, o Comunismo Internacional se fazendo presente na Argentina, através das Guerrilhas Armadas no período anterior ao Processo de Reorganização Nacional, gera uma reação igualmente violenta em uma parcela da Nação, as forças armadas. Uma outra parcela da Nação, no entanto, caracterizada pela Sociedade, é entendida apenas como uma grande vítima de extremada violência. A teoria é utilizada a fim de abandonar as heranças deixadas pela grande violência apresentada nas décadas anteriores, bem como, reestabelecer a política e a economia do país. (SILVEYRA, 2022).

A Estrutura de Sentido estabelecida posteriormente à Teoria dos Dois Demônios, a da Pacificação, é amplamente marcada pelo crescimento do Neoliberalismo na Argentina, sobretudo através da candidatura de Carlos Menem. A sociedade argentina, neste momento, é extremamente marcada pela lógica do consumo e pela ideia de reestabelecer a economia após anos de grave inflação, assim, os problemas do passado deveriam ser esquecidos. Pensar em uma memória sobre o período, ou até mesmo em justiça seria inútil aos reais problemas da Nação:

En primer lugar, la equiparación de las fuerzas en disputa en el conflicto (los dos demonios) será total y absoluta. En esta estructura de sentido no importa quién empezó y quién respondió, quién tenía el aparato del Estado y quién

de distintas memórias, objetivando o alcance da legitimidade e do apoio social em relação à maneira a qual se interpreta o passado.

¹² Tradução nossa: conjunto de representaciones que se encuentran en relación en un tiempo y territorio determinado y que, en el desarrollo de esas interacciones, construyen un modelo explicativo que da sentido al presente a través de las concepciones sobre el pasado (y viceversa)

no. Son iguales, al punto tal que muchas veces no se distinguen (SILVEYRA, 2022, p. 176).¹³

Tal estrutura de sentido começa a sofrer mudanças a partir de 1993 com a ascensão de importantes movimentos sociais que, além de se oporem à lógica neoliberal argentina, pensavam ressignificar as identidades e sentidos de mobilizações das principais vítimas da Ditadura. Assim, ascende a Estrutura de Sentido de Genocídio que, apesar de não ser hegemônica na sociedade daquele momento, trouxe mudanças significativas à sociedade argentina (SILVEYRA, 2022).

Marcada especialmente a partir do surgimento do grupo social H.I.J.O.S. em 1995, tal estrutura se opõe duramente ao esquecimento e silenciamento promovido pelo presidente Carlos Menem. Pensa-se a violência do Processo de Reorganização Nacional como um Genocídio similar ao nazista, justamente pois a violência cometida pelas Forças Armadas era destinada às pessoas com uma identidade política e social específica (SILVEYRA, 2022).

Além disso, ampliam-se os sentidos do Processo de Reorganização Nacional. Opostamente à Estrutura dos Dois Demônios, esta entende setores da sociedade argentina como participantes ativos da Ditadura, especialmente os grandes empresários, funcionários estatais e outros civis como a Igreja e a Imprensa. Logo, a ditadura passa a ser entendida como Cívico-Militar (SILVEYRA, 2022).

Após esta retomada de consciência sobre os estragos violentos do passado recente argentino, entra em vigor, a partir da presidência de Nestor Kirchner nos anos 2000, a Estrutura do Terrorismo de Estado. Tal período é marcado pelos simbólicos discursos de profunda mudança entre o presente e o passado (SILVEYRA, 2022).

As leis que presavam pela pacificação nacional, mas que não puniam de fato os principais responsáveis pelas mais de 30 mil vítimas, são anuladas. Além disso, há a implantação políticas públicas de memória que permitem o estabelecimento de importantes espaços de recordação sobre o período ditatorial (CABRAL, 2019).

Ainda que o debate em torno deste passado sensível da história recente da Argentina esteja longe de acabar, ele ainda parece mais avançado que no Brasil. Segundo Bauer (2016), a transição para a democracia brasileira se diferenciou da argentina por conta da ideologia da reconciliação, que, de certa forma, equiparava as violências cometidas – a realizada pelos atores de esquerda considerados subversivos, e a dos militares violadores de direitos – ao

¹³ Tradução nossa: Em primeiro lugar, a equalização das forças em disputa no conflito (os dois demônios) será total e absoluta. Nessa estrutura de sentido, não importa quem começou e quem respondeu, quem teve o aparato estatal e quem não teve. São iguais, a ponto de muitas vezes não se distinguirem.

longo do regime brasileiro e, através de algumas medidas - como a Lei da Anistia de 1979 -, alcançava a superação de todos os conflitos.

Além de vetar o direito à verdade e à justiça, a transição brasileira se baseou na cultura do medo, fazendo o uso da transição argentina como um exemplo a não ser seguido. A transição argentina, baseada na verdade e na punição dos crimes terroristas, especialmente a partir da formação da CONADEP, da publicação do *Informe Nunca Más* e do Julgamento das Juntas, tenderia a um revanchismo, não desejado por uma sociedade conciliadora (BAUER, 2016).

O significado da memória sobre os acontecimentos Processo de Reorganização Nacional ainda não é um consenso entre os argentinos, todavia se pode perceber que tanto a sociedade civil, como grande parte dos políticos, colocam-se abertos e disponíveis para o debate de ideias. Tal ação é menos corriqueira no Brasil.

A transição controlada a partir da Lei da Anistia de 1979, que beneficiou em grande parte os militares, é apenas o marco inicial de um projeto de governo de esquecimento e silenciamento. Objetivava-se pôr fim a um período extremamente violento que assolou a sociedade brasileira, sem que houvesse espaço para ressentimentos e revanchismos (CHAVES, 2016).

Napolitano (2015), em uma interessante análise sobre as disputas de memória em relação ao regime militar brasileiro, compreende que, as lembranças hegemônicas do regime são mesclas entre elementos de resistência, representados pela esquerda, e componentes liberais que visavam desvincular sua imagem àquele período, acarretando a valorização da democracia e dos direitos do cidadão. Todavia, é possível notar que, mesmo após o reestabelecimento da democracia brasileira, não houve um desprendimento dos legados autoritários da Ditadura Civil-Militar. Logo, o autor compreende as disputas pela memória em quatro distintas fases.¹⁴

A primeira fase, estabelecida entre 1964 e 1974, – a qual Napolitano não se detém tanto em seus escritos – visava compreender os sentidos do golpe. Após os traumas políticos causados pelo intenso período de violência, aqueles liberais civis, outrora apoiadores do golpe, decidem pela realização de uma autocrítica. Consideram assim, os motivos que os levaram a apoiar o Golpe de Estado, reconhecendo o projeto brando dos primeiros anos de regime (NAPOLITANO, 2015).

¹⁴ O artigo de Napolitano (2015) é escrito no ano de 2014. Assim, é importante levar em consideração que, até aquele momento, identificavam-se tais fases. A conjuntura brasileira imposta após 2015, certamente acarretou modificações, podendo gerar outras etapas de disputas de memória sobre o período. O estudo aprofundado de tais transformações e novas fases do debate pode ser realizado em trabalhos futuros.

A segunda fase, estabelecida entre 1974 e 1994, é permeada pelos conflitos do final do regime ditatorial. Já se reconhecia a corrupção e os estragos econômicos gerados pelo Golpe de 1964, deslegitimando o regime. Assim, cria-se uma memória hegemônica que valorizava a democracia e os direitos que ela poderia garantir (NAPOLITANO, 2015).

Apesar das relativizações sobre a atuação das guerrilhas armadas, esta fase assume um tom moderado. O trauma social causado pelo período buscou minimizar as discussões para que não houvesse maneiras de romper novamente com a democracia (NAPOLITANO, 2015).

A terceira fase, definida entre 1995 e 2004, é extremamente significativa pois o Estado entra em cena na discussão. É neste momento em que começar-se-ão a produzir políticas baseadas nas memórias das vítimas das ditaduras, bem como uma “História Oficial”, a partir da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre o ocorrido (NAPOLITANO, 2015).

Em 1995, pensa-se em uma Lei de reconhecimento aos mortos e desaparecidos da Ditadura Civil-Militar brasileira e, junto a ela, reflete-se uma política de reparação financeira às famílias de tais vítimas. Contudo, além de pouco significativo por considerar – apenas - pouco mais de 100 vítimas deste período, tais movimentações não intencionaram em um julgamento aos maiores responsáveis pela violência do período (CHAVES, 2016).

As políticas ligadas ao estabelecimento de locais de memória tampouco são significativas. Muitos dos monumentos pensados em homenagem às vítimas da ditadura brasileira, que rechaçam a violação dos Direitos Humanos, são assentados em partes afastadas ou pouco movimentadas das cidades do país, assim seus objetivos simbólicos de reflexão são inatingíveis (GALLO, 2021).

Logo, a terceira fase de disputas sobre a memória hegemônica da ditadura, é marcada por limitações. Apesar do Estado reconhecer os mortos, desaparecidos e torturados e discursar sobre a importância dos Direitos Humanos para a construção de uma democracia plena, não há, na prática, um aparato investigativo e punitivo dos crimes ocorridos outrora (NAPOLITANO, 2015).

Por fim, a última fase identificada e analisada pelo autor, coincide com os anos de governo petista, entre 2003 e 2014. Neste período, o aprofundamento das políticas de memória pelo Estado acarreta revisionismos ideológicos e historiográficos (NAPOLITANO, 2015).¹⁵

O questionamento ao PT, por parte da imprensa, liberais e lideranças políticas de direita, somado às desconfianças de corrupção, fazem crescer um conservadorismo que

¹⁵ Junto a tais políticas, também se pode pensar no simbolismo representativo da eleição de uma conhecida vítima da ditadura, Dilma Rousseff, como presidente do Brasil em 2011.

questiona os sentidos da ditadura. Tal conservadorismo ascende à extrema direita, muitas vezes “fascistoide e golpista” (NAPOLITANO, 2015, p. 32).

A partir do revisionismo historiográfico e ideológico, há uma versão brasileira e renovada da Teoria dos Dois Demônios, em que se relativizam - ou se apoiam - muitos aspectos da Ditadura Civil-Militar. A maior problemática desta ação conservadora é a perpetuação do negacionismo, uma vez que “as vozes públicas que defendem a ditadura e uma solução autoritária para conflitos políticos e sociais ganham espaço e volume, sobretudo nas redes sociais e blogs” (NAPOLITANO, 2015, p. 33).

Conclusão

Um artigo de opinião publicado em 2018 pelo jornal gaúcho *Zero Hora*, permite-nos pensar a questão das disputas pela memória da Ditadura em âmbito local, especificamente na cidade de Porto Alegre, capital do estado mais ao sul do Brasil. Na ocasião da morte de uma grande figura para o movimento tradicionalista gaúcho, Paixão Cortês, o escritor Ricardo Neto (2018) entende que tal personagem da cultura rio-grandense deveria ser valorizada e homenageada em nomes de ruas, porém, para isso, intitula seu artigo de opinião como “Nem Castelo, nem Legalidade: chega de lutas inúteis”.

Esta “luta inútil” a qual se refere, rememora os debates sociais e políticos ocorridos na capital gaúcha desde 2014. A importante avenida de entrada à cidade é historicamente conhecida por sua rememoração ao primeiro presidente da Ditadura Civil-Militar, Castelo Branco. Em 2014, porém, lideranças de partidos de esquerda propuseram a troca de nomenclatura para ‘Avenida da Legalidade e da Democracia’, que exaltaria o passado de luta e resistência – especialmente com a figura de Leonel Brizola, o condutor do Movimento da Legalidade - do estado frente ao período conturbado (GALLO, 2021). Nesta disputa pela memória prevaleceu o silenciamento e a política de reconciliação, uma vez que a avenida de entrada à cidade de Porto Alegre, permaneceu sendo nomeada de “Avenida Castelo Branco”.

Podemos e devemos questionar se este tipo de disputa – ou até mesmo, sua consideração como inútil -, em que os vencedores se colocam favoráveis ao apagamento das memórias doloridas teria espaço em outras sociedades, como a Argentina. A falta de debate e políticas públicas sobre a questão das memórias sensíveis possui o poder de influenciar as decisões políticas do presente? Quão influentes são os movimentos que negam tal parte da história em países onde se pensou em uma justiça, valorização da verdade e rememoração das lembranças mais doloridas?

Referências Bibliográficas

- Assembleia Geral da ONU. (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (217 [III] A). Paris.
- BAUER, Caroline Silveira. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 121-145, jan./abr, 2014.
- _____. O perigo da “argentinização” da transição política brasileira: uma visão sobre a Argentina no Brasil de 1984 e 1985. **Aletheia**, Buenos Aires, v. 13, n. 7, p.1-22, out. 2016.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CABRAL, Rebeca Lopes. **Memórias de dor em Buenos Aires**. De ex-centros clandestinos a lugares de memória e consciência. 2019 Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- CAPELATO, Maria Helena. Memória da Ditadura Militar Argentina: um desafio para a História. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 1, n. 24, p. 61-81, jan./jun. 2006. Semestral.
- CHAVES, Leandro Leal. Relembrando o Esquecimento: os meandros da Lei da Anistia e as Disputas pela Memória no Estado de Exceção. In: 3 SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA – CONFLITOS E REVOLUÇÕES NO SÉCULO XX: CIRCULAÇÃO DE IDEIAS ENTRE A AMÉRICA E A EUROPA, 2016, São Luís. **Anais**. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2016. p. 180-195
- DUHALDE, Eduardo Luis. **El Estado Terrorista Argentino**: quince años después, una mirada crítica. Buenos Aires: Eudeba, 1999
- GALLO, Carlos Artur. As lutas pelo passado em âmbito local: reflexões a partir do caso de Porto Alegre. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 15, n.2, p. 2012-229, maio-ago. 2021.
- FELD, Claudia; FRANCO, Marina (org.). **Democracia, hora cero**: actores, políticas y debates en los inicios de la posdictadura. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2015.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5 – 74, jan./abr. 2017.
- _____. Rumo à democracia. In: FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. Da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015. p. 89-124.
- FRANCO, Marina. La «transición a la democracia» en la Argentina frente a las cristalizaciones de la memoria. **Caravelle**, [S.L.], n. 104, p. 115-131, 1 jun. 2015. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/caravelle.1602>.
- _____. La última dictadura argentina en el centro de los debates y las tensiones historiográficas recientes. **Tempo e Argumento**, Universidade do Estado de Santa Catarina, v. 10, n. 23, p. 138-166, jan./abr. 2018.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.
- LIMA, Alonso Guilherme Soares. A História Comparada: potencialidades e limitações. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 23-37, 2007.
- KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 15, p. 3-12, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15 esp., p. 09-44, nov. 2015.

NETO, Ricardo Giuliani. Nem castelo, nem legalidade: chega de lutas inúteis. **Zero Hora**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2018/08/nem-castelo-nem-legalidade-chega-de-lutas-inuteis-cjli4fpdu05tw01qk9h5f3mzb.html>

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina**: do golpe de Estado à restauração democrática. Tradução de: Alexandra de Mello e Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 752 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e Memória**, UNESP, v. 9, p. 56-70, 2013.

SILVEYRA, Malena. Presentes historizados. Sentidos sobre el genocidio argentino (1983-2014). **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, n 24, p. 165-193, jan./abr, 2022.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs). **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

O potencial do método histórico-comparativo para o estudo das ditaduras e da Justiça de Transição no Cone-Sul

The potential of the historical-comparative method for the study of dictatorships and Transitional Justice in the Southern Cone

Tamara Claudia Coimbra Pastro,¹ UnB

Resumo

Nos últimos anos, vários estudos foram feitos a partir de diferentes perspectivas para o entendimento tanto das ditaduras civis-militares do Cone Sul quanto da Justiça de Transição que permeou o processo de redemocratização de países como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. As análises heterogêneas são originadas de campos como o Direito, a História, as Ciências Sociais, entre outros. O presente artigo, por sua vez, pretende apontar as principais características e o potencial do método histórico-comparativo para novas possibilidades interpretativas dos fenômenos ditatoriais e transicionais a partir da perspectiva que os processos possuem diversos elementos em comum e ao compreendê-los de forma comparada é possível estabelecer novos marcos teóricos para as especificidades dos casos sul-americanos.

Palavras-chave: Método Histórico-Comparativo; Ditaduras; Justiça de Transição; Cone Sul.

Abstract

In recent years, several studies have been carried out from different perspectives to understand both the civil-military dictatorships of the Southern Cone and the Transitional Justice that permeated the process of redemocratization in countries such as Argentina, Brazil, Chile and Uruguay. The heterogeneous analyzes originate from sources such as Law, History and the Social Sciences, among others. What this work intends to point out is the potential of the historical-comparative method for new interpretive possibilities of dictatorial and transitional phenomena from the perspective that the processes have several elements in common and by understanding them in a comparative way it is possible to establish new theoretical frameworks for the specifics of the South American cases.

Keywords: historical-comparative method, dictatorships, transitional justice, southern cone.

Introdução

O século XX foi marcado por importantes alterações na estruturas sócio-políticas globais, que emergiram a partir da evolução tecnológica intensa e da maior interconexão social, a formulação do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Penal – também, como uma resposta a percepção da violência massiva e o uso sistemático da força em uma nova escala de análise.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília. Mestre em Relações Internacionais (2020) e em História (2018) pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: coimbrapastro@gmail.com

Consonante a isso, diversos países latino-americanos vivenciaram golpes militares perpetrados no interior da Doutrina de Segurança Nacional². Abalando os regimes democráticos existentes e marcados pelas sistemáticas violações aos Direitos Humanos, com a utilização da violência e o uso da força como política de Estado.

A partir dos anos 1980, esse cenário passou a ser gradualmente alterado, uma vez que os países passaram a vivenciar processos de (re)democratização. Marcados pela tentativa de reestruturar sociedades fragmentadas, garantir a consolidação democrática e melhorar os cenários econômicos e sociais de cada localidade. Desde então, esses processos têm sido alvo de diferentes estudos e abordagens metodológicas.

Tais contribuições buscam, em linhas gerais, compreender as diferentes facetas e possibilidades dos processos, através de diferentes interpretações, tanto a fim de compreender o que desencadeou os regimes de exceção e suas formas de violência, quanto o desenrolar da redemocratização e os mecanismos da Justiça de Transição associados. De forma geral, a História e o Direito são as principais áreas das Ciências Humanas que se ocupam da compreensão desses processos.

Isso porque ao analisar os processos transicionais, os aspectos legais são muito relevantes para compreender os novos ordenamentos políticos e as perseguições penais durante os regimes e durante a transição para a prestação de contas com o passado. Por sua vez, a História por se ocupar dos eventos passados e dos seus impactos para as sociedades constituídas a partir deles se consolida como campo pertinente para o aprofundamento da referida agenda de pesquisa.

No entanto, uma abordagem que usualmente não é tão explorada para a interpretação desse momento da política contemporânea latino-americana é o método histórico-comparativo. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo apontar as características e as potencialidades de seu uso para a interpretação dos processos ditatoriais e posteriormente, transicionais.

Dessa forma, para além desta breve introdução, o artigo está organizado em três seções: na primeira delas, será apresentada a discussão teórica sobre Justiça de Transição e seus estudos; em seguida, ocorrerá a apresentação do método histórico-comparativo e, por

² A Doutrina de Segurança Nacional pode ser considerada um desdobramento das políticas que incluem e inserem na agenda da política as questões como ameaças internas, geografia, cultura política, capacidades militares, necessidades econômicas, opinião das elites e populares (STEPHAN, 2016). No entanto, ela toma uma nova configuração quando inserida na lógica estadunidense da segunda metade do século XX por incorporar a ameaça comunista como um eixo fundamental para os países do continente americano. O Pe. Joseph Comblin (1978) a define como sendo “a guerra e a estratégia a única realidade e a resposta para tudo” (p. 16-17). Assim, houve a incorporação dessa agenda de guerra dentro da esfera pública interna – e, a partir disso, há uma ressignificação do papel das Forças Armadas no continente.

fim, as suas possibilidades de uso para os casos específicos. Ainda, ao final do texto, o argumento será condensado em considerações finais.

A Justiça de Transição – breves notas sobre seu conceito

O conceito de Justiça de Transição foi popularizado no começo dos anos 1990, apesar de descender de um debate muito mais antigo, que até então era muito focado no estudo das transições, a Transitologia. Não seria possível tratar da consolidação do conceito sem explorar a colaboração imprescindível de Ruti Teitel. A autora, no início daquela década, elaborou uma genealogia da Justiça de Transição (REÁTEGUI (org.), 2011), a partir da concepção de justiça associada a períodos de mudança política. Assim, era necessário refletir sobre as garantias mínimas para a existência de um Estado de Direito que garantisse a paz.

Dessa forma, Teitel estabelece que há três fases de seu desenvolvimento: a primeira, no imediato pós-2ª Guerra Mundial; a segunda, no pós-Guerra Fria associado com a Terceira Onda de Democratização (HUNTINGTON, 1994) e, por fim, a terceira fase que corresponde a uma Justiça de Transição estável em que as pautas da justiça devem se ater aos conflitos permanentes e a normalização do discurso de violência.

No entanto, até hoje, temos diversos entendimentos sobre seu significado, por exemplo, para Carneiro (2012), o foco desse tipo de justiça é justamente para a superação de conflitos, responsabilização dos abusos e reparação das vítimas. No mesmo sentido, pode abarcar diferentes mecanismos e ações possuem como propósito o fortalecimento dos valores democráticos, a garantia dos Direitos e pressupõe a confrontação do passado para a possibilidade de um acerto de contas do Estado, enquanto violador dos Direitos Humanos, para a garantia da investigação, castigo, reparação e a não repetição dessas violações (SILVA, 2015, p. 07).

A partir da referida construção propedêutica, o estudo sobre a Justiça de Transição se organizou em quatro eixos: o binômio memória/verdade; a reparação; a responsabilização; e, reforma institucional (DE STUTZ E ALMEIDA, 2017). É necessário salientar que cabe a cada país a decisão sobre a adoção e a ordem desses eixos, uma vez que são interdependentes. No entanto, todos devem ser igualmente implementados para ser possível alcançar a reconciliação nacional e o Estado Democrático de Direito. Eneá de Stutz e Almeida e Marcelo Torelly apresentam uma definição mais ampla sobre a questão:

Denominou-se de “Justiça de Transição” a uma série de iniciativas empreendidas por via dos planos internacional, regional ou interno, nos países em processos de liberalização ou democratização, englobando suas

políticas públicas, suas reformas legislativas e o funcionamento de seu sistema de justiça, para garantir que a mudança política seja bem sucedida e que, ao final dela, exista não apenas uma democracia eleitoral (caracterizada por eleições procedimentalmente equitativas), mas sim um Estado de Direito na acepção substancial do tema (DE STUTZ E ALMEIDA; TORELLY, 2010, p. 38).

Ademais, Ainley (2013), citando Christine Bell (2010), observa a importância de compreender os diferentes entendimentos sobre o conceito, os quais permeiam tanto a ideia de uma batalha contínua contra a impunidade enraizada no discurso dos Direitos Humanos quanto um conjunto de técnicas de resolução de conflitos relacionadas à elaboração de uma constituição. Há, ainda, a percepção de que a Justiça de Transição se erige como uma ferramenta para a construção, ou no caso, para a reconstrução do Estado após o contexto em que houve atrocidade em massa (QUINALHA, 2013; ABRÃO; GENRO, 2012).

Tais contribuições “clássicas” são importantes para sedimentar o entendimento de que é necessário haver uma agenda transicional nos países e que esta está atrelada aos consensos já produzidos na área. Cada autor, no entanto, dá preferência ou inclui elementos que considera mais importante para o entendimento global sobre a efetivação da Justiça de Transição. Uma vez bem estabelecidos os marcos teóricos dessa forma de justiça, é preciso considerar o que pode ser trabalhado de forma inédita a partir disso. Ou seja, como expandir o seu alcance explicativo e, assim, produzir novas análises interpretativas considerando novos fatores, como a relação desses eixos com o tempo, ou ainda, como pensá-los historicamente sem incorrer em anacronismos.

A Justiça de Transição, muitas vezes é entendida como uma forma específica de justiça, restrita a um tempo histórico determinado e limitada pela constitucionalização dos países, ou seja, que se encerra com a promulgação de uma nova constituição e que aponta, exclusivamente, para o Estado de Direito como seu objetivo. Entretanto, as experiências consolidadas no Cone Sul iluminam a necessidade de haver uma reflexão mais aprofundada sobre o papel desse tipo de justiça e, também, a partir de experiências em comum, a maneira pela qual é possível estabelecer respostas igualmente válidas. É nesse aspecto que o método histórico-comparativo pode trazer importantes avanços para o campo, como será tratado a seguir.

O método histórico-comparativo: possibilidades interpretativas dentro de um contexto interdisciplinar

A produção do conhecimento científico requer métodos que validem e garantam a sua reprodução. Uma das ferramentas empregadas para tanto são as metodologias que permitem o

estudo sistemático e lógico de técnicas e métodos, bem como a percepção sobre os fundamentos, a validade e as teorias científicas. Nesse sentido, seria muito limitante considerar apenas uma área do conhecimento para compreender os fenômenos sociais e sua inserção em um determinado contexto histórico, por isso, é possível utilizar-se de diferentes metodologias e assim partir de um caráter interdisciplinar para a produção de teorias e explicações.

Nesse contexto, um elemento importante que pode ser considerado como um diferencial nas pesquisas sobre a Justiça de Transição é a utilização da comparação tanto para os diferentes casos quanto na utilização de técnicas, os quais podem, inclusive, serem utilizados também por outras áreas do conhecimento. Dado que método comparativo não é apenas um conjunto de técnicas aplicadas, mas sim a própria estratégia, a forma de construir a teoria pensando no processo de generalização e universalização (PASTRO, 2020). De acordo com Lichbach e Zuckerman (2009), ao propor uma pesquisa comparada, é necessário examinar o caso e, a partir disso, considerar no que ele contribui para o entendimento geral de um conjunto de fenômenos.

Assim, ao avaliar o que a comparação permite, é possível considerar o método como um dispositivo para assegurar a mediação entre o universal sociológico e o concreto, não tendo como missão, necessariamente, explicar a especificidade. Bem como defende Bendix (1963), a comparação permite o entendimento das regularidades dos eventos. Logo, temos que em casos semelhantes, busca-se maximizar as diferenças; já em casos diferentes, enfatizam-se as semelhanças (SARTORI, 1994; PRZEWORSKI; TEUNE, 1970). As contribuições da abordagem comparativa são tanto para o refinamento das justificativas quanto para compreender os conceitos compostos, considerando a historicidade destes e seus usos.

A partir do entendimento do que é o “caso”, ou seja, a unidade de análise básica que compreende as “fronteiras ao redor de lugares e períodos de tempo” (RAGIN, 2009, p. 05), é possível compreender se a comparação proposta será universalizante, individualista, focada localização de variáveis ou ainda em comparações englobantes, conforme classificação proposta por Charles Tilly (1984). E, assim, ponderar a respeito das diferentes técnicas empregadas para estruturar como se faz teoria e como se produzem novos conhecimentos em Ciências Sociais que não se limitam a análises de larga escala.

Entretanto, não há um consenso sobre essa definição, ainda que várias tentativas formativas sejam feitas. Os “casos” podem ser entendidos, dessa forma, a partir de duas situações distintas: tanto como uma “unidade empírica” quanto um “constructo teórico”,

sendo a primeira como um resultado do trabalho do pesquisador e a segunda, para a compreensão de um fenômeno.

Ainda sobre essa divisão, pode-se afirmar que na primeira situação, os casos são entendidos como objetos que podem ser manipulados pelo observador, por exemplo, um evento histórico que possui diferentes fontes, ou seja, eles são “empiricamente reais e limitados” e são essenciais para compreender a história da organização social humana; na segunda, os casos são produzidos a partir de convenções, assim, os casos são construções teóricas específicas que se aglutinam no decorrer da pesquisa, havendo uma interação entre ideias e evidências que resultam em um refinamento progressivo do caso concebido como uma construção teórica. Sendo, assim, construções teóricas gerais que estruturam maneiras de ver a vida social e fazer ciência social. Eles são os produtos coletivos da comunidade científica social. Moldam e restringem, pois, a prática da ciência social (RAGIN, 2009, p. 08-11).

Em decorrência do exposto, compreende-se que o “caso” não é algo dado, mesmo quando é possível delimitá-lo no tempo-espaço e isso o transforma em algo singular. Outra característica importante é o poder de agência do pesquisador, que deve eleger os casos, dependendo de suas ideias e evidências. No entanto, o objeto de pesquisa não é a mesma coisa que o objeto empírico, e é necessária a ação de recortar o objeto, ou seja, há a interferência humana no processo (RAGIN, 2009; ZUCKERMAN, 2009).

Ao pensar na importância do papel humano na escolha dos casos é possível remeter aos outros fatores apresentados por Zuckerman (2009) em que é apresentado a importância da cultura para a eleição dos casos, ou seja, muito além de uma escolha meramente individual, a cultura deve ser levada em conta para pensar na análise política uma vez que ela atravessa a sociedade em todos os seus âmbitos e aspectos. Aliado ao entendimento de cultura temos os fatos históricos também, uma vez que o tempo e o espaço, muito além de determinarem os casos, de igual forma determinam os interesses e o foco do pesquisador.

Nessa linha de pensamento, Sartori (1994, p. 1035) considera os porquês da comparação. Uma das razões remonta à possibilidade de expandir o conhecimento através de vários casos, a partir da generalização e do próprio exercício de tornar esses casos comparáveis. O caso pode ser entendido enquanto a observação ou fronteira, no sentido que os limites temporais e físicos os definem. Com esse panorama, é possível compreender a pesquisa comparada e seus diferentes níveis de análise. Sobre isso, Przeworski e Teune (1970, p. 50-51) afirmam que um dos diferenciais desse tipo de pesquisa é, justamente, pensar em

seus múltiplos níveis, e de forma mais específica nos padrões de relacionamento em cada sistema e no papel dos seus fatores.

A pesquisa comparada permite também a junção do nível micro e do nível macro da análise. Em um claro diálogo com as possibilidades interpretativas da História, Tilly (1984) esquematiza as possibilidades fundamentais para a comparação, pensando que a classificação da pesquisa comparativa tem duas dimensões que se relacionam, uma das instâncias e outra das formas; a primeira varia do nível individual para o universal, que busca compreender no que os casos se assemelham, sendo o primeiro a análise de uma instância do caso por vez e o último, de todas. Na outra, varia-se da homogeneidade, a partir de uma forma em que todas as instâncias tenham propriedades em comum, até a multiplicidade de características divergentes. Assim, a comparação pode ocorrer nessas quatro formas: individualizada, universalizada, abrangente e orientada a variável.

A partir do panorama geral sobre os desenhos de pesquisa, é possível analisar as diversas técnicas utilizadas para compreendê-los e os produtos que se relacionam com as generalizações, as causalizações – ou seja, as condições causais que são consideradas na análise – e o refinamento associado à calibragem para produzir pesquisas com valor científico.

As dicotomias encontradas pelo cientista social podem ser compreendidas dentro do universo dos diferentes desenhos de pesquisa possíveis. Sobre isso, é importante ressaltar que o nível de análise do elemento não é necessariamente o ponto mais importante para a comparação. Ao invés disso, as categorias que são construídas e desenvolvidas para explicar os fenômenos e o quanto essas explicações remetem às relações causais, a influência ideológica e cultural. É necessário refletir, nesse sentido, sobre como se faz teoria e se produzem novos conhecimentos em Ciências Humanas como um todo e como o método comparado auxilia nesse processo, tanto para novas teorias como para validar as já formuladas.

Considerando o exposto, parte-se do pressuposto que qualquer “caso” pode ser comparado desde que os conceitos e as categorias de análise sejam discriminantes, ou seja, que se tenha bem estabelecido o que se quer comparar e como. Logo, considerar a comparação apenas como um dispositivo taxonômico ou uma obrigação metodológica empobrece sua análise. Somente quando inserida em um contexto de esforço para compreender os processos e as mudanças sociais é que a comparação pode auxiliar na construção dos conhecimentos em Ciências Sociais.

Isso ocorre principalmente com a conjunção das diferentes técnicas de pesquisa que auxiliam a compreender os fenômenos dentro da sua complexidade causal. A partir daí, torna-

se possível analisar as interligações deles para o entendimento geral. Várias obras são tidas como clássicos da comparação, como, por exemplo, a obra de Theda Sckopol (1979) ou de Barrington Moore Jr. (1979). Outras pesquisas têm evidenciado seu valor, como as pesquisas de Ronald Inglehart (2009).

Os questionamentos apresentados por Morlino (2018), por fim, auxiliam a compreender as três dimensões essenciais da pesquisa comparada que são: sobre o que, como e por que comparar. Assim, é possível perceber que a comparação não ocorre por si própria – sendo necessário haver um exercício dedutivo e compreensivo para escolher os casos de análise. Já o debate sobre “como comparar” adentra na ideia dos métodos de comparação, dependendo do número de casos, da capacidade de generalização, do refinamento da pesquisa. Por último, mas não menos importante, é necessário que se proceda à crítica reflexiva sobre “por que comparar”, a partir do que se possibilita um melhor entendimento do campo, realçando as teorias e quando possível estabelecendo novas formas de ver e interpretar o mundo e os fenômenos sociais.

Tais contribuições apontam para o fato de a Metodologia Histórica Comparada não ser, apenas, um exercício que evidencia que a História importa, nem se confunde com o trabalho de um historiador: a análise histórica é uma ferramenta explicativa do fenômeno. O objetivo não se limita a entender o processo histórico, mas compreender os fenômenos.

De acordo com Rueschemeyer (apud MAHONEY, 2003, p. 289), o pesquisador não pode crer que nenhuma proposta de periodização seja inocente, pois, a lente escolhida para ler o passado influencia e muito o resultado da análise feita. Dessa forma, escolher o que comparar é um exercício muito importante para estabelecer as seguintes questões de como e o porquê de o fazer.

Uma vez tendo o objeto definido ficam mais claros os objetivos da comparação. Assim, quando se trata das Ditaduras Civis-Militares estabelecidas ao longo da segunda metade do século XX na América do Sul temos de antemão algumas variáveis importantes a se considerar. Por exemplo, nem todas as ditaduras impostas foram baseadas na Doutrina de Segurança Nacional e tinham como objetivo o alinhamento com os interesses estadunidenses na lógica de combate ao comunismo. Dois exemplos disso são o caso da Bolívia que vivenciou sua quebra democrática entre 1964 e 1985, em um movimento marcado pela alta rotatividade no posto de presidente da república, evidenciando que o regime militar não era coeso e estruturado como em outros casos. No mesmo sentido, o Paraguai foi caracterizado por um dos regimes mais longos da região, centralizado na figura do General Alfredo

Stroessner, durando de 1954 a 1989³. Entretanto, os dois casos, poderiam ser comparados uma vez que apesar das suas motivações serem diferentes, a lógica de violações aos Direitos Humanos e perseguição política se alinhou aos preceitos da Operação Condor.

A partir disso, temos casos mais semelhantes entre si. Por isso, os regimes militares e posteriores redemocratizações da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai podem ser utilizados para compreender a comparação e suas possibilidades. Assim, a título de ilustração das possibilidades analíticas serão consideradas a institucionalização dos regimes militares e as ações de redemocratização, principalmente a partir do eixo de Memória e Verdade. As possibilidades comparativas são diversas e não é o intuito desse trabalho esgotá-las, mas apontar caminhos tanto que já foram explorados na literatura sobre o tema, como refletir sobre novas possibilidades interpretativas, a partir da metodologia histórico-comparativa.

A análise dos casos: apresentação de possibilidades comparativas dentre as ditaduras baseadas na Doutrina de Segurança Nacional do Cone Sul

As discussões sobre a Doutrina de Segurança Nacional são bastante amplas. Uma das primeiras sistematizações do modelo implementado na América Latina foi feita pelo Padre Joseph Comblin, em 1978. Nela, o autor defende que todos os sistemas militares latino-americanos podem ser interpretados e entendidos a partir da violação sistemática aos Direitos Humanos e do desaparecimento de liberdades democráticas e direitos individuais (COMBLIN, 1978, p. 13).

Dessa forma, podemos sintetizar alguns pontos sobre a organização das ditaduras nos países que vivenciaram regimes de exceção diretamente influenciados pela implementação da Doutrina de Segurança Nacional no Cone Sul da seguinte forma: inicialmente, temos o golpe civil-militar no Brasil em 1964 e cujo governo durou até 1985. No país, o presidente era indicado pelas Forças Armadas, mas para outros cargos do poder legislativo, existia o bipartidarismo em torno dos partidos políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em seguida, ocorreu o golpe “em câmara lenta” no Uruguai, iniciado em um processo de desestabilização institucional em fevereiro de 1973 e arrematado com a dissolução do congresso nacional pelo presidente civil eleito, Juan Bordaberry em junho do mesmo ano. Inicialmente, o poder foi exercido apenas tutelado pela

³ É preciso considerar que apesar das ditaduras instituídas nos dois países não terem a Doutrina de Segurança Nacional como seu viés ideológico motriz para a perpetuação do golpe de Estado, em muitos pontos, a consolidação do regime ditatorial foi embasada nos preceitos da doutrina, tanto pela proximidade com os regimes dos países vizinhos quanto pela própria lógica da Guerra Fria que dominou a região por fatores externos e internos.

legitimidade das Forças Armadas para em um momento posterior, haver a substituição de civis pelos militares. O país só retomaria sua democracia em 1985.

No mesmo ano, em setembro, o governo de Salvador Allende, no Chile, foi solapado pelo golpe militar que resultou na ditadura encabeçado pelo General Augusto Pinochet, que governou o país até 1990. Por fim, temos o caso argentino, que apesar do golpe militar ter ocorrido em 1976 e ter durado até 1983, nomeado como o Processo de Reorganização Nacional, o país já vivenciava a instabilidade política e desrespeito as normas democráticas ao longo de todo o século XX.

Esses regimes possuem diversos elementos em comum e que também serão mantidos em seus processos de redemocratização. Tendo em vista tais casos, podemos estabelecer semelhanças, por exemplo, na ideologia do golpe, pautado pela Doutrina de Segurança Nacional, o alinhamento com os interesses estadunidenses e o que Anthony Pereira (2010) nomeou de “legalidade autoritária”, ou seja, compreender a aplicação das leis durante o período que regimes autoritários estavam no poder, o que o fez questionar sobre a delicada relação constituída entre o aparato autoritário e a legalidade instituída. Entretanto, antes de analisar a formulação feita por Pereira é necessário compreender que o estado autoritário atrelado a uma legalidade própria já era uma realidade em países da América Latina muito antes dos golpes militares do meio-final do século XX.

Uma possibilidade para se compreender a Doutrina de Segurança Nacional é através das diferentes leis que foram instituídas nos países, inclusive durante regimes democráticos e que serviram para corroer as instituições através da lógica dos objetivos nacionais e da necessidade de se combater o inimigo interno, conforme já foi apresentado por Padrós (2005), Comblin (1978) e Rosenmann (2013), por exemplo.

A influência dos Estados Unidos da América foi amplamente estudada, principalmente a partir da desclassificação de documentos sensíveis da CIA – Central de Inteligência Americana – e que auxiliaram para compreender os diferentes meandros utilizados pelo país para desestabilizar os governos dos países sul-americanos e causar comoções internas que justificassem intervenções ainda que não diretas. Exemplos dessas análises podem ser encontradas em: Palhares (2020), Kornbluh (2003), Ayerbe (2002), Bandeira (1997; 2005), Fico (2008), Gesteira (2014), entre outros, ainda que não tenha sido feito um estudo comparado sistemático.

Outro ponto importante de se pensar comparativamente é a partir dos processos de redemocratização dos países. Um dos casos mais concretos para isso são as institucionalizações das Comissões da Verdade, uma vez que todos os países possuem ao

menos uma comissão para esse fim. Todos os países apontados produziram um documento de reconhecimento da culpa do Estado pelas violações.

Sendo assim, em 1983, uma das primeiras ações do governo democrático eleito na Argentina foi o estabelecimento de uma comissão de trabalho para investigar os desaparecidos políticos, resultando no Relatório *Nunca Más* publicado em 1984. No Chile, da mesma forma, foi criada a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação em 1990 e depois ao longo do início dos anos 2000, foram criadas mais duas comissões para promover a reparação e a reconciliação nacional. A virada do século foi marcada pelo surgimento de várias comissões como a do Uruguai nos anos 2000 e a última experiência sul-americana foi a brasileira, tendo a lei de criação da Comissão em 2011, as atividades iniciadas em 2012 e apresentando seu relatório final em 2014.

Além disso, é interessante considerar as políticas de memória e reparação. Todos os países vivenciaram alguma forma de anistia política, sendo assim, seria interessante analisá-las de forma comparada, sobretudo utilizando as definições propostas por François Ost (2005) sobre as diferentes concepções de anistia, ora sendo interpretada como uma anistia de memória e ora uma anistia dos fatos, sendo a primeira, uma ação pela memória. E a partir disso, perceber os desdobramentos possíveis para a sociedade forjada e a forma como a anistia respondeu aos anseios da sociedade, ou não.

As políticas de memória são essenciais também para uma das principais ideias da Justiça de Transição que é a busca pela não-repetição dos eventos traumáticos do passado, pois só através do conhecimento do passado é possível haver futuro, como bem predisse o slogan do programa para os Direitos Humanos chileno⁴. Entretanto, como bem aponta Juan Mendez não é possível acreditar que apenas por esse viés garantiria a não repetição, uma vez que não temos como prever a forma que os agentes, tomadores de decisão, irão agir no futuro. Ainda assim, o caráter educativo e fundamental da memória é essencial para forjar uma nova sociedade baseada na verdade.

Por fim, outra possibilidade comparativa dos casos é através das sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH). Todos os países apresentados se comprometeram ao julgo do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) e foram em algum momento sentenciados por crimes de lesa-humanidade cometidos durante os regimes militares. Todos os casos apresentados perante a CorteIDH são permeados por pelo

⁴ A proposta do então presidente Ricardo Lagos para os Direitos Humanos apresentada em 2003, que pretendia aprimorar a busca pela verdade e justiça, da mesma forma que aperfeiçoar as reparações sociais.

menos um dos seguintes temas: autoanistia, desaparecimento forçado e/ou tortura⁵. No quadro a seguir é possível verificar quando cada país assinou, ratificou e depositou cada tratado do SIDH:

Quadro 3: Os países do Cone Sul e os tratados do Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Mecanismo		Argentina	Brasil	Chile	Uruguai
Convenção Americana de Direitos Humanos (1969)	Assinatura	02/02/1984	-	22/11/1969	22/11/1969
	Ratificação	09/07/1992	09/07/1992	10/08/1990	26/03/1985
	Depósito	25/09/1992	25/09/1992	21/08/1990	19/04/1985
Aceitação da Competência da Corte	-	05/09/1984	10/12/1998	21/08/1990	19/04/1985
Convenção Interamericana para Prevenir ou Punir a Tortura (1985)	Assinatura	10/02/1986	24/01/1986	24/01/1987	12/09/1985
	Ratificação	18/11/1988	09/06/1989	15/09/1988	25/06/1991
	Depósito	31/03/1989	20/07/1989	30/09/1988	26/08/1991
Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (1994)	Assinatura	10/06/1994	10/06/1994	10/06/1994	30/06/1994
	Ratificação	31/10/1995	-	20/04/1996	06/07/1998
	Depósito	28/02/1996	-	02/06/1996	19/01/1999

Fonte: Organização dos Estados Americanos

É claro que esses casos possuem diversas diferenças entre si, como apontado anteriormente, mas as suas potencialidades comparativas permitem perceber padrões nas políticas repressivas adotadas, principalmente ao analisar o aparato da Operação Condor e as origens dos golpes, além da troca de táticas de perseguição, tortura e desaparecimento. Cada país também lidou com a sua redemocratização de uma forma distinta, dos quatro países apresentados o único que não teve uma transição pactuada foi a Argentina, por conta da inabilidade política da Junta Militar frente ao descrédito causado dentre outros fatores, pela derrota na Guerra das Malvinas (1982). Entretanto, essa diferença inicial foi absolvida pelas leis do Ponto Final (1986) e de Obediência Devida (1987)⁶.

Assim, verifica-se uma possibilidade analítica ímpar por permitir criar relações entre os diferentes contextos de forma a prover um novo entendimento particularizado para o caso sul-americano. Percebendo, dessa forma, que análises gerais podem ser particularizadas para casos específicos.

⁵ Está sendo feito pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos da Universidade Federal de Uberlândia (NUPEDH-UFU), desde 2020, um levantamento sobre todos os julgamentos e suas respectivas sentenças dos casos relacionados às ditaduras latino-americanas.

⁶ De acordo com Huntington e a sua nomenclatura proposta, a Argentina vivenciou uma substituição de poder, uma vez em que não houve a cooperação dos que detinham o poder (ditadura) com o novo regime democrático que estava sendo instaurado. Assim, para o autor “a democratização resulta de um ganho de força da oposição e uma perda de força do governo, até que este entre em colapso, ou seja, derrubado.” (HUNTINGTON, 1996, p. 144). No caso argentino, esse processo ocorreu por conta da perda da legitimidade política da Junta Militar com a derrota no conflito pelas Malvinas, conflito esse iniciado dentro de um ufanismo nacionalista depreendido no início dos anos 1980, e, dessa forma, o governo foi destituído do seu poder de barganha e de apoio dentre as elites.

Considerações finais

Esses exemplos são muito importantes por evidenciar que a temática permeia o tempo na medida em que há o interesse pela busca da verdade e da memória, ainda que sejam alvo constante de batalhas políticas e ressignificações, principalmente com a constante onda negacionista que tem assolado o continente.

Nos últimos anos, o panorama político e social dos países do Cone Sul tem estimulado diversos debates sobre leis de anistia, acessibilidade dos arquivos repressivos, formação de comissões de verdade e política transicional, o papel das testemunhas, a herança traumática, as formas de reparação, bem como os avanços e recuos do Poder Judiciário diante dos crimes do terrorismo de Estado (PADRÓS; SILVA, 2018).

Ao estabelecer uma relação entre a ditadura, a violência política que se manifesta por meio do controle das Forças Armadas, do poder legislativo dos Estados e os Direitos Humanos entre as décadas de 1960 a 1980 na América do Sul, é preciso ponderar que a memória da crise das ditaduras militares e sua insistência deve levar em consideração alguns aspectos, como a necessidade de construir espaços em que a violência seja combatida e desestimulada.

Um dos aspectos mais importantes, dessa forma, é a relação entre História e Memória, uma vez que o historiador pode lidar com diferentes temporalidades e trajetórias em um mesmo trabalho, e, até mesmo, lugares. No entanto, o que o continente em menor ou maior escala tem vivenciado nos últimos anos é a negativa e, abrir e tornar público os arquivos do período repressivo e além disso, conforme formulado por De Stutz e Almeida (2021) e por Pastro, Rosa e De Stutz e Almeida (2021), o Brasil tem vivenciado uma Justiça de Transição reversa, em que não só as políticas e direitos alcançados pela Transição estão sendo desfeitos como está havendo um completo desmonte das possibilidades reparativas para o futuro. Resta verificar como estão esses processos nos demais países e perceber que a transição não é um momento que se encerra em si mesmo e é preciso haver sempre a vigilância e o pensamento em conjunto de problemas que atingem toda uma conjuntura política e social.

Por fim, esse trabalho abordou as vantagens que o método histórico-comparativo pode apresentar para compreender os fenômenos das ditaduras civis-militares no Cone Sul e seus posteriores processos de redemocratização. Partindo de uma análise teórica sobre a Justiça de Transição e da própria metodologia defendida e apresentando possibilidades de análise baseados em trabalhos que já foram feitos e outros que ainda tem potencial exploratório.

Referências Bibliográficas

- ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a Democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- AINLEY K. Transitional Justice in Cambodia. In: **Transitional justice in the Asia-Pacific**. Nov 11:125. 2013.
- ARGENTINA; CONADEP (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas). **Nunca Mas: Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1984.
- AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O golpe de 64 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997, p. 103- 122.
- BENDIX, R. Concepts and generalizations in comparative sociological studies. pp. 532-539. In: **American Sociological Review**. Vol. 28, n. 4. 1963.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório** / Comissão Nacional da Verdade. - Brasília: CNV, 2014.
- CARNEIRO, Wellington P. **Crimes contra a humanidade – entre História e o Direito nas Relações Internacionais: do holocausto aos nossos dias**. Tese de Doutorado. Brasília: IREL-UnB. 2012.
- CHILE. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación**. Andros Impresores, 1996.
- CHILE. **Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura**. La Nación S.A. 2003.
- COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DE STUTZ E ALMEIDA, Eneá (org.) **Justiça de Transição e Democracia**. Salvador, BA: Soffia 10 Assessoria Socioculturais e Educacionais, 2021.
- DE STUTZ E ALMEIDA, Eneá (org.) **Justiça de Transição no Brasil – apontamentos**. Curitiba: CRV, 2017.
- DE STUTZ E ALMEIDA, Eneá; TORELLY, Marcelo D. **Justiça de Transição, Estado de Direito e Democracia Constitucional**. 2010.
- DODIER, N. RAGIN, C. C. & BECKER, H. S. **What is a case? Exploring the Foundations of Social Inquiry**. Cambridge University Press. 2009.
- FICO, Carlos. O Golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: _____ (orgs.) [et al.] **Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- GESTEIRA, L.A.M.G. **A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul.** Scientia Plena vol. 10, nº 12, 2014.
- HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda – a democratização no final do século XX.** São Paulo: Editora Ática, 1996. (1991).
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.
- INGLEHART, R. WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano.** São Paulo: Francis. 2009.
- MAHONEY, James et al. **Comparative historical analysis in the social sciences.** New York, Cambridge University Press, 2003.
- MAHONEY, James, Erin Kimball, and Kendra L. Koivu. **The Logic of Historical Explanation in the Social Sciences Comparative Political Studies.** 2009, 42: 114.
- MÉNDEZ, Juan E. Responsabilização por abusos do passado. In: REÁTEGUI, Félix (org). **Justiça de Transição: manual para a América Latina.** Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.
- MOORE JR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia - senhores e camponeses na construção do mundo moderno.** Lisboa: Edições Cosmos; Santos, SP: Livraria Martins Fontes. 1979.
- MORLINO, Leonardo. **Comparison: a methodological introduction for the social sciences.** Opladen, Alemanha: Verlag Barbara Budrich, 2018.
- KORNBLUH, Peter. **The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability.** New York: New Press, 2003.
- PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... TERROR DE ESTADO E SEGURANÇA NACIONAL Uruguai (1968-1985): do Pacheco à Ditadura Civil-Militar.** Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. 2005.
- PADRÓS; Enrique; SILVA, Carla Luciana Souza da. **ST03: Ditaduras de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado no Cone Sul: Democracias, Liberdades e Revoluções em xeque.** XIX Encontro Estadual de História ANPUH-RS / Democracia, Liberdades e Utopias, 2018.
- PALHARES, Carolina de Castro. **Relações entre Imperialismo estadunidense e luta armada na Ditadura Civil-Militar brasileira: o caso da Ação Libertadora Nacional.** Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado. 2020.
- PASTRO, Tamara C. C. **Comparação entre elementos de Justiça de Transição no Brasil e no Chile e a atuação das Comissões da Verdade como instrumentos para a Democracia (1961-2019).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais, 2020.
- PASTRO, Tamara C. C. ROSA, Lahis. DE STUTZ E ALMEIDA. A revisão do conceito de reparação como forma de Justiça de Transição Reversa. In: **Revista da Faculdade Mineira de Direito - PUC MINAS.** V. 24, n. 48, 2021, p. 257-270.
- PRZEWORSKI, A. TEUNE, H. **The logic of comparative social inquiry.** New York: John Wiley & Sons. 1970.

- QUADRAT, Samantha. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS. v. XXVIII, n.1, p. 167-182, junho 2002.
- QUINALHA, Renan. **Justiça de transição**: contornos do conceito. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.
- RAGIN, Charles. **The Comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies**. Berkeley, UoC. 2014.
- REÁTEGUI, Félix. (org.) **Justiça de Transição**: um manual para América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.
- ROSENMAN, Marcos Roitman. **Tiempos de oscuridad**: historia de los golpes de Estado em America Latina. Madrid, Espanha: Ediciones Akal, S.A. 2013.
- SARTORI, G. Concept misformation in comparative politics. **The American Political Science Review**, v. 64, n. 4, pp. 1033-1070. 1970.
- SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. (1998) O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87.
- SILVA, Alexandre. **Democracia e Justiça de Transição - memória e resistência política no Brasil**. Uberlândia-MG: EDUFU. 2015.
- SKOCPOL, T. **States and Social Revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China**. Cambridge: Cambridge University Press. 1979.
- TEITEL, Ruti G. Transitional justice genealogy. **Harv. Hum. Rts. J.**, v. 16, p. 69, 2003.
- TEITEL, Ruti G. **Transitional Justice**. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press. 2002.
- TILLY, C. **Big structures, large processes, huge comparisons**. New York: Russel Sage. 1984.
- TORELLY, Marcelo. **Justiça transicional e estado constitucional de direito: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Fórum. 2012.
- URUGUAY. **Informe Final de la Comisión para la Paz**. 2003
- ZUCKERMAN, A. S. **Comparative Politics: rationality, culture and structure**. Second edition. Cambridge, Cambridge University Press. 2009.

Anticomunismo, antissemitismo e atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar

Anti-communism, anti-Semitism and far-right attacks at the opening of the civil-military dictatorship

José Airton de Farias,¹ IFCE

Resumo

O anticomunismo foi, sobretudo, nas décadas iniciais do século XX, vinculado ao antissemitismo. Para diversos grupos conservadores, o povo israelita integrava uma conspiração internacional visando à expansão do comunismo. No processo de abertura da ditadura civil-militar brasileira, a partir do final da década de 1970, indivíduos e grupos de extrema-direita praticaram diversos atentados terroristas, acreditando que as mobilizações em favor da democracia teriam embutido um projeto comunista de inserção social e tomada do poder. Os extremistas chegaram a atacar e ameaçar judeus e entidades israelitas, tendo-se em contar o apoio que parte da comunidade judaica manifestou à democratização do País. Em paralelo, realizaram proselitismo a favor do nazismo, por meio de pichações, panfletos e até com a organizações de grupos políticos.

Palavras-chaves: Abertura da ditadura civil-militar; Atentados de extrema-direita; Anticomunismo e antissemitismo.

Abstract

Anti-communism was, above all, in the early decades of the 20th century, linked to anti-Semitism. For several conservative groups, the Israeli people were part of an international conspiracy aimed at the expansion of communism. In the process of opening the Brazilian civil-military dictatorship, from the end of the 1970s, individuals and groups of the extreme right carried out several terrorist attacks, believing that the mobilizations in favor of democracy would have included a communist project of social insertion and power takeover. The extremists even attacked and threatened Jews and Israeli entities, taking into account the support that part of the Jewish community expressed for the democratization of the country. In parallel, they carried out proselytizing in favor of Nazism, through graffiti, pamphlets and even with organizations of political groups.

Keywords: Opening of the civil-military dictatorship. Far-right attacks. Anti-communism and anti-Semitism.

Em meio à crise política vivida pelo Brasil na década passada, não passaram despercebidas as diversas e veemente manifestações anticomunistas. Frases como “nossa bandeira jamais será vermelha” e “vá para a Cuba” eram comumente vistas, por exemplo, nas passeatas daqueles que defendiam o afastamento de Dilma Rousseff da presidência, em 2016. Foi em nome da defesa da Pátria e da religião e do combate ao comunismo que Jair Bolsonaro

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Correio eletrônico: airtondefarias@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3066-7194>.

venceria as eleições de 2018, propugnando uma “guerra cultural” contra o que entendia ser a “inserção e doutrinação marxistas” na sociedade, em particular, na área da educação. Na esteira do anticomunismo, surgiram movimentos buscando censurar professores e a produção do conhecimento (FARIAS; OLIVEIRA, 2020, p. 6). Não deixa ser sintomático essa difusão do anticomunismo no País décadas após o esfacelamento da União Soviética e colapso do socialismo real, sinal que o fenômeno guarda raízes mais profundas com a cultura política do Brasil.

O anticomunismo é aqui entendido como a oposição sistemática à ideologia comunista ou ao que é identificado como comunismo, um antagonismo que se adapta a distintas realidades e momentos históricos e se manifesta através de representações e práticas diversas (BONET, 2004, p. 34). Não está restrito a um grupo específico ou a um único órgão ou instituição política (RODEGHERO, 2002, p. 21; SILVA, 2013, p. 296; SILVA, 2000, p. 196), nem se trata de mera ação reativa a acontecimento pontuais da história, de ascensão das esquerdas, embora nestes momentos, fique mais explícito. O anticomunismo é uma forma de ver e agir no mundo e, especificamente, tratando-se do Brasil, um dos fenômenos centrais do processo político nacional (SPOHR, 2011, p. 10).

Há diferenças e divergências entre os próprios anticomunistas sobre como agir e se organizar para combater o “perigo vermelho”, embora, comumente, se unam ou se aproximem, em determinadas conjunturas, contra o inimigo comum. Neste artigo, tratamos de anticomunismo em referência a grupos e indivíduos extremistas que, em hipótese alguma, toleravam a convivência mínima com comunistas, tal a imagem negativa ou de perigo com a qual encaravam estes. O anticomunista extremista tratado nestas páginas não se resume à mera oposição aos comunistas. São indivíduos e grupos que apresentam posições e/ou desenvolvem ações que implicam no impedimento da manifestação do pensamento do adversário e, por vezes, na agressão e extermínio (MOTTA, 2002, p. 78).

O anticomunismo já se fazia presente em terras brasileiras no período imediatamente posterior à Revolução Russa de 1917 e na década de 1920. Foi nos anos 1930, com o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), capitaneado por Luiz Carlos Prestes, e, sobretudo, com a denominada “Intentona”/Levante Comunista, de 1935, que o quadro se alterou. Daí em diante o comunismo cada vez mais passou a ser visto como um perigoso inimigo, externo e interno, a ser observado pelas autoridades e cidadãos, e seu combate começou a ter papel de relevo na história política do Brasil. O medo crescente do comunismo implicou no alargamento do anticomunismo (MOTTA, 2002, p. 28).

A “Intentona”/Levante de 1935 deu base para todo um imaginário anticomunista no Brasil, especialmente entre os militares, que a conceberam como um ato covarde, de traição à Pátria e de quebra da hierarquia. Estruturou-se, então, um conjunto de representações acerca do comunismo que, reproduzidas ao longo das décadas, orientou discursos e práticas do Estado, de organizações e de indivíduos. Esses momentos de maior anticomunismo, por vezes estendido como antiesquerdismo, variou ao longo do tempo. Em certos períodos, foi bem residual e fraco; em outros, conforme as conjunturas históricas, radicalizou-se. Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 179) destaca alguns períodos. Entre 1935-37, na Era Vargas, como mencionamos acima; entre 1946-47, quando do início da Guerra Fria e que, no caso do Brasil, levou o PCB a ser posto na clandestinidade; no começo dos anos 1960, quando da crise que levaria ao golpe que depôs João Goulart, acusado por muitos de ser “comunista” ou de permitir a atuação livre dos comunistas no País.

Como de se esperar, os discursos e as práticas anticomunistas foram intensos durante a ditadura civil-militar (1964-85). A ameaça do “perigo vermelho” foi reforçada pelos governos militares junto à população, especialmente quando das mobilizações estudantis e luta armada das esquerdas no final dos anos 60 e começo dos 70. O discurso de um risco iminente da “subversão”, entendida como terrorista e comunista, incitava o medo na coletividade e endossava apoios ao governo, criando as justificativas e legitimando a repressão aos opositores. Como mostra a historiadora Janaina Cordeiro (2015, p. 23), o combate às esquerdas angariou simpatias de parte da sociedade ao governo ditatorial, especialmente de grupos conservadores e liberais. O governo ditatorial se colocava como “guardião da ordem no embate ao monstro comunista e seus valores perversos e pervertidos”.

Defendemos que as representações anticomunistas devem ser consideradas para melhor entender as motivações que levaram, no final dos anos 1970 e começo da década seguinte, elementos de extrema-direita a realizarem vários atentados terroristas. Para tais elementos, o processo de distensão/abertura do regime ditatorial-militar abria espaço para os planos comunistas de infiltração na sociedade e tomada do poder (FARIAS, 2021, p. 156).

Uma das particularidades das representações anticomunistas, sobretudo, na primeira metade do século XX, especificamente nas décadas de 1920-1930, foi a da associação entre anticomunismo e antisemitismo. Acreditava-se em uma suposta conspiração mundial judaica visando à implantação de regimes comunistas. Essa interseção antisemitismo-anticomunismo, difundida, especialmente, em círculos fascistas, nazistas e católicos, teve inserção considerável na sociedade. Os judeus seriam agentes do comunismo internacional, agindo secretamente na intenção de destruir a ordem e os valores pátrios e cristãos. O

historiador Rodrigo Patto Sá (1998, p. 94) diz que, embora no século XIX grupos conservadores apontassem os judeus com instigadores de revoltas, foi no século XX, notadamente, com a Revolução Russa de 1917 e o quadro social e político caótico do pós-I Guerra na Europa, que se consubstanciou o discurso ligando comunismo e judaísmo. Tão grave e complexa a crise dos anos 1920 e 1930 que, para muitas pessoas, se tornavam atraentes e perfeitamente possíveis as teorias conspiratórias, então em voga, sobre alguma força terrível ou indivíduos, ocultos e bem articulados, serem os causadores daquela dramática situação, responsáveis por tanto sofrimento e desespero nas sociedades (MOTTA, 1998, p. 98).

A Revolução Russa, dessa forma, integraria o plano dos conspiradores judeus em dominar o mundo. Os círculos conservadores buscavam fundamentar a acusação e a necessidade do combate, sem tréguas, ao inimigo judeu-bolchevista, no fato de existirem vários militantes e lideranças judias comunistas e na origem israelita de Marx e de líderes soviéticos, como Trotsky, ou seja, superdimensionavam e distorciam o real para fundamentar a ideia do complô mundial. Chegaram ao extremo de dizer que Lênin e Stálin eram judeus (MOTTA, 2002, p. 58).

A ascensão de movimentos e regimes nazi-fascistas endossou ainda mais o antissemitismo, de uma maneira jamais conhecida. Os nazistas, especialmente, aproximavam judeus e comunistas, transformando-os em grandes vilões e promotores do caos e destruição (LUZ, 2006, p. 98). O comunismo seria mais um embuste dos judeus em seu eterno esforço de domínio do mundo (MOTTA, 1998, p. 98). Para endossar ainda mais a ligação judaísmo-comunismo, grupos direitistas apontavam como muitos judeus estavam se engajando na luta antifascista, a exemplo do que se dera na Guerra Civil Espanhola (1936-39), quando vários israelitas lutaram ao lado dos republicanos (MOTTA, 1998, p. 104). Ou seja, afora o tradicional estereótipo do judeu plutocrata, dono de enormes riquezas e que dominava e influenciava o sistema financeiro capitalista, os governos, a imprensa, etc., havia o judeu comunista, parte de um complô articulado internacionalmente, com fins de dominar o mundo e implantar regimes marxistas (LUZ, 2006, p. 118).

A convergência entre antissemitismo e anticomunismo expressava a insegurança, a angústia e a resistência de vastos setores sociais ante as transformações mundiais em curso no final do XIX e começo do século XX – urbanização, industrialização, surgimento e fortalecimento de novos grupos sociais, reformas liberais e democratizantes, alterações no comportamento, etc. As mudanças eram encaradas de forma negativas e vistas como sinal de decadência e degeneração da civilização, cuja materialização se evidenciaria nos problemas

concretos surgidos. Ganhavam corpo, no interior da sociedade, pensamentos dualistas, maniqueístas, sobre a realidade, em que haveria forças maléficas em ação no desejo de destruir o bem, propagar o mal e conquistar o mundo. Daí os espaços para as crenças em teorias conspiratórias acerca de grupos sinistros, de atividades clandestinas (“mãos ocultas”), planejando e provocando a destruição dos “bons valores”, criação do “reino do mal” e “subjugação da humanidade” (MOTTA, 1998, p. 96). Essa demonização do outro, ao longo da história, pode ser percebida em relação a jesuítas, a maçons, a judeus e aos comunistas, de cujas ações maléficas as pessoas não passariam de meras e inocentes vítimas. Se, porém, havia o mal, era imprescindível haver forças do “bem”, sendo, pois justificáveis todas as ações – inclusive, violentas e repressivas – para derrotar a ameaça.

Nesse sentido, os judeus atraíam ódio, pois pareciam representar perfeitamente a modernidade e suas tendências revolucionárias. Embora houvesse, como em quaisquer outros grupos sociais ou religiosos, muitos judeus conservadores, existiam, por outro lado, vários deles que se posicionavam pelas mudanças, viam com bons olhos as propostas de liberdade e igualdade, tendo-se em conta a condição de marginalizados da sociedade em que viviam (MOTTA, 1998, p. 104). Ou seja, a partir de alguns dados da realidade, o antissemitismo foi se extremado, generalizando-se a visão do judeu como um sujeito que afrontava a ordem. Some-se a isso a tradicional indisposição religiosa cristã contra os judeus, oriunda da Idade Média, o crescimento do chamado antissemitismo moderno racialista (ficado em razões “científicas e raciais”) e a concepção de que seriam “apátridas” e “internacionalistas”, uma ameaça, pois, à ideia de nação e unidade nacional defendida por conservadores (MOTTA, 2002, p. 59).

No Brasil dos anos 1930, encontramos indivíduos, especialmente, da Ação Integralista Brasileira (AIB), com posições antissemitas extremadas, embora, ressalte-se, a questão não fosse unanimidade dentro do movimento à época e houvesse, posteriormente, um esforço hercúleo dos remanescentes integralistas em negar tal aspecto (CALDEIRA NETO, 2014, p. 130). Um dos mais famosos antissemitas da AIB e admirador de Hitler, foi um cearense, o escritor, advogado e ex-deputado Gustavo Barroso, destacado doutrinador do movimento e que, em suas argumentações, buscou constantemente associar comunismo e judaísmo (CALDEIRA NETO, 2014, p. 137 e seguintes). Em 1935, como alguns judeus participaram da Revolta Comunista (“Intentona Comunista”), os laços entre antissemitismo e anticomunismo sensibilizaram vários grupos sociais brasileiros, com dezenas de judeus comunistas sendo presos nos dias seguintes à revolta. Em 1937, o pretexto usado por Vargas para implantar a ditadura do Estado Novo foi o fantasioso Plano Cohen, em referência a um

comunista judeu que pretendia criar o caos no País e cujas características expressavam perfeitamente as teorias conspiratórias (um plano secreto, um pequeno grupo em ação, traição, violência exacerbada, assassinatos, lutas sociais para desestabilizar a sociedade, etc.) (MOTTA, 2002, p. 58-60). Na História do PCB, vários de seus mais destacados militantes e dirigentes apresentavam origem judia, a exemplo de Leôncio Basbaum, Jacob Gorender, Maurício Grabois e Salomão Malina, o que servia também para endossar o estereótipo do judeu-comunista por parte de grupos conservadores (MOTTA, 1998, p. 104).

Na segunda metade do século XX, o antissemitismo diminuiu, em particular, como decorrência das revelações acerca das atrocidades feitas pelos nazistas na Europa nos anos 1930 e 1940. O antissemitismo foi desmoralizado e sua imagem ficou associada a Hitler, ao nazismo e ao Holocausto (MOTTA, 2002, p. 61). Não obstante, algumas manifestações explorando supostos vínculos entre judeus e comunistas persistiram. Os laços residuais entre antissemitismo e anticomunismo podem ser percebidos no processo de distensão/abertura da ditadura civil-militar brasileira.

Ligações perigosas

O contexto de flexibilização da ditadura foi marcado não apenas pela rearticulação dos movimentos populares e setores de esquerda, mas, também, pela organização e manifestação de grupos e sujeitos conservadores e de extrema-direita. A revista *Veja*, em reportagem na edição de 3 de abril de 1980, abordou o aparecimento de vários grupos de extrema-direita na esteira do inconformismo com a abertura. Seriam grupos pequenos, com poucos membros, alguns aparentemente dedicados apenas aos estudos e produção literária, segundo a revista. Foram citados: a Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ), Centelha Nativista, Cruzada da Renovação Nacional, Comando de Caça aos Comunistas, Opção Nacionalista Democrática (OND) e Organização Nacional Estudantil². Os historiadores Odilon Caldeira e Leandro Pereira Gonçalves afirmam que, em 1979, buscou-se, sem sucesso, refundar a AIB (Ação Integralista Brasileira), baseando-se na organização congênere dos anos 30, de inspiração fascista, antidemocrática e fortemente anticomunista, cujo líder mais expressivo, Plínio Salgado, falecera em 1975 (GONÇALVES, CALDEIRA NETO, 2020, p. 123). No ano de 1980, integralistas organizaram a Associação Brasileira de Cultura (ABC), em São Paulo, e, no ano seguinte, a Casa Plínio Salgado (GONÇALVES, CALDEIRA

² *Veja*, 03/04/1980.

NETO, 2020, p. 124 e 128). Importa ressaltar que nem todo grupo anticomunista e/ou antissemita se envolveu em ataques terroristas no período final da ditadura.

Em um momento de mobilização da extrema-direita como aquele, não seria surpreendente que setores antijudaicos também se expressassem, buscando espaços políticos, a difusão de suas ideias e explorando as representações acerca de uma ameaça comunista advinda com a flexibilização da ditadura, vinculando-a ao antissemitismo. Novamente, elementos do real eram exagerados e deturpados para dar sustentabilidade às acusações de ligações entre judaísmo e comunismo.

Um dos episódios marcantes, fosse para a articulação das oposições, fosse para as disputas intramilitares (entre militares “moderados e duros”), foi o da morte, em 1975, sob tortura, de Wladimir Herzog, jornalista e judeu ligado ao PCB. Embora a morte de Herzog não tenha ocorrido pelo fato dele ser judeu, a sua origem israelita acabou sendo usada por agentes da repressão para desqualificá-lo e minimizar o crime ocorrido³. Essa intenção de atacar a imagem de Herzog (e dos comunistas) pode ser percebida por ocasião do atentado à bomba contra o jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, em março de 1981, quando foi pichada, numa das paredes da redação, a expressão “Comando Herzog”, buscando-se fazer acreditar que o ataque havia sido promovido por uma organização de esquerda, o que não foi levado a sério por diversos setores da sociedade⁴.

A morte do jornalista mobilizou parte da comunidade judia, que não aceitou a versão oficial do suicídio e promoveu protestos. O rabino Henry Sobel determinou que o corpo fosse enterrado dentro do cemitério, e não às margens, onde se enterravam os suicidas, conforme a tradição israelita. Mesmo intimidado pelo Exército, por ser estrangeiro, Sobel participou, ao lado do arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, e do pastor presbiteriano, Jaime Wright, do ato ecumênico realizado na Igreja da Sé, a 31 de outubro de 1975⁵. Da oposição e resistência à ditadura, inclusive, armada, participaram muitos judeus, em geral, secularizados, ou seja, que não seguiam rigidamente a religião e haviam se integrado à cultura da sociedade local⁶. A diversidade de posicionamentos da comunidade judaica acerca da ditadura pode ser ilustrada pela controvérsia acerca da exumação do cadáver de Iara Iavelberg, militante judia de esquerda e companheira de Carlos Lamarca, morta em Salvador, em 1971. Por anos, imperou a versão de que Iara cometera suicídio ante um cerco de agentes da ditadura. Nos

³ Resistência de judeus à ditadura é tema de debate. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos.

⁴ *Tribuna da Imprensa*, 06/04/1981.

⁵ Resistência de judeus à ditadura é tema de debate. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos.

⁶ Judeus que resistiram à ditadura eram secularizados. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos.

anos 1990, constatou-se que havia sido morta a tiros. Em 2003, os restos mortais da Iara foram exumados para realização de nova autópsia. Mesmo com articulações do rabino Henry Sobel, a entidade judia que administrava o Cemitério Israelita do Butatã, no Rio de Janeiro, se opôs intransigentemente. A família de Iara teve de recorrer à Justiça e, apenas em 2006, garantiu um novo enterro para Iara, conforme os ritos judaicos (EMILIANO, MIRANDA, 2015, p. 203).

Encontramos, nos documentos, referências a um grupo que abertamente remetia ao ideário de Adolf Hitler, o Movimento de Renovação Nazista (MRN). Em 1979, o MRN fez ameaças de mortes, por meio de ligações telefônicas, a vários intelectuais, artistas e políticos de São Paulo. Os ameaçados eram ligados à defesa do processo de liberalização do regime, dentre eles, muitas pessoas de esquerda e judeus. Em um caso, envolvendo judeus, o grupo não ficou só nas ameaças. Lourdes Cedran, diretora do Paço das Artes e esposa do físico Mário Schenberg,⁷ teve a residência invadida e acabou espancada por dois jovens. Os agressores diziam que estavam atrás dos “papeis do velho”. Antes de irem embora, afirmaram que o próximo a ser atacado seria o artista Mário Gruber – que, dias depois, passou a receber telefonemas anônimos com intimidações. Mário Schenberg, cientista de prestígio e um dos fundadores da Associação dos Docentes da USP, havia se manifestado publicamente, com duras críticas, ao acordo nuclear assinado pelo governo brasileiro com a Alemanha em 1975, o que pode ter sido visto, pelos integrantes do MRN, como um posicionamento contrário aos “interesses nacionais” a partir de um judeu.⁸

Em outubro de 1979, o grupo enviou uma carta ao arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, assumindo a autoria do atentado à casa de Schenberg e passando uma lista de 33 nomes de pessoas visadas. Na missiva, os integrantes do MRN, autoproclamados “filhos de Hitler”, se diziam a favor do acordo nuclear Brasil-Alemanha, pois “este é um caminho para que a raça ariana volte a ter seu verdadeiro papel, sobretudo, militarmente”, e atacavam os judeus, “que com seus impérios, cada vez mais tomam conta do mundo, levando-o à degeneração”. O texto ainda defendia o tradicionalismo, ao criticar o movimento feminista “que estimula a mulher a desobedecer o (sic) homem e a ter ideias próprias” e a arte “corrupta, erótica e imoral”.⁹ Os ameaçados, entre as quais o físico José Goldemberg, o empresário Ermírio de Moraes, o dirigente do PCdoB Diógenes Arruda Câmara e o deputado do MDB Alberto Goldman, denunciaram o sucedido à Comissão de Justiça e Paz de São

⁷ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/mario-schenberg>.

⁸ Jornal da Tarde 20/10/1979; Jornal do Brasil, 23/10/1979, 24/10/1979, 11/04/1980.

⁹ Jornal do Brasil, 24/10/1979.

Paulo, cujo presidente José Carlos Dias, em declaração à imprensa, não descartou a presença no MRN de agente da repressão contrários ao processo de democratização¹⁰.

Embora pudesse haver contatos entre os autoproclamados nazistas, não descartamos que a apologia dos “filhos de Hitler” em uma área acabasse influenciando extremistas de direita em outros locais do Brasil. Obtivemos uma outra referência direta ao MRN no jornal *O Povo*, de Fortaleza, de 8 agosto de 1980, em meio à série de ameaças e atentados a bancas que sacudiam o País. O periódico recebeu carta intimidatória, em que o MRN exaltava as ações da Falange Pátria Nova, grupo responsável, então, por vários ataques terroristas Brasil afora. O Movimento de Renovação Nazista brandava, no texto, “Abaixo a imprensa soviética”, dando a entender que *O Povo* seria um jornal comunista e, como que reagindo às críticas contrárias à onda terrorista, buscava lembrar da repressão nos países da Cortina de Ferro, pedindo que “soltem os presos políticos na União Soviética”. No final do comunicado, os terroristas colocaram uma suástica, do lado esquerdo, e à direita, as letras MRN.¹¹

O mesmo jornal, na edição de 30 de novembro de 1980, trouxe foto sobre uma pichação ocorrida em umas das principais avenidas de Fortaleza (Heráclito Graça), “Viva Hitler”, manifestando surpresa por existirem admiradores do ditador nazista na capital cearense e questionando se por trás das inscrições não estariam os responsáveis pelos atentados terroristas de extrema-direita.¹² As pichações continuariam nos meses seguintes em vários locais de Fortaleza. No início de janeiro de 1981, a imprensa informou que vários muros de casas do bairro da Aldeota e da Avenida 13 de Maio vinham sendo pichados com suásticas e frase de exaltação ao líder nazista, a exemplo de “Estamos com Hitler” e “Viva Hitler”. Até o muro da residência do secretário de cultura do Ceará, o escritor Manuelito Eduardo Campos, homem de ligações com as estruturas de poder local, foi pichada com frases alusivas ao ditador alemão.¹³ A questão das pichações em Fortaleza, inclusive, as realizadas por grupos de esquerda, voltou a ser tema de matéria em *O Povo* de abril de 1981. No centro da cidade, conforme o periódico, podiam ser encontradas várias inscrições da suástica e frases com “vivas a Hitler”.¹⁴

¹⁰ *Jornal O Rio Grande*, de 31 de outubro de 1979, anexado ao Relatório de Informação do SNI, Agência Porto Alegre, nº 039/116/APA;79, Atividades de organizações de direita, de 8 de novembro de 1979. Arquivo Nacional.

¹¹ *O Povo*, 08/08/1980.

¹² *O Povo*, 30/11/1980.

¹³ *Diário de Natal*, 08/01/1981.

¹⁴ *O Povo*, 10/04/1981.

Em São Paulo, dias antes de ser incendiada, uma banca no bairro de Tremembé, zona norte da cidade, fora pichada com a suástica e a frase “a próxima será esta”.¹⁵ No Rio Grande do Sul, a imprensa, em outubro de 1979, citou a distribuição de panfletos de caráter racista, em que se condenava a miscigenação entre brancos, negros e indígenas (“o desenvolvimento separado é a melhor forma de viver”) e elogiava a Ku Klux Klan (“exemplo cristão de defesa comunitária”). Um desses panfletos, intitulado “Folha do IBOP” (a sigla não é explicada), apresentava, no verso, desenho de figura feminina, com uma boina, onde se via um distintivo que lembrava a cruz gamada, e texto dizendo: “...devemos importar bons exemplos, não interessa de onde: a Klan é um exemplo para a sociedade brasileira, onde as pessoas de raça branca são as vítimas da violência do dia a dia”.¹⁶ Os folhetos estavam sendo distribuídos de porta em porta, em Porto Alegre, por jovens, que explicavam o objetivo da campanha e pediam contribuição em dinheiro para continuar editando o boletim.

No Rio grande do Sul, parecia existia um forte núcleo de atuação de extrema-direita, em especial do Comando de Caça aos Comunistas. O jornal do Brasil informou que em julho e agosto de 1980, pelo menos 50 pessoas, entre advogados, jornalistas, religiosos e políticos gaúchos, principalmente das cidades de Santo Ângelo, Cruz Alta e Passo Fundo, foram alvos de cartas com ameaças do CCC.¹⁷ Dos grupos de extrema-direita que mais se envolveram na onda terrorista por todo o País, foi do Comando de Caça aos Comunistas – ou de indivíduos que usavam a sigla – que obtivemos uma manifestação explicitamente associando antissemitismo e anticomunismo. Em outubro de 1976, o CCC mandara um panfleto, pelos correios, ao paranaense Bereck Krieger, onde se via a foto de um casal, com o homem ferido, e a seguinte ameaça: “CAMARADA BEREK: SAUDAÇÕES. Eis uma foto que prevê como será sua fuga e de tua (sic) mulher para a RÚSSIA, isto se deixarmos. JUDEU/COMUNISTA!”.¹⁸

Um dos outros grupos extremistas vinculado a ameaças e ataques contra alvos judaicos foi o Comando Delta, no Rio de Janeiro. A 3 de maio de 1981, dias após o atentado ao Riocentro, o diretor da Rádio Metropolitana, Guy Moraes Masset, recebeu ligação telefônica de alguém, dizendo-se pertencer àquele grupo terrorista, indagando se o mesmo era judeu. A

¹⁵ Ocorrido a 26 de setembro de 1980. O proprietário, Joaquim Campelo, já havia deixando de vender jornais da imprensa alternativa. *Jornal do Brasil*, 27/09/1980. “Atividades de organizações de direita”, Informação nº 197/116/ARJ/1979, da Agência do SNI do Rio de Janeiro, de 14 de novembro de 1979. Arquivo Nacional.

¹⁶ *Jornal O Rio Grande*, de 31 de outubro de 1979, anexado ao Relatório de Informação do SNI, Agência Porto Alegre, nº 039/116/APA;79, “Atividades de organizações de direita”, de 8 de novembro de 1979. Arquivo Nacional. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_79000769_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

¹⁷ *Jornal do Brasil*, 28/09/1980.

¹⁸ Informe SNI nº 0779/116/ACT/78, de 7 de agosto de 1978, sobre o Comando de Caça aos Comunistas.. Arquivo Nacional.

seguir, então, a pessoa exigiu que “fosse retirado do ar, imediatamente, qualquer programa judeu” e que “não (se) fizesse qualquer promoção do sionismo”. Os extremistas ameaçaram Masset e advertiram que poderiam destruir os transmissores da emissora.¹⁹ Não foi possível apurar, na pesquisa, se Masset, cuja rádio geralmente alugava espaços para terceiros na programação, cedeu à pressão.

A 29 de maio de 1981, em meio aos atentados e ameaças que persistiram após as bombas do Riocentro, a rádio Copacabana decidiu suspender as apresentações do programa “A voz israelita”. Elementos, dizendo-se integrantes do Comando Delta, ameaçaram explodir as torres de transmissão da rádio caso o programa não fosse retirado do ar.²⁰ Conforme noticiado pela imprensa, a emissora, situada em São Gonçalo-RJ, vinha recebendo ligações anônimas desde meados de maio, nas quais os extremistas alertavam que a rádio “não poderia ter mais programas de judeus, nem fazer qualquer promoção judia”.²¹ “A voz Israelita” era transmitida diariamente há 17 anos e seu redator-chefe, David Marcus, para tentar manter o programa no ar, ainda buscou fazer um seguro para as torres da rádio, o que foi recusado pelo Banerj, sob o argumento de que “não existia seguro contra terrorismo”.²² A direção da emissora chegara, antes, a suspender o programa por algumas semanas, para ver se as intimidações cessavam. Não obstante, assim que voltou a ser anunciado o retorno de “A voz israelita”, as ameaças telefônicas recomeçaram. Marcus, que era correspondente do jornal israelense *Maariv*, procurou ainda continuar com o programa em outra emissora, mas teve dificuldades, por medo dos proprietários das rádios. Segundo o *Jornal do Brasil*, emissoras de rádio de Porto Alegre-RS teriam também tentado mudar o horário de transmissão de um programa da comunidade israelita local, no contexto das intimidações anti-israelitas.²³

Ainda em 1981, poucos dias após o atentado ao Riocentro, um simulacro de bomba foi encontrado na caixa de gás da Sinagoga de Copacabana, no Rio de Janeiro. Uma ligação telefônica anônima, feita na madrugada do dia 6 de maio, para o vigia da sinagoga, Sebastião Francisco Vaz, alertou sobre a existência de um petardo programado para explodir pela manhã. O responsável pela sinagoga, Bureck Abramowich, entrou logo em contato com a polícia, que encontrou um cartucho de 15cm amarrado com fita adesiva no local. Desmontado

¹⁹ Informe do SNI nº 051/116/ARJ/81, de 8 de junho de 1981. Arquivo Nacional.

²⁰ *Jornal do Brasil*, 30/05/1981.

²¹ *Jornal do Brasil*, 31/05/1981.

²² *Jornal do Brasil*, 30/05/1981.

²³ *Jornal do Brasil*, 31/05/1981.

o cartucho por peritos, não foi achado explosivo algum em seu interior. Nenhum grupo extremista assumiu a autoria do alarme falso²⁴.

As ameaças indignaram os judeus. O presidente da Confederação Israelita do Brasil, José Meiches, alertara que a onda terrorista da extrema-direita era uma ameaça a toda sociedade brasileira e que não se deveria ceder a chantagens. “A comunidade judaica se une a outras instituições que desejam a ordem interna, como a Igreja Católica, a OAB. Apoiamos a abertura do presidente Figueiredo. O Brasil todo recusa a esse tipo de terror e deseja, como nós, coibir esses fomentadores do terrorismo”, afirmou.²⁵

Pela fala de Meiches, fica claro o entendimento de que o antissemitismo se relacionava com o endosso, de parte da comunidade judaica e de suas lideranças, à flexibilização do regime, o que irritara setores de extrema-direita. Não deixa de chamar a atenção no episódio, porém, a concepção monolítica acerca dos israelitas por parte daqueles que promoviam as ameaças. Não foi feita uma ameaça diretamente a uma entidade representativa ou a alguém específico, como nos casos de atentados à OAB, Câmara Municipal, sindicalistas, etc. Tanto no caso da Rádio Metropolitana como da Rádio Copacabana, foram ameaçados os judeus como um todo. Não deveria haver programa radiofônico e nem deveria se ceder espaço para manifestações dos judeus enquanto grupo social, étnico, religioso, etc. Todos os judeus, assim, eram alvos das ameaças e dos óbices. Sequer considerava-se que poderiam existir (e existiam) judeus que apoiavam o regime. Ao se estabelecer sanções a toda a comunidade, os extremistas de direita endossavam e manifestavam a representação histórica do judeu estereotipado, ameaçador, questionador, subversivo, que se posicionava ao lado de entidades concebidas como comunistas, a exemplo da OAB, AIB, etc., na defesa da abertura do regime. Ainda que não se tenha chamado os judeus de comunistas, as ameaças renovavam os preconceitos sobre uma comunidade que era vista como potencialmente perigosa para a manutenção da ordem.

Bombas em escolas

Nos casos citados antes, vimos manifestações de ameaças realizadas por indivíduos que pertenciam ao CCC e Comando Delta – ou se aproveitavam das denominações, nas influências mútuas que entendemos existir entre os extremistas de direita. Houve, entretanto, casos de atentados a alvos judaicos sem que a autoria fosse assumida por qualquer grupo terrorista. Pode ser que, diante da associação entre antissemitismo e holocausto judeu, não

²⁴ Jornal do Brasil, 07/05/1981.

²⁵ Jornal do Brasil, 31/05/1981.

fosse interessante para os perpetradores assumir a autoria. Ou poderia ser o caso de indivíduos que agiam por conta própria, sem terem um grupo com denominação específica. De qualquer forma, o que importava era a “mensagem” transmitida, de intimidar os judeus e demais aliados “dos comunistas” defensores da abertura.

Uma das formas mais impactantes e assustadoras da ação terrorista, para o conjunto da sociedade, foi a das ameaças e ataques a escolas e creches. A exposição e sujeição crianças e jovens aos perigos de atentados, por razões óbvias, era um tema bastante sensível e caro para as pessoas. Não por acaso, o medo de alunos, professores, diretores e demais funcionários dos estabelecimentos atingidos ou ameaçados, afora, a intranquilidade de pais, parentes, etc. Casos assim provocavam indignação e faziam aumentar ainda mais as cobranças sobre as autoridades. As ameaças às escolas, portanto, contemplavam as pretensões dos terroristas por publicização, intimidavam a oposição, endossavam a sensação de medo na coletividade e desgastavam o governo Figueiredo. No intervalo entre o final de 1979 e o primeiro semestre de 1981, levantamos episódios de várias ligações telefônicas e de bombas estouradas em estabelecimento educacionais. Nestes casos, pelo que se observa na imprensa, mais que nos envolvendo outros alvos, foram constantes e insistentes os pronunciamentos das autoridades e responsáveis pelas escolas de que tudo não passava de “brincadeiras de mau gosto”, atos de “vândalos sem conotação política” ou “ações de vingança de ex-funcionários ou ex-alunos indisciplinados”. Era compreensível o discurso, na intenção de acalmar a população e evitar que a sociedade entrasse em pânico generalizado, afinal, não seria interessante ou lógico reconhecer que um campo tão importante, como o da educação, abarcando milhões de pessoas, era, sim, um dos alvos das bombas da extrema-direita.

Os ataques às escolas também podem ser pensados como uma forma de intimidação do movimento estudantil secundarista, que, igualmente, teve participação nas manifestações de oposição à ditadura, do final dos anos 1970 e começo dos 1980. Desse momento, datam a reorganização de grêmios em diversas escolas do País, muitas vezes a partir dos próprios Centros Cívicos capitaneados pela ditadura (SAMPAIO FILHO, 2020, p. 65), a promoção de eventos para discutir problemáticas dos secundaristas e a busca de estruturação de entidades estaduais e nacionais (reconstrução, por exemplo, do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará, em Fortaleza, e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em Curitiba, em 1981), etc. (SCHMITT, FIÚZA, 2012, p. 34; SAMPAIO FILHO, 2020, p. 78). Estas mobilizações estudantis, que não estavam isoladas das articulações dos universitários e dos esforços de reconstrução de entidades com a UNE, eram vistas pelos órgãos de repressão do regime como “proselitismo comunista no meio secundarista”, em uma evidência de como o

inimigo vermelho estaria se infiltrando na sociedade, conforme os planos silenciosos de tomada do poder (SAMPAIO FILHO, 2020, p. 81).

Não se descarta, assim, ao contrário do que era dito pelas autoridades, que muitos dos ataques a escolas no período tivessem conotação política, alvos da extrema-direita e de suas representações anticomunistas. Chama a atenção, entre os estabelecimentos de ensino atacados, as pertencentes à comunidade judaica. Entendemos que, especificamente, estes atentados não foram obra do acaso, ou seja, não foram atacadas apenas escolas que, por coincidência, eram judias, como estavam ocorrendo em outros pontos do País. Constata-se isso na medida em que as invasões e depredações foram acompanhadas de manifestações explicitamente antisemitas.

Entre os alvos de ameaças e ataques, levantamos o caso de uma creche da União Israelita Brasileira de Bem-estar Social (UNIBES), mantida pela comunidade judaica de São Paulo, no bairro do Bom Retiro. Em meio à “crista da onda” dos atentados da extrema-direita, no segundo semestre de 1980, a creche foi vandalizada por dois homens. Os invasores quebraram todos os móveis e brinquedos, destruíram as pastas das 130 crianças que ali passavam o dia em regime de semi-internato e picharam as paredes com ameaças, palavras chulas, termos antijudaicos (“Morte às crianças”, “Nazismo”, etc.), e suásticas. Nada foi roubado. Conforme a imprensa, perfurações de projeteis, de pistola automática, haviam sido achadas numa das paredes da creche dois meses antes, o que não fora comunicado à polícia, possivelmente para não alardear os pais.²⁶ Afora o medo provocado à comunidade e os prejuízos às crianças, com a paralização das atividades educacionais, os danos à creche foram estimados em Cr\$ 2 milhões de cruzeiros.²⁷

O ataque preocupou a coletividade israelita e teve reações distintas dos sujeitos históricos. Para aqueles afinados com o processo de flexibilização do regime, era uma agressão de fundo político. José Meiches, presidente da Confederação Israelita do Brasil foi incisivo: “É claro que o atentado contra a creche pode ser parte de um processo que se volta contra uma coisa que o Brasil deseja – a abertura política, a democratização”.²⁸ O rabino Henry Sobel, que compareceu ao local, considerou a invasão e a destruição da creche um lamentável incidente, que o entristecia e preocupava como brasileiro e judeu.²⁹ “Uma suástica nos muros de uma creche, seja ela judia ou não, é uma ameaça aos valores que nos são mais

²⁶ Ocorrido a 9 de agosto de 1980. Jornal do Brasil, 12/08/1980; Folha de São Paulo, 13/08/1980.

²⁷ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

²⁸ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

²⁹ Jornal do Brasil, 12/08/1980.

caros”, afirmou ainda.³⁰ A questão do ataque à creche foi alvo de manifestações no parlamento e de cobranças sobre o regime, que, então, deixava a apuração dos atentados para as polícias estaduais: “Se o governo [Figueiredo] não der um basta nos atentados políticos imediatamente, será responsabilizado por toda a sociedade pelas consequências que possam resultar”, declarou o vice-líder do PMDB na Câmara Federal, o deputado (e judeu) Alberto Goldmann.³¹

Como em muitas outras ocasiões, o discurso das autoridades foi o de minimizar o ocorrido, buscando afastar o espectro político e, assim, poupar a imagem do regime. O secretário de Segurança de São Paulo, Octávio Gonzaga Júnior, em declaração à imprensa, disse não acreditar que o atentado contra a creche israelita tivesse qualquer conotação política: “Só pode ter sido praticado por maníacos, esse ato de vandalismo”. Argumentou que, entre as crianças que estudavam na creche, apenas 20 apresentavam origem israelita e que, apesar das inscrições nazistas deixadas, não havia como caracterizar um “ato de terror político”. A suástica teria sido deixada apenas “para atrapalhar as investigações”.³² Prometeu para breves novidades do caso, que, porém, como tantos outros episódios da onda terrorista da extrema-direita, ficou impune também.

Houve setores da comunidade judaica que buscaram associar os atentados e as manifestações antissemitas no Brasil ao conflito, no Oriente Médio, entre o Estado de Israel e os palestinos. Foi o caso de Max Golgher, membro da Comissão de Direitos Humanos da Benal Brith, entidade internacional que cuidava da questão judaica. Golgher acusou a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) de estar financiando terroristas de direita e de esquerda no sentido de atacar os judeus, inclusive, treinando-os no Líbano.³³ Sem apontar provas ou evidências mais concretas, a declaração de Golgher parecia demonstrar o incômodo com a simpatia de setores das esquerdas com a causa palestina e a recente instalação de um escritório de representação da OLP em Brasília, autorizada pelo governo ditatorial em 1979.³⁴ A fala de Golgher não foi bem recebida e provocou indignação da comunidade árabe. Tal a repercussão negativa que a Confederação Israelita do Brasil, representante das entidades judaicas do País, e a Federação Israelita de São Paulo se apressaram em desautorizar a fala, afirmando que só se poderia fazer qualquer acusação após a investigação das autoridades.³⁵

³⁰ Jornal do Brasil, 12/08/1980.

³¹ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

³² Folha de São Paulo, 13/08/1980.

³³ Jornal do Brasil, 13/05/1980.

³⁴ Jornal do Brasil, 18/05/1979.

³⁵ Folha de São Paulo, 14/05/1980.

Uma outra escola infantil judaica atingida foi a Patinho Feio, em Porto Alegre-RS, atacada uma semana após o atentado contra a creche da UNIBES. Na madrugada de 17 de agosto de 1980, a escola, do jardim da infância, foi invadida, tendo suas instalações internas pichadas com suásticas e inscrições antissemitas. A Patinho Feio situava-se na Rua Ramiro Barcelos, em Bomfim, bairro que abrigava a comunidade judaica da capital gaúcha. Nada foi roubado na invasão. A direção da escola tentou a todo custo evitar que o sucedido viesse a público ou que fosse dada uma conotação política, “para não assustar as famílias”. Em declaração à imprensa, a diretora do Jardim da Infância, Luiza Rosa Machado, afirmou tudo não passou de obra de “adolescente viciados”, em esforço para minimizar o sucedido. Mesmo assim, a polícia abriu investigação e a imprensa divulgou o atentado.³⁶ Ainda em agosto, os jornais noticiaram que a polícia estava investigando ameaças contra escolas infantis de Curitiba, cujos nomes não seriam revelados “para não apavorar os pais e a comunidade”. Não obstante, a Tribuna da Imprensa informou que um dos estabelecimentos era a Escola Israelita da capital paranaense, sem apresentar maiores detalhes.³⁷

Conclusões

O anticomunismo foi um fenômeno dos mais importantes do processo político do Brasil ao longo do século XX. Em diversos momentos, a difusão da crença que haveria uma infiltração comunista visando à tomada do poder se fez presente nos embates políticos, dando fundamentação e justificativa para rupturas institucionais e medidas repressivas e autoritárias. Nas primeiras décadas do século as teorias conspiratórias associavam comunismo e judaísmo. Os judeus integrariam uma conspiração mundial para a instalação de regimes marxistas. As representações, especialmente de grupos de extrema-direita e católicos, distorciam a realidade para fundamentar suas crenças. A presença de vários judeus em movimentos de renovação ou mudanças da sociedade, especialmente no final do século XIX e começo do século XX, serviam para justificar a necessidade de combater ao “judeu comunista”, relevando-se, por outro lado, a heterogeneidade, de que havia vários integrantes do povo israelita com posturas conservadoras e a favor da ordem.

No Brasil, o engajamento de algumas lideranças e organizações judias em favor do processo de flexibilização da ditadura civil-militar as tornou alvo das ameaças e atentados realizados por extremistas de direita, na onda terrorista do final dos anos 70 e começo dos 80. Evidenciou-se, então, resquícios da associação entre antissemitismo e anticomunismo,

³⁶ Tribuna da Imprensa, 23-24/08/1980.

³⁷ Tribuna da Imprensa, 15/08/1980. Jornal do Brasil, 15/08/1980; Diário da Tarde, 15/08/1980.

bastante comum até a II Guerra Mundial e que sofrera um refluxo em virtude da repercussão do Holocausto dos judeus realizado pelo nazismo. A ideia do judeu inimigo da Pátria e aliado do comunismo implicou em ataques a escolas, creches, sinagogas e ameaças a programas de rádio e as pessoas da comunidade israelita. Em várias cidades passaram a aparecer, nos espaços públicos, pichações com suásticas e exaltações de Hitler, surgindo até mesmo um movimento autoproclamado nazista. Vendo os judeus como um grupo homogêneo, os extremistas buscavam intimidar a toda a comunidade, endossando representação histórica estereotipada do judeu ameaçador e subversivo.

Fontes

Arquivo Nacional

Atividades de organizações de direita, Informação nº 197/116/ARJ/1979, da Agência do SNI do Rio de Janeiro, de 14 de novembro de 1979. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_79001802_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

Informe SNI nº 0779/116/ACT/78, de 7 de agosto de 1978, sobre o Comando de Caça aos Comunistas.. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001536_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

Informe do SNI nº 051/116/ARJ/81, de 8 de junho de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_81004774_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

Relatório de Informação do SNI, Agência Porto Alegre, nº 039/116/APA;79, Atividades de organizações de direita, de 8 de novembro de 1979. Arquivo Nacional. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_79000769_d0001de0001 Acesso a 29/10/2020.

Periódicos

Diário de Natal (1981)

Folha de São Paulo (1979-1982)

Jornal da Tarde (1981)

Jornal do Brasil (1979-1982)

O Povo (1979-1982)

Tribuna da Imprensa (1979-1982)

Veja (1979-1982)

Sites

Judeus que resistiram à ditadura eram secularizados. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos. <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/judeus-que-resistiram-a-ditadura-eram-secularizados/> Acesso a 05/01/2022

Resistência de judeus à ditadura é tema de debate. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos. <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/resistencia-de-judeus-a-ditadura-e-tema-de-debate/> Acesso a 05/01/2022.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/mario-schenberg>. Acesso a 15/01/2022.

Referências

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Sob o signo do sigma**: integralismo, neointegralismo e o antissemitismo. Maringá: Eduem, 2014.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

EMILIANO, José. MIRANDA, Oldack de. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. São Paulo: Global: 2015.

FARIAS, José Airton de; OLIVEIRA, Danielle Rodrigues de. Ensino de ditadura civil-militar em tempos de “Escola Sem Partido”. **Revista Eletrônica de Educação, São Carlos-SP, v. 14, jan./dez. 2020.**

_____. Explosões conservadoras: atentados de extrema-direita na distensão da ditadura civil-militar. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 38, 2021, p. 148-167.

GONÇALVES, Leandro Pereira. CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

JUCÁ, Gisafran. **Gustavo Barroso**: vida, contexto e ideias. Fortaleza: NUDOC/UFC, 1990.

LUZ, Enrique. **“O eterno judeu”**: antissemitismo e antibolchevismo nos cartazes de propaganda nacional-socialista (1919-1945). 2006, 146f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, São Paulo, nº 138, 1998, p. 93-105.

_____. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **Anauê**: os camisas verdes no poder. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

SAMPAIO FILHO, José Airton. **“Eu vou à lura com essa juventude”**: o movimento estudantil secundarista em Fortaleza e a Comissão Pró-CESC em fins da década de 1970. 2020, 136f. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em História e Letras) – Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2020.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. FIÚZA, Alexandre Felipe. A DOPS e a vigilância política do movimento estudantil paranaense durante a ditadura civil-militar. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 45, mar. 2012, p. 101-114.

SILVA, Camila Gonçalves. O imaginário Anticomunista católico no Rio Grande do Sul 1945-1964. **Locus: Revista de História**, v 19, n 2, 2013, p. 295-299.

SILVA, Carla Luciana. 2000. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. **Tempos Históricos**, v. 2, ed. 1, 2000, p. 195-228.

SPOHR, Martina. O orgulho de ser reacionário: anticomunismo e golpe de Estado no Brasil a partir da Doutrina de Guerra Revolucionária francesa (1959-1969). In: **XXVI Simpósio Nacional de História -ANPUH/Brasil, São Paulo. Anais [...], 2011 In:** <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26?start=280> **Acesso a 25/10/2021.**

RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. 2002, 447f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

As Imagens da Ditadura Civil-Militar Brasileira: um olhar sobre a propaganda oficial nos cinejornais da Agência Nacional (1964-1979)

The Images of the Brazilian Civil-Military Dictatorship:

a look at the official propaganda in the newsreels of Agência Nacional (1964-1979)

Isadora Dutra de Freitas,¹ PUC-RS

Resumo

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) investiu intensamente em instituições responsáveis pela produção de sua autoimagem oficial. A sistematização da propaganda por meio de veículos de comunicação colaborou com a produção de representações otimistas sobre o regime ditatorial. Nesse sentido, a Agência Nacional atuou como o principal órgão de informação do governo. Esse artigo, que compõe uma breve síntese da pesquisa realizada no mestrado, tem como objetivo central analisar a representação oficial da ditadura nos cinejornais da Agência Nacional, produzidos entre 1964-1979. Buscamos identificar os meandros do discurso político e da visualidade que compôs essas mídias. Silenciando questões polêmicas ao Estado ditatorial, elaboraram-se representações alinhadas ao projeto autoritário, sobretudo, exaltando o projeto desenvolvimentista.

Palavras-Chave: Ditadura Civil-Militar; Agência Nacional; Cinejornais; Propaganda Política; Otimismo.

Abstract

The Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) invested heavily in institutions responsible for producing its official self-image. The systematization of propaganda through communication vehicles collaborated with the production of optimistic representations about the dictatorial regime. In this sense, the National Agency acted as the main government information agency. This article, which composes a brief synthesis of the research carried out in the master's degree, has as its main objective to analyze the official representation of the dictatorship in the newsreels of the National Agency, produced between 1964-1979. We seek to identify the intricacies of political discourse and visuality that composed these media. By silencing controversial issues to the dictatorial State, representations aligned with the authoritarian project were elaborated, above all, exalting the developmental project.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; National Agency; Newsreels; Political Propaganda; Optimism.

A produção de representações otimistas sobre o passado e os rumos do país foi utilizada ostensivamente pelo Estado brasileiro ao longo dos séculos, exaltando as potencialidades naturais do país e suas capacidades de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que proviam o silenciamento das minorias e de temas polêmicos. Ainda que não tenha sido pioneira, a ditadura civil-militar brasileira investiu continuamente na produção de sua

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CNPq).

autoimagem positiva. Por meio de diferentes meios de comunicação e instituições oficiais², o governo ditatorial produziu e difundiu representações sobre si e sobre o Brasil. Este artigo tem como objetivo central apresentar os principais aspectos analisados na dissertação “Otimismo nas Telas: a representação oficial da ditadura civil-militar nos cinejornais da Agência Nacional (1964-1979)” (FREITAS, 2020), bem como avançar em algumas reflexões propostas.

Para isso, analisamos 185 (cento e oitenta e cinco) cinejornais exibidos entre os anos de 1964 a 1979, ano de encerramento da Agência Nacional. Iniciamos nossa pesquisa apresentando um panorama histórico da instituição, e o prestígio que adquiriu durante o período. Em seguida, dissertamos sobre as continuidades e vicissitudes dessa representação conforme o ditador presidente em exercício. E, finalmente, buscamos compreender como essa produção foi recebida pela crítica especializada, buscando na imprensa os comentários de críticos e especialistas em cinema. Por meio da Análise de Conteúdo, a pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira, quantitativa, consistiu no levantamento e organização temáticos dos cinejornais, a fim de identificar os assuntos mais recorrentes. Em seguida, por uma perspectiva qualitativa, nos dedicamos a analisar as transcrições em consonância com as imagens, estabelecendo diálogos entre as narrativas audiovisuais.

Nesse sentido, a análise crítica da propaganda oficial da ditadura visa contribuir para uma maior compreensão dos argumentos e símbolos utilizados pelo discurso oficial, que vem sendo revisitado por regimes de memória e pela escalada autoritária dos últimos anos. Ademais, foi possível identificar de que formas esse discurso otimista contrastava com a realidade política, econômica e social enfrentada pelos brasileiros e brasileiras. Dessa forma, veremos que foi constante a mobilização de argumentos que favorecessem os ideais difundidos pela Doutrina de Segurança Nacional e o projeto de desenvolvimento conservador/autoritário. Afinal, foi nos momentos de maior crise que o Executivo mais investiu na produção e distribuição de propaganda, muitas vezes dissimulada em notícia (SILVEIRA, 2016).

Cinejornalismo e Propaganda Política no Brasil

A linguagem cinejornalística foi uma grande inovação do século XX, pois tornou possíveis a divulgação e o acesso a notícias por meio da linguagem audiovisual. Nesse

²A função oficial da Agência Nacional era atuar como instituição de comunicação, produzindo e distribuindo informes sobre o governo. Por outro lado, a ditadura investiu em instituições de propaganda propriamente dita, como o caso da Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas) e a ARP (Assessoria de Relações Públicas. Cf. FICO, 1997).

sentido, também espetacularizou os informativos, levando sua exibição às salas de cinemas. Assim, a utilização dos cinejornais como ferramenta de propaganda política consumou essas práticas a nível internacional. Ainda que nosso foco não seja realizar um histórico dessas produções no Brasil e no mundo, é importante compreender suas bases constitutivas a fim de analisar os meandros de seus discursos e da formação de um campo específico de cineastas e produtores. Para Paulo Roberto Maia o cinejornalismo: "(...) se apresentou no século XX como um produto de informações único porque uniu o veículo cinema e o gênero jornalismo, alcançando uma impressão de realidade não existente até o seu surgimento" (MAIA P, 2015,p.321). Não foi a toa que governos de caráter autoritário e totalitário investiram massivamente nessas produções na busca por sólidas bases de apoio.

O caso mais notório foi a utilização dessas mídias nos quadros de propaganda oficial dos regimes nazifascistas. Inclusive, podemos afirmar que este contexto colaborou para o desenvolvimento tecnológico e narrativo dos cinejornais. Contudo, é importante salientar que o cinema como ferramenta política não pressupõe afirmações e imagens de apoio explícitas, mas trabalha com uma linguagem pedagógica, mobilizando tradições e imaginários. Portanto, a escolha dos temas e suas representações apresentadas não eram desassociadas da realidade política e social em que estavam inseridos. Ao contrário, buscava-se enquadrar as representações oficiais a partir das principais demandas da sociedade, dialogando com imaginários sociais tradicionais. De acordo com Pedro Alves (2018) se estabelece uma Cultura Visual que, nesse caso, buscou articular bases de apoio e legitimação:

Na sua origem e no impacto desejado junto ao público, a propaganda tem como principal objetivo veicular uma imagem homogênea, coerente e causal da realidade, profundamente implicada numa perspectiva de salvaguarda e defesa das opções, ações e condições do regime político dominante (ALVES P, 2018, p. 17).

Desse modo, a primeira metade do século XX resultou em um grande aumento no desenvolvimento dos cine-noticiários, tanto em termos de avanços tecnológicos, quanto pelas necessidades de Estados autoritários. No Brasil, esse cenário pode ser bem observado a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, principalmente durante o Estado Novo (1937-1945). A respeito disso, a tese de Maria Helena Capelato (1998) é uma das principais obras da historiografia, analisando a construção da imagem oficial do Estado Novo Vargas e a importância da propaganda política para seu estabelecimento e manutenção do poder. Para a autora, essa representação positiva produzida e difundida pelo Estado:

Interpreta e representa não apenas o poder, mas também a fala de seus espectadores, tentando legitimar e criar, em torno de si, um ambiente social propício ao desenvolvimento e enraizamento de ideias e a ampliação de sua zona de influência em meio à sociedade (CAPELATO, 1998, p. 79).

De maneira ritualística, celebrações cívicas, religiosas e militares eram apresentadas por meio do discurso em voz over³ e pelo conteúdo visual. A respeito disso, destacamos essa capacidade de, segundo as palavras de Maria Helena Capelato (2009), expressar o poder de maneira teatral, promovendo e fortalecendo um sentimento nacionalista e de homogeneidade, muito caro ao Estado Novo e, posteriormente, aos governos da ditadura civil militar. Cabe ressaltar que o contexto estado-novista propiciou avanços fundamentais no campo cinematográfico brasileiro, principalmente com finalidades políticas. Conforme afirma Anita Simis, a estruturação legislativa e burocrática ligada ao governo foi crucial, assim como a fundação do primeiro cinejornal oficial do governo, o “Cine-Jornal Brasileiro”. Este foi, indubitavelmente, o ponto de partida para a produção de uma autoimagem oficial do Estado brasileiro e seu projeto nacionalista, por meio desse tipo de dispositivo narrativo: “Não por acaso, a bandeira nacional, como aponta José Inácio de Melo e Souza, foi o signo usado de forma feliz na abertura do Cine-Jornal Brasileiro - CJB -, o cinejornal pelo Estado Novo. Ela representava a passagem simbólica da fragmentação para o uno” (SIMIS, 1996, p.45).

Portanto, a utilização de símbolos nacionais passou a constituir uma característica fundamental da propaganda política oficial, sobretudo associando essas representações com o discurso otimista do narrador. Por outro lado, a popularidade desse tipo de produção foi ganhando cada vez mais notoriedade, não apenas sob regimes autoritários. Por conseguinte, estabeleceu-se uma demanda mercadológica para a sua elaboração e distribuição, marcada pelo forte protecionismo estatal nas regulamentações legislativas. Dessa forma, ciente de seu potencial, o Executivo passou a implantar uma série de decretos que regulamentavam o espaço de complemento nacional. Damos ênfase ao nº 21.240, de 13 de abril de 1932, que, entre as suas várias atribuições, tornava obrigatória a exibição de curtas-metragens nacionais, principalmente cinejornais. Assim, consolidou-se o chamado “Espaço de Complemento Nacional”, pejorativamente alcunhado de “cavação”, como descreve Rodrigo Archangelo (2007):

(...) a fim de conseguir subsídios para lançarem-se à produção de filmes de enredo ou para simplesmente manterem abertas as suas portas, recorriam a produção de filmes curtos, geralmente "cavados" entre aqueles que detinham o poder: a elite ávida em promover seu nome, a burguesia e seus

³ Método audiovisual muito comum em documentários. Consiste na sobreposição da voz de atores ou narradores ao áudio original, ouvido em segundo plano.

empreendimentos e negócios e até os partidos políticos (ARCHANGELO, 2007, p. 16).

À medida que a legislação garantia a exibição dessas obras nos cinemas nacionais, a elaboração dos filmes de cavação foi aumentando exponencialmente, alcançando partidos políticos e a elite. Utilizada como veículo de comunicação, mas também como uma expressão do poder simbólico e como forma de distinção. Acerca disso, Jean-Claude Bernardet (1979) ressalta como essas imagens ilustravam verdadeiros “rituais de poder” daqueles por elas representados: “(...) não só quando são filmados presidentes da república ou outras autoridades verifica-se o 'ritual de poder', e não é o assunto que determina o ritual (...) mas o tipo de produção e o enfoque pelo qual é abordado o assunto” (BERNARDET, 1979, p.26).Avançando nossa análise para os anos 1950, podemos perceber que se consolidou uma expressão visual do poder inclusive no intervalo democrático brasileiro. O trabalho de Rodrigo Archangelo (2007;2010) buscou analisar a produção de “O Bandeirante na Tela”, cinejornal do governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Enquanto a dissertação de Clarissa Castro (2013) analisou as produções de Getúlio Vargas no “Cinejornal Informativo”, produção do Executivo nos anos 1950.

Apesar da ampliação do investimento nesses meios de comunicação, percebe-se uma dicotomia no que tange a receptividade. De acordo com a historiografia especializada, a consequência da legislação que tornava obrigatória a exibição é que essa modalidade ficou atrelada a uma imagem negativa, como produções que visavam apenas o lucro por meio de matérias pagas vinculadas à publicidade e às produtoras privadas. Ademais, além dos cinejornais estarem vinculados ao autoritarismo do Estado Novo, a representação difundida por essa mídia era historicamente associada ao governo ou às elites, não correspondendo à realidade de boa parte da população. Consequentemente, houve a necessidade de reformular a legislação e a visualidade expressa pelos produtores, estatais ou particulares para a conjuntura democrática. Cabe ressaltar que não houve diminuição nos investimentos durante o segundo governo Vargas: "Com este esquema, a propaganda oficial alcançou um nível de produção e organização sem precedentes no país e passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e pela manutenção da ordem" (GOULART apud CAPELATO, 1998, p. 71).

A principal responsável pela elaboração e distribuição das imagens oficiais do Estado brasileiro era a Agência Nacional. Criada ainda sob a égide do Estado Novo, manteve-se como uma ramificação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e, posteriormente do DNP (Departamento Nacional de Propaganda). Apenas nos anos 1950 a instituição ganhou autonomia e um regimento próprio. Para que isso ocorresse, o contexto político e econômico

foi crucial, afinal, foi na presidência de JK que o Regimento Interno da Agência Nacional foi publicado sob o decreto-lei n.39.477 de 26 de junho de 1956. Em suma, o documento determinava as funções, estrutura e finalidades do órgão de comunicação:

(...) colaborar com os órgãos federais, estaduais e municipais, associações privadas, imprensa, rádio, televisão, agências noticiosas e público em geral, mediante a divulgação de assuntos de interesse do País, ligados à sua vida política, econômica, financeira, administrativa, social, cultural, cívica e artística (BRASIL, 1956).

Coordenada por um Diretor Geral e, inicialmente, vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios interiores, a agência foi adquirindo cada vez mais prestígio, sobretudo após o golpe de 1964. Com o advento da ditadura civil-militar a instituição adquiriu uma nova estrutura e passou por uma reformulação. Sob essa lógica, podemos perceber como ela teve mudanças direcionadas pela conjuntura política, transformando as formas de representação dos chefes de Estado e a organização da instituição. Essa característica fica cada vez mais evidente quando analisamos o funcionamento da agência ao longo dos governos ditatoriais, influenciada pelas pautas políticas de cada ditador presidente. Como veremos a seguir, por exemplo, foi apenas no governo de Costa e Silva que a reestruturação do regimento se consolidou, vinculando-a diretamente ao Gabinete da Presidência da República e determinando a escolha de seu Diretor Geral pelo próprio chefe do Executivo. Ao longo da ditadura, essas reformas foram cada vez mais frequentes.

Em suma, houve uma teatralização que compunha as aparições públicas dos líderes políticos e que foi consolidada como um padrão nas imagens cinejornalísticas. No caso brasileiro, cabe ressaltar que não foi uma particularidade de Vargas, afinal, esta postura foi assumida por seus sucessores como JK e João Goulart. Ademais, esses padrões não foram estabelecidos de maneira infundada. Tanto o aspecto imagético quanto o âmbito discursivo, baseavam-se em exemplos anteriores que obtiveram êxito. Contudo, a partir dos anos 1950 houve uma virada nos argumentos que sustentavam esse discurso otimista. Se antes os exemplos eram voltados ao passado glorioso, nesse momento voltaram seus olhos ao que Carlos Fico (1997) define como um “venturoso porvir”.

Informativos ou Propaganda? A representação da ditadura nos cinejornais da Agência Nacional (1964-1979)

Após nos dedicarmos a situar a importância do cinejornalismo durante o século XX e suas aproximações políticas com os grupos dominantes,

passamos para a análise empírica das fontes. Como salientamos na primeira parte do presente artigo, ao todo foram analisados cento e setenta e seis edições do “Informativo” (1964-1970) e do “Brasil Hoje” (1970-1979). Analisando o caso e cada ditador presidente, foi possível identificar semelhanças e vicissitudes na elaboração de uma autoimagem do regime, de acordo com a conjuntura. Para melhor compreensão, organizamos nosso *corpus* documental em cinco eixos temáticos, comuns a todos eles: a) construção e inauguração de obras; b) Projeto de Integração Nacional; c) visitas oficiais aos estados; d) trabalhadores e juventude; e) mudanças constitucionais. Como é possível perceber, todos os assuntos se associam aos projetos de modernização autoritária/conservadora e à Doutrina de Segurança Nacional, fundamentados na bandeira da segurança e desenvolvimento nacional, como define Maria Helena Moreira Alves (2005):

(...) certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna (ALVES, M 2005, p. 31).

Portanto, baseando-nos nos conceitos centrais da historiografia sobre a ditadura civil-militar, buscamos identificar como essas representações articularam elementos do imaginário social brasileiro e do discurso oficial do Estado autoritário. O governo de Humberto de Alencar Castelo Branco não investiu quantitativamente na produção de cinejornais. Ao todo, foram produzidas quarenta edições, das quais analisamos vinte e seis, conforme nosso critério temático. Contudo, a pouca exibição do poder no primeiro governo da ditadura foi algo sintomático à essa conjuntura. Conforme afirma Carlos Fico: “Desde 1964 o regime militar viveu um certo conflito em relação à propaganda política. (...) Existiam setores, entretanto, que associavam esta tarefa à própria situação que vivia o Brasil, isso é (...) chamaria ainda mais a atenção de todos para o fato de o país viver sob uma ditadura” (FICO, 1997, p.89).

Dessa forma, havia certo receio de Castelo Branco e dos setores considerados moderados da Escola Superior de Guerra, no que tange a mobilização de discursos propagandísticos. Nesse sentido, Marcos Napolitano (2014) ressalta que a memória estabelecida a respeito do primeiro presidente considerava este um “ditador bem-intencionado”: “Construiu-se a imagem de um homem que acreditava nos objetivos saneadores e no caráter temporário da intervenção militar de 1964, mas que sucumbiu à linha dura, a começar pela imposição de um sucesso à sua revelia, o marechal Costa e Silva” (NAPOLITANO, 2014, p.67). Por conseguinte, os elementos que mais estiveram presentes na representação da época estavam relacionados à ideia de Soberania Nacional e à utopia autoritária, de que os militares era incorruptíveis e a escolha mais segura para o país naquele momento.

Assim, ainda que o ano de 1964 tenha exibido poucas edições, os registros são muito significativos. Menos de um mês após o estabelecimento de Castelo Branco como novo presidente, a Agência Nacional publicou um cinejornal dedicado às comemorações do Dia do Trabalhador. A edição s/n [VI] de 1964 foi uma das mais expressivas no que tange o esforço do Executivo em aproximar as Forças Armadas da população civil, sobretudo sob a ideia de unidade e harmonia social. Conforme anunciado pelo narrador:

O dia do trabalho é celebrado em todo o país com festividades cívicas e recreativas que assinalam a libertação do trabalhador brasileiro do regime de demagogia e mistificação a que estava submetido. (...) a alegria das crianças e o contentamento de seus pais traduz em uma nova era da democracia brasileira, autêntica e livre, renascida com a revolução de abril. Foi um primeiro de maio de significação diferente que ascendeu novas esperanças no espírito e na vocação para o progresso do povo brasileiro (INFORMATIVO, s.n [VI], 1964).

A dicotomia entre o “antes” e o “agora”, referindo-se à ideia de inimigo interno e do perigo vermelho, ressalta o imaginário salvacionista. Por outro lado, silenciava o cerceamento político e as graves violações de direitos humanos, aspecto que foi contínuo a todas as produções do período. Portanto, a representação não era apenas do ditador ou do regime em si, pois enfatizava a relação com a população civil e a participação ativa que ela teve para sua consolidação. Ademais, uma das maiores particularidades de Castelo Branco no cinejornalismo era a divulgação de assuntos oficiais, como as mudanças constitucionais e a promulgação de atos institucionais. Contudo, essas pautas não foram comunicadas da mesma maneira pelos governos seguintes, o que as torna ainda mais relevantes. Finalmente, outro ponto expressivo dos cinejornais de Castelo Branco foi a questão agrícola, sobretudo as representações sobre o norte e nordeste brasileiro. Nesse sentido, uma das maiores bandeiras do período foi a construção de obras de infraestrutura e desenvolvimento.

Imagens de indígenas e grupos menos favorecidos ganharam as telas a partir de 1965, porém, não eram os protagonistas. A ênfase das representações recaía sempre aos membros de expedições e ao Estado como provedor do desenvolvimentismo. Assim, foi possível perceber que a autorrepresentação da ditadura nos seus primeiros anos esteve associada à argumentos militares, sobretudo à ideia de soberania nacional. A proximidade das Forças Armadas com o público, e não do presidente, demonstrava um afastamento aos modelos de propaganda personalista. Contudo, evidentemente, a expectativa de golpe cirúrgico por parte das elites civis foi desaparecendo, o que ficou cada vez mais claro nos cinejornais dos governos seguintes.

A escolha do general Artur da Costa e Silva como sucessor não foi bem recebida pela ala moderada das Forças Armadas. Contudo, foi aprovada pelas elites civis e tecnocratas, visto que a impopularidade de Castelo Branco estava em alta no fim de seu governo. Pode ser inusitado falarmos em otimismo de setores da sociedade civil nesse período que significou o acirramento da repressão e a promulgação do Ato Institucional número 5, em 1968. Como uma espécie de reação do regime aos questionamentos e levantes da oposição e do movimento estudantil, a propaganda política oficial passou a receber maiores investimentos. Dessa forma, em busca de legitimação e silenciamento das questões que lhe fossem polêmicas, a propaganda oficial foi remodelada, a fim de buscar maior apoio da sociedade civil. Como define Carlos Fico: “Isso também se explicava pela tarefa de criar um clima mais ameno no Brasil, abalado pela luta de guerrilhas e pelos sequestros. (...) servia perfeitamente ao propósito de fazer ‘propaganda política despolarizada’” (FICO, 1997, p. 125).

Quantitativamente, houve um aumento significativo no número de produções durante o governo Costa e Silva, totalizando setenta e sete produções, das quais analisamos cinquenta e duas que tratavam da temática do desenvolvimento. Assim, notamos um distanciamento na produção visual do cinejornal “Informativo”, sobretudo um maior protagonismo da sociedade civil e não mais das Forças Armadas nas imagens. Afinal, não havia espaço para dissenso nessas representações, por isso, tal protagonismo era associado a legitimação e uma suposta base de apoio. Acerca disso, tornou-se comum o Executivo se instalar provisoriamente em diversos estados brasileiros⁴, o que interpretamos como um esforço em promover aproximações com os grupos civis. Nessas edições, comportaram-se representações que assimilassem a atuação política e burocrática, com imagens pedagógicas, sobretudo da juventude. Nesse sentido, foram incorporados novos temas com maior regularidade, como moda, arte, religião (católica), juventude e o projeto de desenvolvimento nacional, que não havia sido tão explorado.

Nesse sentido, edições que associassem a juventude a projetos nacionais, como o Projeto Rondon, por exemplo, foram recorrentes. Entretanto, as edições que tratavam destes assuntos, buscavam criar representações dos jovens alinhados às diretrizes oficiais. Expressões como o desenvolvimento, a bravura e o amor a pátria, são constantes nas edições dedicadas ao projeto. Além disso, a caracterização dos jovens como desbravadores - palavra

⁴ Era comum a instalação do Governo Federal em capitais brasileiras para governar de maneira provisória. Ao todo, sete edições cobriram a visita do presidente e sua junta ministerial ao longo do período analisado. Como no exemplo a seguir de Belo Horizonte, em 1967: “(...) transforma-se em capital nacional com a presença do presidente Costa e Silva e todo seu ministério para solucionar problemas fundamentais de Minas Gerais que é um dos alicerces econômicos mais sólidos do Brasil” (INFORMATIVO, n.82, 1967).

que também foi utilizada em relação aos escoteiros, no “Informativo” n.82, de 1967 - é uma manifestação de que a sua função era explorar esta parte ainda desconhecida do território. A edição n. 104, de 1968 destacou esses aspectos:

Uma equipe de universitários componentes da operação Aragarças, chega a seu destino devidamente equipada para a realização do grande empreendimento, inicia-se assim a integração dos estudantes com os problemas do interior do país, programada pelo projeto Rondon Segundo. (...). Tanto mais se ama a pátria quanto mais seja conhecida. A mocidade do Brasil resolveu conhecê-la de perto (...) (INFORMATIVO, n.104, 1968).

Portanto, podemos considerar que havia uma dedicação maior em enaltecer os valores cívicos defendidos pela ditadura. Baseando-se na educação militarizada, cristã e devota à pátria, esse foi o tema central deste aspecto. Ao mesmo tempo, o princípio do milagre econômico e as promessas de progresso ganharam as telas e o investimento do poder Executivo. De acordo com Daniel Aarão Reis (2000) a retomada da pauta desenvolvimentista era a estratégia necessária para impedir o aumento da impopularidade resultante da recessão econômica. Nesse sentido, eram inauguradas as políticas voltadas para a modernização conservadora e autoritária, definida nesses termos por Daniel Aarão, Marcelo Ridentti e Rodrigo Patto Sá Motta (2014), afinal: “(...) os projetos de desenvolvimento foram comandados pela tecnocracia civil e militar, e as dissensões não passíveis de incorporação foram entregues à máquina repressiva (também ela modernizada naqueles anos)” (MOTTA; REIS; RIDENTTI, 2014, p.8).

Assim, dois aspectos característicos da ditadura civil-militar brasileira ganharam fôlego nesse momento: o projeto de milagre econômico e a sistematização da repressão contra grupos opositores. Evidentemente, não havia espaço para temas sensíveis nos cinejornais, desse modo, os índices de crescimento econômico e o investimento em obras públicas foram um dos focos das produções. Quantitativamente, ressaltamos que das cinquenta e duas edições dedicadas ao tema do “Desenvolvimento”, trinta e sete informaram o público sobre obras públicas, dentre elas a faraônica ponte Rio-Niterói. Nesse sentido, o que buscamos demonstrar com o artigo é a associação entre modernização, nacionalismo e o projeto civilizador empreendido pelas Forças Armadas. A respeito disso, um dos episódios mais emblemáticos do *corpus* analisado é a edição n.145 do cinejornal “Informativo”, de 1969. Ano seguinte à promulgação do AI 5, o noticiário informa sobre os três aspectos citados anteriormente. Em visita a uma aldeia dos Carajás o narrador afirma:

É na aldeia do Bananal que o presidente da República visita sendo ali recebido pela tribo e autoridades entrando na verdadeira intimidade dos silvícolas, obsequiando-os e levando-os a presença da grande pátria a que hoje se integram definitivamente o Brasil. Os Carajás amam a música e a catequese já lhes trouxe instrumentos da civilização para expressar ritmos e melodias da terra (INFORMATIVO, 145, 1969).

A referência à exuberância da natureza é exaltada como algo positivo, enquanto as práticas e o desenvolvimento dos indígenas são vistos como algo a ser superado. As imagens são muito expressivas, demonstrando a dicotomia entre os políticos que visitam a aldeia em trajes formais e os nativos. Uma das imagens mais significativas apresenta Costa e Silva mostrando uma arma a um indígena que segurava um arco e flecha, reforçando o discurso oficial de uma suposta modernização.

Portanto, percebemos que as representações oficiais do contexto apresentaram uma tentativa de reação à impopularidade resultante da alta na inflação, reforçando elementos ligados ao projeto desenvolvimentista. Ao mesmo tempo, a tentativa em aproximar o Estado da figura de crianças e estudantes contrastava com o acirramento da repressão e a promulgação do Ato Institucional 5, após o assassinato do estudante secundarista Edson Luís e a comoção nacional.

Os anos 1970 trouxeram mudanças fundamentais na produção dos cinejornais oficiais. Associado à ideia de milagre econômico do governo Médici, a modernização alcançou a estética e a tecnologia cinejornalística. A mudança de título da produção da Agência Nacional não levava mais às telas de cinema o “Informativo”, mas sim a nova *magazine* eletrônica “Brasil Hoje”. O pioneirismo brasileiro no uso de cores foi notícia mundial e, por outro lado, altamente utilizado pela ditadura ao mobilizar símbolos e cores nacionais nas suas imagens. Contudo, quantitativamente, foram baixos os índices de produções do cinejornal, contabilizando apenas trinta e cinco edições. Entretanto, a nova estética e linguagem apresentavam um tipo de propaganda diferente: maior variedade e duração nas notícias de uma mesma edição, assim como uma maior coerência na escolha dos assuntos noticiados, que proporcionava um diálogo maior entre os informes. A diversidade de temas que associavam o bem-estar social com a ditadura eram múltiplos: arte, moda, esportes e política. Contudo, muitos padrões persistiram, sobretudo, o caráter apolítico das notícias, a ênfase nas Forças Armadas e ao nacionalismo.

Nessa lógica, a utilização de símbolos nacionais para legitimação do regime ditatorial se tornou uma constante nas imagens. De acordo com Marilena Chauí (2013) houve uma resignificação na identidade nacional, impulsionada pela economia e pela conquista do

tricampeonato do Brasil na Copa do Mundo, em 1970. A autora divide a formação da identidade nacional do país em diferentes fases, relacionando as ressignificações com as conjunturas políticas e econômicas. Entre os elementos que compõem essa reatualização da identidade nacional, destaca os slogans e músicas da copa de 1970 e como isso estava associado à realidade sociopolítica do momento: "A mudança de ritmo - de samba para a marcha -, a mudança do sujeito - do brasileiro bom no couro aos 90 milhões em ação - e a mudança do significado da vitória - de 'a taça do mundo é nossa' ao 'pra frente Brasil' - não foram alterações pequenas" (CHAUÍ, 2013, p.169). Assim, ao mesmo tempo em que a repressão sistematizada e as graves violações aos direitos humanos se tornaram mais recorrentes, as imagens oficiais buscavam reforçar o discurso de milagre econômico.

A primeira edição do “Brasil Hoje” informou o público sobre a visita do presidente Médici à inauguração do Parque dos Guararapes, em Pernambuco. Conforme apresentado pelo narrador:

Com suas atrações, o Parque Nacional dos Guararapes cria um pioneirismo no ramo da comunicação, de acordo com a sugestão do próprio presidente Médici. Os visitantes, ao mesmo tempo em que se distraem vão aprendendo história pátria no lugar onde a Força Armada forjou para sempre a base da nação brasileira (BRASIL HOJE, n.1, 1970).

Entre os vários aspectos abordados pela notícia, o engrandecimento dos heróis nacionais ligados ao exército e os símbolos do nacionalismo foram os mais evidentes. O presidente compareceu à cerimônia acompanhado da primeira dama e ministros, conferindo ainda mais prestígio ao evento. Outrossim, durante a década de 1970 o projeto desenvolvimentista ganhou ainda mais relevância nas representações oficiais, sobretudo a promessa de milagre econômico. Acirrando ainda mais a disputa pelas representações e memórias do período, não houve menção ao aumento da repressão ou à sistematização e controle de informações, mas sim um enorme destaque às obras de modernização e integração nacional. Nesse sentido, o maior exemplo apresentado pela Agência Nacional foi a Transamazônica, sobretudo nos anos finais do governo Médici, como explicitado na edição número 52, de 1974: "As obras de construção da grande rodovia começaram em 1970 agora, com a inauguração desse trecho se concretiza a integração econômica irreversível da Amazônia, definindo uma das metas mais importantes do governo Médici" (BRASIL HOJE, n.52, 1974).

Apesar da ênfase recair sobre o nacional desenvolvimento empreendido e propagandeado pelo regime, cabe destacar a variedade de assuntos que foram incorporados

nos cine-noticiários. Tudo isso como um sintoma do acirramento da ditadura e da dicotomia em relação ao crescimento econômico. Além disso, há indícios nas fontes que buscaram demonstrar a busca por apoio, legitimidade, de reforço da soberania das Forças Armadas e do nacionalismo. Esse governo, portanto, iniciou o período de milagre econômico e encerrou-se com o estabelecimento de uma dupla crise: interna e externa. As denúncias cada vez mais recorrentes sobre práticas de tortura e violações aos direitos humanos, associados a uma economia que entrou em recessão influenciaram negativamente a popularidade da ditadura.

Sob a perspectiva de que os discursos propagandísticos não aparecem de maneira descolada da realidade e demandas sociais, identificamos grandes mudanças nos cinejornais do período Geisel. A busca por apoio e convencimento através das representações oficiais, reafirmaram elementos do discurso otimista difundido pelo Estado. Assim, o general Ernesto Geisel foi o que mais investiu na produção dessa mídia, totalizando cento e quarenta e nove edições, das quais analisamos setenta e sete. Estatisticamente, 57% das edições analisadas eram relacionadas a inauguração de obras, sobretudo de infraestrutura. Logo, havia um esforço do governo em sanar qualquer dúvida relacionada a maior promessa do golpe de 1964: garantir a soberania e promover o desenvolvimento. Por outro lado, a ferramenta de informação buscou representar Geisel como um ator político popular, aproximando-o diretamente da população. Ademais, a presença constante da primeira dama e da filha do presidente se tornou constante nas imagens.

Há alguns pontos cruciais na representação oficial do período Geisel que devem ser destacados. O primeiro deles, como já citado, foi o esforço em aproximar o chefe de Estado da população civil. Até então, os protocolos eram rígidos, mantendo os presidentes e suas comitivas à distância do povo. Nesse momento, percebemos que novas posturas foram adotadas, aproximando fisicamente ambos. Assim, era comum nas imagens ver Geisel entregando títulos de posse em mãos a alguns proprietários, apertando a mão de trabalhadores e pessoas que acompanhavam suas visitas. A busca pelo apoio da classe trabalhadora foi um dos principais aspectos da propaganda desse período. Contudo, é necessário refletir qual lugar desse setor da população nas telas e discurso dos cinejornais. Para Tatyana Maia (2017): “O processo de modernização conservadora também passava pela requalificação das representações sobre o papel dos trabalhadores no desenvolvimento nacional” (MAIA T, 2017, p.281).

Associando o projeto de modernização conservadora e autoritária, a crise econômica mundial e a franca crise de legitimidade que a ditadura encontrou na segunda metade dos anos 1970, foi possível identificar como isso interferiu no discurso otimista das representações

oficiais. Por conseguinte, a aproximação com a sociedade civil nas imagens buscava reafirmar a soberania nacional e o crescimento econômico. O exemplo mais significativo a respeito desse aspecto é o cinejornal “Brasil Hoje”, n.148, de 1976. Nessa edição, Geisel e comitiva visitam o município de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, a fim de celebrar as comemorações oficiais do Dia do Trabalhador. A primeira parada da visita à cidade foi a Companhia Siderúrgica Nacional, para a inauguração de um alto-forno. Em seguida, seguiu-se para uma partida de futebol entre o time dos Operários e o Flamengo, com a presença de Zico. O narrador informa:

O presidente Ernesto Geisel, no dia do trabalho, lembra em Volta Redonda que ali ainda ressoam os apelos do presidente Vargas aos trabalhadores, por um apoio incansável pelo progresso do país. O chefe do governo frisa que em meio a um panorama internacional eivado de complexos problemas o Brasil enfrenta hoje desafios novos num clima de ordem e paz, de segurança e desenvolvimento, de trabalho e pleno emprego, o que nos traz a certeza de êxito pleno num futuro melhor (BRASIL HOJE, n.148, 1976).

A mobilização de aspectos do imaginário social atrelados à Doutrina de Segurança Nacional reforçava a ordem de desenvolvimento e segurança nacional. Por outro lado, a industrialização se fez presente, buscando uma reação à crise econômica e a afirmação de que a modernização se mantinha. Além disso, a edição demonstra as formas de integração e divertimento promovidos pela ditadura, constantemente exibidas pelos informativos: "Dia do trabalho, dia de festa, milhares de torcedores recorrem ao estádio de Volta Redonda, uma cidade jovem que espelha-se com entusiasmo, o Brasil jovem, que ama o trabalho e sabe que tem direito ao lazer" (BRASIL HOJE, n.148, 1976). Como é possível perceber, estabeleceu-se uma dicotomia no discurso entre crise – econômica e política – e o governo que apoiaria os trabalhadores. De acordo com Maia, esse mecanismo de propaganda e reforço do ideário nacionalista foi comum nos cinejornais de Castelo Branco e Geisel. A autora ainda destaca que: "Se o 'dia do trabalho' significava 'dia de festa', todos os demais dias do ano eram marcados pela repressão às mobilizações dos trabalhadores em busca de seus direitos" (MAIA T, 2017, p.296).

Outro ponto significativo nas produções desse período foi a questão econômica, sobretudo, o pragmatismo econômico de Ernesto Geisel. Porém, a forma como essa questão dialogou com o cinejornalismo merece ainda mais atenção. Para Jean-Claude Bernardet (1979), o cinema não era mais o mesmo veículo de comunicação que havia sido em décadas anteriores e: "O Governo Geisel foi sem dúvida um dos governos, senão o governo que, desde o início do século, mais atenção dedicou ao cinema" (BERNARDET, 1979, p.64). Desta

forma, questiona, qual seria o motivo de tamanho investimento, considerando que as classes populares não costumavam frequentar as salas de cinema? A resposta, que consiste mais em uma presunção, aponta que o alvo desta propaganda era a classe média. Para Nina Schneider (2017), as classes médias e alta correspondiam ao maior público consumidor do cinema na década de 1970: “No caso do cinema, em 1974, 48% dos brasileiros com mais de 15 anos frequentavam o cinema regularmente nos centros urbanos (S. A., 1974, p. 34). A maioria deles era relativamente jovem, de alta renda e masculina (em 1975, 64% eram homens)” (WICKERHAUSER apud Schneider, 2017, p. 340).

Nesse sentido, ainda que a visita e inauguração de obras fosse um dos focos do cinejornalismo da época, o protagonismo não era dos trabalhadores. Podemos afirmar que, por um lado, o empenho do governo em promover obras e uma maior integração era uma ferramenta para angariar apoio; por outro lado, tornar essas ações públicas por meio dos cinejornais era outra estratégia de autopromoção. A respeito disso, o destaque à construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu e da Transamazônica ganhou as telas na época. Portanto, percebemos que a propaganda reforçava o discurso otimista, apresentando outra realidade que sustentasse o discurso oficial do regime. Para o historiador Daniel Aarão Reis (2000): “O país era figurado como uma ilha de prosperidade e de paz em um mundo de crise e de convulsões. Havia que caminhar para frente” (REIS, 2000, p.38). Assim, essa urgência em investir tanto no cinema e outros meios de comunicação, objetivava difundir uma imagem de que o Brasil estava imune a problemas de todas as esferas.

Portanto, a autorrepresentação da ditadura, durante a presidência de Ernesto Geisel, buscou incorporar aspectos problemáticos do contexto, sem que eles se tornassem os protagonistas do discurso propagandístico. Nesse sentido, a instabilidade política e a recessão foram os alvos a serem combatidos por meio dos programas econômicos e do grande número de inauguração de obras de todas as categorias. As bases de apoio, fragilizadas por causa da crise política e econômica, além das denúncias de violação aos direitos humanos, ganharam mais espaço nas produções. Porém, é imprescindível salientar que mesmo com uma maior participação nos registros e um protagonismo mais contundente nos cinejornais, os grupos mais pobres não tinham voz. A participação política e as decisões eram restritas ao Estado e a empresários.

Portanto, buscamos apresentar os pontos centrais que constituem o discurso oficial nos cinejornais da Agência Nacional. É possível perceber que, apesar do caráter informativo definido no Regimento Interno da instituição, manteve-se como uma ferramenta de propaganda dissimulada, como define Renata Silveira. Exaltando aspectos do binômio

Segurança e Desenvolvimento e fortalecendo a ideia de que os militares seriam incorruptíveis, essas narrativas silenciaram temas que fossem polêmicos ao regime. Igualmente, não houve espaço para notícias sobre o processo de abertura política ou a Lei da Anistia.

O Discurso Oficial e a Visão dos Críticos Cinematográficos: representações em disputa

Percebemos que na contramão dos altos investimentos na propaganda, as críticas e clamores pela volta da democracia cresciam cada vez mais, atingindo inclusive os cinejornais. Assim, buscamos analisar por meio da imprensa os comentários de especialistas em cinema sobre essas produções. Num primeiro momento, discorreremos sobre a influência mercadológica e as mudanças legislativas durante o período de 1964-1979 e como isso influenciou em leis protecionistas que garantissem a exibição dos cinejornais. Nesse sentido, é importante destacar a ocorrência do I Congresso Nacional de Comunicação promovido pela ABI em 1971 e amplamente divulgado. O evento reuniu grandes nomes da comunicação e promoveu, entre suas diversas pautas, propostas de mudança para a produção cinejornalística.

Assim, este item visa apresentar como a representação oficial da ditadura vinha sendo comentada nas colunas de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. Para isso, valemo-nos de um arcabouço teórico sobre as relações entre autor (Agência Nacional) e leitor (críticos e especialistas): “O auctor é aquele que produz ele próprio e a produção é autorizada (...). O lector é alguém muito diferente, é alguém cuja produção consiste em falar das obras dos outros. Esta divisão, que corresponde àquela de escritor e crítico é fundamental na divisão do trabalho intelectual” (CHARTIER, 1996, p.332).Igualmente, pensando nessa relação, nos aproximamos da concepção de Gabbiana Fonseca dos Reis (2018): “Neste sentido, o crítico não cria novas significações: ele apenas integra e descreve aquilo que já é partilhado no sistema de valores no qual obra, público e ele próprio estão inseridos”(REIS G, 2018, p.48).

Em linhas gerais, duas críticas foram centrais, desde a década de 1960: a lógica protecionista do mercado que obrigava a exibição das produções, principalmente estatais e o conteúdo e a estética de produção. Ultrapassados nas pautas temáticas, os cinejornais tentavam se colocar em um nível acima da conjuntura ditatorial. Porém, essa estratégia não era mais adequada à realidade dos espectadores, em uma tentativa de dissimular a normalidade política que não condizia com a realidade. Por outro lado, com o advento da modernização e do uso de cores, percebemos que houve uma mudança no teor das críticas. Identificamos que os comentários não discorriam mais contrários à produção e exibição dessa mídia, mas à forma como era utilizada pelo Estado brasileiro.

Daremos destaque aqui a um caso específico do final da década de 1960, mais precisamente meses antes da promulgação do AI 5, no qual o jornalista Ricardo Góes publicou o comentário mais satírico a respeito das produções. Publicado pelo Correio da Manhã⁵, em sua coluna *Pop* – dedicada a assuntos culturais – Góes simulou uma edição cinejornalística da Agência Nacional. Descrevendo detalhadamente um evento fictício manteve o padrão clássico dessas produções, nas quais a voz over descreve os acontecimentos ilustrados pelas imagens. O conteúdo exibido trataria de um banquete inaugural, seguido por uma exposição de arte e um desfile de moda, todos frequentados por membros da alta sociedade brasileira. Como veremos, além da narração, o autor incluiu descrições de imagens em tom crítico e humorístico:

VOZ: (...) Neste significativo almoço estiveram presentes inúmeras personalidades da nossa vida cultural, artística e social (aparecem várias pessoas inteiramente desconhecidas, comendo) e fêz eloqüente discurso (aparece o diretor comendo) que foi muito aplaudido (mais gente comendo) e... (aparece o cinegrafista comendo). FIM, em letras garrafais, um sol radioso no fundo, uma águia com um urro se precipita em um prato de comida. Fim, mesmo (CORREIO DA MANHÃ, 14/06/1968, p. 3).

Podemos observar a referência a símbolos e modelos de comportamento de pessoas que, apesar de desconhecidas, faziam parte da elite representada pelos cinejornais, como define Carlos Fico (1997): "Essa questão dos comportamentos adequados, é muito importante para deslindar um aspecto central da propaganda política do regime militar. Refiro-me, precisamente, ao fato de ela parecer 'não-política'" (FICO, 1997, p. 133). Ao longo da análise da coluna de Góes, ficou claro o alinhamento de opinião de diversos críticos e cineastas como Ely Azeredo, Sérgio Augusto e Jean-Claude Bernardet.

Apesar de a linguagem diferir, o teor dos comentários se assemelhava ao empreendido por Goés. Bernardet, inclusive, também publicou uma coluna em 1975, no jornal *O Movimento*, na qual descreve um roteiro de cinejornal criado para ilustração, onde destaca que a falta de informações nas notícias não era despreziosa: "O que se pede é uma adesão a eles. Não uma adesão racional, pois não há nada para entender, mas uma crença no seu poder de resolver problemas, uma mística"⁶. Portanto, a leitura da opinião dos especialistas contribuiu para a pesquisa na medida em que demonstrou como as produções oficiais mascaravam a realidade por meio de representações otimistas; além disso, demonstrou como

⁵ O Correio da Manhã manteve uma postura desalinhada com a ditadura civil-militar. Consequentemente, foi um dos periódicos mais afetados após a promulgação do AI 5. Em 7 de dezembro de 1968, uma bomba atingiu o prédio da redação e, em janeiro de 1969, membros da diretoria e da redação foram presos após ser decretada a censura prévia do jornal, após uma vistoria realizada pelo DOPS.

⁶ O Movimento, 25 ago. 1975, p.21.

esse discurso passou a ser contestado em meio a conjunturas de repressão sistemática e cerceamento dos direitos civis.

Considerações Finais

Buscamos apresentar como a ditadura civil-militar brasileira difundiu sua auto-representação por meio dos cinejornais. Através de propagandas dissimuladas em notícias, investiu na produção e difusão de um discurso otimista, que silenciou questões que lhe fossem polêmicas. Ressaltamos como o regime ditatorial atualizou seus usos, alinhado ao projeto de modernização conservadora/ autoritária e do binômio desenvolvimento e segurança nacional. Igualmente, o discurso otimista tão caro à sociedade brasileira desde o período colonial, manteve elementos estruturais. Assim, aspectos como a natureza exuberante, a democracia racial e a cordialidade foram reatualizados e alinhados ao discurso oficial.

Entretanto, seria errôneo considerar que isso ocorreu de maneira homogênea ao longo dos 21 anos de regime. Castelo Branco inaugurou seu uso de maneira contida, buscando evitar o uso expressivo de propaganda que pudessem aproximá-lo com figuras personalistas. Dessa forma, nos primeiros anos de ditadura notamos referências à soberania nacional e a proximidade das Forças Armadas com a população civil, semelhante à utopia autoritária dos militares e apoiadores. Posteriormente, Costa e Silva aproveitou o período de crise econômica e fragilidade nas bases de apoio e investiu massivamente na produção dos cinejornais. Dessa vez, incorporou-se o projeto desenvolvimentista às pautas, sobretudo a integração nacional e a promessa de milagre econômico.

Nos anos 1970 o governo seguiu apostando na produção da Agência Nacional, inaugurando o primeiro cinejornal a cores. Médici empreendeu uma visualidade nacionalista, com referências a heróis da história pátria e à bandeira nacional. Paralelo ao aumento paulatino das práticas de tortura e violações, o milagre econômico ganhou o destaque nas telas de cinema. Em seguida, já num contexto de dupla crise, o período de Ernesto Geisel registrou mudanças significativas no conteúdo e imagens. Mais próximo à população civil, o regime tentava reconquistar sua base de apoio. Contudo, associado ao cenário internacional, a ditadura já demonstrava sinais de esgotamento.

Finalmente, ao nos debruçarmos sobre as páginas da imprensa, foi possível mapear a opinião de críticos e especialistas em cinema. Retomando problemas mercadológicos e as mudanças legislativas expostas no primeiro item, logramos em relacioná-las ao conteúdo dicotômico apresentado pelas lentes da agência. Assim, o destaque às elites políticas e às diretrizes do regime não condizia com a realidade da maior parte da população. Portanto, isso

possibilitou o aprofundamento da nossa análise sobre qual era a representação do país que era apresentado pelos cinejornais, confirmando a lógica do discurso otimista.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru - SP: EDUSC, 2005.

ALVES, Pedro. Da Expressão ao Conhecimento: Implicações entre o Cinema e a Realidade. In: MAIA, Tatyana. **Imagens e Propaganda Política na Ditadura Civil-Militar (1964-1979): Tópicos de Pesquisa**. Paco: Jundiaí, 2018. p.11-21.

ARCHANGELO, Rodrigo. **Um Bandeirante nas Telas de São Paulo: o discurso Adhemarista em cinejornais (1947 - 1956)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema Brasileiro: Propostas para uma História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Unesp, 2009. 2ª edição.

CASTRO, Clarissa Costa Mainardi Miguel de. **O Governo Democrático de Getúlio Vargas através dos Cinejornais**. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Organizador: André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

CHARTIER, Roger. **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Trindade, 1996.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. A historiografia do cinejornalismo no Brasil. **Revista Labirinto**, Porto Velho-RO, Ano XV, Vol. 22, p. 311-322, 2015. ISSN: 1519-6674.

MAIA, Tatyana de Amaral. As 'Comemorações Cívicas' do 1º de Maio nos Cinejornais da Agência Nacional na Ditadura Militar (1964-1979). **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, n. 09, abr. 2017. p.280-299.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTII, Marcelo (Orgs). **A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Esquerdas, ditadura e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS, Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna. **“A Pornochanchada deve ser Hedionda”**: O Estudo desse Gênero Cinematográfico por meio das Críticas Especializadas. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

SCHNEIDER, Nina. Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a ditadura militar em perspectiva comparada. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.43, n.2, p. 333-345, maio-ago. 2017.

SIMIS, Anita. **Estado e Cinema no Brasil**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

SILVEIRA, Mariana Monteiro da. **O governo Médici pelas lentes da Agência Nacional (1971-1974)**. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Inácio de Melo. Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n.38, p.43-62, 2003. Editora UFPR.

A defesa dos direitos humanos nos tempos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985): a ineficácia dos mecanismos institucionais e a vigilância dos grupos e movimentos sociais de direitos humanos

The defense of human rights in the Civil-Military Dictatorship (1964-1985): the inefficiency of institutional mechanisms and the surveillance of human rights groups and social movements

Leonardo Fetter da Silva,¹ PUCRS

Resumo

A ditadura civil-militar representou um momento de grande desafio para os direitos humanos no Brasil. Os militares, a partir do golpe civil-militar de 1964, colocaram em prática um projeto repressivo que buscou atingir as esquerdas e demais grupos opositores, o qual arrastou a sociedade em uma crescente de violência. Mais do que isso, a ditadura também passou a controlar os canais de denúncias das violações e crimes perpetrados pelo aparato repressivo, em destaque o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, além de vigiar e monitorar os grupos e movimentos de direitos humanos. Nesse sentido, esse artigo propõe analisar essas duas instâncias: o controle e ineficácia dos canais institucionais de denúncia de crimes e violações, bem como a vigilância dos movimentos sociais em torno dos direitos humanos realizada pelos órgãos de informações e repressivos da ditadura.

Palavras-chave: Direitos humanos; Ditadura civil-militar; Vigilância.

Abstract

The civil-military dictatorship represented a time of great challenge for human rights in Brazil. The military has put in place a repressive project against the leftists and other opposing groups since the 1964 civil-military coup. Such a project dragged society into a growing amount of violence. More than that, the dictatorship also began to control the channels of denunciation of violations and crimes committed by the repressive apparatus, especially the Council for the Defense of the Rights of the Human Person, and to monitor groups and movements of human rights. Therefore, this article proposes to analyze these two instances: the control and ineffectiveness of institutional channels of reporting crimes and violations, as well as the surveillance of social human rights movements carried out by the information and repressive agencies of the Brazilian dictatorship.

Keywords: Human rights; Civil-military dictatorship; Vigilance.

Introdução

¹ Mestre (2019) e doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPq. E-mail: leonardofetter.lf@gmail.com.

Quando observamos a trajetória da afirmação dos direitos humanos no Brasil, compreendemos a ditadura civil-militar (1964-1985) como um momento de grande desafio. Um período em que violações e crimes foram perpetuados pelo Estado brasileiro e seus agentes de forma sistemática e, ao mesmo tempo (e em consequência disso), um momento que os direitos humanos passaram a serem defendidos por importantes setores sociais. Portanto, um período marcado por esse paradoxo, pela violência e violações, assim como pelo florescimento e aprofundamento social em torno dos direitos humanos no Brasil, principalmente na abertura política, ao final do regime, e na instauração da democracia.

A violência política fez parte da ditadura desde o golpe civil-militar de 1964, que, com o tempo, evoluiu para um projeto mais radical de repressão, arrastando todos atores políticos e a sociedade brasileira para um “espiral de violência” (NAPOLITANO, 2015, p. 21). Conforme historiador Carlos Fico (2016), é preciso compreender as dimensões da violência e da repressão política, tendo em vista que a ditadura foi muito violenta desde seus primórdios, entretanto, em 1968, tal violência se amplificou com a constituição de um aparato repressivo institucionalizado. O período entre 1968 e 1974, que corresponde aos governos de Arthur Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), ficou caracterizado pelo emprego da tortura e do assassinato político de forma generalizada, coordenada e metódica, como política de Estado (JOFFILY, 2014). Além disso, entre os anos de 1970 e 1975, também foram praticados pela ditadura, de forma sistemática, as execuções e os desaparecimentos de opositores políticos (BRASIL, 2017). Tais ações continuaram a serem praticadas pelos agentes e órgãos da repressão entre 1974 e 1985, mas o período pode ser caracterizado como um momento de decréscimo das punições (FICO, 2001).

A ditadura também passou a controlar qualquer tipo de denúncia das violações dos direitos humanos que ocorriam no país – especialmente os crimes perpetuados por seu aparelho repressivo –, utilizando desde a censura sobre a imprensa até o controle dos canais institucionais estabelecidos, ações intensificadas no período entre 1968 e 1974. Nesse sentido, os canais institucionais que poderiam investigar os crimes denunciados também estiveram sob intervenção, controle e censura, como é o caso do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). O órgão criado em lei pela sanção do presidente João Goulart (1961-1964), poucos dias antes do golpe civil-militar, chegou a ser instalado em 1968, entretanto, a ditadura desvirtuou seus objetivos de ser um espaço que fosse capaz de investigar denúncias recebidas e fazer cessar as violações dos direitos humanos no Brasil.

Ademais, devido à crescente violência e à impossibilidade de fazer justiça sobre os crimes, ao longo da década de 1970, setores sociais passaram a denunciar de forma pública

(ou seja, fora dos canais institucionais) a ditadura e defender os direitos humanos no Brasil. Tais ações reuniram importante grupos e organizações sociais que, a partir daquele momento, passaram a estruturar um movimento maior em torno da chamada “resistência democrática” à ditadura, que tinha em sua fundação a defesa dos direitos humanos. Na medida em que ganharam espaços na sociedade, outra dimensão da ditadura passou a atuar sobre esses grupos e ações: a vigilância dos órgãos de informação e repressão. A partir disso, ao longo dessa década, os documentos de informações passaram a estruturar uma narrativa de que as denúncias de violações e crimes do regime faziam parte de uma campanha gerenciada pelo “comunismo”, no sentido de atingir a ditadura e os agentes da repressão.

Nesse sentido, o que proponho nesse artigo é um esforço, em certa medida, de aproximar essas duas instâncias: o controle e ineficácia dos canais institucionais de denúncia de crimes e violações, em especial a trajetória do CDDPH na ditadura civil-militar; bem como a vigilância dos movimentos sociais e grupos em torno dos direitos humanos realizada pelos órgãos de informação e repressão, especificamente por meio dos documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI). O esforço se concentra em articular e aproximar duas diferentes pesquisas em torno da defesa dos direitos humanos no período da ditadura que venho realizando nos últimos anos, ao longo da minha formação.² Essa articulação e análise permite observar como os militares possuíam projetos e visões sobre os direitos humanos que foram se adaptando ao longo dos 21 anos do regime, conforme cada conjuntura.

A ineficácia dos mecanismos institucionais: a trajetória do CDDPH

Como observamos, a partir do golpe civil-militar de 1964, os militares colocaram em prática um amplo projeto repressivo e de controle social, o qual foi intensificado em 1968. Esse período de quatro anos acumulou diferentes denúncias de violações e crimes, que foram controladas pelos militares. Um exemplo foi a denúncia realizada pelo jornalista Márcio Moreira Alves, do jornal *Correio da Manhã* (RJ), que deu origem ao livro intitulado *Tortura e Torturados*, de 1966. Alves buscou denunciar as torturas realizadas contra estudantes nas universidades públicas no Brasil, com episódios que ocorreram desde os primeiros meses após o golpe civil-militar de 1964, na região Nordeste do país. Apesar dos exemplares da obra serem confiscados pela polícia, o jornalista já havia antecipado alguns relatos no *Correio da*

² A análise da trajetória e atuação do CDDPH foi realizada na minha dissertação de mestrado intitulada *Inoperância e Fracasso na Defesa dos Direitos Humanos: o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana na ditadura civil-militar (1964-1985)* (SILVA, 2019). Por sua vez, em nível de doutorado, desenvolvo nesse momento a pesquisa em torno da vigilância sobre os grupos e movimentos sociais de direitos humanos, por meio do acervo do SNI disposto no Arquivo Nacional. Sobre a pesquisa de doutorado, ver mais em: Silva (2020b).

Manhã. Além disso, as denúncias apresentadas no jornal e no livro fizeram com que o presidente-ditador Castelo Branco (1964-1967) enviasse o então chefe da Casa Civil, Ernesto Geisel, para a região do Nordeste a fim de averiguar a veracidade dos fatos (QUADRAT, 2013).

Os eventos de 1968 representaram um momento de acirramento da repressão, em especial a violência sobre as manifestações de crítica e descontentamento com o governo ditatorial que se intensificaram. Essas grandes manifestações que reuniram estudantes e a classe média, encorpadas, mais tarde, com as greves dos trabalhadores, foram fortemente reprimidas. O caso mais emblemático daquele ano (e um dos mais emblemáticos de toda a ditadura) foi a assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março, no restaurante Calabouço (Rio de Janeiro) – morto por policiais que reprimiam uma manifestação estudantil. O enterro de Edson Luís foi acompanhado por milhares e sua morte gerou diversos protestos pelo país, que também foram reprimidos pelo regime (FICO, 2016). Foi nesse momento que se fortaleceram as reivindicações pela instalação do CDDPH, um mecanismo proposto em lei em 1956 ao Congresso Nacional, pelo deputado federal Bilac Pinto, e que havia sido sancionado e criado em março de 1964, poucos dias antes do golpe civil-militar.

A primeira manifestação pela instalação do CDDPH, em 1968, foi feita pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quando a entidade enviou um telegrama ao ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva (1967-1969) solicitando o efetivo funcionamento do órgão em resposta à repressão policial às manifestações estudantis e às denúncias de violações contra indígenas (O ESTADO DE S. PAULO, 02/04/1968). As reivindicações da OAB provinham do fato da entidade ser um dos nove membros efetivos do CDDPH definidos por lei, juntamente com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).³ Ao longo do ano, a Ordem realizou várias solicitações pela instalação do Conselho, como, em junho, quando denunciou publicamente a repressão da Polícia Militar do Rio de Janeiro contra as manifestações estudantis nas universidades do estado (O ESTADO DE S. PAULO, 21/06/1968).

Em outubro daquele ano, frente as reivindicações da OAB, o CDDPH foi instalado pelo presidente-ditador Costa e Silva em uma cerimônia oficial no Rio de Janeiro, que contou com a presença de autoridades políticas, entidades civis e representante da Organização das Nações Unidas (ONU) (O ESTADO DE S. PAULO, 25/10/1968). Apesar da instalação do

³ Os nove membros definidos por lei eram: Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Ordem dos Advogados do Brasil, Professor Catedrático de Direito Constitucional de uma das Faculdades Federais, Associação Brasileira de Imprensa, Associação Brasileira de Educação (ABE), Líderes da Maioria e da Minoria, na Câmara dos Deputados e no Senado (BRASIL, 1964).

Conselho ser uma resposta às pressões realizadas por políticos e entidades civis, aquele ato foi utilizado pela ditadura para se legitimar enquanto não violadora dos direitos humanos, constitucional e institucional (SILVA, 2019b) – fortalecendo a ideia de uma continuidade democrática do regime. Na cerimônia, o ministro Gama e Silva declarou que a instalação era “uma resposta eloquente e afirmativa de que vivemos num Estado de Direito, sob o império da Constituição e das leis, onde o respeito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade são plenamente assegurados” (CORREIO DA MANHÃ, 25/10/1968). A busca dessa legitimação por meio do CDDPH foi utilizada pelo regime durante todo o período de funcionamento do órgão.

Quando analisamos a trajetória do CDDPH na ditadura civil-militar, podemos observar três momentos (SILVA, 2020a), sendo: um primeiro, de 1968, da instalação do órgão, até 1971, quando ocorreram mudanças significativas na sua estrutura e atuação; um segundo momento que foi até 1973/74, quando o órgão ficou sem se reunir durante todo o governo de Ernesto Geisel (1974-1979); e, por fim, um último momento que se iniciou com a reconvocação em 1979 e foi até o fim do último governo militar, em 1985. Nesse sentido, me concentrarei no esboço desses três momentos, para que possamos compreender a trajetória do órgão, sua inoperância e o controle exercido pelo governo ditatorial.

A primeira reunião do CDDPH depois da instalação ocorreu no final de novembro de 1968, tendo como pautas os crimes cometidos pela polícia da Guanabara e do Rio de Janeiro e a denúncia de “genocídio” contra as populações indígenas, as quais tiveram encaminhamentos internos (O ESTADO DE S. PAULO, 30/11/1968). As duas pautas acabaram sendo recorrentes nos trabalhos do Conselho nos anos seguintes, sendo que a primeira foi anexada mais tarde na denúncia dos chamados “Esquadrões da Morte”. Após isso, o CDDPH só se reuniu novamente em dezembro de 1969 (O ESTADO DE S. PAULO, 03/12/1969), já sob governo de Médici, ou seja, com um intervalo de mais de um ano entre as reuniões. Esse intervalo foi resultado da tensão política provinda do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, que, entre outras coisas, acabou com as últimas garantias legais da Constituição, fechou o Congresso Nacional e estabeleceu o fim do *habeas corpus* (um elemento essencial para o Estado de Direito) para os crimes políticos.

A partir de 1969, as primeiras denúncias de crimes contra opositores políticos começaram a ser realizadas ao CDDPH. A primeira delas foi a denúncia formulada pela OAB de Brasília e apresentada ao órgão pelo senador Aurélio Vianna (MDB⁴), sobre a prisão e

⁴ Sigla do partido Movimento Democrático Brasileiro, criado a partir da instituição do bipartidarismo em 1966 pela ditadura civil-militar, em oposição ao partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

tortura de três advogados (O ESTADO DE S. PAULO, 04/12/1969). Ao mesmo tempo, o ministro da Justiça Alfredo Buzaid (1969-1974), presidente do CDDPH, proferiu declarações no sentido de buscar investigar qualquer denúncia realizada ao órgão sobre prisões arbitrárias e torturas, estimulando os membros da OAB e MDB em acreditar no Conselho como um mecanismo capaz de investigar as violações (O ESTADO DE S. PAULO, 05/12/1969). Conforme apresenta Paulo Jorge Campos (2019), a partir de sua posse como ministro da Justiça, Buzaid assumiu o compromisso em coibir qualquer tipo de tortura. Entretanto, diferente das declarações de Buzaid, as denúncias de crimes contra opositores políticos não entraram na pauta do Conselho nesse momento ou, quando apreciadas, foram arquivadas em uma análise prévia. Além disso, até 1971, o CDDPH não se reuniu com frequência, sempre dependendo da convocação do ministro da Justiça, que também controlava as pautas (SILVA, 2019a) – eram essas as grandes críticas, nesse momento, dos representantes da OAB e MDB dentro do órgão.

No ano de 1971, ocorreram importantes mudanças na trajetória do CDDPH, que separou o que podemos compreender como primeira e segunda fase do órgão na ditadura. No início do ano, o Conselho recebeu a denúncia de desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva,⁵ que havia sido levado de sua casa, no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro por seis militares da Aeronáutica e era dado como desaparecido depois disso. A versão das instituições militares era que, no traslado de Paiva entre os órgãos militares nos dias de sua prisão, o comboio foi atacado e ele sequestrado. A sua esposa, Maria Eunice Paiva, e sua filha Eliana, de quinze anos, também foram detidas no dia seguinte, sendo a primeira liberada somente em 2 de fevereiro e a segunda após um dia. Em seguida desses acontecimentos, Maria Eunice enviou uma carta ao CDDPH denunciando o ocorrido, contestando a versão dos órgãos militares e questionando o desaparecimento do marido.⁶ Após a carta, o Conselho passou a apreciar a denúncia.

Depois de alguns adiamentos nas sessões e discussões internas, em 10 de agosto de 1971, o CDDPH analisou o caso de Rubens Paiva e, diferente de outras denúncias de presos políticos que eram prontamente arquivadas, a votação para prosseguimento ou arquivamento da denúncia acabou empatada. Votaram a favor do arquivamento Eurico Rezende (líder da ARENA no Senado), Geraldo Freire (líder da ARENA na Câmara), Pedro Calmon (professor de direito constitucional) e Benjamin Albagli (presidente da ABE); e contra votaram Nelson

⁵ Sobre a apreciação da denúncia de desaparecimento de Rubens Paiva no CDDPH, ver mais em: Silva (2021).

⁶ Carta disponibilizada de forma digital pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. 030 - Carta de Eunice Paiva a CDDPH Rubens Paiva.

Carneiro (líder do MDB na Câmara), Pedroso Horta (líder do MDB no Senado), Cavalcanti Neves (presidente da OAB) e Danton Jobim (senador do MDB e presidente da ABI) (O ESTADO DE S. PAULO, 11/08/1971). Tendo isso em vista, o ministro Buzaid acompanhou o voto do relator, senador Eurico Rezende, e arquivou o caso com seu voto minerva garantido por lei. Apesar do desfecho, essa foi a primeira possibilidade concreta do Conselho investigar um caso de crime contra opositores políticos.

Mais importante que o fato da votação dos conselheiros no caso Paiva acabar empatada, foram as reações imediatas da ditadura sobre o órgão. Pouco tempo depois, em 22 de outubro, o senador Ruy Santos apresentou o Projeto de Lei 419/1971, que, entre outras coisas, modificava a estrutura do CDDPH, aumentando o número de membros (vinculados ao Estado)⁷ e tornando todas as reuniões sigilosas. Apesar do esforço da OAB, MDB e ABI contra a proposta, denunciando que ela desvirtuava os objetivos do órgão e dava ampla maioria para o governo, ela foi aprovada no Congresso Nacional. Em dezembro, Médici sancionou a lei 5.763/71 (que ficou conhecida como Lei Ruy Santos) e consolidou as modificações, mesmo com o pedido direto do MDB para que o presidente-ditador vetasse o projeto.

A Lei Ruy Santos representou um cerceamento dos trabalhos do CDDPH e um controle absoluto sobre os temas e as possibilidades de atuação do órgão, na medida que, com o sigilo, as discussões internas ficaram afastadas do debate público. Somado a isso, o regime passou a ter uma grande maioria dentro do Conselho, evitando qualquer tipo de desgaste, como ocorrerá no empate da apreciação da denúncia de desaparecimento de Paiva. A partir desse momento iniciou-se no CDDPH uma fase “melancólica” – característica utilizada pelo deputado Pedroso Horta (MDB) para se referir ao sigilo dos encontros do órgão (O ESTADO DE S. PAULO, 11/03/1971). Em resposta à aprovação da Lei Ruy Santos, às modificações realizadas e ao controle sobre o órgão, o MDB retirou definitivamente seus dois representantes em 1972 e a ABI retirou sua participação por alguns meses, entre 1972 e 1973 (SILVA, 2019b). Mais tarde, em reação à ineficácia do Conselho na investigação de denúncias de violações dos direitos humanos (característica do órgão na ditadura), a OAB decidiu não comparecer nos encontros no final 1973, retornando anos depois.

A partir desses pontos e fatos, pode-se destacar que a segunda fase, delimitada entre 1971 e 1973/74, corresponde a um momento em que o órgão cumpriu uma ação meramente

⁷ A proposta apresentada e aprovada incluiu como membros do CDDPH: representante do Ministério das Relações Exteriores, representante do Conselho Federal de Cultura, representante do Ministério Público Federal e um Professor Catedrático de Direito Penal de uma das Faculdades Federais.

burocrática, em que os casos envolvendo denúncias de crimes foram prontamente arquivados. Os conselheiros passaram a se reunir com uma maior frequência (uma demanda anterior), entretanto, os encontros foram marcados por total sigilo e ineficácia no que diz respeito às investigações de violações dos direitos humanos. Anos mais tarde, o deputado Ulysses Guimarães (MDB) se referiu ao CDDPH como um “apêndice do executivo” (O ESTADO DE S. PAULO, 30/03/1979), criticando a composição do órgão e as suas ações favoráveis ao regime, no que diz respeito à não investigação das denúncias. Essa fase melancólica se encerrou em 1974, quando, com a posse de Geisel na presidência, o órgão não foi mais convocado até 1979. Segundo Campos:

Do ponto de vista investigativo, o CDDPH manteve a perspectiva de arquivar casos de violações aos direitos humanos. A diferença se pautou exclusivamente nas maiores margens de votação em favor do arquivamento dos processos. [...] Pareceres, em sua maioria, arquivados por unanimidade. Quando relacionado a episódio associado à violação aos direitos humanos, provavelmente perpetrado por agente do Estado, o processo era arquivado, sempre com o voto contrário de Cavalcanti Neves, representante da OAB. Porém, concomitante a esse procedimento, o Conselho entrou em um novo momento peculiar. No lugar do papel investigativo – sempre ineficaz – propôs-se como elaborador de moções inócuas no lugar de guarnecer seu direito enquanto investigador de violações aos direitos humanos (CAMPOS, 2019, p. 358).

Dessa forma, as reuniões posteriores a Lei Ruy Santos foram marcadas pelo sigilo e, sobretudo, pela ineficácia do órgão na promoção e defesa dos direitos humanos. O CDDPH, tanto estimado em seus primeiros encontros, acabou o governo Médici marcado pelo silenciamento e esquecimento. Portanto, durante o período de maior violência política e violação sistemática dos direitos humanos na ditadura civil-militar, o Conselho foi amarrado pelo regime e se manteve calado sobre importantes questões. Conforme Campos (2019) também aponta, nesse período da gestão do ministro Buzaid e de Médici, a atuação do CDDPH pode ser compreendida como dissimuladora e silenciadora da realidade. As modificações e o sigilo impostos ao órgão faziam parte de uma política de censura e de controle fortemente implementada no governo Médici, onde as violações dos direitos humanos não encontravam espaço para serem denunciadas. E assim se encerrou uma fase do CDDPH, que entrou em um período de esquecimento durante todo governo Geisel.

Passado esse momento, em 1979, o CDDPH retornou ao debate político no último governo militar, de João Baptista Figueiredo (1979-1985). Nessa conjuntura, a defesa dos direitos humanos e as denúncias de suas violações encontravam força em diversas organizações e movimentos sociais pelo Brasil, tornando-se uma forte bandeira contra a

ditadura. Buscando absorver essas demandas e ao mesmo tempo controlá-las, o governo decidiu reconvocar o CDDPH e no dia 9 de maio o colegiado se reuniu após cinco anos (O ESTADO DE S. PAULO, 10/05/1979). Apesar da crítica, a OAB e a ABI compareceram no encontro, em um momento que as entidades se fortaleciam como pilares da chamada “resistência democrática” à ditadura (ROLLEMBERG, 2010). O MDB manteve sua posição tomada em 1973 e não compareceu. Na reunião, o Conselho examinou os problemas de violência e a criminalidade urbana.

O ministro da Justiça Petrônio Portela (1979-1980) chegou a propor, em seguida do primeiro encontro, que o CDDPH só analisasse as denúncias de crimes ocorridos a partir daquele ano, buscando silenciar e deixar no passado as violações já ocorridas – na conjuntura de discussão da Anistia –, mas a proposta foi criticada por membros e não se concretizou (O ESTADO DE S. PAULO, 30/03/1979). Nesse sentido, essa última fase do Conselho na ditadura foi marcada pelo recebimento de grande volume de denúncias de crimes contra os opositores políticos, em que constantemente listas com nomes de desaparecidos, mortos e/ou presos eram repassadas ao órgão para análise. Isso acompanhava a mobilização social em torno dos direitos humanos, acentuada nos anos finais da ditadura. Ao mesmo tempo, até 1985, o CDDPH não conseguiu dar respostas a essas demandas sociais e os casos ficaram travados em trâmites e apreciações internas.

Essa foi a trajetória do CDDPH na ditadura civil-militar brasileira, marcada pela inoperância e pelo fracasso na defesa dos direitos humanos, especialmente no que diz respeito aos crimes contra opositores políticos. É importante ressaltar que essas características correspondem a um projeto que a ditadura tinha para o Conselho, que deveria ser compreendido como um espaço limitado e controlado para absorver as demandas por investigações das violações dos direitos humanos, mas sem efetivas apurações. Nesse sentido, quando ultrapassado esses limites, a ditadura agiu para que o seu controle fosse reafirmado, como na Lei Ruy Santos. Outra questão foi a utilização pela ditadura do CDDPH para se legitimar enquanto constitucional e não violadora dos direitos humanos, como ficou expressa nos discursos na cerimônia de instalação do órgão em 1968 (SILVA, 2019b). Em outra situação, a ditadura também utilizou um parecer elaborado pelo Conselho sobre a “Questão Indígena no Brasil” para se legitimar, no plano internacional, como não violadora dos direitos humanos (O ESTADO DE S. PAULO, 13/12/1969).

Portanto, a partir desse controle sobre as denúncias, cabe ressaltar que a ditadura, para além de estruturar um forte aparelho repressivo, também buscou garantir a impunidade dos agentes e instituições envolvidas nas violações dos direitos humanos e também procurou

assegurar nenhuma investigação nesse sentido (BRASIL, 2017). Concomitante a essas ações (já se aproximando à segunda parte desse artigo), podemos acrescentar a atuação do aparelho repressivo e de informações no sentido de investigar e monitorar os defensores, grupos, entidades e movimentos sociais que defendiam os direitos humanos e denunciavam as suas violações no Brasil, especificamente na segunda metade da década de 1970.

A vigilância sobre as denúncias e os movimentos de direitos humanos

No contexto em que a ditadura anunciava o seu projeto de abertura política a partir de 1974, setores da sociedade brasileira, principalmente aqueles atingidos pela política econômica e repressiva, passaram a se reorganizar frente ao regime. Foi nessa conjuntura que surgiram os chamados “novos movimentos sociais”. A característica principal para a denominação de “novos” é o abandono, quase por completo, dos esquemas marxistas que definiam os movimentos sociais anteriores a 1964 (JELIN, 1987; DOIMO, 1995). Para além da incorporação do paradigma democrático, esses movimentos dos anos 1970 passaram cada vez mais a defender os direitos humanos, o que a cientista política Elizabeth Jelin (2005), olhando para a América Latina, compreendeu como uma mudança significativa frente às ditaduras militares da região. Nessa conjuntura, as esquerdas brasileiras também passaram a rever seus posicionamentos anteriores e se engajar na “luta democrática” contra o regime (ARAUJO, 2000; 2004). Além disso, os setores que apoiaram o golpe e a ditadura também se afastavam cada vez mais do regime nesse processo, formando, ao lado das esquerdas e movimentos sociais, a chamada “resistência democrática” (ROLLEMBERG, 2010).

Tendo em vista a falta de mecanismos institucionais para a denúncia de violações dos direitos humanos – como é a evidente ineficácia e controle do CDDPH – e os sistemáticos crimes cometidos pelo aparato repressivo, esses setores da sociedade brasileira passaram a denunciar publicamente a ditadura e seus crimes. Alguns grupos se destacaram nesse momento, como: os grupos em torno da bandeira da Anistia “ampla, geral e irrestrita”, como o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) e os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), que pautaram a defesa dos presos e perseguidos políticos, incorporando lutas em torno dos direitos humanos; grupos religiosos⁸ e entidades representativas (tais como OAB e ABI) que abandonavam posições da década de 1960 e, cada vez mais, denunciavam a ditadura e defendiam os direitos humanos; as ações dos presos políticos, denunciando os crimes cometidos contra eles e as precárias condições carcerárias (TELES, 2014); os familiares e

⁸ A Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e os religiosos ali reunidos se destacaram no período de abertura política, ao pautar e defender os direitos humanos e os presos políticos.

vítimas da repressão, que fortaleceram a denúncia do regime (TELES, 2009); e, por fim, centros, associações, conselhos, grupos de direitos humanos que se estruturavam no país ao longo da década de 1970.

Essa variedade de movimentos, grupos sociais e ações em torno dos direitos humanos foram intensamente monitorados pelos órgãos de informações da ditadura civil-militar ao longo dos anos 1970 e 1980. Antes disso, em 1969, o documento Informação nº 705/SNI/ARJ/69,⁹ de 5 de dezembro, da Agência do Rio de Janeiro para a Agência Central do SNI, já demonstrava a preocupação dos órgãos de informações sobre a pauta dos direitos humanos, especificamente a defesa dos presos políticos. Nesse documento, destaca-se uma apreensão da comunidade de informações sobre a “campanha violenta encetada pela imprensa contra o tratamento que vem sendo dispensado aos ‘presos políticos’ no País”.¹⁰ E ainda complementa:

A campanha desencadeada pela imprensa interpretando ao seu bel prazer as palavras do Ministro da Justiça só trarão vantagens aos subversivos: tal campanha será engrossada em pouco tempo pelos religiosos e, a partir desse momento, desencorajará os que se arriscam a enfrentar os guerrilheiros, cujos métodos de luta admitem como válidos todos os meios desde que os conduzam ao único fim colimado: a TOMADA DE PODER.¹¹

O destaque desse trecho é a preocupação desses órgãos e agentes com as declarações do ministro Alfredo Buzaid no sentido de investigar as denúncias de tortura a presos políticos – apresentado anteriormente na trajetória do CDDPH. Além disso, também se destaca a compreensão, mesmo que inicial, de que as denúncias dos crimes do aparato repressivo teriam como objetivo, em última instância, a tomada de poder por parte dos grupos subversivos.

Alimentados e movidos pelo anticomunismo (MOTTA, 2012), os órgãos de informações da ditadura acreditavam que os grupos comunistas utilizavam a defesa dos direitos humanos como uma campanha que, naquele momento, buscava atingir a ditadura e os setores militares engajados na repressão no Brasil – assim como demonstra outro documento de 1969, a Apreciação nº 08/C-4,¹² enviado da Agência Central do SNI para seu próprio chefe. Segundo essa informação, depois das ações dos órgãos comprometidos na repressão que resultou na desarticulação das organizações subversivas e comunistas após o AI-5, o chamado Movimento Comunista Internacional (representado pela sigla MCI nos documentos de informações) partiria para um “novo processo” na sua guerra psicológica contra o regime.

⁹ Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69021337. Fundo Serviço Nacional de Informações.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71042794. Fundo Serviço Nacional de Informações.

Nessa nova estratégia, estariam técnicas classificadas pelo documento como “mais sutis”, que buscavam atingir o “prestígio do governo”, sendo:

Dentre as novas táticas adotadas pelo MCI, devem ser focalizadas as seguintes: a. Contestação, em nome da nobre defesa dos Direitos Humanos, dos julgamentos regulares processados na Justiça contra agentes do MCI acusados por terrorismo, subversão, assaltos e outros crimes. b. Propaganda em prol da “redemocratização” do país, valendo-se muito do pronunciamento das autoridades públicas para enfatizar a “promessa oficial de redemocratização” equivale a uma auto-confissão de que o país se encontra sob um duro regime de exceção e tirania. [...] c. Luta pelo restabelecimento do “Habeas-Corpus” para os presos políticos.¹³

Nesse sentido, para os agentes e instituições da informação era necessário um monitoramento sobre qualquer grupo e movimento de direitos humanos no país. Essa vigilância ficou preservada nos documentos do SNI,¹⁴ os quais, atualmente, estão sob guarda do Arquivo Nacional, em um fundo específico. Tais documentos, originários de 250 mil microfichas, nos auxiliam na compreensão do funcionamento do sistema de informação da ditadura, suas formas de atuação, os alvos dessas investigações, o processo de recolhimento e análise de informações, entre tantas outras questões. A característica principal do fundo é que não são documentos produzidos apenas pelo SNI, mas de diversas esferas do sistema de informação e repressão. Antes de avançar na análise de mais alguns desses documentos, é necessário observarmos como o sistema de informação foi pensado e estruturado na ditadura civil-militar brasileira.

O SNI foi a pedra fundamental do projeto da ditadura para a área da informação, proposto e aprovado em lei ainda em 1964. O órgão foi pensado com grandiosidade, possuindo *status* de ministério e um enorme orçamento. Sua liberdade e *status* permitia, inclusive, que o órgão escapasse da fiscalização das demais instâncias da República, ou seja, dos poderes judiciário e legislativo. Ele foi idealizado e gerenciado nos primeiros anos pelo general Golbery Couto e Silva, substituindo o precário Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (Sfci). Mais tarde, em um processo de reestruturação da área de informação do Brasil, o SNI passou a contar com o auxílio dos órgãos de informações militares: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa).¹⁵ Com o estabelecimento ou reestruturação desses órgãos militares, nesse momento, houve uma

¹³ Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71042794. Fundo Serviço Nacional de Informações.

¹⁴ Os documentos do SNI utilizados nesse artigo fazem parte de uma pesquisa maior em torno da vigilância sobre os direitos humanos. Para saber mais sobre essa pesquisa e suas linhas gerais, ver mais em: Silva (2020b).

¹⁵ Sobre os órgãos de informações, militares ou civis, ver mais em: Ishaq; Franco; Sousa (2012).

radicalização do projeto da ditadura para a área de informação, quando os agentes de informações passaram a se envolver na luta antissubversiva. O próprio SNI acabou por auxiliar e atuar nas ações repressivas a partir desse momento.

Ao final da década de 1960 e os primeiros anos da década seguinte, o SNI também passou por um processo de expansão, iniciado com a criação das Divisões de Segurança e Informações (DSI) em 1967, responsáveis pelas informações nos ministérios civis. Mais tarde, ocorreram novas mudanças, aumentando a importância do SNI dentro da área de informações, como: as DSI foram subordinadas diretamente ao SNI; foi criada a Escola Nacional de Informações (Esni) com o objetivo de instruir e treinar agentes da área; e, por fim, também foi criado o Sistema Nacional de Informações (Sisni), onde o SNI ficou responsável por recolher, analisar e distribuir as informações produzidas por todos os órgãos da área, civis ou militares (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012). O Sisni se tornou a grande estrutura de informações no país, ao lado do Sistema de Segurança Interna (Sisegin) que reunia altas-autoridades, órgãos repressivos, as Forças Armadas, entre outros envolvidos na repressão – consolidando-se, assim, um sistema calcado no binômio repressão e informação (QUADRAT, 2013; JOFFILY, 2014).

Esse histórico sintetizado do projeto para a área de informações posto em prática pela ditadura civil-militar demonstra a importância da vigilância e monitoramento para os militares, dentro da compreensão de que travavam uma luta contra o comunismo e a subversão. Foi essa grandiosa estrutura que existia no momento em que a ditadura anunciava sua abertura “lenta, gradual e segura”, com posse de Geisel em 1974. Naquele ano, com o extermínio da Guerrilha do Araguaia, último grande grupo armado organizado contra a ditadura, o sistema de informação passou a dar cada vez mais atenção aos movimentos sociais e grupos que se organizavam na sociedade (ANTUNES, 2002), em especial, aqueles que denunciavam a ditadura e seus crimes. Foi ao longo dessa conjuntura da abertura política que os grupos em torno dos direitos humanos foram vigiados, em um momento que floresciam e se fortaleciam.

As primeiras análises realizadas ainda em 1969 pelos órgãos de informações (apresentadas anteriormente), compreendendo a defesa dos direitos humanos e a denúncia dos crimes da ditadura vinculada aos movimentos subversivos/comunistas, evoluiu ao longo dos anos seguintes, ganhando corpo conforme mais informações eram recolhidas e as análises eram realizadas. Em 1973, um documento produzido pelo Destacamento de Operações de Informações (DOI) do II Exército (SP) também avançava nesse sentido, descrevendo o suposto “Plano Estratégico para a derrubada das Instituições Democráticas” (Informação nº

569/SSA/DOI/7349, de 12 de outubro de 1973¹⁶). O plano estratégico de tomada de poder por parte dos subversivos descrito pelo DOI tinha como enfoque central uma campanha de revogação do AI-5 e da Lei de Segurança Nacional (LSN).

O documento foi produzido pelo DOI por meio de supostos materiais apreendidos em “aparelhos” da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), destacando que a estratégia de tomada de poder se daria em seis fases, sendo as primeiras: 1) a arregimentação de amplas camadas da opinião pública mundial contra os “Órgãos de Combate ao Terrorismo”, identificando e denunciando os seus membros; 2) transportar a campanha para o Brasil, escudada nas declarações dos direitos humanos, mas tendo como eixo a solidariedade aos presos políticos, mudando a opinião das autoridades judiciárias sobre eles; 3) com o apoio do partido da oposição e da Igreja, a revogação do AI-5 e da LSN. Após essas três etapas iniciais, outras três levariam a um processo de fim do regime e a tomada de poder por parte dos grupos comunistas.

Esse suposto plano de derrubada de poder – o qual o SNI passou a monitorar a existência – nos permite observar a compreensão e apreensão de uma campanha internacional de denúncia dos crimes cometidos pelos aparatos repressivos e na defesa dos presos políticos, que seria incorporada dentro do país mais tarde, tendo como plano de fundo a defesa dos direitos humanos. Essa perspectiva é importante para reforçar a necessidade, para os órgãos de informações, do monitoramento das ações e dos movimentos de defesa dos direitos humanos. O documento ainda apresentava que tal plano havia sido iniciado e as primeiras etapas já estavam se consolidando:

Assim é que, já há bastante tempo, as atividades dos elementos banidos, exilados e foragidos no exterior, vêm se concentrando numa Campanha Sistemática e gradativa contra os Órgãos de Informações, denunciando torturas e arbitrariedades contra pretensos “presos políticos” (terroristas).¹⁷

Nesse sentido, o trabalho com os documentos do SNI nos permite compreender que, desde as primeiras informações apresentadas em 1969, a comunidade de informações passou a consolidar uma narrativa em torno da defesa dos direitos humanos no Brasil, principalmente a defesa dos presos políticos e a denúncia dos crimes cometidos contra eles. Na medida que os diferentes setores e segmentos da oposição à ditadura se estruturavam ou reestruturavam, as ações em torno da denúncia das violações e crimes do aparato de segurança passaram a ser compreendidas pelas informações dentro de uma narrativa de difamação e uma campanha

¹⁶ Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74065833. Fundo Serviço Nacional de Informações.

¹⁷ Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74065833. Fundo Serviço Nacional de Informações.

contra o governo ditatorial brasileiro, as forças e agentes repressivos, as Forças Armadas e a chamada “Revolução de 64”. Uma campanha difamatória coordenada pelos organismos internacionais e nacionais do comunismo, os quais tinham, em última instância, conforme a narrativa, o objetivo de desmantelamento dos instrumentos de controle e repressão do regime.

Um outro documento, do início de 1976, pode ser compreendido como um momento que a narrativa sobre os direitos humanos se consolidou para órgãos envolvidos na repressão e informação. Trata-se da Informação nº 022/16/AC/76109,¹⁸ produzida pela Agência Central do SNI e que buscava fazer um levantamento de informações sobre uma denúncia enviada pela OAB no ano anterior ao Golbery Couto Silva, então ministro do Gabinete Civil da Presidência no governo de Geisel, sobre as condições carcerárias e outros crimes cometidos contra presos políticos.¹⁹ Além de consolidar algumas perspectivas, o documento de informações também avançava ao evidenciar a apreensão dos agentes de repressão e informação em relação às campanhas em torno das denúncias dos crimes contra presos políticos, com especial atenção à prática de tortura, tendo como supostos objetivos a desmoralização das forças e agentes responsáveis pela segurança nacional.

A informação produzida pela agência é dividida em seis tópicos, que tratam de levantamento de informações anteriores, considerações sobre esses dados e, por fim, conclusões. A partir de um histórico, a agência apresenta uma trajetória das denúncias de tortura e crimes do regime, sejam elas internacionais ou nacionais, articulando diversas informações recolhidas desde 1966. O importante ao observarmos esse histórico acerca dessas denúncias é compreendermos o acesso do SNI às informações sobre as ações de mais variadas origens, assim como a própria visão do órgão de entender cada ação não como ato isolado, mas dentro de uma “campanha”.²⁰ Após esse levantamento, o documento chega na denúncia formulada pela OAB (objeto de análise da informação), caracterizando-a como:

g) Vê-se portanto, de forma clara e evidente, que o documento em questão é mais uma investida do MCI, através dos dados que a Frente Brasileira de Informações forneceu à AMENESTY INTERNATIONAL para, com a cobertura da OAB, colocar, no banco dos réus, os elementos responsáveis pelo quase total desbaratamento das organizações subversivas que atuam no Brasil. Com esse documento, de característica nitidamente comunista e calcado nos procedimentos normais das suas organizações de frente, o MCI, após uma intensa campanha visando à opinião pública nacional e

¹⁸ Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80005771. Fundo Serviço Nacional de Informações.

¹⁹ Trata-se da uma denúncia de crimes e violações que havia sido recebida pela OAB por 35 presos políticos do Presídio Romão Gomes (SP) e obteve bastante repercussão na imprensa nacional e internacional quando encaminhada ao Golbery, tendo também especial atenção pelos órgãos de informações. Sobre a denúncia, ver mais: Teles (2014).

²⁰ Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80005771. Fundo Serviço Nacional de Informações.

internacional, através dos meios de comunicação e sob inspiração da URSS e países satélites, tenta, assim, desmoralizar os órgãos de segurança mediante o julgamento de seus componentes.²¹

Tal enxerto, vinculado ao que já foi apresentado, demonstra a perspectiva para os órgãos de informação da colaboração de diversas organizações e entidades na construção de uma campanha contra a ditadura perante a chamada opinião pública, nacional e internacional, tendo sempre a orientação de organizações comunistas. O documento ainda coloca:

d. Essa prolongada campanha de difamação e de acusação aos integrantes dos órgãos de segurança está, de certa forma, alcançando seus objetivos. De uma parte, tornando-se mais intensa ao início do Governo do Presidente GEISEL, procurou impressionar as novas autoridades responsáveis pelos destinos do País, para dar a impressão que todos os elementos empenhados nas atividades de repressão à subversão comunista eram elementos que somente através do processo de violência e do uso das mais sofisticadas torturas eram capazes de agir. Nessa tarefa, foram os comunistas grandemente auxiliados por verdadeiros inocentes úteis e pela esquerda clerical, e com o apoio das organizações de fachada do MCI.²²

Nesse trecho, podemos destacar a compreensão de que essa campanha buscava atingir os agentes envolvidos na repressão, ganhando força desde a posse de Geisel, onde o projeto de abertura política foi proposto. Portanto, ao mesmo tempo, representa uma apreensão acerca dos caminhos que o processo de abertura poderia levar. Em outro momento, o sentimento de preocupação dos setores de segurança fica mais evidente, acusando a OAB, por meio de sua denúncia, de fomentar esse clima:

A cada denúncia de “torturadores” ou de “desaparecidos”, e que traz como consequência a necessidade de processamento de dados para a elaboração das respostas esclarecedoras, ocorre, por outro lado, um surgimento de clima de desestímulo e de certa apreensão entre os componentes dos órgãos de segurança. Parece-lhes que as autoridades superiores os estão colocando, indiscriminadamente, sob suspeição e que estão dando crédito às denúncias recebidas. [...] O que lhes chega ao conhecimento é a campanha pela imprensa, através de panfletos, boletins, etc., pregando a necessidade de desmantelamento dos órgãos de segurança e punição de seus integrantes.²³

Com esse trecho, além da preocupação evidente já mencionada, também fica explícito um receio sobre as ações das autoridades superiores no que diz respeito à defesa dos agentes da repressão e de informação contra as acusações realizadas. Nesse sentido, os órgãos de informação estavam sempre sendo obrigados a elaborar “respostas esclarecedoras”, lutando contra as narrativas, consideradas subversivas, em torno das denúncias.

²¹ Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80005771. Fundo Serviço Nacional de Informações.

²² Idem.

²³ Idem.

O documento também deve ser observado dentro de sua conjuntura, em especial com os debates e disputas em torno da abertura política. As promessas de distensão e liberalização preferidas com a posse de Geisel, apesar de ainda não estarem consolidadas nesse momento, refletiam dentro das informações analisadas, por meio do evidenciado temor de perda de controle do processo de abertura pelo governo com o fortalecimento da oposição e dos movimentos sociais, assim como o possível dismantelamento dos órgãos repressivos e de informação. Nesse sentido, a possibilidade futura de julgamentos dos agentes dessas instituições, advindas de uma abertura política, era uma das preocupações expostas, explicitamente ou não, nas informações. Além disso, por meio do monitoramento dos movimentos de direitos humanos e sua constante vinculação com o comunismo, os agentes de informação buscavam mostrar um processo subversivo corrente no país, ou seja, a necessidade de manutenção das instituições envolvidas na repressão.

Quando observamos a década de 1970 nos documentos do SNI, percebemos que as primeiras análises realizadas nas informações, em que apresentavam a possibilidade de a defesa dos direitos humanos ser utilizada contra o regime e os órgãos de segurança, se concretizaram para a comunidade de informações. Uma possibilidade que se confirmava na medida que novas informações eram recolhidas por diferentes órgãos. É preciso considerar que as análises realizadas entre a vinculação das ações de defesa dos direitos humanos como parte de uma estratégia do comunismo não era, para os agentes, apenas suposições, mas reuniam nas informações indícios ou documentos considerados por eles capazes de justificar as suas posições e interpretações. Como apresenta o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2002; 2012), não era apenas uma “industrialização do comunismo”, manipulando o “Perigo Vermelho”, mas compreendiam um real perigo às instituições brasileiras estabelecidas, o que justificaria a sua própria existência enquanto agente da informação e da repressão.

Por meio dessa construção sobre os direitos humanos, os órgãos de informação justificavam o monitoramento, vigilância e controle das ações e grupos em torno dessa bandeira. É importante ressaltar que esse vínculo com o comunismo não era uma exclusividade dos movimentos e ações em torno dos direitos humanos, mas era uma interpretação realizada sobre outros grupos monitorados – tais como os movimentos pela Anistia, conforme apresentado pela historiadora Pâmela de Almeida Resende (2015). Ao mesmo tempo dessa construção, a defesa dos direitos humanos passou a concentrar diversos setores frente à ditadura, denunciando seus crimes e arbitrariedades, no contexto de fortalecimento dos setores da oposição e movimentos sociais ao longo da década de 1970. Portanto, temos a estruturação de um processo duplo nesse momento: o avanço da defesa dos

direitos humanos em setores da sociedade e, por outro lado, uma intensificação da vigilância sobre essas ações e grupos.

Para consolidar essa necessidade de monitoramento, no mês de agosto de 1976, a Agência Central enviou o Informe nº 069/19/AC/76119²⁴ para todas as agências regionais e os órgãos militares de informação, solicitando dados sobre possíveis centros e associações de defesa dos direitos humanos espalhados no país. Segundo o documento, a exemplo do que já ocorria em João Pessoa (PB), na sede da Arquidiocese da Paraíba, estariam surgindo em outros municípios do Rio de Janeiro “a pregação de vigários” no sentido de fomentar a criação desses centros e associações. Seria o monitoramento sistemático e massivo pelo SNI sobre esses movimentos sociais, centros, associações, grupos e qualquer outra reunião em torno dos direitos humanos que marcaria o período posterior à 1977. Nesse sentido, os documentos dispostos no Arquivo Nacional, no Fundo do SNI, demonstram uma crescente vigilância sobre essas ações e grupos no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, com uma quantidade massiva de documentos nesse sentido.

Considerações finais: um exercício de aproximação entre as pesquisas

Ao longo de todo o seu período, a ditadura civil-militar realizou diferentes ações sobre os direitos humanos e as denúncias de crimes e violações. Tais ações podem ser consideradas reflexos das demandas sociais em torno dos direitos humanos ao longo das diferentes conjunturas: o CDDPH foi instalado, em grande medida, pela pressão da OAB na busca por investigar as violações e crimes ocorridos em 1968 e, ao mesmo tempo, foi utilizado pela ditadura para que as denúncias – que cada vez mais aumentavam no período mais repressivo – fossem absorvidas e controladas dentro do órgão; na mesma medida, a vigilância aplicada pelos órgãos de informação na abertura política (1974-1985) também correspondeu a um contexto de mobilização social de denúncia da ditadura e seus crimes.

A aproximação das duas instâncias e pesquisas também nos permitem observar como a ditadura utilizou diferentes estratégias para lidar com os temas de direitos humanos e as denúncias de suas violações. A primeira delas foi o CDDPH, que para além de absorver as denúncias e controla-las, o regime utilizou o órgão como representante dos seus ditos objetivos democráticos – respeito aos direitos humanos, à Constituição, ao Estado de Direito. Ademais, a partir do fortalecimento das mobilizações sociais em torno da denúncia da ditadura e seus crimes (tendo em vista a ineficiência e o controle dos canais institucionais, tal

²⁴ Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.77100042. Fundo Serviço Nacional de Informações.

como CDDPH), a segunda estratégia se concretizou: a vigilância dos órgãos de informação e repressão sobre os grupos, organizações, ações e movimentos sociais em torno dos direitos humanos. Tal estratégia também corresponde ao momento específico da ditadura, em que se tinha uma enorme estrutura de informação e repressão que temia o fim do regime, o desmantelamento de suas instituições e, principalmente, os julgamentos por seus crimes – temores expressos nos documentos analisados. Ao mesmo tempo que essas estratégias se alteravam, as visões e percepções sobre as denúncias e sobre aqueles que denunciavam também se modificaram.

Por fim, cabe ressaltar que essas pesquisas nos permitem compreender de forma mais ampla que os direitos humanos eram um tema que a ditadura civil-militar se preocupou, passando a realizar intervenções em diversas esferas. Ou seja, houve uma constante preocupação em lidar com o tema e, principalmente, com as denúncias. Isso reflete não apenas um temor do desgaste, por parte da ditadura, com essas denúncias de crimes e violações, mas também a defesa dos supostos objetivos e da narrativa democrática que o regime instaurado em 1964 buscou construir. Além disso, essa preocupação e atenção por parte do regime representou um grande desafio para aqueles setores sociais engajados na defesa dos direitos humanos ao longo da década de 1970 e 1980, tendo em vista que denunciavam um Estado ditatorial e um sistema repressivo ainda atuante.

Fontes utilizadas

Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69021337. Fundo Serviço Nacional de Informações.

Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71042794. Fundo Serviço Nacional de Informações.

Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74065833. Fundo Serviço Nacional de Informações.

Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.77100042. Fundo Serviço Nacional de Informações.

Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80005771. Fundo Serviço Nacional de Informações.

A ABI nega genocídio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 dez. 1969.

BUZAID governo será inflexível. *O Estado de S. Paulo*, 5 dez. 1969.

BUZAID tem pleno apoio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 dez. 1969.

CONSELHO arquiva caso Paiva. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 1971.

CONSELHO de Direitos reúne-se sem MDB”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 mar. 1979.

CONSELHO não rompe sigilo. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 11 mar. 1971.

COSTA e Silva instala Conselho dos Direitos. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 25 out. 1968.

CRIMINALIDADE, tem do Conselho. O Estado de S. Paulo, 10 mai. 1979.

DEPOIMENTOS não esclarecem as mortes. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2 abr. 1968.

DIREITOS serão garantidos. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 3 dez. 1969.

DIREITOS: conselho instalado. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 25 out. 1968. I Caderno.

GAMA reconhece atrocidades. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30 nov. 1968.

GOVÊRNO disposto a liquidar a agitação. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 21 jun. 1968.

Referências

- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004, p. 161-175.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas do Brasil e no mundo da década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- BRASIL. Lei no 4.319, de 16 de março de 1964. Cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2697, 20 mar. 1964. PL 1221/1956.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, Criminal. **Crimes da Ditadura Militar: Relatório sobre as atividades de persecução penal desenvolvidas pelo MPF em matéria de graves violações a DH cometidas por agentes do Estado durante o regime de exceção**. Brasília: MPF, 2017.
- CAMPOS, Paulo Jorge. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e o seu funcionamento até 1974. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. Bauru: v. 7, n. 2, jul./dez., p. 339-363, 2019.
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2016.
- ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Tereza E. **A escrita da repressão e da subversão (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- JELIN, Elizabeth. **Ciudadanía e Identidad: Las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos**. Genebra: UNRISD, 1987.
- JELIN, Elizabeth. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. **Estudios Sociales**. Santa Fe: v. 27, n. 1, p. 91-113, 2005.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158-171.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporânea: historia y problemas del siglo XX**. Montevideo: n. 3, v. 3, p. 133-148, 2012.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**. Maringá: v. 8, n. 15, nov., p. 09-44, 2015.

QUADRAT, Samantha Vaz. La violencia política en el Brasil dictatorial: cadenas de comando y formas de actuación. In: AGUILA, G.; ALONSO, L. (orgs.). **Procesos represivos y actitudes sociales: entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sur**. Buenos Aires: Prometeo, 2013.

RESENDE, Pâmela Almeida. **Os Vigilantes da Ordem: A cooperação DEOPS-SP e SNI e a suspensão aos movimentos pela anistia (1975-1983)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SILVA, Leonardo Fetter da. **Inoperância e Fracasso na Defesa dos Direitos Humanos: o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana na ditadura civil-militar (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019a.

SILVA, Leonardo Fetter da. Ditadura civil-militar e a aparência de normalidade constitucional: análise dos discursos na instalação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Oficina do Historiador**. Porto Alegre: v. 12, n. 1, p. 1-15, 2019b.

SILVA, Leonardo Fetter da. Controle e sigilo sobre os direitos humanos: a inoperância do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana na ditadura civil-militar (1964-1985). In: FREITAS, Isadora Dutra de; SILVA, Leonardo Fetter da (orgs.). **A ditadura civil-militar perante a história: pesquisas em perspectiva**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020a.

SILVA, Leonardo Fetter da. Sob Suspeita e Vigilância: o Monitoramento dos Movimentos e Grupos de Direitos Humanos pelo Serviço Nacional de Informações (1978-1985). **Sillogés**. Porto Alegre: v. 3, n. 1, jan./jun, p. 43-73, 2020b.

SILVA, Leonardo Fetter da. Os Direitos Humanos Sob Controle e Sigilo: a denúncia de desaparecimento de Rubens Paiva e os rumos do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana na ditadura civil-militar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.

TELES, Janaína de Almeida. As denúncias de torturas e torturadores a partir dos cárceres políticos brasileiros. **Interseções**. Rio de Janeiro: v. 16, n. 1, jun., p. 31-68, 2014.

TELES, Janaína de Almeida. Entre luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos do Brasil. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil**, volume I. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

Dossiê Educação

“Deus, Pátria e Família”: proposta de uma aula de História sobre o fascismo no Brasil

"God, Homeland and Family": proposal of a history class on fascism in Brazil

Caio Henrique Silva Fernandes,¹ UFSC
Joice Cristiane Machado,² UFSC

Resumo

O artigo apresenta as experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado de História, realizado de forma remota - devido à pandemia de COVID 19 - com as turmas do 2º ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina no ano letivo de 2021. O objetivo é contribuir para a discussão acerca do ensino de História e o conteúdo histórico escolar a respeito da ascensão dos fascismos no Brasil na década de 1930 e no tempo presente, considerando principalmente a atuação e influência da Ação Integralista Brasileira (AIB). Para tanto, utilizamos as ações, observações e investigações realizadas no período do estágio, assim como os planejamentos e materiais didáticos desenvolvidos.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado de História; Ensino Médio; Ensino Remoto; Fascismo no Brasil; Ação Integralista Brasileira.

Abstract

The article presents the lived experiences during the supervised History internship, carried out remotely - due to the COVID 19 pandemic - within the classes of the 2nd year of high school of the College of Application of the Federal University of Santa Catarina in the school year 2021. The objective is to contribute to the discussion about the teaching of history and the historical content of the school about the rise of fascisms in Brazil in the 1930s and in the present time, mainly considering the performance and influence of the Ação Integralista Brasileira (AIB). For this, we used the actions, observations and investigations carried out during the internship period, as well as the planning and teaching materials developed.

Keywords: Supervised History Internship; High School; Remote Teaching; Fascism in Brazil; Ação Integralista Brasileira.

Introdução: Contexto e trajetória do estágio supervisionado em História

Este artigo é um relato de experiência da prática de estágio supervisionado em História, realizado ao longo dos semestres de 2021.1 e 2021.2 nas disciplinas de Estágio Supervisionado de História I e II do curso de graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As disciplinas foram orientadas de modo remoto pela professora Joana Vieira Borges, e o estágio não presencial foi realizado no Colégio de

¹ Graduando do curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: caio_hsf@hotmail.com

² Graduanda do curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: joice.cristiane.m@gmail.com

Aplicação da UFSC (CA/UFSC) com a supervisão dos professores Manoel Pereira Rêgo Teixeira dos Santos e Camilo Buss Araújo.

As atividades das disciplinas de Estágio I e II exigiram a elaboração de um projeto de ensino, um modelo de plano de aula síncrona, uma atividade avaliativa assíncrona, a regência de uma aula de uma hora por dupla de estagiários, a criação dos materiais didáticos como, por exemplo, *slides*, e a correção das devolutivas das avaliações propostas. As observações das aulas síncronas de História se iniciaram no dia 23 de junho de 2021, realizadas todas às quartas-feiras, das 10h40min às 11h40min, por meio da plataforma *BigBlueButton* (BBB) do *Moodle* UFSC. Todas as quatro turmas de 2º do Ensino Médio – identificadas por A, B, C e D – foram reunidas em uma mesma sala de aula virtual, totalizando cem alunos matriculados.

Em 2021, o ano letivo do Colégio de Aplicação iniciou no dia 08 de fevereiro, de maneira remota, devido à pandemia de COVID-19. O ensino remoto se caracterizou como uma proposta de caráter emergencial, na qual se adaptou o ensino às possibilidades digitais para poder dar andamento aos semestres letivos durante o período da pandemia. As atividades na modalidade semipresencial iniciaram no CA/UFSC no dia 18 de outubro, e com a adoção dessa modalidade, muitos estudantes não tiveram mais aulas remotas de História, reduzindo pela metade a quantidade de estudantes que continuaram participando *online*. Como o Estágio Supervisionado I e II foi estruturado para ocorrer de maneira remota, acabamos por ministrar a nossa proposta didática somente para aqueles que optaram por esta modalidade de ensino.

A adoção do ensino remoto e semipresencial trouxe diferentes questionamentos referentes aos processos de ensino-aprendizagem e as possibilidades e limites dos recursos tecnológicos na atuação emergencial das/os educadoras/es. Percebemos que na modalidade remota houve mais dificuldades para conhecermos as/os estudantes, pois muitos não se manifestaram por voz, vídeo ou *chat*, além dos imprevistos que ocorreram referentes aos problemas de conexão e acesso à *internet*. Vale notar também que não são todas/os que possuem uma boa conexão de *internet* para viabilizar a participação, ou, ainda, que possuem computador ou *notebook*, podendo participar somente através dos *smartphones* ou *tablets*.

A partir das observações das aulas remotas síncronas, dos debates entre a turma de Estágio I e II, com a professora orientadora e com os professores titulares da disciplina de História do CA/UFSC, bem como a organização das propostas de aula das duplas de estagiários, delimitou-se o recorte temático de cada dupla para seus respectivos projetos de ensino. O eixo de discussão elencado para as propostas de ensino foram os fascismos europeus (italiano, alemão e ibérico) e latino-americano no período “entreguerras”.

Com base neste recorte temático, selecionamos como conteúdo programático para o projeto de ensino as escalas dos autoritarismos no território latino-americano, com o objetivo de compreender a inserção das ideologias fascistas na América Latina na década de 1930, em especial no contexto brasileiro e catarinense, e assim questionar os pilares sócio-políticos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e seus desdobramentos, rupturas e permanências entre o contexto histórico do período entreguerras e o tempo presente, tendo em vista que a AIB foi um dos maiores movimentos do tipo fascista fora do continente europeu (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 17).

A seleção deste conteúdo se deu em vista da crescente ascensão que as ideologias fascistas e autoritárias, que ferem os direitos humanos e que perpetuam desigualdades, vêm ganhando espaço e força no Brasil. Percebemos que ideias neonazistas e fascistas se aproximam dos discursos e ações do atual governo Bolsonaro como, por exemplo, o uso do lema da AIB, “Deus, Pátria e Família”, como *slogan* na tentativa do atual presidente em abrir um partido político, ou ainda, o seu recente discurso que acrescentou a palavra “liberdade” no lema fascista, palavras que o presidente considera a “comunhão de valores” das nações.

Apesar deste contexto atual, percebemos que temas como o fascismo no Brasil permanecem pouco abordados nos conteúdos programáticos de História. Nos livros didáticos, quando possível localizar os conteúdos sobre a AIB, os encontramos reduzidos e com pouca visibilidade, tendo mais espaço em notas de rodapé ou diluído em outros assuntos.³ A partir disso, buscamos trazer reflexões que demonstram que os desdobramentos das ideologias de cunho fascistas fora da Europa não se trataram apenas de “cópias”, mas que possuíram especificidades e apropriações de acordo com cada realidade sócio-política dos países latino-americanos, tendo diferentes níveis de relevância dentro de cada cenário político.

Também destacamos o contexto latino-americano frente ao período entreguerras, buscando compreender de que forma as ideologias totalitaristas circularam no continente nesse momento. Nosso objetivo foi debater com as turmas sobre o contexto brasileiro e a construção, a partir de grupos políticos de cunho autoritário/fascista, de um tipo de ideal de “povo brasileiro”, excludente, violento e totalitário, refletindo que idealizações como essas se tornam extremistas, assim como as ideias que a AIB tentou implantar e forjar em todo o

³ Realizamos um breve levantamento sobre a abordagem dada ao conteúdo em diferentes livros didáticos para nos situarmos quanto às formas que este vem sendo apresentado nos materiais destinados à educação básica. Localizamos que o conteúdo elencado consta nos livros do 9º ano do ensino fundamental, e percebemos que o tema ganha pouco destaque nos conteúdos programáticos, sendo priorizado o contexto macropolítico brasileiro da década de 1930. Como exemplo, citamos o livro didático da Editora Moderna, intitulado “Araribá mais História”, de 2018, em que o conteúdo aparece na unidade IV - “Era Vargas”, e o tema do integralismo aparece como um pequeno trecho diluído no conteúdo, ao lado e em oposição ao comunismo.

Brasil no seu momento de maior influência social, durante a década de 1930. Assim, partindo do contexto macro (América Latina e Brasil) também discutimos o cenário micropolítico de Santa Catarina, estado com um dos maiores expoentes do movimento integralista⁴, assumindo uma estratégia de ensino que entendemos ter sido bastante relevante ao promover o reconhecimento da história local, próxima da vivência cultural das e dos estudantes, possibilitando a historicização e problematização de suas próprias realidades e identidades.

O fascismo no Brasil: revisão da bibliografia e o ensino de História

Apesar das ideologias fascistas não atingirem todos os países da mesma forma e com a mesma intensidade, a “América Latina es, ciertamente, el área no europea donde más se manifestaron tendencias hacia el fascismo en el periodo “clásico” de este fenómeno político, es decir, las décadas de los años veinte y treinta” (SAVARINO; BERTONHA, 2013, p. 11)⁵. Esse foi um período marcante na construção dos sistemas políticos nacionais, que sofreram influências diretas do contexto europeu e das ideologias do nazifascismo. Foi nesse momento, em outubro de 1932, que a Ação Integralista Brasileira (AIB) oficializou a sua fundação, estabelecendo suas ideologias pautadas nos pilares desses regimes e criando seus próprios meios de organização e consolidação do movimento, expandindo-se através da imprensa, da propaganda e da simbologia própria muito bem demarcada. O posto de chefe nacional do movimento ficou a cargo de Plínio Salgado, que

ao propor uma nova política, buscava romper as tradições da velha política com um discurso autoritário, antiliberal, antidemocrático, anticomunista, baseado em uma estrutura nacionalista e na concepção cristã radical e conservadora. Esses elementos foram potencializados quando viu a prática desse modelo na Itália, identificando caminhos para um novo Brasil (GONÇALVES; NETO, 2020. p. 13).

Para a criação deste novo Brasil, a AIB forjou um ideal de “povo brasileiro” atrelado aos pilares de seu movimento: “Deus, Pátria e Família”. Para os integralistas, “*Deus*” representava a ligação do Estado Integralista com o sagrado, ideal que se aproximou do cristianismo e do espiritismo, mas rejeitou as religiosidades de matriz afro-indígena. Contrários à secularização do Estado, os integralistas possuíam uma visão cosmológica e

⁴ ZANELATTO (2011).

⁵ “América Latina é certamente o espaço não europeu onde as tendências ao fascismo mais se manifestaram no período “clássico” desse fenômeno político, ou seja, nas décadas dos anos vinte e trinta.” (tradução nossa)

teológica própria sobre a origem e o destino da humanidade⁶, transformando a figura de Plínio Salgado como a de um verdadeiro profeta e salvador da pátria.

A “*Pátria*”, entendida como o lar integralista, seria formada por uma sociedade homogênea e hierárquica controlada pelo Estado Integral, responsável por orientar todo aspecto político, social e econômico da nação. Dentro dessa perspectiva, os integralistas eram anti-federalistas⁷, atuando em meio a um conjunto de simbolismos e rituais que envolviam os “soldados da pátria” desde do nascimento até a morte, tendo criado outros significados para cerimônias como batizados, casamentos e enterros. Dessa forma, as uniformizações, as saudações “*anauê*” e a comercialização de produtos integralistas⁸ tiveram a intenção de unificar o país e divulgar o conhecimento da AIB para além do próprio movimento.

Para a ideologia integralista, “*Família*” representava a força conservadora da nação integral dentro dos espaços privados do lar, onde deveria haver uma hierarquia e diferenças de comportamentos marcados pelo gênero. As mulheres, por exemplo, não deveriam trabalhar, pois o líder “Plínio Salgado dizia que o trabalho feminino fora do lar e a busca desvairada da satisfação dos desejos materiais eram responsáveis pela destruição da família” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 36). Quando o faziam, exerciam serviços considerados naturalmente “femininos”, como a enfermagem e a docência. Nessas “famílias de bem”, o discurso integralista tinha o objetivo de convocar novos integrantes, fomentar o movimento e o culto ao líder, bem como preservar, instruir e controlar o comportamento de todas e todos.

Dessa forma, aos “*plinianos*”⁹ eram ensinados os deveres cristãos, os valores patrióticos, a uniformização e a educação moral e cívica. Foram construídos alguns espaços educativos e escolas integralistas, evidenciando que para o movimento da AIB, a educação atrelada à moralidade seria um dos principais meios para construir o que entendiam ser um “novo Brasil”. Para isso, Silva (2005, p. 61-95) considera que a própria propaganda imagética dos integralistas, como as que foram publicadas nas páginas da revista *Anauê!*, tinha o

⁶ Dentro de uma escala evolutiva, os integralistas entendiam-se como a “Quarta Humanidade” vinda depois da “humanidade politeísta”, da “humanidade monoteísta” e da “humanidade ateuísta” (nesta ordem cronológica), formando a “humanidade integralista”, uma síntese própria e mais evoluída das outras três. Ver SILVA (2021).

⁷ Contrários à divisão de poder político entre os estados brasileiros, somente o chefe nacional é quem seria o responsável político pelo território nacional. Sobre essa perspectiva, ver GONÇALVES; NETO (2020, p. 17).

⁸ A palavra “*anauê*” era utilizada na saudação integralista de modo parecido com as saudações nazifascistas europeias. Sua etimologia seria de origem tupi, significando “você é meu parente/irmão”. Sobre os produtos integralistas, houve a comercialização de diferentes objetos de uso cotidiano e *souvenirs*, como fósforos, cigarros, creme dental, doces, roupas, pratos, xícaras e louças. Ver GONÇALVES; NETO (2020, p. 19-45).

⁹ Os filhos dos integralistas eram chamados de “*plinianos*” em referência ao nome do líder do movimento. Essas crianças foram inseridas precocemente na lógica integralista quanto à educação, o cuidado com o corpo e a separação de aprendizagens de acordo com o sexo biológico. Ver GONÇALVES; NETO (2020, p. 38).

objetivo de educar o olhar dos seus leitores, divulgando os princípios e as organizações da AIB de maneira didática por todo o território brasileiro.

A imprensa teve papel fundamental na disseminação e popularização da AIB e de seus pilares no país, construindo historicamente a visão que os integralistas tinham de si mesmos e os objetivos que visavam alcançar através do movimento fascista. Como fonte para o ensino de História, tais materiais produzidos pela própria AIB e disseminados pela imprensa da época devem ser entendidos como objetos culturais com o objetivo de formar opiniões públicas a partir de notícias que “jamais são neutras ou imparciais” (BITTENCOURT, 2004, p. 337). Problematizadas e analisadas adequadamente, entendemos que sua utilização didática fomenta a formação de uma consciência histórica¹⁰, deixando compreensível para as/os estudantes que tais documentos são formas “de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (CAPELATO, 1988. p. 21), acuidade própria do trabalho das/os historiadoras/es.

Considerando os debates realizados na área de metodologia do ensino de História, estruturamos a elaboração da proposta de ensino a partir da utilização de diferentes fontes e linguagens: fotografias, jornais, revistas e uma charge. Nossa intenção foi questionar as historicidades e intencionalidades dos documentos junto aos estudantes, possibilitando construir durante o momento da aula virtual o que se entende por *literacia* histórica¹¹, ou seja, uma alfabetização histórica significativa, com acesso aos conteúdos, temas, técnicas e procedimentos utilizados pelas/os historiadoras/es na produção do conhecimento histórico. Para isso, deve-se considerar as devidas especificidades de cada área de atuação e ensino, “ressalvando que não se trata de transformar todas as pessoas em historiadores, mas de ensinar a pensar historicamente” (SCHMIDT, 2010, p. 66).

Ao selecionarmos a história local e os fatos sobre a organização da AIB em Santa Catarina, consideramos a informação de que no período clássico do fascismo havia no estado “segundo estatísticas integralistas, o terceiro maior contingente de filiados à AIB, só perdendo para São Paulo e Bahia” (GERTZ, 1987, p. 172). A AIB começou a se organizar internamente a partir do ano de 1934, crescendo rapidamente na imprensa e no cenário político estadual, principalmente no Vale do Itajaí e no norte catarinense onde existiam núcleos de colonos e

¹⁰ Como uma importante categoria para compreensão da aprendizagem histórica, entende-se a consciência histórica como uma atividade mental que, através da interpretação de fatos e acontecimentos do passado, possibilita as/os estudantes compreenderem o quão distante temporalmente tais eventos estão em relação às ocorrências vividas no tempo presente, bem como aquelas que também são orientadas e projetadas para o futuro. Trata-se de ensinar e aprender história entendendo o tamanho, a distância, as permanências e as rupturas dos tempos históricos, dando atenção para categorias de “passado”, “presente” e “futuro” em relação à aprendizagem da própria mudança temporal e social observada durante o ensino. Sobre a consciência histórica, ver RÜSEN (2012, 2015).

¹¹ Ver, a respeito de *literacia* histórica, em SCHMIDT; CAINELLI (2010, p. 66-67).

descendentes de alemães e italianos, ocorrendo uma difusão integralista também no sul do estado, “entre os luso-brasileiros aqui estabelecidos muito antes da chegada dos imigrantes europeus” (ZANELATTO, 2011, p. 4).

O integralismo adentrou Santa Catarina como uma das principais formas de oposição aos grupos políticos e oligárquicos atuantes no poder do estado, influenciando as eleições de 1934 e de 1936. Na última, segundo Mentzingen (2020, p. 32), a AIB elegeu 72 vereadores e 08 prefeitos integralistas. A rápida e forte difusão da AIB no estado pode ser observada ainda por outro aspecto, como a realização do I Congresso Integralista das Províncias Meridionais na cidade de Blumenau em 1935, que teve a participação de delegações de 260 núcleos vindas de várias regiões do país.¹² Esse evento formou uma das maiores organizações do integralismo desde sua fundação, demonstrando uma grande organização logística e consolidando “a aceitação da AIB em todo o estado entre os setores médios e operários, tanto imigrantes e seus descendentes quanto entre os luso-brasileiros” (ZANELATTO, 2011, p. 4).

A AIB se organizou em Santa Catarina em um contexto no qual já havia organizações de cunho fascista no estado, como a juventude hitlerista, e embora os integralistas negassem “a associação direta com o nazifascismo, a admiração pelos seus ideais e a inspiração nos resultados obtidos pelo movimento europeu eram usualmente externadas em seus discursos” (MENTZINGEN, 2020, p. 36). Além disso, são explícitos os pontos em comum defendidos pela AIB e pelos movimentos nazifascistas, como o nacionalismo exacerbado, a defesa da extinção dos partidos políticos, a vigilância e o apoio das massas, o culto ao líder supremo, o controle dos meios de comunicação e a ideia de um tipo de superioridade humana. Dessa forma, afirmamos que a AIB e a defesa de sua ideologia por trás do lema “Deus, Pátria e Família” são do tipo fascista, ainda que tal fato possa ser negado pelos próprios integralistas.

A partir da revisão da bibliografia e fontes produzidas, e tendo em vista o contexto político atual vivenciado diariamente pelas/os estudantes através das notícias em diferentes tipos de mídias¹³, buscamos elaborar uma proposta didática que abordasse a historicidade da organização das ideologias fascistas no Brasil, especialmente em Santa Catarina, durante o período entreguerras, questionando a permanência dessas ideias no tempo presente. Para isso, entendemos que a relação presente-passado “é uma das principais características da

¹² Sobre a organização do Congresso Integralista realizado em Blumenau, recomendamos o documentário “*Anauê! O Integralismo e o nazismo na região de Blumenau*”, que aborda sobre a influência da AIB no município e como o processo de nacionalização afetou a população teuto-brasileira da região.

¹³ Um caso recente com bastante repercussão na mídia, posterior a nossa intervenção didática mas que exemplifica o atual contexto de debate sobre o tema, foi a defesa da legalidade da abertura de um partido nazista no Brasil, realizado em um *podcast* com milhares de ouvintes.

temporalidade histórica e pode ser apreendida a partir de suas peculiaridades: a sucessão, a duração, a simultaneidade, a mudança e a permanência” (SCHMIDT, 2000, p. 220).

Para o ensino de História, essa metodologia permite narrar o passado a partir dos questionamentos sobre a vida no presente, orientando a construção das identidades dos indivíduos e os conduzindo para uma compreensão crítica e global construída sobre o passado, que neste caso, procuramos salientar a respeito do perigo dos discursos fascistas e de suas continuidades. Com esse propósito, tivemos como base para a intervenção didática as concepções e princípios destinados para a educação básica descritas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), de 2018, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que no artigo 5^a, incisos IV e V, garante como princípios específicos destinados à educação nacional do Ensino Médio em todas as suas modalidades de ensino e oferta o “respeito aos direitos humanos como direito universal” e a “compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas”.

A relevância do ensino de História sobre temas sensíveis no tempo presente

A partir da delimitação do tema proposto para a realização do estágio supervisionado, cada dupla de estagiários se encarregou de organizar uma sequência didática para intervir em sala de aula de modo remoto. A turma se dividiu pela ordem cronológica dos eventos históricos selecionados e por uma abordagem global-local, partindo do fascismo italiano, perpassando o tema do nazismo alemão, do fascismo ibérico e, por último, o fascismo na América Latina, pois didaticamente entendemos que poderia ser confuso iniciarmos com o fascismo ibérico ou latino-americano, pois as/os estudantes não teriam o contato prévio com o debate sobre a ideologia “clássica” do que foi o fascismo europeu que mais tarde viria a circular e influenciar grupos no Brasil e em Santa Catarina, por exemplo.

Decidimos explicar no início da aula virtual quais eram os contextos sócio-políticos da América Latina para, assim, adentrarmos no conteúdo sobre o fascismo no contexto nacional, e depois, em Santa Catarina. Com essa proposta de ir percorrendo os territórios do macro para o micropolítico, utilizamos da metodologia apresentada por Jacques Revel, historiador francês organizador do livro *Jogos de Escala: a experiência da microanálise* (1998), que nos auxiliou na compreensão da importância de serem selecionados conteúdos que levem em consideração as variações que um fenômeno tem em escalas diferentes, escapando de generalizações reducionistas ao ser utilizado somente o contexto macro estruturante. O estudo da realidade local contribui para alargar as compreensões, as narrativas e os níveis de análise acerca dos

processos históricos, pois é “um elemento constitutivo de um processo global que tem sua origem na interação eficaz das situações locais” (REVEL, 1998, p 78).

Para a produção desse “jogo de escalas” sobre os fascismos latino-americanos, planejamos a sequência didática da aula no ensino remoto em três diferentes momentos, denominados de: 1) Introdução sobre os fascismos no continente latino-americano; 2) Contextualização da ideologia da Ação Integralista Brasileira (AIB); 3) A AIB no território catarinense e no contexto atual. Dessa forma, as/os estudantes puderam compreender a inserção e organização de ideologias fascistas em escalas diferentes de lugares, atentando-se para suas particularidades, quais foram os sujeitos envolvidos e quais possibilidades e estratégias permitiram seus desenvolvimentos em diferentes locais da América Latina.

Sobre o contexto macro foram selecionados quatro exemplos de organizações fascistas no continente latino-americano¹⁴, tendo como o objetivo contextualizar e aproximar durante a aula virtual tais organizações com a Ação Integralista Brasileira. Para incluirmos o estado catarinense no debate sobre a ascensão nacional do integralismo, discutimos com as turmas a circulação das ideias da AIB por meio da imprensa, com o objetivo de que as/os estudantes pudessem identificar rupturas e permanências dessas ideologias em relação à sociedade brasileira atual. A razão desta escolha ocorreu durante a etapa de levantamento bibliográfico, organização das fontes e orientações em grupo para a elaboração da proposta didática.

Nas reuniões de orientação debatemos sobre fatos que estavam sendo amplamente divulgados na mídia, sendo possível observar ações e discursos de cunho fascista atuantes no tempo presente. Identificamos, inclusive, a livre circulação de concepções autoritárias e totalitárias, caracteristicamente fascistas, em alguns grupos organizados em diversos tipos de plataformas na *internet*, e muitas de forma anônima.¹⁵ Há, ainda, os sujeitos que não temem expor suas identidades, pois se escondem atrás do argumento de que suas práticas e discursos são somente “opiniões” respaldadas pelo direito de “liberdade de expressão”.

Temos acompanhado em diferentes espaços de discussões – acadêmicas e midiáticas – eventos que compreendem atentados públicos¹⁶, discursos de ódio (homo e transfóbicos, misóginos e racistas), apologia ao nazismo (considerada crime no Brasil, por meio do artigo 20 da Lei 7.716/89) e formações de novos grupos fascistas, a exemplo dos neointegralistas.

¹⁴ Apresentamos rapidamente as organizações fascistas “Los Leopardos” (Colômbia), “Ação Revolucionária Mexicana” (México), “Partido Fascista Argentino” (Argentina) e “Movimento Nacional Socialista” (Chile).

¹⁵ Ao fazermos a pesquisa bibliográfica sobre o tema para o projeto de ensino, encontramos diferentes páginas de *sites*, *blogs* e redes sociais intitulados integralistas, atuantes no presente, compartilhando valores e ideologias de cunho ultranacionalista, autoritário, racista, antisemita, anticomunista, sexista, LGBTfóbico, dentre outros elementos que configuram uma limitação dos direitos e papéis sociais dos sujeitos.

¹⁶ Exemplo é o ataque organizado pela Frente Integralista Brasileira do Rio de Janeiro a produtora do Porta dos Fundos em dezembro de 2019.

Discutindo essas permanências do fascismo na sociedade, evidenciando o caráter autoritário da AIB e seus movimentos no contexto nacional e em Santa Catarina, propusemos uma reflexão crítica a respeito da importância dos direitos humanos, da diversidade e da democracia. Dessa forma, contribuimos no desenvolvimento de uma consciência histórica

cuja relação presente-passado seja fundamentada em narrativas mais complexas, que se prestem a uma orientação temporal para a vida presente, baseadas em alguns princípios, como liberdade, democracia e direitos humanos, fundamentos de uma formação para a cidadania (SCHMIDT, 2010, p. 69).

Os fascismos nos “Brasis” de ontem e hoje

Nossa proposta de regência de aula síncrona, intitulada “Escalas do autoritarismo: os fascismos na América Latina, no Brasil e em Santa Catarina”, aconteceu no dia 01 de dezembro de 2021. Estavam presentes 45 estudantes durante a aula e, pensando em um modo pelo qual todas/os *online* pudessem participar independentemente do meio utilizado para o acesso à plataforma virtual (*smartphones*, computadores, *notebooks* ou *tablets*), realizamos uma aula expositivo-dialogada com duração de 1 hora, utilizando como material de apoio os *slides*. Depois de três semanas de apresentações das propostas de ensino dos outros estagiários sobre os fascismos europeus, iniciamos nossa aula com a seguinte pergunta: “No período entreguerras as ideologias fascistas se expandiram para além do território europeu?”. Após este questionamento e as afirmações das/os alunos, projetamos uma charge de 1937, que criticava por meio do simbolismo grego a ascensão dos regimes totalitários na América Latina. Essa fonte traz o desenho de um “cavalo de Tróia nazista” sobre o mapa do continente, como sinal de um presente perigoso e enganoso vindo do exterior.

Imagem 1 - Charge da revista *New Masses* (30 nov. 1937)



Fonte: *New Masses* (1937, p. 3 apud OLIVEIRA, 2019, p. 350)

Explicamos algumas das circunstâncias que possibilitaram a inserção do fascismo na América Latina, como, por exemplo, as trocas comerciais, a imigração europeia e a ação da imprensa na sua disseminação, acentuando as especificidades dos movimentos surgidos no continente, fazendo uma leitura iconográfica de fotografias das quatro organizações latino-

americanas selecionadas e organizadas nos *slides*. Chamamos a atenção das turmas para a linguagem dos corpos fotografados, para os ambientes onde se encontravam, as roupas que utilizavam e os gestos que foram capturados. Dessa forma, utilizamos essas fontes para destacar por meio das imagens as aproximações entre os grupos latino-americanos e os movimentos fascistas europeus estudados nas aulas anteriores a nossa.

Passado este primeiro momento da aula, fizemos uma segunda provocação aos estudantes: “Qual país da América Latina teve um dos maiores movimentos e organizações fascistas naquela época?”. Com o recurso da enquete na plataforma virtual, pedimos para que as/os estudantes selecionassem uma das quatro opções de resposta: México, Venezuela, Brasil e Equador. Dado o tempo hábil para responderem, expusemos o resultado da enquete, que nos surpreendeu pela porcentagem de “votos” dados aos países: 37% para Venezuela, 26% para o México, 22% para o Brasil e 15% para o Equador. Gostaríamos de ter questionado e debatido os motivos das/os estudantes terem creditado as primeiras posições à Venezuela e ao México, algo que não pudemos fazer devido ao pouco tempo disponível para a aula virtual. Pensamos que tais resultados estejam atrelados às diferentes “consciências históricas” que as/os estudantes já possuíam sobre os significados de fascismo, autoritarismo e as relações desses conceitos com os espectros políticos existentes e atuantes. Sobre a Venezuela, por exemplo, cogitamos que sua colocação pode ter sido atrelada às discussões tendenciosas e políticas que pensam o atual regime da esquerda venezuelana como um gerador de fascismos.

Apesar do resultado da enquete, afirmamos que foi o território brasileiro que abarcou um dos maiores movimentos do tipo fascista fora da Europa. Disso, passamos para o segundo momento da aula, quando partimos para o debate a respeito da organização da AIB no Brasil, apresentando os líderes envolvidos na criação deste movimento e o cenário político brasileiro no período proposto. Exibimos a fotografia de uma sessão doutrinária integralista¹⁷, com destaque para um cartaz com o lema “Deus, Pátria e Família” atrás dos seus integrantes. Partindo desta fonte, “destrinchamos” as palavras do lema, cada uma separada em um *slide* diferente, explicando e questionando os seus significados para os integralistas e para o “povo brasileiro”. Para isso, também analisamos algumas capas de revistas integralistas, como a *Anauê!* e *Brasil Feminino*, além de fotografias de crianças uniformizadas, de famílias reunidas, de casamentos integralistas e de objetos e *souvenirs* integralistas.¹⁸

¹⁷ Retiramos essa fonte de um recorte de jornal postado no perfil do *Twitter* de Odilon Caldeira Neto, um dos autores do livro *O fascismo em camisas verdes*.

¹⁸ Para algumas dessas fontes decidimos por não expor as referências na apresentação dos *slides*, pois foram retiradas de um *blog* integralista atuante no presente e que contém apologia ao nazismo e conteúdos impróprios para a faixa etária. O objetivo foi evitar que as/os estudantes tivessem acesso por nossa sugestão – ainda que

Continuamos apresentando e discutindo os conteúdos dos *slides* até chegarmos ao terceiro momento da aula virtual, quando expusemos outra pergunta para as/os estudantes: “No Brasil, qual foi o estado que teve um dos maiores expoentes do movimento integralista?” A partir da participação de alguns estudantes, que responderam ter sido o estado de Santa Catarina, explicamos os motivos para a rápida inserção da AIB na política local e como os integralistas se organizaram no estado. Para isso, também exibimos fotografias do Congresso realizado em Blumenau e de núcleos integralistas criados em Santa Catarina.

Imagem 2 - Reunião da Ação Integralista Brasileira em Blumenau (SC)



Fonte: Acervo AIB/PRP-Delfos/PUCRS (apud GONÇALVES; NETO, 2020, p. 30)

Imagem 3 - Sedes da AIB e do Partido Nazista, lado a lado, em Rio do Sul (SC)



Fonte: Antonio de Lara Ribas (1944 apud GONÇALVES; NETO, 2020, p. 83)

Depois da análise sobre a história local, situamos a clandestinidade dada pelo Estado Novo, em 1937, à AIB e aos demais partidos políticos. Dessa forma, questionamos pela última vez as/os estudantes: “A movimentação política, a partir de 1937, fez com que de fato a AIB e as ideologias fascistas fossem extinguidas?” Alguns estudantes nos responderam através do *chat* que não, dizendo que “definitivamente [o integralismo/fascismo ainda] existe e está aí”. A partir disso, apresentamos um compilado de títulos de manchetes de jornais sobre casos recentes no Brasil e em Santa Catarina de apologia ao nazismo. Debates com as

indireta – a conteúdo inapropriado, sem a mediação docente, visto que nossa atuação foi pontual, de apenas uma hora aula com as turmas.

turmas sobre um possível retorno dos “camisas-verdes” nas próximas eleições¹⁹ e a relação do atual cenário político com o aumento nos últimos anos das investigações policiais sobre apologia ao nazismo realizadas no país. Frisamos com as/os estudantes de não tolerarem a intolerância e os discursos de ódio permeados por extremismos e preconceitos vindos de ideologias fascistas, como as da AIB ou do neointegralismo atual, visto que tais posicionamentos não se tratam de uma questão de opinião, pois ferem os direitos humanos e existenciais de determinados grupos de pessoas e que, por isso mesmo, são classificados como crimes. Dessa forma, evidenciamos que esse tipo de abordagem não partiu somente de um posicionamento político nosso, pois teve respaldo das leis do Código Penal brasileiro.

Como momento final da aula, instruímos as turmas para uma atividade avaliativa elaborada via *Google Forms*, que consistiu em uma questão dissertativa a respeito da permanência de algumas características de ideias autoritárias e totalitárias em nossa sociedade atual, solicitando que discorressem a respeito de seus posicionamentos e trouxessem justificativas, citando exemplos atuais. Também deixamos disponível, através do *Google Drive*, uma pasta com materiais e textos complementares sobre a AIB e o fascismo na América Latina. Consideramos que a atividade avaliativa nos auxiliou a perceber a compreensão, receptividade e reverberações que as turmas tiveram após as quatro experiências de estágio de docência. A partir dela, mobilizamos conceitos que perpassaram as aulas das demais duplas, como “autoritarismo” e “nacionalismo”, provocando a reflexão crítica a respeito das permanências e rupturas sobre a temática dos fascismos no Brasil.

Com as devolutivas das atividades por parte das/os estudantes, avaliamos a nossa experiência enquanto docentes em formação, bem como a experiência de conduzir uma aula de maneira remota. Comunicar-se com todas as turmas remotamente, sem poder olhar no olho das/os estudantes e perceber de que forma a sua comunicação ressoou para cada pessoa, foi algo desafiador. Para essa situação atípica, a avaliação possibilitou entendermos a forma como as turmas aprenderam e refletiram acerca das temáticas abordadas pelas duplas de estagiários, visto que as interações síncronas foram bastante reduzidas, ainda que a média de presenças tenha sido entre 80% e 90% durante as aulas que acompanhamos e executamos *online*.

¹⁹ O jornal *Estadão* publicou a notícia, em dezembro de 2019, sobre uma reorganização do movimento integralista com o objetivo de lançar candidatos próprios nas eleições que ocorreram em 2020.

Ao final do prazo solicitado, recebemos um total de 23 respostas, que foram avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos²⁰ e devolvidas com atribuição de uma nota para cada estudante via *e-mail*. De maneira geral, as/os estudantes responderam satisfatoriamente o enunciado proposto, levando em consideração que estavam passando pelo período de final de ano letivo com várias tarefas acumuladas de outras disciplinas. A maior parte das respostas apresentavam reflexões críticas sobre as ameaças que as ideologias fascistas, autoritárias e totalitárias provocam em nossa sociedade, bem como uma análise de sua realidade próxima. Muitas criticaram as organizações fascistas presentes em Santa Catarina e citaram a aproximação de ideias neonazistas com o atual governo do presidente Jair Bolsonaro.

Como solicitado, foram selecionadas pelas/os estudantes diferentes notícias sobre o nazifascismo no estado catarinense, tendo, inclusive, o relato pessoal de uma estudante sobre um homem próximo que teria cometido o crime de apologia ao nazismo. Segundo ela, crimes como esse, que ocorreu ao lado de sua residência em um município da Grande Florianópolis, “estão se tornando recorrentes nos últimos tempos, um grande problema que coloca as pessoas em perigo”. A partir dessa e das demais respostas, percebemos que as/os estudantes compreenderam a ameaça da existência de ideologias de cunho fascista no passado e no tempo presente, visto que estas de fato ameaçaram e ameaçam os direitos humanos e o direito de existir de determinados grupos de pessoas, aspecto que buscamos frisar ao longo da construção e execução da nossa proposta didática para o estágio remoto em História.

Considerações finais

Por meio deste artigo, esperamos trazer mais visibilidade para a discussão sobre o ensino de História e o conteúdo do fascismo no Brasil, tema que pensamos ser pouco aprofundado no ensino básico. Nosso objetivo pedagógico principal, construído ao longo da escrita do projeto de ensino e executado na aula virtual, foi fazer com as/os estudantes entendessem os desdobramentos da AIB no país e no estado de Santa Catarina, para que assim pudessem identificar rupturas e permanências dessas ideologias totalitárias na sociedade brasileira atual. Esperamos que o reverberar destas aulas continue ressoando nas/os estudantes e que, quando observarem novas notícias envolvendo a temática do nosso estágio supervisionado, relembrem das aulas e tenham criticidade sobre o que está sendo apresentado.

²⁰ Como critérios avaliativos elencamos a clareza, objetividade e capacidade de síntese na escrita; compreensão da importância dos direitos humanos e/ou identificação das ideias fascistas como discursos de ódio e apologia a crimes, ou seja, que ferem princípios constitucionais e democráticos; conformidade da escrita com o enunciado proposto e pontualidade na entrega da atividade.

Partindo da apresentação deste relato de experiência, entendemos que no contexto da pandemia de COVID-19 no qual ainda estamos inseridos, o ensino de História se apresenta como um ato de resistência e como peça fundamental no combate aos negacionistas, aos revisionismos infundados, as banalizações da vida humana e aos discursos de ódio que têm crescido no Brasil, pois seu ensino “forma para o sensível, contribui para uma sociedade que vê o outro com a mesma dignidade atribuída a si mesmo” (DOMICIANO et al., 2021, p. 58).

Além disso, terminamos nossa discussão síncrona alertando aos estudantes sobre os limites da democracia, acentuando a diferença entre os “discursos de ódio” e a “liberdade de expressão”. Assim como explicado pelo “paradoxo da tolerância”, conceito definido em 1945 por Karl Popper²¹, acreditamos que no ambiente social, a tolerância com os intolerantes, ou seja, o uso da tolerância ilimitada acaba levando ao seu próprio desaparecimento e, como consequência, à extinção dos direitos individuais. Contra isso, e dessa forma, contra as ideias fascistas e autoritárias emaranhadas de declarações de ódio, executamos uma proposta crítica de ensino que acentuou a importância da democracia, da prática do exercício da alteridade e do respeito aos princípios constitucionais, traçando paralelos teórico-metodológicos de presente-passado entre os fascismos da década de 1930 e do tempo presente.

Referências Bibliográficas

- BERTONHA, João; ROGGERO, Franco (Orgs.). **El fascismo en Brasil y América Latina: Ecos europeos y desarrollos autóctonos**. México (DF): Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013.
- BITTENCOURT, Circe. Uso didático de documentos. In: **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 327-407.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.
- BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. 2013.
- CAPELATO, Maria H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

²¹ Karl Raimund Popper (1902-1994) foi um filósofo austro-britânico de origem judaica que cunhou o conceito “paradoxo da tolerância” no seu livro *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, de 1945. Segundo o autor, “se estendermos a tolerância ilimitada até àqueles que são intolerantes; se não estivermos preparados para defender uma sociedade tolerante contra os ataques dos intolerantes, o resultado será a destruição dos tolerantes e, com eles, da tolerância. (...) Deveremos então reclamar, em nome da tolerância, o direito de não tolerar os intolerantes. Deveremos exigir que todo movimento que pregue a intolerância fique à margem da lei e que se considere criminosa qualquer incitação à intolerância e à perseguição, do mesmo modo que no caso da incitação ao homicídio, ao sequestro de crianças ou à revivescência do tráfico de escravos.” (POPPER, 1974, p. 118-119)

DOMICIANO, Derick et al. O ensino de história diante dos discursos negacionistas e revisionistas no contexto da pandemia: desafios e possibilidades. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Chapecó, n. 37, jul/dez, p. 45-60. 2021.

GERTZ, René. **O fascismo no Sul do Brasil**: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GONÇALVES, Leandro; NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

MENTZINGEN, Guilherme. **A Ação Integralista Brasileira perante o fascismo**: contradições integralistas em Santa Catarina. Monografia (Graduação em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

OLIVEIRA, Ângela. New Masses e a América Latina: intelectuais e política na luta contra o fascismo (1933-1939). **Antíteses**, Londrina, v. 12, n. 23, jan./jul. p. 337-364. 2019.

POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. São Paulo: Itatiaia, 1974.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RÜSEN, Jörn. Formando a Consciência Histórica: por uma didática humanista da História. **Antíteses**, Londrina, v. 5, n. 10, jul./dez. p. 519-536. 2012.

RÜSEN, Jörn. **Humanismo e didática da História**. Organização e tradução de Maria A. Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza e Lucas P. Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

SCHIMIDT, Maria. História. In: KUENZER, Acacia (Org.). **Ensino Médio**: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000. p. 203-230.

SCHMIDT, Maria; CAINELLI, Marlene. A aprendizagem histórica. In: **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2010, p. 65-81.

SILVA, Bruna Daniel Araujo. Os ideais do Integralismo 1930-1938. In: **Anais do SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 31º, 2021, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Anpuh, 2021. p. 1-14.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê! **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 61-95, 2005.

ZANELATTO, João. Integralismo: o fascismo brasileiro em Santa Catarina. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 5, n. 9, jan./jun. p. 1-15. 2011.

Artigos Livres

De Achegas a Reminiscências: vivido, memórias acionadas e reapropriadas de Mons. João Maria Balem (1920-1950)

*From Achegas to Reminiscences:
lived, activated and reappropriate memories of Mons. João Maria Balem (1920-1950)*

Vanessa Gomes de Campos,¹ UPF

Resumo

O presente artigo pretende compreender o acionamento das próprias memórias de João Maria Balem (1887-1978), sacerdote do clero secular de Porto Alegre, sobre o período em que foi Diretor das Obras da Catedral de Porto Alegre. Tendo como recorte as versões de seu texto *Reminiscências – A nova Catedral de Porto Alegre (1920-1950)*, refletir, inspirando-se no círculo hermenêutico de Paul Ricoeur, a forma como mons. Balem escrevia e se reapropriava das memórias.

Palavras-chave: Memória; acervo pessoal; Mons. Balem; catedral de Porto Alegre.

Abstract

This article involves understanding the triggering of the memories of João Maria Balem (1887-1978), priest of the secular clergy of Porto Alegre, about the period in which he was Director of the Works of the Cathedral of Porto Alegre. Based on the versions of his text *Reminiscences – The new Cathedral of Porto Alegre (1920-1950)*, to reflect, inspired by the hermeneutic circle of Paul Ricoeur, on how Msgr. Balem wrote and reappropriated his memories.

Keywords: Memory; personal collection; Mons. Balem; Porto Alegre Cathedral.

Sobre mons. Balem e memória

Ao longo de sua trajetória, João Maria Balem, ou mons. Balem, como ficou conhecido, teve diversos interesses, dentre os quais destacaram-se a história de sua terra natal (Caxias do Sul), a história eclesiástica e a construção da nova Catedral de Porto Alegre. Para cada um desses “temas”, Balem coletava material na imprensa, depoimentos, pesquisas em arquivos públicos, e tudo o que encontrasse, como folhetos, cartazes, cartões postal. Além da coleta, mantinha agendas do tipo “Memórias”, impressas na Livraria do Globo, para anotar as efemérides do dia, o que se revelou não ser uma organização constante, posto anotar não só os

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista Capes. Coordena o Grupo de Estudos Paleografia na Prática, do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). Membro da Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural (REPAC) e do Grupo de Pesquisa e Discussão do Laboratório de Estudos das Crenças (LEC). Arquivista e historiógrafa no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). E-mail: arquivo@arquivoa.com.

fatos do ano em questão, mas de qualquer ano, de séculos anteriores, assim como segui-las utilizando após o ano da agenda.

O tratamento do acervo de Balem foi substancialmente motivado há cerca de dois anos, quando iniciamos o processo de organização, visando à preparação de uma publicação alusiva ao centenário da pedra fundamental² das obras da nova Catedral. Como todas as etapas da obra foram fotografadas, desde o aterro (1919) e demolição da antiga matriz (1920) até às voltas de 1970, quando colocado o zimbório nas torres, a proposta era criar uma narrativa imagética, com pequenas legendas e/ou textos que auxiliassem a compreensão das fotos.³ Conseqüentemente, as agendas “Memória”, nas quais mons. Balem fazia todo tipo de anotação particular, inclusive elaborando textos e emitindo opiniões peculiares sobre certos indivíduos, foram analisadas, buscando identificar informações relacionadas às imagens.

À medida que as fotografias ganhavam sentido e eram ordenadas cronológica e tematicamente, começaram a surgir questionamentos sobre sua produção. Eram muitas imagens, às vezes com ângulos específicos, detalhes singulares da obra e do seu entorno, além da pose marcante – presente em muitas imagens – do mons. Balem, homem alto em sua longa batina.

No cruzamento das notas com a correspondência expedida pelo arquiteto italiano a Balem, Diretor das Obras, surgiram mais perguntas sobre a própria figura do mons. Balem enquanto produtor e primeiro custodiador daquele imenso acervo. Em um primeiro momento, a dúvida girava em torno à percepção de Balem, no sentido de procurar compreender se, à medida que gerava o material, teria noção e/ou intenção de legar à posteridade a sua memória, como aponta Mckemmish (2018, p. 240), de preservar o testemunho de si mesmo, através de vestígios criados, selecionados e guardados.

Por outro lado, a partir da leitura do texto intitulado *Reminiscências – A nova Catedral de Porto Alegre, por Mons. João Maria Balem, 1º Diretor das Obras (1920-1950)*, foi possível perceber algumas mudanças nos escritos de Balem. Enquanto é possível identificar a ausência de constrangimento nas críticas nas anotações da agenda, no texto *Reminiscências* percebe-se um refinamento ao longo das três versões encontradas no acervo, sem contar a publicada.⁴

² Lançada a 07 de agosto de 1921.

³ O arquivo fotográfico a que nos referimos é composto por cerca de 1.500 imagens. Dentre estas, selecionamos 170 itens para a elaboração do projeto gráfico do livro, lançado em agosto de 2021 (CAMPOS; ZUCHETTI; VOLPATTO, 2021).

⁴ Apesar do título ser o mesmo, somente parte do texto original foi publicado no jornal *Correio do Povo* do dia 05/09/1976. Em 1987, pouco depois da inauguração total da nova Catedral de Porto Alegre (ocorrida a 10/08/1986) a revista *Unitas*, editada pela Arquidiocese de Porto Alegre, homenageou mons. Balem “que durante

Reminiscências – A nova Catedral de Porto Alegre é uma narração linear, destacando-se os indivíduos que se envolveram desde à idealização do projeto da nova Catedral, passando por eventos e testemunhos do que Balem teria vivenciado durante os 30 anos à frente do projeto. Tal texto, por si só, já seria um material interessante, porém as versões, entre manuscritos e datilografados, contêm acréscimos e correções. Entre as versões manuscritas conseguimos identificar etapas da escrita, por conta da letra e das tintas de colorações diferentes. A versão final⁵, por assim dizer, não contempla passagens críticas ou longas descrições que se leem nos textos anteriores; inclusive o título modifica-se de *Achegas* para *Reminiscências*. As sucessivas versões foram sendo implementadas no período em que já não era mais o Diretor das Obras, além de contarem, quase que exclusivamente, com suas memórias.

Em vista das ocorrências observadas, o presente texto visa compreender se, ao perceber-se envolto em uma ruptura orgânica com o passado, devido ao seu afastamento das obras da nova Catedral, mons. Balem acionava a memória, retornando a ela e realinhando-a em cada nova versão do texto *Reminiscências*.

Para tanto, estruturamos a apresentação em três partes. A primeira, propõe-se a discutir sobre as particularidades da constituição e institucionalização do acervo do mons. João Maria Balem. Em seguida, buscamos entender as circunstâncias em que Balem acionaria a memória para, na terceira parte, inspirando-se no círculo hermenêutico de Paul Ricoeur, refletir como Balem escrevia e se reapropriava das próprias memórias.

Balem e seu acervo

O acervo do mons. Balem é custodiado pelo Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), no mesmo local onde o sacerdote passou os últimos anos de sua vida e tendo acesso privilegiado a muitas fontes de pesquisa.

À exceção dos 18 primeiros anos de vida, dos anos em que estudou em Roma (1908-1912) e em que foi pároco da igreja N. Sra. da Glória em Porto Alegre, ele sempre residiu na

30 anos dirigiu as obras e cujo centenário de nascimento transcorrerá em 10-4-1987”, transcrevendo a publicação do jornal, suprimindo somente a palavra “Reminiscências” do título (UNITAS, fasc. 1 a 3, jan./mar. 1987, p. 37-40). Dois anos depois, com o título completo, a publicação do jornal foi novamente transcrita na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, na seção “Matéria de Arquivo” (RIHGRGS, n. 125, 1989, p. 134-139). O texto integralmente, como se encontra em seu arquivo, nunca teria sido publicado.

⁵ As últimas informações que aparecem no texto datam de fevereiro de 1974, pois refere o falecimento de um dos pedreiros da obra. A publicação de 1976, no entanto, trata apenas da articulação para a escolha do estilo, situando o relato nos primeiros meses de 1920.

Cúria Metropolitana, até sua morte.⁶ Além da relação com o local onde sempre viveu, o acúmulo de seu acervo também pode estar vinculado à sua condição sacerdotal, na qual escrita e sacralidade têm profunda conexão. Conforme Silva (2017, p. 216-217), na tradição cristã a escrita teve papel decisivo na preservação e transmissão dos preceitos sagrados, proporcionando inclusive “um poderoso catalisador identitário”.

Mons. Balem teve tal formação e soube atuar de acordo com as possibilidades que lhe foram oferecidas. No entanto, para compreender o acervo e seu produtor é necessário partir do pressuposto que os acervos são construções sociais. Ketellar (2018, p. 195-196) nos alerta que tanto o lugar, quanto os documentos que custodia tem uma trajetória implícita, ou seja, estão envolvidos em estruturas narrativas e carregados de significações culturais. Por isso é primordial refletir as “espessas camadas de intervenção e significado” tanto do produtor quanto de quem esteve à frente de sua gestão como nos alertam Schwartz e Cook (2004, p. 16-18).

É a partir dessa perspectiva que propomos a observação do acervo do mons. Balem. Apesar do estudo e processamento técnico do acervo ainda ser incipiente, sem se ter desvendado quais camadas de intervenção poderiam tê-lo marcado, é possível identificar ao menos dois momentos, além do próprio Balem: o momento em que foi legado ao seu sucessor, Pe. Ruben Neis, e o da atual gestão institucional.⁷ Pe. Neis (1987, p. 45) relatou na homenagem que fez ao seu mestre e amigo, referindo-se ao acervo:

Durante os últimos anos de existência sempre temia que após sua morte as pilhas de anotações e escritos seriam jogados no lixo ou incineradas, como acontece com frequência em tais casos. Por isso me fez um apelo oral, repetido em seu testamento, que eu me encarregasse de seu material histórico.

Com isso, podemos deduzir que fisicamente o acervo sempre esteve institucionalizado, apesar de não tratado e pouco acessado.

Heymann (1997, p. 44) esclarece que é importante manter a relação entre o produtor do acervo e o próprio processo de acumulação, pois o acervo não é a sua memória em estado bruto. Tal como veremos mais adiante, a

perspectiva é alterada quando percebemos que estes conjuntos documentais estão sujeitos a múltiplos processos de seleção e reordenamento interno,

⁶ Os dados biográficos dispostos ao longo do texto foram coletados em seu acervo, no seu dossiê sacerdotal (AHCMPA, pasta 394), além de: NEIS, 1987; ANGELI, 2017.

⁷ A autora deste artigo é a responsável pelo AHCMPA, tendo ingressado em 1995 como estagiária do curso de História. Após a graduação (1997), foi contratada como funcionária, tendo como supervisor Pe. Ruben Neis, falecido em 2003. Neis abria os armários e apontava: “Dona Vanessa, nestas prateleiras está o material do mons. Balem, que o deixou para mim”.

decorrentes do caráter mutável e polissêmico da memória, (re)atualizável a cada momento (HEYMANN, 1997, p. 44).

Ao longo de sua vida, mons. Balem se motivava por diversos temas ligados à história da Igreja Católica e seu avanço no território sul-rio-grandense. Suas primeiras publicações⁸ foram na Revista do IHGRGS⁹, instituição que ingressaria como membro em 1949¹⁰. Em 1941, publicou pela católica Tipografia do Centro¹¹ o livro “A primeira paróquia de Porto Alegre: Nossa Senhora Madre de Deus”¹², enquanto que em 1952, lançou outra célebre pesquisa “A paróquia de São José de Taquari”.

Nos anos 1950, publicou no jornal “A Nação” (1950-1959) a coluna diária intitulada *Efemérides Religiosas*, repleta de eventos religiosos marcantes não só para a Igreja Católica local, mas de outras partes do país e do mundo, assim como publicou, entre 1957 e 1958, no “Jornal do Dia” a coluna *A Nota Histórica* que tratava de pequena biografia de algum personagem histórico (religioso ou não).

Compreender a produção de João Maria Balem contextualiza o processo de constituição do acervo, já que o maior volume é composto pelas anotações dos fatos eclesiais, assim como pelos recortes de jornais onde foram publicadas as mencionadas *Efemérides*.

Como já dissemos, Caxias do Sul era um tema com o qual tinha identificação afetiva, posto ser seu local de nascimento e onde residia sua família. O reconhecimento era mútuo, como observamos a notícia do jornal “Correio Rio Grandense” (13/11/1971, p. 14) por ocasião da comemoração dos 60 anos de vida sacerdotal. Primeiramente, contextualizava seu saber ao afirmar que, “diante dos excepcionais dotes, o então bispo Dom Cláudio Ponce de Leão mandou-o a Roma”, para logo enfatizar que “no setor cultural é poeta, escritor, jornalista e historiador. É sobretudo na história que ele se destaca”.

O acervo, que conta com 4,30 m lineares, está sendo desvendado, não só no que diz respeito ao conteúdo, mas também sobre os seus significados. Conforme afirma Lopes (2017, p. 32) o fato de guardar objetos e documentos estaria ligado à relação do indivíduo com o

⁸ O levantamento da publicação bibliográfica de mons. Balem baseou-se nas informações disponíveis em: MARTINS, 1978.

⁹ Foram três artigos publicados em 1932: “Jurisdição eclesial sobre o Rio Grande do Sul” (n. 47), “Prelados e bispos do Brasil” (n. 48) e “A imprensa de Santa Maria” (n. 48).

¹⁰ Conforme discriminado no quadro que lista os membros e suas categorias (RIHGRGS, n. 122, p. 181).

¹¹ Pela mesma Tipografia do Centro lançou alguns opúsculos: “A capela São Francisco do Porto dos Casais” (1946), “O Seminário de Nossa Senhora da Madre de Deus” (1947), “Frei Germano de Saint Six Ofm Capuchinho” (1947) e “Capuchinho” (1949).

¹² No ano anterior integrou a publicação que celebrava o bicentenário de Porto Alegre: FRANCO, Álvaro; COUTO E SILVA, Morency; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo (Orgs.). **Porto Alegre: Biografia duma cidade.** Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1940, p. 379-401.

mundo à sua volta e à necessidade de permanência. O apelo feito ao seu discípulo¹³ Pe. Ruben Neis permitiu que o acervo fosse preservado.

A complexidade do acervo de Balem nos permite múltiplos olhares. Mas será a partir de um pequeno recorte, baseado nas versões do texto *Reminiscências – A nova Catedral de Porto Alegre* que observaremos mais de perto como mons. Balem se relacionava com o seu presente, acionando suas memórias do vivido.

Acionando memórias

Filho de imigrantes italianos que se fixaram em Caxias do Sul/RS, em 1887 nascia João Maria Bento Balem, o primeiro de 10 irmãos. Saiu da casa paterna aos 12 anos, a fim de iniciar a carreira eclesiástica: ingressou no Colégio São José (Parei Novo/RS), em 1905 mudou-se para o Seminário N. Sra. Madre de Deus (Porto Alegre/RS)¹⁴ e três anos depois partiu para Roma, a fim de concluir Teologia e estudar Direito Canônico no Colégio Pio Brasileiro.

Aliás, Roma, onde também foi ordenado sacerdote (1911), trazia-lhe boas lembranças, como deixou registrado em *Reminiscências*¹⁵, ao reproduzir o diálogo com o amigo mons. Luiz Mariano da Rocha:

Sempre foi meu sonho construir uma bela igreja, desde que voltei de Roma, onde fomos juntos estudar... quantas magníficas igrejas vimos, te lembra? Eu ia ver os templos, enquanto o amigo gostava mais de ir ver as galerias de arte [...].

De volta a Porto Alegre, foi nomeado subsecretário (1912) e depois secretário (1914) do novo arcebispo, Dom João Becker, função que exerceu por pouco tempo, pois foi designado à paróquia N. Sra. da Glória, a qual teve a incumbência de construir o prédio. Em 1916, no mesmo ano que integrou o Cabido Metropolitano como cônego catedrático, recebeu a notícia que seu irmão, que se encontrava na guerra, na Itália, fora capturado e feito prisioneiro na Áustria¹⁶. Entre 1919 a 1949 foi Cura (Pároco) da Catedral¹⁷, sendo nomeado, a partir de fevereiro de 1920 (até 1950) Diretor das Obras da Catedral.

¹³ Embora mons. Balem não estivesse diretamente ligado à gestão do AHCMPA, sua circulação era irrestrita, contando com o jovem sacerdote Pe. Ruben Neis que demonstrava grande interesse pelo estudo da história. De qualquer modo, o AHCMPA, em função da longa tradição eclesiástica, foi sempre gerido por sacerdotes, tendo sido o último, Pe. Ruben Neis. A afinidade que surgiu entre Pe. Neis e a autora deste trabalho, permitiu sua permanência, assim como a gradativa profissionalização do espaço.

¹⁴ Atual prédio da Cúria Metropolitana.

¹⁵ Excerto presente em todas as versões encontradas em seu acervo.

¹⁶ Não encontramos no acervo menção alguma sobre o futuro do irmão, mas localizamos seu obituário: José Donato Balem faleceu em 1970, na idade de 82 anos, veterano da I Guerra Mundial, tendo sido capturado logo

Sendo assim, mons. Balem¹⁸ sempre residiu no prédio da Cúria Metropolitana, outrora Seminário, sua primeira moradia em Porto Alegre. A Cúria, situada nos fundos da Catedral, foi o lugar privilegiado para ver surgir o prédio que tanto estimava: “À Catedral dediquei o melhor de minhas energias, e boa parte de minha vida. Tem razão quando dizem que ela é a menina de meus olhos e o orgulho de meus velhos dias.”¹⁹

A partir de 1947 o governo da Arquidiocese de Porto Alegre tinha um novo arcebispo, Dom Vicente Scherer. Além da mudança do pastor, mudaram-se também as estruturas, havendo reformas desde a nível pastoral até de gestão.²⁰ Mons. Balem passaria a ter outras funções na Cúria Metropolitana, que perduraram praticamente até sua morte: arcediogo, capelão do convento N. Sra. do Carmo e da Irmandade São Miguel e Almas²¹, Defensor do Vínculo²² e historiador eclesiástico²³.

Quanto às obras da Catedral, Balem seguia acompanhando, mesmo de longe, fazendo algumas anotações e guardando fotografias. No entanto, é perceptível a escassez de material, assim como observações mais pontuais e contemporâneas àqueles momentos.

A partir das mudanças que se projetaram na vida de mons. Balem, sobretudo no que diz respeito às obras da Catedral, é possível que o trabalho da memória tenha se manifestado de modo que a representação de suas experiências vividas tenha sido cada vez mais acionada. Nesse sentido, entende-se que a memória conservaria informações individuais e/ou coletivas de fatos, acontecimentos, e que passariam por reelaborações constantes (LE GOFF, 1996, p. 423-424).

Marcia D’Alessio (1998, p. 270), ao investigar as transformações metodológicas que os estudos da memória produziram na historiografia, identificou que a “vontade de lembranças” surgia em momentos de tensão entre o tradicionalismo e a modernidade, “tensão essa reveladora de rupturas que [...] desorganizam formas de viver”. À medida que as mudanças vão ocorrendo, os referenciais da vida se desorganizariam, o que faria necessário a

que chegou, levado a um campo de concentração onde permaneceu até o fim do conflito, já que falava alemão (PIONEIRO, Caxias do Sul, 11/07/1979, p. 5).

¹⁷ À exceção dos anos 1936 e 1937, quando foi nomeado novamente nomeado para a igreja N. Sra. da Glória.

¹⁸ O título de “monsieur” foi-lhe dado a 17 de setembro de 1927.

¹⁹ Excerto do discurso que proferiu em 28 de março de 1972 ao receber o título de Cidadão de Porto Alegre, conforme Lei Municipal n. 3606 de 27/12/1971 (NEIS, 1987, p. 42).

²⁰ Sobre a atuação de Dom Vicente Scherer ver: MOESCH, 2007; KASPER, 2012.

²¹ Função que desempenhava desde 1932.

²² Função da justiça eclesiástica responsável em defender o valor dos sacramentos do matrimônio e da ordem sacra.

²³ Nomeado em 1950 pelo arcebispo Dom Vicente Scherer. Oficialmente, a função de *historiador eclesiástico* foi criada e desempenhada apenas por ele (UNITAS, 1950).

busca de elementos do passado para conferir estabilidade e manter a conexão do momento vivido.

Nas agendas de mons. Balem, como já mencionado, muitas anotações de fatos do passado referentes às obras da Catedral foram lançados posteriormente, nos anos de 1950. Revela-se aí o caráter fragmentário da memória – o que geraria desconforto para a história (D’ALESSIO, 1998, p. 275) – mas que nos permite compreender a forma de produção de sua escrita.

Alguns brevíssimos trechos de suas *Reminiscências* podem ser encontrados no pequeno livro que lançou em 1956,²⁴ no qual se ocupou da história da matriz, desde seus primórdios no século XVIII, passando pela elevação a Catedral (1848), a demolição do antigo prédio (1920) e dando conta do que fora feito de obras até início da década de 1950. Nas últimas 20 páginas (trata-se de um livrinho de 69 páginas) transcreveu uma entrevista do Arcebispo de 1953 e informou sobre o novo projeto para angariar recursos.

Se, por um lado podemos entender que Balem talvez acionasse a memória em momentos de consciência da passagem do tempo, por outro, admitimos que o presente seria o parâmetro que se temporalizaria (TEDESCO, 2011, p. 12). Nesse sentido, as sucessivas alterações no texto que se inicia como *Achegas* e acaba com o título de *Reminiscências* estariam revelando reflexões de seu presente, pois, como afirma Lowenthal (apud TEDESCO 2011, p. 14), “novas experiências alteram continuamente os esquemas mentais que moldam o que foi previamente lembrado”.

O texto *Achegas para a história da nova Catedral de Porto Alegre* foi escrito na agenda de 1934, nas páginas dos dias 07, 08 e 09 de fevereiro. A escrita é frenética, cheia de detalhes que não serão encontrados no texto *Reminiscências*, tais como: “nossa viagem a Gravataí, três horas de carro de praça (naquele tempo não havia faixa de cimento, mas uma estrada muito esburacada)” ou “comprou o terreno na rua da Glória (hoje Cor. Francisco Neves, filho natural do côn. Neves)”. E assim se sucedem as intervenções entre parênteses.

Ricoeur (2003), na intenção de escapar da descrição linear da memória como matriz da história, sugere que seja tratada de forma circular, pois, ao passar pela escrita, o passado histórico será reapropriado, iniciando-se novamente o círculo. Memória, então, não seria apenas sobre lembrar-se, mas o que lembrar e como lembrar.

Da memória acionada à escrita: aproximando-se de Ricoeur

²⁴ BALEM, João Maria. *A Catedral de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tip. Pia Soc. Filhas de S. Paulo, 1956.

[...] quem foi que ideou o projeto, quem o ideou de pedra, quem organizou a pedreira e a oficina de cantaria, quem comprou a maquinaria de ar comprimido, quem comprou o terreno na rua da Glória.²⁵

O texto manuscrito intitulado *Achegas* foi produzido na década de 1930. Apesar de não ser possível precisar quando teria sido reescrito e com título mudado para *Reminiscências*, podemos situá-lo após 1950 até às voltas de 1960.²⁶ A terceira versão, datilografada, é a que estimamos tenha sido preparada para a publicação em 1976, embora apenas cerca de um terço do texto tenha ido para o jornal.

Foram três tempos diferentes, três momentos de vida em que Balem se deteve no mesmo texto.

Paul Ricoeur, de acordo com Reis (2006, p. 22-23), reinseriu a temporalidade na história, porque a história, lógica e temporal, necessita da referência do vivido para ser útil à vida. A fim de resolver o dilema entre a experiência e a consciência, Ricoeur recorreu à síntese dos tempos filosóficos agostiniano e aristotélico.

O tempo agostiniano trata do tempo cósmico, interior, no qual o passado se manifesta através da memória, enquanto o segundo, tempo de Aristóteles, seria o tempo vivido, lógico (BARROS, 2011, p. 4-5). Da justaposição de ambos os tempos nasceria o impasse entre o vivido e a lógica, entre o tempo e a narrativa (REIS, 2006, p. 24; BARROS, 2011, p. 6).

A memória, concebida como existente internamente, não poderia ter o tempo medido, conceituado. Sendo assim, seria a narrativa a responsável por organizar o tempo, extrair sentido da experiência temporal (BARROS, 2011, p. 6-7).

Por esse ângulo, mons. Balem elaborou narrativas associadas à sua memória, como modo de organizar suas experiências. Repetindo o processo como o fez, reelaborando as próprias narrativas (do mesmo tema), alterando e reconfigurando elementos, entendemos a possibilidade de aproximação ao modelo do círculo hermenêutico de Paul Ricoeur.

Na articulação do tempo e da narrativa, Ricoeur apresentou o círculo hermenêutico, tendo em sua composição três instâncias criadoras. A primeira seria o ponto de partida, situado no campo prático, ou seja, aproximando-se do viver. A segunda instância viria a ser a narrativa (ou intriga) construída, a qual será recebida pelo leitor; a narrativa vai cumprir o papel mediador entre o leitor e o viver, possibilitando novamente o início do movimento, da relação entre o texto e o viver (BARROS, 2011, p. 16-17). De acordo com Reis (2006, p. 28),

²⁵ Excerto do manuscrito *Achegas* (1934), no qual mons. Balem referiu-se a si mesmo.

²⁶ A estimativa baseia-se nas características extrínsecas da escrita, ou seja, a caligrafia vai se alterando, mas, sobretudo, pela utilização de caneta esferográfica nas correções e complementação do texto. No acervo de Balem, encontramos o uso da esferográfica a partir da década de 1960.

“o tempo vivido torna-se o tempo humano na medida em que é articulado de forma narrativa e a narração ganha todo o seu significado quando se torna uma condição de experiência temporal”.

Nessa operação, a memória não é tratada apenas

em termos de presença/ausência, mas também em termos de lembrança, de rememoração, aquilo que chamamos de *anamnesis*. E quando essa busca termina, falamos em *reconhecimento*. [...] Nenhuma outra experiência dá a este ponto a certeza da presença real da ausência do passado. Ainda que não estando mais lá, o passado é *reconhecido* como tendo estado (RICOEUR, 2003, s/p).

Ao refletir sobre seu vivido, Balem criou seu próprio círculo de lembrar, escrever e reapropriar-se de sua escrita, para novamente iniciar o ciclo que teria durado de meados da década de 1930 até alguns anos antes de seu falecimento, em 1978. Para compreender essa relação, ficou evidente que na versão mais longa (década de 1960), e quando passou a se intitular *Reminiscências*, o autor detalhou diversos acontecimentos, sobretudo do processo inicial das obras:

Então começamos a depositar a terra, os entulhos, na rua Dom Sebastião e por sobre a terra ali colocada iniciamos um enorme depósito que tomou toda a rua Dom Sebastião, e o depósito foi-se alargando cada vez mais, entrando a terra pelos jardins do Palácio do Governo e ameaçando entrar no edifício do antigo Seminário, cujas janelas e portão foram defendidas por paredes improvisadas de madeira. As fotografias da época ilustram a situação.

No mesmo sentido, mons. Balem tratou de referenciar alguns indivíduos que trabalharam nas obras, mencionando não só seus nomes, mas também informações pessoais. Ficou muito evidente no caso de José Comero o processo de (re)constituição, pois esse indivíduo foi apenas mencionado nas *Achegas*, quando Balem elencou os nomes dos primeiros pedreiros: “José Comero, nascido em Luján, na Argentina, em 28 de setembro de 1908.” Diferentemente dos outros dois pedreiros, mons. Balem agregou muitos outros dados de José Comero nas *Reminiscências*, inclusive sendo utilizado no encerramento do artigo publicado em 1976:

José Comero, nascido em Luján, na Argentina, em 28 de setembro de 1908 e falecido em Porto Alegre a 31 de dezembro de 1974. Era viúvo de Ercília Pinheiro, filho de Domingo e Teresa Vilhoco. Trabalhava nas obras da Catedral desde o ano de 1925, faleceu de trombose no Hospital Nossa Senhora da Conceição. Foi enterrado no cemitério da Santa Casa de Misericórdia, onde estava o túmulo de sua esposa. No dia 2 de fevereiro de 1974 na capela São Miguel e Almas, antes do enterro, foi celebrada a missa de corpo presente pelo Bispo Auxiliar Dom Antonio do Carmo Cheuche, concelebrando mons. Balem, Allgayer e Pe. De Lorenzi. O Cardeal Vicente Scherer visitou o corpo. O Pe. De Lorenzi dirigiu uma palavra de despedida.

De acordo com Chartier (2005, p. 79), Ricoeur entende que a relação afetiva que a memória conserva com o passado pode fazer com que as reconstruções sejam manipuladas. No entanto, Ricoeur também reconhece que o vínculo da memória com a história é muito forte e a dependência entre ambas reside na conexão que têm com o passado, ou seja, representam no presente o que já passou (CHARTIER, 2005, p. 80-82).

A memória, tomada como testemunha e prova de um passado que não é mais, garante o reconhecimento, assim como empreende mons. Balem, transformando *sua memória* em um mecanismo contínuo de interpretação.

Considerações finais

A rememoração, evocação simples da lembrança, deu início ao processo de nos reapropriarmos da narrativa de Balem. Comemorar os 100 anos da construção da nova Catedral desencadeou o processo da memória, do reconhecimento do vivido como reflexão para uma nova narrativa. O ciclo aparentemente voltado para a reapropriação exclusiva do próprio mons. Balem encontrou novos leitores.

O artigo propôs-se a investigar um personagem complexo, tendo em vista questões relacionadas ao seu acervo, buscando compreender a relação dele (como produtor) com anseios de permanência. Porém, ao tratar de um acervo nunca questionado, tornou-se um profícuo campo a ser explorado, possível de ser observado sob quantas nuances perita a imaginação.

O recorte particular que escolhemos, as versões do texto *Reminiscências*, lançou um olhar mais próximo do mons. Balem e optamos por compreender as narrações múltiplas a que ele se lançou, ressignificando seu passado em vista do próprio presente. Ao escrever, ao narrar, a relação do tempo parece não se alterar, porque a narrativa, como reforça D'Alessio (1998, p. 271), não se entrega e conserva suas forças.

Foi assim que mons. Balem parece ter enfrentado a passagem do tempo, ativando a memória através de lembranças registradas (CUNHA, 2004, p. 4). Ao acionar suas memórias, Balem pode sucessivamente partir do seu vivido para reencontrar o vivido.

A imposição do presente sobre o passado revela a consciência da passagem da vida. Ao dar-se conta da grande ruptura que sofreu por não estar mais à frente do projeto da nova Catedral de Porto Alegre, que ideou e articulou, passou a reinterpretá-lo, reconstruindo a narrativa. Por isso, reconhecemos a possibilidade de inspiração do círculo hermenêutico de Ricoeur para aproximar-se da operação desenvolvida por Balem. Ampliava-se o

conhecimento do vivido, pois a cada narrativa novas avaliações da realidade aconteciam, como uma espécie de catarse (REIS, 2006, p. 34).

Enfim, novos leitores de *Reminiscências* já estão se reapropriando do texto, iniciando novo ciclo, abrindo a novas possibilidades.

Referências bibliográficas

ANGELI, Douglas. Plínio Salgado *versus* Alberto Pasqualini no álbum de recortes de João Maria Balém (1950). In: SANTOS, Amanda; VARGAS, Jonas; LEAL, Elisabete. **Fronteiras e identidades**: reunião de artigos do III EIFI. Pelotas: Ed. do Autor, 2017, p. 272-281.

ANHEIM, Étienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre “A memória, a história, o esquecimento”, de Paul Ricoeur. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 121-154.

BARROS, José D’Assunção. Paul Ricoeur e a narrativa histórica. **História, imagem e narrativas**, n. 12, abr. 2011.

BRITTO, Augusto César Luiz; CORRADI, Analaura. Egodocumentos: os documentos que expressam a personalidade, intimidade e motivações dos titulares de arquivos pessoais. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (FURG), v. 32, n. 2, p. 98-129, jul./dez. 2018.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. Arquivos Pessoais: Sujeito, Contexto e Organicidade... In: **Anais do 7º Seminário Regional de Arquivos: Fontes de pesquisa em ambiente digital**. Anais... Santa Maria (RS) Online, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/aars7sra/326766-arquivos-pessoais---sujeito-contexto-e-organicidade>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CAMPOS, Vanessa Gomes de; ZUCHETTI, Caroline; VOLPATTO, Lucas Bernardes. **Das pedreiras às torres e carrancas**: uma nova Catedral para Porto Alegre. Porto Alegre: Outubro, 2021. Disponível em: <https://www.catedralpoa.com.br/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

CARDOSO, Vanessa Cabral Bezerra; CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz; MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. Trajetória literária de Polábio Alves: pelas frestas do seu arquivo pessoal. In: OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; ROSA, Maria Nilza Barbosa; CÓRDULA Ana Cláudia Cruz (Orgs.). **Vidas desarquivadas**: memórias que narram os arquivos privados pessoais. João Pessoa: Editora UFPB, 2019, p. 141-157.

CHARTIER, Roger. El pasado en el presente: una lectura de Ricoeur. In: CHARTIER, Roger. **El presente del pasado**: escritura de la historia, historia de lo escrito. México, D.F: Universidad Iberoamericana, 2005, p. 69-87.

CUNHA, Olívia. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo, **Mana**, Rio de Janeiro, 10(2), 2004. p. 287-322.

D’ALESSIO, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos e poder. **Proj. História**, São Paulo, 17, nov. 1998, p. 269-280.

- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998, p. 59-87.
- GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 7, n. 13, Jul./Dez. 2015.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, 1997, p. 41-66.
- KASPER, Rafael. **Movendo as peças do tabuleiro: a atuação de Dom Vicente Scherer à frente da Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1981)**. Dissertação de Metrado (Programa de Pós-Graduação em História) – UNISINOS, 2012.
- KETELLAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 193-206.
- LACERDA, Thays. Sobre memória exercitada e o dever de memória em Paul Ricoeur. Encontro diversidade em arquivos, 1, 2018, João Pessoa-PB. **Anais Eletrônicos...** João Pessoa-PB. Disponível em <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-9e5e6f89c4f894e6f9d64c642b5f4877f2b6ab8a-arquivo.pdf>. Acesso em 14 jan. 2021.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1996.
- LOPES, José Rogério. **Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais**. Porto Alegre: CirKula, 2017.
- MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/IEL, 1978.
- MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 239-259.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de reflexão. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999, p. 11-29.
- MOESCH, Eduardo Pretto. **Dom Vicente Scherer: a voz de um pastor**. Porto Alegre: Padre Réus. 2007.
- NEIS, Ruben. Centenário de nascimento de mons. João Maria Balem. **Unitas**, fasc. 1-4, jan./abr. 1987, p. 41-45.
- PÉREZ CORTÉS, Sergio. “Dictatores non escriptores”. In: PÉREZ CORTÉS, Sergio. **La travesía de la escritura: de la cultura oral a la cultura escrita**. México: Santillana Ediciones Generales, 2006, p. 15-90.
- REIS, José Carlos. Tempo, história e compreensão narrativa em Paul Ricoeur. **Locus: Revista de História**, v. 12, n. 1, 2006.
- RICOEUR Paul. Memória, história, esquecimento. **Hauting memories? History in Europe after authoritarianism**. Budapeste, mar. 2003. Disponível em https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia. Acesso em 02 nov. 2020.
- SCHWARTZ, Joan; COOK, Terry. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró-Memória Indaiatuba**, v. 3, n. 3, jul. 2004, p. 15-30.
- SILVA, Gilvan Ventura da. Cultura escrita e comunicação oral no cristianismo antigo: as homilias como instrumentos de poder. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 9, p. 212-233, 2017.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces**: introdução a uma análise sócio histórica da memória. Passo Fundo: UPF Editora, 2011.

O arquivo pessoal do professor Walter Fernando Piazza: honrarias de um educador catarinense¹

The personal archive of Professor Walter Fernando Piazza: honors of an educator from Santa Catarina

Vinícius Bosignari,² UFSC

Resumo

Os Arquivos Pessoais de professores oportunizam compreender as práticas docentes e o contexto educacional em uma determinada época e local. Nessa perspectiva, tivemos como finalidade pesquisar o acervo do historiador e educador catarinense, Walter Fernando Piazza, sobretudo, os objetos que compõem as suas “honrarias”. Para a construção deste trabalho utilizamos da literatura específica sobre “Arquivos Pessoais” e “Fontes Materiais”. Como resultado, conseguimos quantificar os “tipos documentais”; as origens dos objetos, isto é, se proveniente do âmbito acadêmico, político, militar ou religioso; e por fim, os períodos em que o titular recebeu mais e menos honrarias.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal; Walter Fernando Piazza; Honrarias; Fontes Materiais.

Abstract

Teachers' Personal Archives provide an opportunity to understand teaching practices and the educational context at a given time and place. In this perspective, we aimed to research the collection of the historian and educator from Santa Catarina, Walter Fernando Piazza, especially the objects that make up his “honors”. For the construction of this work we used the specific literature on “Personal Files” and “Material Sources”. As a result, we were able to quantify the “document types”; the origins of the objects, that is, if they come from the academic, political, military or religious scope; and finally, the periods in which the holder received more and less honors.

Keywords: Personal Files; Walter Fernando Piazza; Honors; Material Sources.

À guisa de introdução

Esta pesquisa versa sobre o Arquivo Pessoal do historiador catarinense Walter Fernando Piazza. A pretensão principal deste trabalho foi investigar a composição das “honrarias” do titular, ou seja, entender as suas origens e finalidades, períodos, tipos documentais e etc. Para isso, dividimos o trabalho em cinco seções:

A primeira seção intitulada “*Os Arquivos Pessoais: alguns comentários*” trata brevemente do surgimento e interesse de arquivistas e historiadores para essa forma de arquivo, a definição do que é um Arquivo Pessoal e alguns estudos relacionados a arquivos pessoais de professores.

¹ Artigo desenvolvido para a disciplina de Arquivos Pessoais do curso de Arquivologia (UFSC), no segundo semestre de 2021.

² Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

No segundo momento, em “*Biografia, trajetória e composição do arquivo pessoal de Walter Fernando Piazza*” trouxemos alguns dados relevantes a respeito da trajetória do titular, como professor, historiador, folclorista e arqueólogo. Posteriormente, neste mesmo tópico, abordamos o contexto de doação do seu arquivo pessoal, o motivo, o local onde repousa seus documentos, e o inventário de seu acervo realizado por suas filhas.

Em “*Troféus, medalhas e crachás: as fontes materiais e o trabalho do historiador*” nos dedicamos a escrever sobre a importância das fontes materiais para a pesquisa histórica. Nesta seção apresentamos a metodologia utilizada em nosso trabalho, e descrevemos passo a passo da pesquisa.

No quarto tópico, “*Mapeando a trajetória do historiador catarinense: resultados preliminares*” colocamos, através de três quadros, os resultados obtidos na pesquisa. Nossa intenção, neste primeiro momento, foi apenas comentar os resultados preliminares da investigação realizada.

Por último, em “*Considerações Finais*” retomamos a importância dos Arquivos Pessoais para o estudo dos diferentes momentos da educação em Santa Catarina, especialmente aqueles relacionados aos estudos históricos, área que o titular do arquivo mais se dedicou ao longo de sua vida acadêmica.

Os Arquivos Pessoais: alguns comentários

No passado, especialmente no século XIX e início do século XX, os historiadores entendidos como positivistas tinham menos “matérias primas” para desenvolver os seus trabalhos sobre História. Para eles, um documento só poderia ser considerado como fonte histórica se atendesse a alguns pré-requisitos. Necessariamente, ele precisaria ser escrito, proveniente de algum órgão público e que tratasse de algum “grande vulto da sociedade”, como militares, políticos, nobres e religiosos.

A partir da “Escola dos Annales”, e posteriormente com a chamada “Nova História”, houve uma vasta ampliação dos documentos utilizados pelos historiadores. Do mesmo modo, e com isso não queremos mostrar uma relação de dependência, mas de reciprocidade entre os dois campos, os arquivos também passaram a terem acervos documentais mais diversificados, sejam pelos fundos, sejam pelos tipos documentais.

No entanto, como escreveu Gomes (1998, p. 122) é na década de 1970 que os historiadores, especialmente aqueles ligados à História Cultural, com novas abordagens teórico-metodológicas, “descobrem” os arquivos privados. Gomes (1998, p. 123) entende

como “História Cultural”: a história social das ideias, a história da cultura (de referencial antropológico), e também a história de intelectuais.³

Dentro desse contexto de valorização do sujeito na História pelas novas abordagens e do alargamento das fontes históricas, emerge o interesse dos historiadores pelos chamados “Arquivos Pessoais”. Artières (1998, p. 31) lembra que “[...] arquivar a própria vida não é privilégio de homens ilustres (de escritores ou de governantes). Todo indivíduo, em algum momento da sua existência, por uma razão qualquer, se entrega a esse exercício.”

Entendemos que as definições conceituais de arquivos pessoais são muitas, mas sem adentrar nesse emaranhado, tomamos por conceito a compreensão de Belloto (2004).⁴ Resumidamente, para ela, o arquivo pessoal é o agrupamento de documentos acumulados ao longo da vida de um sujeito. Ou, nas palavras da própria autora:

[...] o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas e etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (BELLOTO, 2004, p. 266).

Mas afinal, por que arquivar? Sobre essa pergunta, Artières (1998, p. 10) nos dá uma resposta muito evidente. Arquivamos as nossas vidas “Para responder a uma injunção social.” Sempre, ao longo da vida, faz-se necessário apresentar papéis, inclusive para se inserir socialmente, aponta Artières (1998, p. 13). Sem documentos, por exemplo, não temos acesso aos direitos sociais. Por isso, “[...] é preciso apresentarmos arquivos: uma conta de luz, de telefone, um comprovante de identidade bancária. Sem esses documentos, somos imediatamente excluídos.” (ARTIÈRES, 1998, p. 13).

O arquivamento de si, entretanto, não acontece somente por força de lei ou norma social. Há outros sentidos no acúmulo de documentos pessoais. De acordo com Cunha (2017, p. 191) ao arquivar a sua vida o titular tenta imortalizar uma época e produzir impressões a respeito de si. De maneira alguma o arquivamento do eu acontece de maneira “neutra”. Vianna, Lisovsky e Sá (1986, p. 67), discorrem que o titular do arquivo pode utilizar vários critérios para constituir a sua coleção além do pragmatismo administrativo ou político, tais como: precaução, vingança, orgulho e senso histórico.

³ Quiçá, a nosso ver, poderiam ser incluídos outros campos da historiografia, como a “Nova História Política”, a “Micro-história” e a “História Social”.

⁴ Outros conceitos e autores poderiam ter sido utilizados, porém percebemos o uso corrente do conceito desenvolvido por Belloto entre os pesquisadores de Arquivos Pessoais.

A esse mecanismo do arquivamento do eu, Artières (1998) intitulou de “intenção autobiográfica”. Artières (1998, p. 31) defende que o arquivamento de si é uma forma de reunir peças necessárias para contrapor a concepção que os outros têm de nós. E ele vai além, argumenta que “[...] arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte” (ARTIÈRES, 1998, p. 32).

No Brasil, nos últimos anos, alguns arquivos e centros de documentação têm recebido, com a finalidade de salvaguardar a memória docente, acervos pessoais de trabalhadores da educação, especialmente professores do magistério superior das mais variadas universidades do país.⁵ O objetivo desses “lugares de memória”, valendo-se dessa categoria estudada por Nora (1993), é garantir a preservação dos acervos docentes e oportunizar a pesquisa para a comunidade acadêmica.

Os historiadores ao adentrar nas miudezas⁶ dos arquivos pessoais de docentes, através de suas pesquisas, realizam aquilo que Nóvoa (1994) há muitos anos defendeu: “[...] chegou o tempo de olhar com mais atenção para a internalidade do trabalho escolar [...], a organização do cotidiano escolar, as vidas e experiências dos alunos e dos professores [...]” (NÓVOA, 1994, p. 5).

Cunha (2017), por exemplo, no seu artigo “*O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): do traçado manual ao registro digital*” apresenta e interpreta o acervo deste docente, centrando sua análise na participação do professor Elpídio Barbosa na formulação de diretrizes educacionais em Santa Catarina.

Outro trabalho muito importante elaborado por Cunha e Almeida (2021) é o artigo “*Arquivos Pessoais no radar do Tempo Presente. Dimensões e possibilidades nos estudos acadêmicos*”. Nessa pesquisa, as autoras procuram discutir as condições de produção, conservação e utilização dos arquivos pessoais de dois professores universitários da região sul do Brasil, sendo eles: Balduino Andreolla e Walter Fernando Piazza.⁷

Em ambos os trabalhos houve a compreensão de que os arquivos pessoais carecem de precauções dos historiadores que os saboreiam. Por mais que eles pareçam próximos ao pesquisador, é necessário “[...] o crivo de um rigoroso tratamento teórico metodológico.” (GOMES, 1998, p. 126). Ela ainda aconselha aos historiadores que os encantos dos

⁵ Destacam-se, por exemplo: o Instituto de Estudos Brasileiro da USP, site: <https://www.ieb.usp.br/>; Centro de Documentação do GHEMAT-SP, site: <https://www.ghemat.com.br/centro-de-documentacao> e o Centro de Memória e Arquivo (CMA) da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, site: <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/en/node/2611>.

⁶ Utilizamos a palavra miudeza no sentido de pequenos detalhes e não em ordem de importância.

⁷ O professor Walter Fernando Piazza também será estudado por nós.

documentos pessoais podem levar à ilusão da verdade e por isso não podemos cair nas “malhas do feitiço”.

Biografia, trajetória e composição do arquivo pessoal de Walter Fernando Piazza

Antes de apresentar o acervo, é preciso conhecer um pouco da biografia do seu titular. Walter Fernando Piazza era filho de Romeu Boiteux Piazza e Aracy Baptista Pereira Piazza. Nasceu em Nova Trento (SC) no dia 06 de novembro de 1925 e faleceu em Florianópolis (SC) na data de 09 de janeiro de 2016. cursou o primário no Rio de Janeiro (RJ), no Colégio Santa Cecília, Grupo Escolar Pereira Passos e Curso Victor. Já nos estudos secundários formou-se no Colégio Santo Antônio, em Blumenau (SC). Graduou-se em Geografia e História pela antiga Faculdade Catarinense de Filosofia, que mais tarde foi incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nessa mesma universidade, Walter Piazza foi docente desde 1960, onde desenvolveu pesquisas relacionadas à História, Geografia e cultura catarinense. (PIAZZA, 2018).

Trabalhou também como professor no Instituto Estadual de Educação, na FAPEVI (atual UNIVALI), na UDESC, na UNIVILLE e foi professor-visitante da Universidade dos Açores. Além de professor universitário, foi funcionário público, jornalista no “Diário da Tarde” e “A Gazeta”, folclorista e arqueólogo (PIAZZA, 2018). Possui inúmeros livros, capítulos de livros e artigos publicados no Brasil e no exterior, que servem como base para as novas gerações de historiadores e historiadoras interessados em pesquisar a história e historiografia catarinense.

O acervo pessoal do professor Walter F. Piazza está atualmente custodiado no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina, IDCH/UDESC. O Instituto está localizado em uma antiga casa de cor rosa e estilo luso-brasileira, na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 457, no centro de Florianópolis (SC). A finalidade da instituição, conforme seu Regimento Interno é “[...] atuar na área da pesquisa, documentação, educação e da cultura agregando as pesquisas realizadas no âmbito da FAED⁸ na área de ciências humanas e [sociais] aplicadas [...]” (IDCH, 2016, p. 1).

Fazem parte do acervo da instituição, além da coleção do prof. Piazza, vários projetos e arquivos pessoais, tais como: o Espaço Eglê Malheiros e Salim Miguel, destinado à guarda do acervo pessoal do casal; a Coleção Elpídio Barbosa, com cerca de 170 documentos do arquivo pessoal desse educador catarinense; a Coleção Victor Márcio Konder, com livros e

⁸ Faculdade de Ciências Humanas e da Educação - UDESC.

revistas do titular; o Acervo Ditadura em Santa Catarina, composto por documentos históricos relacionados à ditadura militar em Santa Catarina; a Hemeroteca Digital Catarinense; o Arquivo digital de mapas catarinense; o Projeto Arquivo Marginais, que atua no Centro de Documentação e Pesquisa do Hospital Colônia Sant’Ana (CEDOPE/HCS) e na organização dos Prontuários da Penitenciária de Florianópolis; o Serviço Nacional de Informações - PR/SC, composto por documentos oriundos da Agência do Serviço Nacional de Informações; e por fim o projeto IDES: Mais de Dois Séculos de História, onde foram digitalizadas mais de 9 mil fotografias da Irmandade do Divino Espírito Santo de Florianópolis.

O IDCH não é somente uma instituição de guarda permanente de documentos antigos, ele é “[...] um lugar onde o passado é construído e produzido [...]” (ASSMANN, 2011, p. 25). Para Cunha (2017) o IDCH pode ser visto como:

[...] um patrimônio documental, por ser portador de testemunhos de outros tempos, mais do que uma mera contribuição à escrita da história do tempo presente e da História da Educação, a divulgação e a sua utilização em estudos sobre a História da Educação em Santa Catarina se reveste de importância por ser uma forma de pedagogia indispensável a formação das gerações futuras (CUNHA, 2017, p. 193).

Em 2016, ano da morte do professor Piazza, a sua família doou ao IDCH o seu importante acervo pessoal. Ao todo, de acordo com Cunha e Almeida (2021, p. 6), compõe o arquivo do professor cerca de 5000 itens, de diferentes tipos documentais, como: livros, cartas, portarias, medalhas, diplomas, revistas, fotografias, mapas e etc.⁹

No entanto, o demorado trabalho de inventariação iniciou apenas em 2017 e foi realizado por: Alba-Lúcia Fontes Piazza, Maria de Fátima Fontes Piazza, Cristina Maria da Silveira Piazza, filhas do titular; Camila Vargas Barreto e Iraci Borszcz, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Fernanda Sales, diretora da instituição.

Ao verificar o acervo do titular encontram-se documentos desde a década de 1940 e que já possuíam alguma forma de organização em caixas realizadas pelo próprio professor. Artières (1998, p. 10) escreve que, ao arquivar nossas vidas, “[...] arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros.”. Walter Piazza não foi o único a organizar seu acervo pessoal. Fraiz (1998) estudou o arquivo do político Gustavo Capanema em seu mestrado e verificou que o ex-ministro da educação também havia tentado organizar seu próprio acervo.

⁹ A coleção de Walter Fernando Piazza se encontra inventariada e digitalizada no site: <https://www.udesc.br/faed/idch/cole%C3%A7%C3%B5es/piazza>.

Outro assunto que perpassa aos acervos pessoais é o descarte de documentos. A prática de descartar é muito comum na formação de um arquivo pessoal pelo próprio titular e também por sua família. Heymann (1997, p. 45) aponta que após a morte daquele que gerou o arquivo “[...] ocorre a interferência de familiares, que geralmente reduzem o universo acumulado segundo uma avaliação baseada em novas diretrizes e interesses.”.

Os documentos do arquivo pessoal do historiador neotrentino não foram reorganizados por suas filhas, apenas foram inventariados em seis grandes “séries documentais”, como chamaram Piazza *et al.* (2018), sendo elas: a) Produção Pessoal (Autoria, coautoria, organização e participações);¹⁰ b) Livros, folhetos, separatas e monografias;¹¹ c) Revistas;¹² d) Documentos (Correspondência, fotografias, mapas, relatórios entre outros);¹³ e) Honrarias (troféus, medalhas, broches, placas entre outros);¹⁴ f) Certificados, diplomas e portarias.¹⁵

O Manual de Organização de Arquivos Pessoais da Fundação Oswaldo Cruz (2015) alerta ao arquivista ou documentalista responsável pela análise dos documentos de qualquer arquivo pessoal o seguinte:

A existência de uma ordem original na organização dos documentos é outro aspecto a verificar na etapa de identificação. Caso exista, a lógica ou lógicas de arquivamento devem ser objeto de análise, para que se decida sobre sua manutenção ao compor-se o quadro de arranjo do arquivo. Pesam nessa decisão, sobretudo, o que essa organização expressa acerca do produtor e do processo de constituição de seu arquivo, bem como sua pertinência para o uso do acervo como fonte de pesquisa (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2015, p. 24).

Manter ou não manter a organização original? Eis a questão! No caso do professor Piazza, tanto a família, quanto a instituição que recebeu o seu arquivo optaram por respeitar as escolhas do titular. Na dúvida de como proceder, o arquivista/documentalista deverá ao menos deixar registrada como se encontrava distribuído ou organizado os documentos do titular. Dessa forma, os futuros pesquisadores poderão compreender a organização original do arquivo. E, obviamente, as escolhas de arquivar, como organizar e o que organizar (pois Walter Piazza não necessariamente organizou todo o acervo) podem dizer muito sobre ele.

¹⁰ Ver em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1006/WFPobras_15637966216484_1006.pdf.

¹¹ Ver em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1006/wfplivros_e_folhetos_15637966614502_1006.pdf.

¹² Ver em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1006/Wfp_revistas_156379667634_1006.pdf.

¹³ Ver em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1006/wfp_documentos_nova_ordem_15659638700839_1006.pdf.

¹⁴ Ver em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1006/WFP_medalhas_trofeus_ETC_15637967061537_1006.pdf.

¹⁵ Ver em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1006/wfpcertificados_15637966896702_1006.pdf.

Sobre como o titular enxergava os seus documentos, quais eram dignos de serem organizados, quais não mereciam a sua organização. Em resumo, não há neutralidade em nenhuma etapa do “arquivar a própria vida”.

Troféus, medalhas e crachás: as fontes materiais e o trabalho do historiador

As fontes históricas nem sempre foram vistas da mesma maneira. O entendimento daquilo que se tem por documento histórico variou ao longo do tempo e espaço. Hoje, no geral, temos uma compreensão mais ampla da “matéria prima” dos historiadores. Conforme Karnal e Tatsch (2009, p. 24) “Em síntese, documento histórico é qualquer fonte do passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita.”

Uma carta para a mulher amada, uma entrevista com a pessoa mais velha do bairro, ou uma notícia estampando a capa do jornal da cidade podem ser consideradas fontes históricas, desde que sejam objeto de pesquisa de algum historiador. Essas, como de maneira iluminada apresenta Barros (2020), são tidas por “fontes de conteúdo”.

Diferente das “fontes de conteúdo”, os talheres da família real brasileira do século XIX, um charuto cubano e um artefato cerâmico indígena de 2000 anos atrás fazem parte das chamadas “fontes materiais”. As “fontes materiais”, segundo Barros (2020):

[...] devem ser compreendidas como aquelas que são o próprio suporte (os objetos de cultura material), ou que se valem muito demarcadamente de suportes específicos para transmitir mensagens e conteúdos em diferentes tipos de linguagens, em distintos níveis simbólicos, e integrando variadas funções. As ‘inscrições’, por exemplo, apresentam uma mensagem escrita que se mostra inseparável do seu objeto, e um grafite certamente não faz sentido fora do muro que se tornou seu corpo (BARROS, 2020, p. 19).

Rede (1996, p. 276) orienta aos historiadores sobre duas implicações ao tomar documentos da cultura material como fontes históricas. A primeira está ligada a sua própria materialidade “[...] os objetos perpassam contextos culturais diversos e sucessivos, sofrendo reinserções que alteram sua biografia e fazem deles uma rica fonte de informação sobre a dinâmica da sociedade [...]”. O segundo ponto trata da percepção de que a trajetória do objeto não se deve limitar a sua vida enquanto tal. Ela deve ir além daquele momento em que o objeto se transforma em documento, adquire novos usos e sentidos, convertendo-se em uma fonte de informação.

A família, ao inventariar o rico acervo pessoal do historiador Piazza, redigiu um catálogo intitulado “Honrarias (troféus, medalhas, broches, placas entre outros)” (PIAZZA *et*

al., 2018). Nesse *PDF*, que se encontra disponível na internet, como o próprio nome sugere, está a lista de objetos relacionados a condecorações recebidas pelo docente ao longo da sua vida.¹⁶ A tabela é composta por duas colunas, a primeira possui as pequenas fotos dos objetos inventariados e a segunda coluna, de maneira muito breve, consta a descrição de cada um.

Levando-se em conta as especificidades das “fontes materiais”, nosso trabalho tomou muito cuidado ao garimpar o arquivo pessoal do professor Piazza. Não foi nossa intenção investigar a composição física e química dos objetos, mas sim o que é o suporte (ex.: medalha, troféu, flâmula e etc.). Desse modo, realizamos as seguintes etapas para o desenvolvimento deste trabalho:

Primeiro, a partir do catálogo, criamos uma planilha para tabular os dados relativos aos objetos da coleção pessoal do titular. Segundo, dividimos essa planilha em colunas, sendo elas: a) A honraria (tipo documental: ex.: medalha, troféu, broche e etc.); b) O nome do evento ou momento da ocasião em que recebeu; c) A instituição ou pessoa que concedeu a honraria; d) A data do acontecimento; e) O local; f) A descrição do objeto (aquela feita pela família); g) A finalidade/origem da condecoração.

Terceiro, com esses dados já tabulados trouxemos alguns comentários a respeito dos resultados obtidos. É importante deixar claro que são discussões ainda preliminares, ou seja, necessitam de melhor amadurecimento.

Mapeando a trajetória do historiador catarinense: resultados preliminares

“Estudar a constituição pessoal de arquivos de vida é [...] “exumar” as formas sub-reptícias que assume a criatividade dispersa, tática e manipuladora dos grupos ou dos indivíduos [...]” (ARTIÈRES, 1998, p. 10). “Exumar” o arquivo pessoal de Walter Piazza, como sugere Atières (1998), não foi uma tarefa fácil. A dificuldade não se encontrou no local onde estão salvaguardados seus documentos para a posterioridade, mas nos desafios em tabular os objetos de seu acervo. Procuramos, nesse sentido, classificá-los de maneira mais fidedigna o possível.

Encontramos no catálogo de honrarias pelo menos 15 “tipos” de objetos, sendo eles: medalhas, broches, placas, comendas, bottons, prendedores de gravatas, troféus, lembranças, diplomas, fotogravuras, flâmulas, carimbos, porta retratos, crachás e carteiras de identificação. Nem todos os documentos que constam no catálogo se enquadram perfeitamente como “honrarias”, ou seja, com a intenção de reconhecer o trabalho do

¹⁶ A lista de honrarias recebidas pelo Professor Walter Fernando Piazza encontra-se neste link: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1006/WFP_medalhas_trofeus_ETC_15637967061537_1006.pdf

professor. Existem fotogravuras, por exemplo, que retratam Walter F. Piazza para a reprodução da sua imagem na imprensa, quando esse fora jornalista; ou carimbos, que provavelmente estavam ligados ao seu trabalho como professor. Contudo, esses itens pouco interferem na porcentagem da composição do seu acervo. Por isso, os objetos citados anteriormente, e com menos de três peças, agrupamos como “outros”.

Quadro 1: Composição das “honrarias” do arquivo de WFP.

Tipo documental	Quantidade	(%)
Medalhas	24	21,2
Comendas	3	2,7
Placas	4	3,5
Broches	14	12,4
Bottons	5	4,4
Troféus	14	12,4
Diplomas	3	2,7
Flâmulas	4	3,5
Crachás	25	22,1
Carteiras de identificação	9	8,0
Outros	8	7,1
Total	113	100

Fonte: Com base em Piazza *et al.* (2018).

Nesse primeiro levantamento percebemos que as medalhas e os crachás, sozinhos, chegam a quase metade dos objetos catalogados nas “honrarias”. Tanto os crachás quanto as

medalhas, em sua maioria, provêm de eventos acadêmicos. Somente da “Reunião Anual da SBPH”¹⁷ existem crachás de cinco edições.

Piazza fez parte de uma geração de historiadores profissionais em Santa Catarina. Wolff (2009) classifica a produção historiográfica de Piazza como “tradicional”, pois seus escritos davam ênfase aos fatos políticos e militares, além de existir uma preocupação com os nomes ilustres e cronologias históricas de Santa Catarina (WOLFF, 2009). O fato de ele ter recebido tantas medalhas está intimamente ligado a sua participação em eventos e sua produção científica. Mas não somente, pois como escreveu Barros (2020, p. 20): “As medalhas servem para separar os homens uns dos outros, e agrupar alguns por oposição a outros, terminando por hierarquizá-los.”

De medalha de prata com a inscrição “Amigo da Marinha” ao broche do “36º Congresso Eucarístico”. O acervo do educador possui documentos que têm origem em diferentes momentos da sua vida e foram entregues por diferentes instituições. Dessa maneira, separamos os objetos em quatro categorias distintas que chamamos de “origem”, sendo elas: militares, políticas, acadêmicas e religiosas.

A primeira, como o próprio nome sugere, diz respeito aos objetos provenientes de órgãos das forças armadas, como o broche de “Amigo da Marinha” supracitado. A segunda abarca as honrarias recebidas por instituições do executivo e legislativo, tal qual a “Medalha Francisco Dias Velho” entregue pela Câmara de Florianópolis e também por aquelas relacionadas ao momento em que Piazza ocupou uma cadeira no Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina.

A terceira se refere aos itens recebidos ao longo da sua vida por conta do seu trabalho como professor universitário; associado de Institutos Históricos, Geográficos e Genealógicos, brasileiros e estrangeiros; e bem como por sua participação em eventos científicos como pesquisador. Por último, estão os objetos ganhados por conta de eventos ligados à religião, tal como o crachá do “III Seminário de Evangelização da América Latina” realizado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em 1990.

Quadro 2: Origem das honrarias.

Origem	Quantidade	(%)
Acadêmico	75	66,4

¹⁷ Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica.

Político	22	19,5
Militar	4	3,5
Religioso	4	3,5
Sem informação	8	7,1
Total	113	100

Fonte: Com base em Piazza *et al.* (2018).

Imaginávamos que os objetos, em sua maioria, proviessem do ambiente acadêmico (66,4%). Como vimos em sua biografia, Walter Piazza passou por várias instituições de ensino superior ao longo do eixo Joinville-Florianópolis, como a UNIVILLE, UNIVALI, UDESC e UFSC. No entanto, nos surpreendeu a quantidade de honrarias recebidas por motivos políticos (19,5%), tanto de órgãos do executivo e legislativo, quanto de universidades em razão da sua atuação como conselheiro estadual de educação.

Conseguimos, através do catálogo, obter as diferentes temporalidades dos objetos que fazem parte do acervo pessoal do professor catarinense, como no quadro 3.

Quadro 3: Datas dos objetos.

Década	Quantidade	(%)
1940-1949	2	1,8
1950-1959	4	3,6
1960-1969	4	3,6
1970-1979	2	1,8
1980-1989	6	5,4
1990-1999	22	19,6
2000-2009	5	4,5
2010-2019	4	3,6
Sem data	63	56,3

Total	113	100
--------------	------------	------------

Fonte: Com base em Piazza *et al.* (2018).

Um problema percebido por nós ao datar os objetos foi a falta de informações mais precisas. Constatamos que mais da metade das “honorarias” não apresenta a data do evento em que o titular recebeu tal objeto. Entre os que conseguimos datar, sejam aqueles que traziam em seu suporte a data ou os que informavam o nome e a edição do evento (congresso, seminário, simpósio e etc.), notamos que a maioria dos objetos é da década de 1990, exatamente 19,6% do total. Nesse período o professor Piazza já se encontrava aposentado da UFSC, talvez por isso tivesse mais tempo para participar em diferentes eventos pelo Brasil e exterior. Não podemos esquecer que nessa mesma década, como apontado anteriormente, o historiador ocupou a cadeira no Conselho Estadual de Educação e recebeu várias honorarias de instituições políticas. Todavia, isso ainda precisa ser estudado mais a fundo, levando-se em conta outros aspectos da sua biografia.

Com menores porcentagens, 1,8% cada, tanto a década de 1940, quanto a de 1970 foram as que Piazza recebeu menos honorarias. Esses dois períodos, mesmo com menor porcentagem de “honorarias”, são de salutar importância para a historiografia catarinense. Na década de 1940 foi sediado em Florianópolis, sob o âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, o 1º Congresso de História Catarinense. O congresso tinha por finalidade comemorar o bicentenário da imigração açoriana em Santa Catarina, e consequentemente criar aquilo que Flores (1997) chamou de “açorianidade”. O segundo, ocorrido na década de 1970, foi marcado pela criação do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Em ambos os momentos históricos o titular do arquivo participou. No primeiro de maneira mais distante, já no segundo de modo muito mais atuante, visto que ele foi o primeiro coordenador do programa que formou uma nova geração de historiadores em Santa Catarina (e que existe até os dias de hoje).

Considerações finais

Os arquivos pessoais de professores oferecem a possibilidade para os pesquisadores de compreender a vida e cultura escolar em determinada época e lugar. Além de oportunizar a investigação da subjetividade desses docentes, como eles se veem a partir dos seus arquivos e de que forma eles querem ter suas identidades reconhecidas. Artières (1998) nos lembra que arquivar a própria vida é escrever a sua história. E isso, Walter Fernando Piazza fez muito

bem, pois ao longo das décadas acumulou expressiva quantidade de documentos, formando um acervo pessoal de aproximadamente 5000 itens.

Mergulhar no arquivo pessoal do professor Piazza foi uma tarefa prazerosa para nós. Através dos seus documentos visualizamos o passado daquele que é um dos historiadores mais conhecidos pela comunidade acadêmica. Todavia, temos sempre em mente que o passado que visualizamos é forjado pelo seu autor quando ele escolheu o que preservar e o que apagar da sua história.

Através da nossa investigação, embora se trate de dados ainda preliminares e carecendo de análises teóricas mais elaboradas, constatamos que no catálogo de “honrarias”, por exemplo, existem quinze tipologias documentais diferentes. Conseguimos verificar os períodos no qual o historiador neotrentino recebeu mais ou menos honrarias e a origem delas, ou seja, se provenientes do âmbito acadêmico, político, religioso ou militar. Não nos esqueçamos de que o titular do acervo era uma pessoa multifacetada, com atuações diversas no campo da educação, história e cultura.

Por fim, reafirmamos a relevância do acervo pessoal estudado para compreender diferentes momentos da educação em Santa Catarina, principalmente a pesquisa e o ensino de História. Todos aqueles que desejam investigar as gerações pretéritas de historiadores catarinenses, sem dúvidas, devem em algum momento passar pelo encantador arquivo pessoal de Walter Piazza.

Fontes

PIAZZA, Alba-Lucia Fontes *et al.* Honrarias (troféus, medalhas, broches, placas entre outros). 2018. Disponível em: [https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1006/WFP_medalhas_trofeus_ETC_15637967061537_1006.p df](https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1006/WFP_medalhas_trofeus_ETC_15637967061537_1006.pdf). Acesso em: 02/12/2021.

Referências

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.

BARROS, José D’Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, v. 11, n. 02, dez., p. 03-26, 2020.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CUNHA, Maria Teresa Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Arquivos Pessoais no radar do Tempo Presente. Dimensões e possibilidades nos estudos acadêmicos. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, v. 20, p. 1-20, 2021.

CUNHA, Maria Teresa Santos. O Arquivo Pessoal do Professor Catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): do traçado manual ao registro digital. **História da Educação**. Santa Maria: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 21, n. 51, p. 187-206, abr. 2017.

INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS. **Regimento Interno**. Florianópolis: Udesc, 2016. 3 p.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. A Autoridade do Passado. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi**: Palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: UFSC, 1997. p. 113-141.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de Organização de Arquivos Pessoais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. 84 p.

GOMES, Angela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Muller. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n. 19, p. 41-66, 1997.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKI, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 9-27.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 10, dez., p. 7-28, 1993.

NÓVOA, Antonio. **História da Educação**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. Biografia de Walter Fernando Piazza. 2018. Disponível em:

https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1006/Biografia_Piazza_1563796515564_1006.pdf. Acesso em: 01/12/2021.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 4, p. 265-282, 1996.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 10-14, n. 2, jul./dez., p. 62-76, 1986.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina v. 1, n. 1, p. 52-61, 2009.

A independência vai ao cinema: construções e reflexões acerca de *Independência ou Morte* (1972)

The brazilian independence goes to the movie theater: constructions and reflections about Independence or Death (1972)

Danilo Mendonça,¹ Unicamp

Resumo

Este presente artigo busca debater as escolhas de narrativa, a construção dos personagens e a influência no mercado cultural do longa-metragem *Independência ou Morte* (1972) dirigido por Carlos Coimbra - lançado no ano do sesquicentenário da Independência num contexto de ufanismo estatal visando angariar para si a comemoração da data. Protagonizado pelo casal de atores Tarcísio Meira e Glória Menezes, o filme foi uma das principais produções cinematográficas do país na década de 1970 e faz parte do imaginário popular brasileiro enquanto produção sobre temas históricos no cinema nacional.

Palavras-chaves: Carlos Coimbra; Independência do Brasil; Cinema.

Abstract

This article seeks to discuss the narrative choices, the construction of characters and the influence on the cultural market of the feature film *Independência ou Morte* (1972) directed by Carlos Coimbra - released in the year of the sesquicentennial of Independence in a context of state pride aiming to raise for if the commemoration of the date. Starring the couple of actors Tarcísio Meira and Glória Menezes, the film was one of the main cinematographic productions in the country in the 1970s and is part of the Brazilian popular imagination as a production on historical themes in national cinema.

Keywords: Carlos Coimbra; Brazil independence; Cinematography.

Introdução

No ano de 2022, o Brasil aproxima-se de comemorar seu bicentenário da Independência, momento chave na constituição do país como Estado soberano no arranjo internacional. No decorrer da história brasileira em datas “redondas”, vêm sendo feitas comemorações - tuteladas pelo próprio Estado ou por grupos civis - produções culturais e rememorações sobre esse momento histórico do país na constituição do Estado brasileiro e suas implicações na constituição do Estado-Nação.

No primeiro centenário dois grandes eventos de cunho cultural marcaram essa celebração da identidade política: a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, e a Exposição Internacional do Centenário da Independência no Rio de Janeiro. A primeira contou com uma série de artistas e intelectuais presentes na vida paulistana como Mário de

¹ Graduando em História na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador no Centro de Humanidades Digitais da Unicamp (CHD). Orientando em iniciação científica pelo Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo. E-mail: danilomendonca999@gmail.com

Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Heitor Villa-Lobos, dentre outros nomes. O movimento foi marcado por alçar o modernismo como nova etapa da cultura nacional - discutindo a questão da brasilidade e pertencimento nacional -, com uma semana de exposição realizada no Teatro Municipal de São Paulo, local escolhido para demonstrar o apreço e fina cultura da elite econômica paulista ligada ao setor industrial (DA SILVA MENEZES, 2012, p. 168). De outro lado, a exposição ocorrida no Rio de Janeiro, demarca um outro propósito do centenário: expor o Brasil para a comunidade internacional e atrelar os populares para a celebração (CASTRO, 2019, p. 210). Enquanto o coquetel artístico paulista reuniu membros da elite econômica paulistana, artistas e intelectuais, a exposição carioca contou com a visitação de mais de três milhões de pessoas e recebeu a presença de treze delegações de diferentes países para observarem as novas invenções e novidades fervilhantes no salão.² Destoante da experiência semanal paulista, a exposição na então capital federal durou sete meses.

Cinquenta anos mais tarde, na comemoração do sesquicentenário da Independência Nacional, voltava-se novamente o olhar sobre a cultura e o processo político que levou o Brasil a tornar-se, enfim, um Estado sem tutela de uma metrópole. O ano de 1972, é um ano emblemático na história nacional. Por um lado, o país superou com a Copa do Mundo de 1970, realizada no México - com atuações antológicas de Pelé e Carlos Alberto Torres - o estigma de impotente e de “nação menor”. Com a terceira vitória em títulos mundiais, o país começava a se afastar do estigma cunhado pelo dramaturgo Nelson Rodrigues, o “viratismo” que teria infeccionado a nação após a derrota do país sobre o Uruguai por 2 a 1 com um Maracanã lotado - o que se convencionou chamar de *Maracanazo*. (TURCHI, 2017, p. 41) O sentimento de pertencimento à nação não demonstrava-se apenas no âmbito esportivo, com o bom momento econômico representado pelo milagre econômico, a interiorização do país com maior integração do ponto de vista econômico com a região Norte eram fatores que davam nuance a esse momento econômico pujante.³

Outra forte presença brasileira no contexto internacional à época se daria pela via cultural com o ritmo da Bossa nova. A mistura de *jazz* com samba elaborada por músicos como Antônio Carlos Jobim, João Gilberto, Dick Farney e Vinícius de Moraes, começava a

² Um interessante e intenso debate vem sendo realizado sobre qual o evento de maior importância na constituição do Estado brasileiro. Enquanto parte da mídia paulista insiste em dizer que a Semana de Arte Moderna de 1922 foi o grande evento cultural sobre a independência brasileira, o escritor e jornalista Ruy Castro tem sido voz destoante no debate, procurando demonstrar um protagonismo carioca na questão moderna.

³ Segundo números do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o economista Delfim Netto no Ministério da Fazenda, entre os anos de 1967 e 1973, o Brasil registrou um crescimento médio de 10,2%.

sair dos apartamentos da elite localizada na zona sul do Rio de Janeiro e atingir patamares de música popular ao redor do globo. Com a expansão da música nacional no mercado internacional, a Bossa passou pelas mãos de músicos consagrados do cenário internacional como o arranjador Quincy Jones, o saxofonista Stan Getz e o cantor Frank Sinatra, que adaptaram o ritmo brasileiro às suas produções musicais, contando também com a presença de músicos brasileiros.⁴

Para a pesquisadora e etnomusicóloga K. E. Goldschmidt, a bossa mistura as batidas românticas no violão com o otimismo intelectual vinculado aos os ambiciosos programas de desenvolvimento econômico de Juscelino Kubitschek. (GOLDSCHMIDT, 2019, P. 40) Sobre a interlocução do música brasileira, com o mercado internacional, a pesquisadora ainda acrescenta:

These songs balanced intellectualism with love and romance, reflecting the economic optimism of the period immediately following former dictator Getúlio Vargas's death and Juscelino Kubitschek's ambitious economic development programs. Thus bossa nova exemplified years of cultural cross-pollination between Latin America, the United States, and France; in addition to new notions of modernity, these exchanges included the business side of how the music circulated in the international music industry⁵ (GOLDSCHMITT, 2019, p. 40).

Esse bom momento econômico e da boa representação nacional da nação pelo futebol e a música - como um *soft power* nacional desde os anos de JK - conseguia desviar do foco outros problemas que a Ditadura Militar do Brasil buscava negar, como as torturas, repressões e restrições a liberdades políticas como direito à greve e cassação de mandatos de opositores no Congresso.

Aproveitando-se da data do sesquicentenário da independência do Brasil, o regime buscou trazer as comemorações para a tutela do Estado - visando colher os louros, assim como na conquista da Copa de 70, angariando popularidade e proximidade com os civis.⁶ Como citado pela historiadora Janaína Martins Cordeiro em seu livro *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*, publicado pela Editora da Fundação

⁴ Para exemplificar a parceria entre os músicos estadunidenses e brasileiros, pode-se citar *Getz/Gilberto* de 1964 de Stan Getz em parceria com João Gilberto e *Francis Albert Sinatra & Antonio Carlos Jobim* de 1967, com Tom Jobim e Frank Sinatra.

⁵ Em tradução apresentasse “Essas canções equilibravam o intelectualismo com amor e romance, refletindo o otimismo econômico do período imediatamente após a morte do ex-ditador Getúlio Vargas e os ambiciosos programas de desenvolvimento econômico de Juscelino Kubitschek. Assim, a bossa nova exemplificou anos de polinização cruzada cultural entre a América Latina, os Estados Unidos e a França; além de novas noções de modernidade, essas trocas incluíam o lado empresarial de como a música circulava na indústria fonográfica internacional.”

⁶ Para compreensão da utilização dos futebolistas pelo regime, consultar "Pra Frente Brasil: Ditadura militar, identidade e Copa de 70", tese de Camila Konrath Pereira publicada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Getúlio Vargas em 2015, o regime passou a buscar associar a sua imagem com a comemoração. A ossada de D. Pedro I, passou a percorrer diversos estados da federação e festas oficiais passaram a ser organizadas, buscando fazer com que a população se sentisse parte das celebrações e criando um apelo sentimental entre o povo, a construção histórica do país e o então regime vigente. Com esse clima na sociedade e no Estado, o cinema nacional também foi atingido. Seu maior expoente foi o longa *Independência ou Morte* (1972) de Carlos Coimbra.

Cinema e história

O debate sobre o papel do cinema para a constituição do conhecimento histórico, já vem sendo há algumas décadas sendo discutido por historiadores e intelectuais. Apesar das fontes documentais, artefatos expostos em museus, registros, dentre outras fontes que um historiador acessa que dão materialidade ao fato histórico, a reprodutibilidade do acontecimento é extremamente limitado – ao contrário de um químico que consegue muitas vezes demonstrar uma reação química em laboratório, o historiador muitas vezes não consegue tornar visível uma Revolução dentro de um arquivo. O cinema consegue por meio de sua tela, som, personagens e cenário dar essa vivacidade ao fato histórico.

Um dos pioneiros de estudos do ramo, o historiador francês Marc Ferro atenta em seus textos sobre o caminho do cinema como indústria para a produção de obras que contassem o passado, para Ferro,

Desde que seus pioneiros passaram a intervir na história com filmes, documentários ou de ficção, que, desde sua origem, sob a aparência de representação, doutrina e glorificam. [...] Simultaneamente, desde que os dirigentes de uma sociedade compreenderam a função que o cinema poderia desempenhar, tentaram apropriar-se dele e pô-lo a seu serviço: em relação a isso, as diferenças se situam ao nível da tomada de consciência, e não ao nível das ideologias, pois tanto no Ocidente como no Leste os dirigentes tiveram a mesma atitude (FERRO, 1977, p. 13-14).

Como dito por Ferro, com sua capacidade de reprodutibilidade, o cinema possui o poder de representar, doutrinar e glorificar – ou deturpar o passado e isso está intrinsicamente atrelado com questões ideológicas sejam de seus produtores (diretores, executivos, etc.), do Estado e dos posicionamentos políticos das produtoras que financiam os longas. Provas do cinema como instrumentalização ideológica ao longo das décadas são vastas. Um dos casos mais notórios nesse âmbito e amplamente debatido pela historiografia é *The Birth of a Nation* de D. W. Griffith lançado em 1915, ajudou a disseminar na sociedade estadunidense os valores racistas e de supremacia branca defendidas pela organização *Ku Kux Klan*. Por meio

de uma linguagem inovadora ao cinema da época, dando velocidade e dinamismo as cenas. Além de um roteiro que busca antagonizar o negro na sociedade americana, utilizando recursos como o uso de *blackface*, o tom jocoso e procurando apartar o negro da sociedade americana, ao posicioná-lo como problema central na constituição nacional dos Estados Unidos, sendo o causador da violência às famílias de bem do país, as brancas. (GALLAGHER, 1982, 69 – 72).

Ainda sobre a discussão do cinema como visão do passado, um outro nome fundamental acerca das reflexões desse assunto é o do historiador americano Robert Rosenstone. Para exemplificar sua visão sobre cinema e passado, Rosenstone cita um crítico teatral francês – que não é nomeado – que no ano de 1908 escreveu que uma das grandes aptidões do cinema não era apenas registrar o mundo contemporâneo, mas sim, de “dar vida ao passado, reconstruir os grandes acontecimentos da história por meio do desempenho do ator e da evocação da atmosfera e do ambiente”. (ROSENSTONE, 2010, p. 27 – 28)

Apesar de historiadores reconhecerem o valoroso trabalho do cinema em dar vivacidade ao passado, esse trabalho há limitações, como lacunas teóricas sobre o assunto. Sobre essas imprecisões e o papel do historiador ao examinar os filmes, Rosenstone acrescenta que:

Cineastas criam filme, e não teorias sobre filmes, e muito menos teorias sobre a história, o que significa que precisamos buscar em suas produções acabadas, e não em suas intenções declaradas, o entendimento do pensamento histórico na tela (ROSENSTONE, 2010, p. 39).

Partindo do pressuposto defendido por Rosenstone, de que deve-se buscar o pensamento histórico na tela do cinema, encontra eco no pensamento de Ferro, que anotou:

Leitura histórica do filme e leitura cinematográfica da história: esses são os dois eixos a serem seguidos para quem se interroga sobre a relação entre o cinema e a história (FERRO, 1977, p. 19).

Como debatido e demonstrado pelos historiadores Marc Ferro e Robert Rosenstone, o cinema como produto sempre irá trazer questões sobre o passado, pois a busca pelo tempo progressivo é uma demanda do próprio público consumidor, e isso pode ser anotado desde as primeiras produções do cinema moderno como *L'Assassinat du duc de Guise* (1908) dirigido por Charles le Bargy e André Calmettes e *Uncle Tom's Cabin* (1903) de Edwin S. Porter são exemplo práticos desse fenômeno constatado logo nos primeiros anos da indústria. Filmes recentes como *Dunkirk* (2017) de Christopher Nolan e *Darkest Hour* (2017) de Joe Wright, demonstram que o público segue demandando filmes com temáticas históricas.

Atingindo milhões de pessoas e dialogando com inúmeras pessoas que não possuem acesso a historiografia e a produção acadêmica, torna-se necessário buscar analisar como as produções e narrativas cinematográficas se constroem e impactam a sociedade, visando entender qual será o debate que o mesmo trará para opinião pública e sua inserção no imaginário popular.

Independência ou morte

Como discutido anteriormente, o clima de celebração dado pela chegada da data do sesquicentenário chegou a outros âmbitos – para além do político -, marcando também a cultura nacional. Aproveitando-se da data de festividades, o cineasta Carlos Coimbra idealizou o filme *Independência ou Morte* visando expor os sentimentos patrióticos nas telas de cinema. Para os papéis protagonistas do filme, foram escalados os atores Tarcísio Meira e Glória Menezes, nesse contexto, os atores da Rede Globo eram considerados dois dos principais nomes da teledramaturgia brasileira tendo estrelados folhetins como *Irmãos coragem* e *Sangue areia*, ambos trabalhos escritos por Janete Clair, casada com o dramaturgo comunista Dias Gomes. Para além da presença na televisão, os atores formavam um dos casais públicos mais notórios do país e estampavam capas de revista de grande circulação no país como *O Cruzeiro*, *Ilusão* e *TV Sul*.⁷

No longa-metragem, Tarcísio interpreta D. Pedro I e Glória a Marquesa de Santos, notório caso extraconjugal de D. Pedro enquanto casado com a Imperatriz Leopoldina, interpretada por Kate Hansen, atriz brasileira de ascendência danesa.⁸ Além de Tarcísio e Glória, outros nomes consagrados da vida pública brasileira participaram das gravações do filme, dentre eles o produtor musical, apresentador e ator Carlos Imperial e de Carlos da Nóbrega, notório radialista e humorista.

Com o longa marcado por nomes conhecidos do grande público e um sentimento patriótico institucionalizado pelo regime militar, o filme que estreou no ano de 1972, alcançou a marca de mais de dois milhões de espectadores - mais precisamente 2 924 494 de pagantes, segundo dados coletados pela Embrafilme - sendo o suficiente para consolidar-se como principal atração nacional dos cinemas naquele ano. Com uma grande penetração na população brasileira, o filme tornou-se um documento de grande expressão na cultura brasileira e participa do imaginário popular de toda uma geração que foi para os cinemas

⁷ Consultar a edição de 2 de janeiro de 1969 da revista *O Cruzeiro*, revista *Ilusão* número 277 e a edição da primeira quinzena da *TV Sul* de abril de 1965.

⁸ Há uma clara tentativa de associar a personagem com a atriz pela presença europeia. Apesar da ascendência dinamarquesa de Hansen, Leopoldina possuía origem austríaca.

acompanhar o filme na década de 1970, difundindo algumas noções históricas que acabaram enraizando-se como conhecimento em diversos espectadores.

Apesar de não se tratar de uma produção de cunho educacional, sabe-se que um filme possui uma credibilidade junto ao público, principalmente quando trata-se de produções baseadas em fatos reais ou que rememoram o passado (ABUD, 2003, p. 184 e 185). Para o pesquisador em Teoria Crítica, Douglas Kellner, a mídia tem um papel fundamental na fomentação da construção intelectual do cidadão médio. Segundo Kellner:

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, ser bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. [...] Ajuda a modelar a visão prevalecente do mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral (KELLNER, 2001, p. 9).

Sabendo desse papel social do filme - apesar de tratar-se de um filme comercial - esse artigo pretende esmiuçar questões sobre as escolhas do narrativas filme, construções de personagens e desenvolver reflexões sobre o longa. Como já dito por Maurice Tardif, “aprender a ver cinema é realizar esse rito de passagem do espectador passivo para o espectador crítico” (TARDIF, 2002, p. 42).

A escolha do casal protagonista, Tarcísio e Glória, demarca por si só uma construção pela tentativa de aproximar o público popular da produção. Como o casal integrava a TV Globo e era frequente em revistas de entretenimento, a escolha no elenco pelos atores faz com que o filme não precise apresentar novos rostos para o público para ganhar sua simpatia: o longa já os tem, devido ao capital social acumulado por Glória e Tarcísio em outros trabalhos. Com rostos conhecidos, o diretor consegue estreitar essa relação entre o produto com o consumidor final: o espectador.

Atentando-se ao filme de Coimbra, ao construir cenas da narrativa do passado, o filme busca construir a figura de herói em torno de D. Pedro I em situações como a do grito do Ipiranga, conforme boa parte da tradição de construção do pensamento historiográfico brasileiro, como a representação do quadro de autoria de Pedro Américo em que se é colocado D. Pedro imponente em cima de um cavalo às margens do rio Ipiranga vestido com roupa de gala, liderando o motim contrário a Portugal. Apesar dessa imagem de representação de Américo - que sabemos graças a trabalhos como o do historiador Marcos Costa que a cena é mitificada e que D. Pedro estava na verdade montado em uma mula - por estar voltando de

uma viagem -, com poucos correligionários, vestimentas de viagem e com um congestionamento intestinal (COSTA, 2016, p. 27). A representação mitificada de Pedro Américo construída no imaginário popular foi superada por uma historiografia mais recente, porém, ainda está enraizada num imaginário popular. Essa imprecisão é uma das situações que denotam o limite entre a produção cinematográfica e a representação do passado. A cena dirigida por Coimbra, dá vivacidade para cena imortalizada no quadro de Américo, fazendo questionar: a quem interessa essa representação de construção de mito nacional naquele contexto? Esse “sentimento patriótico” naquele momento era favorável ao governo. Pesquisadores na área da educação atribuem que matérias como a de educação moral e cívica eram pensadas justamente com esse intuito aos estudantes pelos formuladores de currículos educacionais.⁹ Apesar da obra não ser feita com esse intuito, é inegável que esse afã patriótico de certa maneira dialogava com as ideias defendidas pelo Regime.

Apesar do lado patriótico na construção cinematográfica de Coimbra, confabulando com leituras mais tradicionais e caricatas, o filme ainda aborda a imagem de D. João VI, interpretado por Manuel da Nóbrega, como uma persona pouco ilustrada e com falta de modos à mesa, num processo de diminuição da imagem de D. João VI, leitura já superada pela atual historiografia, que reconhece louros pela retirada do reino de Portugal da Europa e transferência para o Rio de Janeiro, tornando-se um dos poucos reinos que não foram destronados por Napoleão na Europa (FERREIRA, 2021, p. 38). Esta estereotipagem da imagem de D. João VI, muito consagrada na visão do público brasileiro é repetida ao longo do filme e pouco atenta-se para estratégia geopolítica de D. João VI, num contexto de alta turbulência no velho continente. Claro que não é o filme que funda essa visão negativa, ela está angariada no seio da formação da República, dado pela oposição republicana - por serem o polo oposto da monarquia, o escracho e humor também fazem parte da disputa política (DUARTE, 2020, p. 2). Segundo Lúcia Neves apenas com o crescimento dos movimentos republicanos a imagem de João VI foi sendo desconstruída, “no decorrer do século 19, a imagem negativa do monarca, e de seu governo, foi ampliada por uma historiografia de matriz liberal, mais tarde incorporada pelos republicanos, como forma de oposição ao regime monárquico” (NEVES, 2015, p. 37).

⁹ Para maior compreensão desse lado de formulação patriótica por parte do governo consultar: *Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964-1985)* de Tatyana Maia e *Formação de professores: currículo mínimo e política educacional da ditadura civil-militar (1964-1985)* de Tania Brabo e Renata Leme.

A construção de D. João VI pelo filme ainda ecoa. No já clássico, *Carlota Joaquina, princesa do Brasil* de Carla Camuratti de 1995, a visão caricata e escrachada do rei é nítida e possui dois gatilhos de humor principais como alvo: a gula desenfreada e a covardia. Interpretado por Marco Nanini, o filme ainda é mais explícito de que *Independência ou Morte*, ao tratar João como uma figura política diminuta, o associando a uma aristocracia descolada de qualquer formação intelectual, além de ter uma cena que mostra o personagem defecando, insistindo na imagem caricata do monarca. Assim como *Independência ou Morte*, o filme de Camuratti, foi um *blockbuster* nacional levando um milhão e meio de pessoas para os cinemas, com uma diferença de lançamento de vinte anos, marcando também uma geração de pessoas que entraram em contato com a obra - e mantendo a visão escrachada de D. João VI, tal qual os opositores republicanos no XIX e a de Carlos Coimbra em 1972.¹⁰

Essa opção por uma visão republicana sobre a imagem de D. João VI demonstra a formação ideológica do longa. Ao mesmo tempo que, o filme denota uma visão heroica na construção do personagem de D. Pedro I, debocha da imagem de seu pai, rebaixando a monarquia e exaltando a imagem de Pedro como grande condutor da república. Nesse sentido, a visão republicana venceu a narrativa, conseguindo associar o monarca português a uma imagem pouco instruída.

Vale ressaltar que o filme também é ousado em algumas cenas e contestador, colocando em xeque algumas visões mais heroicas da história do grande público. Uma cena em que D. Pedro II brinca com garotos negros, filhos do escravo que serviam a realeza, a Imperatriz Leopoldina ordena que um Padre separe o garoto dos filhos dos cativos dizendo que um filho da realeza não podia se misturar e isso de alguma maneira poderia colocar em xeque a reputação de seu pai. Em tempos de negacionismo científico e histórico, o debate sobre o papel do negro na sociedade brasileira e como o Império esteve atrelado com a escravidão como seu pilar de sustentação econômico, devem ser debatidos e explorados colocando o quanto fator da escravidão foi fundamental na sustentação da economia brasileira no período imperial (FURTADO, 1971, p. 40). Como demonstrado pela pesquisadora Marize Conceição de Jesus, em seminário da Associação Nacional de História (ANPUH), a ditadura via nos movimentos negros primariamente uma ameaça menor à contravenção política na ditadura - e seu alvo principal seriam de fato a esquerda comunista (JESUS, 2016, p. 3). O regime encarava esses movimentos como uma espécie de “inimigos internos” e para isso, o

¹⁰ É inegável a importância do filme *Carlota Joaquina* na retomada do cinema nacional, após a terra arrasada causada pela presidência de Fernando Collor no setor (PRN). No artigo, demonstra-se apenas a construção de D. João VI influenciada por visões republicanas e produções como *Independência ou Morte*.

governo tratava a discussão racial, como um assunto menor, agarrando-se no ideário de 'democracia racial' e tratando esses movimentos como atores que buscavam desestabilizar a ordem do país.

Apesar da demonstração do filme sobre o racismo na cena com D. Pedro II, o filme tem escolhas na questão racial que demonstram muito desse ideário do Brasil como paraíso racial, devido ao apagamento do negro durante boa parte do longa. Apesar da cena citada anteriormente que expõe o racismo explícito na sociedade imperial, o aspecto do negro é pouco trabalhado no filme. Os negros que aparecem no filme não possuem falas e estão sempre nos papéis de seu trabalho, seja realizando afazeres domésticos ou carregando membros da nobreza em liteiras. Esse apagamento do negro no longa, esvazia uma das principais características do Brasil como nação e do regime imperial que foi a escravidão e como ela é determinante para formação econômica, social e histórica do país. Essa tentativa de esquecimento do papel do negro na sociedade brasileira e as excrescências da sociedade escravista devem ser debatidas e esse apagamento do filme demonstra como o assunto podia à época ser visto como um assunto sensível e que não podia ser debatido amplamente na sociedade devido aos esforços estatais para esse esvaziamento de debate.¹¹

O filme acompanha a constituição da história nacional até o momento de abdicação do trono em que D. Pedro I proclama seu filho, D. Pedro II, ao cargo de Imperador do Brasil com apenas cinco anos de idade e retorna para Portugal, procurando extinguir a forte resistência de políticos e da população local portuguesa causado pelo desgaste de seu reinado provocado pela ausência do Rei e transferência da capital da metrópole para o Rio de Janeiro.

Como parte da construção da cena final, D. Pedro I despede-se de alguns membros de sua família e parte dos burocratas pertencentes ao Estado brasileiro. Apesar de participar de um momento de consolidação do espírito ufanista na Ditadura, Coimbra não foi apático em relação ao desordenamento de D. Pedro I, seus arrojados autoritários e sua vida adúltera, considerada “amoral” para época.¹²

O incômodo com sua visão machista, adúltera e a relação extraconjugal de Marquesa de Santos, estão expressas no filme – exibindo-se até uma discussão entre a Imperatriz Leopoldina em que D. Pedro I quase chega a agredi-la fisicamente. Porém, a última cena

¹¹ Segundo Marize, embora no começo da Ditadura, o movimento negro foi encarado como problema menor, no ano de 1968, com o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) - quatro anos antes do lançamento do longa - a discussão racial enquadrou-se na Lei de Segurança Nacional como ato subversivo, e o racismo foi tratado como invenção da esquerda incentivada por organismos internacionais.

¹² Apesar de uma ampla liberalização do regime para produções cinematográficas que ficaram conhecidas como 'pornochochandas', autores como Nelson Rodrigues e Augusto Boal foram perseguidos pelo regime por uma questão de moralidade cara ao governo.

acompanhada da despedida de D. Pedro I, após o ato de abdicação com o Hino da Independência e os créditos do filme sendo exibidos dão ares de que D. Pedro I nada mais foi que um grande estrategista político e que conseguiu sufocar sua oposição, conseguindo sustentar a coroa e amaciar a oposição.

A construção de anti-herói - tal qual Han Solo de George Lucas ou Macunaíma de Mário de Andrade - durante o filme concedida à D. Pedro I, demonstra muito da personalidade do filme, suas escolhas, acertos e erros.

Conclusão

Anterior à cena final, mostra-se uma conversa entre José Bonifácio de Andrada e Silva (interpretado por Anselmo Duarte) com Gonçalves Ledo (interpretado por Dionísio Azevedo), em que os dois exaltam os feitos de D. Pedro I e prepara a cena final:

[...] (Gonçalves Ledo): Curiosa a figura de D. Pedro I, cheia de contradições. Um liberal que se tornou absolutista. Um dinasta que renunciou a dois tronos. Um pai amoroso, um marido infiel. (José Bonifácio de Andrada e Silva): Se pararmos, o fiel da balança penderá a favor de D. Pedro I, eles nos garantiu a consolidação desse vasto império. Impediu a volta do Brasil à condição de colônia de Portugal. E acima de tudo, deu-nos a Independência.¹³

A fundação de mitos e a construção do anti-herói no longa-metragem deve ser pensada. A conversa entre Andrada e Ledo e o fim ao sol do Hino da Independência do Brasil ajudaram na mitificação de D. Pedro I e de certa maneira atenuam práticas erráticas praticadas pelas políticas de Estado do Império, como a escravidão e a supressão da oposição.

Mitificações e mistificações estão atreladas na construção do imaginário histórico de qualquer país, como os *Founding Father of the United States* em relação à fundação dos Estados Unidos e as disputas dos herdeiros do peronismo na Argentina são fatos que demonstram que há uma disputa eterna pela construção da memória de um povo e como a disputa pelo passado influencia nas decisões do presente. Como apontado por Kellner anteriormente, há uma cultura comandada pela mídia que ajuda a formar no imaginário social, posições políticas e até mesmos aspectos culturais. O cinema não é diferente dele. Se mitos como os *Founding Father* e a imagem de Perón ainda sobrevoam o imaginário social de seus países, é devido a esforços constantes de recauchutar esses símbolos num público consumidor em massa, que terá nessas figuras nortes e referências de país, conduta, ética e moralidade.

¹³ Transcrição feita da diálogo entre José Bonifácio de Andrada (Dionísio Azevedo) e Gonçalves Ledo (Anselmo Duarte).

O longa de Carlos Coimbra, também entra nessa disputa simbólica ao criar um documento visto por quase três milhões de espectadores e de certa maneira corrobora para essa criação da mitificação de D. Pedro I – apesar de alguns questionamentos ao personagem ao longo do filme. Com sua grande penetração em uma geração de espectadores é possível aferir que o longa influenciou outras produções como *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil* e mais recentemente na telenovela *Novo mundo* da TV Globo e também na construção dos personagens históricos.

Como produto de sua época em um momento econômico positivo, embora de muita conturbação na sociedade civil e cerceamento na vida política brasileira, enquadrar o filme apenas como resultado de um contexto favorável à uma produção com alusões patriótica - por se tratar do sesquicentenário - ou como linha auxiliar da ditadura seria injusto. A obra carrega seus contextos e percalços, para sua construção narrativa e seus impactos políticos. Carregado de uma historiografia republicana ao buscar construir personagens como D. João VI, percebemos uma crítica à monarquia e seus comportamentos políticos. Por outro lado, D. Pedro I passa por um processo de empatia junto ao público ao ter recebido um juízo de valor de José Bonifácio em “se pararmos, o fiel da balança penderá a favor de D. Pedro I, eles nos garantiu a consolidação desse vasto império. Impediu a volta do Brasil à condição de colônia de Portugal. E acima de tudo, deu-nos a Independência.” A narrativa é conivente à Ditadura em certos momentos, como no esvaziamento das discussões raciais e no despertar patriótico despertado pela cena do Grito do Ipiranga - em que emula o quadro de Pedro Américo - sendo um sentimento benéfico aos militares no poder, baseando-se pelo sentimento de orgulho e unidade nacional. Apesar disso, a tímida discussão levantada sobre racismo não deve ser ignorada ou vista como ofensiva menor.¹⁴

Assim como a descrição sobre a persona de D. Pedro I é tratada de maneira ambígua, o longa e as escolhas de Coimbra, também, podem ser tratadas dessa maneira. Republicana, reproduz os anseios contra a Monarquia – principalmente na figura de D. João VI – porém, passa a elogiar membros da monarquia ao atenuar os problemas e contradições da figura de D. Pedro ao não questionar parte de suas ações enquanto monarca - como a manutenção da escravatura -, apagando seu passado como dinasta e o apresentando apenas como um liberal.

Procurando não discutir questões de maneira profunda e mais criar uma novela dos fatos os colocando numa linha do tempo, a opção por não debater é uma escolha da direção. Aproveitando-se da data comemorativa, do clima de comoção no país com a viagem da

¹⁴ Em um momento tenso do ponto de vista institucional, censura e perseguição a classe artística qualquer voz dissonante que busque levantar-se contra ela, deve ser validada.

ossada de D. Pedro I, escolhendo nomes estrelados como Tarcísio Meira, Glória Menezes, Carlos Imperial, Carlos da Nóbrega e Emiliano Queiroz, a escolha pela superficialidade do tema torna-se uma escolha pelo produto: tornar o filme um *blockbuster*. Na opção por ser um arrasa-quarteirão o filme suprime o debate em alguns aspectos mais incômodos ao público, cria uma estrutura linear de roteiro, seleciona um elenco com renome e o lança num contexto positivo da óptica comercial.

Ao angariar mais de dois milhões de espectadores e tornar-se o grande filme nacional do ponto de vista comercial do Brasil naquele ano, Coimbra cumpriu sua missão como diretor de um filme comercial: o lucro. Porém, é inegável que como produto historiográfico, a obra pouco questionou seus mitos e alongou o debate, optando pelo caminho da mitificação e dos esvaziamentos. E por seu sucesso comercial entrou em contato com milhões de pessoas e ajudou na constituição do pensamento histórico de uma geração como um todo, além de influenciar outras produções futuras.

Independência ou morte tornou-se uma das principais produções de seu tempo, constituindo a fotografia de um momento emblemático da Ditadura, em um tempo de euforia e comemoração num cotidiano marcado pelo putrefato gosto marcado pela tortura institucionalizada e os cerceamentos das liberdades civis tocados pelo regime.

Referências bibliográficas

- CASTRO, Ruy. **Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- COSTA, Marcos. **A história do Brasil para quem tem pressa: Dos bastidores do descobrimento à crise de 2015 em 200 páginas!** Editora Valentina, 2016.
- DA SILVA MENEZES, José Lúcio. Modernismo brasileiro: muito além da Semana de Arte Moderna de 1922. **Dialogia**, n. 16, p. 167-184, 2012.
- DA SILVA, Rodrigo Candido. As mudanças do cinema hollywoodiano nos anos 1980: produção, narrativa e o cinema Blockbuster na Era Reagan. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, n. 2, p. 39-60, 2017.
- DE JESUS, Marize Conceição. O regime militar e a questão racial: o interdito. **Entre o local e o global: Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio**, 2016.
- DUARTE, André. D. João VI: três momentos de uma caricatura histórica. **Fênix - Revista De História E Estudos Culturais**, v. 15, n.1, p 1-22, 2020.
- FERREIRA, Armando Seixas. **1821: O Regresso do Rei**. Lisboa: Planeta Portugal, 2021.
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Nacional, 1971.
- GALLAGHER, Brian. Racist ideology and black abnormality in The Birth of a Nation. **Phylon**, v. 43, n. 1, p. 68-76, 1982.

GOLDSCHMITT, K. E. **Bossa Mundo: Brazilian Music in Transnational Media Industries**. Oxford University Press, 2019.

INDEPENDÊNCIA ou Morte. Direção: Carlos Coimbra. Produção: Oswaldo Massaini. Intérpretes: Tarcísio Meira, Glória Menezes, Dionísio Azevedo, Kate Hansen e outros. Roteiro: Dionísio Azevedo, Carlos Coimbra, Anselmo Duarte, Lauro César Muniz, Abilio Pereira de Almeida. São Paulo: Cinedistri, 1972. 1 DVD (108 min), son., color.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001.

NEVES, Lúcia. João príncipe e rei: imagens e sensibilidades dos contemporâneos. In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia. **1808: a corte no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2015, p. 37 –52.

PEREIRA, Camila. **Pra frente Brasil: ditadura militar, identidade e Copa de 70**. 2012. 15 f. Monografia (Especialização em Jornalismo Esportivo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SOUZA E SILVA, Daniel. Tarsila do Amaral: ensaio sobre “Brasilidade”. **Revista Extraprensa**, 8(2), 54-60, 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002

TURCHI, Leonardo. **Tragédia, Batalhas e Fracassos: as derrotas nas Copas do Mundo (1950-1982)**. Cênone Editoração Ltda, 2017.

De propriedade a proprietária, ou, Duas africanas senhoras de escravizadas (Recife, Século XVIII)

From property to owner, or, Two female African slave owners (Recife, 18th Century)

Filipe Matheus Marinho de Melo,¹ UFPE

Resumo

O debate que este trabalho propõe é o de explorar os significados culturais, políticos e sociais da posse em escravizados de duas africanas libertas no Recife da segunda metade do século XVIII. A temática não é novidade para a historiografia, ainda que os estudos sobre o assunto sejam tímidos. Mas o que tentamos fazer aqui é extrapolar as considerações dadas pela historiografia sobre tais práticas serem assimilações da lógica escravista no Brasil colonial e dar uma dimensão Atlântica ao debate. Ou seja, colocar em evidência que a posse de cativos era algo que ocorria na África e que, na América portuguesa, existiram adaptações, pelos próprios africanos, tanto ao modelo de escravidão em África como ao modelo português em voga na colônia.

Palavras-chave: Africanas libertas; Escravidão; Recife colonial.

Abstract

The debate that this work proposes is to explore the cultural, political, and social meanings of enslaved people's possession of two freed Africans in Recife in the second half of the 18th century. The theme is not new to historiography, although studies on the subject are timid. But what we try to do here is to extrapolate the considerations given by historiography about such practices being assimilations of the slave logic in colonial Brazil and give an Atlantic dimension to the debate. That is, to highlight that the possession of captives was something that occurred in Africa and that, in Portuguese America, there were adaptations, by the Africans themselves, both to the model of slavery in Africa and to the Portuguese model in vogue in the colony.

Keywords: Freed Female Africans; Slavery; Colonial Recife.

Introdução

Na segunda metade do século XVIII, os centros urbanos de Pernambuco, em especial a vila do Recife e a freguesia de Santo Antônio, apresentavam características comuns a outros importantes centros escravistas da América portuguesa. Nas ruas da vila e da freguesia o trabalho pesado do dia a dia era essencialmente realizado pela população negra e africana. Naquelas ruas havia um comércio agitado que colocava em movimento negros de ganho, aqueles que faziam de tudo um pouco: desde carregar caixotes de um lado para outro, vender bebidas e bugigangas até carregar produtos e pessoas em liteiras, já que não havia carruagens (COUTO, 1981, p. 156). Também havia os canoieiros que levavam gente e mercadorias entre

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em História Social da Cultura Regional (UFRPE). Esta pesquisa foi financiada pela FACEPE.

o Recife e Olinda em pequenos barcos; os pescadores que pescavam peixes e mariscos mar adentro ou nas águas dos rios Capibaribe ou Beberibe (TOLLENARE, 2011, p. 23-27). No Recife, trabalho não faltava.

Também havia mulheres que, ornadas com vestidos, turbantes coloridos e com seus colares, saíam com cestos à cabeça ou ficavam sentadas nas esquinas das ruas enlameadas. Vendiam de tudo um pouco, em especial alimentos: desde frutas e mariscos a bolos e demais quitutes. Podiam estar sozinhas em suas vendas, mas quase sempre eram encontradas com outras mulheres, em grupos, às vezes com crianças, suas ou de suas companheiras (ALMEIDA, 2020). Para além do trabalho de ganhadeira – como eram chamadas –, existiam outros, como o de lavadeira e costureira, como à época observou Tollenare (2011, p. 131).

Fora das ruas, em lojas abertas, no térreo dos sobrados de dois ou três andares, havia também os que trabalhavam pesando, medindo, embrulhando. Estes auxiliavam seus senhores, caso fossem cativos; ou patrões, caso recebessem para atuar nestes ofícios. Também existiam os que faziam trabalhos mais especializados, como artesãos que talhavam e pintavam; músicos que eram contratados para tocar em festividades religiosas e os barbeiros e sangradores que, conforme Russell-Wood (2005, p. 93-94), eram tipos de trabalho desempenhados por africanos e seus descendentes.

No espaço privado, a escravidão também se fazia presente na figura das mucamas, amas de leite, cozinheiras, alguns moleques de menor idade utilizados para mandar recados, homens que trabalhavam no serviço da casa, talvez limpando ou carregando móveis, caixas e outros utensílios domésticos. Às vezes acompanhavam seus proprietários quando estes decidiam dar uma volta pelas movimentadas ruas, seja para realizarem compromissos ou irem à Igreja.

Ora, o Recife era um espaço movimentadíssimo, sendo o local de uma variada circulação de pessoas e mercadorias devido ao seu porto. Por isso mesmo, no que tange ao comércio de gentes, Pernambuco foi o terceiro maior porto de desembarque de cativos do Brasil, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro e da Bahia (CARVALHO, 2018, p. 136). Mas apesar desta nada invejável posição, ainda se pode afirmar o que Daniel Domingues da Silva e David Eltis (2008, p. 95) disseram há mais de dez anos atrás: Pernambuco ainda é o porto menos estudado no que tange ao comércio de pessoas (CARVALHO, 2018). Mas vamos mais além, pois não apenas há a timidez nos estudos sobre o tráfico – em especial no período colonial –, como também sobre a diáspora africana na capitania.

É importante destacar que é muito recente o interesse dos historiadores sobre História da África e seu papel na construção do que se conhece hoje como “Brasil”. Foi há cerca 40

anos que alguns trabalhos reorientaram os rumos da pesquisa e do fazer história da escravidão dentro das universidades. Como apontou Silvia Lara (2021, p. 467-471), foi somente devido a renovação historiográfica entre 1980 e 1990 que os “negros escravos” ou apenas “escravos”, tratados de forma muito genérica e homogênea até então, começaram a se tornar “africanos” e seus descendentes, “afrodescendentes”.

Por isso, nosso objetivo principal neste trabalho é tentar contribuir para os debates sobre a presença africana na capitania e para história social da escravidão. Neste caso, há um grupo social circunscrito em análise: os africanos. E a discussão em foco é sobre a propriedade em escravizados de mulheres africanas, elas mesmas egressas do cativo. A discussão não é nova, uma vez que a historiografia já apontou para outros recortes (espaciais e temporais) que não era incomum que as mulheres d’África na América portuguesa possuíssem cativos, em especial escravas (FARIA, 2011; COSTA, 2018). No entanto, o que tentamos fazer aqui é mostrar que, para além de uma lógica de assimilação dos valores escravistas da sociedade colonial, como afirmou Daniele Souza (2018, p. 268), a posse de escravizados por africanos saídos do cativo se insere também em uma lógica existente na África através dos múltiplos sistemas de dependência e trabalho compulsório (por exemplo, a *pawnship*). Com isto, não estamos querendo indicar que houve uma África transposta para o Brasil, mas ressaltar que os africanos, ao cruzarem o Atlântico, não se tornaram tábulas rasas para serem escritas com as letras do colonizador e da dominação portuguesa, mas que possuíam histórias, formas de pensar e viver e tiveram que articular suas culturas políticas com as dinâmicas locais.

Por isso, o que intentamos aqui é aproximar o Brasil colonial escravista da África para compreender as linguagens culturais e políticas em órbita. Para esta discussão faremos usos de inventários *post-mortem* e testamentos de duas africanas de regiões distintas da África. Uma delas foi Thereza Afonço que tinha como procedência a Costa da Mina – espaço que engloba os atuais países de Gana, Togo, Benim e oeste da Nigéria. A outra foi Maria Rodrigues, uma africana vinda de Angola.

***Pawnship* e escravidão africana versus escravidão colonial: algumas palavras**

Antes de adentrarmos no que informam as fontes, vale a pena refletir um pouco nas formas de trabalho compulsório e dependência que marcaram os dois lados do Atlântico. Pode parecer estranho, hoje, que africanos egressos do cativo se tornassem, deste lado do Atlântico, proprietários de escravizados e não buscassem a liberdades de seus “pares”, contribuindo para a perpetuação do sistema escravista. Mas ao tratar destas questões,

enquanto historiadores, devemos retroceder séculos atrás para compreender “como” e “por que” tais fatos ocorreram e quais os seus significados na sociedade em estudo. Em se tratando da sociedade colonial, não apenas a cultura política ibérica deve ganhar espaço, mas também as africanas e indígenas. Por isso, a escolha dos inventários de duas mulheres de regiões distintas da África – os dois maiores espaços de obtenção de mão de obra escravizada no período aqui em estudo – não foi fortuita. Tanto na região de Angola como na Costa da Mina, a existência de diferentes formas de dependência e trabalho compulsório estavam presentes naquelas sociedades. Portanto, no Recife Setecentista, a posse de escravizados para Maria Rodrigues e Thereza Afonço, tendo em vista suas realidades antes do tráfico, não era novidade.

Em primeiro lugar, em África, *pawnship* e escravidão, apesar de coexistirem, eram diferentes. Segundo os historiadores Lovejoy e Falola (2003, p. 3), “*pawnship*, by definition, is a legal category of social and economic dependency”² que assegurava uma relação entre “credor” e “devedor” onde todo o trabalho produtivo deste era transferido para àquele, mas acordado em um contrato onde se estipulava um período para o encerramento/continuidade da dependência e, portanto, a liberdade ou não do indivíduo (o “*pawn*”, como se referem os historiadores). Disto se entende que havia um caráter provisório na *pawnship*, em oposição à escravidão. Por se tratar de uma relação entre credor-devedor, as variadas formas de *pawnship* mostram que, diferente da escravidão onde a relação se dava dentro do modelo senhor-escravo e pela apropriação do trabalho de um sujeito reificado, a base da servidão é o pagamento de dívidas. Além disso, o reconhecimento de um “credor” e de um “devedor” mostra que a *pawnship* era uma categoria social e jurídica legítima. Portanto, ambos os envolvidos na relação credor-devedor eram reconhecidos como membros da comunidade e, portanto, passíveis de adentrarem na relação como forma de sanar os imbróglis existentes. Por isso, *a priori*, ser membro de uma sociedade onde coexistiam formas de dependência variadas era um impedimento de redução ao cativo, uma vez que grande parte dos cativos eram *outsiders*, ou seja, estrangeiros. Outra diferença, talvez a mais marcante entre ambas as categorias, é que o *pawn*, em oposição ao cativo, não poderia ser vendido.

Já a escravidão, segundo Gwendolyn Hall (2017, p. 43), passava por uma lógica de transição em algumas sociedades, posto que “era muitas vezes um sistema de incorporação”. Alberto da Costa e Silva (2011, p. 79-80), defende postura semelhante. Quando comenta sobre a escravidão no Congo, por exemplo, explica ser ela de tipo doméstico, onde

² Tradução nossa: “*pawnship*, por definição, é uma categoria legal de dependência social e econômica” (LOVEJOY; FALOLA, 2003, p. 3).

estrangeiros eram reduzidos à escravidão, mas os descendentes deles eram, aos poucos, absorvidos na sociedade, muitas das vezes ligados às famílias locais (SILVA, 2011, p. 369). Nas sociedades da Costa da Mina, segundo pesquisa de Nicolau Parés (2016, p. 309), “há evidências de que os cultos aos orixás e voduns recrutavam devotos entre a comunidade de escravizados locais, frequentemente entre os cativos de guerra”. E mais adiante completa: “no seio das sociedades escravocratas gbé e iorubá, os cultos aos voduns e orixás podiam operar como meio de mobilidade social de alguns escravos” (PARÉS, 2016, p. 311-312). Neste caso específico da pesquisa de Parés, o autor salientou o papel da mulher escravizada que, ao ser iniciada nos cultos locais, tornava-se uma sacerdotisa (*vodunsi*). Mas Costa e Silva também faz algumas ponderações. Em alguns lugares, como na Hauçalândia (espaços de domínio dos haussá), ainda que o cativo e sua descendência fossem absorvidos gradativamente, continuariam a ser estigmatizados como ex-escravizados (SILVA, 2011, p. 83). Seja como for, duas questões são importantes de serem expostas. Em primeiro lugar, passando ou não por uma lógica de incorporação e transição, o ser escravo – arrancado de sua sociedade, de seus familiares e posto para trabalhar forçadamente para outrem, tendo seus desejos e vontades suprimidos – já é marcado por violências várias, ou seja, por uma “morte social”, como destacou Orlando Patterson (2008). Em segundo lugar, é fato que a presença europeia estimulou uma série de transformações nas lógicas pré-existentes, onde o cativo, invés de ser incorporado, passou a servir como mercadoria. Portanto, apesar das diferenças, *pawnship* e escravidão possuíam fronteiras tênues e que, em alguns casos, foram se dissolvendo com a intensificação do comércio negreiro, fazendo com que tais categorias passassem por transformações (LOVEJOY; FALOLA, 2003, p. 3-6; 14). Como explicam Lovejoy e Falola (2003, p. 14), “the were many instances in which the line between pawn and slavery was blurred, sometimes deliberately”³.

Não é novidade na historiografia sobre África pré-colonial e sobre o tráfico negreiro que a presença europeia transformou substancialmente as formas de viver e estar nas sociedades africanas (LOVEJOY, 2012; REIS, 1987). Portanto, as relações de dependência e trabalho compulsório também passaram por transformações. Na Costa da Mina, por exemplo, a presença europeia estimulou uma série de guerras de apresamento e saques comunitários com o intuito de conseguir pessoas para trocar no mercado litorâneo. Aliás, os europeus não apenas estimulavam como, em alguma medida, financiavam as guerras ao oferecer armamentos (LAW, 1991). Trocando cativos por armas e demais produtos (tabaco, tecido,

³ Tradução nossa: “havia muitos casos em que a linha entre *pawnship* e escravidão era apagada, às vezes deliberadamente” (LOVEJOY; FALOLA, 2003, p. 14).

cachaça...), os reinos do Golfo do Benim – em especial o reino do Daomé – foram se fortalecendo na região, monopolizando o comércio local (ACIOLI; MENZ, 2008). Também no Ndongo (a Angola portuguesa), o processo de conquista estimulou uma série de guerras em direção ao interior. Nesse processo, os sobas (chefes locais) que se submetiam ao poder colonial deveriam pagar tributos periódicos onde estavam incluídos, além de provisões e mantimentos, os cativos. Além disso, das guerras realizadas na região, quem não fosse morto em combate era feito prisioneiro, enviado ao litoral e vendido (MILLER, 1988; CANDIDO, 2011).

Em vista deste contexto, a transformação que ocorreu na África no que tange às formas de dependência e trabalho compulsório (*pawnship* e escravidão) passou por uma leitura europeia da realidade africana. Isto é, toda relação de dependência foi identificada como escravidão. No caso das sociedades ambundo de Angola, por exemplo, a população era dividida entre pessoas livres (*murinda*) e servos. Dentro desta última categoria havia o *mubika* – o servo que poderia ser vendido, ou seja, o escravo – e o *kijiku* – o servo que não poderia ser vendido (THORNTON; HEYWOOD, 2007, p. 75). No entanto, dentro da lógica europeia, *mubika* e *kijiku* eram cativos e estavam disponíveis para captura e venda. Portanto, com a intensificação do tráfico houve uma desestabilização social não apenas nos sertões e nos arredores de Angola, isto é, espaços ocupados por sobas e soberanos locais, mas também em seu litoral, nas próprias regiões de Luanda e Benguela, os portos mais importantes desde o século XVII. Por isso que historiadores como Roquinaldo Ferreira (2012) e Mariana Candido (2011), em estudos para a região de Angola, e Carlos da Silva Jr. (2021), para a Costa da Mina, baseados no que Joseph Miller (1988, p. 140-153) chamou de “slaving frontier”⁴, têm pensado como a desestabilização das relações sociais na África, somadas ao contexto de expansão da atividade negreira, ampliaram os espaços para obtenção de cativos.

Mas, embora as relações de dependência e escravidão que estruturavam dois seres humanos não fossem novidades, não era praticada da mesma forma nos dois lados do Atlântico. A América portuguesa possuía suas próprias formas de conceber e legislar sobre a propriedade escrava e esta discussão perpassa temas complexos e que ainda acaloram os debates no meio acadêmico, como, as formas de paternalismo; alforria como conquista ou concessão; a reescravização e a legislação colonial; a intervenção da Coroa e da Igreja na relação senhorial; a reprodução endógena. Não entraremos nestas discussões aqui, pois elas deslocariam o objetivo principal deste trabalho.

⁴ Tradução nossa: “fronteira da escravização” (MILLER, 1988, p. 140).

O que importa destacar é que, no cerne da sociedade colonial havia a figura social do proprietário (sobretudo, de senhor de engenho), caracterizando-se como um *status* social a ser almejado, já que era o topo da hierarquia. É bem conhecida pela historiografia a passagem em que o padre Antonil esboça os significados sociais e políticos de ser um senhor de engenho na colônia. Na abertura do capítulo primeiro de sua obra, Antonil (2011, p. 83) deixa claro que o “senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado por muitos”. E completa: “bem se pode estimar no Brasil o senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino”. Como havia esta relação no imaginário social da colônia, entre ser senhor de engenho e a nobreza portuguesa – devido aos locais ocupados por ambos na hierarquia social –, subir na escada social, para muitos, só se dava por meio da obtenção de posses, em especial de cativos e terras. Portanto, a figura social e política do senhor de engenho – “ser servido, obedecido e respeitado” – estava intimamente ligada à noção de posse. E já que o acesso à terra era uma via restrita para muitos, possuir cativos era o meio mais fácil de se ligar a imagem social do proprietário. Em outras palavras, de subir na hierarquia da sociedade colonial.

Portanto, deve-se considerar que a posse de escravizados pelos africanos na América portuguesa – eles mesmos egressos do cativo – atravessa uma série de linguagens políticas, culturais e sociais em órbita: a ibérica e a africana. Para isso, tomamos como referência o recente debate proposto por Silvia Lara (2021), onde o conceito de “cultura política” foi aplicado para compreender o conjunto das experiências africanas em ambos os lados do Atlântico. Mas tais experiências não devem ser encaradas como meras transposições, mas atravessadas pelos contatos com europeus e indígenas. E é o que estamos propondo aqui. Portanto, se por um lado, como destacou Daniele dos Santos Souza (2018, p. 268), estes libertos africanos assimilavam os valores da sociedade escravista, onde o ideal de proprietário era um *status* a ser almejado; por outro, estariam reproduzindo práticas de suas sociedades egressas, onde as formas de dependência eram variadas. Portanto, quaisquer leituras acerca da posse de escravizados por parte da população africana (liberta ou escravizada) na América portuguesa, deve necessariamente passar por uma compreensão das formas de dependência na África.

Duas africanas, duas trajetórias e uma prática comum: Thereza Afonso, Maria Rodrigues e suas escravizadas no Recife Setecentista

Como já se havia mencionado, os documentos aqui trabalhados são dois testamentos e inventários *post-mortem*. Estão alojados no acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e

Geográfico Pernambucano (IAHGP) e inseridos em um conjunto documental que, para o século XVIII, engloba mais de 60 proprietários, tendo como recorte os anos de 1742 a 1800. No entanto, destes proprietários há apenas 3 pessoas negras, no caso, as duas africanas aqui mencionadas e um homem negro, afrodescendente. E os dados falam por si só: se apenas 3 dos 60 inventários e testamentos eram de pessoas negras, há de se concluir que não era comum que elas testassem ou deixassem inventários. Isso mostra que o ato de testar e inventariar era voltado para uma população que possuía o que inventariar e testar, ou seja, que possuía bens e condições para realizá-los. Por isso, deve-se reconhecer que as mulheres aqui estudadas faziam parte de uma elite negra no Recife. Apesar disto, tudo o que sabemos sobre a trajetória de ambas está inserido nestes documentos, o que limita a reconstrução sobre suas experiências no passado, mas não exclui a possibilidade de fazê-lo. Vejamos mais de perto quem eram estas mulheres.

Reportemo-nos primeiramente à vida de Thereza Afonço. Os documentos que envolvem sua trajetória são datados da década de 1760. Seu testamento, do ano de 1763, e seu inventário, de 1768. Não sabemos quando Thereza chegou ao Recife, apenas que veio com seu irmão, tal de Francisco Nunes. Estamos convencidos de que o desembarque ocorreu entre as décadas de 1720 e 1730, quando o comércio do Recife com a Costa da Mina esteve em seu ápice. No Recife, Thereza foi cativa de Antônio Afonço, homem de quem herdou o sobrenome, aspecto muito comum na América portuguesa. Não sabemos por quanto tempo foi cativa de Antônio Afonço, mas como consta em seu testamento, de 1763, a africana conquistou sua liberdade com seu dinheiro, sendo certamente fruto de seu trabalho pelas ruas do Recife. Quando liberta, Thereza tornou-se proprietária de bens variados: caixas, mesas, frasqueiras, garrafas, xícaras, candeeiros, facão, pratos de Veneza etc. estavam entre os utensílios domésticos da africana. Panos da Costa (tecidos africanos), botões, relicários e cordões de voltas, todos em ouro, eram objetos que Thereza ostentava (IAHGP, inventário de Thereza, fl. 14-17). E a estes bens somavam-se suas duas escravizadas: Anna e Maria José, ambas da Costa da Mina. Em maio de 1767, casou-se com Antônio Moreira Coelho, também um africano da Costa da Mina. Mas o tempo de casados durou pouco, pois em dezembro do mesmo ano Thereza faleceu.

Na trajetória de Thereza há muitas camadas que já foram exploradas (MELO, 2021), mas para este trabalho devemos focar apenas no que nos interessa: a posse de escravizadas. Como se indicou acima, Thereza possuía duas cativas: Anna e Maria José. E ambas eram da Costa da Mina, ou seja, mesma região de origem de Thereza. É muito provável que a escolha de mulheres da mesma procedência não fosse fortuita, mas imersa em significados. Antes de

destrinchá-los, vamos nos deter um pouco mais sobre a vida de Thereza, em específico no seu trabalho no Recife.

Em seu testamento, de 1763, Thereza apenas afirmou que sua liberdade e seus bens foram frutos de seu dinheiro: “[me] libertei com meu dinheiro”, a africana afirma quando menciona sua carta de alforria (IAHGP, inventário de Thereza, fl. 7). Mas do que Thereza vivia no Recife? Infelizmente não há menção em seu testamento, nem mesmo quando menciona as somas de dinheiro que doa às irmandades. No entanto, olhando detalhadamente o seu inventário, de 1768, acreditamos que Thereza fosse uma mulher que vivesse do ganho, em especial do setor de alimentos. A partir do fólio 16 do inventário, há uma série de bens que confirmam esta suposição: tachos, alqueires de milho, canjirão, pedra de moer milho. Portanto, não é arbitrário dizer que Thereza esteve ligada ao mercado alimentício, certamente vendendo alimentos de milho, tais como bolos e pães. Aliás, também o seu marido, o africano Antônio Moreira Coelho, estava vinculado ao mercado de bens perecíveis, pois tinha uma venda de garapas e aguardente na rua da Senzala, paralela à rua da Cruz (hoje, rua do Bom Jesus), ali na vila do Recife. Somado a estes indícios, deve-se olhar para o que já foi escrito pela historiografia. O que informam as pesquisas é que as mulheres africanas que viviam do ganho – em especial as da Costa da Mina –, se dedicavam especialmente ao setor de alimentos pelas ruas dos centros urbanos. Segundo Suely Almeida (2020, p. 54), “bananas, laranjas, doces e uma infinidade de produtos” eram vendidos por aquelas mulheres. Além, é claro, de outros serviços, pois havia dentro do seguimento do ganho as lavadeiras, copeiras, amas, marisqueiras etc. Para o Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX, por exemplo, Sheila Faria (2011, p. 120) diz estar “convicta de que as minas monopolizavam os ramos mais rentáveis”. Para o Recife Oitocentista, Maciel H. Carneiro da Silva (2004) também destaca a atuação das mulheres negras na venda de alimentos – não apenas das africanas, mas também de suas descendentes. Esta observação também é confirmada por Valéria Gomes Costa (2021, p. 243). Se detendo na documentação da Casa de Detenção do Recife no século XIX, a autora apontou que 19% das “quitadeiras”, como também eram chamadas as mulheres que viviam do ganho, eram africanas de angola. Sendo as minas, 4,7% de sua amostra. Mas o elevado número ficou para mulheres grafadas apenas como “africanas”, sem especificação de nação. Nos dados de Valéria Costa a desproporção entre as nações possui um significado já explorado pela historiografia. Desde meados do século XVIII, Pernambuco importou mais africanos da região de Angola do que da Costa da Mina, tanto que o historiador John Thornton (2010, p. 48) chegou a indicar que para a capitania houve uma “onda angolana”. Portanto, o resultado,

em termos demográficos, foi que a presença angola sempre se sobressaiu em detrimento dos “minas”.

Seja como for, é muito provável que foi do ganho que Thereza conquistou não apenas sua alforria, mas conseguiu ser proprietária de bens e cativos, alcançando um *status* elevado dentro da comunidade negra do Recife. Mas para além da mudança no *status* social, ponto que dialoga com a estrutura social da colônia, a posse de escravizados tinha outros significados. Em primeiro lugar, a escolha de mulheres não foi arbitrária. No Recife, o preço da mulher escrava no mercado era cotado abaixo do preço do homem, fazendo com que os compradores com menor poder de compra preferissem mulheres invés de homens. Além disso, também a posse de escravizados contribuía na qualidade de vida. Possuir um ou dois cativos era uma forma do pequeno proprietário com baixo poder de compra assegurar a sua sobrevivência diária, pois os ofícios do cotidiano muitas vezes precisavam de trabalhos conjugados, com uma ou mais mão de obra para auxiliar o proprietário e a sobrevivência do grupo. Mas também era uma forma dos senhores que não trabalhavam se apropriarem dos ganhos do escravizado (SOUZA, 2018, p. 258-259; MELO, 2021, p. 122). Em suma, era um investimento lucrativo. No caso de Thereza e de suas cativas, estamos convencidos a considerar a primeira opção, uma vez que Thereza estava inserida no ganho. Mas só isto não diz muita coisa. Os indícios no inventário da africana, no entanto, é que são reveladores.

No testamento de 1763, Thereza já havia expressado o desejo de que após sua morte Anna recebesse sua liberdade, sendo um exemplar caso de alforria condicional, comum à época. O curioso é que em 1763 Thereza liberta condicionalmente apenas Anna, não mencionando sua outra cativa, Maria Jozé. Porém, em inventário, de 1768, vemos que Maria está em posse do testamenteiro de Thereza, tal de Antônio Francisco Lessa, e a ele lhe foi dado a cativa como forma de pagamento de dívidas contraídas por Thereza (IAHGP, inventário de Thereza Afonço, fl. 21). Voltemos ao caso de Anna. Já em testamento Thereza afirmava que, além da carta de alforria, Anna deveria receber os instrumentos de trabalho que foram de sua senhora. No inventário, de 1768, ao lado destes bens há a menção “a testadora deixa [para] a sua escrava Anna” (IAHGP, inventário de Thereza Afonço, fl. 17-18). No rol dos bens há a pedra de moer milho com seu banco, tacho pequeno, caixinha pequena e tapo de cobre (sic.). É muito provável que Anna ajudava sua senhora desde que fora comprada e o fato de Thereza deixar os instrumentos de trabalho como herança é um importante indício de recompensa aos serviços prestados. A bem da verdade é que com tal ação Thereza não apenas garantia a liberdade jurídica de Anna, conforme testamento, mas dava a possibilidade de a

africana ter sua autonomia assegurada, de “viver sobre si”. Dessa forma, Anna daria continuidade ao trabalho que certamente elaborava junto com sua senhora.

A segunda questão que queremos destacar diz respeito à origem. Por que Thereza escolheu africanas de mesma procedência que a sua? Aqui também a escolha não foi fortuita e este aspecto ilumina questões sobre a própria aquisição de mulheres por parte da africana. Em primeiro lugar, o agrupamento de membros de uma mesma região tinha o intuito de promover a manutenção da cultura e dos laços afetivos. A linguagem, a religiosidade, as relações sociais e as formas de dependência poderiam ser perpetuadas deste lado do Atlântico, ainda que com modificações, pois como alertou Mintz e Price (2003, p. 36-38), não há como transferir culturas de forma integral. Portanto, a escolha de Thereza na compra de escravizadas de mesma região certamente teve em seu cerne a articulação de trocas simbólicas, pois reforçava alguns laços da região de procedência. Assim, possivelmente, poderiam se comunicar na mesma língua, manifestar traços religiosos comuns e compartilhar formas de encarar o novo espaço que estavam inseridas. Sobre a linguagem, Robin Law (2006, p. 107) já destacou que muito provavelmente os africanos da região da Costa da Mina não apenas dominassem seus idiomas maternos, mas outros, posto que os portos do litoral do Golfo do Benim eram marcados por trocas culturais e comerciais. Acrescente-se que os idiomas da região compartilhavam o mesmo tronco linguístico (*gbe*), daí que o entendimento entre eles não fosse prejudicado, mas partilhado tanto na África como na América portuguesa.

Como comerciantes que eram, certamente as mulheres não ficavam de fora do políglotismo. Segundo as anotações de um observador que esteve na Costa do Ouro (região mais oeste da Costa da Mina), nos mercados locais se viam mulheres “trazendo um cesto de laranjas ou limões, outra, bananas, pacovas, batatas-doces e inhames, uma terceira, milhetes, milho e arroz, uma quarta, galinhas, ovos, pão”. O que se pode apreender das anotações é que também na Costa da Mina as mulheres dominavam o ramo alimentício. Mas também vendiam, segundo o próprio cronista, “tecidos ou roupas”, “facas”, “contas polidas”, “espelhos”, “alfinetes”, “pulseiras”: todos estes produtos já trocados com europeus na costa litorânea. No entanto, o que mais é digno de nota nas observações é que estas mulheres nunca estavam sós, mas sempre na companhia de outras e de crianças. A imagem tecida por Pieter de Marees em suas anotações é que a mulher que se dirigia à venda “leva sua criança atada às costas e um peso enorme de frutas ou milhete à cabeça” (SILVA, 2012, p. 170). Esta imagem não difere muito das ganhadoras pintadas por europeus que estiveram no Brasil, como em Debret ou Rugendas.

Posto que Thereza era uma mulher do ganho e suas escravizadas a auxiliavam nas vendas de alimentos, estamos convictos de que a posse cativa da africana perpassava por uma lógica que ia ao encontro da própria África, a saber, de agrupamento de mulheres inseridas no setor de alimentos. Além disso, é muito possível que a única forma de Thereza obter auxílios fosse comprando cativas, pois mantinha o seu negócio sob a sua gestão. Portanto, a escolha de mulheres da mesma região fomentava uma estrutura de comércio que ligava as duas pontas do Atlântico.

Explicada a posse de escravizados pela africana e compreendido seus significados, resta perguntar: mas e a *pawnship*? É muito provável que a lógica da *pawnship* estivesse engendradora no caráter provisório da dependência, sendo, portanto, uma prática social articulada – não transposta – na América. Como se viu, havia um limite tênue entre escravidão e *pawnship*, podendo um se tornar o outro dependendo do contexto em que toda situação estivesse inserida. Este caráter provisório já é delimitado em 1763 no testamento de Thereza, quanto ela expressa seu desejo em libertar sua escravizada Anna, além de lhe entregar seus instrumentos de trabalho. Como afirma Marcelo Santos Matheus (2018, p. 4-5), um certo número de africanos prisioneiros e vendidos nos mercados locais eram, na verdade, *pawns* e por isso “tinha em sua estrutura mental a noção de que a escravidão poderia ser também provisória” deste lado do Atlântico, ainda mais porque vigorava – em maior medida nos centros urbanos – a concessão e/ou conquista da alforria através de contrato estipulado entre senhor e cativo (coartação, como chama a historiografia). Em vista disso, podemos presumir que para Thereza, o ato de libertar Anna após a prestação dos serviços fosse algo natural, daí que a africana concede a liberdade de sua cativa invés de deixá-la como herança para seu irmão ou esposo, comum entre proprietários brancos. Mas no caso de Maria Jozé, houve a transferência da dependência, uma vez que Thereza possuía dívidas com Francisco Lessa.

Aspectos semelhantes também existem na trajetória da africana Maria Rodrigues. Embora as informações de que dispomos sobre ela seja menor, nem por isso é menos reveladora. Da mesma forma que aconteceu na trajetória de Thereza, apenas o inventário e o testamento nos servem de norte para traçar aspectos de seu papel como proprietária. Ambos os documentos datam do final do século XVIII, sendo o testamento de 1796 e o inventário do ano de 1800. Coincidentemente ambas faleceram 4 anos após a elaboração do testamento. Seja como for, como dissemos, sabe-se muito pouco sobre sua vida. Maria Rodrigues foi escravizada de uma tal de Anna do Espírito Santo e, ao contrário de Thereza, não assumiu o sobrenome da proprietária, apesar de mostrar alguma gratidão em testamento. Quando liberta,

a africana casou-se com Joaquim de Souza Pimentel que, como ela, foi um africano de Angola. Também aqui reiteramos que o relacionamento com alguém de mesma procedência tivesse significados muito específicos, como compartilhamento de costumes, língua, religiosidades, formas de compreender o mundo.

Não foi uma grande possuidora de bens em ouro ou utensílios, daí que se torna difícil de compreender qual era o ofício da africana no dia a dia. Seu inventário, a bem da verdade, é bastante modesto. No rol dos bens há colares, brincos – ambos em ouro –, cadeiras, caixas e um oratório. No entanto, deve-se chamar atenção a “uma morada de casa térrea cita na rua dos Currais (sic.)” na vila do Recife. Não sabemos como Maria Rodrigues conseguiu ter uma casa própria, uma vez que grande parte dos libertos e da população pobre, ainda que branca, morava de aluguel dividindo espaços com outras pessoas (MELO, 2021, p. 119). Portanto, possuir um bem de raiz, ou seja, uma casa, já é indicativo de um lugar elevado na hierarquia social. Além disso, como não era de se esperar, a africana possuía uma escravizada, Jozefa do gentio de Angola. Assim como as escravizadas de Thereza, a de Maria também possuía a mesma procedência (IAHGP, inventário de Maria Rodrigues, fl. 6). O que talvez fosse uma prática comum por tudo o que já informamos acima: compartilhamento de mesma língua, mesmas culturas políticas, mesma religiosidade, entre outros. Portanto, para um africano egresso do cativo, possuir um escravizado que fosse de mesma nação contribuía para a manutenção da cultura e para uma leitura da escravidão que passava pela noção de *pawnship* ou de outras formas de dependência.

Conforme discutimos acima, baseado nos apontamentos de Lovejoy e Falola (2003), vimos que a *pawnship* criava um laço entre credor e devedor e que só poderia ser desfeito ou refeito com o encerramento do acordo entre ambas as partes. Mais uma vez é importante reiterar que a *pawnship* e outras formas de dependência que existiam em África não foram simplesmente transpostas na íntegra, mas certamente havia uma leitura africana sobre a escravização na América portuguesa. Ou seja, houve um encontro de culturas políticas que se exerciam no cotidiano da escravidão.

É necessário reiterar estes posicionamentos analíticos porque o caso da africana Maria Rodrigues apresenta algumas especificidades importantes. Na abertura de seu inventário, de 1800, há como herdeiros de seus bens seu marido, Joaquim de Souza Pimentel e mais três crianças: Anna (16 anos), Francisco (7 anos) e Joanna (5 anos) (IAHGP, inventário de Maria Rodrigues, fl. 2). À primeira vista, a nossa interpretação foi que as crianças fossem filhas do casal, mas tudo mudou com a leitura do testamento. Tanto em testamento (1796) como em inventário (1800), Maria Rodrigues atesta que possuía uma escravizada, a tal Jozefa. Em

inventário, no entanto, junto à Jozefa aparece um crioulinho de nome Lourenço (3 anos), sendo filho desta (IAHGP, inventário de Maria Rodrigues, fl. 6). Mas no testamento não há menção de Lourenço porque possivelmente ele ainda não havia nascido no momento da escrituração do documento. No entanto, as crianças que aparecem como herdeiras no início do inventário nada mais eram que filhos de Jozefa que foram libertados por Maria Rodrigues e reconhecidos como herdeiros. Em testamento Maria foi enfática sobre este assunto. Em uma passagem informa que “lhe[s] já tenho passado suas cartas de liberdade”, neste caso, para as crianças. Em outro momento diz que “[é] vontade minha [que faço] por meus herdeiros aquelas três crias da minha escrava Jozefa” (IAHGP, inventário de Maria Rodrigues, fl. 15-16). No entanto, a africana não explica as razões para tal atitude, o que nos resta apenas conjecturar. A pesquisa de Sheila Faria (2011, p. 117) já havia apontado para o fato de que, por estas mulheres não terem filhos (por uma escolha pessoal), construíam famílias com suas escravizadas e os filhos destas, libertando-os no fim de sua vida. Segundo o que a autora sugeriu, é possível que tal estrutura familiar fosse uma adaptação das organizações matrifocais que existiam em algumas regiões da África Ocidental, onde a mulher era a cabeça dos agrupamentos. Mariana Candido (2011, p. 57) também já destacou que mulheres luso-africanas (as donas) em Angola eram as cabeças de família e de negócios, estando sob seu mando uma ampla rede de familiares e escravizadas. É muito provável que práticas similares tivessem se reproduzido na diáspora, ainda que de forma adaptada à realidade da escravidão.

Por outro lado, o fato de Maria Rodrigues libertar quase todos os filhos da africana Jozefa deixa explícito aspectos da *pawnship*: a de que o acordo entre os envolvidos se dava apenas entre o credor e o devedor e, portanto, qualquer outro indivíduo estaria fora da relação contratual desenvolvida entre ambas as mulheres. Além disso, na colônia havia a transferência da condição jurídica através do ventre, em outras palavras, uma vez que Jozefa tivesse filhos, sendo escravizada, estes nasceriam com a condição da mãe, ou seja, todos seriam cativos como ela. No entanto, Maria opta pela liberdade de todas as crianças, reiterando de alguma forma que o acordo de dependência se dava entre as duas mulheres. Tanto é assim que ao invés de Maria Rodrigues deixar a africana como herança ao seu marido, define uma alforria condicional onde a africana Jozefa deveria pagar a Joaquim de Souza, o marido de Maria, uma soma em dinheiro – no caso, metade de seu valor (40\$000) – para ter sua liberdade totalmente garantida (IAHGP, inventário de Maria Rodrigues, fl. 16). Por isso que a transitoriedade da servidão de Jozefa para com Maria também pode ser interpretada como aspecto da *pawnship* ou mesmo da chamada “escravidão doméstica” (REIS, 1987, p. 5), já

que se trata de uma dependência provisória que ligava contratualmente apenas as duas africanas e pela assimilação da descendência.

A partir de tudo o que foi exposto aqui, o que queremos destacar é que na América portuguesa vigorava uma forma de escravidão onde o escravizado estava fadado ao cativo, ainda que a carta de alforria pudesse alterar tal condição. Já na África, a dependência/trabalho compulsório (*pawnship* ou escravidão) era uma categoria jurídica transitória em si mesma e que tinha um caráter político e de parentesco. Por isso que ambas as africanas aqui estudadas, optam pela liberdade das cativas e não pela perpetuação da condição jurídica, pois pelas práticas vigentes no sistema jurídico colonial, os cativos, como bens, poderiam ser heranças registradas em inventários e testamentos e relegados a herdeiros. Ora, por que ambas não fizeram isto, já que tinham outras posses a deixar? A resposta para esta pergunta pode ser encontrada na compreensão das dinâmicas operadas na África. A este argumento, podemos acrescentar que a leitura sobre a alforria, por parte das africanas, confirma algo que possivelmente já sabiam: que a dependência de um ser humano por outro poderia ser transitória.

Considerações finais

O diálogo que foi construído neste trabalho entre escravidão na América portuguesa e as formas de dependência (em especial a *pawnship*) da África parte de um movimento que têm ganhado força nos últimos anos, a saber, o de olhar para África para construir uma História do Brasil onde a sociedade escravista (e aqui, a colonial) se torna palco de um encontro de culturas políticas e não apenas das formas de dominação. Portanto, as trajetórias e as discussões aqui abordadas tentam extrapolar a discussão sobre o fato de africanos serem possuidores de cativos na América portuguesa para explorar suas complexidades para além do espaço local, mas situando numa dimensão atlântica, tentando fazer ligações com o que se dava em África e no Brasil. É necessário destacar que, da mesma forma que em África havia um complexo jogo de forças entre a atuação europeia e os africanos que participavam ativamente, do lado de cá, na América portuguesa, as elites e os funcionários régios também tiveram que lidar com indígenas e africanos – estes que nunca paravam de chegar e fomentar uma cultura política que os unisse. Entender estas culturas políticas que estiveram em órbitas se faz necessário para avançar no debate sobre a diáspora africana.

Por isso, é imperativo deixar de privilegiar apenas o lado do colonizador para compreender a amplitude e o funcionamento das culturas políticas que marcaram as formas de

ser e estar dos africanos na colônia. Estamos convictos de que olhar para a presença africana, do lado de cá, pode lançar uma luz para compreender como os africanos viviam do lado de lá a fim de enriquecer o debate sobre a diáspora. Se do lado de lá vigorava um sistema de trabalho compulsório, como os que vieram de lá interpretaram a escravidão do lado de cá? Que leituras eles faziam da realidade colonial, levando em conta que não eram tábulas rasas, mas pessoas com vivências egressas? Como se deu estas adaptações? São perguntas que só podem ser respondidas se olharmos para as fontes, ainda que locais como inventários e testamentos, e inseri-las dentro das dimensões atlânticas. Só assim as peças deste complexo jogo que é a História pode fazer sentido.

Fontes

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Federal, 2011.

COUTO, Domingos do Loreto. **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Fundo Orlando Cavalcanti de inventários e testamentos, inventário de Thereza Afonso (1768).

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Fundo Orlando Cavalcanti de inventários e testamentos, inventário de Maria Rodrigues (1798).

SILVA, Alberto da Costa e (org.). **Imagens da África: da antiguidade ao século XIX**. São Paulo: Penguin, 2012.

TOLLENARE, L. F. de. **Notas Dominicais: tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Recife: EDUPE, 2011.

Referências Bibliográficas

ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII). **Afro-Ásia**, 37, 2008, pp. 43-73.

ALMEIDA, Suely Cordeiro de. Ganhadeiras: trabalho feminino nas ruas do Recife Setecentista. **Revista da ABPN**, v. 12, 2020, pp. 52-70.

CANDIDO, Mariana P. **Fronteras de esclavización: esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850**. México, D. F.: El colegio del México, 2011.

CARVALHO, Marcus J. Maciel de. A rápida viagem dos “berçários infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. OSÓRIO, Helena; XAVIER; Regina Célia Lima (org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopardo: Oikos, 2018, p. 126-164.

COSTA, Robson Pedrosa. Rufina: uma escrava senhora de escravos em Pernambuco, 1853-1862. **Revista brasileira de História**, v. 38, 2018, pp. 109-130.

- COSTA, Valéria Gomes. **Ômìnira**: mulheres e homens libertos da Costa d'África no Recife (c. 1846 – 1890). São Paulo: Alameda, 2021.
- FARIA, Sheila de Castro. Damas mercadoras – as pretas-minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850). SOARES, Mariza de Carvalho (org.). **Rotas Atlânticas da diáspora africana**: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. 2ª ed. Niterói: EdUFF, 2011, p. 101-135.
- FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-cultural Exchange in the Atlantic World**: Angola and Brazil during the era of slave trade. Cambridge University Press, 2012.
- HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e etnias africanas nas Américas**: restaurando os elos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- LARA, Silvia Hunold. **Palmares & Cucaú**: o aprendizado da dominação. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2021.
- _____. Palmares e a História da África no Brasil. In: REGINALDO, Lucilene; FERREIRA, Roquinaldo (org.). **África, margens e oceanos**: perspectivas de história social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021, p. 465-486.
- LAW, Robin. **The Slave Coast of West Africa, 1550-1750**: the impact of the Atlantic Slave Trade on an African Society. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- _____. Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo “mina”. **Tempo**, 10 (20), jan., 2006, pp. 98-120.
- LOVEJOY, Paul. **Transformations in slavery**: a history of slavery in Africa. Cambridge University Press, 2012.
- _____; FALOLA, Toyin (org.). **Pawnship, slavery, and colonialism in Africa**. Trenton; Asmara: Africa World Press, 2003.
- MATHEUS, Marcelo Santos. A produção da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História** (São Paulo), v. 37, 2018, pp. 1-32.
- MELO, Filipe M. Marinho de. **“Que negros somos nós?”**: africanos no Recife, século XVIII. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.
- MILLER, Joseph C. **Way of death**: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana**: uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2003.
- PARÉS, Luis Nicolau. **O rei, o pai e a morte**: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social**: um estudo comparativo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- REIS, João José. Notas sobre a escravidão na África pré-colonial. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 14, 1987, pp. 5-21.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.
- SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo**: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Daniel Domingues da; ELTIS, David. The Slave Trade do Pernambuco, 1561-1851. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David (org.). **Extending the frontiers**: essays on the new transatlantic slave trade database. Yale University Press, 2008, p. 95-129.

SILVA, Maciel H. C. da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870). Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVA JR. Carlos da. Rotas, direções e etnicidade no tráfico de escravos entre o Brasil e a Costa da Mina no longo século XVIII. In: REGINALDO, Lucilene; FERREIRA, Roquinaldo (org.). **África, margens e oceanos**: perspectivas de história social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021, p. 217-250.

SOUZA, Daniele dos Santos. **Tráfico, escravidão e liberdade na Bahia nos anos de ouro do comércio negreiro (c. 1680-c. 1790)**. Tese (doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

THORNTON, John. Angola e as origens de Palmares. In: GOMES, Flávio (org.). **Mocambos de Palmares**: histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. p. 48-60.

_____; HEYWOOD, Linda. **Central Africans, Atlantic creoles, and the foundation of the Americas**, 1585-1660. Cambridge University Press, 2007.

A propósito da ciência de Polícia ou da *Polizeiwissenschaft*

About Police Science or the Polizeiwissenschaft

Pâmela Campos Ferreira,¹ UFJF

Resumo

No presente artigo faremos alguns apontamentos que buscam dar conta das linhagens do paradigma do Estado de Polícia, que em meados dos séculos XVI, XVII e XVIII se estruturou em monarquias europeias. Neste sentido, refletiremos acerca das origens do termo *police*, bem como dos modelos que teriam influenciado a tratadística da ciência de polícia, tais como a pastoral, a economia como modelo de Antigo Regime, e as influências do direito comum. Será abordado também uma das principais obras em matéria de polícia, o *Traité de la Police* de Nicolas Delamare. Trataremos, assim, da genealogia da *polizeiwissenschaft*, engendradora de uma nova “arte de governar”.

Palavras-chave: Estado de polícia, racionalidade, governabilidade.

Abstract

In this article we will point out the searchers that seek to account for the lines of the paradigm of the Police State, which in the mid-16th, 17th and 18th centuries was structured in monarchies. In this sense, we will reflect on the origins of the term *police*, as well as the models that would have as influence the treatises of the science of science, such as pastoral care, the economy as a model of the Old Regime, and the influences of the common. One of the main works in the field of police will also be needed, Nicolas Delamere's *Trait de la Police*. We will thus deal with the genealogy of the *polizeiwissenschaft*, the engenderer of a new “art of government”.

Keywords

Police state, rationality, governability.

Introdução

Buscamos no presente artigo, traçar, minimamente, a genealogia do conceito da *police* em sua acepção antiga. Por mais que se fale em um “Estado de Polícia” ou em uma “Ciência de Polícia”, como se instituindo efetivamente ao longo do século XVIII nas monarquias europeias, é preciso atentarmos, como apontado por Jesus Vallejo de la Reguera a necessidade de que a historiografia sobre o tema “alargue” seu prisma reflexivo, levando em consideração o fato de que o termo *police* não é uma invenção ou criação do Setecentos (VALLEJO, 2008, p. 117).

Que houve uma mudança paradigmática de forma consolidada no século XVIII, e mesmo institucional, nos parece ser inegável. Por outro lado, ao tratarmos de uma mudança tão crucial, uma mudança de paradigma e que também ofereceu condições para a emergência

¹ Doutoranda pelo PPG de História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES, e-mail para contato: pamelacamposf@hotmail.com

de um novo modelo governativo, entendemos ser de importância maior buscarmos as origens de tal quadro. Que elementos teriam estruturado, o que no século XVIII se convencionou chamar de Estado de Polícia, *Police* ou *Polizeiwissenschaft*?

Apontamentos sobre o conceito *police* em sua acepção antiga

Antes de mais nada, de onde vem a *police*? Se o termo não foi uma mera criação do Setecentos europeu, poderíamos ter percebido seu uso anteriormente? Segundo autores como Jesus Vallejo, e Gonzales Alonso o termo remontaria às legislações urbanas medievais. Neste sentido, em uma análise feita pelo segundo autor a palavra polícia já era utilizada na Castela tardo medieval. Segundo Alonso, em cortes de Valladolid em 1440, os procuradores teriam reclamado que “a coisa pública seja regida em toda boa polícia e governada e sustentada em verdade e justiça”; Cinco anos depois, em 1445, em Olmedo, debatendo-se a superioridade do rei em relação aos súditos, se argumentou que a subordinação do monarca em relação aos vassalos e súditos seria “repugnante a toda boa polícia”. Ora, ainda segundo o autor, os castelhanos do século XV entendiam por polícia “algo assim como a razoável disposição e o discorrer das coisas, o desenvolvimento dos assuntos públicos” (VALLEJO, 2008, p. 118).

Por mais difuso e genérico que fosse o conceito nesse momento inicial, conseguimos perceber uma estreita vinculação do termo em relação as tarefas do governo, bem como a conveniência e vontade (do monarca) em termos positivos (“boa polícia”). De todo modo, ainda que o conceito não estivesse explicitamente claro, percebemos uma aproximação e uma sinalização com termos tais como “lei” e “justiça”, numa acepção equivalente à da expressão “coisa pública”. De modo ainda muito “embrionário” poderíamos até mesmo pensar nessa polícia como ligada à uma gestão das coisas internas do reino. Assim como Alonso, Jesus Vallejo fala também de uma “polícia cristã” que estaria presente em obras como a *Specula principum* em que se descrevia o reto comportamento e proceder (em particular o religioso) do monarca (VALLEJO, 2008, p. 118).

Quando pensamos, portanto, nos elementos que contribuíram para a estruturação de um modelo governativo interventor, regulador, normatizador, e que se ancorava numa maior racionalidade, sem dúvidas, voltamos ao significado que a polícia tinha desde seus usos iniciais. Evidentemente os sentidos vão mudando, isto é, a polícia que emerge ao longo dos séculos XVII e XVIII não segue tendo exatamente o mesmo significado daquela de 1440.²

² Aqui precisamos ressaltar o fato de que o exemplo a que tivemos acesso foi o explicitado pelo autor Gonzales Alonso no caso da Castela dos idos de 1440. Por outro lado, é importante ressaltarmos que muito possivelmente o termo fora usado por legislações urbanas medievais em outros territórios europeus.

Embora, mantenha muito o sentido de “civildade” e defesa de valores “urbanísticos”. A própria ideia de gestão do reino, começou a ser sinalizada no contexto tardo medieval, mesmo que de modo inicial, genérico e difuso ainda assim era uma espécie de “ensaio” do que seria mais adiante uma das mais fortes balizas desse Estado de polícia, a gestão da população e do território (FOUCAULT, 2008).

Voltando ao sentido que a polícia ia forjando para si, é possível considerarmos o termo já estando ligado ao exercício de poderes domésticos e paternais, vinculado ao exercício de uma supremacia baseada no modelo familiar. O que por sua vez não exclui o estabelecimento de um regramento a ser seguido, assim como a imposição de castigos, no entanto buscava disciplinar por vias outras que não mais se pautavam pela violência e coerção. Em outras palavras, percebemos a evocação do modelo familiar, como um dos elementos associados ao exercício da *police*. E aqui, ressaltamos o uso da clássica e constante analogia ou metáfora de que o bom governante para de fato exercer seu poder, deve se aproximar de figuras como a do “bom pai de família” ou a do “bom pastor de ovelhas”.³

Fazendo aqui uma espécie de “gancho” com o exposto acima, e para além da *police* sendo pensada inicialmente como elemento central no que tange às legislações urbanas num contexto tardo medieval, é preciso considerarmos uma questão em particular, e que sem dúvidas impactou diretamente a forma pela qual o “Governo de polícia” iria se estruturar em fins do século XVII e ao longo do XVIII na Europa, trata-se do pastorado. Segundo Foucault, e partindo da genealogia do Estado moderno que o autor buscou fazer nos cursos que ministrou no final da década de 1970, o pastorado deve ser considerado como uma das linhagens pela qual o Estado de polícia foi se forjando. Uma das origens, não a única. E neste caso particular, pode ser pensada como uma base sobre a qual se discute a chamada “boa condução”, isto é, como bem conduzir os governados?

Antes de nos atentarmos ao debate relativo ao pastorado, é importante destacarmos que nos embasamos sobremaneira no conceito foucaultiano de *governamentalidade*, ou o processo pelo qual Estado foi se governamentalizando. Podemos entender a *governamentalidade* foucaultiana por duas formas, a primeira como sendo um complexo conjunto de reflexões e saberes – apregoados pela literatura tratadística da época – que engendraram, por sua vez, diversas instituições e atuações. Essas últimas apresentam técnicas e táticas de uma governabilidade racional, ancoradas, sobretudo, na ciência que ora se produzia nos centros acadêmicos. É preciso considerarmos o fato de que, obviamente, tais

³ Era muito comum que a tratadística da época evocasse metáforas como essa, um dos exemplos mais clássicos foi a obra de Nicolas Delamare *Traite de la Police*, sobre a qual falaremos mais adiante.

direcionamentos se defrontaram com distintas realidades, quer seja as da saúde, morbidade, instrução, natalidade, fecundidade etc. Essas realidades, por sua vez, contêm particularidades a serem analisadas de forma detalhada e em particular, são as “polícias”, ou “disciplinas”, ou “regulamentos”, ou ainda “normas” (SUBTIL, 2013, p. 262).

Por outro lado, é possível perceber que um dos objetivos de Foucault, é o de analisar como que historicamente teria havido a transição do que ele designa “Estado de Justiça”, amparado nos aparelhos jurídicos, para um “Estado administrativo” e racional de meados do século XVIII. Partindo da análise foucaultiana, o que se delineava num primeiro momento eram relações pautadas na defesa do território, contra possíveis inimigos – pensando-se aqui o território de tipo feudal – num segundo momento que para o autor teria ocorrido nos séculos XV e XVI haveria uma primeira transição para se pensar o território de tipo fronteiroço, e apenas em um terceiro momento emergiria em sua análise a *população*, como elemento central a sofrer a atuação interventiva e reguladora do Estado. Em nossa perspectiva, a análise foucaultiana em obras como *Microfísica do Poder e Segurança, Território e População*, se pauta justamente por um lado por traçar a genealogia do Estado moderno, e por outro por refletir como que historicamente este mesmo Estado foi se governamentalizando.

Em outras palavras, por *governamentalidade* a análise foucaultiana designa o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos e reflexões, os cálculos e as táticas que permitiram o exercício dessa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população. Uma outra forma também possível de entendermos a *governamentalidade*, é como sendo uma linha de força que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que engendrou o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo, forjando toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

Além do processo de governamentalização do Estado, a perspectiva foucaultiana revela outras dimensões de poder, enfatizando a existência de cadeias relacionais.⁴ Para além de se pautar na modalidade governativa do Estado, torna-se para o historiador, de cabal importância, analisar essas “redes” de atuação de distintos sujeitos, como se relacionavam entre si, as resistências que podiam advir de tais relações, bem como as alianças, os conflitos etc. A lógica pela qual – e neste caso acreditamos que a análise foucaultiana muito contribuiu

⁴ Por cadeias relacionais Foucault entende as outras jurisdições e hierarquias existentes, para além da do Estado, vide o exemplo do pai de família, que governa seus parentes, entre outros exemplos dados pelo autor. Outras governabilidades podem ser pensadas, enquanto diversas modalidades por onde o poder é exercido. Nesse sentido, é importante ressaltarmos que na análise foucaultiana o poder não possuiria uma existência ontológica, pois só pode ser percebido a partir das relações humanas. O poder seria, assim, relacional. Ver: (FOUCAULT, 2008)

– se entende as relações de poder como não restritas ao âmbito do Estado, mas por outro lado, como elemento a perpassar outras hierarquias relacionais, outros sujeitos, em distintos âmbitos, são de grande valia e um verdadeiro contributo à historiografia.

Ainda partindo da análise foucaultiana, percebemos os indivíduos como detentores de determinadas parcelas de poder.⁵ Ora, outras dimensões de poder são elevadas, realçando o fato de que existiriam outros canais por onde o poder era exercido. Evidentemente, esses atores cujas vozes são aqui lembradas – portanto, não se trata de continuar pautando a análise nas atuações dos grandes senhores, naqueles ocupantes de cargos e ofícios,⁶ embora eles atuassem em suas esferas de jurisdição e poder – atuam inseridos em lógicas próprias, em dimensões distintas de patamares como a do rei, por exemplo. Em outras palavras, a análise foucaultiana contribui na medida em que fornece perspectivas e prismas reflexivos para pensarmos de forma mais “alargada” o exercício do poder. Na perspectiva foucaultiana praticamente “todos podem governar”, vide exemplos como o pai de família que governa sua casa, a madre superiora que direciona seu convento, o professor ou mestre em relação ao discípulo etc.

O que para nós é de particular interesse é entender como se construiu um novo paradigma, assentado na criação de um modelo normativo, capaz de engendrar comportamentos a serem considerados “razoáveis” para serem admitidos em sociedade, e por outro lado, quais seriam diagnosticados como perigosos para o equilíbrio social. Nas palavras de José Subtil:

⁵ Gostaríamos aqui de ressaltar uma aproximação dessa concepção “alargada do poder” na leitura foucaultiana com os pressupostos defendidos pelo grupo francês de René Remond nos idos dos anos 1970. Ora, Remond e seus “pupilos”, imaginamos que movidos por um inconformismo pelo modo como a historiografia e as ciências humanas de um modo geral, sempre tenderam a pensar o poder como sendo exercido tão somente via Estado, ou via as grandes figuras e personalidades, como reis, governantes, príncipes etc., teriam na década de 1970, tecido as balizas que repensaram o exercício do poder, e por quais canais esse último pode passar. Importante destacarmos que tal movimento de renovação se deu inicialmente na França. Uma obra muito representativa de tais esforços é o intitulado “*Por uma história Política*”, livro de historiadores franceses ocupados com a história da França, e que aponta caminhos para o desenvolvimento de novas pesquisas no campo da História Política. Dada a natureza específica e minuciosa dos diversos artigos, o livro tem como objetivo fazer um estudo de história da França assim como do percurso de sua historiografia diante de um novo campo teórico e analítico. Para complementarmos, Remond não esteve sozinho nessa “empreitada” analítica, contando com nomes como o de Jean-François Sirinelli, Serge Bernstein, Pierre Rosanvallon entre outros.

⁶ Importante ressaltarmos que não queremos dizer que os estudos e pesquisas se pautem tão somente nos “descalços” da história. Obviamente as elites continuaram sendo estudadas, bem como suas atuações, em que redes de sociabilidade determinados homens se encontram e coisas do gênero. No entanto, a questão que se coloca de modo mais pontual e quase que urgente, diz respeito a necessidade de análises historiográficas que deem conta de refletir sobre outras redes de poder, redes estas que continham em seu bojo sujeitos provenientes de segmentos sociais outros, muito para além da nobreza, aristocracia, e das elites de um modo geral. Neste sentido, concordamos com Foucault, como existem diversos domínios de poder, todos podem governar. Em níveis distintos, mas ainda assim, possíveis de serem executados.

Como é que de uma cultura de Antigo Regime, enraizada no fixismo criacionista, se constrói um novo padrão de comportamentos que prescreve e diagnostica situações bipolares no interior da lógica do que é *normal* e do que é *anormal*, admitindo que o indivíduo pode exercer a sua vontade sobre a sua própria liberdade (SUBTIL, 2013, p. 159).

Ainda considerando o poder na ótica foucaultiana, e para além dele em obras como a de Pierre Legendre e Pierre Bourdieu, é possível lançarmos mão de uma análise que leve em consideração novos problemas, como o dos afetos e sentimentos, bem como as tecnologias disciplinares e a inculcação de um determinado *habitus*. Todas essas caracterizações do poder e das relações entre poderes múltiplos sinalizam para outras consequências na ideia de Estado como regulador da vontade dos homens (LEGENDRE, 1974, p. 696-733).

Antes de adentrarmos em questões como a da administração, e como ela apareceu inicialmente nos textos jurídicos, bem como em falarmos de modo mais atento sobre a linha *cameralista* alemã, e sua influência no processo de construção da ciência de polícia ou da *Polizeiwissenschaft*, entendemos ser de cabal importância voltarmos nossas bases analíticas para a pastoral, como um dos elementos fundamentais a influenciar o processo de estruturação da *police*, e de seu “maquinário” administrativo.

A pastoral como um modelo de governo

Na aula de 8 de fevereiro de 1978 ministrada no Collège de France, Foucault parte do princípio de que haveria uma especificidade em torno do que é “governar”. Segundo o autor o sentido de governo era outro, antes de adquirir uma conotação mais política a partir do século XVI. Até o referido século a ideia acerca de “governar” abrangia um largo domínio semântico que se referia segundo ele

[...] ao deslocamento no espaço, ao movimento, que se refere à subsistência material, à alimentação, que se refere aos cuidados a dispensar a um indivíduo etc. Nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política (FOUCAULT, 2008, p. 164).

Em relação a organização de um poder pastoral, a análise foucaultiana pontua que imagens como a do rei, a de Deus, ou a de um chefe começam a ser pensadas em termos de analogias com a figura do pastor de ovelhas e a relação deste com seu rebanho. Este é um tema que pode ser encontrado em todo o Oriente mediterrâneo. Embora, se encontre essa pauta em regiões como o Egito, a Assíria e a Mesopotâmia, é principalmente entre os hebreus que ela iria se consolidar (FOUCAULT, 2008, p. 166).

Podemos conceber a relação pastoral, em sua forma plena, como uma relação entre Deus e os homens. É preciso pontuar que este poder tem suas bases na religião, que tem seu princípio, seu fundamento, no poder que Deus exerce sobre seu povo. Pensando em termos de um contraponto que é possível de ser pensado em relação ao universo ocidental, leia-se aqui, grego. Como postulado por Foucault:

[...] porque nunca, entre os gregos, vocês encontraram a ideia de que os deuses conduzem os homens, como um pastor pode conduzir seu rebanho. O deus funda a cidade, indica sua localização, ajuda na construção das muralhas, garante sua solidez, dá seu nome, pronuncia oráculos, e dá conselhos (FOUCAULT, 2008, p. 168).

Um primeiro deslocamento que é possível de se perceber, presente como uma das balizas do “Estado de Polícia” diz respeito ao fato de que não mais se governa um território,⁷ mas, por outro lado, fala-se em um governo dos homens, e das coisas que se relacionam com estes últimos. O poder pastoral não é um poder que se exerça sobre um território em particular, mas, sim sobre um rebanho, estando este último em movimento. O poder do pastor se exerce sobre uma multiplicidade – e aqui fazemos referência à múltiplos sujeitos, bem como múltiplas coisas como o ar, água, alimentos, enfim, coisas que se relacionam com os homens – em constante movimento.

Percebemos o poder pastoral, como sendo um poder de cuidado, uma vez que cabe ao pastor cuidar diariamente de suas ovelhas, velar por elas, alimentá-las, zelar por seu descanso. A concepção sobre uma vigília que deve ser ativa e permanente se coloca como outra questão cara ao “Estado de Polícia”, uma vez que o governante, em tese, deveria estar atento diariamente às questões, quaisquer que fossem relacionadas aos povos. Além disso, o pastor deveria estar atento às necessidades de cada uma das ovelhas, conhecendo-as em suas individualidades, buscando traçar um caminho que unisse cada uma dessas identidades em torno de uma felicidade geral e comum a todas.

Ora, poderíamos questionar, se o modelo pastoral foi mormente considerado nas realidades do Oriente mediterrâneo, como tal modelo se instituiu no contexto ocidental? Segundo Foucault esse panorama foi introduzido no mundo ocidental por intermédio da Igreja cristã (FOUCAULT, 2008, p. 173-174). Partindo da análise do autor, o mesmo defende:

⁷ Gostaríamos de fazer um adendo no sentido de que o território segue sendo um elemento de importância para a governabilidade racional de meados do século XVIII, em particular o espaço urbano, que levanta questões e problemáticas muito peculiares. O maior deslocamento a nosso ver, diz respeito à emergência da população como um dado quantificável, e que deveria sofrer a intervenção reguladora desse Estado.

O pastorado se constitui enquanto um processo pelo qual uma religião, uma comunidade religiosa se constitui como Igreja, isto é, como uma instituição que aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana a pretexto de levá-los à vida eterna no outro mundo, e isso não apenas de um grupo definido, não apenas de uma cidade, ou de um Estado, mas de toda a humanidade (FOUCAULT, 2008, p. 196).

Para o autor, o movimento de mudança, ou transição do que fora o modelo pastoral para o governo dos homens teria se dado em um contexto, isto é, em um “pano de fundo” no qual diversas insurreições teriam tido lugar, sobretudo, insurreições de comportamento. Por outro lado, não podemos ignorar o fato de que o modelo pastoral influenciou fortemente o quadro governativo da *police*, com todos os seus postulados, e em particular com a orientação de que caberia à um “pastor” – leia-se a um governante – zelar e conduzir suas “ovelhas”, estas últimas entendidas como a população, que careceriam desta orientação e condução.

Evidentemente, o pastorado não teria sido a única linha ou doutrina a influenciar e impactar a ciência de *police*, tal como nós a vemos emergir em meados do século XVIII nas monarquias europeias. Outras linhas, como o próprio governo econômico e familiar, viriam influenciar diretamente a tratadística da época, aconselhando o monarca, não mais sobre o que tange à defesa e manutenção do território, mas, por outro lado, com um direcionamento voltado ao governo dos povos.

A economia enquanto modelo administrativo de Antigo Regime

Segundo Daniela Frigo, a tradição medieval da filosofia prática acolheu as disciplinas morais de origem peripatéticas, dividindo-as, a partir de Boécio, em “ética”, dirigida à *cura sui*, em “economia”, tendo em vista a *res familiares*, e em “política” dirigida à cura da *res publica*. Ainda segundo Frigo a economia, aqui entendida como o governo da casa “Típica do modelo aristotélico e da sua reelaboração medieval é, de fato, uma visão da esfera política como resultado natural da tendência do indivíduo para uma *sociabilitas* que, da família, se estende, por razões históricas e funcionais, a formas de convivência civil e política cada vez mais vastas” (FRIGO, 1991, p. 49).

Neste sentido, tanto a economia como a política alcançavam um mesmo objetivo, isto é, a subordinação do agir humano à princípios éticos e virtudes que o príncipe e o pai, cada qual em seu próprio âmbito, deviam encarnar. Tratamos de uma espécie de modelo aristotélico de comportamento. Ao longo da era moderna, é possível percebermos uma enorme produção de tratados comportamentais, o que desvela uma certa eficácia o esforço teórico para repropor as conexões da filosofia prática, sobretudo as suas subordinações ao

ideal último da *virtus*, entendo que no decorrer dos séculos, certamente tendemos a lidar com uma sociedade cada vez mais estratificada e complexa em relação à que estava refletida na Política de Aristóteles. Nesta tradição de pensamento, a *economia* se constituía como uma disciplina prática dirigida ao pai de família com o objetivo de o orientar na realização da justiça e da “prudência” na esfera doméstica (FRIGO, 1991, p. 50).

Em relação à tratadística que abordava a formação do “prudente” pai de família, a autora pontua que nos séculos XVI e XVII tais escritos se multiplicaram constituindo um autêntico gênero literário denominado, no âmbito alemão, *Hausvaeterliteratur*, ainda que se adaptando à outros contextos e realidades sociais, sublinha a importância ligada à atividade do pai para a gestão da “casa como complexo”, assim como para a vinculação entre a esfera familiar e os demais âmbitos da vida política e social (FRIGO, 1991, p. 51).

A arte de governo da casa, em tratados como os de Giovan Battista Assandri, e Bartolomeo Frigerio,⁸ destinados a distintos sujeitos, que tinham em comum a qualidade de pais de família, proprietários fundiários, membros dos patriciados citadinos, mercadores e clérigos. Outro ponto tratado pela autora, e que na análise foucaultiana tem um peso considerável, diz respeito as três “comunhões” sempre indicadas como constitutivas da família: a do marido com a mulher, a do pai com os filhos, a do patrão com os servidores, a cada uma das quais adere um modo particular de exercício da autoridade paterna (FRIGO, 1991, p. 53).

Na perspectiva de um outro teórico, tratado por Frigo, Tommasi em finais do século XVI, definia a esfera “política” como sendo o domínio do marido sobre a mulher, pois o homem era obrigado a respeitar as leis conjugais preexistentes; “real” o governo dos filhos, dotado de uma maior margem de discricionariedade; “despótico” o império exercido pelo patrão sobre os criados, porque fundado na natural superioridade do primeiro.

Em relação à *potestas* como um poder natural, que o pai exercia de modo “discricionário” próprio, em virtude da sua “prudência”, contrapõem-se, na doutrina política e jurídica de Antigo Regime, a ideia do governo público como *iurisdictio*, isto é, como exercício da autoridade vinculado nas suas manifestações aos conteúdos da justiça e às formas do juízo (HESPANHA, 1984, p. 8).

É sobretudo, enquanto *administratio*, entendida como disciplina dirigida à tutela dos bens materiais e à satisfação das necessidades vitais, que a economia assume um relevo

⁸ Esses dois teóricos em particular, Assandri um autor italiano do início do seiscentos, e Frigerio em seu tratado de 1629, são lembrados pela autora como tratadistas que abordaram, de modo particularizado, a temática do governo da casa, e neste sentido, de todos os elementos com os quais o pai ou *paterfamilia* deveria estar atento, afinal a casa era a sua área de atuação mais direta.

central na cultura política de Antigo Regime. Se por um lado, a *iurisdictio*, correspondia, à noção de um governo justo quanto às formas de exercício de poder, por outro ela limitava os aspectos da vida social sobre os quais a autoridade pública era chamada a intervir (FRIGO, 1991, p. 55-56).

Fazendo referência a outro tratadista, Antoine de Montchrestien (1575/1621), Frigo salienta que a disciplina enunciada por Montchrestien, no plano da ciência econômica setecentista, configura antes a ciência da *police* e a cameralística alemã: delegando, enfim, ao príncipe um papel ativo, baseado no modelo do pai de família, não só a tutela e a gestão dos bens materiais e as riquezas, como também em todos os aspectos da vida civil até então compreendidos nas prerrogativas do *pater familias*, o que denota claramente um alargamento das funções régias. Ora, quando voltamos nosso olhar para a ciência de polícia e a *administratio* por (e com) ela trazida, verificamos uma atuação do poder central extremamente reguladora e interventora, em relação ao meio social e também ao urbano. Tal atuação começou a ser tecida por autores como Montchrestien, que tendiam a perceber e defender uma abordagem mais autônoma por parte do monarca, podendo (e devendo) este último intervir em espaços onde tradicionalmente ele não possuía poder, como o espaço da casa do senhor por exemplo.

Interessante pontuarmos, que assim como acontece em relação a tantas doutrinas dos séculos XVII e XVIII, a extensão, para além da *iurisdictio* das prerrogativas e dos poderes do príncipe, permanecem vinculadas a um imperativo ético, agora constituído pelo bem-estar e pela felicidade dos súditos (FRIGO, 1991, p. 59).

A definição de uma administração pública como sendo tarefa do príncipe junto de seus tradicionais domínios de exercer a justiça e a paz, e a individualização de técnicas e processos de gestão pública cada vez mais distintos dos procedimentos jurisdicionais, manifestando-se quando a ideia de utilidade pública se conota, diferentemente do “bem comum” até então vigente. Segundo Frigo a ruptura do modelo aristotélico vai além do simples reajustamento disciplinar assumindo o sentido de uma recepção da utilidade econômica no âmbito da casa e como finalidade última do *potestas publica* (FRIGO, 1991, p. 60).

Progressivamente o olhar dos juristas e políticos voltam-se para as zonas “francas” (de “francesas”), e aqui nos referimos a trabalhos como os de Montchrestien, e seus contrerâneos no que tange a debates como: a riqueza financeira, os tráficos mercantis, os interesses do Estado, o poder desvinculado de quaisquer limites. Num primeiro momento juristas e políticos se esforçaram por compreender estas manifestações à luz do sistema ético

aristotélico: daqui, entre outros, a doutrina da “razão de Estado” e a teoria do “bem comum” que estará na base do cameralismo e da reflexão política Setecentista (FRIGO, 1991, p. 61).

O que se verifica é uma razão de Estado, numa constante tentativa de ligar a alguma *ratio* (razão) os modos de exercício do poder que se estavam a afirmar nas experiências políticas Quinhentistas, propondo o reconhecimento de um *ius* político e eminente, o conceito de “bem comum”, agora já não identificado somente com a ordem e a justiça, mas definido em termos de “felicidade pública”, subordinará à atividade paternal e ativa do príncipe.

O governo da casa ou governo “econômico” servirá de mote – e aqui entendemos que ele é um dos motes, não o único – ao desenvolvimento da “ciência de polícia”, produzindo uma espécie de deslocamento do governo da economia (da família) para a dimensão política (Estado). Em outras palavras, ter um controle, e antes de mais nada um conhecimento pormenorizado sobre os habitantes, as riquezas do reino, os comportamentos coletivos, da mesma forma, ou tentando se aproximar do controle e vigilância que o (bom) pai de família tem em relação a sua casa e seus parentes, cuidando do seu bem-estar, aumentando suas riquezas, promovendo os nascimentos e a prevenção de doenças.

Como asseverado por José Subtil, tratamos de um cuidado que cobria várias “coisas”, afinal, se tratavam de elementos como as riquezas naturais do território, o clima, os recursos, os hábitos e os costumes, os problemas da fome, as formas de agir e sentir dos súditos, os surtos de epidemia e a devastação da mortalidade endêmica. Assim como na literatura muito usada durante a era moderna, no que tange à ideia de governar, usa-se a metáfora do navio, isto é, governar a nau é o mesmo que se ocupar dos marinheiros, da carga, da embarcação, dos ventos, das tempestades, dos recifes, com o objetivo de chegar a bom porto com uma viagem tranquila (SUBTIL, 2013, p. 259).

Esse trânsito de poderes foi permitindo que o príncipe pudesse, enquanto pessoa privada e particular estender o governo da “economia”, pautado no modelo familiar, ao interior da Corte, entendida como casa povoada de familiares e “afilhamentos”, se utilizando do exercício da “graça e das mercês” para o pagamento dos serviços que lhe prestavam (HESPANHA, 1993, p. 151-176).

Com todos esses elementos coadunados se configurou a ciência de *police* francesa, e o *cameralismo* alemão, que cediam um papel cada vez mais ativo e interventivo ao príncipe, indo muito para além da *iurisdictio*, um poder pautado num novo imperativo ético, não vinculado tão somente à virtude da justiça, mas igualmente no dever por zelar pelo bem-estar e a felicidade dos súditos.

Por outro lado, pontuamos o fato de que o governo econômico, não foi o único elemento fundante na estruturação da ciência de polícia. Como já apontado em momentos iniciais do presente tópico, são vários os pontos que teriam ajudado a forjar o modelo da *police*, entre eles sem dúvidas, a economia, mas também o pastorado, assim como a existência da *police* nas legislações medievais urbanas, bem como a própria linha mercantilista de pensamento. Para além das que já citamos, importante lembrarmos aqui um outro “mote” que teria colaborado para o desenvolvimento do modelo governativo e paradigmático da *police*, é ele o direito comum.

O *ius commune* como elemento agregador da *police*

O direito comum (*ius commune*) introduziu variações na administração da justiça, quer sejam o da administração dos bens, da conservação da saúde, o comércio de mercadorias e o tráfico, em outras palavras, o *ius commune* concedia ao príncipe não só o poder para manter a ordem, mas também o exercício de um saber prático que teria por sua vez, condições de produzir riqueza, o bem-estar dos súditos, assim como sua felicidade, desde que, claro, sujeito às necessidades dos corpos sociais e respeitando o status de cada um (SUBTIL, 2013, p. 261).

Segundo Subtil, mesmo que a doutrina jurídica colocasse limites à atuação monárquica, com o objetivo de impedir um descontrole da ordem natural das coisas, e a exorbitância da *potestas* régia, os juristas foram “amaciando essas limitações em nome do ‘interesse comum’ e da ‘razão de Estado’, num reconhecimento misto e paradoxal entre a ordem e a justiça, por um lado, e a ‘felicidade pública’, por outro, entre a *iurisdictio* e a *administrativo*” (SUBTIL, 2013, p. 261). De todo modo assistimos à transição de uma dinâmica inicial fundada no modelo jurisdicional, pautada pela garantia da soberania do príncipe, bem como preocupada em obrigar os súditos a seguirem as leis, a exercerem os cargos e ofícios régios, para uma outra lógica, sendo esta segunda enraizada num novo paradigma, mais racional, onde se defende a intervenção monárquica em espaços onde tradicionalmente lhe fora vedada a “entrada”, e onde ele deve conseguir uma pluralidade de objetivos práticos, como a produção de mais riquezas, aumentar os meios de subsistência, multiplicar a população etc.

É evidente que o debate dos juristas sofre um deslocamento no sentido de não mais se pautar por questões como a soberania exercida pelo rei, ou em como mantê-la, mas pelo contrário, em termos de pensar a governabilidade, como a mesma se exercerá, sobre que moldes, afinal o que estava em jogo era a preservação da “utilidade pública”, do “interesse

comum”, e principalmente o alcance efetivo da “felicidade geral dos povos”. É para responder, ou tentar traçar uma metodologia sobre a melhor forma de governar, que assistimos a emergência de uma densa literatura de época. Em cada monarquia determinados teóricos despontavam falando sobre a *police*, sua definição, entre outras questões relativas à mesma. Um dos mais famosos, e conhecidos pela tratadística de *police*, pela envergadura de seu trabalho foi Nicolas Delamare,⁹ além é claro de nomes como o do alemão Johann Heinrich Gottlob von Justi, entre outros.¹⁰

O *Traité de la Police* de Nicolas Delamare

Nicolas Delamare segue sendo um importante nome, por ter concebido uma obra de referência, um monumental e incompleto *Traite de la Police*,¹¹ (1ª edição de 1705-1710, e a 2ª data de 1719) o autor havia começado a escrever em finais do século XVII, sendo repetidamente editado desde os primeiros anos do século seguinte.¹² Tendo consciência do modo inovador com o qual abordava sua obra, Delamare assinalava a inexistência de outros elementos equiparáveis em objeto e conteúdo Delamare percebia uma estreita vinculação entre a polícia e o campo do direito público. Era a etimologia grega a que oferecia o

⁹ Nicolas Delamare nasceu em Noisy-le-Grand em 23 de junho de 1639, e morreu em Paris em 25 de agosto de 1723, foi um comissário de polícia francês. Delamare escreveu um dos tratados jurídicos mais influentes do período francês, *La Traité de la Police*, publicado em quatro volumes entre 1705 e 1738. Com sua rigorosa exploração dos arquivos de Paris, a obra monumental de Delamare, composta por mais de setecentos fólios decorados com ilustrações intrincadas, mapas e anotações detalhadas, estabeleceu toda a ordenança, sentença e regulamento sobre a polícia e a ordem pública da cidade, desde a Antiguidade até o dia presente de Delamare (século XVIII). Em sua ampla pesquisa sobre os papéis e funções necessárias, a Polícia assumiu em regular a vida social, política, religiosa e econômica dos habitantes da cidade desde tempos imemoriais. Delamare não pretendia que seu trabalho fosse um simples ponto de referência para os magistrados parisienses. Fonte: <https://www2.warwick.ac.uk>

¹⁰ E aqui gostaríamos de destacar nomes, provavelmente não tão conhecidos, como os de Valentim de Foronda e Tomás Valeríola, ambos valencianos, e que trataram a polícia, ou as suas responsabilidades. Além deles, é preciso asseverar que possivelmente, como pontuado por José Subtil, poderíamos considerar teóricos, como António Nunes Ribeiro Sanches, médico português, e que teve sua carreira médica formulada em Portugal. Certamente, vários foram os nomes, mas sem dúvidas, Delamare e Von Justi são os nomes mais conhecidos no que tange à essa questão.

¹¹ Quando nos referimos ao fato de ser uma obra monumental é preciso referendar o fato de que tal obra, publicada em duas edições, era deveras detalhada, em relação aos conteúdos que a *police* deveria executar. O grau de especificidade era tamanho, que o autor detalhou os assuntos de polícia em cerca de 11 a 13 rubricas, ou tópicos em que esmiuçava quais os encargos da *police*. Sabemos que Foucault sintetizou as rubricas de Delamare em três grandes blocos, ou regulamentações, são eles: o domínio econômico, que envolveria a circulação de mercadorias, e a geração da riqueza; o domínio da saúde pública, segundo o qual todas as questões que envolvessem saúde e salubridade eram aqui previstas; e um terceiro campo que abordava a defesa dos costumes, e da moral, bem como o combate a “vadiagem”, a “vagabundagem” e a ociosidade..

¹² Além da pequena biografia esboçada sobre Delamare acima, cabe lembrar a seguinte questão pontuado pelo autor José Subtil: “Delamare era Conseiller-Commissaire du Roy au Châtelet de Paris quando o tratado foi editado pela segunda vez em Paris (1719) pela Casa Michel Brunet. Inclui a história do estabelecimento da *police*, funções e prerrogativas dos seus funcionários, regulamentos, descrição histórica e topográfica de Paris, estatutos dos comerciantes e de todas as comunidades de Arts & Métiers. Nesta imensa obra, o livro V, por exemplo, sobre os viveres é um autêntico manual de medicina, guia culinário, farmacêutico e de cuidados primários de saúde”. Ver: (SUBTIL, 2011, p. 163).

argumento mais objetivo: “Los griegos llamaron policía al derecho público: querían hacer ver com ello que la ejecución de las leyes de derecho público y la conservación de la sociedad civil eran cuestiones inseparables” (VALLEJO, 2008, p. 124).

Na obra de Delamare o objetivo último da polícia consistia em encaminhar o homem a mais absoluta felicidade que pudesse desfrutar nesta vida, tal felicidade estaria condicionada a três classes de bem: os da alma, do corpo, e os da fortuna. Afinal, a carência de bens da alma lança o espírito do homem às trevas; a ausência dos bens do corpo teria como consequência o abandono do homem a prostração e ao sofrimento; e se por outro lado faltam os bens materiais, ou as fortunas, o homem não poderá disfrutar da verdadeira tranquilidade (VALLEJO, 2008, p. 127).

A *Polizeiwissenschaft*, embora pensada inicialmente no contexto alemão, se propagou para muito além dos territórios germânicos, se difundindo por outras regiões da Europa, e desenvolvendo toda uma bibliografia sobre a polícia, em formas de conselhos ao governante. A partir dessa ciência da polícia, vê-se, com considerável frequência, um volume maior de tratados, ensaios e manuais direcionados não apenas ao governante, como também aos administradores do reino, com vias a se pensar em um “roteiro” ideal a ser seguido, dentro do que se considerava a boa prática governativa.

A partir da noção instituída pela *Polizeiwissenschaft*, e da bibliografia que é instaurada por esse conceito, verifica-se toda uma espécie de “metodologia” constituída pelos tratados e manuais de *police*. Neste sentido, é importante salientarmos que a ciência de polícia enquanto nova arte de governar, deve pensar e “calcular” suas ações de modo premeditado, isso envolveria uma fórmula, isto é, uma maneira racionalizada de governar. Não basta apenas governar, de qualquer modo, o intuito passa a ser o de racionalizar todas (ou a grande maioria) das ações e medidas tomadas em relação à população e ao território. E para que tal intento se concretize, faz-se de suma necessidade pensar a administração e a governabilidade de modo racional, amparando-se em métodos e dispositivos, alcançando um fim minimamente desejado para cada situação. Podemos pensar que a literatura de época engendrava metodologias específicas sobre como governar cada área em particular.

Faz-se necessário também, pontuarmos a intrínseca relação existente entre a *governamentalidade* e o efetivo exercício das “polícias”. Em outras palavras, para que haja o processo de governamentalização do Estado, torna-se de cabal importância a execução dos diversos dispositivos de polícia, que aqui podemos entender como as variadas temáticas, que embora distintas entre si, perpassavam de forma pontual as vivências humanas, moldando comportamentos e práticas. Portanto, a *governamentalização* se consolidava, na medida em

que tais “dispositivos”, ou disciplinas são postos em prática, e nesse caso, pelas esferas governativas.

Um dos movimentos importantes a se fazer, e nesse sentido a ciência de polícia traz à tona tal questão, é perceber como teria havido a transição de uma cultura de si, pautada por um comportamento aristotélico do “cuidado de si”, para uma ocupação moral por excelência. A mudança de neologismo quando verificamos, num primeiro momento as famílias, os clãs, os súditos, para o que passa a ser designado *população*, é nesse caso de extrema importância.

Conclusões

A população emerge como elemento a sofrer intervenção, como objeto maior de interesse do Estado, e com o qual este último deve se preocupar. Efetuar, em outras palavras, o governo de cada um, pois cada um dos membros dessa população importa; e ao mesmo tempo, consolida o governo do todo. Em outras palavras, estamos a falar de um governo voltado à população, e *governamentalizador* de cada um e do todo, enquanto coletivo. Partindo de tal lógica, os assuntos de polícia, com sua variada gama de objetos, ganham centralidade e relevância, na medida em que se direciona à população, regulamentando-a, enquadrando-a em normas consideradas ideais.¹³ É no momento em que a população, constituída por cada um dos sujeitos, homens e mulheres, emerge como elemento central do Estado, é que a *police* ganha sentido renovado e mais abrangente,¹⁴ em relação ao que tivera outrora.

De todo modo a historiografia consagrou o século XVIII, como o momento onde paradigmaticamente tal modelo, teria efetivamente se assentado. Aqui nos referimos ao estabelecimento de um quadro racional a moldar as ações governativas. Em relação ao debate historiográfico sobre o tema é importante pontuarmos que a historiografia brasileira pouco se debruçou sobre a “ciência de polícia” ou o “governo de polícia”, assim como muito pouco se fala sobre o *cameralismo*,¹⁵ como uma das doutrinas a influenciar fortemente a *police* e seus postulados. Tanto os debates sobre a *police* e o *cameralismo* são discussões ainda deficientes na historiografia brasileira, diferentemente da historiografia ibérica, em particular a portuguesa com produções como a de José Subtil em “O Estado como Estado de Polícia”, “O

¹³ Quando nos referimos aos enquadramentos “ideais”, é preciso enfatizar que esse ideal era concernente ao que determinados grupos – na sua maioria homens ligados à ciência – entendiam como tal. Eles determinavam os postulados de “certo” e “errado”, e buscavam aplicar no meio social, com o apoio das autoridades governativas.

¹⁴ E aqui nos referimos ao sentido que a *police* tivera em outros períodos, como o que tinha no contexto tardo medieval, já asseverado nesse primeiro tópico quando falávamos dos estudos de Gonzales Alonso, e a *police* medieval, presente nas legislações urbanas.

¹⁵ Em relação ao debate específico sobre cameralismo, bibliograficamente falando encontramos um número maior de referências vindas do direito, ver: (SEELAENDER, 2011).

Terremoto Político”, “Actores, Territórios e Redes de Poder”, “O Desembargo do Paço (1750-1833)”, Fernando Catroga em “A Geografia dos Afectos Pátrios”, Laurinda Abreu “Um sistema antigo num regime novo”; no caso espanhol em autores como Jesus Vallejo “La Concepción de la Policia”, Gonzales Alonso, e o próprio Michel Foucault, este último abordando a *police* de modo contundente e aprofundado, ainda que lhe caiba uma certa dose generalizante.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**, editora: Graal, 1999 (1ª edição 1979).

_____. **Segurança, Território e População. Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Martins Fonseca, São Paulo, 2008.

FRIGO, Daniela. “**Disciplina Rei Familiariae**”: a Economia como Modelo Administrativo de Ancien Régime. In: Penélope, Fazer e Desfazer a história. Diretor: A. M. Hespanha, Edições COSMOS, 1991.

HESPANHA, António Manuel. **La economía de la gracia. La gracia del Derecho, Economía de la Cultura em la Edad Moderna**. Madrid: Centro de Estudios Cosntitucionales, 1993.

_____. **Représentation dogmatique et projects de pouvoir. Les outils conceptuels des juristes du ius commune dans le domaine de l’administrartion**. Ed. Vittorio Klostermann, 1984.

LEGENDRE, Pierre. **La royauté du droit administratif**. Revue Historique de Droit Français et Etranger. Paris: Sirey, 1974, p. 696-733.

SEELAENDER, Airton Cerqueira-Leite. “**Economia civil**” e “**polícia**” no ensino do “**direito pátrio**” em Coimbra: notas sobre as “**prelecções**” de Ricardo Raymundo Nogueira. Dossiê: Linguagens Políticas e História dos Conceitos: Propostas e Aplicações. Tempo 17 (31), 2011.

SUBTIL, José. **Actores, Territórios e Redes de Poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo**. Biblioteca de História do Direito, coordenada por Ricardo Marcelo Fonseca, editora: Juruá, 2013.

VALLEJO, Jesus. **Concepción de la policía. In: La jurisdiccion contencioso-administrativa en Espana, una historia de sus origenes**. Cuadernos de Derecho Judicial, VII, 2008.

Escrever para fugir da morte: a trajetória literária de Evandro Affonso Ferreira e as sensibilidades do tempo presente

Writing to escape death: the literary trajectory of Evandro Affonso Ferreira and the sensibilities of the present time

Juliano Lima Schualtz,¹ UEPG

Resumo

Este artigo pretende problematizar o escritor brasileiro contemporâneo Evandro Affonso Ferreira (1945-). Em dois momentos, primeiramente a sua trajetória inicial, chamada a *vida palavra* e o papel da escrita. Posteriormente, a sua segunda fase de produção literária, nomeada de *morte homem* compoendo a sua *trilogia do desespero*. Constituída pelos livros; *Minha mãe se matou sem dizer adeus* (2010), *O mendigo que sabia de cor os adágios de Erasmo de Rotterdam* (2012) e *Os piores dias de minha vida foram todos* (2014). Analisarei nos três romances as sensibilidades do tempo presente, especificamente o luto, a morte e a precariedade. Para tanto, farei uma investigação de corte interdisciplinar.

Palavras-chave: Evandro Affonso Ferreira; Literatura Brasileira Contemporânea; História; Sensibilidades; Tempo Presente.

Abstract

This article intends to problematize the contemporary Brazilian writer Evandro Affonso Ferreira (1945-). In two moments, firstly his initial trajectory, called the word life and the role of writing. Later on, his second phase of literary production, named man-death, composed his trilogy of despair. Consisting of the books; *My mother killed herself without saying goodbye* (2010), *The beggar who knew by heart the adages of Erasmus of Rotterdam* (2012) and *The worst days of my life were all* (2014). I will analyze in all three novels the sensibilities of the present time, specifically mourning, death, and precariousness. To this end, I will conduct an interdisciplinary investigation.

Keywords: Evandro Affonso Ferreira; Contemporary Brazilian Literature; History; Sensibilities; Present Time.

Introdução

Abarcar as possibilidades de aproximação entre História e Literatura inscreve um debate longo que remonta a Aristóteles e a sua Poética. Para o filósofo, a História narraria *aquilo que aconteceu* (a intriga verídica) e a Literatura *aquilo que poderia acontecer* (a intriga fictícia). Com a *linguistic turn* no século XX, movimento que priorizou a linguagem para a compreensão da realidade. O pós-estruturalismo no cenário Francês colocou outros agenciamentos para compreender a História e a Literatura na perspectiva da diferença. Na década de 1990, a História Cultural e Social se apropriaram do campo literário para historicizar as representações na produção do imaginário social. Porém, quando se fala em

¹ Graduando do curso de licenciatura na História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

ficção contemporânea brasileira, parece haver uma lacuna nos estudos por parte dos/a historiadores/a e no próprio imaginário historiográfico contemporâneo.

Portanto, no decorrer do artigo buscarei analisar a literatura brasileira contemporânea, esse território contestado (DELCASTAGNÈ, 2013), e suas possíveis relações com a História. A conceitualização da literatura brasileira contemporânea enquanto um território contestado coloca uma problemática no campo dos estudos literários: como pensar a emergência de uma literatura que subleva as formas e descentraliza os conteúdos? A emersão de novos atores sociais no discurso literário, os quais não estão apenas na cena do texto, mas produzem o texto no interior de contextos variados, trazendo a lume novos temas e problemas.

E como pensar esse território contestado na esteira da História? Sendo assim, farei um diálogo tomando como eixo a produção literária do escritor Evandro Affonso Ferreira (1945 -). Inicialmente, vou problematizar a trajetória do autor, em sua primeira fase, chamada de *a vida da palavra*², procurando investigar o seu processo de escrita, tecendo através de entrevistas com o escritor em jornais, matérias e artigos sobre sua produção literária. Priorizando um conjunto de fontes com a finalidade de reconstruir brevemente a experiência do autor em seu início de carreira, a sua relação com a escrita e a rede intelectual que teve início em seus sebos. Ressalto que nesse primeiro momento não será realizada uma leitura exegética da sua produção literária primeva.

Posteriormente, será abordada a sua segunda fase autointitulada de *morte do homem* desenvolvida na *trilogia do desespero*, composta pelos seguintes livros; *Minha mãe se matou sem dizer adeus* (2010), ganhador do prêmio APCA, *O mendigo que sabia de cor os adágios de Erasmo de Rotterdam* (2012), vencedor do Jabuti na categoria melhor romance, e *Os piores dias de minha vida foram todos* (2014), visando investigar as sensibilidades do tempo presente. Nesse momento, problematizarei a trilogia para vasculhar as sensibilidades contemporâneas como o luto, a morte e a precariedade. Para isso, vou percorrer os elementos que a trilogia possui em comum, em linhas gerais, temáticas negativas da condição humana.³

² Com fins didáticos, uma diferenciação possível entre as fases (*vida da palavra* e *morte do homem*) pode ser pensada no agenciamento forma-conteúdo. Na primeira fase vê-se uma sobreposição da forma em detrimento do conteúdo, na segunda fase se tem o fenômeno inverso. Aprofundarei melhor na primeira parte do artigo.

³ Para o teórico da literatura Jaime Ginzburg, um dos elementos formativos da narrativa faccional brasileira contemporânea está justamente na partilha de temas negativos, como o trauma, a morte, o luto, o desterro, o assombro, etc, a literatura faz com que “[...] a negatividade se manifeste, e que as ausências, as ruínas, os mortos e as dores possam nos observar e falar [...]”, (GINZBURG, 2012, p. 219), denunciando as injustiças da dita memória oficial e fazendo falar suas ausências e injustiças, no passado e no tempo presente. Consistindo tanto em uma possibilidade crítica do passado quanto do presente que está constantemente soterrado pelos acontecimentos do passado recente.

Ainda, sobre a produção acadêmica em relação à obra do Evandro Affonso Ferreira, é de suma importância pontuar dois; uma dissertação, intitulada *Evandro Affonso Ferreira: vidas desengaçadas e o arquivo debilitado* (2008), de Júlia Studart, que se ocupou da primeira fase do escritor. O segundo, uma tese, intitulada *Como se livrar do trauma da existência: o vazio, a morte e o limbo na trilogia de Evandro Affonso Ferreira* (2017), de Alita Tortello Caiuby, que se ocupou da segunda fase do escritor. Ambos os trabalhos abordam a produção do escritor na perspectiva dos estudos literários. Por fim, enfatizo o pioneirismo em abordá-la a partir do “olhar do historiador”.

O escritor infartado e a possibilidade da vida com a palavra

De jeito nenhum. Escrevo para não me matar. Relaciono-me com a literatura da mesma forma que me relaciono com Deus: não acredito, mas vez em quando rezo.

Evandro Affonso Ferreira, em entrevista à Revista Amálgama.

Foi depois dos 50 anos, após um infarto e com o coração remendado com pontes de safena, que o escritor Evandro Affonso Ferreira (1945 -),⁴ mineiro de Araxá e radicado em São Paulo, iniciou seu enfrentamento da existência lastreando em canetas e moleskines uma literatura sintomática do contemporâneo. O autor relata em uma entrevista para o *SescTv*;⁵ “[...] E em um belo dia, eu sofri um infarto e fui pra UTI, e pensei: se eu sair dessa eu vou escrever. E sai, e comecei a escrever [...]”. Podemos concordar com o filósofo Gilles Deleuze ao escrever “A literatura é uma saúde” (DELEUZE, 2011, p. 9).

Comumente, sua produção literária divide-se em duas fases: a *vida da palavra* e a *morte do homem*. Essa divisão foi realizada pelo próprio escritor⁶ durante sua trajetória visando diferenciar suas preocupações no ofício literário. A primeira fase supõe uma maior preponderância da forma sobre o conteúdo. Na segunda fase, há um maior desenvolvimento da história e uma preocupação com o social, o teor narrativo ganha mais corpo, embora não tenha uma supressão radical da forma, o conteúdo sobrepõe-se.

⁴ Antes de adentrar no mundo literário, o escritor trabalhava no ofício de redator publicitário, inclusive, ajudando em semanários famosos como *O Pasquim*.

⁵ Evandro Affonso Ferreira no programa *Super Libris*, em 16/04/2016.

⁶ A linha divisória na produção literária é do próprio escritor.

Relativa à primeira fase, encontramos os livros; *Grogotó!*⁷ — saiu pela Editora Topbooks (2000), sendo reeditado em 2007 pela Editora 34. *Arãa* — saiu pela Editora Hedra (2002) foi finalista do Prêmio Portugal Telecom (2004). *Erefuê* — lançado pela Editora 34 (2004). *Zaratepô* — publicado pela Editora 34 (2005). Por fim, *Catrâmbias* — também lançado pela Editora 34 (2006). Fase marcada com a sonoridade narrativa e a composição de um léxico singular, tendo criado “Um dicionário com três mil palavras sonoras”.⁸ Conforme Studart,

Este dicionário cresce a cada livro e já está com mais de duas mil palavras sonoras que são, quase sempre, palavras esquecidas, retiradas de um uso popular, da fala mais ordinária e que ganham sentido quase sempre desviante. (STUDART, 2008, p. 12).

Em entrevista para o jornal Suplemento Pernambuco, em 4 de setembro, de 2017, a dimensão sonora da sua escrita é lembrada,

A causa determinante, a raiz disso tudo, foi o autodidatismo, digamos assim. Não sabendo pontuar direito, comecei a lançar mão do ponto e vírgula a todo instante. Não contente, cataloguei uma infinidade de palavras sonoras, caídas em desuso, as tais estrabulegas e catrâmbias e zoropitós. Não contente, querendo ser o Paulinho da Viola da literatura, musiquei de vez o meu texto com rimas internas, aliteraões. Acho que foi isso. Não sei explicar direito. O trabalho é árduo, exaustivo, as coisas literárias são dificultosas, lentas. (FERREIRA, 2017).

Vê-se, após tantos anos, o escritor recordando das palavras titulares em suas obras mencionadas acima; *Grogotó!*, quer dizer “Acabou-se, adeus!” *Arãa*, em tupi, significa “saudade”. *Erefuê*, palavra da Umbanda, significa “fluido negativo”. *Zaratepô* é uma exclamação “ao Deus sol”. *Catrâmbias* assemelha-se com “hora bolas”. Interessante notar na entrevista a dimensão dada ao autodidatismo enquanto ponto indiciário da sua vontade de catalogar e colecionar palavras mumificadas para revivê-las⁹ ritmicamente e matematicamente no texto. O filósofo Giorgio Agamben ao definir a figura do escritor de modo geral, nos diz: “Escrever significa: contemplar a língua, e quem não vê e não ama sua língua, quem não sabe soletrar sua tênue elegia nem perceber seu hino flébil, não é escritor”. (AGAMBEN, 2018, p. 34).

⁷ Vale ressaltar que o autor lançou um livro chamado “Bombos recheados de cicuta”, em 1996, por uma pequena editora, antes de emplacar com “Grogotó!”, porém, foi o filho renegado do escritor. Trechos do livro podem ser lidos no site: <http://revistaponto.com.br/colunas/bombons/bombons-recheados-de-cicuta-no03/>

⁸ Evandro Affonso Ferreira em entrevista ao Programa Leituras da TV Senado, 26/06/2015.

⁹ O próprio escritor recorda que foi batizado de “Vivificador de palavras” por Millôr Fernandes.

Evandro Affonso Ferreira, nessa primeira fase, preocupou-se com a feitura de uma forma literária singular. Conforme citado acima, para Agamben, o escritor contempla sua língua e, também, o escritor é um traidor da sua língua, ele inventa uma escrita. Podemos notar esse fenômeno em uma fala do escritor ao se autodefinir em sua primeira fase como “Um Finnegans tupiniquim”,¹⁰ a referência ao livro experimentalista *Finnegans Wake*, de James Joyce, demonstra seu investimento em uma empreitada lexical própria na confecção da sua obra.

Empreitada lexical¹¹ que encontra outro fator correspondente no seu processo de dissecação das palavras envelhecidas da língua portuguesa, do tupi-guarani e de algumas línguas africanas para compor seu “romance léxico” (STUDART, 2008, p. 12). Essa arqueologia estilística das palavras foi construída durante sua experiência como leitor fervoroso e dono de sebos.¹² Antes de adentrar o ofício de escritor, chefiou dois sebos; *Sagarana*¹³ e *Avalovara*,¹⁴ ao que tudo indica nas entrevistas, a criação dos sebos ocorreu durante um período precário em sua vida, como tinha muitos livros e ganhou outros. Primeiramente, resolveu vendê-los, não obteve sucesso, a investida final foi criar o próprio sebo a partir da sua biblioteca com três mil livros. Ambos os sebos tiveram uma vida curta de três anos, o escritor costuma brincar que “faliram por excesso de qualidade”.¹⁵ Sobre o sebo *Sagarana*, o escritor comenta,

Nessa época havia criado o *Sagarana* — sebo que ficava no bairro de Pinheiros, em São Paulo. Livraria minúscula, mas o acervo era de muita qualidade literária. Sempre soube que uma pedra grande não cai mais depressa que uma pedra pequena. Um belo dia entrou nele o querido Marcelino Freire. Conversa vai, conversa vem, decidimos montar um grupo de escritores. Bate-papo todo sábado das 4 às 6 da tarde. Local? Livraria da Editora Hedra — Vila Madalena. Sei que a coisa foi crescendo de tal maneira que um escritor convidado ia convidando outro para o sábado seguinte. Conclusão: em menos de um ano o grupo era formado por mais de vinte escritores. Todos hoje muito conhecidos da mídia, (FERREIRA, 2020).

Marcelino Freire, Ruy Castro, Marçal Aquino, Marcelo Mirisola, Luiz Roberto Guedes, Luiz Ruffato, José Paulo Paes e Roberto Schwarz, foram figuras que visitavam o sebo e trocavam uma linha de prosa com o livreiro. Não demorou para ser iniciada com

¹⁰ Depoimento de Evandro Affonso Ferreira na “Casa das Rosas — Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura”, gravada em 2013 e disponibilizada no *Youtube* em 25/11/2015.

¹¹ Saliento que essa empreitada léxica não aparece apenas em seus livros, mas nas próprias entrevistas escritas com o escritor durante essa primeira fase.

¹² Na época os sebos ficavam localizados em Pinheiros (SP).

¹³ Referência ao livro homônimo de Guimarães Rosa.

¹⁴ Referência ao livro homônimo do escritor Osmar Lins.

¹⁵ Entrevista ao *Jornal da Gazeta*, 06/10/2017.

Evandro Affonso Ferreira e Marcelino Freire o que ficaria conhecido na história da literatura brasileira contemporânea sob o nome “*Geração 90*”.¹⁶ na expressão de Nelson Oliveira. Em suas palavras,

Outra convergência importante em minha vida literária: o encontro com Marcelino Freire & Evandro Affonso Ferreira, num cruzamento qualquer do ano 2000. Os dois organizavam reuniões literárias no Fran’s Café da rua Fradique Coutinho, 1.139, e convidaram Marcelo Mirisola pra conversar com a galera. Eu não conhecia pessoalmente o Marcelo, mas conhecia seu livro de estreia, de contos, e escrevera o texto das orelhas de sua segunda coletânea, *O herói devolvido*. (OLIVEIRA, 2020).

Para além, é notável a importância dessa experiência, em uma coluna sobre o escritor, na Folha de São Paulo, em 2000, com o título “*Minicontos arrancam escritor do fundo do sebo*”, sua trajetória como livreiro é pontuada,

Evandro foi redator publicitário por 20 anos. Às tantas, largou os anúncios para montar o sebo com os 3.000 livros que tinha em casa. No Sagarana ele é o dono, o vendedor, o faxineiro.

"Vivo o livro. Se não estou vendendo livro, estou comprando livro. Quando não, estou lendo ou escrevendo livro", conta. Hoje é um grande dia para Evandro. A partir das 19h, ele estará, pela primeira vez, autografando livro.

Aos 55 anos, ele lança hoje "Grogotó!" (editora Topbooks), pequeno volume com 73 contos realmente pequenos, alguns com menos de 30 palavras. "Tenho ejaculação precoce literária. Quando escrevo mais de duas laudas, me sinto como se tivesse feito "Guerra e Paz", diz, em referência ao volumoso romance de Tolstói. (MACHADO, 2000).

Ainda, em 2000, no mesmo jornal, em uma coluna do escritor Moacyr Scliar, nomeada “*O Fascínio da Síntese*”, sobre o processo criativo do conto, o nome do Evandro aparece,

Na mesma linha está "Grogotó!", obra de estreia de Evandro Affonso Ferreira. Nascido em Araxá (1945), Evandro é livreiro em São Paulo e é, vê-se desde logo, daqueles livreiros que lêem todos os livros de sua livraria.

Seus contos, muito curtos -raros são aqueles que ultrapassam meia página- primam pelo refinamento, pela precisão da linguagem. É possível definir duas influências, ou pelo menos duas afinidades em seu trabalho: com Dalton Trevisan e com Guimarães Rosa. (SCLIAR, 2000).

Grogotó!, como acentuado, quer dizer; “Acabou-se: adeus”, foi a canetada inicial. Livro de minicontos, apadrinhado pelo poeta e crítico literário José Paulo Paes,¹⁷ foi a entrada

¹⁶A *Geração 90* é conhecida por alguns fatores, entre eles: a transgressão da forma e a partilha de temas comuns, narrativas de sujeitos excluídos, experiências desoladoras e uma crítica ao sistema político. Lembremos que durante a década de 1990 está ocorrendo a neoliberalização do país.

do escritor no rol literário. Para além da experiência de livreiro, sua compulsão em relação ao verbo está relacionada com sua linhagem literária, o escritor ressalta que se inspira em escritores que *escrevem bonito*, como Guimarães Rosa, Hilda Hilst, Bruno Schulz, Cornélio Pena, Kafka, e tantos outros.

A experiência da morte, o gosto pela literatura, o desejo de escrever, o ofício de livreiro e a rede de literários o qual fez parte, são elementos que atuaram conjuntamente no engajamento do escritor com o processo de escrita. *A vida da palavra* parece ambígua, por um lado, está relacionada com a própria promessa do autor em escrever se saísse vivo após o infarto, a palavra como complemento vital. Por outro lado, a forma criada em seus livros da primeira fase carrega a vivacidade das palavras.

A morte do homem e as sensibilidades do tempo presente

Nos três livros formativos da segunda fase literária do escritor; *Minha mãe se matou sem dizer adeus* (2010), *O mendigo que sabia de cor os adágios de Erasmo de Rotterdam* (2012) e *Os piores dias de minha vida foram todos* (2014), seguem-se narrativas em primeira pessoa, personagens sem nomes, fluxos de consciência e uma eterna fricção entre passado-presente. Personagens vivendo em colapso (CAIUBY, 2017) compartilhando experiências negativas como o luto, a morte, a precariedade e os limites da vida.

Seja o narrador decrépito, do primeiro livro, sentado em uma *mesa-mirante* de um *Shopping* — ou *templo moderno*¹⁸ — na luta para finalmente terminar um livro “com começo, meio e fim” (FERREIRA, 2010, p. 114). No impasse que conversa telepaticamente com os demais personagens, enquanto as memórias do suicídio da sua mãe e do pai violento colonizam o seu presente, inscrevendo um luto infinito — seu *apocalipse personalizado* — em um passado que não passa e metaforizado na frase: *Domingo. Chove.*

Seja o narrador-mendigo, do segundo livro, em sua espera de dez anos pela amada que foi embora. Vivendo nas ruas da *metrópole apressura*, escrevendo incontáveis “N’s” em todos os cantos da cidade, salvaguardando as lembranças quebradiças da amada, através do seu “ópio grafítico” (FERREIRA, 2014, p. 28). Enquanto cita trechos dos adágios do filósofo Erasmo de Rotterdam, fantasia a chegada da amada para devolver seu *cheiro de alecrim*, resgatando-o da sujeira e do limite da condição humana. Segue-se uma nau dos insensatos individualizada. Os demais mendigos — o *menino borboleta* e a *mulher molusco* — estão

¹⁷ José Paulo Paes escreveu o prefácio de “Grogotó!”. Porém, o prefácio só foi inserido quando o livro passou a ser publicado pela Editora 34.

¹⁸ As palavras em itálico referem-se aos termos extraídos da trilogia para a elaboração narrativa do artigo. O termo “*templo moderno*”, é como o literato descreve o *shopping*.

abaixo do mendigo erudito. Na *metrópole apressurada*, não há tempo para as pessoas à margem.

Por fim, a narradora *moribunda*, do terceiro livro, em seu quarto lânguido de UTI, esperando a morte e totalmente inapta em seu leito, há só uma maneira de tentar viver, por meio da sua imaginação. Imagina-se desfilando nua entre as ruas da *metrópole apressurada*. Observa as vaidades dos transeuntes enquanto suas vaidades estão diluídas. Recorda continuamente dos entes próximos que morreram, especialmente do *amigo escritor*. Desse modo, a imaginação torna-se o modo sublime para adiar a certeza da morte.

Para Caiuby (2017), as personagens da *trilogia* compõem um modo envelhecido de enfrentar os traumas contemporâneos. São personagens abolidos dos circuitos de reconhecimento (BUTLER, 2015). Sendo assim, a morte, o luto e a precariedade compõem sensibilidades contemporâneas. Essas sensibilidades seguem um núcleo comum, a morte sendo cada vez mais individualizada, acaba promovendo uma economia assimétrica da comoção.

No primeiro romance, o personagem-narrador espera a morte em meio a várias pessoas, nesse caso, a morte é muito mais literária, desdobrando-se em uma reflexão sobre o morrer, a função da morte no espaço literário e o direito à morte na literatura (BLANCHOT, 2011; PETRONIO, 2011). O morrer é constantemente adiado pela incerteza do término do seu livro, sendo em simultâneo um testamento caótico-niilista e tábua de salvação, a personagem assume uma densidade testemunhal ao percorrer as memórias da sua vida.

Durante as conversas telepáticas, a dimensão do outro é esgotada, os devaneios do suicídio da mãe operam um vai e vem, mas no interior do *templo moderno* quem está preocupado com a morte? O domingo eterno e a chuva infinita não são representações democráticas, e sim um modo de subjetivação específico da personagem. A figura do *shopping* apresenta uma instituição da alegria, da mercadoria, da segurança e da coletividade. Ou seja, um lugar atípico para o *apocalipse personalizado* vindo sob medida para a personagem. Aliás “Que cada qual cuide das próprias ruínas. Não é por obra do acaso que até os dilúvios são hoje individualizados” (FERREIRA, 2010, p. 70).

No segundo romance, em uma narrativa contínua que se confunde com o próprio fluxo memorialístico-traumático do mendigo, a morte opera uma representação mais política, tomando o espaço público. São as vidas precárias (BUTLER, 2015) perambulando na *metrópole apressurada*, maltrapilhos sem “a condição de ser reconhecido”, (BUTLER, 2015, p. 19), fazendo parte do “grupo dos suicidas graduais vivendo à margem das estatísticas” (FERREIRA, 2012, p. 98), vidas descartáveis na via urbana, pois “A-hã metrópole-

apressurada não tem tempo para acudir aos desvalidos”, (FERREIRA, 2012, p. 42). Os *suicidas graduais* ao ar livre estão inscritos em uma lógica neoliberal e biopolítica¹⁹ de exclusão de certos corpos dos direitos básicos, constituem o “monturo de desvalidos étlicos” (FERREIRA, 2012, p. 115).

Corpos que “Vão se afastando aos poucos do gênero humano. Metade qualquer coisa; outro tanto quase nada. Seres fantasmáticos” (FERREIRA, 2012, p. 35). Embora o mendigo erudito tenazmente espere sua amada por meio do *ópio gráfico*, das lembranças idílicas, figurando um passado congelado contra um presente excludente, ele não está apartado da condição geral dos demais mendigos que são vítimas de políticas higienistas (outra forma da biopolítica): “Às vezes quando vejo caminhão-pipa aproximando-se para nos expulsar outra vez — com sua ducha de água de pressão máxima —, imagino farândola toda sendo vítima fulminante de providencial inseticídio” (FERREIRA, 2010, p. 52).

No último romance, a morte é o início, o meio e o fim, o que há são as cruezas das práticas biopolíticas²⁰ prolongando a vida da enferma para além do corpo quando o mesmo não emite mais nenhum estímulo. Durante as peregrinações imaginárias da personagem virtualizando uma Antígona contemporânea como seu duplo (JUSTINO; AGRA, 2018), nas travessias cartográficas da *metrópole-apressurada*, as memórias dos amigos, familiares e amores, todos mortos, assina o seu contrato com o vazio desesperador da própria morte.

A morte da personagem-narradora em um quarto de UTI é apenas sua, um quarto esterilizado também contra qualquer afeto, o que existe é o olhar clínico do médico e o simples corpo atomizado em seu sentido biológico. O que resta é “[...] ser cremada ao som de Billie Holiday [...]”, (FERREIRA, 2014, p. 127). A análise do historiador Philippe Ariès sobre a morte no Ocidente demonstra-se útil nesse caso, especificamente o lugar da morte durante o século XX, sendo a temporalidade em que a morte torna-se mais institucionalizada, retirada do espaço público e isolada. A personagem-narradora do romance *Os Piores dias de minha vida foram todos*, morre isolada e solitária em um quarto qualquer de UTI, sem identidade e vínculos.

As representações da morte no transcórre dos três romances possuem singularidade. Seja mais no plano da criação literária — o decrépito, da mendicância por livre-arbítrio do

¹⁹ Uso o conceito de biopolítica na esteira de Michel Foucault, para o qual a biopolítica insere um domínio e controle sobre a própria vida dos indivíduos, através das instituições e dispositivos sociais. A biopolítica não serve apenas para preservar e administrar vidas, mas demonstra quais vidas são validadas socialmente “Biopolítica: eu entendi por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...” (FOUCAULT, 2008, p. 431).

²⁰ Termo utilizado pela filósofa Márcia Tiburi.

mendigo que acaba fazendo parte dos demais *suicidas graduais*, ou a experiência mais totalizante da morte no caso da enferma. Porém, são corpos resignados, seja pelo verbo, *ópio gráfico* ou imaginário, são modos de resistência particulares. Ademais, a representação da morte assume uma emergência político-social em uma temporalidade precária (TURIN, 2018), a morte de certos corpos enquanto sensibilidade contemporânea tornou-se um evento comum que se perde no cotidiano da *metrópole-apressurada*.

Passando para o luto na *trilogia* em dois momentos, o primeiro de cunho subjetivo, o segundo desponta uma dimensão social. Para a psicanálise, o luto é uma modalidade da perda, sendo necessário a sua reelaboração para não passar para um estado mais agressivo, ou seja, o estado melancólico.²¹ A melancolia produziria a inércia radicalizada do sujeito na ruptura intragável da falta. Por outro lado, o luto apresenta uma relação com o tempo, tempo esse que se torna congelado e intransponível.

Para Judith Butler, o luto não é apenas imobilidade ou inércia, mas produção, participando da feitura do Eu, colocando-o como objeto em um cálculo contínuo de perdas “não existe Eu sem melancolia” (BUTLER, 2017, p. 179). O sujeito se forma em uma assimilação incessante de ausências em presenças. Sendo assim, a melancolia seria um afeto ambivalente e fundamental para a possibilidade da consciência. Ademais “Na melancolia, o que se perde para a consciência não é só a perda de um outro ou de um ideal, mas também o mundo social em que essa perda se tornou possível” (BUTLER, 2017, p. 189).

No cenário contemporâneo em uma temporalidade precária, o luto é uma sensibilidade política. Ainda com Judith Butler, é preciso pensá-lo em relação ao que é uma vida e quando ela é passível de luto. Segundo a pensadora, todas as vidas são precárias, estão abertas para a contingência do mundo. Mas, a *condição precária* sinaliza a situação política e social de acesso aos direitos básicos, por isso, para existir uma vida é preciso existirem condições de vida que possibilitem uma vida vivível.

A exclusão de certos corpos dos circuitos de reconhecimento produz corpos abjetos. Sejam eles velhos, mendigos ou doentes terminais, corpos que ficam fora dos dispositivos biopolíticos ou são suas vítimas. A exclusão ocorre no interior das próprias lógicas políticas e sociais, demonstrando os limites do seu funcionamento. Consequentemente, essas vidas pouco possuem comoção pública ou são lembradas, em suma, não são enlutáveis.

²¹ A análise sobre o luto vai seguir a filósofa Judith Butler. Em seu livro *Quadros de Guerra: Quando a Vida é Passível de Luto?* (2009), a pensadora investiga: o que é uma vida, as condições e meios que produzem e reproduzem vidas precárias, vidas fora dos circuitos de reconhecimento e ausentes da comoção social. Em outro livro *A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição* (2017), a filósofa problematiza o luto como afeto formador da consciência do sujeito, operando em um investimento psíquico e social.

Ambos os momentos do luto fazem parte da trilogia, para as personagens “minha vida se resume em catalogar perdas” (FERREIRA, 2014, p. 66), a figuração do outro que se suicidou, partiu ou morreu acaba formando a própria identidade-fraturada das personagens. Como assinalado na citação acima, para Butler, a melancolia produz um eclipse em relação ao mundo social, e esse eclipse está inscrito em uma temporalidade: O horizonte de expectativa das narrativas é “do Nada absoluto” (FERREIRA, 2010, p. 66), não há possibilidades para um futuro, o passado é o espaço da morte. Temos o *presentismo* desses personagens, que não é hegemônico, seus modos de habitar um tempo ferido (TURIN, 2019)²² apresentam-se lutosos e melancólicos.

Experiências do tempo desajustadas, na contramão da temporalidade acelerada da sociedade contemporânea, vivendo em um estado permanente de melancolia. Melancolia definida pelo narrador decrépito no sentido do teólogo Robert Burton, sendo um jogo dialético que sustentaria o ser humano;

[...] o autor mostra que a melancolia não é apenas uma ameaça a partir da qual pode se instaurar a vida e o sentido ou um fim condutor que costura a sua apreensão do humano – mas o próprio fator designador do humano como ser de tensão e oposição [...], (FERREIRA, 2010, p. 49).

A melancolia opera o tensionamento da consciência, desabafa o mendigo; “Vivo a uma década entorpecido pelo indeterminado, pela conjectura – condimentos da suposição” (FERREIRA, 2012, p. 70), o decênio de peregrinação na *metrópole apressurada* fora sustentado em nome da ausência da amada. Porém, são as tensões e oposições da espera lírica e chegada iminente, os principais fatores de resistência do mendigo em um cotidiano violento. No quarto de UTI, lamenta a enferma “[...] Digo-repito: antes de entrar nesse lugar sombria cujo desalento antecede o luto já olhava todos de esconso [...]” (FERREIRA, 2014, p. 15). O desalento marca o desajuste da personagem, antes mesmo da sua estadia mortuária na UTI. Notadamente, esse tensionamento, acontece em um estranhamento com a sociedade atual.

Em um segundo momento, o luto está relacionado ao esfacelamento da alteridade em uma sociedade cada vez mais individualista. O decrépito solta um desabafo “Careço do tato; do afago; do olhar; da voz do outro. (FERREIRA, 2010, p. 35), sua condição ilhada no *shopping* chega no limite, nos fala o mendigo “Sem amor na alma a vida resseca” (FERREIRA, 2012, p. 39), a enferma que investir em “[...] futuros estudos no campo da

²² Sendo assim, “Um dos elementos que parece tensionar hoje esse espaço entre o ficcional e o histórico é a dimensão da temporalidade.” (TURIN, p. 57, 2017). A dimensão temporal das incursões do texto literário na feitura do contexto é de suma importância para as pesquisas historiográficas que visam problematizar a literatura contemporânea de modo geral, e a brasileira em particular.

fracassologia [...]” (FERREIRA, 2014, p. 104), essa alteridade “fracassada”, não está apenas nos *eclipses personalizados* ou *abismos sob medida*, mas no próprio campo social.

Três personagens partilhando o grau zero do reconhecimento, abolidos dos circuitos de reconhecimento, formando uma desigualdade na comoção: quais corpos, conseqüentemente, vidas, importam? Essa pergunta está em correlação com a condição de precariedade das personagens. A palavra “importância” torna-se fundamental quando existem corpos descartáveis, a irrelevância somática atua nas metamorfoses do luto atualmente. Enlutar corpos que “aparecem” por meio da exclusão radical, inclui uma condição política de compreender a produção da situação precária. No último caso, quais são as possibilidades de vida da enferma, para além dos aparelhos médicos? Marcia Tiburi ao comentar o romance, fala da Antígona enquanto *metáfora viva*, quem pode enterrar seus entes ou possuir um enterro digno?

Essas experiências do tempo desajustadas atuam entre o luto e a memória, montadas no relato de si como modo de resistência. O tensionamento passado-presente e ausência de um futuro, traça um desajuste temporal nos romances: “Sei que relampeja muito troveja muito nesta manhã única; manhã que se estatuou manhã de minutos imóveis – os segundos não dão sinal de vida sequer piscando; tempo-estaca fincado no chão de concreto”. (FERREIRA, 2010, p. 12), a simetria do tempo melancólico torna-se aterrador: “Esta sucessão de dias idênticos enlouquece-me ainda mais. Sim: é desesperador; acontece nada”. (FERREIRA, 2012, p. 37), a temporalidade em retalhos das narrativas, é também um tempo de restolho: “Subjugada pela proliferação celular anárquica, incessante, que lança mão da sua competência para tornar cada vez mais movediço o tempo que me resta”. (FERREIRA, 2014. p. 12).

Evandro Affonso Ferreira ao escrever sobre esses três personagens; o decrepito, o mendigo e a enferma, narrando experiências limites e instáveis, insere na cena do texto o excluído, conforme a filósofa Márcia Tiburi²³ escreveu; “a prosa de Evandro Affonso Ferreira, é a prosa do excluído”. Três personagens vivendo em um tempo precário, partilhando experiências limites da condição humana. Nessa altura fica em evidência a chamada *morte do homem*, noção que não fica presa ao significante masculino, mas denota a morte do ser humano em vários sentidos, desde a invisibilidade social até o quarto de hospital. Contudo, a dimensão da resistência contra a morte, a violência e o esquecimento existe mesmo em narrativas supostamente pessimistas.

²³ Márcia Tiburi em texto para a Revista Culti (2014) “ Pelo direito à literatura — sobre Os Piores Dias De Minha Vida Foram Todos e Evandro Affonso Ferreira”.

Considerações finais

O empreendimento heurístico de verve interdisciplinar do artigo, buscou investigar os dois momentos da produção literária do autor Evandro Affonso Ferreira. Sendo assim, o artigo visou inserir algumas linhas que possam inspirar outras pesquisas historiográficas, construindo alguns agenciamentos, delineando recursos para outras análises sobre a literatura brasileira contemporânea e suas possíveis relações com temáticas da História, visto que ainda é um campo incipiente e em construção.

Essas narrativas produzidas no tempo presente carregam temas emergenciais para a própria crítica do Brasil contemporâneo. E fazem com que as margens falem e denunciem as injustiças e assim levantando novas experiências do tempo, tema candente na historiografia em um contexto de “crise do tempo”, em que o futuro causa medo, o passado perdeu relevância e o presente se tornou tirano, conseqüentemente, produzindo novas sensibilidades. Questões subjacentes na literatura brasileira contemporânea, traduzindo a relevância de ser lida e pesquisada pelo público da história.

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, Phillipe. **História da Morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2021.
- AGAMBEN, Giorgio. **O fogo e o relato**. São Paulo, Boitempo, 2018.
- AGAMBEN, Giorgio. “**O que é o Contemporâneo?**” In: *O que é o Contemporâneo? e outros ensaios*; Chapecó, SC: Argos, 2009.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica. 2017.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro, Rocco, 2011.
- CAIUBY, Alita Tortello. **Como se livrar do trauma da existência: o vazio, a morte e o limbo na trilogia de Evandro Affonso Ferreira**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2017: <http://www.posvernaculas.letras.ufrj.br/images/Posvernaculas/4-doutorado/teses/2017/Tese-CaiubyAT-min.pdf>
- DALCASTAGNÈ, Regina. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. **Iberic@l**: Revue d'études ibériques et ibéro-américaines, v. 2, p. 11-15, 2012.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. Obras completas, ESB, v. XV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- FERREIRA, Evandro Affonso. **Minha mãe se matou sem dizer a deus**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2010.
- FERREIRA, Evandro Affonso. **O mendigo que sabia de cor os adágios de Erasmo de Rotterdam**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2012.
- FERREIRA, Evandro Affonso. **Os piores dias da minha vida foram todos**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Bipolítica**. São Paulo. Martins Fontes, 2008.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.
- PETRONIO, R. **Evandro Affonso Ferreira e a literatura com direito à morte**. Revista Desenredos. Teresina, Ano III, n.11, p. 01-04, out/dez. 2011.
- PESAVENTO, Sandra Jatagy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n.14, p, 31-45, set. 2003.
- SILVA, Mauricio. Morte e Melancolia: Evandro Affonso Ferreira e a subjetivação das experiências cotidianas. **Itinerários**, Araraquara, n. especial, p. 71-88, 2017.
- STUDART, Júlia. **Evandro Affonso Ferreira: vidas desengraçadas e o arquivo debilitado**, Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 2008.
- GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. **Tintas**. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane, 2 (2012), pp. 199-221. issn: 2240-5437.
- TURIN, Rodrigo. **Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal**. Zazie Edições, 2019.
- TURIN, Rodrigo. A polifonia do tempo: ficção, trauma e aceleração no Brasil contemporâneo. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 55-70, jul.-dez. 2017.

Sites e entrevistas

- BIAJONI, Luiz. A mãe de Evandro Affonso não se matou sem dizer adeus. **Revista Amalgama**, 2011. Disponível em: <https://www.revistaamalgama.com.br/01/2011/a-mae-de-evandro-affonso-nao-se-matou-sem-dizer-adeus/>. Acessado em 28/11/2021
- TIBURI, Marcia. Pelo direito à literatura — sobre Os Piores Dias De Minha Vida Foram Todos e Evandro Affonso Ferreira. Revista Cult, 2014. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pelo-direito-literatura-sobre-os-piores-dias-de-minha-vida-foram-todos-de-evandro-affonso-ferreira/>. Acessado em 28/11/2021
- MACHADO, Cassiano Elek. Minicontos arrancam escritor do fundo do sebo. **Jornal Folha de S.Paulo**, 2000. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2610200006.htm>. Acessado em 28/11/2021.
- FERREIRA, Evandro Affonso. Entrevista ao jornal **Suplemento Pernambuco**, 2017. Entrevistador: André Nigri. Disponível em: <https://suplementopernambuco.com.br/entrevistas/1946-entrevista-evandro-affonso-ferreira.html>. Acessado em 28/11/2021.

OLIVEIRA, Nelson. *Memória | Geração 90: delírio ou realidade?* **Biblioteca Pública do Paraná**, 2018. Disponível em <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Noticia/Geracao-90-delirio-ou-realidade>. Acessado em 28/11/2021

Entrevistas disponíveis no *Youtube*

Super Libris: <https://www.youtube.com/watch?v=I5saR511gog&t=960s>

TV Senado: <https://www.youtube.com/watch?v=KOLNUhHb4rY&t=1024s>

Casa das Rosas: <https://www.youtube.com/watch?v=n3ErIJoCkQE&t=230s>

Jornal da Gazeta: https://www.youtube.com/watch?v=A-E3ej_-Zxo

“Todos os domingos eles se encontravam, toda a ‘portuguesa’”: práticas culturais e sociabilidades de imigrantes portugueses em Caxias do Sul/RS (1910-1950)

“Every Sunday, they used to meet, all the ‘portuguesa’”: cultural practices and sociabilities of Portuguese immigrants in Caxias do Sul/RS (1910-1950)

Luiza Ebert de Oliveira,¹ UDESC

Resumo

Este artigo visa identificar do que se constituem as camadas de memória deixadas pela imigração portuguesa em Caxias do Sul/RS entre as décadas de 1910 a 1950. Problematisa-se que há uma narrativa consolidada na cidade que parte do ponto de vista dos imigrantes italianos e seus descendentes, sem dar muita atenção para os demais grupos que participaram na formação da cidade. A presença portuguesa é evidenciada neste artigo através de jornais e entrevistas, com vistas a mapear práticas culturais e sociabilidades do grupo. Considera-se que a memória tem uma função decisiva na existência e interfere nas representações no presente.

Palavras-chave: Caxias do Sul; imigração portuguesa; sociabilidades; memória.

Abstract

This article aims to identify what the layers of memory left by the Portuguese immigration in Caxias do Sul/RS between the decades of 1910 to 1950 are constituted of. It is problematized that there is a consolidated narrative in the city from the point of view of the Italian immigrants and their descendants, without too much attention given to other groups that took part in the formation of the city. The Portuguese presence is evidenced in this article through newspapers and interviews, with the objective to chart the group’s cultural practices and sociabilities. It is considered that the memory has a decisive function in existence and it interferes in present representations.

Keywords: Caxias do Sul; Portuguese immigration; sociabilities; memory.

Introdução

A cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, é amplamente conhecida por sua colonização italiana. Houve nesta cidade um processo de valorização do chamado sentimento de italianidade,² principalmente nas décadas de 1970 e 1980, cujos agentes foram empresários

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na linha de pesquisa de Culturas Políticas e Sociabilidades.

² Truzzi, em estudo sobre a italianidade no interior paulista (2016), afirma que a identidade étnica é uma fronteira social interposta entre um determinado grupo e “os outros”. No caso dos imigrantes italianos, o sentimento de italianidade foi um produto da própria imigração, ou seja, construída no Brasil, visto que a unificação da Itália ocorreu mais tarde. Para Truzzi, as construções sociais sobre o italiano, positivas ou não, partem de interessados na (in)visibilidade e na (des)valorização da italianidade. Um grupo importante desses agentes são os próprios imigrantes e seus descendentes, que selecionam conteúdos para a construção da memória. Ainda segundo o autor, a afirmação de uma identidade étnica não depende somente da agência de indivíduos ou de grupos, mas também de processos estruturais que oferecem conteúdos identitários. O que fomentou a formação dessa identidade, no caso dos italianos, foram as relações de alteridade na terra de destino, fazendo com que surgisse um sentimento agregador de italianidade nascido, primeiramente, no Brasil.

e intelectuais do campo acadêmico, cultural, empresarial, entre outros, num contexto de comemorações do centenário da imigração (MOCELLIN, 2008). A mesma autora identifica três fatores que contribuíram para processo de valorização da italianidade: a constituição de um campo específico de conhecimento sobre a temática da imigração italiana; a atuação conjunta de empresários e intelectuais nas políticas de ações culturais e de desenvolvimento regional e o processo de modernização da economia local e as representações simbólicas associadas a tal processo (MOCELLIN, 2008, p. 188).

Esta característica do sentimento de italianidade, que é basilar de uma memória coletiva de Caxias do Sul, então, tem sido elaborada pelo que Traverso chama de “turismo da memória”:

Institucionalizado, ordenado en los museos, transformado en espectáculo, ritualizado, reificado, el recuerdo del pasado se transforma en memoria colectiva una vez que ha sido seleccionado y reinterpretado según las sensibilidades culturales, las interrogaciones éticas y las conveniencias políticas del presente (TRAVERSO, 2007, p. 67-68).³

Tais constatações permitem perceber que a visibilidade e o reconhecimento da memória, ou das memórias, dependem da força — simbólica, política, social, intelectual, institucional, etc. — de seus portadores. Utilizar a ideia de memórias “fortes” e “fracas” de Traverso (2007) é proveitoso neste estudo no passo em que a narrativa que se sustenta no passado dos italianos encontra mais força do que a dos portugueses ou quaisquer outros grupos. Isso é refletido na historiografia — quanto mais força tem uma memória, mais ela é suscetível de ser transformada em história, não numa situação de apenas causa e efeito, mas sim definida por diferentes contextos e múltiplas mediações possíveis em seu tempo.

Há, portanto, um uso político do passado, pois o resultado desse processo de valorização da imigração italiana na cidade foi, de uma forma mais ampla, a identificação dos descendentes de imigrantes italianos com a produção escrita sobre o tema, mas também a produção de representações simbólicas sobre a italianidade (MOCELLIN, 2008).

Para Bosi (2003, p. 31), as memórias “são configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo”. Assim, uma memória se produz dentro de um grupo ou segmento social, mas encontra um poder de difusão que se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade àquela classe, e cabe à historiadora

³ Institucionalizado, organizado nos museus, transformado em espetáculo, ritualizado, reificado, a recordação do passado se transforma em memória coletiva uma vez que tenha sido selecionado e reinterpretado segundo as sensibilidades culturais, as interrogações éticas e as conveniências políticas do presente. (Tradução nossa).

interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento. Tanto o som quanto o silêncio; tanto as vozes que escutam quanto aquelas que emudeceram.

Diante da problematização inicial houve a motivação para mapear algumas práticas sociais e culturais de outro grupo na cidade entre 1910 e 1950: os e as imigrantes portugueses.⁴ Há um número inferior de produções acadêmicas sobre a presença lusitana em Caxias do Sul, especialmente se comparado com as produções sobre a italiana. Para tal empreendimento, as fontes utilizadas para este artigo são entrevistas realizadas pela equipe do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), em Caxias do Sul, que envolvem portugueses(as) e seus descendentes em temporalidades diversas. Também foram utilizados jornais disponíveis no sítio eletrônico do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul.⁵ Assim, o sentido do passado permitirá outras abordagens a partir da visibilidade dada, no presente, a memórias até então subterrâneas.

Levando em consideração o que afirma Bosi (2003, p. 36), a memória “aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”. Tal força subjetiva tem uma função de extrema importância na existência dos sujeitos, pois ela traz uma versão do passado a partir de demandas do presente, fazendo com que ambas temporalidades interajam, interferindo nas representações atuais. A existência de uma comunidade portuguesa na cidade contradiz a carência de pesquisas específicas para a construção de um quadro mais abrangente da formação histórica da cidade. Mas como o lembrado e o esquecido são resultados de uma escolha do presente, consoante à análise da citada autora, os segmentos sociais mais influentes deixam suas marcas na representação coletiva da cidade.

É perceptível, portanto, a existência do que Traverso (2007) chama de memórias “fortes” e memórias “fracas”. Segundo o autor, da interação permanente entre história e memória deriva uma relação privilegiada entre as memórias “fortes” e a escrita da história: “cuanto más fuerte es la memoria — en términos de reconocimiento público e institucional —, el pasado del cual ésta es un vector se torna más susceptible de ser explorado y transformado en historia.” (TRAVERSO, 2007, p. 88).⁶

Contando com o não esquecimento, é possível criar possibilidades de comunicação e gerir a memória de uma maneira que ela se torne mais inclusiva a todos e todas, fazendo

⁴ O estudo deste artigo integra parte da dissertação de mestrado da autora (em andamento).

⁵ Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/>>.

⁶ Quanto mais forte é a memória — em termos de reconhecimento público e institucional —, o passado do qual esta é um vetor se torna mais suscetível de ser explorado e transformado em história (TRAVERSO, 2007, p. 88, tradução nossa).

emergir o que Pollak chamou de memórias subterrâneas: são aquelas que aparecem quando há uma clivagem entre a memória dominante e a memória de grupos minoritários, opostos à sociedade englobante (POLLAK, 1989, p. 5). A cidade carrega camadas de memória que sempre se interseccionam, numa dinâmica que resulta em uma nova cidade. Nesse contexto os grupos de imigrantes “são obrigados, pela necessidade objetiva da sobrevivência, a conviver, se mover e produzir suas próprias marcas, que se traduzem em âncoras de uma nova [ou outra] memória, tanto para o grupo quanto para a cidade” (MARTINS; CORTE, 2009, p. 119). Vejamos, a seguir, algumas delas.

Presenças portuguesas em Caxias do Sul/RS

Quer dizer, Caxias é injusta comigo né? [...] é a história de Caxias que é injusta comigo. (MARRACHINHO, Faustino Gonçalves. Entrevista. [abril 2006]. Entrevistadora: Sônia Storchi Fries, grifo nosso).

A imigração portuguesa para o sul do Brasil é um tema que tem sido pouco estudado se comparado a outras etnias, de acordo com Villas Bôas e Padilla (2007). As autoras citam quatro fatores que podem ter contribuído para tal realidade: questões raciais embasadas na ideologia do branqueamento; movimento migratório português ter ocorrido de forma independente, dispersa e não organizada por entidades oficiais; presença de outros grupos étnicos na região cuja herança cultural recebeu mais atenção; e a língua em comum que facilitou a inserção dos portugueses na sociedade de destino.

Caxias do Sul, como cidade, tem se demonstrado um organismo vivo, em constante transformação e, ao mesmo tempo, um registro de si mesma, das marcas de seu passado. Como afirmam Martins e Corte (2009), o estudo sobre a construção de processos identitários está diretamente relacionado às formas pelas quais os grupos se territorializam e às marcas que imprimem na cena local: seja por meio de nichos econômicos, formas de morar, organizações associativas, discursos de diferenciação ou de rejeição da etnicidade.

Os portugueses também deixaram seus registros na cidade de Caxias do Sul: os primeiros imigrantes portugueses começaram a chegar em 1910 para trabalhar nas vinícolas locais. Em decorrência disso, foram formando uma comunidade lusa cada vez mais expressiva, a tal ponto que a região da cidade onde mais se concentravam ficou conhecida como Bairro Lusitano. Em um segundo momento a imigração mudou suas características: começam a chegar portugueses não para trabalhar nas vinícolas, mas sim na construção civil, como pedreiros e projetistas. Sobre este último grupo ainda não há tanta produção acadêmica

quanta sobre o anterior, mas foi possível detectar sua presença nas entrevistas feitas pela equipe do AHMJSA.

A Cantina Luiz Antunes & Cia. foi a que mais empregou trabalhadores lusos, principalmente nas tanoarias.⁷ Sendo a vitivinicultura uma das atividades econômicas mais expressivas da região, as cantinas precisavam acondicionar e transportar o vinho em recipientes adequados para manter a qualidade do produto. Para isso, era necessária uma mão-de-obra especializada na manufatura dos barris, entrando em cena os tanoeiros: “em toda a região nordeste do RS muitos imigrantes, italianos, destacaram-se nesse ofício. Em Caxias, porém, na mesma região em que a Cantina Antunes se estabeleceu, formou-se um grupo de tanoeiros portugueses” (MACHADO, 1999, p. 11) que ficou conhecida como Bairro Lusitano. Desta forma, a partir de 1910 outros portugueses começaram a imigrar para Caxias do Sul e, pouco a pouco, foram formando uma comunidade.

A chamada para o trabalho era feita pelos próprios portugueses que já estavam empregados e iam se instalando no local. Muitos eram solteiros, e outros, embora já tivessem formado família em Portugal, migravam sozinhos. No entanto, todos migravam com “plena capacidade produtiva, majoritariamente especializados na técnica da tanoagem [...] Tal fato permitia sua imediata absorção nas engrenagens da economia vitivinícola que tomava impulso” (FAVARO, 2002, p. 267). O Bairro Lusitano ganhou mais força em 1919, com a implantação da Adega São Luiz, parte do empreendimento da Luiz Antunes & Cia. A partir dali, foram construídos, além da adega, armazéns, escola para os filhos dos funcionários, capela, entre outros (MACHADO, 2001).

A comunidade portuguesa desenvolveu, nas primeiras décadas do século XX, uma expressiva atividade societária: de um lado, havia um sistema de alojamento dos recém chegados nas casas dos já instalados, ou mesmo em pensionatos comandados por mulheres portuguesas; de outro lado, havia a abertura de frentes de trabalho para os que estavam em Portugal aguardando uma oportunidade (FAVARO, 2002, p. 268). Segundo a mesma autora, na década de 1920 o número de imigrantes portugueses em Caxias do Sul girava em torno de 300 a 500, de acordo com informantes que não foram especificados. Nessa década, a estimativa da população total da cidade era de 33.773 habitantes, e destes, aproximadamente 7.500 eram urbanos (MACHADO, 2001).

Enquanto boa parte desses portugueses trabalhava nas vinícolas, também houve um contingente expressivo desses imigrantes contratados em São Paulo para a construção da

⁷ Local onde trabalha o tanoeiro, cujo ofício consiste em fazer vasilhames como barris, tonéis, etc.

unidade militar de Caxias do Sul, onde ficaram até 1924, quando a obra foi concluída. Aproximadamente na década de 1940 um outro perfil profissional de imigrante português chegava na cidade, vindos para trabalhar na construção civil, principalmente projetistas e pedreiros. Esta nova leva de imigrantes carece de estudos mais aprofundados.

Em entrevista⁸ concedida à equipe do AHMJSA, o imigrante português Faustino Gonçalves Marrachinho conta que seu pai era pedreiro e chegou em Caxias do Sul por intermédio de um patrício seu, que exercia a mesma profissão e que posteriormente se tornou seu sogro. Segundo ele,

Esse pedreiro que mandou vir o meu pai, era um pedreiro português antigo que era da mesma cidade que nós morávamos, só que ele veio muitos anos antes, mandou buscar o meu pai. O meu pai veio e mandou buscar o meu tio. O meu tio veio e trouxe mais um amigo dele, também amigo nosso da mesma cidade, pra cá. (MARRACHINHO, Faustino Gonçalves. Entrevista. [abril 2006]. Entrevistadora: Sônia Storchi Fries).

Marrachinho atuou como projetista e foi autor de desenhos de prédios e casas que ainda hoje estão em pé, algumas mais de 50 anos depois. Ele conta como trabalhou desenhando casas de alto padrão, luxuosas, e também que fez o desenho de um famoso edifício que hoje é o Shopping PrataViera, ponto de referência no centro da cidade.

O mesmo entrevistado considera que o trabalho, principalmente do seu pai, Manoel, era um tanto “artesanal” — as edificações eram construídas com calma e atenção aos detalhes, o que inclusive lhe rendeu o apelido de artista. O entrevistado relata que seu pai ficava nas obras fazendo tudo “com um tremendo capricho, com uma tremenda paciência, ganhando mais prazer do que dinheiro”. Aliás, segundo ele, a maioria desses trabalhadores “morreu pobre”: “[...] eles vieram aqui e só acharam espaço para ter a condição de sobreviver trabalhando com a satisfação que eles tinham de trabalhar. Daí essa capacidade de fazer essas obras que eles fizeram e que estão aí em pé”.

Ainda segundo Marrachinho, “veio uma origem depois italiana, que aprendeu aí com esses portugueses, que mudaram toda a mentalidade da construção em Caxias [...] Então esse pessoal já tinha outra mentalidade, já tinham a mentalidade de empreendedores”. Um momento interessante de sua entrevista, que pode ser uma marcação dessa alegada diferença de mentalidades, é quando ele relata um diálogo que teve uma vez com um amigo seu que era de família italiana:

⁸ Que a partir deste ponto será citada entre aspas.

Como a senhora está vendo, a minha sala biblioteca, discoteca e conjunto completo de som, são mais de 300 discos de música clássica de todos os gêneros e vários volumes de obras dos famosos escritores e romancistas. Na primeira vez que o meu colega Furlin visitou-me, ele comentou: Mas tu gastas dinheiro nestas coisas? Eu “sim, é o meu prazer”. Diz ele: “o meu é comprar terrenos!” (MARRACHINHO, Faustino Gonçalves. Entrevista. [abril 2006]. Entrevistadora: Sônia Storchi Fries)

De acordo com o entrevistado, esses portugueses “sumiram”, pois chegaram em Caxias do Sul já com uma idade relativamente avançada. Mas ficaram as suas inscrições no território, por meio das casas e edifícios que construíram. Em sua fala, isso fica bastante evidente: “Mas a minha participação, como projetista, desenhista do que está aí erguido, tem a minha participação [...] Então onde as minhas netas passam eu digo ‘olha, esse edifício foi o vô quem fez, olha, essa casa foi o vô quem fez’.”

Esta comunidade encontrou uma maneira de manter seus laços por meio de práticas sociais e culturais diversas. A criação de uma associação operária, de um clube de futebol, de uma sede social, entre outras práticas, são representativas dessa sociabilidade tão importante na coesão dos grupos. Porém, como a cidade é um organismo vivo, em constante movimento, pode-se dizer que um deslizamento das camadas de memória “soterrou” aquelas produzidas pelos portugueses. As teses de Campos (2003) e Schütz (2020), definem o termo *deslizamento* ou *deslizante* como algo que não é estanque nem imóvel e, ao mesmo tempo, algo escorregadio e resvaladiço:

Realizar análise deste empreendimento tendo como chão a cidade é sob todas as formas, mesmo que se relute por vezes, admitir que o rizoma social vive fincado em territórios que se fraturam, que deslizam feito placas tectônicas. As diferenças se constituem assim em importantes elementos para não apenas se reconhecer (no sentido de explicar) os deslizamentos, mas sobretudo, num esforço hermenêutico, melhor compreendê-los (no sentido da permissão). (CAMPOS, 2003, p. 207).

As memórias da imigração portuguesa não parecem estar em tanta evidência no discurso oficial *da* e *sobre* a cidade, mas memórias subterrâneas aparecem quando há uma clivagem entre a memória dominante e a memória de grupos minoritários, opostos à sociedade englobante.

Mesmo assim, é possível perceber algumas práticas sociais e culturais da comunidade portuguesa em Caxias do Sul de diferentes formas. Em primeiro lugar, a criação da Associação dos Tanoeiros de Caxias, em 1918. Os tanoeiros se identificavam pela sua origem e pelo seu trabalho em comum. Para Machado (2001, p. 141), “foram os portugueses que organizaram os primeiros movimentos operários de Caxias do Sul, com a criação da

Associação dos Tanoeiros, e lideraram as primeiras tentativas de greves”. O jornal *O Regional*, no dia 6 de fevereiro de 1928, noticiou que

No dia 1º, pela manhã, declararam-se em greve numerosos tanoeiros das diversas cantinas desta cidade [...]. Havendo temores de perturbação da ordem publica dada a exaltação de alguns elementos grevistas, o dr. Celeste Gobbato, intendente municipal, requisitou auxílio ao Governo do Estado [...]. Numerosos grevistas já voltaram ao trabalho, esperando-se que os demais, por estes dias, imitem seus companheiros (GREVE..., 1928, p. 2).

Como afirmam Martins e Corte (2009, p. 118), “falar das identidades e memórias de grupos étnicos é também refletir o espaço em que elas se constituem, se reconfiguram e, finalmente, se movem”. A construção de uma identidade do grupo operário português em questão se movimentou no âmbito urbano, de tal forma que suas práticas se relacionam com as condições subjetivas e objetivas formuladas pelo espaço da cidade. Conforme as autoras,

A cidade e toda a complexidade que envolve a questão urbana não podem ser vistas como mero cenário para o estabelecimento dos grupos étnicos, mas, simultaneamente, como um agente, ora disciplinador, ora desagregador. Disciplinador ao estabelecer regras e limites com os quais os grupos étnicos precisam negociar para garantir sua inserção social e a construção de seus próprios lugares de memória na cena urbana. Desagregador, ao estimular conflitos intergrupos e extragrupos. Para cada uma das facetas da cidade, múltiplas identidades, múltiplas memórias (MARTINS; CORTE, 2009, p. 118).

Em depoimento utilizado no trabalho de Favaro (2002, p. 276) o senhor A. Mano conta que “houve lá um que quis ‘botar’ Associação Portuguesa dos Tanoeiros, uns estavam de acordo, outros [disseram] que a origem [étnica] não tinha nada a ver com aquilo”. Portanto, mesmo que a maioria dos tanoeiros no período fosse portuguesa, é possível afirmar que, para nomear a Associação, o ofício falou mais alto que a nacionalidade — apesar das discordâncias percebidas na fala do entrevistado.

A Associação dos Tanoeiros de Caxias não possuía sede própria. Os associados se reuniam “na casa de um português qualquer”, e os objetos pertencentes à sociedade como livros, mesa e a bandeira ficavam onde encontravam espaço, “enquanto as contribuições dos associados — ‘uma ninharia’ — visavam auxiliar os companheiros em necessidade” (FAVARO, 2002, p. 276).

Muitas vezes a alteridade é um marcador importante na experiência dos grupos. Na ocasião das greves de 1928 e 1930, o operariado ítalo-brasileiro passava a identificar o lusitano com termos depreciativos, como sendo “uma ‘cambada de fora, comunistas e encrenqueiros” (FAVARO, 2002, p. 279). A autora considera esse fenômeno um dos fatores

que ocasionou a rápida perda do prestígio e da liderança classista que se seguiu aos movimentos grevistas dos tanoeiros.

Atividades de lazer também contribuíram para o estreitamento dos laços da comunidade. Enquanto a parte da população italiana e ítalo-brasileira de Caxias do Sul rivalizava entre duas associações esportivas, o Esporte Clube Juvenil e o Juventude, os portugueses “se organizavam com seu próprio quadro de jogadores: era uma forma de manter a comunidade coesa,⁹ em torno de seus representantes esportivos” (FAVARO, 2002, p. 268), com o Esporte Clube Lusitano.¹⁰ O clube de cores vermelha e verde foi criado pelos portugueses com a finalidade não apenas desportiva e de lazer, mas também como uma maneira de manter a organização do grupo operário durante o Estado de Sítio decretado no país, que impedia os trabalhadores de atuarem livremente nas suas associações (MACHADO, 1999).

De acordo com Favaro (2002), a construção de uma sede social, porém, demorou para acontecer, devido às condições sócio-econômicas do grupo e às longas jornadas de trabalho. O dinheiro para tal era arrecadado em festas e bailes na comunidade, e os jogadores treinavam no campo do aliado Esporte Clube Juvenil. Em junho de 1927 os associados podiam comemorar: estava marcada a festa de inauguração da sede social do Esporte Clube Lusitano. A espera, ao que parece, valeu a pena, conforme relatam os jornais *O Regional* (20/06/1927) (Figura 1) e *O Popular* (25/06/1927) (Figura 2):

Figura 1 — Trecho retirado do jornal “O Regional” sobre a inauguração da sede social do Clube Lusitano

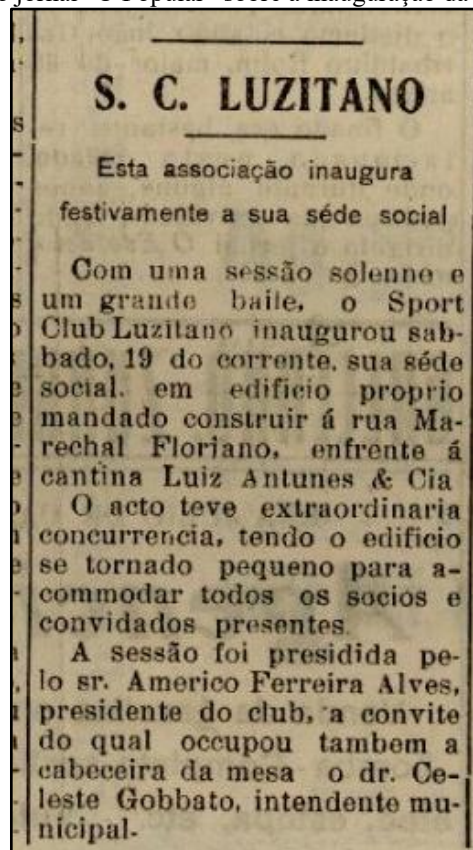
⁹ Apesar de seu estudo tratar da imigração portuguesa para Belém no século XIX — portanto, outro recorte temporal e espacial — Cancela e Guimarães (2018) salientam algo que pode ser atribuído a diversos movimentos migratórios. A coesão de um grupo surge da mobilização de uma imagem de si em contraponto ao Outro: “sentidos de pertença, coesão e identidade são criados, realçando unidades e fronteiras, estabelecendo o diálogo com a sociedade local e seu distanciamento” (CANCELA; GUIMARÃES, 2018, p. 23). Ao mesmo tempo, a dita coesão apresenta fissuras e tensões diante dos diferentes marcadores de classe, gênero, idade e naturalidade, além de que a imigração não é determinada somente por contextos políticos e econômicos dos países de origem ou destino, mas também por escolhas e projetos pessoais e individuais.

¹⁰ Em alguns jornais da época o mesmo clube aparece como Sport Club Lusitano, Sport Club Lusitano, Club Lusitano ou Club Lusitano, entre outros. Devido às divergências da grafia do nome na época, optei por usar neste trabalho Esporte Clube Lusitano, que é como aparece na bibliografia sobre o assunto.



Fonte: **O Regional**: Caxias do Sul, ano 2, n. 25, 20 jun. 1927.

Figura 2 - Trecho retirado do jornal “O Popular” sobre a inauguração da sede social do Clube Lusitano



Fonte: **O Popular**: Caxias do Sul, ano 1, n. 20, 25 jun. 1927.

O fato do edificio ter sido “mandado construir” e de ser classificado como “confortável” demonstra que a sede do Clube Lusitano não era um espaço qualquer, segundo os jornais. Desta forma pode-se observar que o Clube Lusitano tinha um certo prestígio na cidade, a ponto de ter uma festa de inauguração lotada e digna de nota em diversos jornais que

circulavam na cidade na época, contando até com a presença do intendente municipal Celeste Gobbato.

Mas o cenário estabelecido para o final da década de 1920 e início da de 1930 não era mais favorável para os tanoeiros. Com a desmobilização das organizações sindicais não mais por ofício, e sim por indústria, atrelada à industrialização e crescente uso de maquinário no lugar de pessoas, os saberes artesanais dos tanoeiros não se faziam necessários, e o grupo foi se dispersando. O ofício não era mais ensinado para os descendentes lusos e os novos tanoeiros desconheciam as técnicas tradicionais, pois aderiu-se à produção em série. Os novos modos de produção fizeram com que o número de tanoeiros fosse “diminuindo cada vez mais, vendo que não tinham futuro mesmo, procurando outra profissão. Outros, fazendo ‘barriletes’ em casa, outros se aposentaram, a profissão foi desaparecendo, a maioria morreu” (FAVARO, 2002, p. 281).

Outro espaço de sociabilidade que existia entre os portugueses e portuguesas, segundo Marrachinho, era o “boteco da dona Maria”, no centro da cidade:

A dona Maria Guimarães tinha, tinha um armazénzinho [...] os portugueses chegavam de fora, ali era o consulado, era o centro, né? Todos os portugueses iam na missa, só tinha a catedral, se encontravam ali no boteco da dona Maria. [...] Era o consulado, era ali, todos os domingos eles se encontravam, toda a “portuguesa” ali. [...] Então vinha todo mundo da missa e depois da missa todo mundo se encontrava ali. (MARRACHINHO, Faustino Gonçalves. Entrevista. [abril 2006]. Entrevistadora: Sônia Storchi Fries.)

Matos (2019), ao estudar o cotidiano de imigrantes, afirma que era comum as famílias aproveitarem o cômodo da frente de suas casas para exercer algum tipo de atividade econômica, como armazéns e botequins. Quem mais frequentemente administrava o negócio eram as mulheres, em rotinas intensas de trabalho. Não raro, os estabelecimentos ficavam conhecidos na cidade pelo nome de suas proprietárias, como é o caso narrado por Marrachinho. Além disso, o boteco da dona Maria Guimarães parece ser tão significativo espaço de encontro e socialização entre os imigrantes portugueses de Caxias do Sul que foi apelidado, pelo menos pelo entrevistado, de consulado. No entanto, até o momento, não foram encontradas mais fontes documentais sobre o local nem sobre a própria Maria Guimarães.

O capital social contou muito na inserção social desses imigrantes em seu destino. Os portugueses desenvolveram sociabilidades em múltiplas direções, não somente dentro de sua própria comunidade — como, por exemplo, casamentos entre portugueses e italianos. Isso tornou a integração menos difícil.

O conceito de sociabilidade teve fácil entrada no vocabulário historiográfico, haja vista sua flexibilidade temporal, espacial e temática, e foi mais difundida sobretudo pelo trabalho do historiador francês Maurice Agulhon. O autor entende sociabilidade não como uma característica — alguém ser ou não sociável — mas como uma maneira de viver em sociedade (AGULHON, 1992). Sobre isso, Schütz explica que

[...] a sociabilidade é uma categoria descritiva, que serve para designar uma atitude dos indivíduos ao vivenciarem relações públicas; mas que não implica, necessariamente, que haja entre as pessoas envolvidas nessas “redes de sociabilidade” uma ligação em forma de associações organizadas, como as corporações e instituições. Como uma definição mais generalizante, que não se refere a um contexto específico, o termo sociabilidade é passível de ser aplicado a fenômenos observados em diferentes tempos e espaços — claro, sempre explicitando com rigor as construções que a noção envolve. (SCHÜTZ, 2020, p. 30).

Sendo assim, a partir da noção de sociabilidade é possível transitar no jogo de escalas entre a vida privada e a vida pública — neste caso, vista como a que se dá nos espaços de socialização (trabalho, bar, igreja, etc.) —, não de forma dicotômica, mas sim costurando entre um registro e outro vivências desses sujeitos históricos.

Mas o que aconteceu com o Bairro Lusitano? O estudo de Klein (1984) aponta para uma “sobreposição étnica” que culminou no apagamento da identidade portuguesa na cidade. Para a autora, com os avanços capitalistas, houve o apelo a uma identidade étnica do capital, que em Caxias do Sul era bem representada pelos italianos. À medida que o êxodo rural aumentava, italianos e ítalo-brasileiros começaram a transformar a paisagem sonora do Bairro Lusitano: tornava-se cada vez mais frequente a comunicação verbal em dialeto italiano. Na mesma medida, traços culturais lusos eram gradativamente substituídos pelos costumes e valores ítalo-brasileiros; algumas mulheres portuguesas se casavam com homens de descendência italiana e incorporavam seus costumes (KLEIN, 1984). Para a mesma autora, é simbólica também a renomeação do Bairro Lusitano para Zona Tronca (sobrenome de um alfaiate italiano, primeiro proprietário das terras que foram vendidas aos portugueses), denotando uma sobreposição étnica. Assim, a autora afirma que a partir da década de 1930 a comunidade portuguesa operária em Caxias do Sul foi perdendo sua coesão; “em contrapartida, a organização social de origem italiana, etnicamente homogeneizada, tornou-se hegemônica” (KLEIN, 1984, p. 12-13).

Considerações finais: camadas de memória e territórios deslizando

A bibliografia sobre a presença portuguesa na cidade de Caxias do Sul é mais expressiva quando se trata dos tanoeiros, especialmente entre as décadas de 1910 a 1930, e tem maior foco nas relações e condições de trabalho. Falar sobre os imigrantes que vieram para trabalhar na construção civil, bem como as práticas sociais e culturais da comunidade portuguesa no século XX é algo que ainda não foi contemplado pela historiografia local, apesar de haver fontes — estas, também não tão numerosas se comparadas com outras etnias — que apontem para sua existência.

Ao ser perguntado como se sentia sendo imigrante em Caxias do Sul, Marrachinho relata:

Então, por isso que eu te disse, agora ultimamente eles vêm corrigindo isso aí, colocando etnias e etc., dando uma oportunidade de ressaltar essa falha. E é aí que eu me sinto mal como imigrante, é aí. Quer dizer, Caxias é injusta comigo né? [...] Não são os caxienses, que todos me tratam bem, todos têm amizade, *é a história de Caxias que é injusta comigo*, a história. [...] As pessoas que estão na história de Caxias. [...] estou cobrando daqueles que têm a função de descobrir quem construiu essa cidade, que não foi só os italianos. (MARRACHINHO, Faustino Gonçalves. Entrevista. [abril 2006]. Entrevistadora: Sônia Storchi Fries, grifo nosso)

Observa-se na fala do entrevistado o que ele espera “daqueles que têm a função de descobrir quem construiu essa cidade”. A percepção demonstrada por Marrachinho de ser injustiçado pela história chama atenção não só para uma narrativa predominante, que já foi mencionada neste artigo, mas também para a função social da historiadora em seu tempo, destacado aqui o de fazer emergir uma visão de mundo, inscrever as memórias diferentes em um conjunto histórico mais amplo. O que parece existir é uma expectativa de se reconhecer no passado e, ao mesmo tempo, ser reconhecido. Joutard (2007, p. 229) utiliza a expressão de “memória modesta” para definir a memória daqueles que devem ser, antes de tudo, convencidos de que são atores da história. Marrachinho, na entrevista, aparenta não precisar de tal convencimento.

As camadas de memória, resultado de diferentes movimentações dos mais distintos grupos, deslizam no presente. Houve momentos onde as marcas produzidas pelos portugueses na cidade caxiense já foram mais expressivas, como foi possível notar a partir das reportagens e depoimentos citados anteriormente. Porém, como uma terra que desliza, outras memórias, de outros grupos, se sedimentaram sobre aquelas marcas, de certa forma soterrando-as. Assim, as chamadas memórias subterrâneas conversam, em certa medida, com a ideia de deslizamentos.

As evidências deixam entrever que “começa-se a atribuir à memória uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações” (BOSI, 2003, p. 36). Numa tentativa de ver de que se constituem as camadas de memória deixadas pelos portugueses no território da cidade, aponte no presente artigo para alguns indícios da existência do grupo.

Referências Bibliográficas

AGULHON, Maurice. La sociabilidad como categoria historica. In: PEREIRA, Teresa (org.). **Formas de sociabilidad en chile 1840-1940**. Santiago: Fundação Mario Góngora, 1992. p.1-10.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CAMPOS, Émerson César de. **Territórios Deslizantes**: recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea - Criciúma (SC) (1980-2002). Orientador: Maria Bernardete Ramos. 2003. 235 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/85311>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

CANCELA, Cristina Donza; GUIMARÃES, Luiz. A. V. Imigração e presença portuguesa em Belém no século XIX: Entre deslocamentos e pertencimentos (Pará-Brasil). **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 31, n. 59, p. 22–35, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/40992>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

CENTRO de Memória. Caxias do Sul: Câmara Municipal de Caxias do Sul. [s.d.] Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

CLUB Lusitano. **O Regional**: Caxias do Sul, ano 2, n. 25, 20 jun. 1927. Noticiário. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=24286&p=0>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

FAVARO, Cleci Eulalia. De Bairro Lusitano a Zona Tronca: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931). **História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 3, p. 263-286, 2002. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5123>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

GREVE parcial de tanoeiros. **O Regional**: Caxias do Sul, ano 3, n. 6, 6 fev. 1928. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=24298&p=0>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar História e Memória? **Escritos**: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, [s. l.], ano 1, n. 1, p. 223-235, 2007. Disponível em: <http://casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=346&ID_M=2064>. Acesso em: 9 abr. 2021.

KLEIN, Cleci Eulalia Favaro. **De "Bairro Lusitano" a "Zona Tronca"**: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931). Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz. 1984. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2008.
- MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade**: Caxias do Sul - 1875/1950. Caxias do Sul: Maneco. 2001.
- MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (coord.). **Mirante**: Cantina Antunes. Caxias do Sul: Maneco, 1999.
- MARTINS, Ismênia de Lima; CORTE, Andréa Telo da. Imigração, cidade e memória. In: AZEVEDO, Cecília et al, (org.). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 117-132.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. São Paulo: e-Manuscrito. 3ª ed. 2019.
- MARRACHINHO, Faustino Gonçalves. **Entrevista**. [abril 2006]. Entrevistadora: Sônia Storchi Fries.
- MOCELLIN, Maria Clara. **Trajetórias em rede**: representações da italianidade entre empresários e intelectuais da região de Caxias do Sul. 2008. 207p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280358>>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- SCHÜTZ, Karla Simone Willemann. **Um historiador entre-lugares**: a historiografia catarinense e a trajetória de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1963-2010). Orientadora: Maria Teresa Santos Cunha. 2020. 266 p. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/4549/Karla_Simone_Willemann_Schutz_Tese_16139901068386_4549.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2021.
- S. C. LUZITANO. **O Popular**: Caxias do Sul, ano 1, n. 20, 25 jun. 1927. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=51725&p=0>>. Acesso em: 02 jun. 2021.
- TRAVERSO, Enzo. Historia y memoria. Notas sobre un debate. In: FRANCO, Marina; LEVIN, Florência. **Historia reciente**: perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007, p.67-96.
- TRUZZI, Oswaldo M. S. **Italianidade no interior paulista**: Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). São Paulo: Editora Unesp, 2016. 137 p.
- VILLAS BÔAS, Maria Xavier; PADILLA, Beatriz. Rumo ao Sul: Emigrantes portugueses no sul do Brasil. In: SOUSA, Fernando de (coord.). **A Emigração Portuguesa para o Brasil**. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2007. p. 401-415. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/a-emigracao-portuguesa-para-o-brasil>. Acesso em: 1 maio 2021.

História indígena no Brasil: balanço histórico do conflito pela terra a partir do final do século XIX e sua regionalização em Pinhalzinho (Tomazina/PR)

Indigenous history in Brazil: A historical assessment of the conflict over land from the end of the 19th century end its regionalization in Pinhalzinho (Tomazina/PR)

Giovana Eloá Mantovani Mulza,¹ UEM

Resumo

A política indigenista brasileira não constituiu em algo uniforme ao longo da história do país, variando à medida que se modificou o contexto histórico do Brasil. Sabe-se, todavia, que as disputas pelas terras indígenas consistiram em um fenômeno constante na realidade nacional, perpetuando-se até a contemporaneidade. Apesar das medidas teoricamente protetoras dos nativos e de suas propriedades, um balanço histórico nos permite averiguar que o conflito de terras esteve inerente à história indígena. Dessa forma, o objetivo desse texto consiste em adentrar na história indígena brasileira com o intuito de identificar as formas como o Estado procedeu na disputa pelas terras dos povos nativos. Também discutiremos o caso da Terra Indígena de Pinhalzinho, localizada na cidade de Tomazina (PR), a fim de demonstrar as expressões regionais dos conflitos analisados.

Palavras-chave: Terras indígenas; Conflitos; História indígena no Brasil.

Abstract

The Brazilian indigenist policy did not constitute something uniform throughout the country's history, varying as the historical context of Brazil changed. It is known, however, that the expropriation of indigenous lands was a constant phenomenon in the national reality, perpetuating itself until contemporary times. Despite the theoretically protective measures of the natives and their properties, a historical balance allows us to verify that the land conflict was inherent to the indigenous history. The purpose of this text is precisely to delve into the history of Brazilian indigenous lands, seeking to understand how the State proceeded in its expropriation or protection.

Keywords: Indigenous lands; Conflicts; Indigenous history in Brazil.

Introdução

Fundamentado nos avanços da etno-história² – tendo como referencial as formulações pertencentes ao professor Lúcio Tadeu Mota (2014) –, o presente trabalho objetiva adentrar na história indígena, especialmente no que se refere aos distintos fenômenos de expropriação

¹ Doutoranda em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2022) e Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2019). E-mail: gio_mantovani@hotmail.com

² Sistematizada em revistas acadêmicas dos Estados Unidos na década de 1950, a etno-história consiste em uma metodologia para o estudo da história indígena orientada pela perspectiva dos nativos. Seus objetos de estudo compreendem as tradições orais, etnoconhecimentos, elementos da cultura material, dados linguísticos e quaisquer evidências que permitam estudar as comunidades nativas na América. O conceito obteve repercussão entre os cientistas brasileiros na década de 1980 diante dos debates sobre os direitos indígenas que foram gerados pela Constituição de 1988 (MOTA, 2014).

e proteção das terras ameríndias no passado brasileiro. O trato da questão agrária indígena será efetuado por uma historiadora em vias de ingressar na pós-graduação, a qual possui limitações que são naturalmente inerentes ao seu campo disciplinar e metodológico. Evidentemente, o trabalho de um antropólogo ou sociólogo talvez viesse a se tornar completamente diferente, tanto em função de seus métodos quanto das fontes com que trabalha e constrói sua narrativa. Assim, nossas análises possuirão um cunho historiográfico, embora continuamente flertem com outras disciplinas – como propõe a metodologia etno-histórica. Não nos propomos sanar o debate acerca da temática, mas contribuir minimamente para sua compreensão.

Tendo como base a história do Brasil, torna-se evidente que a concentração de terras constituiu um processo permanente desde a colonização portuguesa, evidenciada nos primeiros projetos provenientes da metrópole de Portugal ainda no século XVI. Fica claro que a tendência ao latifúndio permeou o passado do país, moldando longevas disputas territoriais ao longo de todo o período colonial (1500-1822).

De fato, as primeiras concessões de terras aos nobres lusitanos eram expressivas, não levando em conta o secular domínio dos indígenas sobre elas. As Capitânicas Gerais, cujas demarcações no litoral brasileiro deram origem às divisões de certos estados atuais, foram cedidas aos nomes de maior prestígio da nobreza portuguesa, a fim de que estimulassem a ocupação da colônia por população europeia. De fato, o eurocentrismo conduziu a conquista e a colonização ibérica no continente americano, marginalizando e segregando os povos nativos da sociedade colonial que se estabelecia. Muitas das justificativas para o domínio das terras dos originais provinham da ideia do “uso útil” das terras, que viriam a contribuir para a prosperidade do governo lusitano ou, depois de 1822, brasileiro. Esse argumento ainda permanece utilizado pelas lideranças ruralistas do agronegócio nacional, para quem as terras indígenas devem ser empregues em prol do “progresso” do Brasil.

Tendo como base o argumento do sociólogo Zigmunt Bauman, autor do aclamado livro *Modernidade e ambivalência* (1999), podemos considerar o Estado brasileiro como um “Estado Jardineiro”, o qual segrega e marginaliza as “ervas daninhas” que não se enquadram no jardim. Transpondo esse argumento para o contexto brasileiro, podemos compreender os indígenas como as ervas daninhas a serem eliminadas pelo Estado Jardineiro brasileiro. Para Bauman, o Estado Moderno é, de fato, um Estado Jardineiro, responsável por segregar e marginalizar os elementos que não se enquadram na sociedade moderna industrial.

O Estado moderno era um Estado jardineiro. Sua postura era a do jardineiro. Ele deslegitimou a condição presente (selvagem, inculta) da população e desmantelou os mecanismos existentes de reprodução e auto-equilíbrio. Colocou em seu lugar mecanismos construídos com a finalidade de apontar a mudança na direção do projeto racional. O projeto, supostamente ditado pela suprema e inquestionável autoridade da Razão, fornecia os critérios para avaliar a realidade do dia presente. Esses critérios dividiam a população em plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninhas a serem removidas ou arrancadas. Satisfaziam as necessidades das plantas úteis (segundo o projeto do jardineiro) e não proviam as daquelas consideradas ervas daninhas. Consideravam as duas categorias como *objetos* de ação e negavam a ambas os direitos de agentes com autodeterminação (BAUMAN, 1999, p. 29).

O artigo terá como eixo realizar um balanço historiográfico acerca da questão das terras indígenas no Brasil, retomando o íterim imperial e atingindo a contemporaneidade. O texto possuirá um carácter introdutório, embora não deixe de se aprofundar em temas como os ideais imbuídos na criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Também buscaremos demonstrar a maneira como o conflito pela terra indígena se manifestou na Terra Indígena de Pinhalzinho (Tomazina/PR) a fim de tornar as observações teóricas mais “palatáveis” ao leitor. O trabalho, diga-se de passagem, possui um cunho ensaístico, priorizando a discussão bibliográfica e não adentrando muito na documentação histórica. O tema da questão indígena já foi trabalhado pela historiografia brasileira, embora sua atualização seja sempre necessária. Foi esse intuito que motivou a produção desse texto, o qual conflui várias perspectivas e suscita novos olhares sobre o conflito das terras. Iniciemos nosso raciocínio.

Conflito nas terras indígenas: retrospecto histórico

As oscilações das disputas territoriais constituíram uma característica inerente à história indígena brasileira. A heterogeneidade desse quadro vincula-se às mutações que caracterizaram o passado brasileiro e que levaram o poder constituído a adotar determinadas posturas no trato com as terras dos nativos. Um breve retrospecto nos permite ratificar essa afirmativa. A *Lei de Terras*, assinada em 1850, colaborou para com o confisco das terras indígenas iniciado com o processo de conquista e colonização. Conforme tratou Gilberto Azanha (2001), as autoridades coloniais se ampararam em uma interpretação facciosa da Lei de 1850 para adquirir legalmente as terras indígenas na medida em que consideraram devolutas – isto é, *vazias* – as terras tradicionalmente pertencentes a povos nativos. Com base nesse prelúdio, o século XIX deu continuidade à lógica de desposse e de concentração de povos nativos iniciada no período colonial. Na prática, como salientou A. Cavalcante Almeida (2018), a Lei de Terras de 1850 implicou em uma postura agressiva no tocante às terras das

aldeias, embora suas formulações tenham contribuído para a regular a ocupação territorial do império.

O advento do regime republicano não alterou significativamente o tratamento dado aos povos indígenas. O avanço da “civilização” sobre o interior do Brasil implicou no massacre de diversos grupos indígenas. Sílvio Coelho dos Santos (1989) observou que “A violência foi tal que um relato da época noticiava que o divertimento dos trabalhadores da estrada [de ferro] aos domingos era passarinhar índio” (SANTOS, 1989, p. 14). A criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, revelou a tentativa de promover um entendimento – apesar de precário – para a reintegração da posse dos territórios indígenas. Esse órgão público buscou integrar os povos indígenas à dinâmica civilizada enquanto *trabalhadores nacionais* – tentativa que revela, implicitamente, a reprodução de uma visão eurocêntrica que há tempos circulava no território brasileiro. O tema das terras indígenas, contudo, permanecia obtendo pouco espaço no debate político, fato que se perpetuou com os fundamentos nazifascistas do regime varguista.

Evidentemente, o tratamento não-uniforme da questão indígena está em consonância com as mudanças no contexto brasileiro. À medida que a sociedade e a política se modificavam, os indígenas tinham suas terras retiradas ou legalmente garantidas. Assim, a conjuntura na qual se outorgaria a *Lei de Terras* (1850) correspondia ao do período imperial, quando muitos teóricos do desenvolvimento nacional indicavam a necessidade de se expandir as terras agrícolas do Brasil. Consultemos a documentação do período. As *Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e comércio na Bahia*, redigidas por João Rodriguez de Brito, Manuel Ferreira da Câmara, José Diogo Gomes Farrão Castello Branco e Joaquim Ignácio de Sequeira Bulcão e publicadas em 1807 – anteriormente à emancipação do Brasil – já traçam essa proposta desenvolvimentista. Tomar as terras indígenas consistia em uma necessidade implícita nesse tratado, o qual estimulava o desenvolvimento agrícola e pecuário, bem como o máximo aproveitamento das terras férteis do país. Perspectiva semelhante poderia ser verificada com o advento da república, quando a carta constitucional de 1891 também legitima a expropriação dos nativos e sua redução.

[...] a dispersão e a miscigenação das populações indígenas das missões, aldeamentos e vilas foram utilizadas como justificativas para decretar a sua extinção, não obstante tenham sido práticas introduzidas, pelo legislador, com os objetivos de tornar mais eficientes o sistema de distribuição da mão-de-obra e a liberação de terras indígenas (CARVALHO, 2011, p. 2).

Quando ampliamos nosso olhar e adentramos na História da América Latina, vemos que o fenômeno da tomada das terras indígenas não consistiu em algo restrito ao Brasil. Ainda no contexto do século XIX, ocorreriam as *Campanhas ao Deserto* na Argentina, as quais constituíram um conjunto de expedições destinadas à “conquista” das terras indígenas pampeiras e patagônicas. Dessas guerras indígenas, muitos nativos se refugiariam nas montanhas chilenas, cujos sobreviventes viriam a permanecer marginalizados pela sociedade branca em ambos os países. Quadro semelhante ocorrera nos Estados Unidos, onde os conflitos entre nativos e brancos era constante. E não poderíamos esquecer que os indígenas expropriados foram importantes protagonistas da Revolução Mexicana que se iniciaria no começo do século XX. A questão das terras foi um importante catalizador desses conflitos fundiários e de muitos fenômenos bélicos. No Brasil, o modelo econômico agroexportador seria determinante para instigar a contínua expropriação das terras indígenas.

A própria ascendência da população europeia no continente americano ao longo do século XIX viria a demandar novas propriedades fundiárias. O século das imigrações, no qual muitos europeus se transpuseram para a América em prol da prosperidade, foi feito tendo como base a tomada das terras indígenas e do massacre de aldeias e famílias nativas inteiras. Segundo Maria Rosário Carvalho (s/d), a miscigenação e o contato interétnico teriam causado a perda da identidade indígena, tornando-os invisíveis para a política estatal, ascendendo um *mito do vazio demográfico*. Assim, a interação entre as mais diversas etnias do Brasil teria ocasionado a extinção do verdadeiro nativo americano, tanto em termos culturais quanto biológicos. O próprio governo viria a decretar a extinção de diversos povos indígenas do Brasil, possibilitando que suas terras tradicionais fossem apropriadas pelos agropecuários (CARVALHO, 2011). Os etnólogos do país estimulavam o contato interétnico dos nativos, contribuindo, dessa forma, para sua suposta “perda de identidade” e legitimando sua expropriação. Podemos ver como a ciência foi empregue em prol do Estado Jardineiro.

Todavia, o que ocorreu para que a política expropriatória se convertesse em uma política de proteção ao indígena? Podemos considerar que essa aparente redescoberta do homem nativo efetuou-se através da longa atuação de movimentos de resistência contra a desapropriação. Dessa forma, “[...] a utilização de métodos brutais pelas várias Províncias contra as distintas etnias terminou por suscitar [...] uma forte resistência, justificada pelo medo, ao que deveria se lhes afigurar [...] a tentativa contemporânea de ‘reconhecimento’.” (CARVALHO, 2011, p. 6). Ao crescimento da liderança indígena, se criaria o *Serviço de Proteção ao Índio* em 1910, o qual conduziu a política indigenista brasileira até 1967 – data de sua extinção.

O SPI criaria ações e estratégias desenvolvimentistas que visavam tornar autossustentáveis os Postos Indígenas espalhados pelo Brasil. O objetivo desses projetos era a inserção do indígena na dinâmica produtiva nacional, visando reduzir o ônus de sua manutenção para os cofres federais. Destacar-se-ia, nos anos 1940 e 1950, o *Programa Pecuário* e a *Campanha do Trigo*, os quais tiveram grande impacto na organização sociocultural e espacial dos indígenas (NÖTZOLD, BRINGMANN, 2013).

Ao longo de sua trajetória (1910-1967), o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), através de seu corpo de administradores e funcionários, elaborou estratégias para uma ação tutelar dos indígenas brasileiros, fundamentando-se em uma relação de controle e poder, em cujos meandros o estado deveria atuar como o defensor dos povos nativos brasileiros, utilizando-se para isso de recursos humanos e financeiros provenientes do aproveitamento da mão de obra e dos recursos naturais presentes nos estabelecimentos indígenas. Na esteira dos planos de proteção, buscava-se controlar os conflitos entre as populações indígenas e a sociedade nacional envolvente, o que se imaginava alcançar com a garantia de reservas específicas para a sua manutenção, bem como com a instrumentalização material e intelectual dos indígenas para o trabalho (NÖTZOLD, BRINGMANN, 2013, p. 148).

“Proteger” os nativos não significava necessariamente defender seus direitos sobre territórios auto proclamados como tradicionais pelos indígenas ou manter os elementos socioculturais específicos de cada grupo étnico. Na concepção das autoridades políticas e militares do Brasil, a proteção oferecida pelo SPI aos nativos deveria estar vinculada aos interesses da sociedade nacional,

[...] integrando-os e vinculando-os através de estratégias de atração e confinamento em locais específicos, determinados de acordo com o interesse de uma classe política e econômica dominante, de onde deveriam tirar seu sustento, amparados pelo “abraço amigo” do governo federal (NÖTZOLD, BRINGMANN, 2013, p. 148).

Evidentemente, esse processo centralizador não eliminou a expropriação indígena e a exploração do trabalho indígena em prol de uma política de “Auto sustentabilidade” dos estabelecimentos tutelares. Para Nötzold e Bringmann (2013), não se pode sacralizar o SPI como um órgão de efetiva defesa dos interesses indígenas. Deve-se compreendê-lo como uma agência criada em um momento chave de expansão para os sertões brasileiros, quando se buscava uma fixação populacional no interior do território.

A emissão do *Relatório Figueiredo* em 1967 evidenciaria os inúmeros crimes cometidos pelo SPI, os quais iam desde o assassinato ao extermínio de famílias inteiras. Seria a FUNAI, fundada junto à dissolução do SPI em 1967, que conduziria de forma mais incisiva

a mobilização pelas terras indígenas. Embora a atuação da FUNAI tenha sido amplamente secundária durante a ditadura civil-militar brasileira, o cuidado para com os nativos passou a ser conduzida por organismo religiosos, especialmente de origem católica. Assim, “existia uma necessidade de gerar um discurso sobre um índio alheio a nossa humanidade, para legitimar atos de violência cultural ou física” (TRINIDAD, 2018, p. 261). O imaginário construído sobre os índios durante o regime ditatorial tinha como intuito legitimar a imposição de uma relação de poder e impor interesses de dominação sobre os nativos. Entre 1964 e 1985, o indígena foi visto como o *Outro*, como um verdadeiro bárbaro habitante da fronteira da civilização. A própria FUNAI buscava classificar os indígenas como antropófagos ou não, a fim de calibrar a dificuldade em se empreender o contato e a integração.

“Morriam de dez a vinte índios por dia”, relatava Tiuré (José Humberto do Nascimento), funcionário da FUNAI que resolveu se exilar no Canadá, mostrando a realidade dos Parkatêjé sob a tutela dos militares da FUNAI. A realidade desta tribo do Pará, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins, é expositiva da terrível realidade vivenciada por muitos dos povos indígenas sob a tutela da FUNAI e das instituições oficiais. O escrito de Liliam Milena (2012) segue o rastro deste mesmo grupo indígena, que desde 1966 vivia em regime de escravidão sob a autoridade da FUNAI, com o monopólio do comércio da castanha-do-pará que os indígenas recolhiam, numa lógica de dívida eterna. A morte dos Parkatêjé era constante e agônica, em pouco mais de uma década passaram de mais ou menos duas mil e duzentas pessoas. O fato de seu território ancestral ficar sobre um dos maiores depósitos de ferro do mundo à época pode esclarecer um pouco o porquê (TRINIDAD, 2018, p. 266).

As regiões habitadas pelos povos indígenas eram imaginadas pela ditadura como vazios estratégicos que supunham um déficit interno de desenvolvimento e, por isso, de segurança. Um horror vacui intenso e sufocante que via o vazio de civilização como um abismo existencial por onde se podia sumir no seio da selvageria e da barbárie, um inimigo invisível que pretendia a degradação moral, espiritual e cultural contínua contra os pioneiros que tentavam desbravá-la. Não se pode esquecer que a segurança era o eixo central que sustentava a legitimidade do regime de “democracia autoritária”, imposta pelos militares com a conivência das elites econômicas em 1964. Os generais brasileiros entendiam o mundo, em geral, e o Brasil em particular, como um conflito ideológico que introduzia o país numa guerra cotidiana. Nestes lugares, o índio, representante selvagem/bárbaro de uma natureza sem domesticar/aproveitar, passou a formar parte dos grupos populacionais que potencialmente podiam apoiar seus antagonistas ideológicos. O governo achou a legitimidade e o apoio necessário para poder interferir agressivamente nas comunidades e pacificar rapidamente os grupos de índios arredios. Se uma população indígena mostrava especial bravura ou resistência, eram suspeitos de obter ou dar apoio a guerrilhas comunistas (TRINIDAD, 2018, p. 270).

Somente com a carta constituinte promulgada em 1988 que os direitos indígenas foram institucionalizados, a partir da qual os ameríndios deixaram de ser vistos como seres sem humanidade. No artigo 231 da Constituição, as reservas indígenas tornaram-se bens da União, sendo inalienáveis e intransferíveis, bem como são de uso exclusivo das etnias. Na atualidade, a FUNAI consiste na principal instituição vinculada ao Estado que é responsável por gerenciar a política indigenista no Brasil. Compete a ela demarcar as terras e impedir invasões. Um dos grandes problemas enfrentados atualmente pela questão indígena consiste na incorporação das terras indígenas para a agricultura. Diante desse quadro, muitas manifestações indígenas ocorrem no Brasil, principalmente no Norte e Centro-oeste do país. Muitas das expropriações atuais se devem ao agronegócio, cuja produção tende ao sistema latifundiário.

Embora a “Constituição Cidadã” tenha assegurado seus direitos enquanto cidadãos brasileiros, os povos indígenas são vistos como minorias pelo Estado. Sua diversidade étnica é muitas vezes desconsiderada diante de sua categorização em estereótipos. No estado do Paraná, especialmente na região Norte, um fenômeno tem se mostrado muito comum: o deslocamento de famílias nativas para os grandes centros urbanos para a venda do artesanato. Um quadro muito comum nas cidades paranaenses de Maringá e Londrina consiste na marginalização desses povos pelos habitantes citadinos, para quem os nativos retiram a beleza urbana e promovem o aumento da criminalidade. Ao que se deve esse deslocamento? Evidentemente, o superpovoamento das aldeias indígenas no Paraná culmina em amplas dificuldades de subsistência, sobretudo no que tange ao abastecimento de alimentos e medicamentos, provocando a migração de muitas famílias para as grandes cidades.

Apesar da situação marginal a qual estão submetidos no ambiente urbano, os indígenas – sobretudo pertencentes às etnias Guarani e Kaingang – realizam uma inconsciente forma de resistência. Esta se dá pela conservação de sua cultura tradicional, expressa na manutenção da produção artesanal. O conservadorismo cultural dos indígenas no atual Paraná permite-lhes resistir às imposições culturais da industrialização. A questão das terras indígenas, entretanto, ainda consiste em um problema daquele estado, visto a superlotação das poucas comunidades existentes. As recentes queimadas na floresta Amazônica em agosto de 2019 virão a agravar o quadro do conflito pela terra no Brasil, prejudicando ainda mais a preservação e a sobrevivência cultural e/ou biológica dos nativos no país.

A onda de incêndios na região da Amazônia acaba por destruir um bem natural brasileiro, impedindo a utilização dessas terras tanto para os latifundiários quanto para os indígenas.

A regionalização de um quadro continental: a questão das terras em Pinhalzinho (Tomazina/PR)

Gostaríamos, nesse ponto, de propor um estudo sobre a Terra Indígena Pinhalzinho, localizada no município norte-paranaense de Tomazina. Elencamos o estudo dessa TI em função da ausência de estudos concretos e assertivos nesse recorte temporal. Como fonte documental, enumeramos um conjunto de relatórios governamentais que citam Pinhalzinho, os quais foram emitidos por diversos ministros da Agricultura. Ainda nessa análise preliminar, pudemos ver como a questão das terras indígenas se modificou entre 1910 e 1967. Diante da reprodução dessa tendência nacional em uma área indígena norte paranaense, gostaríamos de mostrar esse caso regional de um fenômeno latino-americano.

Se nas áreas de plantio de café, a mão-de-obra era suprida pelos imigrantes, nas outras regiões se faziam necessárias medidas voltadas para os ‘nacionais’, denominação que abrangia ex-escravos e seus descendentes, sertanejos e outros grupos. Assim, promover uma melhor distribuição espacial da força de trabalho e administrar os conflitos indígenas resultantes, especialmente, do processo de especulação de terra impulsionado pela expansão da rede ferroviária, constituíram-se como objetivos da ação do Estado por meio do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, de forma a contribuir para “o alargamento das fronteiras, simbólicas e econômicas, da Nação”. Antes da criação do órgão, a preocupação com a transformação de contingentes populacionais em produtores mercantis apareceu no decreto n. 6.455, de 19 de abril de 1907, que aprovou as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. Esse ato determinou o estabelecimento de núcleos coloniais, divididos em pequenas propriedades, destinados à produção de gêneros para abastecimento interno, que deveriam ser ocupados principalmente pelos imigrantes, cabendo uma pequena porcentagem aos trabalhadores nacionais (CAMARGO, 2018).

Integrar os indígenas ao “mundo civilizado”, inserindo-o no processo de modernização do Estado Nacional no começo da República brasileira: esta foi a proposta que se constituiu para estimular a criação do SPI, defendidas amplamente pelo seu primeiro diretor – tenente-coronel Candido Mariano Rondon (1865-1958). O órgão dizia-se promover a assistência aos indígenas e estimular o desenvolvimento de suas faculdades morais, bem como de sua capacidade de trabalho. Segundo Camargo (2018), na promoção da assistência aos indígenas, o SPI deveria zelar por seus direitos, especialmente no que se refere às terras. Ainda de acordo com o decreto n. 8.072, a estrutura do órgão deveria ser composta pela diretoria-geral e treze inspetorias espalhadas pelo Brasil. Nas povoações indígenas a serem constituídas,

permaneceria obrigatória a instalação de escolas de ensino primário, aulas de música, oficinas e campos apropriados à aprendizagem agrícola.

Nos seus primeiros anos de existência, o serviço passou por algumas dificuldades, como pode ser observado pela leitura dos relatórios ministeriais. Dentre os obstáculos enfrentados estiveram as distâncias a serem percorridas pelos funcionários, os “estorvos no trato de gentes cujo atraso mental e diversidade de costumes exigiam demorada e prudente ação”, e a escassez de recursos (CAMARGO, 2018).

O Código Civil promulgado pela lei 3.071, de 1916, concebeu os indígenas como dotados de uma “incapacidade civil”, sujeitando-os ao regime tutelar, instituído por leis e regulamentos de caráter especial. Já no ano de 1928, a lei 5.484 viria a regulamentar a situação dos indígenas nascidos em território nacional, classificando os nativos em categorias e contendo prescrições sobre os crimes cometidos por eles ou contra eles (CAMARGO, 2018). Mudanças acometeriam o SPI na década de 1930 – no contexto de advento de Getúlio Vargas –, o qual seria transferido para o *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Em 1939, fora criado o *Conselho de Proteção aos Índios*, dedicado ao estudo de todas as questões relacionadas à assistência e proteção aos nativos – especialmente no que se refere aos seus costumes e às suas línguas. O SPI seria desintegrado em 1967, aquando da publicação do Relatório Figueiredo, o qual continha denúncias dos inúmeros crimes cometidos pelo órgão contra famílias e comunidades indígenas.

No que se refere aos relatórios dos Ministros da Agricultura, somente os documentos de 1912, 1923, 1928, 1929 e 1942 citam Pinhalzinho. Em 1912, o então ministro José Barbosa Gonçalves fala das dificuldades encontradas pelo SPI, cujas atuações seriam dificultadas pelas “gentes cujo atraso mental e diversidade de costumes exigem demorada e prudente ação” (BRASIL, 1912, p. 113). Além dos comentários etnocêntricos, o documento relata a expulsão de um explorador de indígenas na aldeia Pinhalzinho, ação que contou com a ajuda do inspetor do SPI e dos habitantes guaranis (BRASIL, 1912, p. 144). Podemos verificar o modo como o então ministro José Barbosa Gonçalves exalta a ação do órgão naquela localidade, silenciando possíveis abusos cometidos pelo próprio SPI – comuns no posterior Relatório Figueiredo.

Já em 1923, o relatório ministerial se propôs a falar das povoações indígenas no Paraná e em Santa Catarina, citando Pinhalzinho, o qual “contava, em 1923, com uma população de duas famílias de colonos e 10 de índios e mestiços.” (BRASIL, 1923, 150). Podemos ver que brancos, indígenas e mestiços viviam em Pinhalzinho no ano de 1923, quando a colonização do Norte Velho paranaense começava de forma mais intensiva.

Evidentemente, o contexto de ocupação branca reivindicava que esses dados fossem relatados pelo então ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida. Objetivo semelhante conduziu Geminiano Lira Castro no relatório de 1928, o qual evidenciara que em Pinhalzinho “existem apenas 35 índios guaranis, não há questão de terras, vivendo todos tranquilamente nas que lhes pertencem.” (BRASIL, 1928, p. 367). E mais: “A colheita do ano passado foi: 12.820 litros de milho, 2.303 de feijão e 1.320 de arroz. A criação de equinos, suínos, ovinos e caprinos continua a desenvolver-se.” (BRASIL, 1928, 367). De fato, discorrer sobre os benefícios agrícolas e pecuários desse povoamento – assim como de sua pacificidade – mostrava-se conivente ao Estado brasileiro que buscava estimular a ocupação da região.

O caráter pacífico de Pinhalzinho seria novamente ressaltado no relatório de 1929. Essa repetição não nos deve espantar, visto que o ministro da Agricultura não havia se modificado desde a menção anterior. Finalmente, o relatório de 1942, durante a ditadura varguista, somente evidencia que o povoamento de Pinhalzinho estava “situado no distrito de Jaboti, no município de Tomazina, contendo cerca de 648 hectares, habitado por Guaranis.” (BRASIL, 1942, p. 150). Diante da já existência da cidade de Tomazina, o objetivo de colonizar aquela região fora, em partes, alcançado. Assim, não era prioridade ao SPI evidenciar as riquezas agrícolas e pecuárias da região para atrair população branca.

Considerações Finais

Desde o advento do homem branco no atual território do Brasil, a legitimidade das terras indígenas foi continuamente questionada. Além das chacinas de aldeias e comunidades inteiras, foi comum a tendência em expropriar os habitantes originais de suas terras, confinando os sobreviventes em áreas superlotadas e obrigando-os a adotar os padrões de vida ocidentais. A perda da tradição americana seria uma consequência provável, legitimando ainda mais a tomada das terras. Apesar da criação de órgãos protecionistas no século XX, o fenômeno da expropriação continuou a se repetir, permanecendo até a atualidade, quando o agronegócio ameaça as poucas aldeias restantes.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. Cavalcante. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 03, ju-set. 2018, p. 611-626.

AZANHA, Gilberto. **A Lei de Terras de 1850 e as Terras dos Índios**. 2001. Disponível em: https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/artigos_periodicos/a-lei-de-terras-de-1850-e-as-terras-dos-indios/ Acesso: 22/06/2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

BRASIL. **Relatórios do Ministro da Agricultura**. (1912, 1923, 1928, 1929, 1942). Disponível: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=museudoindio>. Acesso: 28/08/2019.

BRITO, João Rodriguez de. [et. al.]. **Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e comércio na Bahia** (1807). Maringá: EDUEM, 2012.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais**. (2018). MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível: <http://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/686-servico-de-protecao-aos-indios-e-localizacao-dos-trabalhadores-nacionais> Acesso: 28/08/2019.

CARVALHO, Maria Rosário de. De índios ‘misturados’ a Índios ‘regimados’. In: CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin; CAVIGNAC, Julie. **Negros no mundo dos índios: Imagens, reflexos, alteridades**. Natal: Editora da UFRN, 2011.

COELHO DOS SANTOS, Sílvio. **Povos indígenas e a Constituinte**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

MOTA, Lúcio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. **Patrimônio e Memória**, UNESP, São Paulo, v. 10, n. 02, jul-dez 2014, p. 05-16.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe, BRINGMANN, Sandor Fernando. O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 05, n. 10, 2013, p. 147-166.

TRINIDAD, Carlos Benítez. A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, v. 43, n. 01, 2018, p. 257-284.

Gêneros não-binários etnohistóricos: O gênero Muxe e a colonialidade

Non-binary ethnohistorical genres: The Muxe genre and coloniality

Gabriel Donizetti Ferreira Simionato,¹ UNIMONTES

Resumo

Este artigo busca entender a binariedade de gênero como uma invenção e imposição da colonialidade. Para tanto, reflete-se sobre um caso etnohistórico de variação não-binária de gênero: o caso do gênero *muxe* entre os zapotecas, no México, percebendo como uma sociedade com um gênero não-binário se relaciona com a cis-heteronormatividade, o patriarcado e a colonialidade. Justifica-se pelos poucos trabalhos acadêmicos sobre a não-binariedade de gênero (ainda mais sobre as *muxes*) e a necessidade de pensá-la enquanto construção social, cultural e histórica. Desse modo, o conceito de gênero, de acordo com Butler, Lugones e Segato, é fundamental para a análise. Assim, percebe-se como a colonialidade define de forma binária, dicotômica e hierárquica noções de gênero e as impõe como realidade natural, biológica e universal.

Palavras-chave: Não-Binariedade; Colonialidade; Muxes.

Abstract

This article seeks to understand the gender binarity as an invention and imposition of coloniality. In order to do so, it reflects on an ethnohistorical case of non-binary gender variation: the case of the *muxe* gender among the Zapotecs, in Mexico, perceiving how a society with a non-binary gender relates to cis-heteronormativity, patriarchy and coloniality. It is justified by the few academic works on gender non-binary (even more about *muxes*) and the need to think about it as a social, cultural and historical construction. Thus, the concept of gender, according to Butler, Lugones and Segato, is fundamental to the analysis. Thus, we can see how coloniality defines gender notions in a binary, dichotomous and hierarchical way and imposes them as a natural, biological and universal reality.

Keywords: Non-Binarity; Coloniality; Muxes.

Introdução

Este artigo tem por objetivo entender a binariedade de gênero enquanto uma construção social, cultural e histórica da colonialidade. Para tanto, apresenta-se a reflexão, em diálogo com a bibliografia, de um caso etnohistórico de variação de gênero para além da binariedade: o caso zapoteco (México) com o gênero *muxe*. Nota-se como as tecnologias coloniais, ocidentais, modernas e eurocêntricas de gênero estabelecem e impõem a binariedade enquanto uma realidade “natural”, “biológica” e “universal”, invisibilizando, silenciando e colonializando outras variações de gênero.

Cada vez mais a não-binariedade de gênero vem conquistando espaço, seja nas discussões acadêmicas, políticas, sociais ou midiáticas. Atualmente, depara-se com uma

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros. Graduada em História pela Universidade Federal de Alfenas. E-mail: gdf.simionato@gmail.com

pluralidade de gêneros não-binários reivindicados por essa comunidade, como o gênero-neutro, o gênero-fluido, o agênero, o andrógino, o demigênero, dentre outros; bem como, percebe-se as articulações e proliferações de coletivos de pessoas não-binárias, no Brasil e no mundo, em busca por reconhecimento político e social e por direitos, como à identificação não-binária em documentos.

Mas, para se debater sobre pessoas não-binárias, se faz necessário pensar a própria binariedade de gênero, sua historicidade e seu funcionamento, em diálogo com outros aspectos que se inter-relacionam, como o dimorfismo sexual, a intersexualidade e (sobretudo) a colonialidade de gênero. Pois, entende-se que nem gênero ou corpo são binários naturais-anatômicos-cromossômicos-hormonais-essenciais – basta notar os casos das pessoas não-binárias e intersexuais – mas, são construções e imposições da colonialidade de gênero, que se utiliza da cristalização do dimorfismo sexual e do “apagamento” das pessoas intersexuais e não-binárias.

Dessa forma, para entender a binariedade de gênero e o dimorfismo sexual como fruto do pensamento moderno/colonial, necessita-se pensar as relações e regulações de gênero em comunidades que foram colonizadas. Assim, verifica-se, inclusive, a existência de gêneros não-binários e não-coloniais, originários dessas comunidades, que foram silenciados pela colonialidade, como é o caso do gênero *muxe*, entre os zapotecas. Este artigo usa o termo “etnohistórico” para se referir a essas identidades de gênero provenientes de uma etnia em específico. Desse modo, não são identidades de gênero não-binárias como as contemporâneas (citadas no começo), mas identidades de gênero não-binárias etnohistóricas, pois provêm e dependem de uma determinada etnia, em determinado tempo histórico.

De toda forma, utiliza-se do conceito de gênero, conforme a filósofa estadunidense Judith Butler (2019), entendendo os gêneros enquanto construções sociais, culturais e históricas, sendo variáveis e fluidos (BUTLER, 2019, p. 40-41), estando, dessa forma, em constante processo de construção, desconstrução e reconstrução. Mas, reconhece-se a agência reguladora de um sistema, chamado de patriarcado, que estabelece normas e padrões de gênero a serem seguidos, obedecendo uma linha que impõe que gênero, corpo, performance e desejo devem ser alinhados e seguir em um mesmo sentido para constituição dos gêneros inteligíveis, como são chamados por Butler (2019, p. 43). Nessa lógica, o gênero mulher, para ser inteligível, pressupõe um “corpo feminino”, uma “performance feminina” e um desejo pelo gênero “oposto-masculino”, assim como ocorre com o gênero homem, “corpo masculino”, “performance masculina” e desejo pelo “oposto-feminino”.

Desse modo, o gênero é fruto de uma relação que define papéis femininos e masculinos a serem desempenhados; ou seja, o gênero homem se define pelos papéis que realiza em relação (binária e dicotômica) aos papéis que o gênero mulher realiza. A binariedade dessa relação faz com que essas performances sociais sejam, igualmente, binárias, suplementares e mutuamente excludentes (BUTLER, 2019, p. 52). Dessa forma, o gênero mulher deve desempenhar, por exemplo, o papel da fragilidade, da delicadeza, das emoções, enquanto o gênero homem deve desempenhar o papel da força, da brutalidade, da razão, de forma a manter essa binariedade antagônica.

Para a autora, o gênero não existe *a priori*, como uma essência que impregna corpos, mas passa a “existir” a partir de sua vivência, de sua performance, de sua representação. Nesse sentido, Butler (2019, p. 56) trata sobre a *performatividade* de gênero, segundo a qual são as performances que criam os gêneros e não o contrário. Assim, não é por ser mulher que um sujeito desempenha o papel da fragilidade, mas por desempenhar o papel da fragilidade que o sujeito é entendido como mulher (BUTLER, 2019, p. 69). Todavia, essas performances são alinhadas no padrão cis-heteronormativo, que encadeia gênero-corpo-performance-desejo. Por isso, o rigor do patriarcado em policiar as performances de gênero, punindo as desviantes e recompensando as convergentes. Segundo Butler, a binariedade de gênero é produto da heterossexualidade compulsória. Pois, ao impor, normatizar e policiar a existência de somente dois gêneros é que se valida a ideia de que naturalmente o gênero homem se interessa e se relaciona com o gênero mulher, e vice-versa, sendo assim a única relação afetivo-sexual aceitável e inteligível (BUTLER, 2019, p. 66-67).

Todavia, nota-se como a binariedade de gênero é fruto do pensamento moderno e colonial do Ocidente, uma vez que não é uma realidade, fixa e estática, em todas as cosmologias. Nesse sentido, utiliza-se do conceito de colonialidade de gênero, segundo a filósofa argentino-estadunidense María Lugones (2008; 2012), a antropóloga argentino-brasileira Rita Segato (2012) e a pedagoga estadunidense-equatoriana Catherine Walsh (2018), que entendem que a modernidade impôs/impõe os gêneros de forma eurocêntrica, universalizante, binária, dicotômica, antagônica e hierárquica, por meio do colonialismo, da colonialidade e da recolonialidade (WALSH, 2009, p. 16). Para tanto, neste artigo, optou-se para usar os marcadores acadêmicos das áreas modernas/coloniais do conhecimento e os gentílicos geográficos para sinalizar de que campo do saber e de que localidade as(os) teóricas(os) estão escrevendo. Percebendo, assim, não só a pluralidade étnica (colonial e colonizada), mas também a pluralidade de áreas acadêmicas que discorrem quer seja sobre as relações de gênero, sobre colonialidade ou sobre as *muxes* em específico.

Nesse sentido, de acordo com a filósofa brasileira Helen de Lima, entende-se a binariedade de gênero “como um termo guarda-chuva que abrange as identidades que estão além do binário de gênero, homem e mulher, podendo ser a ausência, a fluidez ou a ambiguidade/multiplicidade de gêneros” (LIMA, 2020, p. 170). Apresenta-se, para tanto, um caso de variação de gênero para além da binariedade, de uma sociedade colonizada: a sociedade ameríndia zapoteca, no Istmo de Tehuantepec, no México, na qual se encontra um terceiro gênero, chamado *muxe*.

Ressalta-se que se trata de uma reflexão sobre a (não)binariedade de gênero enquanto construção social, política, cultural, discursiva e histórica, e imposta pela colonialidade. O trabalho se justifica pela necessidade de se pensar a binariedade de gênero enquanto construção, pois, como trata a historiadora estadunidense Joan Scott (2019, p. 64), é necessário historicizar as relações de gênero (nesse caso, a binariedade) para compreender seu próprio funcionamento, sua historicidade, sua fluidez e suas possibilidades de desconstrução e reconstrução. Além disso, ainda que haja produções brasileiras que tratem sobre a binariedade/binarismo de gênero – em outras palavras, a relação entre os gêneros homem e mulher – são poucas e recentes as produções sobre os gêneros não-binários.

São ainda mais restritas as produções acadêmicas brasileiras sobre as *muxes*, destacando-se os textos da antropóloga Luanna Barbosa (2016), da filósofa Viviane Botton (2017), da musicista Laila Rosa (2019), da jornalista Luiza Kons (2020), todas brasileiras. Bem como a dissertação do geógrafo mexicano Ani Hernández pela Universidade Federal do Amazonas (2019) e o artigo da fotógrafa alemã Stefanie Graul, publicado pela brasileira *Revista Odeere* (2019). Além das citadas, também foram utilizadas as obras da antropóloga ítalo-mexicana Marinella Miano (2001; 2008; 2010), da *muxe* antropóloga mexicana Amaranta Gómez (2004), da socióloga espanhola Águeda Gómez (2008; 2020), do antropólogo espanhol Juan Flores (2010), da cientista social mexicana Nilvia Ordón (2017) e da economista mexicana Alejandra Urbiola (2017; 2019). O artigo se divide percorrendo, primeiro, sobre a colonialidade de gênero e a (não)binariedade, na sequência apresentando as discussões sobre as *muxes* e suas relações com a colonialidade. Por último, as considerações finais.

Considerações sobre a colonialidade da binariedade de gênero

Entende-se por colonialidade de gênero as formulações produzidas pela modernidade/colonialidade acerca dos gêneros e de suas relações, percebendo os gêneros como invenções modernas/coloniais, baseadas no pensamento cristão e burguês, que define a

relação entre eles de forma binária (homem e mulher, unicamente), dicotômica (homem e mulher são opostos), hierárquica (homem é superior à mulher), antagônica (homem e mulher não são compatíveis, se excluem), universalizante (todos os povos, de todos os tempos e de todos os lugares, concebem a mesma existência de gênero em suas sociedades; mais especificamente, concebem, unicamente e da mesma forma, a existência do gênero homem e do gênero mulher, de modo igualmente binário, dicotômico, antagônico e hierárquico), sendo que o homem é idealizado como sujeito branco, burguês e cis-heterossexual, e a mulher, como branca, burguesa e cis-heterossexual (LUGONES, 2008, p. 82; LUGONES, 2012, p. 131). Tal concepção colonial de gênero foi imposta aos povos e cosmologias não-ocidentais, como os zapotecas, pelos colonizadores europeus e norte-americanos (LUGONES, 2012, p. 132).

Mas, como alerta María Lugones, o sistema de gênero moderno/colonial, apesar de pressupor universalização e atribuir um gênero binário indiscriminadamente, só assigna e reconhece um gênero, de fato, aos sujeitos eurocentrados, brancos, burgueses e cis-heterossexuais; ou seja, aos próprios colonizadores. Pois, o gênero homem significa (no pensamento colonial/moderno) um ser de razão, civilizado, público-político, ao passo que o gênero mulher significa um sujeito passivo, frágil, casto, privado (LUGONES, 2012, p. 131; LIMA, 2020, p. 180). Em oposição, os sujeitos negros e indígenas são entendidos como selvagens, ignorantes, violentos, desorganizados politicamente, sexualmente descontrolados, predispostos ao trabalho escravo (LUGONES, 2012, p. 133). E, como argumenta Lugones, o pensamento moderno rejeita contradições e ambiguidades, e sim, opta pela categorização em polos binários, mutuamente excludentes e bem definidos (LUGONES, 2012, p. 130). Assim, é impossível se pensar “homens negros”, “mulheres negras”, “homens indígenas” e “mulheres indígenas”, pois são conceitos coloniais que se contradizem (LUGONES, 2008, p. 94; LUGONES, 2012, p. 133-134; LIMA, 2020, p. 174; MENDOZA, 2021, p. 282). A exemplo, se a categoria “negro” e “indígena” trata de uma pessoa com predisposição ao trabalho (escravo), e a categoria “mulher” trata de uma pessoa burguesa, que não trabalha, que se limita ao espaço doméstico, como haver “mulheres negras/indígenas”, que são *naturalmente* trabalhadoras (escravas) e *naturalmente* domésticas (burguesas)?

Desse modo, os conceitos “homem” e “mulher” são coloniais, racistas, e contraditórios, quando aplicados às pessoas negras e indígenas, uma vez que, a categoria de gênero não é separável de raça, sexualidade e classe, elas são co-constitutivas (LUGONES, 2012, p. 134; LIMA, 2020, p. 175). Mas, quando a colonialidade universaliza seus termos de gênero, é com o objetivo de impor, colonizar ou normatizar os gêneros-corpos-performances-desejos das cosmologias não-ocidentais dentro de suas leis coloniais. Ao mesmo tempo, se

autopromove, pois cada vez que o conceito “mulher/homem” é assignado, reforça a ideia colonial de mulher/homem enquanto identidades universais e homogêneas, mas sem reconhecer e conceder os privilégios que as categorias homem (branco/europeu/colonizador) e mulher (branca/europeia/colonizadora) carregam.

María Lugones pensa a colonialidade de gênero, então, como uma imposição/invenção colonial, baseada, sobretudo, na pesquisa da socióloga nigeriana-estadunidense Oyèrónkè Oyěwùmí (WALSH, 2018, p. 35), que argumenta que o sistema de gênero não existia na sociedade africana Yorubá, mas que foi introduzido e imposto pelos colonizadores (LUGONES, 2008, p. 86; LIMA, 2020, p. 177). Todavia, algumas teóricas criticam essa afirmação, como a artista aimará-boliviana Julieta Paredes e Rita Segato, argumentando que alguns povos originários possuíam noções de gênero e sistemas reguladores-patriarcais antes da colonização (SEGATO, 2012, p. 116; WALSH, 2018, p. 32-33; MENDOZA, 2021, p. 281-282).

Segato conceitua o termo “patriarcados de baixa-intensidade” para se referir a essas situações, na qual existia um sistema hierarquizante entre identidades de gênero (que foram traduzidas e assimiladas pela modernidade/colonialidade como homens e mulheres), mas que não era tão intensivo quanto o europeu (SEGATO, 2012, p. 116). Se tratava de um sistema de gênero complexo, mas diferente (MENDOZA, 2021, p. 282), “o gênero existe, mas de uma forma diferente da que assume na modernidade” (SEGATO, 2012, p. 118).

Porém, Rita Segato chama a atenção para esse processo de tradução e assimilação das identidades de gênero e do patriarcado pré-coloniais pelos colonizadores. Ela trata como um processo de verossimilhança, “as nomenclaturas permanecem, mas são reinterpretadas à luz de uma nova ordem moderna” (SEGATO, 2012, p. 118). Assim, a antes dual relação entre as identidades pré-coloniais de gênero é reinterpretada de forma binária pelas conceptualizações modernas/coloniais de homem e mulher (SEGATO, 2012, p. 122). Desse modo, ideias como moralidade, cis-heteronormatividade, espaço doméstico-feminino, espaço público-masculino se cristalizam no antigo sistema de gênero originário, buscando “confirmar” intencionalmente uma ideia pré-definida de universalidade dos gêneros coloniais (SEGATO, 2012, p. 120-121).

Desse modo, mesmo que as sociedades originárias possuíssem um gênero compatível com o que a modernidade/colonialidade define como “mulher” (geralmente, indivíduos com vagina, que engravidam), esse gênero originário não significava necessariamente um sujeito passivo, doméstico, emocional, como era para o pensamento moderno/colonial. Dessa maneira, a colonialidade assimila a identidade de gênero originária com a identidade colonial

“mulher”, como se fossem sinônimas; e, ao mesmo tempo, impõe para os sujeitos originários a lógica colonial/moderna do que significa ser mulher.

Catherine Walsh, também, argumenta como os gêneros pré-coloniais eram ligados ao campo do espiritual, e não do biológico-anatômico. Simbolizava, assim, de modo dinâmico, fluido, aberto e não-hierárquico, forças espirituais masculinas, femininas ou andróginas, que davam significado às relações sociais, e impulsionavam uma relação de complementariedade entre os gêneros (WALSH, 2018, p. 36-37), o que se aproxima da ideia de dualidade, que traz Rita Segato. Com isso, nota-se que identidades e relações de gêneros não-coloniais existiam antes da colonização, em algumas sociedades. Como trata a cientista política hondurenha-estadunidense Breny Mendoza, as teóricas da colonialidade de gênero, sejam as mais próximas da ideia de María Lugones ou de Rita Segato,

concordam que a imposição de um sistema de gênero europeu teve efeitos profundos nas relações entre homens e mulheres na colônia, desencadeando forças contra mulheres indígenas, escravizadas e *mestizas* pobres, letais o suficiente para serem consideradas genocidas. A conceitualização de Lugones da colonialidade de gênero é útil precisamente porque situa o gênero em relação à lógica genocida da colonialidade do poder. A lógica racializante que os europeus impuseram sobre os colonizados roubou dos não-europeus não só o seu *status* de humanos, mas também o seu *status* de seres possuidores de gênero (MENDOZA, 2021, p. 283).

Pode-se afirmar que a colonialidade de gênero incutiu e impôs uma ideia restrita de identidades e relações de gênero, pensada de forma eurocentrada, binária, dicotômica, antagônica, hierárquica, racista, cristã, burguesa, branca, cis-heterossexista. Ao conceber os gêneros de forma binária-polarizada, como opostos, que se excluem, mas que, em certa medida, são interdependentes (como razão-emoção, público-privado, força-fraqueza), cria-se a ideia de que os gêneros são opostos complementares, compelindo a heterossexualidade como o único desejo natural e possível do sujeito, pois compreende-se que o gênero homem só se completa com o gênero mulher, e vice-versa.

Todavia, os gêneros coloniais não são complementares ou pares: são assimétricos e hierarquizados (LUGONES, 2012, p. 135). É muito mais suplementar do que complementar, como diz Segato (2012, p. 122). Nesse sentido, o gênero mulher suplementa a pequena parte que falta ao gênero homem; enquanto o gênero homem preenche todo o grande espaço que falta ao gênero mulher; afinal, a mulher é só uma costela que falta ao homem, não metade do seu corpo.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino

diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo (BUTLER, 2019, p. 53).

A binariedade de gênero é, dessa forma, uma invenção colonial, imposta pela colonialidade por meio de várias tecnologias sociais, como a religião, a legislação, a ciência, a educação, a literatura. Uma vez que, mesmo sociedades não-europeias, que compreendiam somente dois gêneros, o faziam de forma a ressaltar a dualidade (SEGATO, 2012, p. 122) ou a complementariedade dos gêneros (WALSH, 2018, p. 36), de modo dinâmico, fluido, espiritual e de baixa intensidade hierárquica. “Durante a colonização ocorreu um processo de generificação e de binarização nas sociedades antes organizadas de formas variadas e, geralmente, não pautadas nesses binarismos excludentes” (LIMA, 2020, p. 183). Sendo, então, a binariedade de gênero essa forma dicotômica, assimétrica, antagônica, restrita, hierarquizada e polarizada de se pensar as relações homem-mulher, e, nesse sentido, uma invenção colonial.

A noção de que só há dois gêneros ou duas formas corporais, que Lugones chama de dimorfismo sexual (LUGONES, 2008, p. 78), é fundamentada na noção de um sexo biológico, anatômico, natural, primordial, diferente do gênero, pensando como posição sociocultural que se constrói em cima de um corpo sexuado. Mas, como argumenta Butler, a categoria “sexo biológico” é também uma construção sociocultural e histórica. A filósofa discorre que quando se pensa uma separação entre sexo e gênero, e que o gênero não seja dependente do sexo, faz com que a própria categoria do sexo perca seu significado, porque o sexo só é entendido em relação ao gênero (BUTLER, 2019, p. 26-27). Dessa forma, Butler afirma que a noção de sexo biológico, binário, que se limita a “corpo masculino” e “corpo feminino”, é uma invenção do próprio sistema de gênero, no objetivo de se autolegitimar com o respaldo de uma categoria natural, estável, permanente e pré-discursiva (BUTLER, 2019, p. 27-28).

Para demonstrar que o sexo biológico binário é uma invenção sociocultural, a filósofa resgata experiência da intersexualidade (BUTLER, 2019, p. 53-54), na qual pessoas nascem com corpos ambíguos para a lógica binária/colonial. Também María Lugones cita a intersexualidade em sociedades colonizadas para argumentar sobre a colonialidade do dimorfismo sexual (LUGONES, 2008, p. 84). O exemplo da intersexualidade exemplifica como o sexo biológico é uma construção moderna/colonial, inclusive nos níveis mais literais

(de se construir cirurgicamente – e, às vezes, contra a vontade do sujeito – pênis e vaginas para corpos ambíguos).

Segundo o historiador estadunidense Thomas Laqueur (2001), a ideia de que homens e mulheres são as únicas variáveis de gênero é fruto do pensamento moderno do século XVIII. Até o século XVI-XVII, no mundo ocidental, reinava a ideia de que havia somente um corpo sexuado, uma anatomia, todavia com dois gêneros. É, sobretudo, com os desenvolvimentos científicos do século XIX, com os estudos sobre a sexualidade, sobre a reprodução e sobre os hormônios, que se consolida a ideia de dois sexos biológicos-anatômicos diferentes.

A intersexualidade, com seus corpos que não podem ser enquadrados nos polos dicotômicos, rígidos e mutuamente excludentes dos gêneros modernos/coloniais, é a própria ruína da pretensa binariedade biológica e natural, pois denuncia sua construção sociocultural e histórica, como alerta a ativista intersexual estadunidense Cheryl Chase (2013, p. 49). Por conta disso, a colonialidade/modernidade de gênero tende a ser extremamente violenta com pessoas intersexuais, as submetendo a múltiplas cirurgias, com o objetivo de enquadrar corpo-gênero numa mesma noção (CHASE, 2013, p. 48). A maioria dessas cirurgias são realizadas quando as pessoas intersexuais ainda são crianças ou recém-nascidas, já que não apresentam tanta resistência quanto adultos intersexuais (CHASE, 2013, p. 50-51); e na maior parte das vezes, são feitas unicamente por fatores estéticos, já que genitais ambíguas, por si só, não são prejudiciais à saúde (CHASE, 2013, p. 52).

Vale ressaltar que a intersexualidade é, também, um termo guarda-chuva que engloba várias formas corporais diferentes. A bióloga estadunidense Anne Fausto-Sterling traz casos intersexuais que escapam à binariedade, seja anatômica, seja cromossômica, seja hormonal. Para os cromossomos, destaca-se a Síndrome de Klinefelter, na qual corpos nascem com cromossomos XXY; Síndrome de Turner, na qual corpos nascem com um só cromossomo X; Síndrome da Super-Fêmea, na qual corpos nascem com cromossomos XXX; e Síndrome do Super-Macho, na qual corpos nascem com cromossomos XYY (FAUSTO-STERLING, 2006, p. 72). Em relação aos hormônios, destaca-se a Síndrome de Insensibilidade aos Andrógenos, na qual corpos XY não reconhecem o hormônio da testosterona, não desenvolvendo características entendidas como masculinas, como pênis e pelos (FAUSTO-STERLING, 2006, p. 72). Ao fim, nem genitais, nem cromossomos e nem hormônios são binários naturais, mas foram cristalizados como se fossem, por meio da ciência, da legislação, da educação e de várias outras instituições coloniais.

Todavia, como trata Walsh, pensar a intersexualidade somente pelos seus fatores biológicos-anatômicos, como apresentado até agora, reduz a possibilidade de analisar a não-

binariedade de gênero para além da biologia (WALSH, 2018, p. 37). Várias cosmologias não-ocidentais possuíam seus sistemas próprios de gênero para além da binariedade (e para além da anatomia), como o caso da sociedade zapoteca, no México, com o gênero *muxe*. E, hoje, muitas comunidades ocidentais (colonizadoras ou colonizadas) possuem sujeitos que rejeitam a binariedade de gênero e se identificam como não-binários/não-binárias/não-binárias, independente de seus corpos.

Assim, *muxes* e não-binárias não necessitam ser intersexuais para reivindicarem a não-binariedade; ou mesmo, não se impõe que pessoas intersexuais sejam, obrigatoriamente, não-binárias, só porquê seus corpos são ambíguos. O que se defende é a existência da multiplicidade de corpos, para desconstruir o mito da binariedade natural do corpo; e a existência da multiplicidade de gêneros, que podem ou não se relacionarem a questões anatômicas, que desconstruem a ideia de somente ser possível viver com/entre dois gêneros.

Muxes e rótulos coloniais

A identidade *muxe*, originária na sociedade zapoteca (autodeterminada *binnizá*), no Istmo de Tehuantepec, no Estado de Oaxaca, no México, tem gerado recentes pesquisas e visibilidade no mundo ocidental globalizado. Nas últimas duas décadas, tem crescido o número de produções (sejam acadêmicas, culturais, políticas ou midiáticas) que enfoquem nessa identidade de gênero. Todavia, há ainda alguns mitos consolidados no pensamento colonial acerca dessa população, dos quais ressalta-se a ideia da *muxe* enquanto uma identidade masculina homossexual; a ideia de um matriarcado originário entre os zapotecas; a ideia de que as *muxes* são bem-aceitas em sua comunidade e passam isentas de preconceitos e violências; e a ideia de que o Istmo de Tehuantepec, mais especificamente a cidade de Juchitán de Zaragoza, onde se localiza o maior percentual de *muxes*, é um “paraíso *queer*”.

Em primeiro ponto, a maioria dos trabalhos acadêmicos tratam sobre as *muxes* de Juchitán de Zaragoza, mas a identidade não é restrita a esse local, sendo encontrada também em outras cidades da região, como Santa María Xadani (ORDÓN, 2017, p. 7), e, além, sendo conhecido o processo de migração de *muxes* para grandes centros urbanos, como Cidade do México ou Guadalajara. Como critica Nilvia Ordón (2017, p. 29), as produções são sempre sobre Juchitán e nunca sobre outras cidades. Nesse sentido, percebe-se certo interesse neoliberal-econômico sobre e em prol de Juchitán, que será melhor elaborado.

Neste artigo, trata-se as *muxes* com pronomes femininos, como a maioria delas usam para se referir a si mesmas (ORDÓN, 2017, p. 02), apesar de alguns trabalhos acadêmicos (e alguns *muxes*-masculinos) utilizarem pronomes masculinos. Concebe-se a identidade como

um terceiro gênero (URBIOLA; VÁZQUEZ; CÁZAREZ, 2017, p. 506; URBIOLA, 2019, p. 64), não-binário e não-colonial, mas que possui suas próprias regras e normas. Dentre elas, destaca-se que as *muxes* são aquelas que, ao nascimento, é assignado o gênero homem, mas que, em seu processo de subjetivação, como informa a *muxe* Amaranta Gómez (2004, p. 200), vão abandonar pelo gênero *muxe*, nesse processo podem ou não mudarem seus nomes masculinos ou modificarem seus corpos (BOTTON, 2017, p. 23). Dentro de um contexto colonial/colonizado, como é o México, em que, formalmente, só se reconhecem dois gêneros, as *muxes* são, portanto, identidades transgêneras, pois há uma transição entre gêneros. Porém, vale ressaltar, que não se trata de uma identidade/gênero estática, mas em constante mudança (KONS, 2020, p. 12).

Destarte, ressalta-se sua característica de (trans)gênero não-binário, pois, as *muxes* não se limitam às performances femininas (ou seja, não transitam entre gênero homem e o gênero mulher), mas também, podem exercer performances específicas à identidade *muxe*, bem como, performances masculinas. Nesse sentido, Gómez e Gutierrez (2020, p. 119) chama-a de “identidade transbinária”, pois rompe com a binariedade. Assim, existem múltiplas *muxes*: *muxes*-masculinas, *muxes*-andróginas e *muxes*-femininas, com performances fixas ou fluidas (BARBOSA, 2016, p. 8). Ao fim, elas não se reconhecem como mulheres ou como homens, mas como *muxes*, o que elucida seu estado de terceiro gênero. O que as define é mais a ausência de características cis-heterossexuais (e, ao que se acrescenta, binárias-coloniais), do que algo estritamente *muxe* (BOTTON, 2017, p. 22). Dessa maneira, não há como generalizar características e comportamentos entre as *muxes*. O que as une é a ausência e a ruptura de características e comportamentos cis-heterossexuais, binários e coloniais.

Apesar de algumas esparsas assimilações com outros termos, como gay, travesti e transexual, a comunidade não assume outro nome, em respeito à sua identidade zapoteca. Desse modo, o reconhecimento da identidade zapoteca é fator crucial para constituição da identidade *muxe*: toda *muxe* é, antes, zapoteca (URBIOLA; VÁZQUEZ; CÁZAREZ, 2017, p. 516). O próprio termo *muxe* provém do zapoteco “*namuxe*”, que significa tímido, afeminado; apesar disso, a maior parte dos textos acadêmicos trata como uma corruptela da palavra espanhola *mujer/muller* (GRAUL, 2019, p. 46), o que pode indagar se é fruto do pensamento colonial.

As referências sobre as *muxes* podem ser encontradas desde o século XVI (GÓMEZ; GUTIERREZ, 2020, p. 120). Em uma análise geracional, até a década de 1950, as *muxes* dificilmente usavam roupas femininas, eram reconhecidas pelos trejeitos, entonações ou uso de pequenos adereços (BARBOSA, 2016, p. 14). A partir da década de 1980, passam a usar

os trajes feminino tradicionais zapotecos, tradição que mantém até hoje e pela qual são conhecidas nas mídias (BARBOSA, 2016, p. 15; KONS, 2020, p. 4). Juan Flores chama esse momento de “zapotequização identitária” (FLORES, 2010, p. 3). Também a partir desse período, percebe-se uma busca, cada vez maior, por acompanhamentos médico-hormonais e cirúrgicos, a fim de atingir um corpo “mais feminino” (MIANO, 2001, p. 687; BARBOSA, 2016, p. 16; HERNÁNDEZ, 2019, p. 25). Todavia, apesar desses processos médicos, não há disputas entre *muxes*: sejam femininas ou masculinas ou andróginas, com pênis/seios ou sem, com performances fixas ou fluidas, são *muxes* (GÓMEZ, 2004, p. 203; BARBOSA, 2016, p. 27).

Um dos mitos citados foi de que as *muxes* são homossexuais zapotecos. Todavia, além de não se considerarem como homens e, sim, como *muxes*, a variedade de desejos sexuais-afetivos delas vai além do desejo restrito ao gênero homem, ainda que a maioria o tenha. Algumas *muxes* possuem relações com mulheres ou com outras *muxes*, apesar dessas relações serem um tabu na comunidade (MIANO, 2010, p. 2450; BARBOSA, 2016, p. 08). Vale ressaltar, também, a existência de uma quarta variedade identitária nessa sociedade, as *nguii*, que são mulheres masculinizadas, porém, mais depreciadas e desvalorizadas socialmente do que as *muxes* (MIANO, 2001, p. 686; GRAUL, 2019, p. 45; GÓMEZ; GUTIERREZ, 2020, p. 121), e, inclusive, há relações afetivo-sexuais entre *muxes* e *nguii*.

O segundo mito citado é da ideia de um matriarcado zapoteco. Tal visão é baseada nos limites zapotecos não-coloniais de espaço público-masculino e privado-feminino. Nessa sociedade, cabe às mulheres os domínios domésticos, comerciais-mercadológicos, festivos, artesanais, de preservação da tradição e de prestação de serviços. Enquanto, aos homens cabe o lugar da produção, seja agrícola ou industrial, da política, da cultura e da intelectualidade (MIANO, 2001, p. 685; GÓMEZ, 2004, p. 199; GÓMEZ; MIANO, 2008, p. 171; BOTTON, 2017, p. 25). Por conta desses limites mais amplos para as mulheres, diferente dos limites coloniais/eurocentrados – nos quais à mulher só se reserva o campo doméstico –, pensa-se um matriarcado. Mas, recorda-se que as sociedades colonizadas também possuíam sistemas reguladores de gênero, mas diferentes do sistema europeu.

Esses limites “diferentes” não significam um matriarcado, mas um “patriarcado de baixa intensidade”, já que as mulheres zapotecas, apesar da maior área de atuação, não detinham/detém posições de poder ou autoridade (seja política, intelectual ou familiar), eram/são hierarquizadas aos homens. Nesse sentido, o patriarcado zapoteco colonizado atinge, também, às *muxes*, pois são mais aceitas socialmente as que encadeiam gênero-performance: assim, de *muxes*-femininas espera-se comportamentos femininos e de *muxes*-masculinas,

comportamentos masculinos (MIANO, 2010, p. 245-246), esperando que não questionem a ordem patriarcal, hierarquizada e binária que foi imposta.

Todavia, ressalta-se que o povo zapoteco está há 500 anos em contato com os colonizadores (e com sua imposição violenta de seu modo de ser). Assim, não se pode afirmar “isso é coisa do patriarcado zapoteco/isso é coisa do patriarcado colonial”, mas somente que seu produto (o patriarcado observado) tem elementos fundidos dos dois, o que Julieta Paredes chama de “entroncamento” (WALSH, 2018, p. 32). Dessa forma, apesar de não ser convergente com o patriarcado europeu-colonizador, ele não está livre dele. Percebe-se, inclusive, que o patriarcado zapoteco colonizado é analisado pelos próprios termos coloniais. Ou seja, a análise de espaço público-privado e masculino-feminino é colonial, pois sua definição vem do pensamento moderno. E, além, a posição de poder/autoridade evocada (usada para argumentar que as mulheres são subordinadas aos homens) é, ela mesma, uma formulação colonial: autoridade política está sendo pensada como ocupação em cargos republicanos-governamentais, a autoridade intelectual está sendo pensada como ocupação em universidades-Academia, e a autoridade familiar está sendo pensada como o pai burguês, *dono* da casa, da esposa e dos filhos; todas proposições coloniais. Assim, não se trata de definir e classificar, em noções coloniais, como “patriarcado zapoteco” ou “patriarcado colonial” ou “matriarcado zapoteco”, mas reconhecer o entroncamento de múltiplas posições de poder.

Outro dos mitos relacionados às *muxes*, é de que são identidades bem-aceitas e desejáveis, tratadas como bênçãos de Deus para a família. Há uma lenda zapoteca de que as famílias vestiam o filho caçula como menina, para que não se casasse e, assim, “virasse” *muxe*, com o objetivo de cuidar dos pais na velhice (BOTTON, 2017, p. 24; GRAUL, 2019, p. 44). Apesar do imaginário, a criação do filho caçula como *muxe* não é generalizada: há *muxes* que são as filhas mais velhas ou do meio, bem como há mães que não querem filhas *muxes* (FLORES, 2010, p. 09).

Mas, embora existam famílias receptíveis, elas não podem ser generalizadas. As *muxes*, também, são vítimas de preconceitos, agressões, rejeições e repressões familiares. Geralmente, os pais não aceitam a filha *muxe*, ao passo que as mães aceitam como algo irremediável (MIANO, 2001, p. 686; GÓMEZ, 2004, p. 202; MIANO, 2010, p. 2450). A rejeição, inclusive, é proporcional ao *status* econômico da família (GÓMEZ, 2004, p. 202), ao que se pode indagar se não seria, então, proporcional ao *status* de assimilação da colonialidade pela família, por meio de sua participação na econômica neoliberal do mundo globalizado, na tentativa de equiparar seu modo de viver ao dos colonizadores.

Todavia, sendo uma identidade local e comum, sendo que 6% da população é *muxe* (GRAUL, 2019, p. 44), sempre há uma vizinha ou uma parente *muxe* para amparar a criança (BARBOSA, 2016, p. 9; BOTTON, 2017, p. 29). Esse imaginário da *muxe* enquanto a filha que cuida dos pais na velhice, se dá, sobretudo, porque dificilmente elas se casam e constituem família própria, principalmente porque lhes são negadas o direito (básico) ao amor, possuir um relacionamento “oficial” com uma *muxe* é malvisto pela comunidade (BARBOSA, 2016, p. 26; URBIOLA; VÁZQUEZ; CÁZAREZ, 2017, p. 519). Além disso, muitas vezes a aceitação da família só é motivada por interesses financeiros-laborais: a *muxe* é uma fonte de renda para os pais idosos e pobres, além de exercer as funções domésticas do lar, como limpar, cozinhar e dar assistência (MIANO, 2010, p. 2450; BOTTON, 2017, p. 24).

De toda forma, as *muxes* integram a sociedade zapoteca, não são guetificadas. Elas possuem um papel econômico, familiar, comunitário e social bem demarcado. Todavia, nota-se diferenças sociais entre *muxes*-femininas e *muxes*-masculinas. As femininas tendem a abandonar os estudos e trabalhar em profissões com baixo prestígio social, como cozinheiras, coreógrafas, decoradoras, cabelereiras, costureiras, prostitutas. Enquanto as *muxes*-masculinas tendem a cursar o ensino superior e se tornarem profissionais liberais (MIANO, 2010, p. 2451; BARBOSA, 2016, p. 13). Fora da comunidade zapoteca, como na Cidade do México e em Guadalajara, as *muxes* são mais guetificadas, marginalizadas e tratadas como exóticas, e passam por uma dupla opressão: por serem indígenas e por serem transgêneras (BARBOSA, 2016, p. 17; URBIOLA; VÁZQUEZ; CÁZAREZ, 2017, p. 507).

Quanto ao local, a cidade de Juchitán é conhecida por suas festas populares, chamadas de velas (que vem de velar), e as *muxes* são fundamentais para elas, pois são quem tradicionalmente decoram o local, costuram as vestimentas e animam as festas (MIANO, 2001, p. 687; BARBOSA, 2016, p. 11). A economia da cidade é voltada para essas festividades, que atraem inúmeros turistas, sobretudo as velas organizadas pelas próprias *muxes* (BARBOSA, 2016, p. 22; BOTTON, 2017, p. 31; URBIOLA, 2019, p. 65). Interessante mencionar que a maioria da população zapoteca é católica, inclusive as *muxes*. A Igreja é relativamente receptiva a elas: frequentam missas e festividades (inclusive, as velas começam dentro da Igreja) e podem ser madrinhas ou padrinhos em batismos (BARBOSA, 2016, p. 11-12; BOTTON, 2017, p. 31). Além disso, há uma lenda católica de que a grande quantidade de *muxes* em Juchitán é culpa de São Vicente Ferrer (ROSA, 2019, p. 40).

Além das funções familiares, comunitárias, econômicas e sociais, as *muxes* possuem, também, uma função sexual. Percebe-se na sociedade zapoteca uma forte defesa de que as meninas se mantenham virgens até o casamento, enquanto os meninos iniciem sua vida sexual

precocemente. Tem-se, assim, um impasse, ao qual as *muxes* são impelidas a resolverem. São elas as encarregadas de iniciarem sexualmente os rapazes e de servirem como objeto sexual para o prazer, fetiche ou reafirmação da masculinidade de homens casados, protegendo, assim, a pureza das mulheres (MIANO, 2001, p. 687; GÓMEZ, 2004, p. 205; GRAUL, 2019, p. 50). Esses limites sobre a sexualidade dialogam com a questão do patriarcado zapoteco colonizado: até que ponto é o pensamento ameríndio sobre o sexo, até que ponto é o pensamento cristão e burguês sobre o sexo, até que ponto é o entroncamento de ambos?

O último mito é de que a cidade de Juchitán compõe um “paraíso *queer*”, no qual não existe patriarcado, cis-heteronormatividade ou LGBTfobia, no qual as *muxes* são amadas por todos, não sofrem por preconceito ou guetificação, e são bem-vindas em suas famílias, que por sua vez, rezam para ter filhas *muxes* (GÓMEZ; MIANO, 2008, p. 177), o que não se verifica. Como tratam as autoras, há violência e discriminação na região (GRAUL, 2019, p. 51; ROSA, 2019, p. 40), sobretudo para as *muxes* com performances mais desviantes, para as mais femininas, para as mais pobres, para as que se prostituem, para as que realizam acompanhamentos cirúrgicos e hormonais. Além disso, é impossível falar de um não-patriarcado, já que os espaços masculinos, femininos e *muxes* estão muito bem definidos, hierarquizados e não devem ser transpostos, vide o exemplo da função sexual da *muxe* e de sua proibição social de poder amar e constituir família própria, pois sua função está em servir aos interesses cis-heterossexistas: seja servir à família, servir à economia, servir à sociedade, servir à sexualização.

Nesse sentido, Juan Flores argumenta até que ponto a identidade *muxe* é expressão da liberdade de gênero e de sexualidade e não expressão da rigidez e repressão desse sistema, que cria outro gênero só para que homens possam fazer atividades femininas, como costurar e cozinhar (FLORES, 2010, p. 13). Não se descarta esse argumento, mas destaca-se que reduz e generaliza as *muxes* a sujeitos passivos, fixos e eternamente vítimas do sistema, sem reconhecer seus processos de subjetivação, identificação, autorrepresentação, subversão e construção de identidade (no final, são as *muxes* que definem o que é ser *muxe*), subvertendo o próprio sistema de gênero estabelecido. Esse argumento acaba caindo em um “determinismo social”. Além disso, atualmente no México, múltiplas identidades de gênero e sexualidade coexistem: *muxes*, gays, bissexuais, travestis, transexuais, não-binários, *drag-queens*, dentre outras, sem que uma identidade anule a outra. Assim, hoje, quem se identifica como *muxe*, é porque, redundantemente, se vê/se entende (ou quer ser vista/entendida) como *muxe*.

A ideia de um “paraíso *queer*” se liga mais a um interesse econômico-neoliberal de vender essa imagem da região, com objetivo de lucrar com o turismo LGBTQIA+ para as

velas *muxes*. Dessa forma que se nota o interesse em divulgar Juchitán, onde há as maiores e mais lucrativas festas. Nota-se isso, também, já que as *muxes* mais excluídas são, justamente, as que não se envolvem com interesses políticos-financeiros (URBIOLA, 2019, p. 70). É o que Walsh chama de recolonialidade, quando são os projetos neoliberais e os interesses de mercado que definem o lugar das comunidades originárias/colonizadas (WALSH, 2009, p. 16).

Além disso, o uso do termo *queer* já foge da própria realidade local (não se trata do paraíso *muxe*, mas do paraíso *queer*), sendo que *queer* não possui significado na cultura zapoteca (ou, sequer, na mexicana), justamente porque se refere a um contexto eurocentrado-anglófono. Assim, reproduz interesses coloniais de classificar identidades não-europeias com termos europeus, como se uma identidade só pudesse ser inteligível (e comercializada) se fosse europeizada. O termo é empregado de forma universalizante, como se todos os povos, de todos os tempos e de todos os lugares concebessem a mesma identidade *queer* e ela fosse propícia e abrangente para ser empregada em qualquer contexto, como critica a artista travesti chilena Hija de Perra (2014, p. 06), e mais, como se todas essas identidades não-europeias quisessem ser tratadas como *queer* – o que não era o caso da própria Hija de Perra (2014, p. 03). Nessa esteira indaga-se, se as *muxes* são tão orgulhosas de sua identidade zapoteca, porque iriam querer ser chamadas de *queer*?

Essa situação pode levar a um questionamento. Sabe-se que o capitalismo é (auto)destrutivo (precisa de crises, de guerras, de falências e de destruição para continuar existindo em sua busca pelo lucro) e que a colonialidade impõe, normatiza e universaliza os gêneros binários, destinando aos desviantes um estado de não-existência. Todavia, percebe-se que o capitalismo neoliberal (re)colonial está divulgando/comercializando a identidade *muxe* para o mundo globalizado, em sua busca por lucro, e com isso reconhecendo e institucionalizando essa identidade (ainda que seja sob um termo colonial – *queer*). Ou seja, o capitalismo-colonialidade está devorando seus próprios dedos, está destruindo acidentalmente a pretensa imutabilidade, universalização e binariedade dos gêneros coloniais para lucrar com a identidade *muxe*. Todavia, é claro, em uma escala muito pequena, em nível regional. E, como trata Walsh, essas políticas neoliberais partem exclusivamente do interesse de mercado, e não de um interesse em modificar as estruturas sociais coloniais (WALSH, 2009, p. 20). Ainda que esteja sacrificando algumas premissas coloniais, como a universalização e imutabilidade da binariedade de gênero, é mais uma reciclagem do Patriarcado, como nomeia Julieta Paredes (2015, p. 105), do que sua autodestruição.

Considerações finais

As discussões sobre a colonialidade da binariedade de gênero não se encerram com este artigo. Como citado, muitos povos não-europeus possuíam sistemas de gênero etnohistóricos, com variações não-binárias, muitas das quais ainda são desconhecidas no Brasil. Este texto se dedicou a apresentar e refletir apenas sobre uma: o caso *muxe* (zapoteco/mexicano). Além desses casos etnohistóricos, destaca-se os gêneros não-binários contemporâneos e a intersexualidade, que enriquecem o debate sobre as construções coloniais dos gêneros-corpos-performances-desejos. Dessa forma, as possibilidades e potencialidades de estudo se expandem, e apela-se para que sejam estudadas, discutidas e divulgadas – que essas discussões não se restrinjam à Academia, mas que envolvam o público. Pois, percebe-se como podem contribuir para a descolonização e desbinarização dos gêneros e do modo de viver.

Possibilita-se, assim, a ampliação do debate e potencializa-se a descolonização dos gêneros; ou seja, possibilita entender a binariedade, a dicotomia, o antagonismo, a hierarquia, a universalização e a imutabilidade entre os gêneros como criação e imposição (colonização) de um povo (colonizador) sobre outros (colonizados). Dessa forma, entender que os gêneros nem sempre foram os mesmos entre todos os povos, de todos os lugares e de todos os tempos, mas que dependem de seus contextos: não são rígidos e fixos, mas “existem” conforme são performados e vivenciados. Como elucida Catherine Walsh,

a descolonização é uma forma de (des)aprendizagem: desaprender tudo que foi imposto e assumido pela colonização e desumanização para reaprender a ser homens e mulheres. A descolonização só ocorre quando todos individualmente e coletivamente participam em sua derrubada, ante a qual o intelectual revolucionário – como também o ativista e mestre – tem a responsabilidade de ajudar ativamente e participar no “despertar” (WALSH, 2009, p. 35).

Ao ampliar o repertório de referências de gênero de povos colonizados e ao discutir sobre como os gêneros são criações e imposições coloniais, possibilita e potencializa, também, a discussão sobre a intersexualidade e a fabricação de corpos binários, de como a colonialidade se reveste de imutabilidade natural-biológica para impor sua visão, pregando que só existe pênis ou vagina, testosterona ou progesterona, XY ou XX, silenciando e violentando variações corporais para além desses binarismos. Bem como, possibilita e potencializa as discussões sobre os gêneros não-binários contemporâneos, como o gênero-fluido, o agênero, o gênero-neutro, o terceiro-gênero, dentre outros, que comumente são menosprezados e zombados. A discussão se enriquece ainda mais quando se lembra que,

atualmente, alguns países reconhecem oficialmente um terceiro sexo/gênero nas documentações. Ao fim, concorda-se com Helen de Lima, talvez a não-binariedade seja o caminho para a descolonização (LIMA, 2020, p. 170), pois possibilita “existir” conforme normas não-coloniais, definir o seu próprio modo de vivenciar o seu gênero, e qual não é a resistência de existir diante do sistema que institui sua não-existência?

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Luanna. Muxes: Entre localidade e globalidade: Transgeneridade em Juchitán, Istmo de Tehuantepec. **Mandrágora**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 05-30, 2016.
- BOTTON, Viviane B. Muxes: Gênero e subjetivação, entre a tradição e as novidades. **Ecopolítica**, São Paulo, n. 17, p. 19-32, 2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CHASE, Cheryl. Hermafroditas con actitud: Cartografiando la emergencia del activismo político intersexual. **Debate Feminista**, Cidade do México, n. 47, p. 47-75, 2013.
- FAUSTO-STERLING, Anne. **Cuerpos sexuados: La política de género y la construcción de la sexualidad**. Barcelona: Melusina, 2006.
- FLORES M., Juan A. Travestidos de etnicidad zapoteca: Una etnografía de los muxes de Juchitán como cuerpos poderosos. **Anuario de Hojas de Warmi**, Barcelona, n. 15, p. 01-24, 2010.
- GÓMEZ S., Águeda; GUTIERREZ C., Natividad. Etnosexualidad e identidades de género transbinarias: Apuntes etnográficos para la reflexión. **RELIES**, Sevilha, n. 2, p. 115-141, 2020.
- GÓMEZ S., Águeda; MIANO B., Marinella. Dimensiones discursivas del sistema de sexo y género entre los indígenas zapotecas del Istmo de Tehuantepec (México). **Papers**, Barcelona, v. 88, p. 165-178, 2008.
- GÓMEZ, Amaranta. Trascendiendo. **Desacatos**, Cidade do México, n. 15/16, p. 199-208, 2004.
- GRAUL, Stefanie. El tercer género de los binnizá entre globalización y etnicidad: ¿Identidades híbridas?. **Odeere**, Jequié, v. 4, n. 7, p. 43-67, 2019.
- HERNÁNDEZ C., Ani D. **A territorialidade dos muxes**. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFAM, Manaus, 2019.
- KONS, Luiza P. Magnólia: A construção imagética de uma muxe por Graciela Iturbide. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 25, 2020, São Paulo. **Anais do XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**, São Paulo: PUC-SP, 2020. p. 01-16.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

- LIMA, Helen T. de. Não-Binariedade: Uma saída da colonialidade de poder-saber-ser e de gênero. **Rev. Seara Filosófica**, Pelotas, n. 21 – inverno, p. 170-184, 2020.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.
- LUGONES, María. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. In: CONEXIÓN FONDO DE EMANCIPACIÓN (org.). **Pensando los feminismos en Bolivia**. La Paz: Conexión Fondo de Emancipación, 2012. p. 129-139.
- MENDOZA, Breny. Colonialidade de gênero e poder: Da pós-colonialidade à decolonialidade. **Revista X**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 259-289, 2021.
- MIANO B., Marinella. Entre lo local y lo global: Los muxes en el siglo XXI. In: ENCUESTRO DE LATINOAMERICANISTAS ESPAÑOLES, 14, 2010, Santiago de Compostela. **Anais do XIV Encontro de Latinoamericanistas Espanhóis: Congresso Internacional 1810-2010: 200 anos de Iberoamérica**, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2010. p. 2447-2464.
- MIANO B., Marinella. Género y homosexualidad entre los zapotecos del Istmo de Tehuantepec: El caso de los muxes. In: CONGRESO CHILENO DE ANTROPOLOGÍA, 4, 2001, Santiago de Chile. **Anais do IV Congreso Chileno de Antropología**, Santiago de Chile: Acta Académica, 2001. p. 685-690.
- ORDÓN R., Nilvia. **Migración, género y etnia: Identidad muxes' en la ciudad de Guadalajara, México**. 155 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Género y Cultura) - Universidad de Chile, Santiago de Chile, 2017.
- PAREDES, Julieta. Despatriarcalización: Una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida). **Revista de Estudios Bolivianos**, Pittsburgh, v. 21, p. 100-115, 2015.
- PERRA, Hija de. Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. **Periódicus**, Salvador, n. 2, p. 01-08, 2014.
- ROSA, Laila. Trânsitos e conexões sagradas, feministas e musicais de Abya Yala entre Brasil e México. **REBEH**, Redenção, v. 2, n. 3, p. 30-50, 2019.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (org.). **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-80.
- SEGATO, Rita L. Gênero e colonialidade: Em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 106-131, 2012.
- URBIOLA S., Alejandra E. Apropiación y uso de elementos semióticos entre los muxes' de Juchitán de Zaragoza, México. In: _____. **La representación del género: Un acercamiento cualitativo en tres estudios caso**. Querétaro: Concytea, 2019. p. 60-75.
- URBIOLA S., Alejandra E.; VÁZQUEZ G., Angel W.; CÁZARES G., Ilia V. Expresión y trabajo de los Muxes del Istmo de Tehuantepec, en Juchitán de Zaragoza, México. **Nova Scientia**, León, v. 9, n. 19, p. 502-527, 2017.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: In-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera (org.). **Educação Intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-42.

WALSH, Catherine. Sobre el género y su modo-muy-otro. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande, v. 2, p. 25-42, 2018.

Brasília: a repercussão da construção do século na imprensa brasileira

Brasília: the repercussion of the construction of the century in the Brazilian press

Henrique Knebel Visnievski,¹ ULBRA

Rafaela Silveira,² IFSUL

Resumo

A ambiciosa construção de Brasília marcou a década de 1950. Este artigo resalta a importância da imprensa na década de 1950 e tem como objetivo analisar a repercussão da mudança de capital nos periódicos *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*. Para esta pesquisa, foram utilizadas questões que nortearam o artigo: como a construção de Brasília foi noticiada na imprensa brasileira? Como a população brasileira reagiu com uma obra de grande porte? Qual o perfil editorial dos jornais utilizados? Para responder essas perguntas, foram utilizados métodos de pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo. A análise e a discussão desses materiais ajudam a compreender como os jornais abordaram o anúncio, a construção e a inauguração de Brasília, bem como suas influências e suas particularidades como atores políticos.

Palavras-chave: Brasília; imprensa; Juscelino Kubitscheck.

Abstract:

The ambitious construction of Brasília marked the 1950s. This article highlights the importance of the press in the 1950s and aims to analyze the reverberation of the change of capital in *Diário de Notícias* and *Jornal do Brasil*. For this research, questions were used that guided the article: How was the construction of Brasília reported in the Brazilian press? How did the Brazilian population react to a large-scale project? What is the editorial profile of the newspapers used? To answer these questions, basic research methods were used: bibliographic research and content analysis. The analysis and discussion of these materials help to understand how the newspapers approached the advertisement, the construction and inauguration of Brasília, as well as their influences and their particularities as political actors.

Key words: Brasília; press; Juscelino Kubitscheck.

Introdução

Juscelino Kubitscheck (1902 – 1976) era um líder ambicioso. De acordo com Thomas Skidmore, na obra *Brasil: de Getúlio à Castelo*, Kubitscheck tentava “assegurar o seu lugar na história, tomando a liderança do caminho para a industrialização do Brasil” (SKIDMORE, 1982, p. 208).

A construção de Brasília, símbolo escolhido por Kubitscheck para eternizá-lo, respirava ares do século XXI e trazia consigo a esperança de um lugar que tomaria grandes

¹ Graduando em jornalismo pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Canoas, RS, Brasil. E-mail: Henriqueknebel@gmail.com.

² Graduanda em Engenharia de controle e automação – IFSUL. Charqueadas, RS, Brasil. E-mail: rafa.araujo2310@gmail.com.

decisões por nosso país (SKIDMORE, 1982). O projeto ousado simbolizou a irreversível modernização do Brasil e colocou Kubitschek como ícone de um governo desenvolvimentista, cujo objetivo era o fomento do desenvolvimento econômico, estrutural e industrial do país. Na imprensa, as críticas visavam principalmente pela decisão de mudar a capital do Rio de Janeiro, para o Centro Oeste, em um lugar inóspito. Começar uma capital do zero, em um lugar desconhecido, gerou debates e culminou na dúvida de se a nova capital sairia do papel.

Nem só da construção de Brasília viveu a mídia. Aliás, a década de 1950 foi marcada por grandes transformações. Para Dines (2009), a nova capital representou os “anos dourados” da imprensa brasileira e que colidiram com uma nova forma de fazer jornalismo. As reformas redacionais, gráficas e editoriais do *Jornal do Brasil* (1891 -), em 1956, por exemplo, são consideradas “os marcos inaugurais de uma nova fase da imprensa brasileira” (RIBEIRO, 2000, p. 12).

A profissionalização dos jornalistas acarretou não só na forma de arrecadação, mas também em todo ideário do que é e de como fazer jornalismo. As reformas substituíram o jornalismo político-literário para o empresarial. Para Ribeiro (2000, p. 12),

A imprensa abandonou definitivamente a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina e a substituiu por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida "objetiva" e "imparcialmente" na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião.

O *Jornal do Brasil* foi a peça-chave do desenvolvimento desta pesquisa pela sua importância na imprensa brasileira e pela sua representatividade nos meios de comunicação. Além disso, o periódico aproveitava a liberdade de imprensa para questionar o governo JK.

Diário de Notícias (1925 – 1979) foi um dos principais veículos que mediaram os gaúchos com o resto do Brasil. Aliás, essa proximidade do jornal com o governo de Kubitschek, se dá, entre outros motivos, pelo seu vice, o gaúcho João Goulart (1919 – 1976)³, de São Borja. Em geral, a nova capital foi bastante citada no jornal, mas nem sempre com destaque. As reportagens, em muitas ocasiões descritivas, continham opiniões de pessoas influentes, sejam elas a favor, contra ou preocupadas com o desenrolar das obras.

A partir deste contexto, a pesquisa segue um movimento ordenado de estudos histográficos, aplicando o jornal como fonte e o seu conteúdo como objeto de pesquisa. Segundo Tânia Regina de Luca, esse tipo de estudo não era usual até a década de 1960, já que

³ João Goulart foi o 24º presidente da República, de 1961 a 1964. Antes de ser o 14º vice-presidente do Brasil no governo de JK, Jango foi Ministro do Trabalho, em 1953. Durante o comando do Ministério, Jango enfrentou fortes crises e movimentos de oposição.

se acreditava que os periódicos não eram fidedignos no registro de acontecimentos pois misturavam seus sentimentos e interesses (LUCA, 2005).

Para outros autores que se dedicam ao estudo dos periódicos, como Capelato e Prado (1980, s/p), a imprensa é “um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”, embora a imagem construída seja de imparcialidade e dever cívica com a realidade.

Para tanto, o estudo foi realizado por meio de uma análise das edições dos dois jornais, começando por edições de 1954, dois anos antes do início das obras de Brasília, até 1960, sua inauguração. As informações coletadas e analisadas foram escolhidas por critério de relevância e seguiram uma ordem cronológica dos acontecimentos que marcaram a obra.

Por fim, o artigo está organizado em três seções, além desta introdução. Na primeira seção, apresenta-se um panorama do governo de Kubitschek. A seguir, na segunda e terceira seção, analisa-se a repercussão da construção de Brasília nos periódicos. Ao final, tecem-se as considerações finais.

O Brasil de JK

Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek, junto com seu vice, João Goulart (1919 – 1976), assumiu a presidência do Brasil e deu início a uma nova era no país, onde diversos setores avançam significativamente, principalmente a infraestrutura e a indústria (SKIDMORE, 1982).

Kubitschek, mineiro de Diamantina, formado em medicina, exerceu por pouco tempo sua profissão, descobrindo que sua habilidade estava, na verdade, na política. Foi prefeito e, logo após, governador de Minas Gerais, na mesma eleição que levou Getúlio Vargas (1882 – 1954)⁴ à presidência do Brasil. Como governador, teve grande importância e um grande aprendizado graças aos problemas do Estado que, em suas proporções, o prepararam para enfrentar os problemas do Brasil (SKIDMORE, 1982).

Em sua campanha, Kubitschek já falava sobre seu plano de desenvolvimento do país e apostava principalmente na industrialização acelerada. Ao tomar posse, seu plano de desenvolvimento, chamado de Plano de Metas, foi oficializado e seguido durante o mandato. O Plano tinha 30 objetivos em diferentes setores da economia, que deveriam ser entregues entre cinco e dez anos. De acordo com o Plano de Metas (1958, p. 09),

⁴ Foi presidente do Brasil por quase 19 anos, sendo 15 anos de forma ininterrupta. Embora tenha colaborado para modernização no país, Vargas tomou posse após um golpe militar e, logo depois, instaurado uma ditadura militar.

os recursos nacionais previstos, embora vultosos, representam, em média, em seis anos, apenas 4,3% do produto nacional bruto, a preços correntes projetado até 1961, segundo a tendência observada a partir do ano de 1953.

Para Fausto (2011), na memória coletiva de todo brasileiro, os cinco anos do governo de Kubitschek são lembrados como exemplo de otimismo e grandes realizações.

O presidente seguia uma linha do governo de Vargas, mas sem se utilizar do autoritarismo e do populismo, como seu antecessor. Kubitschek tentava agradar todas as classes, mostrando que haveria vantagens para todos em seu governo. Concedeu aumentos salariais aos militares, investiu em armamentos e maquinários mais modernos, tanto para o exército e quanto para a aeronáutica, e investiu em um navio novo para a marinha (SKIDMORE, 1982).

A essência do estilo de Kubitschek era a improvisação. O entusiasmo, a sua principal arma, refletia uma confiança contagiante no futuro do Brasil como grande potência. Sua estratégia básica era pressionar pela rápida industrialização, tentando convencer a cada grupo do poder que teriam alguma coisa a ganhar ou, então, nada a perder. Isso requeria um delicado equilíbrio político (SKIDMORE, 1982, p. 208).

A estratégia de jogar com entusiasmo e nacionalismo para obter confiança da população foi usada como gatilho para as facilitações na legislação e da reativação do Plano Cambial para atrair empresas do exterior e trazer investimentos de fora para o mercado interno do país. A insatisfação de alguns empresários brasileiros com as regalias concedidas aos estrangeiros, que não poderiam ser aproveitadas pelos nativos, foi rapidamente sanada, considerando que todos os investidores estrangeiros que quisessem trazer seu negócio para o país deveriam ter um sócio brasileiro (SKIDMORE, 1982).

Os índices de crescimento de produção, economia e autossuficiência do Brasil aumentaram consideravelmente, após as medidas do governo para trazer empresas de fora do país, principalmente nos setores mais importantes, tanto para produção de bens de consumo quanto para produção de bens materiais. Os maiores crescimentos foram na indústria automobilística – que virou autossuficiente em apenas cinco anos; na indústria de aço e ferro; indústria mecânica; indústrias elétricas; e indústrias de transporte (SKIDMORE, 1982).

Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos e transporte (600%) (SKIDMORE, 1982, p. 204).

Apesar de todos os avanços, o governo não foi perfeito, longe disso. A reforma agrária e a reforma das universidades, assim como a agricultura e a educação em geral, foram deixadas de lado e ficaram apenas no papel do Plano de Metas. Essa situação não se modificou durante o mandato nem por pressão popular, pois todos, inclusive os sindicatos, estavam calmos, diante de toda a evolução acontecendo em tão pouco tempo (FAUSTO, 2011).

Kubitschek queria deixar um legado e seu nome registrado na história do país e conseguiu, por meio, não só da rápida industrialização, mas principalmente pelo seu maior feito: a construção e a mudança da capital do país, que já vinha sendo discutida há cerca de meio século e não tinha saído do papel. O arquiteto Oscar Niemeyer (1907 – 2012)⁵ e o urbanista Lucio Costa (1902 – 1998)⁶ elaboraram um grandioso projeto, que tornava Brasília o “sinal de novos tempos para o Brasil” (SKIDMORE, 1982, p. 208).

Segundo Fausto (2011), o Plano de Metas deu um salto no desenvolvimento do país, embora as medidas tomadas por JK para conter o aumento da inflação e do déficit, sem frear o progresso, não foram bem-sucedidas, aumentando a pressão de todos os lados. Para Fausto (2011), muitos eram os problemas enfrentados.

Nem tudo eram flores no período de Juscelino. Os problemas maiores se concentraram nas áreas interligadas do comércio exterior e das finanças do governo. Os gastos governamentais para sustentar o programa de industrialização e a construção de Brasília e um sério declínio dos termos de intercâmbio com o exterior resultaram em crescentes déficits do orçamento federal. [...] Esse quadro veio acompanhado de um avanço da inflação (FAUSTO, 2011, p. 238).

No fim das contas, segundo Skidmore (1982) a estabilidade, o malabarismo⁷ político e o crescimento econômico foram o sucesso do governo de Kubitschek e garantiram o apoio político e uma rara articulação entre os setores da sociedade.

Inauguração de Brasília no *Jornal do Brasil*

O *Jornal do Brasil*, ou simplesmente *JB*, foi um jornal diário e matutino do Rio de Janeiro, fundado em 9 de abril de 1891, por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco

⁵ Oscar Niemeyer foi um arquiteto brasileiro responsável pelo projeto da cidade de Brasília. As principais obras da capital brasileira projetadas por Niemeyer são o Palácio do Planalto, a Catedral de Brasília, o Congresso Nacional, o Palácio da Alvorada e o Palácio do Itamaraty.

⁶ Lúcio Costa foi um arquiteto, urbanista e professor brasileiro que, junto com Niemeyer, projetou a cidade de Brasília. Seu pioneirismo na arquitetura moderna no Brasil permitiu reconhecimento mundial com o projeto piloto da nova capital.

⁷ Segundo Skidmore (1982), JK era bem-sucedido com os acordos políticos com os vereadores. Embora menos fortes no período que tange a República Velha, eram grandes manipuladores de opinião pública.

(BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, 2015). O Jornal centenário noticiou grandes momentos do país e teve grande participação na construção de uma nova imprensa. Aliás, a inauguração de Brasília colide em uma grande fase do *JB*, marcada por uma transformação editorial e reforma gráfica, em 1959 (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, 2015). Entre 1956 e 1966, *JB* adquiriu uma nova sede e modernizou todo o aparelhamento técnico-industrial. O jornal ampliou o número das páginas e implementou novas técnicas norte-americanas, como *lead* e pirâmide invertida. O texto do jornal deveria seguir a mesma linha objetiva e reduzida de seus concorrentes (BAHIA, 1990).

No dia 21 de setembro de 1956, foi publicada no *Jornal do Brasil* uma notícia sobre a lei sancionada por Kubitschek para a mudança de capital. O texto curto abordava a lei que garantia a deliberação da companhia urbanizadora⁸, os acordos e convênios e a data da mudança (JORNAL DO BRASIL, 1956). Nesse período, as reportagens eram praticamente isentas de checagem ou apuração, se dedicando a uma produção feita dentro da redação. Aliás, antes da mudança estrutural do jornal, *JB* era conhecido pelos inúmeros classificados, colocando em segundo plano a matéria redacional (BAHIA, 1990).

A primeira grande reportagem sobre a construção de Brasília no *JB* só aconteceu em 3 de outubro de 1956, 4 anos antes de sua inauguração oficial, em 1960. A reportagem relata o primeiro ato na futura capital, com a nomeação do novo ministro da agricultura, o gaúcho Mário Meneghetti (1905 – 1969)⁹. Embora muito criticada, a construção de Brasília foi acompanhada de perto até sua inauguração. Por longos anos, inúmeras outras construções não foram concluídas, levando a crer que a mudança de capital não sairia do papel.

Persiste a crença de que, mais uma vez, a reforma ora em projeto não escapará à tradição que se está formando neste período governamental. Concordam alguns observadores com a ideia da substituição do ministério por outro mais atuante; que possa imprimir mais dinamismo da administração; mas reconhecem, ao mesmo tempo, que as injunções partidárias são de tal ordem, que o presidente da república dificilmente delas se poderá libertar (JORNAL DO BRASIL, 1956, p. 6).

A tradição, citada pelo jornalista Prado Kelly (1904 – 1986)¹⁰, respondia à forma como JK respondia aos seus desafios e conflitos. Estadista hábil, Kubitschek cooptou uniões muito mais vantajosas do que ao seu partido político, diminuindo o controle sobre suas

⁸ A Novacap, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do País, era uma empresa pública vinculada à Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal. Foi fundada em 19 de setembro de 1956, por meio da lei nº 2.874 (FGV/CPDOC, 2009, s/p).

⁹ Meneghetti foi ministro da agricultura de JK entre 1956 e 1960.

¹⁰ Prado Kelly foi advogado, escritor, jornalista e servidor público. Entre 1955 e 1959, Prado foi deputado federal pelo partido UDN.

próprias decisões. De acordo com Skidmore (1982, p. 204) “o segredo residia em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos”.

A construção de Brasília foi um prato cheio para a oposição do Governo. Outros jornais do Rio de Janeiro, como o *Tribuna da Imprensa* (1949 – 2008)¹¹, que ordenou ataques sistemáticos ainda nas campanhas políticas, chamando a candidatura de Kubitschek como o retorno do getulismo, se opôs a mudança de capital e via a transferência como uma forma de esvaziar a cidade do Rio de Janeiro. Por mais que houvesse críticas à política econômica do governo e a forma de conduzir o plano de industrialização, *JB* não fez oposição ordenada. Entretanto, o jornal se demonstrou adverso; se declarou contrário e acusou JK pela corrupção que acontecia nas obras (DINES, 2009).

Quanto mais se aproximava da inauguração da nova capital, maior era a tensão entre o presidente e a imprensa. Odylo Costa Filho (1914 – 1979)¹², militante da União Democrática Nacional (UDN) (1945 – 1965)¹³, foi afastado do jornal em dezembro de 1958, por pressões do presidente Kubitschek. Odylo havia sido convidado, em 1956, para assumir a chefia de redação do jornal e coordenar as reformas estruturais que o periódico estava passando. Uma fotografia do presidente com Foster Dulles (1888 – 1959)¹⁴, secretário de Estado norte-americano, foi o motivo do afastamento. Nela, Kubitschek aparece de mãos estendidas, dando a entender que estava implorando por algo. Na legenda do *JB*, “tenha paciência mister”, que foi interpretada por outra versão, “me dá um dinheiro aí”, verso de uma marchinha de carnaval cantada por Moacyr Franco (RIBEIRO, 2000).

Embora tivesse tido grande repercussão, essa não tinha sido a primeira vez que o presidente enfrentava a mobilização da mídia. Em 17 de setembro de 1955, a *Tribuna da Imprensa* publicou uma carta que arrazoava uma relação secreta entre Goulart e Perón¹⁵ (1895 – 1974), militar e presidente da Argentina no mesmo período. Mais tarde ficou comprovado que o documento era falso (SANTOS, 2017).

¹¹ A *Tribuna da Imprensa*, criada por Carlos Lacerda, foi forte opositor à volta de Getúlio. Aliás, os movimentos contrários liderados pelo Jornal custaram caro. Com o suicídio de Getúlio, a tensão fez com que simpatizantes do ex-presidente tentassem destruir a redação da *Tribuna* (LACERDA, 1987).

¹² Foi o quarto ocupante da cadeira 15 da Academia Brasileira de Letras. Na vida pública, Odylo Costa filho foi Secretário de Imprensa do Presidente Café Filho, diretor da Rádio Nacional e Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016).

¹³ O partido é lembrado por forte oposição à Getúlio Vargas e o getulismo. No período de existência, apoiou diferentes ideias, de liberais e autoritárias até conservadoras e progressistas. Por fim, o partido também apoiou o movimento militar em 1964.

¹⁴ Dulles foi secretário de estado no governo de Dwight D. Eisenhower entre 1953 e 1959.

¹⁵ A carreira política de Perón foi marcada pelas três bandeiras do peronismo – Justiça social, soberania política e independência política. No entanto, também havia o seu lado autoritário, marcado pela perseguição de opositores.

No dia 25 de março de 1960, mesmo ano da inauguração de Brasília, o *Jornal do Brasil* fez uma reportagem polêmica acerca da não aprovação do senado em fazer a mudança para Brasília imediatamente. *JB* cita os senadores de oposição, os quais se mostraram contra a transferência do congresso para Brasília por apresentar problemas estruturais.

Senadores da oposição e da maioria levantaram-se ontem, no Monroe¹⁶, contra a transferência do congresso para Brasília, concordando em que a mudança é “uma loucura” (expressão do senador Lourival Fontes) enquanto o governo não oferecer um mínimo de garantia para as comunicações entre as duas casas e o resto do país (JORNAL DO BRASIL, 25/03/1960, p. 1).

A expressão de Lourival Fontes (1899 – 1967)¹⁷ não foi em vão. Faltando apenas 72 horas para a inauguração, fora publicado um artigo de Mário Pedrosa (1900 – 1981)¹⁸, militante político e jornalista, que relatava as obras não concluídas de Brasília. Para cobrir os acontecimentos da inauguração, *JB* enviou para Brasília os jornalistas Nonnato Masson (1924-1998)¹⁹ e José Gonçalves Fontes (1934 – 2000)²⁰. Na enorme publicação, os enviados especiais dão detalhes do atraso das obras e a confusão com os deputados e visitantes que chegavam na cidade e encontravam obras inconclusas, sem o mínimo necessário para se habitar. “A grande maioria dos apartamentos residenciais construídos pelo instituto de previdência ainda estão sendo preparados para oferecer condições de habitualidade” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 5).

Segundo o *Jornal do Brasil* (1960), operários chegavam a trabalhar 20 horas por dia, em condições, na sua grande maioria, insalubres. Para acelerar a obra e entregar o básico dentro do prazo, muitos operários chegavam a dormir no local, principalmente pelo excesso de cansaço. Outra repreensão feita pelo jornal foi em relação à eletricidade oferecida, onde trabalhadores também passavam dia e noite estendendo fios para o espetáculo prometido na noite do dia 21 de abril. “Os chefes de obras estão exigindo o máximo de esforço de todos, mesmo assim muita coisa não poderá ser feita dentro do prazo previsto (JORNAL DO BRASIL, 1960 p. 5)”.

As notícias sobre a inauguração de Brasília já acompanhavam a nova estrutura do jornal, com o uso de fotos grandes na primeira página e a extinção dos “fios” que separavam

¹⁶ Entre 1925 e 1960, o palácio Monroe abrigou o senado brasileiro. Com a transferência para Brasília, o imponente prédio entrou em degradação, sendo demolido em 1976 (SENADO, 2015).

¹⁷ Lourival Fontes foi jornalista e político brasileiro. No governo Vargas, foi ministro de propaganda do presidente entre 1934 e 1942.

¹⁸ Além de advogado, escritor e jornalista, Pedrosa teve forte influência na consolidação da esquerda no país por meio da Organização de Esquerda Internacional, organização liderada pelo intelectual Marxista Leon Trotsky.

¹⁹ Atuou no *JB* como repórter, pauteiro, editor de caderno e correspondente em Brasília.

²⁰ Foi um dos principais nomes do jornalismo no *JB*, ao lado de Alberto Dines e Odylo Costa.

as reportagens. Os assuntos passaram a seguir técnicas jornalísticas pré-estabelecidas, ordenados hierarquicamente conforme sua relevância jornalística (RIBEIRO, 2000).

Prestes a iniciar as festividades, o *Jornal do Brasil* (1960) publicou, no dia 19 de abril, na capa do seu jornal, a preocupação do exército em vigiar tudo que acontecia em Brasília. A matéria trouxe os boatos que circulavam pelo país sobre possíveis manifestações contra a mudança de capital e a preocupação do exército em controlar a entrada e saída dos visitantes. Além do monitoramento do exército, a edição citou também a insatisfação das esposas dos deputados com o desconforto da nova capital, iniciando pela falta de recursos em seus próprios apartamentos e uma confusão devido as chaves de cada um dos moradores, assim demonstrando a falta de organização que acontecia por lá após a fundação da cidade.

Os funcionários passaram todo o dia e a noite de ontem e também parte da manhã de hoje procurando, entre 30 mil chaves, a que abrisse o apartamento do Sr. Mazzilli (1910 – 1975)²¹. Durante a noite faltou energia duas vezes (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 6).

Se olharmos para frente, a desorganização parece persistir até hoje, principalmente no que diz respeito ao espaço físico de Brasília. A grande massa de trabalhadores oriundos de outras regiões do país firmou suas residências em regiões periféricas da capital, que hoje são conhecidas como “cidades-satélites” (DERNTL, 2020).

O dia 20 de abril foi dedicado para acompanhar a despedida de JK, desde o momento em que saiu do Palácio do Catete até a mensagem que dedicou ao povo carioca, reproduzida por meio do programa de rádio *Voz do Brasil*²². O presidente também fez questão de elogiar o *Jornal do Brasil* em sua partida, esquecendo, pelo menos naquele momento, de suas desavenças políticas com os chefes de redação. “É formidável a cobertura do Jornal do Brasil sobre Brasília: esclarecedora e, sobretudo, correta. Vocês estão de parabéns.” (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 1).

Segundo o *Jornal do Brasil* (1960), a população também enfrentava problemas com o excesso de cloro na água. De acordo com o jornal, até mesmo os ministros que acabavam de chegar sofreram problemas gastrointestinais.

²¹ Mazzilli foi um jornalista, advogado e político brasileiro. Iniciou sua carreira como deputado federal em 1951, pelo PSD.

²² Voz do Brasil é um noticiário radiofônico transmitido pela emissora estatal Empresa Brasil de Comunicação, a EBC. O programa é uma difusão obrigatória, ocorrendo de segunda a sexta-feira em todas as emissoras do país.

Na edição 92, do dia 22 de abril de 1960, em sua coluna no jornal, Carlos Lemos (1929 – 2015)²³ fala sobre uma Brasília desorganizada e a incerteza dos que saem do Rio para tal cidade sem condições de ser uma capital. Ele ainda cita o clima ameno, a falta de água tratada e condução, além dos problemas das avenidas não pavimentadas. No dia 24 de abril de 1960, o *Jornal do Brasil* publica em sua capa uma pequena nota em que destaca a ausência do arquiteto Oscar Niemeyer e do urbanista Lúcio Costa. Com o título “Construtores de Brasília se aborrecem”, o jornal expõe o desapontamento com o descompromisso dos projetistas.

A ausência do arquiteto Oscar Niemeyer e do urbanista Lúcio Costa às festas de inauguração de Brasília, por cuja construção são responsáveis, está sendo interpretada como um protesto diante da mutilação que a obra, em seu conjunto, vem sofrendo, face às alterações introduzidas por dirigentes da NOVACAP nos planos originais (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 1)

Com o aumento do interesse da população para assuntos políticos, a linha editorial do *JB* se encaminhava para uma oposição mais definida à JK, embora isso não significasse uma posição política explícita. Desta forma, *JB* se assumiu crítico à condução do governo, acusando o presidente de corrupção nas obras da nova capital (FGV/CDOC, 2009).

Brasília no *Diário de Notícias*

O tradicional jornal do Rio Grande do Sul, fundado em 1925, perdurou até 1979, após um impacto irreversível das crises que enfrentou. Após o incêndio na sede, em agosto de 1954, e a proibição de abrir as portas por pressões políticas, o jornal *Diário de Notícias* voltou a circular apenas em março de 1955 (DE GRANDI, 2005).

Antes de abordarmos a relação do *Diário de Notícias* com Brasília, faz-se necessário discorrer sobre as motivações e consequências do atentado para a vida do jornal. O jornalismo e a imprensa sempre foram atores políticos com fortes influências e potencialidades. Diferente da “teoria do espelho”, que defende o jornalismo como espelho da realidade, o jornalismo por trás dos mitos sempre modelou e direcionou a consciência de seus leitores conforme seus interesses e suas ideologias (PENA, 2010).

Agora, para compreendermos o que toda essa odisséia quer dizer, devemos voltar para 1930, quando Assis Chateaubriand (1892 – 1968)²⁴ comprou com o dinheiro do partido Liberal, o jornal *Diário de Notícias* (LUFT, 2011). Nesse período, Chatô, como também era

²³ Carlos Lemos, ao lado dos jornalistas Odylo Costa e Alberto Dines, foi um dos principais precursores da reforma gráfica do JB.

²⁴ Chateaubriand foi um dos homens mais influentes entre a década de 1940 e 1960. Além de advogado e jornalista, ele foi dono dos “Diários associados”, a maior rede de comunicação do país no período.

conhecido, estava começando a construir o seu conglomerado de mídia²⁵. Em 1954, o empresário perdeu as eleições para o Senado na Paraíba e, para voltar ao parlamento, chantagiou Tancredo Neves (1910 – 1985)²⁶, chefe de campanha de Kubitscheck. Após se eleger como senador pelo Maranhão, nas eleições de 1954, Chatô se vê na obrigação de apoiar JK nas eleições presidenciais do ano seguinte (LUFT, 2011).

As articulações políticas e a tumultuosa relação com Getúlio foram o estopim para que apoiadores colocassem fogo na sede do jornal, na Rua da Praia, no centro de Porto Alegre, após o suicídio de Vargas, em agosto de 1954. O retorno do jornal, em março de 1955, só foi possível com a ajuda do seu concorrente Breno Caldas (1910 – 1989)²⁷, que emprestou uma impressora. No entanto, o declínio já havia se iniciado e o jornal nunca mais pôde ser o mesmo.

O início da cobertura jornalística sobre Brasília foi no dia 18 de março de 1954, dois anos antes do início das obras. A pequena nota traz uma declaração de Caiado de Castro (1899 – 1963), chefe da Casa Militar do presidente da República, que dizia, entre outras coisas, que “se Deus quiser, a próxima mensagem presidencial já indicará o local exato da nova capital da república” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1954, p. 13). No mesmo fragmento, Caiado também diz que “dentro de dez meses estarão concluídos os estudos sobre o solo, subsolo e regime d’água em extensa área do território goiano, escolhida para servir de sede da futura capital brasileira” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1954, p. 13). É interessante o fato de a capital ainda não ter um nome e o jornal, em muitas reportagens, se referi-la como “nova capital” ou “futura capital” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1954, p. 13).

Diante de uma conturbada relação política com o governo, o jornal se articulava com esperteza. Para isso, notícias internacionais tomavam a primeira capa do periódico. Na segunda página em diante, notícias sobre economia e política nacional.

Ao compararmos com o *JB*, do Rio de Janeiro, é possível perceber uma estrutura muito mais profissional por parte dos gaúchos. O uso de recursos gráficos na capa já era utilizado em 1954, enquanto o periódico carioca só implementou de vez em 1960. Além disso, os classificados ficavam nas últimas páginas, apenas atrás do caderno de esportes.

²⁵ Fundado em 1924, o “Diários associados” atuava no impresso, na rádio e na televisão. Com um aglomerado de emissoras espalhadas pelo país, se tornou um dos grupos mais importantes do Brasil.

²⁶ Com o suicídio de Vargas, Tancredo e outros membros do PSD deram continuidade aos planos de Getúlio. Com envolvimento participativo para eleger JK, Tancredo foi indicado pelo presidente para assumir cargos administrativos no Banco de crédito real de Minas Gerais (RIBEIRO, 2015).

²⁷ Breno Caldas foi jornalista Porto-Alegrense e proprietário de um conglomerado de mídia. Em 1955, liderado pelo general Henrique Lott, apoiou o movimento para assegurar a posse de Juscelino Kubitscheck na presidência da república.

Os rumores da construção da capital já circulavam pelas ruas do Brasil, ainda no governo de Café Filho²⁸ (1899 – 1970). O presidente da Comissão de Estudos para instalação da nova capital brasileira, Marechal José Pessoa (1885 – 1959)²⁹, anunciou que antes do fim daquele governo seria lançada a “pedra fundamental” da futura capital. Revelou também que já estavam em entendimentos com o ministro da Aeronáutica para definir o local onde seria construído o primeiro aeródromo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1954).

Em 24 de julho de 1954, na edição 116 do jornal, Café Filho negou a execução das obras do Ministério da Viação alegando que em breve a capital do país estaria de mudança, junto com seus ministérios. Marechal José Pessoa, na mesma reportagem, também declarou que o possível nome da capital, dentre tantos outros, seria Vera Cruz, e o nome inclusive fora utilizado em outras edições do jornal *Diário de Notícias*, até que fosse divulgado o nome oficial Brasília.

Em 7 abril de 1955, Kubitscheck declara que se for eleito, mudará o local da capital do país do Rio de Janeiro para o planalto central, alegando ser uma “providência indispensável ao desenvolvimento do Brasil”, e assim se sucedeu (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1955, p. 4).

A confiança de que Kubitscheck seria o próximo presidente não era exclusividade apenas da população. De forma sutil, *Diário de Notícias* dava indícios de que estava ao lado de Kubitscheck, embora o intuito da reportagem era apenas defender que a eleição fosse limpa.

O que há a proclamar, entretanto, é que o pronunciamento das urnas, qualquer que seja ele, deverá ser respeitado. Que a maior escolha. O que ela disser representará o pronunciamento soberano da nação. Que se recolham as baionetas e fiquem embainhadas as espadas. As urnas falaram (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1955, p. 1).

De acordo com Luft (2011), a ideia do *Diário de Notícias* não era se posicionar frente aos acontecimentos políticos, mas sim garantir que o próximo presidente estivesse disposto a caminhar ao lado dos interesses do dono do jornal.

No dia 3 de outubro de 1956 – no ano da posse de Juscelino Kubitschek – ocorreu a visita do presidente no território onde fora construída a nova capital, acompanhado dos

²⁸ João Fernandes Campos Café Filho foi um advogado e político brasileiro, sendo o 18.º presidente do Brasil entre 24 de agosto de 1954 e 8 de novembro de 1955.

²⁹ Marechal José Pessoa foi convidado pelo então presidente Café Filho para comandar a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, cujo objetivo era analisar o terreno onde Brasília seria construída.

ministros da Guerra e da Marinha, do presidente da Novacap, Israel Pinheiro (1896 – 1973)³⁰ e do arquiteto Oscar Niemeyer.

Em dezembro 1956, a sede da companhia já estava instalada e começaram a ser construídas as primeiras obras, que seriam:

as medidas iniciais para propiciar a instalação dos primeiros habitantes de Brasília, dentre os quais se incluem as autoridades que para lá se transportarão por exigência do cargo que exercem (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1956, p. 5).

Constituíam essas medidas iniciais: um hotel, um aeroporto, composto de um campo de aviação com 2.500 metros de pista asfaltada e uma barragem, responsável por fornecer energia para a futura capital (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1957, p. 5).

Em 19 julho de 1957, na reportagem do *Diário de Notícias*, o presidente da República assinou um decreto autorizando o ministro da Fazenda a dar garantia ao Tesouro Nacional ao empréstimo negociado pela Novacap com o Banco de Exportação e Importação de Washington, no valor de 10 bilhões de dólares, com um prazo de 15 anos e cinco e meio por cento de juros ao ano (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1957, p.1).

É possível perceber que o *Diário de Notícias* sempre foi palco para discussões sobre a relação dos Estados Unidos com os países latino-americanos. Ao longo dos anos 1950, motivados pelas disputas ideológicas da Segunda Guerra Mundial, muitas reportagens de capa ressaltavam a importância dos Estados Unidos no combate ao comunismo, como na edição do dia 26 de março de 1955, que discute a propagação do comunismo no Brasil (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1955). Além da política, aos poucos se consolidou novos consumos e comportamentos implicados pela prosperidade econômica e social dos Estados Unidos pós-guerra.

De acordo com o jornal *Diário de Notícias*, em uma reportagem publicada em 14 de dezembro de 1957, a UDN recebeu denúncias de irregularidades na Novacap, que teriam partido do senador Domingos Velasco (1899-1973)³¹. Logo após, chegam outras denúncias semelhantes, vindas de “motoristas a serviço, que teriam recebido importâncias (sic) em dinheiro e sido obrigado a dar recibos de quantias superiores” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1957, p. 6).

³⁰ foi presidente da Novacap de 1955 a 1960. Mineiro de Caetés, Israel Pinheiro foi o primeiro prefeito do Distrito Federal, em 1960.

³¹ Domingos foi senador e um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro, em 1947.

Na mesma reportagem, o jornalista paulista Elói Dutra (1916 – 1990)³², na sua coluna de opinião, aproveita a deixa do cimento para entrar no mérito dos gastos, dizendo que os alicerces de Brasília estão sendo feitos de ouro, considerando a quantia fabulosa que estava sendo empregada no levantamento dos edifícios da nova capital (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1957, p. 6).

A obra teve muitas críticas relacionadas ao montante de dinheiro utilizado, uma delas, vinda de Elói Dutra, dava a sugestão de entregar a construção de Brasília para o Exército, que estava construindo edificações cerca de três vezes mais baratas do que as obras da Novacap.

Em 18 de setembro de 1958, fora publicada uma reportagem com a seguinte manchete: “Brasília: exemplo de ‘carro adiante dos bois’. Edificada sem ter meios de comunicação” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958, p. 4). Nesta reportagem, o deputado Paulo Abreu (1912 - 1991)³³ expõe suas impressões no senado sobre sua visita à futura capital. Entre outras coisas, ele diz ter a impressão de que essa monumental obra é um excelente motivo para tentativa de prorrogação de mandato, para o governo não ser removido e por isso, diz ele, o governo tem tanta pressa nas construções e na mudança de capital e está “colocando o carro adiante dos bois” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958, p. 4).

No final de 1958, a maioria das reportagens e entrevistas do jornal acabavam tomando um único rumo: os prazos. Os senadores, em sua maioria, queriam adiar a mudança da capital e, inclusive, desacelerar ou parar completamente algumas obras. E até quem era favorável à transferência imediata da capital, não acreditava que conseguiriam cumprir os prazos e inaugurar no dia 21 de abril de 1960.

O sr. Adhemar de Barros (1901 – 1969) não nega a necessidade da mudança da capital para Brasília: é até favorável. Entretanto, não acredita que a transferência se dê no prazo marcado, pois grandes dificuldades ainda terão de ser enfrentadas. E finalizou: – Talvez daqui a uns trinta anos se possa concretizar definitivamente a medida (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1959, p. 13).

Em 7 de fevereiro de 1959, é publicada uma reportagem que cala todos os anseios e agouros das edições anteriores: “Brasília é realidade: 21 de abril de 1960, mudança da capital”. Com essa manchete, o jornal *Diário de Notícias* expõe os esclarecimentos do representante da Novacap, prof. Gender Wang:

³² Elói Dutra foi político e jornalista brasileiro. Na carreira política, foi deputado federal e vice-governador do estado de Guanabara, antes de ser exilado durante o período da Ditadura Militar.

³³ Foi empresário e deputado federal pelo PTB, em 1951.

Em 21 de abril de 1960 será mudada a capital federal para Brasília. Já então a futura administração federal estará em perfeitas condições de funcionamento, com a conclusão dos grandes blocos destinados às repartições federais. O Palácio da Alvorada e o Congresso, estão terminados, além de vários outros blocos, inclusive de casas populares (*apud* DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1959, p. 14).

Em janeiro de 1960, a imprensa Nacional começa a noticiar a transferência para Brasília e comunica que em breve os jornais *Diários do Congresso* serão impressos na nova capital. Na matéria publicada no dia 9 de janeiro, o maquinário já se encontrava pronto para embarcar e os apartamentos para os funcionários também já estavam prontos. E, em fevereiro, começava o transporte do material para a mudança da câmara (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1960).

Em 21 de abril de 1960, Brasília ganhou a capa inteira do jornal *Diário de Notícias*. “Uma aspiração de 400 anos de idade que agora se concretiza em meio de excepcionais comemorações” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1960, capa).

Brasília não é uma simples construção de cidade, nem uma simples transferência de capital de um local para outro, Brasília é o marco de uma nova civilização brasileira pelas suas consequências políticas, sociais e econômicas. Políticas pelo afastamento do governo das pressões. Sociais, como um imperativo de justiça. E econômicas, como um melhor nivelamento das regiões (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1960, capa).

O dia 21 de abril foi a maior edição do jornal, totalizando 40 páginas. Na sua grande maioria, publicações empresariais homenageando a inauguração da nova capital. A festividade e euforia eram nítidas e o espaço para críticas reduzidas.

Nessa análise, podemos compreender que a postura de imparcialidade do jornal nunca foi, de fato, uma posição explícita e neutra. O *Diário de Notícias*, enquanto ferramenta de mobilização de massas e interventor social, sempre defendeu, em tom de legalidade e normalidade, seus interesses políticos. Para Tânia de Luca (2005, p. 140),

o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que a figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas.

Desta forma, como apontado por Tania Regina de Luca, é possível identificar, em uma leva de informações coletadas e analisadas, o posicionamento político do periódico e suas estratégias.

Considerações finais

A década de 1950 foi o marco zero para uma nova política brasileira e simbolizou uma modernização, tanto política quanto midiática. O engajamento dos jornais *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil* contribuíram para o projeto político de JK: um quimérico social e poderoso, pautado por uma ideologia nacional-desenvolvimentista³⁴. O posicionamento político do *Jornal do Brasil* e do *Diário de Notícias* sempre esteve nas entrelinhas do jornal. Presente, mas não explícito. No entanto, é possível identificar diferentes formas de apresentar Brasília à população. Oposto ao *Tribuna da Imprensa*, que via a transferência de capital como forma de esvaziar a cidade, *JB* se dedicou em criticar as políticas econômicas e o plano de industrialização do país. Inclusive, muitas críticas do jornal direcionadas para o presidente eram feitas por militantes políticos do partido UDN, oposição de JK.

Já a relação do *Diário de Notícias* com Kubitscheck era peculiar. Os interesses políticos de Assis Chateaubriand, proprietário do *Diários Associados*, foram os gatilhos para proteger o presidente de qualquer ataque que enfraquecesse a sua base. Para Kubitscheck, o *Diário de Notícias* teve um papel preponderante em divulgar e convencer a população gaúcha para o seu plano nacional-desenvolvimentista. Já para Chatô, dono de um império jornalístico, deixar nas entrelinhas o seu posicionamento político custou caro no período Vargas.

O objetivo final desta pesquisa não é fazer uma comparação sistemática dos jornais, embora, em alguns momentos, se faça necessário para evidenciar suas diferenças e suas particulares. Ao longo da análise, é possível identificar que os posicionamentos político-ideológicos sempre prevaleceram, tanto *Jornal do Brasil* quanto *Diário de Notícias*. Embora houvesse o interesse em seduzir e direcionar o olhar do leitor conforme a sua linha editorial, sempre houve o cuidado para não tomar posições que o colocassem em conflito. Como Fraga destaca,

[...] os grandes jornais têm na conservação das estruturas nas quais se inserem, um limite bem demarcado, o qual não ultrapassam sob pena de

³⁴ Extensão dos benefícios para toda a sociedade brasileira por meio aceleração industrial. O processo, com o auxílio do estado, alavancaria a qualidade de vida da população e impulsionaria para o modernismo brasileiro durante o governo de JK.

entrar em contradição com sua condição de agentes de representação de interesses e intervenção na vida social. Assim, eventuais demandas populares encontrarão espaço em tal meio desde que não representem ameaça para a ordem social instituída (FRAGA, 2004, p. 25).

No entanto, neste estudo, foi possível perceber que a imprensa demonstra, de forma minuciosa, um posicionamento decorrente aos seus compromissos assumidos e a sua ideologia.

Acredita-se que essa pesquisa contribui para evidenciar o papel da mídia como mobilizador de massa e nos ajuda a compreender como Brasília foi apresentada nos periódicos brasileiros. Por fim, ressaltamos por meio das análises, que ambos os jornais estudados contribuíram para a expansão do plano ideológico implementado por JK.

Referências bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Odylo Costa Filho, obra. Disponível em: www.academia.org.br/academicos/odylo-costa-filho/biografia. Acessado em: 17/05/2022

AGÊNCIA SENADO. Que fim levou o Palácio Monroe?. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/que-fim-levou-o-palacio-monroe>. Acessado em: 15/05/2022.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica:** história da imprensa brasileira. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1990.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Hemeroteca digital.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>. Acesso em: 3 jun. 2022.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino:** imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

DE GRANDI, Celito. **Diário de notícias:** o romance de um jornal. Porto Alegre: L&PM, 2005.

DERNTL, Maria Fernanda. **Brasília e seu território:** a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites. Caderno Metrôpoles, São Paulo, v. 22, n. 47, jan/abr 2020, p. 123-146.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS de Porto Alegre, 1954 - 1960. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 jun. de 2020.

DINES, Alberto. **Brasília, os anos dourados da imprensa.** Disponível em: <http://www.observatorioidaimprensa.com.br/oitv/brasilia-os-anos-dourados-da-imprensa/>. Acessado em: 12 jun. 2020.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2011.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e vermelho:** a Guerra Civil Espanhola através das páginas do *Correio do Povo* (1936-1939). Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação de mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

JORNAL DO BRASIL, 1956 – 1960. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 10 jun. de 2020.

JORNAL DO BRASIL, 1891-1893. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acessado em: 17 maio 2020

LACERDA, Carlos. Carlos Lacerda. Depoimento; prefácio de Ruy Mesquita; organização de textos, notas e seleção de documentos de Cláudio de Paiva. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

Luft, M. V. (2011). A defesa da posse de Juscelino Kubitschek nas páginas do Diário de Notícias. **Revista Thema, 8(1)**. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/55>. Acesso em: 14 jan. 2022

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**, 2000. Tese (doutorado em comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/10420/1/498965.pdf>. Acessado em: 14 jan. 2022

RIBEIRO, José Augusto. **Tancredo Neves: a noite do destino**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

SANTOS, Rodolpho. **Uma missiva contra o peronismo tupiniquim** - Carlos Lacerda, Tribuna da Imprensa e a carta Brandi (1955). *Antíteses*. v. 10, n. 19, jan./jun. 2017, p. 137-164.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e terra, 1982.

PENA, F. (2010). **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto.

PLANO DE METAS do Presidente Juscelino Kubitschek. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5291773/mod_resource/content/1/Plano%20de%20Metas.pdf. Acessado em 14 jan. 2022

Resenhas**Ensino de História e internet: Aprendizagens conectadas***Teaching History and the Internet: Connected Learning*Larissa Azevedo da Silva,¹ UFPel

O Livro *Ensino de História e Internet: Aprendizagens conectadas*, organizado pelos professores Dr. Osvaldo Rodrigues Junior² e Dr. Marcelo Fronza,³ onde professores da área de ensino de História compartilham suas pesquisas desenvolvidas no contexto da educação básica e superior no Brasil, Colômbia, Portugal e Costa Rica. O livro trabalha e possui a pretensão de discorrer sobre o universo da internet e sua conexão com o ensino de História, *conexão* não apenas como conceito de ligação mas também como jargão usado por usuários das mídias digitais para tratar do *login* nas redes; a entrada na internet, com a democratização do uso da internet e das redes sociais e o uso pelos estudantes em idade escolar, infere diretamente dentro das salas de aula e os autores apresentam o uso da internet dentro do ambiente escolar, pensando nos aspectos negativos e positivos da mesma.

No primeiro artigo os autores abordam o mundo digital e virtual e como o mesmo se relaciona com a educação e o cotidiano dentro da sala de aula e escola. Segundo os mesmos, “essas relações de interações entre mundo digital e mundo escolar acontecem, entre outros fatores, devido ao uso de aparelhos celulares pelos estudantes”(JUNIOR; RAMOS, 2021, p.13). colocando que as relações entre a internet e os educandos raramente se desenvolvem em um ambiente controlado pela escola, em aulas de informática por exemplo, mas sim na vida social dos estudantes de modo individual, apontando que: “Encontramos na escola o sujeito-usuário acessando individualmente a internet, mas provavelmente proibido de fazer isso visto que, em algumas escolas, os celulares devem permanecer desligados.” (JUNIOR; RAMOS, 2021, p.13). Os autores então apresentam as dificuldades que ainda existem em propor atividades pedagógicas que usam os telefones celulares e os recursos digitais como ferramentas dentro da sala de aula, facilitando o aprendizado, demonstrando noções do uso das ferramentas digitais: vistas de um lado como maléficas para a educação e por outro como a única forma de se produzir conhecimento é se apropriando delas, porém os autores apontam

¹ Graduanda em Licenciatura em História, na Universidade Federal de Pelotas, mail: larissalupa11@gmail.com

² Atualmente é Professor Adjunto II do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

³ Professor adjunto III em Prática do Ensino de História do quadro permanente do Departamento de História da Universidade Federal do Mato Grosso

a necessidade de uma dupla posição sobre o tema “distanciar-se das perspectivas extremistas e ao mesmo tempo não as deixar totalmente de escanteio.” (JUNIOR; RAMOS, 2021, p.15), portanto o texto pretende assim fazer um exercício de reflexão sobre o uso das ferramentas digitais se apropriando do conceito de aula oficina.

No segundo artigo o autor trata do uso das tecnologias digitais e a necessidade de uma espécie de letramento para uma melhor compreensão das linguagens digitais e sua inserção dentro do campo historiográfico, formando assim um letramento histórico e digital, colocando a expansão das tecnologias digitais como tema de estudo da História, já que a evolução das tecnologias humanas, como a de ferramentas por exemplo, assim como das tecnologias digitais se relacionaram com a educação, economia e sociedade em que as tecnologias eram e são usadas. O autor também coloca a necessidade dos professores em refletirem sobre o uso dessas ferramentas: “precisam refletir sobre as lógicas e as concepções que incluem essas ferramentas” (SILVA, 2021, p.37), já que o uso delas é permeado por conceitos e sentidos próprios, como a lógica capitalista que está inserida. Para o autor é preciso então pensar em três questões norteadoras quando se trata desse exercício de reflexão sobre essas tecnologias, são elas a formação dos estudantes dentro da educação básica, a natureza capitalista das tecnologias e as habilidades históricas e digitais a serem desenvolvidas nessa produção de conhecimento histórico.

No terceiro artigo os autores discutem sobre os processos didáticos das aulas de História relacionadas com as mídias que circulam na internet, salientando a pandemia provocada pelo SARS-CoV-, que teve seu ápice nos anos de 2020 e 2021, e as relações que o isolamento social tiveram com o desenvolvimento didático e pedagógico nos meios digitais e a necessidade do desenvolvimento de atividades de forma remota. Além da realização de atividades remotas foram também pesquisados os elementos que cercam essas mesmas atividades durante a pandemia, refletindo sobre os diversos aspectos que permearam o campo educacional e pedagógico durante o período de isolamento. Segundo os autores, o texto tem como propósito “apresentar e analisar academicamente o trabalho didático desenvolvido em uma turma de ensino médio integrado de uma escola pública no Paraná, durante o isolamento determinado pela pandemia” (CHAVES; GARCIA, 2021, p. 57).

No quarto artigo *Entre forma e conteúdo: os estudantes do Ensino médio diante das temáticas históricas no YouTube* observa-se que os autores demonstram uma perspectiva sobre o uso da plataforma de postagens de vídeos pelos estudantes onde o foco é a relação dessas postagens quando se tratam de conteúdos conectados com a disciplina de História. Os autores ainda indicam uma relação de crescimento das postagens de vídeos e o consumo dos

mesmos pelos brasileiros como alta, incluindo como visualizadores os estudantes do ensino médio de escolas brasileiras. Dentro desses consumidores da plataforma a pesquisa ainda indica que a maioria acessa a mesma em busca de entretenimento, porém uma parcela de usuários procura a plataforma em busca de aprendizagem, então o *Youtube* “acaba ocupando a posição de plataforma mais acessada na busca por conhecimentos” (BRITO; JUNIOR, 2021, p.75). Dentro desse desejo de busca por aprendizado os alunos encontram canais que discorrem sobre conteúdos da disciplina de História, possuindo esses dados os autores então propõem uma pesquisa com os estudantes do ensino médio por meio da plataforma de formulários do *Google*, questionando os estudantes sobre o que pesquisam no *Youtube* e sobre a relação dos mesmos com o canal *Nostalgia* que publica e produz conteúdos com temas tratados pela História. Os autores possuem dessa forma o objetivo de analisar o perfil dos estudantes que consomem esses conteúdos na internet e no *Youtube*.

O quinto artigo trata das possibilidades que os vídeos do *Youtube* possuem se tratando do ensino de História, dentre elas o autor indica a importância do audiovisual para a construção do conhecimento histórico: “As evidências audiovisuais permitem investigar como os jovens se percebem, interpretam, orientam e motivam historicamente” (FRONZA, 2021, p.96). Para o autor, os vídeos relacionados ao ensino de História “possibilitam aos jovens revelar critérios vinculados à cognição histórica” (FRONZA, 2021, p. 100). Os estudantes então carregam e depositam sentido histórico nessas experiências de construções dentro da História vinculada ao audiovisual, ajudando os mesmos a formar narrativas na construção do conhecimento histórico.

O sexto artigo *Educação histórica e Ensino de História no meio digital: debate conceitual e partilha de uma experiência no campo da educação histórica* coloca o professor de História como organizador do processo de ensino aprendizagem e o educando como sujeito do seu próprio processo de aprendizagem, depositando no professor importante tarefa dentro do ensino, é ele que deve tomar decisões sobre quais conteúdos ensinar em História e como fará essa tarefa: “Cabe a ele clarificar as suas concepções acerca do campo onde se inscreve” (GAGO, 2021, P. 116). Nessa linha a autora discorre sobre a importância da educação histórica como desenvolvedora de consciência histórica, aprofundando assim experiências dentro dos conteúdos das aulas de História, a educação histórica possui como tarefa conectar o passado com o presente assim como sujeitos históricos, além de dar sentido e significado aos fatos apresentados formando assim a consciência histórica.

No sétimo artigo *Ensinar e aprender história através do uso de memes: possibilidades e desafios formativos* os autores situam a disciplina de História como pertencente ao cotidiano

das pessoas, relação essa não gerada apenas dentro dos espaços escolares e acadêmicos mas também em outras áreas de expressões da chamada Cultura Histórica, os autores indicam um distanciamento dessas culturas históricas com as escolas e universidades, distanciamentos esses intensificados, segundo os mesmos, pela própria lógica escolar e seu conjunto de valores e diretrizes. Os sujeitos que buscam essas relações com a disciplina de História preferem então as linguagens e lógicas da chamada cibercultura. Os autores buscam compreender essas lacunas entre ensino e aprendizagem relacionadas a cibercultura e os espaços escolares, dividindo o artigo em três eixos. O primeiro eixo é o dos *memes* como conceito e expressão sociocultural, definindo o conceito de meme identificando suas características gerais e suas configurações como forma de expressão; o segundo eixo explora as possibilidades pedagógicas possíveis com o uso dos memes; o terceiro eixo discute as possibilidades que essa experiência gera para uma transformação crítica dentro do ensino de História.

O livro trata de importantes questões dentro do ensino de História e suas relações com o mundo da internet, focando também na mudança de perspectiva das relações de ensino e aprendizagem com a pandemia da SARS-CoV-2 possuindo em suas considerações o uso em grande escala das redes sociais no momento de quarentena. A obra então busca de maneira didática propostas para uma relação entre a disciplina de História com o mundo que está se recuperando de uma pandemia e isolamento social além de propor diversos recursos para uma melhor conexão com os estudantes e a difusão do ensino de História.

Referências:

Fronza, Marcelo; Junior; Osvaldo. **Ensino de História e Internet**. Aprendizagens conectadas. São Paulo: Paruna Editora, 2021.

Bolsonaro e História do Tempo Presente

Bolsonaro and History of the Present

André Vinício Bialeski Vieira,¹ UDESC

O ano de 2018 é marcado pela eleição que levou Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil. Contrariando as diversas previsões existentes nos períodos anteriores, o então candidato despontou e conseguiu vencer diversos políticos famosos como Geraldo Alckmin (PSDB), Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (REDE) e Fernando Haddad (PT), o candidato que enfrentou no segundo turno. Polêmico, com visões ultraconservadoras, reacionárias de extrema-direita, Bolsonaro foi deputado federal de 1991 até o ano de sua eleição para o executivo. Ficou famoso por suas participações em programas populares como CQC da TV Bandeirantes e por entrevistas, no “Agora é Tarde” - do mesmo canal - e *The Noite* do SBT, ambos apresentados por Danilo Gentili. Embora sofresse certo descrédito no início, o então candidato acabou sendo eleito. Em uma eleição polêmica, marcada pelo episódio no qual sofreu uma facada, também pela prisão do principal candidato - Luiz Inácio “Lula” da Silva (PT) - e pelo protagonismo dos usos das redes sociais. Após o resultado do segundo turno, pesquisadores, analistas políticos e diversos setores da sociedade começaram a se questionar sobre como um candidato marcado por suas opiniões controversas, preconceituosas, negacionistas - atacando os centros de produção de conhecimento -, com apelo ao discurso contra os Direitos Humanos, de forma geral, contra a Constituição, o regime democrático, e que admitia não entender nada sobre saúde, economia e educação conseguiria ser eleito presidente para o mandato dos anos de 2019 até 2022.

Organizado pela e pelos historiadores Bruna Klem, Mateus Pereira e Valdeci Araujo, o livro *Do Fake ao Fato: des(atualizando) Bolsonaro* (2020) objetiva compreender não apenas a sua eleição em 2018, mas o “efeito Bolsonaro”. Resultado do X Seminário Brasileiro de Teoria da História e da Historiografia (SNHH)², o trabalho é dividido em uma introdução e mais treze capítulos que se propõem a trabalhar com a história enquanto ela acontece, de forma a discutir sobre a eleição, o período histórico em que se encontra e o primeiro ano do governo do Bolsonaro. Dessa forma, essa obra preza pelo compromisso da pluralidade de

¹ Atua como bolsista de Iniciação Científica no projeto A Guerra do Contestado no ensino de história do Brasil: memória, história e conflitos, sob orientação do professor Dr. Rogério Rosa Rodrigues

² Ocorrido na Universidade Federal de Ouro Preto nas dependências do Instituto de Ciências Humanas e Sociais em Mariana no ano de 2018.

ideias existentes em democracias saudáveis, no intuito de se opor ao caráter autoritário dessa figura (KLEM; PEREIRA; ARAUJO, 2020, p.17). Para isso, os autores dos 13 capítulos refletem sobre os problemas em torno da figura do Jair Messias através do campo de estudos da História do Tempo Presente, como apresentado pelos organizadores:

O tempo presente está constantemente atravessado por futuros e passados, por projetos e memórias, como os leitores poderão perceber a partir do complexo caleidoscópio que os textos aqui reunidos formam. Uma historiografia que pretende ser uma ação transformadora precisa navegar entre o atual e o inatual, fugindo à armadilha de reduzir o passado ao obsoleto ou o futuro à fantasia (KLEM; PEREIRA; ARAUJO, 2020, p.17-18)

Assim, refletir sobre os usos dos passados e as memórias em disputas, que se fazem presentes não apenas no discurso bolsonarista, mas na sociedade como um todo, é o desafio do livro que, por trabalhar com a história do tempo presente, acaba por se encontrar na “[...] pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar.” (FICO, 2012, p.44). Essa questão do contemporâneo e choque de testemunhos acaba sendo um dos principais argumentos utilizados por Bolsonaro ao tentar exaltar o período ditatorial, como apresentado em boa parte dos capítulos. Desse modo, a história do tempo presente é central enquanto um ponto de referência na análise histórica, pois essa acaba por analisar as diversas memórias em disputas e como as mesmas têm sido articuladas.

Atentando-se aos capítulos, pode-se dividi-los em dois blocos temáticos: O do negacionismo histórico - principalmente aquele ligado à ditadura militar no Brasil (1964-1985) - e da presença de religiosos - principalmente das igrejas evangélicas neopentecostais - em torno da figura de Bolsonaro. Em relação ao primeiro tema, os diferentes capítulos abordam a exaltação que Bolsonaro faz do contexto ditatorial, assim, levantando à falsa ideia de que não havia problemas naquele período. A defesa desse período da história do Brasil nos discursos do atual presidente sempre se fez presente. Contudo, isso ficou evidente durante o governo PT (2003-2016), principalmente após a Comissão da Verdade (CNV). Porém, ele não é o único personagem digno de nota nessa questão. Olavo de Carvalho (1947-2022) é outro personagem que se destaca no atual discurso negacionismo. Desenvolvedor de teorias conspiratórias, como a de que há em curso um movimento denominado de “Marxismo Cultural” liderado pelas ideias de Antonio Gramsci (1891-1937) que teria objetivo de levar a esquerda a dominar o mundo através da cultura, o “guru” do presidente acaba sendo um dos

principais idealizadores não só de *fake news* - em relação aos seus adversário e ao passado -, mas, também, de boa parte das ideias do governo (OLIVEIRA, 2020). Juntos, Olavo e Bolsonaro, são entendidos enquanto uma extrema-direita, ultra conservadora e negacionista que vem ganhando cada vez mais espaço sobretudo após as manifestações do ano de 2013.

O segundo ponto de discussão dos capítulos, a presença de grupos evangélicos, apresenta a tese de que o discurso conservador e reacionário de Bolsonaro é um dos motivos que o levou a se aliar com determinadas lideranças evangélicas não apenas nacionais - principalmente dos neopentecostais -, mas também internacionais. Contudo, essa não é uma bandeira que nasceu com Jair. A questão da moral cristã vem ganhando espaço desde o ano de 2010 na eleição que teve como principais candidatos José Serra e Dilma Rousseff e é um ponto de articulação de votos e apoio político. Nos diferentes capítulos, os autores analisam que Bolsonaro soube se aproveitar das pautas desse grupo e, assim, levá-los a buscar uma aliança consigo (MATA, 2020).

Entre esses dois tópicos, as redes sociais se apresentam enquanto um baluarte da sustentação de Bolsonaro. Por ser um espaço com poucas regras e controle, de um lado, ele acaba conseguindo desenvolver uma comunicação mais direta com seus eleitores e, por outro, também por propagar desinformação que acaba por encontrar grande aceitação entre seus eleitores (PEREIRA, ARAUJO, 2020). Logo, em alguns capítulos, os autores apontam a necessidade de os cientistas sociais se direcionarem a esses espaços, no intuito de buscar combater as desinformações e, também, busca divulgar as pesquisas que se desenvolvem no mundo acadêmico. Enfatiza-se aqui, que essa questão já vem sendo notada pelos cientistas das humanidades que buscam cada vez mais ocupar esses espaços digitais e midiáticos com o intuito de ajudar no combate às *fake news* que vem avançando nos últimos tempos (PEREIRA, et al, 2021).

Todavia, as *fake news* e seus usos políticos por Bolsonaro são uma questão central que chama muito a atenção de todos aqueles que se dedicam e buscam refletir sobre as eleições de 2018. Não sendo uma questão isolada, as notícias falsas vêm ganhando espaço desde o ano de 2016 com a eleição de Donald Trump e *Brexit*. Logo, o debate em relação a como combatê-las se faz necessária e urgente como apontado na obra. Compartilha-se aqui com a análise de Pereira et al (2020), para quem, no atual

[...] cenário da negação têm se organizado vontades de verdade para as quais é necessário o investimento maciço na desconfiança, na desqualificação de pressupostos já estabelecidos, no ataque a outros sujeitos autorizados a controlar esse dizer verdadeiro, a exemplo do jornalismo e da própria

historiografia. Essas novas disputas entre o verdadeiro e o falso ganham profundos enredamentos políticos e, se num primeiro momento, a negação não surge como um projeto pensado ou como estratégia na disposição desses lugares de enunciação, a experiência dos últimos anos tem demonstrado as potencialidades corrosivas da negação. (PEREIRA et al, 2020, p.48-49)

Assim, as *fake news* têm conseqüentemente uma função de buscar legitimar opiniões pessoais de determinados setores sociais, por isso, a desqualificação dos profissionais e o ataque aos responsáveis por pesquisar e divulgar as informações. O ataque a esses especialistas, como apontado no livro, é central na narrativa bolsonarista e olavista. Como apresentado por Oliveira (2020), Bolsonaro tem como tática atacar as instituições responsáveis pelas pesquisas no país alegando que essas ou não seguem o "método certo" ou são corrompidas pelo "viés ideológico". Através de palavras vazias e sem argumento algum para legitimar suas desinformações, Bolsonaro ataca esses espaços da ciência, assim prejudicando a imagem que elas têm perante o seu público. Como resultado, contribui para que seus eleitores e simpatizantes ataquem estas instituições voltadas à pesquisa e a prática científica, de forma a atuar significativamente no processo de sucateamento da ciência brasileira.

Além disso, o negacionismo em torno da Ditadura Militar no Brasil é uma das armas políticas e sociais mais utilizadas por Bolsonaro. Ao longo de sua trajetória política, Bolsonaro ficou marcado por falas esdruxulamente simpatizantes em relação a esse período. Não há como ignorar aqui - assim como no livro em diversos momentos foi tratado - a fala proferida por Bolsonaro, então deputado federal, durante a votação do Impeachment de Dilma Rousseff:

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. (BOLSONARO, 2016, online apud Silva, 2020, p.222)

Aqui, nesse trecho, nota-se não apenas o negacionismo em si, mas também a violência que ele pode e está gerando. Negar a ditadura é não reconhecer um período na história do Brasil marcado por perseguição, tortura e censura vivenciados por diversos sujeitos. Fazer de conta que isso não aconteceu ou que essas pessoas mereceram passar por essas circunstâncias é de um caráter desumano e agressivo. Assim, nota-se uma das tentativas do negacionismo brasileiro e presente no discurso de Bolsonaro é a busca pela

[...] combinação entre a negação da legitimidade da autoria historiográfica e a afirmação vexatória dos crimes da ditadura, configurando-se a desqualificação dos espaços de fala e de direito de construção de memória sobre os crimes cometidos, assim como das pessoas afetadas direta ou indiretamente (PEREIRA et al, 2020, p.49).

Em seu discurso, o então deputado federal buscou esvaziar o passado violento e de dor da então presidente Dilma através da negação da ditadura Militar, de forma a legitimar o período, acreditando ser graças a ele que o Brasil “não virou comunista”. Desse modo, o livro explora muito bem os principais pontos do negacionismo bolsonarista e o seu uso político. A busca pela construção de uma verdade que agrade aqueles que vivem uma nostalgia em relação à Ditadura Militar é central no eleitorado bolsonarista.

Nesse mesmo trecho, pode-se notar outros pontos de propagação de *fake news* abordados pelo presidente, como a busca do PT em corromper as crianças, sendo o exemplo mais chamativo o “kit gay” (BENTIVOGLIO, BRITO, 2020). Essa situação além de ser cercada de mentiras, também serve como ponto de diálogo com seus eleitores evangélicos, devido ao suposto caráter moral presente nesta pauta. Junto disso, o lema “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, bordão eleitoral de Bolsonaro, é mais uma marca chamativa e que permite que ele se insira dentro dos evangélicos. Logo, a pauta moral também faz parte da propaganda de mentiras divulgadas pelo entorno bolsonarista, assim aumentando ainda mais as questões morais no debate político, como ressaltado em diversos momentos nos capítulos.

A emergência de se estudar a questão religiosa, as *fake news* e o efeito das redes sociais é ressaltada em praticamente todos os capítulos. Além disso, o combate às mentiras é uma das principais necessidades apontadas. Aqui, neste texto, concorda-se com Motta (2020) que afirma que a resposta para combater esses movimentos de negacionismo e de extrema direita consiste nos esforços da parte dos historiadores e cientistas da área de humanidades no sentido de ocuparem os espaços públicos midiáticos conjuntamente à academia, de forma a enfatizar que o conhecimento histórico é uma construção científica baseada em métodos de análise empírica, aliado a uma reflexão crítica e que está em constante análise devido ao processo de debate entre os pares e a sociedade. Os historiadores não podem ser omissos no tempo presente diante de tantos ataques não apenas à sua área, mas às ciências humanas como um todo. Junto disso, é preciso reforçar os estudos das ciências religiosas e também investir nos estudos ligados à presença da religião na política, para que se possa compreender melhor o impacto dos movimentos cristãos nas eleições no Brasil, conforme defendido por Mata (2020). Ignorar o estudo dessa temática é ignorar o espaço que os evangélicos vêm ganhando

na política e na sociedade nos últimos anos. Logo, para ajudar a compreender esse fenômeno e seus impactos cada vez maiores, torna-se essencial estudar esses grupos, não de forma a desqualificá-los, mas com o intuito de ajudar a compreendê-los e, assim, desenvolver estratégias que auxiliem no desenvolvimento de políticas públicas de modo a levar à valorização e ao respeito com o outro e, desse modo, quebrar a visão etnocentrista que existe em determinados setores entre os evangélicos.

Enfim, a leitura desse livro é uma reflexão sobre os desafios não apenas em torno das pesquisas desenvolvidas nas ciências humanas, mas também para o Brasil como um todo. A eleição de 2018 foi um marco que fez diversos setores repensarem suas atuações na sociedade. Esse livro é um exemplo disso. 2022 é um ano marcado por ser ano eleitoral, e os desafios surgidos em 2018 se fazem presentes também neste ano. Aqui, então, fica o convite para leitura do livro, de forma a ajudar a refletir sobre os desafios que o país vem enfrentando e ainda vai enfrentar nos próximos momentos.

Referências

FICO, Carlos. História do tempo presente: eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro. **VARIA História**: Belo Horizonte, Vol 28, n. 47, jan-jun 2012 p. 43-59.

KLEN, Bruna; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; Araujo, Valdei Lopes de (org). **Do fake ao Fato**: (des)atualizando Bolsonaro. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa; JUNIOR, Edmilson Alves Maia; GUERELLUS, Natália; DAHÁS, Nashla; DE OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues; WANDERLEY, Sônia Meneses e Sonia. A HISTÓRIA PÚBLICA BRASILEIRA TEM SIDO EFICAZ NO COMBATE AOS NEGACIONISMOS?. In: DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo; RODRIGUES, Rogério Rosa. **História Pública em Movimento**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2021. p.47-59.